



PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 14ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I**

CNPJ/MF nº 07.399.646/0001-32

R\$120.000.000,00
(cento e vinte milhões de reais)

Classificação de Risco das Quotas Seniores da 14ª Série - Standard & Poor's "brAA (sf)"

Código ISIN da 14ª Série de Quotas Seniores: BREXODCTF0C9

Classificação (Atributo Foco de Atuação) na ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil - Tipo ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil

COORDENADOR LÍDER E ESTRUTURADOR



COORDENADORA CONTRATADA



GESTORA



ADMINISTRADORA



CUSTODIANTE



AGÊNCIA DE
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

STANDARD & POOR'S
RATINGS SERVICES

EMPRESA DE AUDITORIA



VERIFICADOR DA POLÍTICA
DE INVESTIMENTO



ASSESSOR LEGAL DO
FUNDO E DA OFERTA

SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESCH
ADVOGADOS

ASSESSOR LEGAL DO
COORDENADOR LÍDER

PINHEIRO GUIMARÃES - ADVOGADOS

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 14ª Série de Quotas Seniores do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I

CNPJ/MF nº 07.399.646/0001-32



Distribuição Pública da 14ª Série de Quotas Seniores do

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I, totalizando até:

R\$120.000.000,00
(cento e vinte milhões de reais)

Classificação de Risco das Quotas Seniores da 14ª Série - Standard & Poor's "brAA (sf)"

Código ISIN da 14ª Série de Quotas Seniores: BREXODCTF0C9

Classificação (Atributo Foco de Atuação) na ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil - Tipo ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, duplicatas, cheques e notas promissórias originados por empresas com sede no país, que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços ("Direitos de Crédito"). Serão objeto de distribuição pública pelos Coordenadores até 1.200 (um mil e duzentas) Quotas Seniores da 14ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), em mercado de balcão organizado, perfazendo o valor total de até R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), considerando 200 (duzentas) Quotas Seniores da 14ª Série no âmbito do exercício das Quotas Seniores do Lote Adicional (conforme abaixo definido) ("Oferta"). O valor de investimento mínimo por investidor é de R\$100.000,00 (cem mil reais), equivalente, na 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores da 14ª Série, a 1 (uma) Quota Sênior da 14ª Série.

A Oferta foi aprovada pelas Assembleias Gerais realizadas em 09 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2013, cujas atas foram arquivadas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de setembro de 2013, sob o nº 3.536.629, e em 03 de outubro de 2013, sob o nº 3.538.489, respectivamente.

A Administradora fez uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 e autorizou a distribuição de um volume adicional de 20% (vinte por cento) da quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Suplementar), ou seja, de 200 (duzentas) Quotas Seniores da 14ª Série ("Quotas Seniores do Lote Adicional"). Além disso, os Coordenadores, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão distribuir um lote suplementar de Quotas Seniores de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Adicional), ou seja, de até 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores ("Quotas Seniores do Lote Suplementar"). Desta forma, a Oferta passou a ser de 1.200 (um mil e duzentas) Quotas Seniores da 14ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais), totalizando o montante total da Oferta de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais).

As Quotas Seniores do Lote Adicional serão emitidas e as Quotas Seniores do Lote Suplementar acima referidas poderão ser emitidas, total ou parcialmente, nas mesmas condições das Quotas Seniores da 14ª Série inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta e serão distribuídas pelos Coordenadores em regime de melhores esforços.

O Fundo foi constituído em 12 de maio de 2005 e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 12 de maio de 2005, sob o nº 3.072.477 ("Regulamento"). O Regulamento foi alterado em 31 de agosto de 2005, em 03 de fevereiro de 2006, em 12 de fevereiro de 2007, em 18 de maio de 2007, em 21 de novembro de 2007, em 14 de dezembro de 2007, em 08 de janeiro de 2008, em 18 de janeiro de 2008, em 31 de outubro de 2008, em 05 de março de 2009, em 08 de maio de 2009, em 29 de janeiro de 2010 de 2010, em 09 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2013 por meio de instrumentos de aditamento registrados no 2º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, sob os nºs 3.100.145, 7.612.409, 9.178.910, 3.260.168, 10.215.923, 3.338.891, 3.345.247, 3.388.271, 3.397.719, 3.402.687, 3.421.171, 3.421.171, 3.536.629 e 3.538.489, respectivamente.

Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM datado de 14 de outubro de 2013.

Registro da Oferta na CVM datado de 20 de dezembro de 2013, sob o nº CVM/SRE/RFD/2013/017.

O Fundo é administrado pela GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 ("Administradora"). A gestão da Carteira do Fundo ficará a cargo da NOVA S.R.M. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS E FINANÇAS S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 4º andar, Campos Eliseos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.504.852/0001-32 ("Gestora"). O coordenador líder da Oferta será o BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12ª a 14ª andares (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33 ("Coordenador Líder"). A coordenadora contratada da Oferta será a XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade com sede na Avenida das Américas, 3434, Bloco 07, 2º andar, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0001-04 ("Coordenadora Contratada") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores".

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas a serem distribuídas. O investimento no Fundo sujeita o investidor a riscos, que deverá ler a seção "Fatores de Risco", conforme descrito na página IIII deste Prospecto Definitivo. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham um sistema de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo não conta com garantia da sua Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Coordenadores, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, consequentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Este Fundo de investimento pode utilizar estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento, exclusivamente para fins de "hedge", conforme o Capítulo VII do Regulamento do Fundo. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para os Quotistas.

As informações contidas neste Prospecto Definitivo estão em consonância com o Regulamento do Fundo, porém não o substituem.

Antes de decidir aplicar recursos no fundo, recomendamos ao investidor a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo e do Regulamento, com especial atenção às informações que tratam do objetivo e da política de investimento do Fundo, da composição da carteira do Fundo, e das disposições deste Prospecto Definitivo e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos.

A CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

Não há garantia de que este Fundo terá tratamento tributário para fundos de longo prazo.

Este Fundo utiliza estratégias que podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus Quotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do Fundo.

Para informações adicionais sobre a tributação aplicável aos Quotistas e ao Fundo, vide seção "Despesas e Encargos do Fundo" e "Regras de Tributação do Fundo" deste Prospecto Definitivo, conforme descrito nas páginas 42 e 61 deste Prospecto Definitivo, respectivamente.

Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos de Crédito adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas premissas que a Administradora e a Gestora consideram razoáveis. Expectativas são, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.

Algumas informações presentes neste Prospecto Definitivo são baseadas em simulações e os resultados reais poderão ser significativamente diferentes.

ESTE FUNDO PODE INVESTIR EM CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DIVERSIFICADA, COM NATUREZA E CARACTERÍSTICAS DISTINTAS. DESTA FORMA, O DESEMPENHO DA CARTEIRA PODE APRESENTAR COMPORTAMENTO DISTINTO AO LONGO DA EXISTÊNCIA DO FUNDO.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS QUOTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR E DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS."

"LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR."

COORDENADOR LÍDER E ESTRUTURADOR

COORDENADORA CONTRATADA

GESTORA



ADMINISTRADORA

CUSTODIANTE



AGÊNCIA DE
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



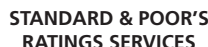
EMPRESA DE AUDITORIA



VERIFICADOR DA POLÍTICA
DE INVESTIMENTO



ASSESSOR LEGAL DO
FUNDO E DA OFERTA



ASSESSOR LEGAL DO
COORDENADOR LÍDER



SOUZA, CESCON, BARRIEU & FLESCH
ADVOGADOS

PINHEIRO GUIMARÃES - ADVOGADOS

A data deste Prospecto Definitivo é 23 de dezembro de 2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	5
IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....	16
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO.....	17
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA.....	18
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	19
DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES .25	
<i>RELAÇÕES ENTRE A ADMINISTRADORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.....</i>	<i>25</i>
<i>RELAÇÕES ENTRE A GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO</i>	<i>26</i>
<i>RELAÇÕES ENTRE O CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.....</i>	<i>27</i>
<i>RELAÇÕES ENTRE A EMPRESA DE AUDITORIA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.....</i>	<i>28</i>
<i>RELAÇÕES ENTRE A AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO.....</i>	<i>28</i>
<i>RELAÇÕES ENTRE O COORDENADOR LÍDER E A COORDENADORA CONTRATADA.....</i>	<i>29</i>
<i>POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO PELO COORDENADOR LÍDER DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO.....</i>	<i>29</i>
<i>CONFLITO DE INTERESSES</i>	<i>29</i>
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 14ª SÉRIE.....	30
<i>MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO.....</i>	<i>30</i>
<i>INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 14ª SÉRIE</i>	<i>32</i>
<i>NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 14ª SÉRIE.....</i>	<i>32</i>
<i>DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO</i>	<i>32</i>
<i>CRONOGRAMA DA OFERTA.....</i>	<i>34</i>
<i>DISTRIBUIÇÃO PARCIAL.....</i>	<i>34</i>
<i>SUSPENSÃO, CANCELAMENTO, ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA.....</i>	<i>35</i>
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	37
<i>O FUNDO.....</i>	<i>37</i>
<i>BASE LEGAL.....</i>	<i>37</i>
<i>PÚBLICO ALVO.....</i>	<i>37</i>
<i>APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....</i>	<i>37</i>
<i>OBJETIVO DE INVESTIMENTO</i>	<i>38</i>
<i>POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....</i>	<i>38</i>
<i>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....</i>	<i>42</i>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</i>	<i>42</i>
<i>DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....</i>	<i>42</i>
<i>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....</i>	<i>44</i>
<i>ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS</i>	<i>44</i>
<i>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</i>	<i>45</i>
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS.....	47
<i>FORMA E ESPÉCIE.....</i>	<i>47</i>
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES.....</i>	<i>47</i>
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO.....</i>	<i>48</i>
<i>EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS JÚNIOR.....</i>	<i>49</i>
<i>EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS</i>	<i>49</i>
<i>AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS.....</i>	<i>51</i>
<i>AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS.....</i>	<i>53</i>
<i>PAGAMENTO AOS QUOTISTAS.....</i>	<i>53</i>
<i>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO</i>	<i>54</i>
<i>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....</i>	<i>54</i>
<i>ENQUADRAMENTO À RELAÇÃO MÍNIMA</i>	<i>55</i>
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	56
<i>EVENTOS DE AVALIAÇÃO</i>	<i>56</i>
<i>EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO</i>	<i>57</i>

ASSEMBLEIA GERAL.....	59
COMPETÊNCIA	59
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO	59
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	61
OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO.....	61
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS.....	61
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO	63
ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....	64
INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	68
PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO.....	71
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO.....	71
GESTÃO	73
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO.....	80
AUDITORIA DO FUNDO	81
COORDENADORES	81
COORDENADOR LÍDER.....	81
COORDENADORA CONTRATADA	82
SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO	83
CRITÉRIOS ADOTADOS PARA CONTRATAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	83
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	84
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS.....	84
ESTRUTURA DA OPERAÇÃO	85
FLUXOGRAMA FINANCEIRO	85
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	86
DIREITOS DE CRÉDITO.....	86
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	86
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	86
POLÍTICA DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	87
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO	93
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO	93
TAXA MÍNIMA DE CESSÃO.....	93
RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	93
NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	94
POLÍTICA DE COBRANÇA.....	97
RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO	98
ESTATÍSTICAS E EFEITOS DE PRÉ-PAGAMENTO.....	99
GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO.....	99
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	98
CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO.....	98
CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS.....	98
CONTRATO DE GESTÃO.....	98
CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	98
CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA	98
CONTRATO DE GUARDA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS.....	99
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS SENIORES DA 14ª SÉRIE.....	99
CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA	102
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO DO FUNDO	108
FATORES DE RISCO.....	113
GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	123

ANEXOS

ANEXO	DOCUMENTO	125
ANEXO I	- Regulamento do Fundo	127
ANEXO II	- Atas das Assembleias Gerais do Fundo realizadas em 09 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2013	209
ANEXO III	- Suplemento da 14ª Série de Quotas Seniores do Fundo	221
ANEXO IV	- Súmula de Classificação de Risco da 14ª Série de Quotas Seniores	229
ANEXO V	- Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2013, 2012 e 2011	237
ANEXO VI	- Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados em dezembro de 2012 e março e junho de 2013	341
ANEXO VII	- Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito elaborado pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.	359
ANEXO VIII	- Exemplos numéricos dos procedimentos de valorização de Quotas	415

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto Definitivo (estejam no singular ou no plural) têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora	É a Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73, ou sua sucessora a qualquer título;
Agência de Classificação de Risco	É a Standard & Poor's Rating Services, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora a qualquer título;
Agente Escriturador	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor a qualquer título;
Agente de Guarda	É o agente de guarda dos Documentos Comprobatórios contratado pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Guarda, do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, ou sua sucessora a qualquer título, que não pode ser o originador, um Cedente ou a Gestora;
Amortização Programada	É a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série/classe e especificado no Capítulo XIII do Regulamento;
Assembleia Geral	É a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento;
ANBIMA	É a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
Anúncio de Início	É o anúncio de início da Oferta, nos termos do anexo IV da Instrução CVM 400;
Ativos Financeiros	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido do Fundo;

Aviso ao Mercado	É o aviso ao mercado elaborado nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400;
BACEN	É o Banco Central do Brasil;
BM&FBOVESPA	É a Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros;
Carteira	É a carteira de investimentos do Fundo;
Cedentes	São todas as pessoas jurídicas que cedem os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
CETIP	É a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
Conta de Arrecadação	É a conta de arrecadação a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma Instituição Autorizada aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito, sendo certo que a movimentação dos recursos constantes da Conta de Arrecadação será realizada exclusivamente pelo Custodiante;
Conta de Cobrança:	É a conta de cobrança a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma Instituição Autorizada aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento de recursos oriundos de Direitos de Crédito inadimplidos ou não identificados, no âmbito da cobrança extraordinária do Fundo, sendo certo que a movimentação dos recursos constantes da Conta de Cobrança será realizada exclusivamente pela Administradora;
Conta do Fundo	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma Instituição Autorizada aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Contrato de Cessão	É cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, representado pela Administradora e cada Cedente, com a interveniência anuência da Gestora, conforme modelo constante do Anexo VI do Regulamento;
Contrato de Custódia	É o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo, com a interveniência da Gestora;

Contrato de Distribuição	É o Contrato de Coordenação e Distribuição, em Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 14ª Série de Quotas Seniores de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I, celebrado em 11 de outubro de 2013, entre o Fundo, a Administradora, a Gestora, o Coordenador Líder e a Coordenadora Contratada, para a distribuição pública da 14ª Série de Quotas Seniores do Fundo;
Contrato de Escrituração	É o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Gestão	É o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Gestora;
Contrato de Guarda	É o Contrato de Guarda e Outras Avenças celebrado entre o Custodiante e o Agente de Guarda, com a interveniência e anuência da Administradora e da Gestora, por meio do qual o Agente de Guarda é contratado pelo Custodiante para atuar como depositário dos Documentos Comprobatórios, dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	É a proposta de prestação de serviços da Empresa de Auditoria aceita pela Administradora;
Contrato de Serviços de Classificação de Risco	É o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e a Administradora;
Contrato de Verificação	É o contrato a ser celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Verificador da Política de Investimento, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 21 do Regulamento;
Coordenadora Contratada	É a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, 2º andar, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.332.886/0001-04, ou seu sucessor a qualquer título;
Coordenador Líder	É o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33, ou seu sucessor a qualquer título;

Crêterios de Elegibilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29 do Regulamento;
Custodiante ou Deutsche Bank	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n� 3.900, 13�, 14� e 15� andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n� 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor a qualquer título;
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários;
Data de Cálculo	é todo Dia útil durante a vigência do Fundo;
Datas de Amortização	<p>São, com relação a cada série de Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, as datas especificadas no respectivo Suplemento para pagamento das Amortizações Programadas de tal série/classe, sendo certo que cada Data de Amortização deve ocorrer no 10� dia de seu respectivo mês, ou no Dia útil imediatamente subsequente, caso tal dia do mês não seja um Dia útil.</p> <p>Adicionalmente, caso uma série de Quota Sênior e/ou as Quotas Subordinadas Mezanino não sejam resgatadas até sua respectiva Data de Resgate Programada, cada data de aniversário mensal da Data de Resgate Programada dos meses posteriores (ou o Dia útil imediatamente posterior, caso tais dias não sejam um Dia útil) será uma Data de Amortização com relação a tal série e/ou classe, até que ocorra o resgate integral, ou seja deliberada a liquidação do Fundo.</p> <p>As Metas de Rentabilidade e as Datas de Amortização indicadas em cada Suplemento de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino são apenas metas estabelecidas pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade e/ou pontualidade de pagamento aos investidores;</p>
Data de Aquisição e Pagamento	é a data do pagamento do Preço de Aquisição do Direito de Crédito ao Cedente e aquisição do Direito de Crédito pelo Fundo.
Data de Emissão	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Júnior, são colocados pelos Quotistas � disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um Dia �til;
Data de Resgate	é a data em que se dará o resgate integral efetivo de cada série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino;
Data de Resgate Programada	� cada data programada para o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, indicada no Suplemento da respectiva série ou emissão, sendo certo que, com relação aos Suplementos em que a Data de Resgate Programada não estiver especificada, a Data de Resgate Programada será a Data de Resgate especificada no Suplemento;

Dia Útil	É todo dia de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional;
Direitos de Crédito	São as duplicatas, as notas promissórias e os cheques adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos do Regulamento;
Diretor Designado	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
Disponibilidades	São todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo, na Conta de Arrecadação e na Conta de Cobrança;
Documentos Comprobatórios	São (i) as duplicatas originais em forma física ou eletrônica; (ii) as notas promissórias originais em forma física ou eletrônica; e (iii) os cheques originais em forma física;
Documentos da Operação	São os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contrato de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Guarda, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Gestão, Contrato de Verificação e Contrato de Serviços de Auditoria Independente;
Empresa de Auditoria	É a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 1.830, torre I, 5º e 6º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.366.936/0001-25, ou sua sucessora a qualquer título;
Encargos do Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34 do Regulamento;
Eventos de Avaliação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 do Regulamento;
Eventos de Liquidação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 do Regulamento;
Fator de Ajuste Mezanino	É o valor calculado de acordo com o Item 1 do Anexo V do Regulamento;
Fator de Ajuste Sênior	É o valor calculado de acordo com o Item 1 do Anexo V do Regulamento;
FGC	É o Fundo Garantidor de Créditos;

Fundo	É o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I;
Gestora	É a Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 4º andar, Campos Elíseos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.504.852/0001-32, ou sua sucessora a qualquer título;
Governo Federal	É o Governo da República Federativa do Brasil;
Índice de Liquidez	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 do Regulamento;
Instituição Autorizada	É instituição financeira localizada no Brasil, que possua classificação de risco de crédito de longo prazo, atribuída pela Agência Classificadora de Risco, de no mínimo brAA;
Instrução CVM 356	É a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
Instrução CVM 476	É a Instrução nº 476 da CVM, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
Instrução CVM 489	É a Instrução nº 489 da CVM, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada;
Instrução CVM 400	É a Instrução nº 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
Instrução CVM 409	É a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
Investidor Qualificado	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, observado, em caso de distribuição pública com esforços restritos, o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476;
IPCA	É o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;
Meta de Amortização de Principal	Tem o significado que lhe é atribuído no item 3 do Anexo V do Regulamento;
Meta de Amortização de Remuneração	Tem o significado que lhe é atribuído no item 2 do Anexo V do Regulamento;

Meta de Rentabilidade	É, com relação a cada série de Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, a meta de rentabilidade especificada no Suplemento para tal série/classe. As Metas de Rentabilidade e as Datas de Amortização indicadas em cada Suplemento de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino são apenas metas estabelecidas pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade e/ou pontualidade de pagamento aos investidores;
Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores	É a meta de rentabilidade prioritária das Quotas Seniores da 14ª Série definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme indicada no Suplemento;
Obrigações do Fundo	São todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à Taxa de Administração, à obrigação de pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração, da amortização e do resgate das Quotas;
Oferta	É a distribuição pública da 14ª Série de Quotas Seniores do Fundo;
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
Patrimônio Líquido	Significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII do Regulamento;
Periódico	É o jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços;
Período de Verificação	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 4º do Artigo 21 do Regulamento;
Período de Carência	É o período em que não há amortização do valor do principal das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, com relação a cada uma das séries de Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino emitidas pelo Fundo, conforme estipulado em cada um dos Suplementos de emissão de Quotas;
Pessoas Vinculadas	São os investidores que sejam (a) controladores ou pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Administradora ou da Gestora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; (c) controladores ou administradores da Coordenadora Contratada; e (d) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b), (c) ou (d);

PIS	É a Contribuição ao Programa de Integração Social;
Plano Contábil	É o Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI, conforme a Instrução CVM 489, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
Política de Cobrança	É a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos Sacados que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no Anexo III ao Regulamento do Fundo;
Política de Investimento	É a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo VII do Regulamento;
Prazo de Distribuição	É o prazo de distribuição das Quotas Seniores da 14ª Série, que será de no máximo 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do Anúncio de Início;
Preço de Aquisição	É o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecido nos respectivos Termos de Cessão;
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	É o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, que foi realizado para definição da Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores;
Prospecto Definitivo	É o presente prospecto definitivo da Oferta;
Prospecto Preliminar	É o prospecto preliminar da Oferta;
Quotas	São as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Júnior, consideradas em conjunto;
Quotas Seniores	São as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
Quotas Seniores do Lote Adicional	São as 200 (duzentas) Quotas Seniores do lote adicional que serão emitidas diante do excesso de demanda pelas Quotas Seniores no âmbito da Oferta, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400;
Quotas Seniores do Lote Suplementar	São as 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores do lote suplementar que poderão ser emitidas diante do excesso de demanda pelas Quotas Seniores no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400;

Quotas Subordinadas	São as Quotas Subordinadas Júnior e as Quotas Subordinadas Mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Subordinadas Júnior	São as quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotas Subordinadas Mezanino	São as quotas subordinadas mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais emissões;
Quotistas	São os titulares das Quotas emitidas pelo Fundo;
Quotistas Subordinados Júnior	São os titulares das Quotas Subordinadas Júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais emissões;
Relação Mínima	É a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o somatório do valor das Quotas Seniores em circulação, equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento);
Relação Subordinada Júnior	É a relação mínima admitida entre o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior em circulação e o Patrimônio Líquido;
Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito	<p>É o relatório constante do Anexo VII deste Prospecto Definitivo denominado “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”, elaborado pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda com o objetivo de evidenciar as principais características demográficas e de desempenho da carteira de Direitos de Crédito do Fundo;</p> <p>As análises realizadas consideraram os Direitos de Crédito que compuseram a carteira do Fundo durante o período compreendido entre 1º de maio de 2010 e 31 de maio de 2013, totalizando 36 meses de histórico de dados;</p>
Relatório de Monitoramento	É o relatório de monitoramento emitido pela Gestora todo 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, destacando o atendimento ou não da carteira do Fundo à Política de Investimento do Fundo;
Relatório de Verificação da Política de Investimento	Tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 4º do Artigo 21 do Regulamento;
Reserva de Amortização das Quotas Seniores	É a reserva de amortização, a ser composta por Ativos Financeiros, para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores;
Reserva de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino	É a reserva de amortização, a ser composta por Ativos Financeiros, para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino;

Reserva de Liquidez	É a reserva de liquidez do Fundo, que deverá corresponder a, no mínimo, 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, alocado em moeda corrente nacional ou, exclusivamente, em Ativos Financeiros;
Reservas de Amortização	São a Reserva de Amortização das Quotas Seniores e a Reserva de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino consideradas em conjunto;
Regulamento	É o regulamento do Fundo, datado de 30 de setembro de 2013, registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 03 de outubro de 2013, sob o nº 3.538.489, e que se encontra anexo ao presente Prospecto Definitivo na forma do Anexo I;
Resolução CMN 2.907	É a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
Sacado(s)	É cada devedor de cada Direito de Crédito a ser cedido ao Fundo pelos Cedentes, por meio de assinatura de cada Termo de Cessão;
SELIC	É o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
Suplemento	É o documento elaborado na forma do Anexo II do Regulamento, contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries de quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Período de Carência, Datas de Amortização, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate Programada e Meta de Rentabilidade da respectiva série ou classe de Quotas;
Taxa DI	É, com relação a uma data, a taxa média referencial para depósitos interbancários no Brasil - Certificado de Depósito Interfinanceiro apuradas pela CETIP e divulgadas no informativo diário disponível em sua página na Internet ou em qualquer outro site ou publicação que venha a substituí-lo, expressas na forma percentual e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
Taxa de Administração	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 do Regulamento;
Taxa Mínima de Cessão	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 23 do Regulamento;
Termo de Cessão	É cada um dos instrumentos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, no âmbito de cada Contrato de Cessão, conforme modelo constante do Anexo VI do Regulamento, por meio dos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes;

Termo de Adesão	É o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
Valor Unitário de Emissão	É o valor unitário das Quotas de cada série ou classe na respectiva 1ª (primeira) Data de Emissão de tais Quotas;
Valo Unitário de Referência	É o valor calculado de acordo com o Item 1 do Anexo V do Regulamento;
Valor Unitário de Referência Corrigido	É o valor calculado de acordo com o Item 1 do Anexo V do Regulamento;
Verificador da Política de Investimento	É uma dentre as empresas elencadas no Parágrafo 4º do Artigo 21 do Regulamento, contratada pelo Fundo para verificar o cumprimento, pela Gestora, da Política de Investimento do Fundo, e elaborar relatório mensal sobre os resultados da referida verificação.

IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Administradora	Coordenador Líder
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Sra. Fernanda Ferraz Braga de Lima Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, n.º 50, 5º, 6º e 7º andares, São Paulo – SP Telefone: (11) 3372-8300 Fac-símile: (11) 3372-8300 E-mail: fundos.adm@gradualinvestimentos.com.br Internet: www.gradualinvestimentos.com.br	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. At.: Sr. Marcelo Coelho Ferraz Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (parte) São Paulo – SP Telefone: (11) 3701-6085 Fac-símile: (11) 3701-6903 E-mail: marcelo.ferraz@credit-suisse.com Internet: www.credit-suisse.com/br
Gestora	Custodiante e Agente Escriturador
Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A. At.: Sr. Salim e Sr. Marcos Mansur Rua Alameda Cleveland, nº 509, 2º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000 São Paulo – SP Telefone: (11) 3334-2136 Fac-símile: (11) 3334-2136 E-mail: marcos@rmansur.com.br Internet: www.srmasset.com.br	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão At.: Sr. Renato Cury Avenida Brigadeiro Faria Lima 3900, 13º, 14º e 15º andares São Paulo – SP Telefone: (11) 2113-5477 / 2113-5370 Fac-símile: (11) 2113-5170 E-mail: renato.cury@db.com Internet: www.deutsche-bank.com.br
Agência de Classificação de Risco	Auditor Independente
Standard & Poor's, uma divisão da McGraw-Hill Companies Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18 andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3039-9700 Internet: www.standardandpoors.com	Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. At.: Emerson Morelli Avenida Juscelino Kubitscheck, nº 1.830, torre I, 5º e 6º andares Telefone: (11) 2573-3213 Fac-símile: (11) 2573-4901 E-mail: emerson.morelli@br.ey.com Internet: www.ey.com
Coordenadora Contratada	Consultor Legal do Fundo e da Oferta
XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. At.: Sr. Marcio Luís Domingues da Silva Avenida das Américas, 3434, Bloco 07, 2º andar Rio de Janeiro – RJ Telefone: (11) 3526-1346 Fac-símile: (11) 3526-1350 E-mail: marcio.silva@xpi.com.br Internet: www.xpi.com.br	Souza, Cescon, Barriau e Flesch Advogados At: Sr. Eduardo Herszkowicz Rua Funchal, 418, 11º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 3089-6181 Fac-símile (11) 3089-6565 E-mail: eduardo@scbf.com.br Internet : www.scbf.com.br
Consultor Legal do Coordenador Líder	Auditor do Fundo - 3 últimos exercícios sociais
Pinheiro Guimarães – Advogados At.: Sra. Paula Pessoa Avenida Rio Branco, 181, 27º andar Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21) 4501-5000 Fac-símile: (21) 4501-5025 E-mail: ppessoa@pinheiroguimaraes.com.br Internet: www.pinheiroguimaraes.com.br/	KPMG Auditores Independentes At.: Sr. Pedro Zago Rua Dr. Renato Pares de Barros, nº 33 São Paulo - SP Telefone: (11) 2183.3000 Fac-símile: (11) 2183.3001 E-mail: PZago@kpmg.com.br Internet: www.kpmg.com.br

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO

A Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., na pessoa de sua diretora, Sra. Fernanda Ferraz Braga de Lima, na condição de Administradora do Fundo, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta;
- (ii) o Prospecto Definitivo da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas Seniores da 14ª Série, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes;
- (iii) as informações prestadas pelo Fundo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER DA OFERTA

O Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., na pessoa de seu diretor, Sr. José Olympio Pereira, na condição de Coordenador Líder da Oferta, declara que:

- (i) o Prospecto Definitivo da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas Seniores da 14ª Série, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira e riscos inerentes às suas atividades, bem como quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e
- (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: I - as informações prestadas pelo Fundo são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e II - as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, que venham a integrar este Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto Definitivo deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “FATORES DE RISCO”, na página 111 deste Prospecto Definitivo, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto Definitivo.

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
Direitos de Crédito:	Direitos de crédito representados por duplicatas, notas promissórias e cheques, originados por empresas que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil, selecionados pela Gestora, e enquadrados nos Critérios de Elegibilidade e na Política de Investimento do Fundo, que vierem a ser cedidos ao Fundo.
Aprovação da Oferta	Em 09 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2013, os Quotistas do Fundo aprovaram a Oferta da 14ª Série de Quotas Seniores em Assembleia Geral, cujas atas foram arquivadas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de setembro de 2013, sob o nº 3.536.629, e em 03 de outubro de 2013, sob o nº 3.538.489, respectivamente.
Quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série:	Até 1.200 (um mil e duzentas) Quotas Seniores da 14ª Série, consideradas as Quotas Seniores do Lote Adicional e sem considerar as Quotas Seniores do Lote Suplementar.
Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores:	R\$100.000,00 (cem mil reais).
Montante da Oferta:	Até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), consideradas as Quotas Seniores do Lote Adicional e sem considerar as Quotas Seniores do Lote Suplementar.
Valor Mínimo de Investimento:	O valor de investimento equivalente a 1 (uma) quota, limitado ao valor mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais).
Quantidade Mínima de Quotas Seniores da 14ª Série a ser colocada:	Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 500 (quinhentas) Quotas Seniores da 14ª Série, perfazendo o montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
Quotas Seniores do Lote Suplementar:	Os Coordenadores, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, poderão distribuir um lote suplementar de Quotas Seniores da 14ª Série de até 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Adicional), ou seja, de até 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores da 14ª Série.

Quotas Seniores do Lote Adicional:	A Administradora fez uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 e poderá distribuir um volume adicional de 20% (vinte por cento) da quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores do Lote Suplementar), ou seja, de 200 (duzentas) Quotas Seniores da 14ª Série, sem a necessidade de aprovação em Assembleia Geral ou registro perante a CVM.
Data de Emissão das Quotas Seniores da 14ª Série:	É a data da primeira integralização de Quotas Seniores da 14ª Série, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
Período de Carência das Quotas Seniores da 14ª Série:	33 (trinta e três) meses a contar da Data de Emissão das Quotas Seniores da 14ª Série.
Amortização das Quotas Seniores da 14ª Série:	<p>Desde a data da primeira integralização de Quotas Seniores da 14ª Série até o término do Período de Carência das Quotas Seniores da 14ª Série, as Quotas Seniores da 14ª Série serão amortizadas trimestralmente, em valor correspondente aos rendimentos obtidos nos respectivos períodos com base na Meta de Rentabilidade (amortização relativa apenas à remuneração), sendo certo que a primeira Amortização Programada ocorrerá no 3º mês após a Data de Emissão das Quotas Seniores da 14ª Série. A partir do 34º mês contado da Data de Emissão das Quotas Seniores da 14ª Série, serão realizadas 6 (seis) Amortizações Programadas, com periodicidade mensal, cada uma correspondente à somatória (i) dos rendimentos obtidos nos respectivos períodos com base na Meta de Rentabilidade (amortização relativa à remuneração), e (ii) de 1/6 (um sexto) do Valor Unitário de Emissão (amortização relativa ao principal).</p> <p>As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 14ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização.</p> <p>Caso uma Data de Amortização não seja um Dia Útil, o pagamento da respectiva Amortização Programada será realizado no Dia Útil subsequente.</p> <p>Para maiores informações sobre as amortizações programadas das Quotas Seniores da 14ª Série, vide seção “Amortizações Programadas” na página 53 deste Prospecto Definitivo.</p>
Data de Resgate das Quotas Seniores da 14ª Série:	É a data em que se dará o resgate integral efetivo das Quotas Seniores da 14ª Série.
Data de Resgate Programada das Quotas Seniores da 14ª Série:	<p>Dia 10 (dez) do 39º (trigésimo nono) mês a contar da data da primeira integralização de Quotas Seniores da 14ª Série.</p> <p>Caso a Data de Resgate Programada não seja um Dia Útil, a Data de Resgate Programada será o Dia Útil subsequente.</p>
Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da 14ª Série:	É a rentabilidade perseguida para a 14ª Série de Quotas Seniores definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, que foi fixada como (i) a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extragrupo) apuradas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página na Internet (www.cetip.com.br), expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, (ii) acrescida de <i>spread</i> de 3% (três por cento) ao ano.

Classificação de Risco das Quotas Seniores da 14ª Série:	“brAA (sf)”.
Prazo de Distribuição das Quotas Seniores:	180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do Anúncio de Início.
Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores:	<p>Os Coordenadores, sob regime de melhores esforços, realizaram a distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série em Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> (conforme definido abaixo). Para maiores informações sobre o procedimento de distribuição das Quotas Seniores da 14ª Série, vide seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 14ª Série” deste Prospecto Definitivo, na página 30.</p> <p>Poderiam participar do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>: (i) Pessoas Vinculadas, ou (ii) os Coordenadores, sem qualquer limitação com relação ao montante total da Oferta.</p> <p>Caso fosse verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Quotas inicialmente ofertadas, não seria permitida a colocação junto a Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.</p>
Condição de Adesão à Oferta	Os investidores poderão condicionar a sua adesão à Oferta de que seja distribuída (a) a totalidade das Quotas Seniores da 14ª Série ofertadas; ou (b) a uma proporção ou quantidade mínima de Quotas Seniores da 14ª Série, desde que a referida proporção ou quantidade mínima de Quotas Seniores da 14ª Série, não seja inferior ao Valor Mínimo de Investimento, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Os investidores deverão indicar, adicionalmente, caso tenham optado pelo cumprimento da condição constante da letra “b” acima, o desejo de adquirir (i) a totalidade das Quotas Seniores da 14ª Série, discriminadas no respectivo Boletim de Subscrição; ou (ii) a proporção entre a quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série, efetivamente distribuídas até o encerramento da Oferta e a quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série, originalmente objeto da Oferta.
Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta	<p>A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.</p> <p>A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta das Quotas Seniores da 14ª Série quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta das Quotas Seniores da 14ª Série não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.</p>

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta das Quotas Seniores da 14ª Série e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta das Quotas Seniores da 14ª Série, através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Em caso de suspensão ou cancelamento da Oferta, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção: (i) a todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) a todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início da Oferta. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

	<p>Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.</p>
Negociação:	<p>As Quotas Seniores da 14ª Série serão subscritas de acordo com os procedimentos do MDA – Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica da 14ª Série de Quotas Seniores. As Quotas Seniores da 14ª Série serão registradas para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiveram acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.</p>
Forma de Subscrição e Integralização:	<p>No ato de subscrição das Quotas Seniores da 14ª Série, o subscritor (i) assinará o Termo de Adesão e o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no anúncio de início da respectiva série, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.</p>
Aplicação dos Recursos pelo Fundo:	<p>Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados pelo Fundo na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.</p>
Público Alvo:	<p>Investidores Qualificados.</p> <p>O investimento nas Quotas Seniores da 14ª Série não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação das referidas Quotas no mercado secundário brasileiro é restrita, e (ii) não estejam dispostos a correr riscos inerentes ao investimento em quotas de fundo de investimento em direitos creditórios.</p>
Maiores Informações:	<p>Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à sede da Administradora, à sede do Coordenador Líder ou à sede da Coordenadora Contratada, nos endereços indicados abaixo:</p> <p>GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. Avenida Presidente Juscelino Kubitschek 50, 5º, 6º e 7º andares, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011 São Paulo – SP Link: http://www.gradualinvestimentos.com.br/Resc/Upload/PDFs/FIDC-EXODUS-I-OFFERTA-PUBLICA.pdf</p>

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (parte)

São Paulo – SP

Link: [Br.credit-suisse.com/ofertas](http://br.credit-suisse.com/ofertas) (acessar “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I”, selecionar o “Prospecto Definitivo” listado sob a seção “Distribuição Pública de Quotas Senior da 14ª Série”)

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, 3434, Bloco 07, 2º andar

Rio de Janeiro - RJ

Link: <http://www.xpi.com.br/conteudo/oferta-publica.aspx#pt> (acessar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I”)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111

Rio de Janeiro - RJ

ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo - SP

www.cvm.gov.br (acessar “Fundos de Investimentos” da barra Acesso Rápido, indicar o critério de busca “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I”, selecionar o tipo de Fundo “FDOS DE INV. EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC”, clicar em “Continuar” em seguida em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I” para acessar os documentos relacionados ao Fundo)

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 1º andar, Jardim Paulistano

CEP 01452-001

São Paulo – SP

ou

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro - RJ

www.cetip.com.br (acessar “Comunicados e Documentos – Prospectos”, selecionar na “Categoria de Documento” a opção “Cotas de Fundos Fechados” e escrever “Exodus” no campo de “Busca”, clicar em “Buscar” e clicar em “FIDC da Indústria - Exodus I – 14ª Série”)

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

RELAÇÕES ENTRE A ADMINISTRADORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 5 (cinco) fundos de investimento em direitos creditórios que são custodiados pelo Custodiante, sendo que a contratação e a remuneração paga ao Custodiante, exclusivamente pela prestação dos serviços de custódia, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo. A remuneração decorrente dessas contratações é equivalente a 0,2% a.a. (dois décimos por cento ao ano) do patrimônio líquido do respectivo fundo. Na data deste Prospecto Definitivo não existem entre a Administradora e o Custodiante relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora encontra-se responsável pela administração de 5 (cinco) fundos de investimento em direitos creditórios que são geridos pela Gestora, sendo que a contratação e a remuneração paga à Gestora, exclusivamente pela prestação dos serviços de gestão, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo. A remuneração decorrente destas contratações varia de 1% a.a. (um por cento ao ano) a 2,5% a.a. (dois e meio por cento ao ano) do patrimônio líquido do respectivo fundo.

Caso, no futuro, a Administradora venha a contratar a Gestora para atuar como gestora de carteira de um novo fundo, tal novo relacionamento será objeto de contratos específicos a serem celebrados entre a Gestora e tal fundo, representado pela administradora, sendo as responsabilidades e remuneração da Gestora estabelecidos para tal fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de tal fundo, sendo, portanto, independentes dos relacionamentos então já mantidos entre a Gestora e a Administradora.

Na data deste Prospecto Definitivo não existem entre a Administradora e a Gestora relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto Definitivo existem 03 (três) fundos de investimento em direitos creditórios administrados pela Administradora que contam com a prestação de serviços da Empresa de Auditoria, sendo que a contratação e remuneração paga à Empresa de Auditoria, exclusivamente pela prestação dos serviços de auditoria, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto Definitivo não existem entre a Administradora e a Empresa de Auditoria relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto Definitivo existem 10 (dez) fundos de investimento em direitos creditórios administrados pela Administradora que contam com a prestação de serviços da Agência de Classificação de Risco, sendo que a contratação e remuneração paga à Agência de Classificação de Risco, exclusivamente pela prestação dos serviços de classificação de risco, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto Definitivo não existem entre a Administradora e a Agência de Classificação de Risco relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Administradora e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e o Coordenador Líder não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além do relacionamento existente em razão de o Coordenador Líder ter sido contratado pela Gestora e pela Administradora, em nome do Fundo, para prestar serviços de estruturação e distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série.

Relação entre a Administradora e a Coordenadora Contratada

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Coordenadora Contratada não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além do relacionamento existente em razão de a Coordenadora Contratada ter sido contratada pela Gestora e pela Administradora, em nome do Fundo, para prestar serviços de distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série.

RELAÇÕES ENTRE A GESTORA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Gestora e o Custodiante

Na data deste Prospecto Definitivo, a Gestora encontra-se responsável pela gestão de 03 (três) fundos de investimento em direitos creditórios que são custodiados pelo Custodiante, sendo que a contratação e remuneração paga ao Custodiante, exclusivamente pela prestação dos serviços de custódia, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto Definitivo não existem entre a Gestora e o Custodiante relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Gestora e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto Definitivo existem 5 (cinco) fundos de investimento em direitos creditórios geridos pela Gestora que contam com a prestação de serviços da Empresa de Auditoria, sendo que a contratação e remuneração paga à Empresa de Auditoria, exclusivamente pela prestação dos serviços de auditoria, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto Definitivo não existem entre a Gestora e a Empresa de Auditoria relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Gestora e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto Definitivo existem 5 (cinco) fundos de investimento em direitos creditórios geridos pela Gestora que contam com a prestação de serviços da Agência de Classificação de Risco, sendo que a contratação e remuneração paga à Agência de Classificação de Risco, exclusivamente pela prestação dos serviços de classificação de risco, é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do mesmo.

Na data deste Prospecto Definitivo não existem entre a Gestora e a Agência de Classificação de Risco relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Gestora e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Definitivo, a Gestora e o Coordenador Líder não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além do relacionamento existente em razão de o Coordenador Líder ter sido contratado pela Gestora e pela Administradora, em nome do Fundo, para prestar serviços de estruturação e distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série.

Relação entre a Gestora e a Coordenadora Contratada

Na data deste Prospecto Definitivo, a Gestora e a Coordenadora Contratada não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além do relacionamento existente em razão de a Coordenadora Contratada ter sido contratada pela Gestora e pela Administradora, em nome do Fundo, para prestar serviços de distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série.

RELAÇÕES ENTRE O CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre o Custodiante e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto Definitivo, o Custodiante encontra-se responsável pela custódia de outros fundos de investimentos que são auditados pela Empresa de Auditoria. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos.

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre o Custodiante e a Empresa de Auditoria relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre o Custodiante e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto Definitivo, o Custodiante encontra-se responsável pela custódia de outros fundos de investimentos que são objeto de classificação de risco pela Agência de Classificação de Risco. Os honorários de auditoria são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos.

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre o Custodiante e a Agência de Classificação de Risco relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre o Custodiante e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder tem uma operação de fiança bancária vigente com o Custodiante, através da qual o Coordenador Líder disponibilizou fiança BM&F para o Custodiante.

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre o Custodiante e o Coordenador Líder relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre o Custodiante e a Coordenadora Contratada

Na data deste Prospecto Definitivo, o Custodiante encontra-se responsável pela custódia de outros fundos de investimentos cujas quotas são/foram distribuídas pela Coordenadora Contratada. Os honorários de distribuição são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos.

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre o Custodiante e a Coordenadora Contratada relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE A EMPRESA DE AUDITORIA E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Empresa de Auditoria e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto Definitivo, a Empresa de Auditoria encontra-se responsável pela auditoria de outros fundos de investimentos que são objeto de classificação de risco pela Agência de Classificação de Risco. Os honorários de auditoria e de classificação de risco são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos.

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre a Empresa de Auditoria e a Agência de Classificação de Risco relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Empresa de Auditoria e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre a Empresa de Auditoria e o Coordenador Líder relações societárias ou relações comerciais relevantes.

Relação entre a Empresa de Auditoria e a Coordenadora Contratada

Na data deste Prospecto Definitivo, a Empresa de Auditoria encontra-se responsável pela auditoria de outros fundos de investimentos cujas quotas são/foram distribuídas pela Coordenadora Contratada. Os honorários de distribuição são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos.

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre a Empresa de Auditoria e a Coordenadora Contratada relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE A AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO FUNDO

Relação entre a Agência de Classificação de Risco e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Definitivo, a Agência de Classificação de Risco encontra-se responsável pela classificação de risco de operações de crédito e outros fundos de investimentos analisados pelo Coordenador Líder para efeitos de investimentos e/ou operações de mercados de capitais.

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre a Agência de Classificação de Risco e o Coordenador Líder relações societárias ou relações comerciais relevantes além das acima descritas.

Relação entre a Agência de Classificação de Risco e a Coordenadora Contratada

Na data deste Prospecto Definitivo, a Agência de Classificação de Risco encontra-se responsável pela classificação de risco de outros fundos de investimentos cujas quotas são/foram distribuídas pela Coordenadora Contratada. Os honorários de distribuição são estabelecidos para cada fundo de investimento de uma forma individualizada, com base nas características de cada fundo.

A remuneração e demais condições comerciais contratadas entre cada uma das partes com cada um dos fundos em questão é efetuada, individualmente, entre cada uma das partes e cada um desses fundos.

Na data deste Prospecto Definitivo não existiam entre a Agência de Classificação de Risco e a Coordenadora Contratada relações societárias ou outras relações comerciais relevantes além das acima descritas.

RELAÇÕES ENTRE O COORDENADOR LÍDER E A COORDENADORA CONTRATADA

Na data deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder e a Coordenadora Contratada não mantinham nenhum relacionamento comercial e/ou relações societárias além do relacionamento existente em razão de o Coordenador Líder e a Coordenadora Contratada terem sido contratados pela Gestora e pela Administradora, em nome do Fundo, para prestarem serviços de distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série.

POSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO PELO COORDENADOR LÍDER DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Adicionalmente, vale ressaltar que o Coordenador Líder está avaliando a possibilidade de aquisição da totalidade ou parte das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, cuja emissão foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 09 de setembro de 2013 e ata arquivada no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de setembro de 2013, sob o nº 3.536.629.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses entre as partes envolvidas nos processos de auditoria, classificação de risco, originação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 14ª SÉRIE

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores e a Administradora deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

Em 09 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2013, os Quotistas do Fundo aprovaram a Oferta da 14ª Série de Quotas Seniores em Assembleia Geral, cujas atas foram arquivadas no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de setembro de 2013, sob o nº 3.536.629, e em 03 de outubro de 2013, sob o nº 3.538.489, respectivamente.

Sem prejuízo da possibilidade de emissão de Quotas Seniores do Lote Suplementar, que pode importar em uma emissão de mais até 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores da 14ª Série, na forma prevista neste Prospecto Definitivo, o Fundo realizará uma oferta para distribuição pública de até 1.200 (um mil e duzentas) Quotas Seniores da 14ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão das Quotas Seniores da 14ª Série, já consideradas as Quotas Seniores do Lote Adicional, perfazendo o montante total de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série em mercado de balcão organizado, sendo que a distribuição das Quotas Seniores da 14ª Série será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.

As Quotas Seniores do Lote Suplementar, se houver, serão distribuídas pelos Coordenadores em regime de melhores esforços, não existindo lotes mínimos ou máximos de investimento.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 500 (quinhentas) Quotas Seniores da 14ª Série, perfazendo o montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Para maiores informações sobre distribuição parcial das Quotas Seniores da 14ª Série, vide seção “Distribuição Parcial” na página 34 deste Prospecto Definitivo.

Os Coordenadores se comprometem a envidar seus melhores esforços para a colocação integral das Quotas Seniores da 14ª Série junto a Investidores Qualificados. No entanto, não há garantia de que as Quotas Seniores da 14ª Série sejam integralmente colocadas até o final do Prazo de Distribuição.

O Coordenador Líder não será responsável pelos atos e omissões praticados (i) pela Administradora; (ii) pela Gestora; e (iii) pelo Coordenador Contratado.

Os Coordenadores não terão, em nenhuma hipótese, responsabilidade e/ou obrigação perante a Administradora e/ou o Fundo de subscrever e/ou integralizar as Quotas Seniores da 14ª Série objeto da Oferta.

Não há, nem será constituído, fundo de manutenção de liquidez ou de sustentação para a 14ª Série de Quotas Seniores.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja constatado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série inicialmente ofertada, não será permitida a participação de Pessoas Vinculadas.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto Definitivo para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição foi fixado nos seguintes termos:

- (i) após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, foi publicado Aviso ao Mercado e foram realizadas apresentações para potenciais investidores (*Road show*), durante as quais foram distribuídos exemplares do Prospecto Preliminar;
- (ii) os materiais publicitários ou documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados foram submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- (iii) não existiram reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo a Oferta efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*;
- (iv) o público alvo da Oferta é composto por Investidores Qualificados; e
- (v) encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidaram as propostas dos investidores para subscrição das Quotas Seniores da 14ª Série.

Para determinação da Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores foi adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º e do artigo 44 da Instrução CVM 400, observadas as seguintes disposições:

- (i) os Coordenadores enviaram aos investidores correspondência solicitando, no prazo determinado pelos Coordenadores, a apresentação de propostas firmes de compra das Quotas Seniores, que foram discriminadas em função da meta de rentabilidade prioritária;
- (ii) no prazo determinado pelos Coordenadores na correspondência a que se refere o item “i” acima, os investidores apresentaram suas propostas aos Coordenadores;
- (iii) a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores apurada no Procedimento de *Bookbuilding* foi equivalente à menor das taxas oferecidas pelos investidores para lotes de Quotas Seniores cujo somatório seja igual ou superior ao número total de Quotas Seniores da 14ª Série distribuídas na Oferta;
- (iv) as ofertas com remuneração inferior à Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores seriam integralmente atendidas, e as ofertas com remuneração igual à Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores estariam sujeitas a rateio, em função do número total de Quotas Seniores da 14ª Série;
- (v) a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores máxima correspondia a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescido de uma sobretaxa de até 3% (três por cento), no respectivo período, base 252 dias úteis;
- (vi) os investidores que tiverem suas ordens aceitas pelos Coordenadores foram comunicados pelos Coordenadores por meio de correspondência eletrônica (e-mail), que descreveu o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, com a definição da Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores e o número de Quotas Seniores da 14ª Série a serem subscritas pelo investidor; e
- (vii) os investidores que não tiverem suas ordens aceitas pelos Coordenadores foram comunicados pelos Coordenadores por meio de correspondência eletrônica (e-mail), que descreveu o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, com a definição da Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores.

A Administradora, no Contrato de Distribuição, autoriza os Coordenadores a realizarem a distribuição pública das Quotas Seniores da 14ª Série por conta e ordem de seus respectivos clientes, nos termos dos artigos 33 a 38 da Instrução CVM 409.

Nos termos do artigo 34 da Instrução CVM 409, caso seja utilizada a faculdade prevista no parágrafo acima, o Coordenador Líder ou a Coordenadora Contratada, conforme o caso, deverá criar registro complementar de Quotistas para o Fundo, de forma que:

- (i) o Coordenador Líder ou a Coordenadora Contratada, conforme o caso, inscreva no registro complementar de Quotistas a titularidade das Quotas Seniores da 14ª Série em nome dos investidores, atribuindo a cada Quotista um código de cliente e informando tal código à Administradora; e
- (ii) a Administradora, ou instituição contratada, escreva as Quotas Seniores da 14ª Série de forma especial no registro de Quotistas do Fundo, adotando, na identificação do titular, o nome do Coordenador Líder ou da Coordenadora Contratada, conforme o caso, acrescido do código de cliente fornecido pelo Coordenador Líder ou pela Coordenadora Contratada, conforme o caso, e que identifica o Quotista no registro complementar.

INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 14ª SÉRIE

A colocação e subscrição das Quotas Seniores da 14ª Série somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a divulgação deste Prospecto Definitivo da Oferta aos investidores.

As Quotas Seniores da 14ª Série serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Distribuição”). A distribuição da 14ª Série de Quotas Seniores será encerrada ao final do Prazo de Distribuição, quando se dará a publicação do anúncio de encerramento da Oferta.

O Prazo de Distribuição poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

Caso a quantidade mínima de 500 (quinhentas) Quotas Seniores da 14ª Série não tenha sido colocada ao final do Prazo de Distribuição, a Oferta será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis da data de publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 14ª SÉRIE

As Quotas Seniores da 14ª Série serão subscritas de acordo com os procedimentos do MDA – Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica da 14ª Série de Quotas Seniores.

As Quotas Seniores da 14ª Série serão registradas para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pela Administradora, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição da 14ª Série de Quotas Seniores, referentes à comissão de colocação, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade da Gestora. Os custos de classificação de risco serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição da 14ª Série de Quotas Seniores a serem suportados pela Gestora ou pelo Fundo, conforme aplicável, observado o disposto acima:

Custos da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor Total da Oferta
Taxa de registro na CVM	82.700,00	0,0689%
Taxa de registro na ANBIMA	10.000,00	0,0083%
Taxa de registro na CETIP	10.000,00	0,0083%
Assessoria Jurídica	100.000,00	0,0833%
Custos de Classificação de Risco	50.000,00	0,0416%
Custos com Cartório	20.000,00	0,0166%
Despesas com Publicidade	50.000,00	0,0416%
Comissão de Estruturação *	1.200.000,00	1,000%
Comissão de Colocação *	1.200.000,00	1,000%
Comissão de Sucesso * **	0,00	0,0000%
Total	2.722.700,00	2,2686%

* Considerando a colocação integral das Quotas Seniores, considerada a colocação das Quotas Seniores do Lote Adicional e sem considerar a colocação das Quotas Seniores do Lote Suplementar.

** Os Coordenadores, além da Comissão de Estruturação e da Comissão de Colocação, também farão jus ao recebimento de uma Comissão de Sucesso. A Comissão de Sucesso é calculada de forma variável e seu valor final foi obtido considerando a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da 14ª Série obtida no Procedimento de *Bookbuilding*.

Custo Unitário da Distribuição	
Custo Total da Oferta	R\$ 2.722.700,00
Número de Quotas Seniores ^(*)	1.200
Custo da Oferta por Quota Sênior	R\$ 2.268,91
Custo percentual unitário de Quota Sênior	2,2689%

* Considerando a colocação integral das Quotas Seniores, considerada a colocação das Quotas Seniores do Lote Adicional e sem considerar a colocação das Quotas Seniores do Lote Suplementar

CRONOGRAMA DA OFERTA

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

Evento	Data Estimada ^{(1) (2)}
Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	14-Out-2013
Publicação do Aviso ao Mercado	15-Out-2013
Disponibilização do Prospecto Preliminar	15-Out-2013
Início das apresentações sobre a Oferta (<i>roadshow</i>)	15-Out-2013
Publicação de Retificação ao Aviso ao Mercado	04-Dez-2013
Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	12-Dez-2013
Obtenção do registro da Oferta	20-Dez-2013
Disponibilização do Prospecto Definitivo	20-Dez-2013
Publicação do Anúncio de Início	26-Dez-2013
Liquidação financeira ⁽³⁾	27-Dez-2013
Publicação do Anúncio de Encerramento	24-Mar-2014

⁽¹⁾ Conforme o disposto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução CVM 400, as datas deste cronograma representam apenas uma previsão para a ocorrência de cada um dos eventos nele descritos.

⁽²⁾ Todas as datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações, a critério da Administradora, dos Coordenadores, da CVM ou de acordo com os regulamentos da CETIP. Caso ocorram alterações das circunstâncias, cancelamento, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM nº 400. Quaisquer comunicações relativas à Oferta serão comunicadas aos investidores mediante a publicação de aviso nos meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Para maiores informações, ver seção “Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta” na página 35 deste Prospecto Definitivo.

⁽³⁾ Os investidores deverão comunicar aos Coordenadores a sua opção de revogação da aceitação da Oferta até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação de modificação ou suspensão da Oferta. Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Quotas Seniores da 14ª Série desta Oferta, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 500 (quinhentas) Quotas Seniores da 14ª Série, perfazendo o montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas Seniores da 14ª Série que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no Prazo de Distribuição serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas Seniores da 14ª Série estabelecida acima, a Oferta das Quotas Seniores da 14ª Série será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

Os investidores poderão condicionar a sua adesão à Oferta de que seja distribuída (a) a totalidade das Quotas Seniores da 14ª Série ofertadas; ou (b) a uma proporção ou quantidade mínima de Quotas Seniores da 14ª Série, desde que a referida proporção ou quantidade mínima de Quotas Seniores da 14ª Série, não seja inferior ao Valor Mínimo de Investimento, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Os investidores deverão indicar, adicionalmente, caso tenham optado pelo cumprimento da condição constante da letra “b” acima, o desejo de adquirir (i) a totalidade das Quotas Seniores da 14ª Série, discriminadas no respectivo Boletim de Subscrição; ou (ii) a proporção entre a quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série, efetivamente distribuídas até o encerramento da Oferta e a quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série, originalmente objeto da Oferta.

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO, ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DA OFERTA

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta quando verificar ilegalidade ou violação do Regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Em caso de suspensão ou cancelamento da Oferta, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção: (i) a todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) a todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto Definitivo. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

O FUNDO

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas: (i) na Data de Resgate Programada de cada série de Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas Mezanino, (ii) em decorrência da amortização integral, posterior à Data de Resgate Programada, ou (iii) em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o previsto no Capítulo XVIII do Regulamento.

O prazo de duração do Fundo é indeterminado.

O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI do Regulamento.

A última versão do Regulamento do Fundo foi registrada no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, em 03 de outubro de 2013, sob o nº 3.538.489.

O Fundo caracteriza-se por ser “multi-cedente” e “multi-sacado”, ou seja, é um Fundo voltado à aquisição de Direitos de Crédito de diferentes empresas, e de diferentes devedores, desde que tais Direitos de Crédito sejam originados por empresas que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços. O Fundo tem como objetivo identificar Direitos de Crédito disponíveis no mercado, selecionando para sua carteira conforme a política de análise e seleção de direitos creditórios descrita no Anexo IV do Regulamento e respeitando a Política de Investimento descrita no Capítulo VII do Regulamento. Os Direitos de Crédito só são adquiridos pelo Fundo após aprovação formal da Gestora.

Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo têm como devedor final preponderantemente empresas do segmento industrial, as quais representam, no mínimo, 50% do Patrimônio Líquido do Fundo. Os 50% remanescentes do Patrimônio Líquido são investidos em Direitos de Crédito originários dos setores de comércio e de serviços, sendo certo que o valor agregado dos Direitos de Crédito originários do setor de serviços não poderá ser superior à 30% do Patrimônio Líquido, e subsidiariamente em moeda corrente nacional, títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional, e outras operações lastreadas nos títulos públicos acima mencionados, conforme a seção “Política de Investimento e Composição da Carteira” deste Prospecto Definitivo, na página 38.

Os sócios do Cedente assinarão o Contrato de Cessão, como devedores solidários do Cedente garantindo as obrigações do Cedente no Contrato de Cessão, que podem ser apenas obrigações de indenização ou podem ser propriamente de coobrigação pelo pagamento dos Direitos de Crédito, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão.

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme a legislação da CVM em vigor.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da presente Oferta serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição de Direitos de Crédito e de Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, por meio da aquisição: (i) de duplicatas, notas promissórias e cheques (“Direitos de Crédito”), juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros.

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito por meio da celebração, com cada um dos Cedentes, de Contrato de Cessão contendo os termos e condições gerais da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, conforme a minuta que constitui o Anexo VI ao Regulamento. Por ocasião de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo no âmbito de um Contrato de Cessão, o Fundo celebrará com o Cedente um Termo de Cessão, que identificará os Direitos de Crédito objeto da cessão, conforme a minuta também constante do Anexo VI ao Regulamento.

Cada série de Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo tem características específicas, inclusive com relação à meta de rentabilidade das Quotas, de acordo com as características da emissão, prazo de duração, condições de mercado, entre outros fatores. Para maiores informações sobre as características específicas das Quotas, vide seção “Características das Quotas” deste Prospecto Definitivo, na página 47.

A Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da 14ª Série foi obtida mediante realização de Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º e do artigo 44 da Instrução CVM 400, conforme disposto na seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 14ª Série”, na página 30 deste Prospecto Definitivo.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas e com situação cadastral ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“CNPJ”);
- (b) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais (exceto execuções fiscais), falência decretada ou recuperação judicial homologada; excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos e/ou tenham execuções judiciais pendentes contra si, desde que a soma dos valores relativos a estes protestos ou execuções não supere o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do respectivo Sacado;
- (c) os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo em decorrência da substituição de Direitos de Crédito inadimplidos não poderão representar, a todo tempo durante a vigência do Fundo, mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) o Fundo poderá comprar Direito de Crédito de Cedentes que possuam Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e vencidos e não pagos a mais de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor dos Direitos de Crédito cedidos por tal Cedente não represente mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (e) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo percentual de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo por tal Cedente nos últimos 12 (doze) meses;
- (f) os Direitos de Crédito deverão ser oriundos de operações realizadas nos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (%Patrimônio Líquido)	Máximo (%Patrimônio Líquido)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

- (g) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Sacados inadimplentes com relação a outros Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, se o total de Direitos de Crédito inadimplidos por prazo superior a 60 (sessenta) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias representar mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (h) o somatório do valor dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (i) o somatório do valor dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo oriundos dos 4 (quatro) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (j) o saldo agregado de Direitos de Crédito cedidos por cada Cedente não poderá representar mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), dos dois o maior;
- (k) o total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), dos dois o maior;
- (l) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar, no mínimo, 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (m) os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar, no máximo, 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (n) a cessão dos Direitos de Crédito deve observar a Taxa Mínima de Cessão; e
- (o) com relação aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo a partir de 30 de novembro de 2013, os Cedentes deverão ter declarado, por meio do respectivo Contrato de Cessão, que (i) não utilizam trabalho escravo e infantil; e (ii) possuem todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Os limites de concentração estabelecidos acima deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, suas sociedades controladas direta ou indiretamente, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, sendo que, no caso de empresas controladas por pessoas físicas, deverá ser considerado o grau de parentesco com o controlador até o segundo grau (“Grupo Econômico”).

Caso, por qualquer motivo, aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos acima, a Gestora deverá observar as seguintes regras para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem Evento de Avaliação:

- (i) as aquisições de Direitos de Crédito deverão, necessariamente, reduzir o desenquadramento da Carteira do Fundo; e
- (ii) as aquisições de Direitos de Crédito deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionem qualquer outro desenquadramento da Carteira do Fundo.

Com relação aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo a partir de 30 de novembro de 2013, a Gestora atestará à Administradora e ao Custodiante, por meio de cada Termo de Cessão, que o Direito de Crédito adquirido atende à política de análise e seleção de direitos creditórios descrita no Anexo IV do Regulamento e à Política de Investimento descrita no Capítulo VII do Regulamento.

O Fundo contratará uma dentre a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes, a KPMG Auditores Independentes ou a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes (“Verificador da Política de Investimento”), por meio de contrato específico (“Contrato de Verificação”), para verificar mensalmente o cumprimento, pela Gestora, da Política de Investimento do Fundo descrita no Capítulo VII do Regulamento, com base em informações obtidas junto à Administradora, à Gestora e ao Custodiante referentes ao intervalo entre o dia 25 do mês anterior ao mês de verificação (inclusive) e o dia 25 do mês de verificação (exclusive) (o “Período de Verificação”), e elaborar relatório mensal sobre os resultados da referida verificação (o “Relatório de Verificação da Política de Investimento”), o qual deverá ser encaminhado à Administradora, à Gestora e ao Custodiante até o 5º Dia Útil após o término de cada Período de Verificação. O Verificador da Política de Investimento poderá não ser uma das quatro empresas listadas acima, desde que a sua contratação tenha sido precedida de aprovação em Assembleia Geral. Em qualquer caso, a Empresa de Auditoria ou qualquer de suas partes relacionadas não poderá atuar como Verificador da Política de Investimento do Fundo. Para efeito de determinação do Período de Verificação, caso o dia 25 de um mês não seja um Dia Útil, o respectivo limite do Período de Verificação será o Dia Útil subsequente.

O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII do Regulamento. O Fundo poderá manter o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional ou aplicá-lo, exclusivamente, nos seguintes ativos (os “Ativos Financeiros”):

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional; e
- (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item (a) acima.

O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da Carteira do Fundo:

Composição da Carteira e Respectivo Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	Mínimo	Máximo
• Direitos de Crédito do Segmento Industrial	50%	100%
• Direitos de Crédito do Segmento Comercial	0%	50%
• Direitos de Crédito do Segmento de Prestação de Serviços	0%	30%
• Moeda corrente nacional	0%	50%
• Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional	0%	50%
• Operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional	0%	50%

É vedado à Administradora, à Gestora, ao Custodiante e às partes a eles relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos de Crédito ao Fundo.

O Fundo poderá realizar operações em mercado de derivativos, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais a Administradora, o Custodiante, a Gestora, seus controladores, sociedades por elas direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados, custodiados e/ou geridos pela Administradora e/ou pelo Custodiante e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a elas ligadas acima mencionadas, atuem na condição de contraparte, desde que (i) com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo, e (ii) em montante de, no máximo, 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente a (i) 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI apurada e divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento, ou (ii) conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior (“Taxa Mínima de Cessão”):

$$\frac{\left(\sum_{n=1}^{\text{Número Séries Senior}} QQS_n * VRQS_n * RAQS_n \right) + QQM * VRQM * RAQM}{\left(\sum_{n=1}^{\text{Número Séries Senior}} QQS_n * VRQS_n \right) + QQM * VRQM} + CT / PL + 3\%$$

QQSn: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série “n”;

VRQSn: Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores em circulação da série “n”;

RAQSn: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série “n”;

Número Séries Seniores: número de séries de Quotas Seniores em circulação;

QQM: Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;

VRQM: Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;

RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e

CT: Taxa de Administração do Fundo, ambos em bases anualizadas.

A fórmula disposta acima será calculada em cada Dia Útil, sendo certo que os parâmetros QQSn, VRQSn, RAQSn, Número Séries Senior, QQM, VRQM, RAQM, e CT utilizados para tal cálculo deverão ser os apurados com relação ao Dia Útil imediatamente anterior.

Para efeitos de cálculo da fórmula acima, as Metas de Rentabilidade vinculadas à Taxa DI serão calculadas com base na Taxa DI apurada e divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento.

A Administradora e o Custodiante não respondem pela solvência dos Sacados, ou pela originação, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

Cada um dos Cedentes é responsável pela originação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Os percentuais e limites referidos acima serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito mediante a celebração de um Contrato de Cessão com cada Cedente, com a interveniência da Gestora, de acordo com a política de análise e seleção de direitos creditórios constante do Anexo IV ao Regulamento. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo estarão plenamente identificados nos Termos de Cessão a serem celebrados no âmbito de cada Contrato de Cessão.

A observância da política de análise e seleção de direitos creditórios descrita no Anexo IV do Regulamento ficará a cargo da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo tecnicamente habilitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados.

Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, o Regulamento e este Prospecto Definitivo não trazem descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco associados a tais processos e políticas.

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias, contados respectiva Data de Aquisição e Pagamento;
- (b) os Direitos de Crédito não poderão ter data de vencimento posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação; e
- (c) o prazo médio ponderado da carteira do Fundo não poderá exceder 60 (sessenta) dias, considerada pro forma a aquisição pretendida.

A verificação dos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante e será realizada previamente à cessão de cada Direito de Crédito ao Fundo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI do Regulamento, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes, dos Sacados e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no parágrafo abaixo.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas Junior em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento.

Observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo caso a Gestora entenda que o valor das Quotas Subordinadas Junior não será suficiente para cobrir as despesas de cobrança antes (i) do recebimento integral dos valores referidos acima; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (“Encargos do Fundo”):

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (iv) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria e ao Verificador da Política de Investimento;
- (v) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (ix) taxas de custódia dos ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (x) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;

- (xi) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- (xii) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Cobrança, Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo;
- (xiii) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356; e
- (xiv) despesas com a contratação de agente de cobrança de que trata o inciso IV do artigo 39 da Instrução CVM 356.

Quaisquer despesas não previstas acima como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurado e provisionado em cada Dia Útil durante a vigência do Fundo, conforme a fórmula abaixo (“Taxa de Administração”):

$$TA = (tx + RG)/252 \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração apurada em cada Dia Útil;

tx: remuneração da Administradora de 0,5% (meio por cento) ao ano;

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração; e

RG: remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano

O valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

A Taxa de Administração será paga no quinto Dia Útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente à Gestora a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe.

O Fundo não cobrará taxa de performance.

Caso ocorra um Evento de Liquidação, a remuneração da Gestora não será devida desde a data da ocorrência do Evento de Liquidação até que o Fundo seja liquidado.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Em cada Dia Útil, a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (ii) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (iii) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, conforme as respectivas Metas de Amortização de Remuneração e Metas de Amortização de Principal, nos termos do Anexo V do Regulamento, por meio da amortização ou resgate da série de Quotas Seniores em questão;

- (iv) recomposição da Reserva de Amortização das Quotas Seniores, da Reserva de Liquidez e do Índice de Liquidez, nos patamares mínimos especificados nos Artigos 50, 51 e 52 do Regulamento;
- (v) devolução aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, conforme a Meta de Amortização de Remuneração e a Meta de Amortização de Principal das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Anexo V do Regulamento, por meio da amortização ou resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (vi) recomposição da Reserva de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino ao patamar mínimo especificado no Artigo 50 do Regulamento;
- (vii) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- (viii) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Júnior, nos termos do Artigo 53 do Regulamento; e
- (ix) aquisição de Direitos de Crédito.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (ii) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 66 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (iii) devolução aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 66 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (iv) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (v) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (vi) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Júnior.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

No que não conflitar com as disposições do Plano Contábil, aplicam-se ao Fundo os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como os de reconhecimento de receitas e apropriação de despesas, previstos nas normas contábeis emitidas pela CVM aplicáveis às companhias abertas, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidência de instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 do Regulamento.

O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em três classes, sendo uma classe de Quotas Seniores, uma de Quotas Subordinadas Mezanino e uma de Quotas Subordinadas Júnior.

EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que, para tanto:

- (i) nenhum Evento de Liquidação deverá ter ocorrido e nenhum Evento de Avaliação deverá estar em vigor;
- (ii) o respectivo Suplemento deverá ter sido devidamente preenchido e levado a registro, na forma do item “o” do Artigo 9º do Regulamento, conforme o modelo que constitui o Anexo II do Regulamento;
- (iii) a Administradora deverá ter obtido manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Júnior em circulação;
- (iv) o Fundo deverá estar cumprindo com a Relação Mínima, com a alocação mínima em Direitos de Crédito nos termos do Artigo 22 do Regulamento, e com o Índice de Liquidez, considerada pro forma a emissão pretendida, exceção feita ao parágrafo abaixo; e
- (v) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356, exceto nos casos de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, hipóteses em que a oferta de Quotas Seniores do estará automaticamente dispensada do registro perante a CVM.

O Fundo poderá emitir nova série de Quotas Seniores, sem observância da Relação Mínima, desde que os recursos provenientes de referida emissão sejam integralmente destinados à Reserva de Amortização das Quotas Seniores, e sejam utilizados exclusivamente para a amortização e/ou resgate de série de Quotas Seniores em circulação. Apenas após o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima, os recursos provenientes da nova emissão poderão ser utilizados nas atividades rotineiras do Fundo. Na hipótese prevista neste parágrafo, o prazo máximo de reenquadramento do Fundo à Relação Mínima será de 90 (noventa) dias contados da data da liquidação financeira da emissão de Quotas Seniores que deu causa ao desenquadramento.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Júnior, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) Valor Unitário de Emissão na primeira Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (iii) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 e no Anexo V do Regulamento; e
- (iv) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 4 (quatro) votos.

Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

As demais características individuais das Quotas Seniores serão estabelecidas no Suplemento a ser formalizado quando de sua emissão.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Mezanino, observado que, para tanto:

- (i) nenhum Evento de Liquidação deverá ter ocorrido e nenhum Evento de Avaliação deverá estar em vigor;
- (ii) o respectivo Suplemento deverá ter sido devidamente preenchido e levado a registro, na forma do item “o” do Artigo 9º do Regulamento, conforme o modelo que constitui o Anexo II do Regulamento;
- (iii) a Administradora deverá ter obtido manifestação favorável à emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas Júnior em circulação; e
- (iv) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356, exceto nos casos de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, hipóteses em que a oferta de Quotas Subordinadas Mezanino estará automaticamente dispensada do registro perante a CVM.

As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Júnior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão, salvo o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 65 do Regulamento;
- (iii) Valor Unitário de Emissão na primeira Data de Emissão da classe de Quotas Subordinadas Mezanino a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (iv) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de emissão, integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 45, no Anexo V do Regulamento;
- (v) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 4 (quatro) votos;
- (vi) não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino, exceção feita às condições específicas estabelecidas em cada Suplemento;
- (vii) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356, exceto nos casos de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, hipóteses em que a oferta de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo estará automaticamente dispensada do registro perante a CVM.

As características individuais das Quotas Subordinadas Mezanino serão estabelecidas no Suplemento a ser formalizado quando de sua emissão.

O resgate integral das Quotas Subordinadas Mezanino não dará causa à liquidação ou encerramento das operações do Fundo.

EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS JÚNIOR

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Júnior, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas Júnior.

As Quotas Subordinadas Júnior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (i) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e resgate observado o disposto no Regulamento;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (iii) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de emissão, integralização, amortização e resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 46-A do Regulamento; e
- (iv) cada Quota Subordinada Júnior corresponderá a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais, sendo certo que os detentores das Quotas Subordinadas Júnior terão o direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação pelos Quotistas, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas no Regulamento.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 44, 45, 46 e 46-A do Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo (valor da Quota de D0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os investidores poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Capítulo VII do Regulamento e as normas e regulamentos aplicáveis.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento. Além disso, o subscritor de Quotas Seniores da 14ª Série deverá declarar, através da assinatura do Termo de Adesão, sua qualidade de investidor qualificado, conforme previsto na Instrução CVM 409.

No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no respectivo Suplemento e no anúncio de início de distribuição da emissão de Quotas em questão, conforme aplicável, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.

Em caso de realização de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, a subscrição ou aquisição de Quotas objeto de tal distribuição por qualquer investidor estará condicionada à prestação por esse, no boletim de subscrição, das declarações exigidas pela referida Instrução, incluindo declaração de que estão cientes de que a oferta de Quotas não foi registrada na CVM e que os valores mobiliários ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas em tal Instrução.

O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado em todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota Sênior na 1ª Data de Emissão da série de Quotas Seniores em questão, acrescido dos rendimentos no período com base na respectiva Meta de Rentabilidade, estabelecida no respectivo Suplemento, deduzido das amortizações já realizadas, sendo certo que o valor agregado das Quotas Seniores de todas as séries em circulação, a qualquer momento, não poderá ser superior ao Patrimônio Líquido do Fundo.

Caso o valor agregado das Quotas Seniores de todas as séries em circulação ultrapasse, a qualquer momento, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor unitário das Quotas Seniores de cada série será ajustado, na proporção necessária para que o valor agregado das Quotas Seniores em circulação corresponda, no máximo, ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo certo que tal ajuste será realizado de acordo com um percentual único, a ser aplicado indistintamente às Quotas Seniores de todas as séries.

A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de emissão, integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino na 1ª Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade estabelecida no Suplemento, deduzido das amortizações já realizadas, sendo certo que o valor agregado das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, a qualquer momento, não poderá ser superior à diferença entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor agregado das Quotas Seniores em circulação.

Caso o valor agregado das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação ultrapasse, a qualquer momento, o valor correspondente à diferença entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor agregado das Quotas Seniores em circulação, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será ajustado, na proporção necessária para que o valor agregado das Quotas Subordinadas Mezanino corresponda, no máximo, ao valor da referida diferença.

Sem prejuízo do estabelecido nos parágrafos acima, na fixação do valor unitário de cada série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, serão observados também os critérios definidos no Anexo V ao Regulamento, que têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino para fins de amortização e/ou resgate de suas Quotas. Para auxiliar na compreensão dos procedimentos de valorização de Quotas constante do Anexo V ao Regulamento, o Anexo VIII ao presente Prospecto Definitivo contém exemplos numéricos da aplicação de tais procedimentos mediante diferentes cenários. Tais critérios não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao Valor Unitário de Referência de tais Quotas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Júnior, seu valor unitário será calculado em toda Data de Cálculo (quota de fechamento), para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor agregado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Júnior em circulação, na Data de Cálculo em questão.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As Quotas Seniores de cada série e as Quotas Subordinadas Mezanino distribuídas serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o disposto nesta seção.

O Fundo realizará Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento, observadas as demais disposições do Regulamento, em especial aquelas constantes do Artigo 35 e do Artigo 69 do Regulamento.

As datas e valores das Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação poderão ser alteradas, desde que tais alterações sejam deliberadas em Assembleia Geral, na forma do Artigo 72 e seguintes do Regulamento, e sejam também aprovadas pela totalidade dos Quotistas da classe e série afetada.

Os titulares das Quotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma (i) reserva de amortização, a ser composta por Ativos Financeiros, para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores (“Reserva de Amortização das Quotas Seniores”); e (ii) reserva de amortização, a ser composta por Ativos Financeiros, para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino (“Reserva de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino” e, em conjunto com a Reserva de Amortização das Quotas Seniores, “Reservas de Amortização”). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma abaixo.

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor as Reservas de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização programadas e Datas de Resgate Programadas:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização programadas ou da Data de Resgate Programada	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram as Reservas de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou em Ativos Financeiros (“Reserva de Liquidez”).

A Administradora e a Gestora deverão certificar-se de que o índice de liquidez da Carteira do Fundo, entendido como a razão entre: (i) a soma do valor do Caixa, Ativos Financeiros e Direitos de Crédito de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações, resgates e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração (“Índice de Liquidez”), seja maior ou igual a 1 (um).

O Índice de Liquidez será calculado pela Administradora todo Dia Útil, no período que se inicia 30 (trinta) dias antes da Data de Amortização ou da Data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas Mezanino, e termina na Data de Amortização ou Data de Resgate em questão.

Caso a relação mínima admitida entre o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior em circulação e o Patrimônio Líquido (“Relação Subordinada Júnior”) seja superior a 14,0% (quatorze por cento), a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas Júnior, até o limite da Relação Subordinada Júnior, mediante solicitação dos titulares das Quotas Subordinadas Júnior.

Sem prejuízo do disposto acima, a partir do 180º (centésimo octagésimo) dia que antecede a Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação (inclusive), a Administradora somente poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas Júnior, caso, *pro forma* à pretendida amortização, a Relação Subordinada Júnior seja igual ou superior a:

- (i) 14,5% (quatorze vírgula cinco por cento), no período entre o 180º (centésimo octagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 150º (centésimo quinquagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive) a partir do término do 6º (sexto) mês (inclusive) anterior à Data de Resgate Programada das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (ii) 15,0% (quinze por cento), no período entre o 150º (centésimo quinquagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 120º (centésimo vigésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive) a partir do término do 5º (quinto) mês (inclusive) anterior à Data de Resgate Programada das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (iii) 15,5% (quinze vírgula cinco por cento) no período entre o 120º (centésimo vigésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 90º (nonagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive) a partir do término do 4º (quarto) mês (inclusive) anterior à Data de Resgate Programada das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (iv) 17,0% (dezessete por cento), no período entre o 90º (nonagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 60º (sexagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive) a partir do término do 3º (terceiro) mês (inclusive) anterior à Data de Resgate Programada das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (v) 18,5% (dezoito vírgula cinco por cento), no período entre o 60º (sexagésimo) dia anterior à a partir do término do 2º (segundo) mês (inclusive) anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive); e
- (vi) 20,0% (vinte por cento), no período entre o 30º (trigésimo) dia anterior à a partir do término do 1º (primeiro) mês (inclusive) anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e a Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino.

Para fins do previsto acima, a Administradora deverá comunicar a Relação Subordinada Júnior aos titulares de Quotas Subordinadas Júnior mensalmente, todo primeiro Dia Útil do mês.

Caso a situação do Fundo permita a amortização de Quotas Subordinadas Júnior, nos termos do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, especialmente com relação (i) à Relação Subordinada Júnior e (ii) aos percentuais referidos nos parágrafos acima e no parágrafo 1º do artigo 53 do Regulamento, mas o montante de amortização de Quotas Subordinadas Júnior seja inferior ao montante máximo permitido, a diferença não amortizada deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

A amortização supra somente poderá ser realizada caso a Relação Mínima, o Índice de Liquidez, a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez, os percentuais referidos nos parágrafos acima, quando aplicáveis, e a alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme prevista no Artigo 22 do Regulamento, estejam sendo plenamente observados, de forma cumulativa, e desde que o Fundo continue enquadrado, mesmo se considerada, de maneira *pro forma*, a amortização pretendida. A amortização aqui prevista também é condicionada à inexistência de Evento de Avaliação e Evento de Liquidação em curso na data em que a amortização deva ser realizada.

Adicionalmente ao disposto no parágrafo acima, a Administradora somente poderá realizar a amortização acima prevista caso o Relatório de Verificação da Política de Investimento referente ao mês anterior ao da amortização pretendida tenha sido recebido pela Administradora, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 21 do Regulamento, e não tenha apontado nenhum descumprimento da Política de Investimento do Fundo. Caso o Relatório de Verificação da Política de Investimento referente ao mês anterior ao da amortização pretendida não tenha sido entregue à Administradora, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido no referido Parágrafo 4º do Artigo 21 do Regulamento, a amortização acima estabelecida estará limitada a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), enquanto a entrega do Relatório de Verificação da Política de Investimento não seja regularizada.

Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em um dado mês, a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em detrimento da amortização solicitada pelos titulares das Quotas Subordinadas Júnior.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, conforme previsto no Regulamento.

Os exemplos numéricos apresentados no Anexo VIII ao presente Prospecto Definitivo ilustram os procedimentos de amortização de Quotas mediante diferentes cenários, com o objetivo de auxiliar a compreensão dos procedimentos de amortização de Quotas. Tais procedimentos não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, dos Coordenadores, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante.

AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS

Quotas Seniores da 14ª Série

Desde a data da primeira integralização de Quotas Seniores da 14ª Série até o término do Período de Carência das Quotas Seniores da 14ª Série, as Quotas Seniores da 14ª Série serão amortizadas trimestralmente, em valor correspondente aos rendimentos obtidos nos respectivos períodos com base na Meta de Rentabilidade (amortização relativa apenas à remuneração), sendo certo que a primeira Amortização Programada ocorrerá no 3º mês após a Data de Emissão das Quotas Seniores da 14ª Série. A partir do 34º mês contado da Data de Emissão das Quotas Seniores da 14ª Série, serão realizadas 6 (seis) Amortizações Programadas, com periodicidade mensal, cada uma correspondente à somatória (i) dos rendimentos obtidos nos respectivos períodos com base na Meta de Rentabilidade (amortização relativa à remuneração), e (ii) de 1/6 (um sexto) do Valor Unitário de Emissão (amortização relativa ao principal).

As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 14ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização.

Caso uma Data de Amortização não seja um Dia Útil, o pagamento da respectiva Amortização Programada será realizado no Dia Útil subsequente.

PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate Programada, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 44, 45 e 46 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Júnior, na hipótese prevista no Artigo 53 do Regulamento, ou após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Artigo 46-A do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate Programada, conforme o caso.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 68 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$100.000,00 (cem mil reais). Além disso, esta Oferta destina-se somente a Investidores Qualificados.

As Quotas serão registradas para negociação na CETIP, de acordo com o Regulamento e este Prospecto Definitivo.

A integralização, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo deverão ser realizados conforme dispostos nesta Seção “Características das Quotas” deste Prospecto Definitivo.

Para maiores informações sobre os valores movimentação do Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mails de atendimento abaixo indicados:

Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

At.: Sra. Fernanda Ferraz Braga de Lima

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 50, 5º, 6º e 7º andares,

São Paulo – SP

Telefone: (11) 3372-8300

Fac-símile: (11) 3372-8300

E-mail: fundos.adm@gradualinvestimentos.com.br

Internet: www.gradualinvestimentos.com.br

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser contabilizados inicialmente pelo seu custo de aquisição.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Os Direitos de Crédito terão seu valor calculado, todo Dia Útil, de acordo com a taxa de juros respectiva, observado o disposto na Instrução CVM 489. Da mesma forma, as provisões e as perdas com Direitos de Crédito ou com os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM 489.

Caso os valores de principal e juros vencidos e não pagos relativos aos Direitos de Crédito sejam, de alguma forma, recuperados após o provisionamento ou contabilização da perda, tais valores serão integralmente destinados ao Patrimônio Líquido do Fundo.

Caso, por qualquer motivo, o Custodiante não receba e verifique os Documentos Comprobatórios de quaisquer dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo constante da alínea “b” do Artigo 14 do Regulamento, o Custodiante comunicará tal fato à Administradora, até o Dia Útil seguinte ao da sua verificação, para que a Administradora realize o provisionamento ou contabilize como perda o valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor dos referidos Direitos de Crédito que ainda não estiverem liquidados.

ENQUADRAMENTO À RELAÇÃO MÍNIMA

A Administradora verificará, todo Dia Útil, até a Data de Resgate da última série de Quotas Seniores em circulação, se a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o somatório do valor das Quotas Seniores em circulação (“Relação Mínima”) é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento).

Caso, em qualquer data de apuração, a Relação Mínima seja inferior ao percentual estabelecido acima, a Administradora deverá comunicar tal fato aos titulares de Quotas Subordinadas Júnior, na mesma data em que o desenquadramento for apurado, para que estes decidam se realizarão aporte adicional de recursos no Fundo, por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Júnior, objetivando o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima.

Caso a Relação Mínima não seja reestabelecida no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o desenquadramento for verificado, exceto conforme disposto no Parágrafo Único do Artigo 35 do Regulamento, a Administradora comunicará tal fato à Gestora e à Agência de Classificação de Risco e suspenderá as aquisições de Direitos de Crédito até que a Relação Mínima seja reestabelecida.

Adicionalmente ao estabelecido nos parágrafos acima, a Administradora verificará, todo Dia Útil, enquanto existirem Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, se a relação entre (i) o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior e (ii) a Relação Subordinada Júnior é igual ou superior a 14,0% (quatorze por cento).

Caso, em qualquer data de apuração, a Relação Subordinada Júnior seja inferior ao percentual estabelecido no parágrafo acima, a Administradora deverá comunicar tal fato aos titulares de Quotas Subordinadas Júnior, na mesma data em que o desenquadramento for apurado, para que estes decidam se realizarão aporte adicional de recursos no Fundo, por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Júnior, objetivando o reenquadramento do Fundo à Relação Subordinada Júnior.

Caso a Relação Subordinada Júnior não seja reestabelecida no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de desenquadramento, a Administradora comunicará tal fato à Gestora e à Agência de Classificação de Risco e suspenderá as aquisições de Direitos de Crédito até que a Relação Subordinada Júnior seja reestabelecida.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (“Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) caso a Relação Mínima não seja observada por um período de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos contados da data da ocorrência do desenquadramento ou, no caso previsto no Parágrafo Único do Artigo 35 do Regulamento, caso não ocorra o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da liquidação financeira da emissão de Quotas Seniores que deu causa ao desenquadramento;
- (ii) caso a Relação Subordinada Júnior seja inferior a 14,0% (quatorze por cento) por um período de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos contados da data da ocorrência do desenquadramento;
- (iii) caso haja amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas Júnior em desacordo com o Artigo 53 do Regulamento;
- (iv) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries de Quotas Seniores em circulação ou das Quotas Subordinadas Mezanino em dois sub-níveis;
- (v) caso as amortizações e/ou resgates programados de qualquer série ou de qualquer classe de Quotas não sejam efetuadas, integralmente, nas datas estabelecidas nos respectivos Suplementos;
- (vi) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da respectiva data de vencimento atinjam 12% (doze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vii) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pela Gestora, sem prévia aprovação da Assembleia Geral;
- (viii) caso a proporção de substituição de Direitos de Crédito exceda 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido, conforme apontada em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou em quatro Relatórios de Monitoramento alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (ix) caso o montante total de Direitos de Crédito pagos com atraso de até 30 (trinta) dias da respectiva data de vencimento seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme apontado em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou em quatro Relatórios de Monitoramento alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (x) caso a manutenção das Reservas de Amortização, da Reserva de Liquidez e do Índice de Liquidez não sejam observados por um período superior a 15 (quinze) dias consecutivos;
- (xi) caso no período de 5 (cinco) dias que antecedem uma Data de Amortização Programada e/ou Data de Resgate de qualquer classe ou série de Quotas, as Reservas de Amortização não estejam devidamente constituídas;
- (xii) caso a Administradora, o Custodiante ou o Gestor não observem os seus respectivos deveres e obrigações previstos no Regulamento, na Lei nº 6.385/76 e nos demais normativos da CVM, desde que, notificados para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação; e
- (xiii) caso (i) o Relatório de Verificação da Política de Investimento não seja disponibilizado pela Administradora ou pela Gestora em seus respectivos sites na internet, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados do término do Período de Verificação, ou (ii) tal Relatório de Verificação da Política de Investimento aponte descumprimento da Política de Investimento do Fundo, em qualquer caso, em 2 (dois) meses consecutivos ou em 4 (quatro) dos últimos 12 (doze) meses.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral, no menor prazo possível, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 66 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

No caso de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, pelo seu valor atualizado, detidas pelos Quotistas dissidentes, sendo certo que (i) os Quotistas dissidentes deverão manifestar sua dissidência até o encerramento da Assembleia Geral em questão, e (ii) em caso de existência de Quotistas dissidentes, os demais Quotistas terão o direito de alterar seu(s) voto(s) formulado(s) na Assembleia Geral em questão.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (“Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (i) cessação ou renúncia pela Administradora ou descredenciamento pela CVM da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos no Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Regulamento;
- (ii) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da efetiva cessação de seus serviços; e
- (iii) cessação pela Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Gestora.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos abaixo.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a qual deverá ocorrer no menor prazo possível, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas. A Gestora, o Custodiante e os Quotistas titulares de pelo menos 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar a referida Assembleia Geral caso o Evento de Liquidação seja relacionado à Administradora.

No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, pelo seu valor atualizado, detidas pelos Quotistas dissidentes, sendo certo que (i) os Quotistas dissidentes deverão manifestar sua dissidência até o encerramento da Assembleia Geral em questão, e (ii) em caso de existência de Quotistas dissidentes, os demais Quotistas terão o direito de alterar seu(s) voto(s) formulado(s) na Assembleia Geral em questão.

Observada a deliberação da Assembleia Geral quanto a liquidação antecipada, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e, posteriormente, todas as Quotas Subordinadas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (i) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (ii) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo;
- (iii) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX do Regulamento, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Mezanino, até o limite dos recursos disponíveis;
- (iv) os Quotistas detentores de Quotas Seniores terão prioridade sobre os valores a serem resgatados pelo Fundo até o limite de seus respectivos Valores Unitários de Referência, conforme calculados com relação à Data de Cálculo imediatamente anterior à ocorrência do Evento de Liquidação que ensejou o início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Os Quotistas detentores de Quotas Seniores deverão receber os valores distribuídos no âmbito da liquidação nas proporções de seus Valores Unitários de Referência, sendo certo que os Valores Unitários de Referência deverão ser amortizados após a realização de cada pagamento; e
- (v) após o resgate integral das Quotas Seniores (caracterizado pela amortização integral dos respectivos Valores Unitários de Referência), os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Mezanino terão prioridade sobre os valores a serem resgatados pelo Fundo até o limite de seus respectivos Valores Unitários de Referência, conforme calculados com relação à Data de Cálculo imediatamente anterior à ocorrência do Evento de Liquidação que ensejou o início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Mezanino deverão receber os valores distribuídos no âmbito da liquidação nas proporções de seus Valores Unitários de Referência, sendo certo que os Valores Unitários de Referência deverão ser amortizados após a realização de cada pagamento.

Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 do Regulamento, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 do Regulamento somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 do Regulamento, os titulares das Quotas Subordinadas Júnior poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

ASSEMBLEIA GERAL

COMPETÊNCIA

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (ii) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (iii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxas que tenham sido objeto de redução;
- (iv) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (v) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 do Regulamento; e
- (vi) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de Classificação de Risco e do Verificador da Política de Investimento, na hipótese prevista no Parágrafo 4º do Artigo 21; e
- (vii) aprovar a contratação dos demais prestadores de serviços do Fundo, exceção feita aos prestadores de serviços relacionados à emissão de novas Quotas do Fundo e aos assessores legais que serão contratados diretamente pela Administradora.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas Seniores em circulação, a maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação e a maioria das Quotas Subordinadas Júnior em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo abaixo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A (i) cada Quota Sênior ou a cada Quota Subordinada Mezanino corresponde 4 (quatro) votos e (ii) cada Quota Subordinada Júnior corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Ressalvado o disposto nos parágrafos abaixo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de no mínimo a maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral, observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, as matérias previstas nas alíneas (b), (c) e (d) do Artigo 72 do Regulamento, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

A alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação (i) da Assembleia Geral e (ii) dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino e da maioria das Quotas Subordinadas Júnior em circulação:

- (i) características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Júnior;
- (i) as matérias previstas nos itens (e) e (f) do Artigo 72 do Regulamento; e
- (ii) a cobrança de taxas e encargos de qualquer natureza pela Administradora que não estejam expressamente prevista no Regulamento.

A alteração da Relação Subordinada Júnior dependerá apenas e tão somente da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino e da maioria das Quotas Subordinadas Júnior em circulação, sendo certo que tal alteração não afetará a Relação Mínima.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quóruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos. Somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos;
- (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, na Gestora em suas respectivas controladoras, em sociedades por elas diretas ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) não exercer cargo em Cedente de Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto Definitivo, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

OBJETIVO DE TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como fundo de investimento de longo prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS

IOF/Títulos

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306/07, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Contudo, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia, relativamente a operações ocorridas após este eventual aumento.

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao Imposto sobre Operações de Câmbio ("IOF/Câmbio"). Atualmente, como regra geral, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento).

Todavia, atualmente, as operações de câmbio de ingresso e retorno das remessas de recursos do e para o exterior por Quotistas residentes e domiciliados no exterior que invistam nos mercados financeiro e de capitais brasileiros estão sujeitas ao IOF/Câmbio à alíquota 0% (zero por cento).

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a operações de câmbio ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda e tomarão por base a residência dos Quotistas (i) no Brasil (ii) no exterior (iii) no exterior em país ou jurisdição de tributação favorecida, assim entendido como aquele que não tributa a renda, ou que a tributa a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ("Jurisdição de Tributação Favorecida"), de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo¹:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ◇ 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- ◇ 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- ◇ 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo²:

- ◇ 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - ◇ 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias.
- os ganhos auferidos na cessão ou na alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento), devendo ser tributados como ganhos de renda variável, quando auferidos em operações realizadas dentro de bolsa e como ganhos de capital, quando auferidos fora de bolsa.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

Como regra, o IRRF será tratado como: (i) definitivo, no caso de Quotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do imposto devido, uma vez que os rendimentos e ganhos integram a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro - CSLL. Nessa hipótese, o imposto de renda retido na fonte é tratado como antecipação, podendo ser compensado com o IRPJ apurado no encerramento do período de apuração.

Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do IRRF, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista. Essa retenção ocorrerá sobre o valor de alienação e o valor do imposto retido poderá ser utilizado para compensação com valores devidos a título de imposto de renda de fonte.

¹ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

² Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

(iii) Para Quotistas residentes no exterior:

Aos Quotistas residentes no exterior que efetuam investimento no país de acordo a Resolução nº 2689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional ("Quotistas Qualificados") é aplicável tratamento tributário específico em função de residirem ou não em Jurisdição de Tributação Favorecida:

- Aos Quotistas Qualificados não residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida será aplicável o regime especial de tributação, segundo o qual os rendimentos auferidos estão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15%.

Aos Quotistas Qualificados residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida é aplicável o mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável às pessoas físicas residentes e domiciliadas no Brasil acima descrito.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

O Fundo não tem personalidade jurídica, não estando, desse modo, sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Além disso o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Juscelino Kubitschek 50, 5º, 6º e 7º andares, e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.918.160/0001-73.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Observada a regulamentação em vigor e as limitações do Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a carteira do Fundo.

Observados os termos e as condições do Regulamento e da regulamentação aplicável, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- (b) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção: (1) das procurações outorgadas à Gestora; e (2) das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- (c) contratar em nome do Fundo e às custas deste, sem prejuízo de sua responsabilidade, terceiros para a execução dos serviços de gestão da carteira do Fundo, nos termos do Artigo 32 do Regulamento, controladoria, custódia, administração e cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, no Regulamento, neste Prospecto Definitivo, no Contrato de Distribuição e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo, incluindo, sem limitação, o Contrato de Cessão celebrado com cada um dos Cedentes e os Termos de Cessão celebrados no âmbito de cada Contrato de Cessão;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;

- (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12 do Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
 - (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-los do
 - (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração praticada;
 - (d) divulgar aos Quotistas, no prazo de 40 (quarenta) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, por meio do Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Quotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Relação Mínima, apurada nos termos do Capítulo XVII do Regulamento, e os relatórios sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizados pela Agência de Classificação de Risco;
 - (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
 - (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
 - (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
 - (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
 - (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 do Regulamento;
 - (j) observar estritamente a Política de Investimento, conforme o disposto no Capítulo VII do Regulamento;
 - (k) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão com cada um dos Cedentes, seus eventuais aditamentos, bem como os Termos de Cessão;
 - (l) executar, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, os seguintes serviços:
 - (i) escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas;
 - (ii) manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas;
 - (iii) manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e
 - (iv) fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;

- (m) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) extratos da Conta de Cobrança e da Conta do Fundo, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
 - (iv) recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (n) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão;
- (o) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de sua aprovação ou celebração, conforme o caso;
- (p) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (q) manter a Conta de Cobrança até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, e transferir diariamente para a Conta do Fundo a totalidade dos recursos depositados na Conta de Cobrança;
- (r) verificar o cumprimento da Política de Investimento do Fundo, com base nas informações disponibilizadas pela Gestora e pelos demais prestadores de serviços do Fundo;
- (s) disponibilizar aos Quotistas, no seu site na internet, o relatório mensal elaborado pelo Verificador da Política de Investimento, atestando o cumprimento ou não pela Gestora da Política de Investimento do Fundo, até o 15º Dia Útil após o término de cada Período de Verificação; e
- (t) fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

A Administradora enviará ao Agente de Guarda os originais dos Contratos de Cessão celebrados pelo Fundo com cada um dos Cedentes e os Termos de Cessão celebrados no âmbito de cada Contrato de Cessão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de sua celebração. O Agente de Guarda fará a guarda de tais documentos, juntamente com os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, nos termos do Contrato de Guarda, conforme o disposto no Artigo 15 do Regulamento.

É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do parágrafo acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Excetua-se do disposto no parágrafo acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros ou modalidades de investimento em desacordo com a Política de Investimento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (h) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (i) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (j) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (k) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
- (l) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com o Regulamento;

- (m) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas; e
- (n) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado à Gestora.

Salvo se expressamente autorizado pelo Regulamento ou pelos titulares das Quotas, reunidos em Assembleia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- (b) distratar, rescindir ou aditar qualquer Contrato de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Contrato de Gestão, o Contrato de Serviços de Classificação de Risco e o Contrato de Serviços de Auditoria Independente, ressalvadas as alterações de carácter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo; e
- (d) proceder à abertura de contas correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição do Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie, entre outras coisas, nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 356, que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua Política de Investimento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

INFORMAÇÕES REFERENTES À SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXI do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, observado o disposto no parágrafo abaixo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado para tanto o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI do Regulamento.

Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da referida Assembleia Geral.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Histórico

A Gradual iniciou suas operações em janeiro de 1991, como uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, atendendo um grupo selecionado de pessoas físicas, e, posteriormente, pessoas jurídicas não financeiras. Em março de 2000, adquiriu um título patrimonial da Bolsa de Valores de Santos, alterando a sua denominação para Gradual CCTVM S/A, tornando-se corretora permissionária eletrônica junto à Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Em setembro do mesmo ano adquiriu títulos patrimoniais da BOVESPA, tornando-se Corretora Nacional, operando diretamente no pregão da bolsa e nos sistemas eletrônicos Mega Bolsa e Soma.

Com a aquisição de um título patrimonial da Bolsa de Mercadorias & Futuros, em janeiro de 2002, a Gradual CCTVM S.A. passou a oferecer aos seus clientes uma gama maior de serviços. Em 2004, iniciou suas atividades na área de fundos de investimento de direitos creditórios, sendo hoje administradora de mais de 35 FIDCs e FIPs, totalizando um patrimônio consolidado sob sua administração que ultrapassa US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares).

A Gradual CCTVM S.A. é uma corretora tradicional, com mais de quinze anos de atuação nos mercado de câmbio e de valores mobiliários, e conta com uma equipe de aproximadamente 170 (cento e setenta) profissionais experientes e especializados no mercado financeiro – operadores de mesa, controllers, middle officers e operadores e auxiliares de pregão, entre outros. Com matriz em São Paulo, mantém filiais nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e mais 15 endereços de representações autônomas.

Atualmente a corretora responde por 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) do volume total negociado na BM&FBOVESPA, ocupando a 12ª posição no Ranking BM&F e a 16ª posição no Ranking Bovespa.

O objetivo da Gradual CCTVM S.A. é oferecer aos seus clientes as melhores alternativas de portfólio, desde investimentos diretos, através de títulos ou ações, carteiras administradas, fundos de investimentos em ações e multimercados e clubes de investimento, buscando uma fórmula sob medida para cada caso. A Gradual CCTVM S.A. conta atualmente com mais de dez mil clientes ativos em carteira, entre pessoas físicas, instituições financeiras e não financeiras.

Verificação pela Administradora do cumprimento das respectivas obrigações pela Gestora e pelo Custodiante

Nos termos do item (c) do Artigo 17 do Regulamento, a Gestora deverá realizar o acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir o Relatório de Monitoramento todo 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, destacando o atendimento ou não da carteira do Fundo à Política de Investimento do Fundo.

A Administradora poderá solicitar à Gestora, a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, os documentos que comprovem que a Gestora está adimplente com suas obrigações descritas no Regulamento e as estabelecidas na regulamentação em vigor, bem como documentos que tenham subsidiado a Gestora no desempenho de suas atividades descritas no Regulamento, incluindo, mas não se limitando, à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, sendo que, neste caso, a Gestora deverá, em até 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento de notificação da Administradora neste sentido, enviar os documentos e informações solicitados à Administradora, em conjunto com um relatório contendo a devida explicação de como as suas atividades estão sendo cumpridas com relação ao Fundo.

Adicionalmente, a Administradora, ou um terceiro contratado por ela, realizará, no prazo de aproximadamente um ano, uma visita às sedes ou filiais da Gestora e do Custodiante, na qual será verificado o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nos respectivos contratos celebrados com esses prestadores de serviços, incluindo as decorrentes da legislação em vigor e do Regulamento.

Caso a Administradora verifique quaisquer inconsistências na verificação acima referida, deverá comunicar este fato ao prestador de serviço para que regularize no prazo estipulado pela Administradora a prestação do serviço de acordo com o estabelecido no respectivo contrato. Adicionalmente, haverá uma classificação interna dos prestadores de serviços de forma que alguns poderão ser visitados em prazo inferior a um ano e outros em prazo superior, a critério da Administradora, de acordo com a estrutura do Fundo e com o relatório de análise realizado na visita anterior.

PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Para a prestação dos serviços de custódia e escrituração das Quotas do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento previamente à cada cessão;
- (ii) receber e verificar os Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro da totalidade dos Direitos de Crédito, em até 10 (dez) Dias Úteis após cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Ativos Financeiros e dos Direitos de Crédito;
- (iv) fazer a custódia e a guarda dos Documentos Comprobatórios e da documentação relativa aos demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, com metodologia pré-estabelecida e permitir acesso aos Documentos Comprobatórios à Empresa de Auditoria, à Agência de Classificação de Risco e aos órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros custodiados, depositando os valores recebidos diretamente na Conta de Arrecadação do Fundo.

Para a prestação do serviço de análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, nos termos do item “(ii)” acima, o Custodiante poderá contratar terceiros, sob sua responsabilidade e às suas expensas.

Fica dispensada a verificação trimestral dos Documentos Comprobatórios representativos dos Direitos de Crédito inadimplidos e dos Direitos de Crédito substituídos, uma vez que os Documentos Comprobatórios de todos os Direitos de Crédito serão verificados pelo Custodiante ou por terceiro por ele contratado quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, observado o prazo disposto no item “(ii)” acima.

No caso de Direitos de Crédito substituídos, os Documentos Comprobatórios que representem os novos Direitos de Crédito deverão ser recebidos e verificados pelo Custodiante no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da sua substituição.

No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora, a abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância do Regulamento e do Contrato de Custódia.

Sem prejuízo da sua responsabilidade, nos termos do Regulamento e da legislação e regulamentação vigente, o Custodiante poderá contratar empresa especializada no armazenamento e guarda de documentos (“Agente de Guarda”), que não pode ser o originador, um Cedente ou a Gestora, conforme instrumento particular a ser firmado entre o Custodiante e o Agente de Guarda, com a interveniência e anuência da Administradora e da Gestora (“Contrato de Guarda”), para prestar os serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios.

O Agente de Guarda manterá as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, bem como as vias originais dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão celebrados entre o Fundo e os Cedentes, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Fundo. A contratação do Agente de Guarda, conforme descrita neste parágrafo, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, conforme alterada, nem tampouco as responsabilidades da Administradora, nos termos do Artigo 34 da Instrução CVM nº 356.

O Custodiante e a Administradora terão acesso irrestrito aos documentos sob a guarda do Agente de Guarda, podendo, a qualquer tempo, realizar diligências nos estabelecimentos do Agente de Guarda, com o objetivo de verificar tais documentos, bem como o cumprimento pelo Agente de Guarda de suas obrigações, nos termos do Contrato de Guarda.

Pela prestação dos serviços acima elencados, o Custodiante fará jus a uma remuneração anual correspondente a (i) 0,2% (dois décimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais); e (ii) 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Histórico

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão está presente no Brasil desde 1911. Com sede em São Paulo, atua como banco múltiplo, com carteira comercial e de investimento, oferecendo um amplo leque de serviços e produtos financeiros para seus clientes - empresas multinacionais, grandes empresas nacionais, instituições financeiras e investidores.

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão faz parte do grupo Deutsche Bank. Este oferece seus serviços em 72 países, conta com mais de 80 mil colaboradores e é uma das maiores instituições financeiras do mundo, ocupando uma posição de destaque no cenário mundial como prestador de serviços para o mercado de capitais. É o líder na prestação desse serviço na Europa e destaca-se entre os grandes agentes na Ásia e também nas Américas.

A unidade de “Global Transaction Banking” (GTB) do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão oferece uma gama completa de serviços inovadores e líderes no mercado de gestão de caixa, financiamento de operações comerciais, mercado de capital, aplicações e serviços fiduciários no Brasil.

A unidade de “Trust & Securities Services” oferece a seus clientes soluções customizadas para a prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários, controladoria e escrituração de cotas para fundos de investimentos, serviços de custódia e representação local para investidores não-residentes, além de serviços de emissor e escrituração de BDRs nível I não patrocinados.

Através da área de “Direct Securities Services – DSS“, oferece a seus clientes acesso a mais de 31 mercados em 4 continentes: América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Essa presença mundial, juntamente com a gama de serviços oferecidos, possibilita aos clientes administrar seus ativos de uma forma mais efetiva e segura.

Com destacada atuação global na área de investment banking, responsável pela coordenação de operações de fusões e aquisições, emissão de ações e de instrumentos de dívida, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão possui amplo conhecimento e comprovada experiência, conforme demonstram as posições do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão em diversos rankings.

O Banco alcançou o segundo lugar no ranking global de emissões de bonds internacionais dos últimos 12 meses (base 31/03/2011) de acordo com a Bloomberg, tendo coordenado emissões que atingiram US\$246,0 bilhões; terceiro lugar no ranking global de emissões de ações dos últimos 12 meses (base 31/03/2011) segundo a Bloomberg, tendo coordenado emissões no montante de US\$35,7 bilhões; sexto lugar no ranking global de fusões e aquisições dos últimos 12 meses (base 31/03/2011) de acordo com a Bloomberg, tendo assessorado clientes em transações que somaram US\$310,1 bilhões; quinto lugar no Ranking de Emissões Externas dos últimos 12 meses (base 31/03/2011) de acordo com a ANBIMA, tendo coordenado emissões de montante aproximado de US\$12,6 bilhões; e décimo primeiro lugar no Ranking de Fusões e Aquisições em 2010 de acordo com a ANBIMA, tendo assessorado clientes em operações que atingiram aproximadamente R\$20,5 bilhões.

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão foi eleito Best Global Investment Bank 2010 pela Euromoney Magazine, Bank of the Year pela revista IFR e em 2011, Derivatives House of the Year pela Risk Magazine. Pela Euromoney, conquistou ainda duas categorias relevantes na América Latina – Best Risk Management House e Best FX House; pela IFR foi premiado como Latin America Bond House. Recentemente foi reconhecido como Domestic Top Rated no Brasil, pela Emerging Markets Survey.

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão coordenou também emissão de debêntures da Brazsoil Manati Exploração Petrolífera S.A. (R\$160 milhões), na emissão de bonds da BR Malls S.A. (US\$230 milhões) Itau-Unibanco (US\$250 milhões), Fibria (US\$750 milhões), Governo do México (US\$1 Bilhão), Banco Santander (US\$650 milhões) e na emissão de Eurobonds do Banco do Brasil (€750 milhões), dentre outras ofertas. No acumulado do primeiro trimestre de 2010, o DBSA ocupou a primeira posição no ranking de operações de fusões e aquisições fechadas, tendo assessorado o montante equivalente a R\$10,9 bilhões de acordo com a ANBIMA.

Verificação pelo Custodiante do cumprimento das obrigações pelo Agente de Guarda

O Custodiante ou terceiro por ele contratado verificará periodicamente os procedimentos realizados pelo Agente de Guarda, com o propósito de controlar e monitorar os serviços contratados a partir da verificação dos seguintes itens:

- (i) validação dos critérios de formalização cadastrados no Fundo;
- (ii) catalogação e acesso aos Documentos Comprobatórios;
- (iii) existência de controles de acesso físico;
- (iv) existência de câmeras de vigilância;
- (v) existência de controles de retirada de documentação física; e
- (vi) existência de dispositivos contra incêndio.

GESTÃO

A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 4º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.504.852/0001-32, autorizada a realizar a prestação de serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.179, datado de 23 de julho de 2010.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) analisar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados a Política de Investimento, a Taxa Mínima de Cessão, os limites de concentração e as demais disposições aplicáveis do Regulamento;
- (ii) analisar e selecionar Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a Política de Investimento, devendo envidar esforços para manter o enquadramento fiscal do Fundo como de longo prazo;
- (iii) realizar o acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir relatório, todo 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, destacando o atendimento ou não da carteira do Fundo à Política de Investimento do Fundo (“Relatório de Monitoramento”);

- (iv) realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Gestão, instruindo os Sacados ou os Cedentes, em caso de coobrigação, a efetuar os pagamentos dos Direitos de Crédito na Conta de Cobrança;
- (v) negociar e vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos por prazo superior a 180 dias (cento e oitenta dias).

Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Gestora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o sacado inadimplente, bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pela Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Gestora.

Histórico do grupo SRM

A história do grupo SRM inicia-se com a migração do patriarca da família Mansur para o Brasil, em 1910. Após alguns anos trabalhando como vendedor ambulante, o patriarca estabelece a sua primeira loja, em conjunto com seus cinco filhos na cidade de São Paulo.

Em 1984, um dos filhos do patriarca assume a administração dos negócios da família e dá continuidade aos projetos de forma independente, gerindo seu próprio comércio atacadista (Comércio de Tecidos R. Mansur Ltda.). Já em 1986, Salim Mansur, com quinze anos, entra no negócio, auxiliando seu pai e, em 1988, seu irmão Marcos Mansur, também com quinze anos, se une aos negócios. A partir daí, deu-se início a uma expansão de filiais pelas regiões sul, sudeste e centro-oeste do país. Em 1994, o grupo já possuía catorze lojas no país e uma unidade fabril no interior do estado São Paulo, na cidade de Americana.

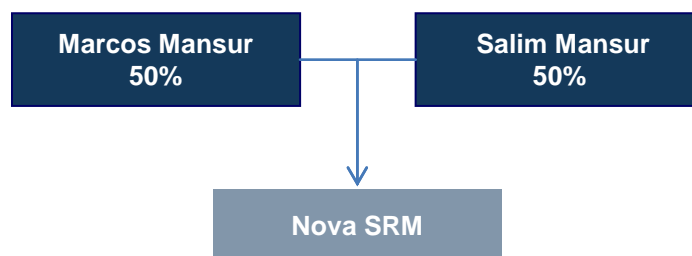
Ao longo do tempo, o negócio de compra e venda de produtos têxteis passou a se assentar cada vez mais na gestão de capital de giro. Os negócios eram centrados no financiamento a clientes, uma vez que se comprava em grandes quantidades e se vendia em pequenas partes, para diversos clientes, quase sempre a prazo. Com isso, o grupo desenvolveu o conhecimento de concessão e gestão de crédito, assim como o de cobrança. Os próprios fornecedores procuravam a família Mansur para antecipar seus recebíveis, pois o atacado por eles desenvolvido era bastante capitalizado.

Em 1998, com o mercado aberto e a competitividade externa, se fez necessária uma mudança de foco nos negócios. Foi quando as atividades de concessão direta de crédito se iniciam com a fundação da R. Mansur Factoring.

A experiência adquirida com a concessão de crédito a fornecedores e clientes, conhecimento da indústria e comércio brasileiros, além da estrutura estabelecida de análise de crédito e processo de cobrança necessário para a concessão de crédito ao setor têxtil, permitiram uma rápida e sustentada evolução da factoring, que após pouco tempo mostrou-se mais rentável e com maior potencial de crescimento do que os investimentos no setor têxtil e de importações.

Em 1999, iniciou-se o processo de encerramento das atividades de comércio e indústria do grupo SRM e o desenvolvimento intensivo das atividades no setor financeiro.

Com o objetivo de proporcionar maior transparência às suas atividades e facilitar a captação de recursos, em 2005, o grupo SRM constituiu o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I, o primeiro fundo de investimento em direitos creditórios dedicado à atividade de factoring no Brasil. Além disso, nessa mesma época, foi criada a SRM Administração de Recursos e Finanças Ltda., gestora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I, controlada pelos irmãos Salim Mansur e Marcos Mansur, cada um dos quais detendo 50% das cotas da gestora. Em 2010, no contexto de potenciais negociações de entrada de novos sócios nos negócios do grupo SRM, foi criada a Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A., sociedade anônima inicialmente com a mesma composição acionária da SRM Administração de Recursos e Finanças Ltda., que a sucedeu na gestão do Fundo. A composição acionária da Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A. permaneceu inalterada, sendo Salim Mansur e Marcos Mansur detentores das ações da empresa, em iguais proporções, conforme segue:



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

A R. Mansur Factoring continuou suas atividades e tornou-se uma pequena cedente de recebíveis ao Fundo, sendo extinta em 2006. A partir daí, a Gestora começou a expandir seus negócios e filiais por diversos Estados do país. Atualmente, a Gestora conta com sua sede em São Paulo e filiais abertas nos seguintes períodos:

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Abertura de Filiais			Caxias do Sul, Londrina*, Porto Alegre e Curitiba	Ribeirão Preto		Campinas, Criciúma, Maringá*, Rio de Janeiro, São José do Rio Preto e Venâncio Ayres*	São Bernardo do Campo e Florianópolis	Curitiba II e Belo Horizonte	
Nº de Funcionários	20	30	48	58	66	90	112	112	135

* Filiais fechadas por motivo de mudança na estratégia de negócios

Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

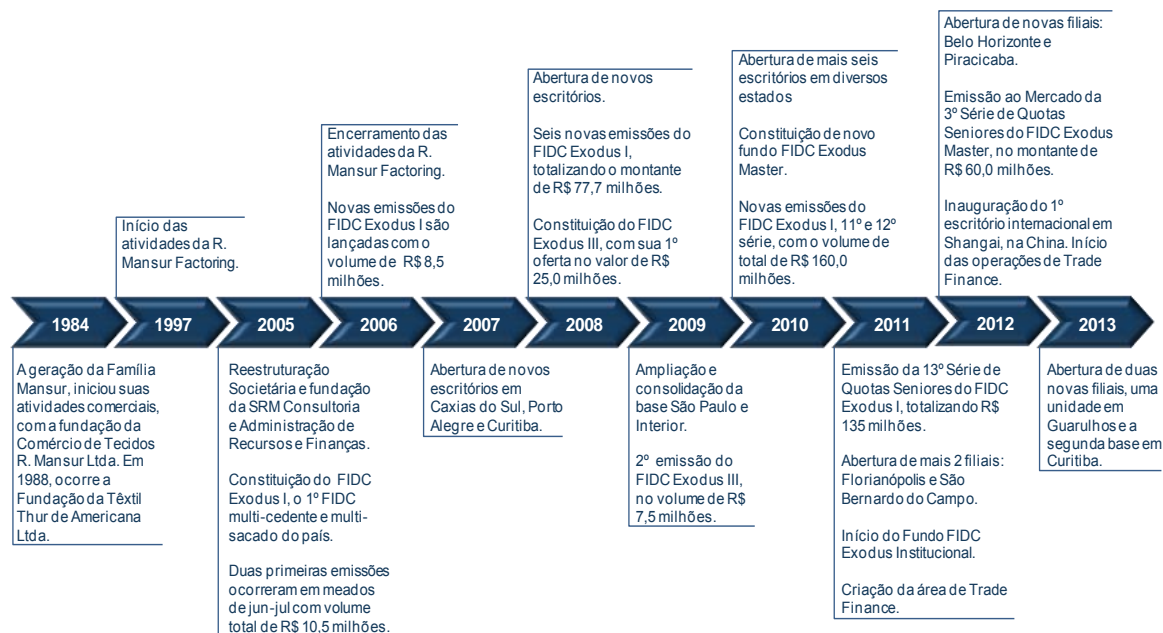
O desempenho do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I permitiu que, em maio de 2007, fosse constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Exodus II e, em 2008, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Exodus III. Posteriormente constituiu-se o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Bandeirante (voltado especificamente aos fornecedores da EMBRAER). Também foi lançado, em meados de 2010, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Exodus Master (com foco exclusivo em operações de cédula de crédito bancário).

Vale ressaltar que na presente data os fundos de investimento em direitos creditórios geridos pela Gestora que possuem características multi-cedentes e multi-sacados são, exclusivamente, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Exodus III. Este último foi estruturado para um único investidor, em 2008.

Ainda em 2010, duas novas emissões do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I foram realizadas, com a captação total de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais).

Cabe destacar que a família Mansur atua de forma independente, não possuindo nenhum parentesco ou vínculo familiar ou de negócios com qualquer outro grupo de mesmo sobrenome.

Segue abaixo uma linha do tempo dos principais acontecimentos envolvendo o grupo SRM:



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Evolução dos Ativos sob Gestão

A Gestora gere 5 fundos de investimentos na data do presente Prospecto Definitivo, conforme listados na tabela abaixo (“Fundos Geridos”):

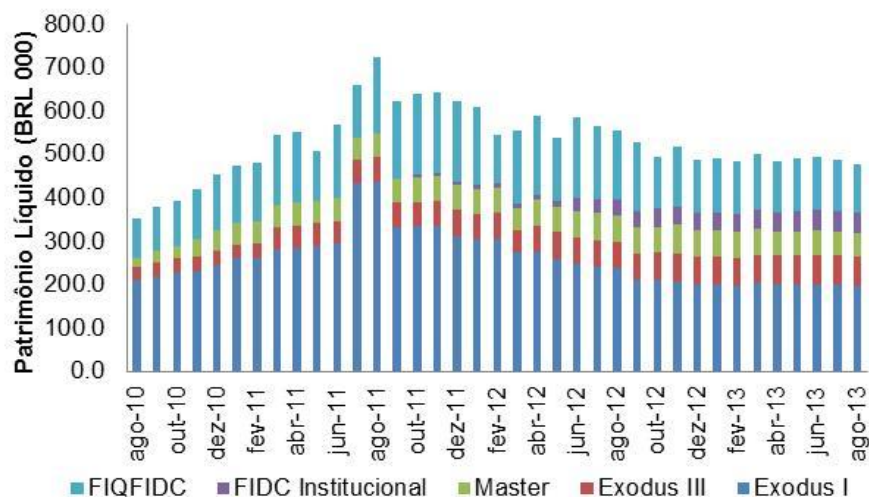
Nome	CNPJ	Tipo	Data de 1ª Subscrição	Patrimônio Líquido em 30 de agosto de 2013
FIDC da Indústria Exodus I	07.399.646/0001-32	FIDC	21/06/2005	195.773.837,80
FIDC da Indústria Exodus III - BRZ	09.194.715/0001-05	FIDC	08/04/2008	69.553.138,19
FIDC da Indústria Exodus Master	11.629.795/0001-18	FIDC	24/05/2010	52.682.297,59
FIDC da Indústria Exodus Institucional	14.051.028/0001-62	FIDC	05/10/2011	46.648.218,97
FIC-FIDC SRM	09.260.031/0001-56	FICFIDC	08/04/2008	113.477.514,08

Fonte: CVM

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Gráfico de Evolução do Patrimônio Líquido sob gestão (em R\$)

O gráfico e a tabela abaixo ilustram a evolução mensal do patrimônio líquido dos Fundos Geridos desde agosto de 2010:



Fonte: CVM.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Data	Exodus I	Exodus III	Master	FIDC Institucional	FIC de FIDC	Total
ago-13	195,773,837.80	69,553,138.19	52,682,297.59	46,648,218.97	113,477,514.08	478,135,006.63
jul-13	199,012,909.62	69,930,461.53	53,102,653.85	46,765,538.84	119,181,732.78	487,993,296.62
jun-13	201,683,859.88	67,350,763.44	54,760,257.15	48,908,911.44	121,317,107.62	494,020,899.53
mai-13	200,260,320.76	67,108,640.64	54,327,733.24	47,026,780.72	120,734,147.88	489,457,623.24
abr-13	199,920,712.48	66,544,539.11	54,517,502.28	44,348,114.42	120,417,111.09	485,747,979.38
mar-13	202,137,520.57	65,510,632.80	60,246,404.08	43,895,858.53	127,605,205.70	499,395,621.68
fev-13	195,305,014.50	64,955,502.22	60,152,666.52	43,512,413.94	121,843,345.54	485,768,942.72
jan-13	198,768,540.61	64,298,827.46	60,641,907.65	40,740,161.55	125,077,357.19	489,526,794.46
dez-12	200,983,727.84	62,886,986.34	60,541,667.80	41,179,116.50	123,327,547.80	488,919,046.28
nov-12	208,275,133.50	63,953,996.16	66,875,043.80	39,743,560.60	139,642,213.30	518,489,947.36
out-12	210,453,647.84	63,599,278.59	58,954,496.33	42,148,446.15	117,881,273.25	493,037,142.16
set-12	208,971,658.96	62,271,738.19	61,062,894.31	37,910,099.11	156,229,101.70	526,445,492.27
ago-12	235,967,691.03	60,848,849.79	62,221,667.07	36,959,021.89	158,749,880.60	554,747,110.38
jul-12	241,686,128.57	61,320,198.74	62,157,556.50	30,531,595.16	168,598,187.73	564,293,666.70
jun-12	246,362,110.92	62,343,711.50	62,007,810.71	30,099,994.92	185,442,704.28	586,256,332.33
mai-12	258,872,150.88	62,123,283.36	59,725,754.98	13,713,427.59	144,129,935.47	538,564,552.28
abr-12	273,136,964.32	63,595,495.33	58,642,389.96	10,048,902.26	185,097,851.77	590,521,603.64
mar-12	273,154,462.08	51,540,505.50	50,393,919.16	9,412,522.17	170,138,000.00	554,639,408.91
fev-12	305,007,613.60	59,839,492.63	58,181,209.10	9,163,866.52	113,562,194.43	545,754,376.28
jan-12	304,298,348.85	58,847,732.37	58,386,530.93	8,791,018.55	180,250,861.08	610,574,491.78
dez-11	313,275,719.02	58,346,052.23	57,890,965.50	7,154,187.33	185,097,851.77	621,764,775.85
nov-11	336,320,546.58	57,485,095.75	57,433,331.32	6,435,095.31	186,520,186.90	644,194,255.86
out-11	334,160,274.21	56,673,110.17	57,365,355.83	5,196,196.58	186,316,035.95	639,710,972.74
set-11	333,045,634.85	55,575,139.09	54,755,185.20	0.00	179,544,634.48	622,920,593.62
ago-11	438,025,558.44	54,963,722.92	53,998,584.35	0.00	178,088,232.74	725,076,098.45
jul-11	433,308,148.18	52,916,286.55	53,642,947.02	0.00	119,865,284.14	659,732,665.89
jun-11	293,427,921.08	52,463,067.21	53,122,009.77	0.00	169,929,658.09	568,942,656.15
mai-11	289,183,914.95	52,025,530.28	52,831,618.39	0.00	112,489,484.51	506,530,548.13
abr-11	284,413,345.36	51,540,405.50	52,393,919.16	0.00	164,279,863.98	552,627,534.00
mar-11	280,665,319.04	50,068,644.34	51,877,206.82	0.00	161,734,855.83	544,346,026.03
fev-11	262,776,333.95	32,084,041.50	51,274,529.62	0.00	133,843,202.95	479,978,108.02
jan-11	260,470,859.10	31,909,508.14	50,567,322.14	0.00	132,032,969.65	474,980,659.03
dez-10	243,927,552.31	33,151,743.91	49,824,566.15	0.00	127,878,221.50	454,782,083.87
nov-10	231,673,104.88	32,861,245.62	38,919,889.66	0.00	115,014,477.85	418,468,718.01
out-10	227,859,397.18	32,435,264.99	28,546,910.45	0.00	103,024,051.40	391,865,624.02
set-10	218,203,883.49	31,582,617.12	28,416,435.00	0.00	100,965,403.60	379,168,339.21
ago-10	210,908,576.99	31,004,263.66	20,229,664.10	0.00	89,684,657.33	351,827,162.08

Fonte: CVM.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

O gráfico abaixo demonstra a base atual dos Quotistas do Fundo:

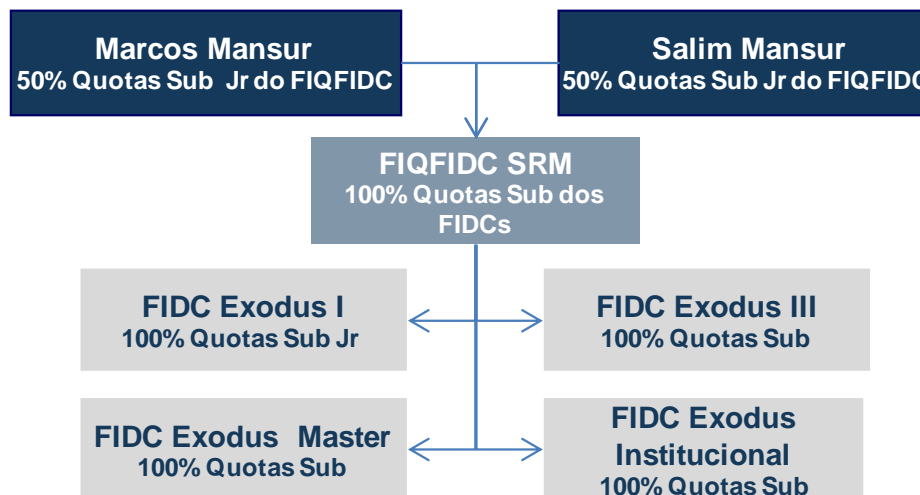


Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Estrutura de Segregação dos FIDCs geridos pela Gestora em Classes de Quotas

Até o presente momento, todos os fundos de investimentos em direitos creditórios geridos pela Gestora foram estruturados de forma a emitir pelos menos 2 (duas) classes de quotas: sênior e subordinadas. Adicionalmente, as quotas subordinadas júnior de tais fundos, isto é, que se subordinam a todas as demais classes de quotas dos fundos em caso de amortização e resgate dos respectivos FIDCs, permaneceram de titularidade de um fundo de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios (“FIC-FIDC”), cujas quotas subordinadas júnior são de titularidade de Marcos Mansur e Salim Mansur, em iguais proporções.

Seguem abaixo tabela listando os montantes de quotas do FIC-FIDC em circulação, agregados por classes de quotas, bem como o organograma com a porcentagem de quotas subordinadas dos fundos de investimentos em direitos creditórios geridos pela Gestora:



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Estrutura Operacional da Gestora: Presença Geográfica e Estrutura Organizacional

A Gestora conta com uma estrutura operacional composta por 135 (cento e trinta e cinco) colaboradores em 14 (quatorze) escritórios no Brasil, localizados em 6 Estados, conforme ilustrado abaixo, bem como um escritório localizado em Shangai, China.

Presença Geográfica

- ✓ Presente em 6 estados brasileiros em 14 municípios;
- ✓ 48 colaboradores na área comercial, sendo 45 Gerentes Seniores e 3 Superintendentes



Rio de Janeiro



Rio de Janeiro (2010)
5 gerentes seniores de conta

Paraná



Curitiba I (2007)
5 gerentes seniores de conta
Curitiba II (2013)
2 gerentes seniores de conta

Minas Gerais



Belo Horizonte (2012)
4 gerentes seniores de conta

Santa Catarina



Criciúma (2010)
3 gerentes seniores de conta
Florianópolis (2011)
2 gerentes seniores de conta

Rio Grande do Sul



Porto Alegre (2007)
2 gerentes seniores de conta
Caxias do Sul (2007)
3 gerentes seniores de conta

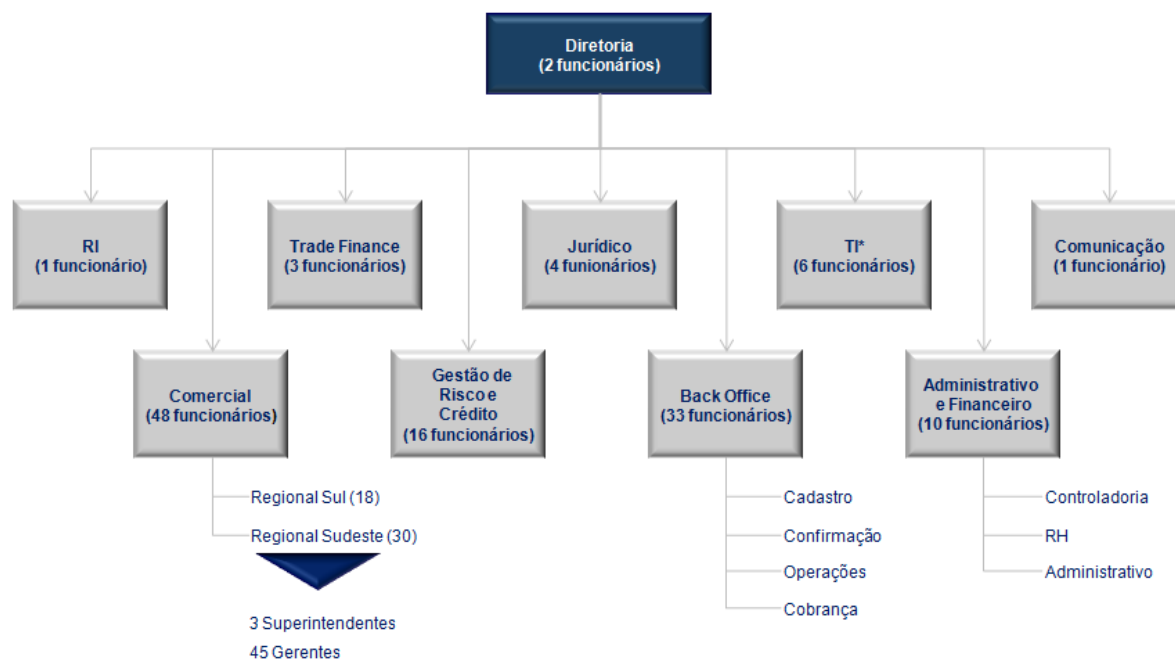
Sede e Presença em São Paulo



São Paulo (2005)/Sede: 3 gerentes seniores de conta
Ribeirão Preto (2008): 3 gerentes seniores de conta
Campinas (2010): 4 gerentes seniores de conta
São José do Rio Preto (2010): 3 gerentes seniores de conta
São Bernardo do Campo (2011): 3 gerentes seniores de conta
Guarulhos (2013): 3 gerente sênior de conta

Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

A estrutura organizacional da Gestora é explicitada abaixo:



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

A atividade de análise e identificação de potenciais Cedentes e Direitos de Crédito é feita pelos gerentes da Gestora que, a partir de contatos anteriores, indicações e pesquisa, estabelecem suas carteiras, focados sempre nos cedentes dos direitos de crédito. Além da responsabilidade pela análise e pela identificação de potenciais Cedentes e Direitos de Crédito, os gerentes são responsáveis pela obtenção da documentação necessária para o cadastro e pela liquidação das cessões de crédito para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios sob gestão da Gestora.

Uma vez identificado um potencial cedente de Direitos de Crédito ao Fundo, a Gestora procede à análise cadastral de tal cedente, bem como inicia os demais procedimentos de análise e seleção de direitos creditórios através da política de análise e seleção de Direitos de Crédito descrita no Anexo IV do Regulamento e sumarizada na seção “Política de Análise e Seleção de Direitos Creditórios” constante da página 86 deste Prospecto Definitivo.

Para dar suporte às atividades da Gestora, incluindo a implementação das políticas de análise e seleção de direitos creditórios e de cobrança, a Gestora busca constante evolução tecnológica e de sistemas de informação que proporcionam a Gestora agilidade e dinamismo no processamento de novas operações (média de análise de 150 operações com aproximadamente 130 desembolsos diários).

Principais Sócios da Gestora

Salim Raphael Mansur, sócio e diretor responsável pelas áreas de back-office dos fundos, jurídico e crédito. Possui larga experiência no setor de crédito e fundos, atuando no Grupo R. Mansur desde 1988, tendo sido um dos fundadores da R. Mansur Factoring.

Marcos Rafael Mansur, sócio e diretor responsável pelas áreas comercial, relacionamento com investidores e tecnologia da informação. Possui larga experiência no setor de crédito e fundos, atuando no Grupo R. Mansur desde 1991, tendo sido um dos fundadores da R. Mansur Factoring.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

Pela prestação dos serviços acima elencados, a Agência de Classificação de Risco fará jus a uma remuneração anual devida pelo Fundo no montante de US\$25.000,00 (vinte e cinco mil dólares norte-americanos).

Histórico

A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 (seis mil) funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de “*benchmarks*” independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de *benchmarks* para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 280 (duzentos e oitenta) escritórios em 37 (trinta e sete) países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

AUDITORIA DO FUNDO

Para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras do Fundo foi contratada a empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., que fará jus a uma remuneração anual devida pelo Fundo no montante de R\$28.000,00 (vinte e oito mil reais).

COORDENADORES

Foram contratadas as seguintes instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, legalmente habilitadas a executar o serviço de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo: o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., como Coordenador Líder, e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., como Coordenadora Contratada.

COORDENADOR LÍDER

Nos termos do Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder foi contratado para realizar a distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400, da 14ª Série de Quotas Seniores objeto da Oferta, em regime de melhores esforços de colocação.

Histórico

Fundado em 1856, a estratégia do Credit Suisse é atuar no mercado com uma estrutura de negócios integrada e centrada no cliente. O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: Private Banking, Investment Banking e Asset Management. O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes.

O Credit Suisse está presente em mais de 50 países com mais de 46 mil empregados de aproximadamente 100 diferentes nacionalidades. As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e na forma de ADS (CS) em Nova York (NYSE). Os ratings de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's Aa2, Standard & Poor's A-, Fitch Ratings A. Em 1998, o Banco de Investimentos Garantia S.A. foi adquirido pelo Credit Suisse First Boston. Em 16 de janeiro de 2006, as operações globais do Credit Suisse foram unificadas sob uma mesma marca, e a razão social do CSFB passou a ser Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

A solidez do Banco no Brasil é refletida na classificação de crédito de AAA (bra) em Moeda Nacional - Longo Prazo, atribuída em fevereiro de 2012 pela Fitch Ratings, agência independente de classificação de risco. O Credit Suisse atua no Brasil com operações de crédito, emissão de ações e títulos, abertura de capital (IPO), fusões e aquisições de empresas (M&A), corretagem, tesouraria, private banking e administração de recursos de terceiros.

O objetivo do Credit Suisse é ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil. Em 1º de novembro de 2007, o Credit Suisse concretizou sua associação com a Hedging-Griffo, adquirindo participação majoritária na referida empresa. Essa associação foi um passo importante para consolidar a estratégia do Credit Suisse de prover soluções integradas.

O Credit Suisse foi eleito "Latin America Equity House of the Year" em 2011 e Banco do ano (2009) pela International Financing Review. Em 2010, o Credit Suisse foi reconhecido como o "Melhor Banco Global", "Melhor Banco de Investimentos para Mercados Emergentes", "Melhor Banco de Investimentos da América Latina", "Melhor M&A House da América Latina" e "Melhor M&A House do Brasil", pela revista Euromoney.

Além disso, foi eleito “Best Investment Bank in Latin America” (Revista LatinFinance, fevereiro de 2008) pelo quarto ano consecutivo e “Best M&A house” (2008). Também foi eleito em 2008 o melhor banco de investimentos dos últimos 20 anos pela Revista LatinFinance. O banco também desempenhou papel de liderança em duas transações às quais a revista se referiu como as “Melhores Operações” das últimas duas décadas. São elas a aquisição da Inco pela Companhia Vale do Rio Doce por US\$19,2 bilhões em 2006 financiada pela oferta de títulos internacionais da Companhia Vale do Rio Doce de US\$3,75 bilhões em duas tranches e por uma oferta local em Reais, ambas lideradas pelo Credit Suisse e a abertura de capital (IPO) da BM&FBOVESPA em 2007, no valor de US\$3,2 bilhões. Recentemente, José Olympio Pereira foi eleito o “Melhor Banqueiro” dos últimos 20 anos por sua dedicação no atendimento aos clientes, seu compromisso de longo prazo e incentivo à inovação nos mercados de capitais da América Latina.

A Corretora de Valores do Credit Suisse é a maior do Brasil em termos de volume negociado. Segundo a CBLIC, de janeiro a setembro de 2012, negociamos R\$252 bilhões, o equivalente a 9.2% do volume negociado na BM&FBOVESPA. Ainda, somos o maior formador de mercado do país, tanto em volume financeiro negociado, como em número de negócios. Somos atualmente formadores de mercado de 22 ações de companhias de vários setores, incluindo pequenas, médias e grandes, listadas no IBX-50, IBX-100 e no Ibovespa, além de 7 ETFs e diversas séries de opções de 9 ações da BM&FBOVESPA. Nosso volume negociado foi de cerca de R\$55 bilhões em 2011, com uma média de participação de 22% do volume e 42% do número de negócios dessas ações.

Além disso, no que tange a responsabilidade cultural e social, ao longo de 2008, 2009, 2010 e 2011, o Credit Suisse e suas subsidiárias direcionaram e continuarão direcionando recursos para projetos culturais e sociais. Destacam-se, entre os projetos e instituições apoiados, a Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), a OSB (Orquestra Sinfônica Brasileira), o MAM (Museu de Arte Moderna) de São Paulo, a Sociedade Cultura Artística e a TUCCA (Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer). O suporte a essas iniciativas apoia-se na convicção de que o Credit Suisse deve participar de ações que contribuam tanto para o retorno a seus acionistas, clientes e empregados quanto para o desenvolvimento cultural e social do Brasil.

COORDENADORA CONTRATADA

Nos termos do Contrato de Distribuição, a Coordenadora Contratada foi contratada para realizar a distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400, da 14ª Série de Quotas Seniores objeto da Oferta, em regime de melhores esforços de colocação.

Histórico

Fundada em 2001, a XP Investimentos CCTVM S.A. proporciona o acesso dos seus clientes a uma gama de produtos e serviços financeiros em um único provedor, por meio das suas principais divisões de negócio: Corretora de Valores, Gestão de Recursos de Terceiros, Corretagem de Seguros, Finanças Corporativas e Educação Financeira.

No ano de 2007, a XP criou a XP Educação, que fornece os cursos de investimentos para seus alunos e potenciais clientes, fez a aquisição da AmericaInvest, corretora situada no Estado do Rio de Janeiro, e lançou a área institucional da corretora e a XP Corretora.

Em 2008, a XP conquistou o primeiro lugar no Ranking Assessor na BM&FBOVESPA, sendo a primeira corretora a lançar um fundo de capital protegido.

Em 2009, a XP Educação, por meio de seus cursos de educação financeira, atingiu a marca de 100.000 alunos.

Em 2010, a XP recebeu um aporte de capital do fundo de *private equity* Actis no valor de R\$100 milhões, destinados à viabilização do crescimento acelerado da corretora como um todo. A Actis não tem, nem terá, envolvimento algum com a gestão da empresa.

Em 2011, a XP Finanças foi criada, braço da XP Investimentos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do mercado de renda fixa no Brasil.

Em 2012, a XP iniciou suas atividades em Nova Iorque por meio da XP Securities.

Em 2013, a General Atlantic, realizou o segundo aporte privado na XP. O fundo de *private equity* adquiriu 31% da XP via um aporte no valor de R\$420 milhões.

Como resultado de sua estratégia, atualmente, a XP é reconhecida pela presença no varejo, sendo considerada líder nesse segmento (mais de 100.000 clientes), bem como líder no ranking geral das corretoras independentes do país em 2010, segundo a BM&FBOVESPA. Capacitou mais de 200.000 alunos e vem se destacando pelo acesso facilitado do investidor ao mercado, por meio de seus 250 escritórios afiliados e mais de 2.500 assessores de investimentos, posicionando-se em 1º lugar no ranking de assessores da BM&FBOVESPA.

A XP está entre as 25 companhias vencedoras do prêmio “As Empresas Mais Inovadoras do Brasil em 2009”, promovido pela revista Época Negócios, em parceria com o Fórum de Inovação da FGV-Eaesp, sendo a única corretora premiada, e íntegra, ainda, o ranking das 25 melhores empresas para se trabalhar no estado do Rio de Janeiro, segundo pesquisa realizada em 2009 e 2010 pelo Great Place to Work Institute (GTW), em parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RJ).

SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições credenciadas pela CVM para prestação dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembleia Geral de Quotistas.

Nos termos do Artigo 72 e do Artigo 76, Parágrafo 2º do Regulamento, a substituição das instituições prestadoras dos serviços de custódia, de classificação de risco, de auditoria e de verificação da Política de Investimento depende da aprovação da Assembleia Geral de Quotistas e dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Júnior em circulação.

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA CONTRATAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Os prestadores de serviços acima descritos foram contratados com base em sua respectiva experiência prévia em operações similares e considerável reputação no mercado, bem como nas propostas apresentadas.

Além disso, não foi concedida prioridade de pagamento a qualquer das remunerações dos prestadores de serviços do Fundo.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou em qualquer outro veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 43 do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no Periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.

No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações sobre:

- (i) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- (iii) o comportamento da Carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

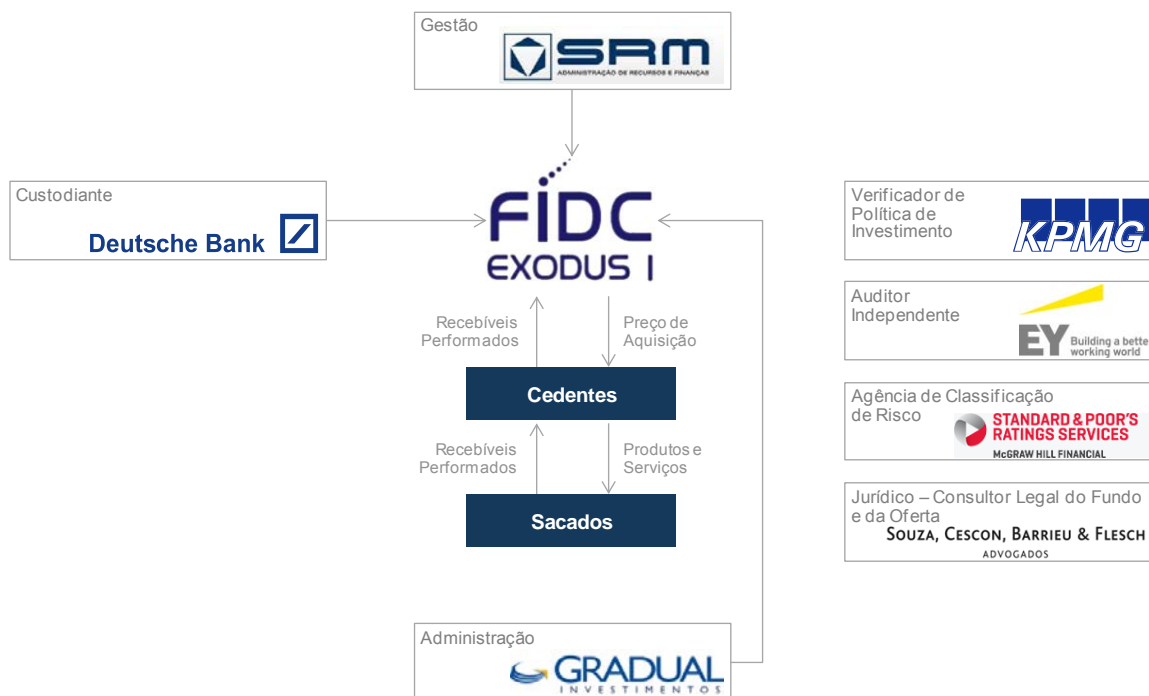
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, obter cópia do Regulamento, do histórico de performance do Fundo, obter eventuais informações adicionais, bem como fazer reclamações ou sugestões, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e emails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

Fernanda Ferraz Braga de Lima	(11) 3372-8300	fundos.adm@gradualinvestimentos.com.br
Francisco Augusto Tertuliano	(11) 3074-1259	ftertuliano@gradualinvestimentos.com.br
Leonardo de Almeida Tertuliano	(11) 3074-1259	ltertuliano@gradualinvestimentos.com.br

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

FLUXOGRAMA FINANCEIRO



- (1) Os Direitos de Crédito são originados a partir das transações entre as Cedentes e seus respectivos clientes, que figuram como devedores dos Direitos de Crédito;
- (2) A Gestora seleciona Cedentes e Direitos de Crédito para serem adquiridos pelo Fundo. O Fundo adquire os Direitos de Crédito, liberando o pagamento para a Cedente, através do Custodiante;
- (3) O Custodiante recebe os valores referentes aos Direitos de Crédito na Conta de Arrecadação e realiza transferências diárias para a Conta do Fundo.
- (4) Nas Datas de Amortização e nas Datas de Resgate, o Fundo paga aos Quotistas os valores aportados, bem como a respectiva remuneração, sujeito à ordem de alocação de recursos e demais provisões do Regulamento.
- (5) Em caso de ocorrência de atrasos e/ou não pagamentos dos Direitos Creditórios, a Gestora adotará os procedimentos de cobrança descritos no Anexo III do Regulamento e na seção “Características dos Direitos de Crédito” constante da página 85 deste Prospecto Definitivo.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DE CRÉDITO

DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, a aquisição de Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza industrial, podendo adquirir, secundariamente, Direitos de Crédito oriundos de operações de natureza comercial e de prestação de serviços, representados por duplicatas, cheques e notas promissórias.

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes na data de cessão que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, o Regulamento e este Prospecto Definitivo não trazem descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco associados a tais processos e políticas.

ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Os Direitos de Crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da política de análise e seleção de direitos creditórios constante do Anexo IV do Regulamento, compreendem os Direitos de Crédito identificados em cada Termo de Cessão, representados por duplicatas, cheques e notas promissórias, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

Cada uma das Cedentes é responsável pela origem, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

Os Direitos de Crédito deverão contar com documentação comprobatória representada por: (i) duplicatas originais em forma física ou eletrônica; (ii) notas promissórias originais em forma física ou eletrônica; e (iii) cheques originais em forma física (“Documentos Comprobatórios”).

CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Cessão e de cada Termo de Cessão, que serão celebrados pelas respectivas partes de forma irrevogável e irretroatável.

Nos termos da regulamentação aplicável, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não serão acrescidos, removidos ou substituídos, exceto nos casos de Direitos de Crédito inadimplidos que forem substituídos por vencidos, à critério da Gestora. Considerando-se a baixa concentração do Fundo em Direitos de Crédito individuais (em decorrência das concentrações máximas por Cedentes e Sacados especificadas na política de investimento e de composição da carteira), bem como o fato das eventuais substituições referirem-se a Direitos de Crédito inadimplidos, não se espera alterações relevantes na regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos Quotistas em virtude de tais substituições.

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito por meio da celebração, com cada um dos Cedentes, de Contrato de Cessão contendo os termos e condições gerais da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, conforme a minuta que constitui o Anexo VI ao Regulamento. Por ocasião de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo no âmbito de um Contrato de Cessão, o Fundo celebrará com o Cedente um Termo de Cessão, que identificará os Direitos de Crédito objeto da cessão, conforme a minuta também constante do Anexo VI do Regulamento.

POLÍTICA DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Sumário e Procedimentos da Política

A política de análise e seleção de direitos creditórios do Fundo é de responsabilidade da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo e tecnicamente capacitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito.

A aprovação do crédito a ser adquirido é realizada mediante um processo de análise do Cedente e do Sacado, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos.

Uma vez que sejam selecionados e analisados Direitos de Crédito elegíveis de um determinado Cedente, a Gestora solicita ao Cedente os documentos necessários para sua análise cadastral, quais sejam;

- Contrato Social;
- Relação do faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- Cadastro de Pessoa Física dos sócios;
- Comprovante de endereço dos sócios e da empresa;
- Imposto de renda dos sócios.

Após a análise inicial, o Cedente firma um Contrato de Cessão com o Fundo, representado pela Administradora, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a todas as futuras cessões de Direitos de Crédito entre as partes. Os sócios do Cedente assinam também o Contrato de Cessão, como devedores solidários do Cedente garantindo as obrigações do Cedente no Contrato de Cessão, que podem ser apenas obrigações de indenização ou podem ser propriamente de coobrigação pelo pagamento dos Direitos de Crédito, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão. Através do Contrato de Cessão e de seus eventuais aditamentos, documentados através de Termos de Cessão representativos de cada cessão propriamente dita, os sócios do Cedente se comprometem a avalizar as obrigações do Cedente no âmbito do Contrato de Cessão e assinar notas promissórias representativas dos potenciais valores devidos pelo Cedente em decorrência de cada cessão de Direitos de Crédito.

Os dados cadastrais são incluídos em um *software* especializado e analisados de acordo com critérios identificados na seção “Risco do Cedente” abaixo. O referido *software* é responsável pela análise do Sacado e dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

Após a análise do Cedente, a Gestora está apta a analisar ofertas de Direitos de Crédito feitas por tal Cedente, conforme descrito abaixo.

Além dos Documentos acima elencados, a Gestora confere se o Cedente e os Direitos de Crédito atendem aos seguintes pré-requisitos básicos, antes de dar seguimento às demais etapas de avaliação de risco:

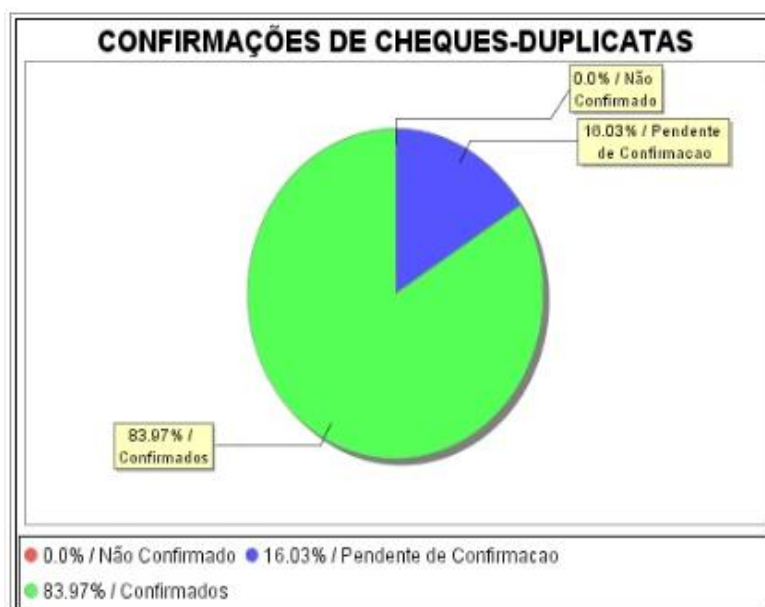
- O Cedente dos Direitos de Crédito deve ser pessoa jurídica inscrita e em situação ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data prevista para formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação;
- Os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme dispostos no Regulamento, devem estar sendo observados, considerada *pro-forma* a aquisição pretendida.

Uma vez aprovada a aquisição de Direitos de Crédito ofertados por um Cedente, aprovação esta que pode contemplar no todo ou em partes a lista de Direitos de Crédito ofertados pelo Cedente, um Termo de Cessão é enviado ao Cedente, com informações referentes ao valor presente e valor futuro dos Direitos de Crédito. Adicionalmente ao Termo de Cessão, os sócios do Cedente – que devem ter sido devidamente cadastrados no processo inicial de coleta de informações dos Cedentes - também emitem uma nota promissória de valor equivalente ao valor da operação.

Durante o processo de aprovação de uma aquisição de Direitos de Crédito, é enviado ao Custodiante um arquivo com informações referentes a todos os Direitos de Crédito ofertados, para que seja verificado o cumprimento quanto aos Critérios de Elegibilidade. Uma vez confirmado o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, a operação é considerada aprovada e o Custodiante libera via TED o montante relativo à operação ao Cedente, conforme instruções bancárias cadastradas.

No Dia Útil posterior à cada cessão de Direitos de Crédito, a Gestora envia ao banco cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos, para que o banco cobrador envie boleto de cobrança aos Sacados. É obrigação do Custodiante conferir o envio, pelo banco cobrador, dos boleto de cobrança para os Sacados.

Após a cessão dos Direitos de Crédito, a Gestora confirma junto aos Sacados o recebimento do boleto de cobrança. A confirmação mencionada neste parágrafo é realizada através de contato telefônico ou carta simples e engloba todos os Direitos de Crédito. A seu exclusivo critério, a Gestora poderá enviar carta aos Sacados com solicitação de confirmação, por escrito, da existência e legitimidade do Direito de Crédito.



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Processo de Aprovação de Crédito

O processo de aprovação do crédito do Cedente e do Sacado é realizado pela Gestora, que realiza a análise segundo alguns critérios:

- Risco do Cedente;
- Risco da Operação;
- Risco do Sacado e;
- Critérios Subjetivos.

I. Risco do Cedente

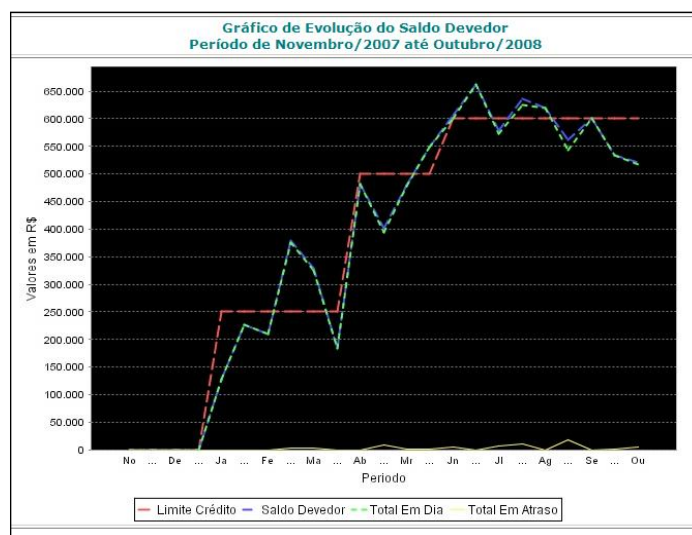
Com o intuito de mitigar o risco por Cedente, são realizados os seguintes procedimentos de monitoração e mitigação de risco de fraude:

- (i) Limite de Crédito indicativo por Cedente de 30% (trinta por cento) do faturamento mensal;
- (ii) No caso de novos Cedentes:
 - (a) Durante o primeiro mês de operações, todos os Direitos de Crédito são confirmados junto aos Sacados via telefone antes da execução da transação; e
 - (b) Entre o primeiro e segundo mês de operações, a confirmação é realizada em até 5 (cinco) dias contados da data de formalização da transação.

Os procedimentos são efetuados pelo Departamento de Confirmação da Gestora, que atua na identificação da veracidade dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e relacionados à manutenção da carteira.

Todos os dados dos Cedentes são incluídos no *software* especializado da Gestora, que possui uma base de dados da própria Gestora. Tal *software* automaticamente gera uma análise do perfil do Cedente contendo as seguintes informações:

- (i) Gráfico evolutivo do saldo devedor dos Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente, analisando o montante total operado pelo Cedente nos últimos 12 (doze) meses – conforme exemplificado abaixo:

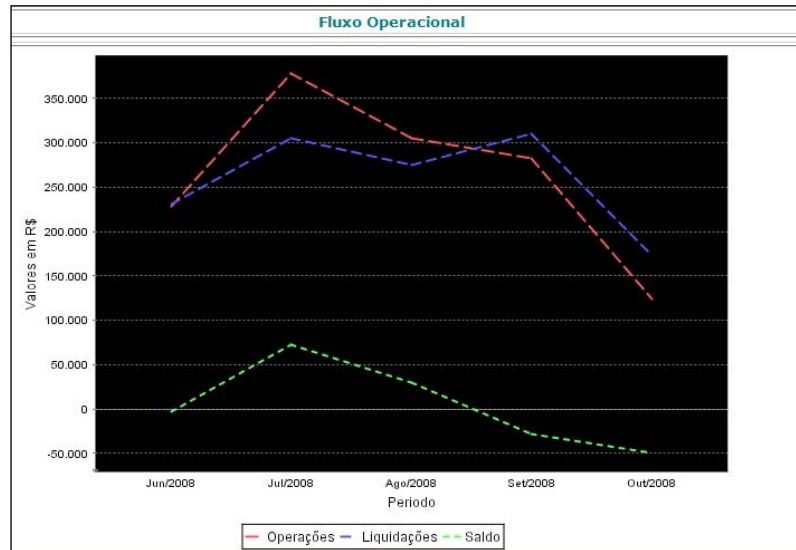


Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Além de auxiliar a análise para novas operações de aquisição de Direitos de Crédito, os gráficos servem à gestão comercial do relacionamento com os Cedentes das seguintes formas:

- (a) manutenção da liquidez da carteira;
- (b) acompanhamento e atualização dos limites;
- (c) monitoração e manutenção dos índices de confirmação;
- (d) visualização dos prazos médios dos Direitos de Crédito adquiridos;
- (e) acompanhamento e parâmetro para definição de taxas médias.

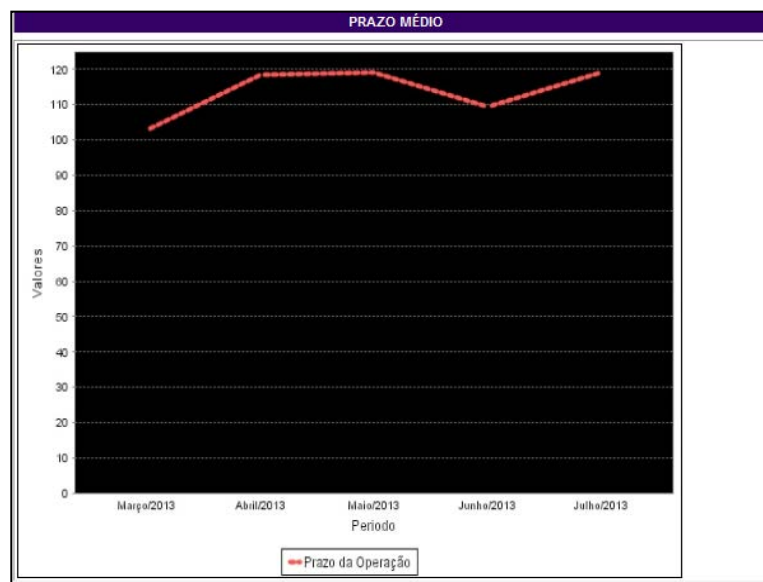
- (ii) Fluxo Operacional do Cedente, com discriminação de saldo a vencer, vencido, total do saldo devedor dos Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente, e o limite crédito indicativo estabelecido para o Cedente, conforme exemplificado abaixo:



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

- (iii) Índice de Liquidez, que acompanha o comportamento da carteira de Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente nos últimos 30 (trinta) dias, incluindo a forma de liquidação dos títulos. Nesse caso, há uma limitação de 5% (cinco por cento) do saldo devido para liquidações por recompra e 5% (cinco por cento) para liquidações via TED ou transferência bancária.

O *software* permite também o acompanhamento de prazos e taxas médias dos Direitos de Crédito (conforme exemplificado abaixo), de forma que a Gestora, através de sua diretoria e/ou em conjunto com o Comitê de Crédito, possa gerir a carteira do Fundo e/ou adotar quaisquer critérios subjetivos na análise das ofertas de Direitos de Crédito.



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

II. Risco da Operação

Cada nova operação de aquisição de Direitos de Crédito de um Cedente já cadastrado e analisado é avaliada isoladamente. Neste caso, é analisado o enquadramento do Cedente, do Sacado e dos Direitos de Crédito à Política de Investimento do Fundo.

Além disso, sem prejuízo do disposto na Política de Investimento do Fundo, serão analisados ainda e considerados como parte do risco da operação:

- (i) o prazo médio dos Direitos de Crédito;
- (ii) os Sacados;
- (iii) o valor total da operação; e
- (iv) o histórico de liquidez de Sacados e Cedente em questão.

III. Risco do Sacado

Cada Cedente recebe uma senha de acesso ao *software* utilizado para oferta de Direitos de Crédito e posterior análise das operações. Através desse sistema cada Cedente inclui dados dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, conforme segue:

- (i) informações cadastrais do Sacado;
- (ii) número da fatura;
- (iii) valor do Direito de Crédito; e
- (iv) data de vencimento.

Uma vez incluídas as informações no *software*, os Sacados são analisados conforme os seguintes parâmetros:

- (i) não são aceitos Sacados com apontamentos no Serasa, exceto se forem execuções fiscais ou se o valor relativo a essas pendências for equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado; e
- (ii) se houver histórico de operações com o Fundo, é levado em consideração o fluxo de pagamentos de cada Sacado.

Adicionalmente, nos primeiros dois meses de operações com cada Sacado, as transações somente são efetuadas mediante envio do Documento Original do Direito de Crédito para a Gestora.

Caso seja detectada pela Gestora qualquer objeção quanto ao Sacado, o Sacado tem seu cadastro bloqueado no sistema. O cadastro somente pode ser liberado para outras operações mediante análise mais detalhada, caso a caso.

IV. Critérios subjetivos

Os Critérios subjetivos podem influenciar positiva ou negativamente a aprovação do crédito. Cedentes pertencentes a setores com elevados níveis de concorrência, com poucas barreiras à entrada de novos competidores, são evitados.

Além disso, Cedentes que apresentam deficiências evidentes de gestão e estratégia também são evitados.

Os critérios subjetivos são definidos pela Gestora e estão sujeitos a alterações sem prévio aviso. Podem ser revistos em função de:

- (i) um determinado prazo de tempo em que a Gestora considere os critérios subjetivos vigentes obsoletos;
- (ii) por substituição a outros que a Gestora, por sua avaliação das condições de mercado ou da economia, considere mais adequados ao momento para a seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo;
- (iii) consideração por parte da Gestora de que os critérios vigentes não sejam eficientes para um determinado caso de aquisição dos Direitos de Crédito.

Além disso, outros indicadores que a Gestora poderá incorporar à análise de cada novo caso, seja ele de operação isolada, cliente, grupo econômico ou setor, são os seguintes:

- (i) Riscos Setoriais: dependência do setor externo (importações ou exportações), formação de preços de *commodities*, existência ou não de setor pulverizado e tendências;
- (ii) Riscos Gerenciais: capacidade técnica do corpo gerencial;
- (iii) Riscos Macroeconômicos: comportamento da economia e implicações de alterações nas políticas econômica, fiscal e monetária conduzidas pelo governo federal por meios de suas instituições, entre eles o Copom, Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e outros;
- (iv) Riscos Mercadológicos: política de vendas, canais de distribuição, estratégias de crescimento, de investimento e tendências;
- (v) Riscos Operacionais: administração profissional, governança corporativa, preocupação com o meio ambiente e controles internos.

Monitoramento

A atualização dos registros é feita a cada 3 (três) meses ou a cada nova cessão, uma vez que o próprio *software* impede a realização de qualquer operação do Cedente que não tenha registros atualizados relativos aos critérios indicados no “Risco do Cedente”.

O monitoramento da operação é diário, e se dá via sistema de controle dos Direitos de Crédito desenvolvido internamente pela Gestora.

O monitoramento é feito, principalmente, pelo departamento comercial da Gestora, que acompanha a evolução da liquidação dos títulos da carteira, zelando assim por sua manutenção.

A atuação do setor junto aos Cedentes para garantir que os índices de liquidez permaneçam em níveis satisfatórios, definidos pela Gestora e tendo como base critérios subjetivos, não se limita ao simples contato, mas se estende também ao plano estratégico e, quando necessário, à substituição de Direitos de Crédito e valores.

Em adição a isso, há o acompanhamento dos Direitos de Crédito em andamento de modo que se possa identificar a ocorrência do cancelamento de notas fiscais nas Receitas Estaduais.

TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas, nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Custódia.

TAXA MÍNIMA DE CESSÃO

O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente a (i) 150% da Taxa DI apurada e divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento, ou (ii) conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior (“Taxa Mínima de Cessão”):

$$\frac{\left(\sum_{n=1}^{\text{Número Séries Senior}} QQS_n * VRQS_n * RAQS_n\right) + QQM * VRQM * RAQM}{\left(\sum_{n=1}^{\text{Número Séries Senior}} QQS_n * VRQS_n\right) + QQM * VRQM} + CT / PL + 3\%$$

QQS_n: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série “n”;

VRQS_n: Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores em circulação da série “n”;

RAQS_n: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série “n”;

Número Séries Seniores: número de séries de Quotas Seniores em circulação;

QQM: Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;

VRQM: Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;

RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e

CT: Taxa de Administração do Fundo, ambos em bases anualizadas.

A fórmula disposta acima será calculada em cada Dia Útil, sendo certo que os parâmetros QQS_n, VRQS_n, RAQS_n, Número Séries Senior, QQM, VRQM, RAQM, e CT utilizados para tal cálculo deverão ser os apurados com relação ao Dia Útil imediatamente anterior.

Para efeitos de cálculo da fórmula acima, as Metas de Rentabilidade vinculadas à Taxa DI serão calculadas com base na Taxa DI apurada e divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento.

RECOMPRA DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente poderá proceder à recompra ou à substituição dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, estejam eles vencidos ou não, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis da solicitação pelo Fundo, nas seguintes hipóteses: (a) caso o Sacado se recuse a efetuar o pagamento do Direito de Crédito na sua respectiva data de vencimento, em decorrência de qualquer vício, defeito, ou reclamação de qualquer outra natureza, no cumprimento pelo Cedente de sua respectiva obrigação no contrato ou instrumento que tenha dado origem ao Direito de Crédito; (b) caso tenha ocorrido a alteração ou o cancelamento, total ou parcial, por qualquer motivo, da venda de mercadorias ou da prestação dos serviços no(s) contrato(s) que deram origem ao respectivo Direito de Crédito; (c) caso o Sacado tenha apresentado qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, do Direito de Crédito, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade do Cedente; ou (d) caso, por qualquer evento decorrente de caso fortuito ou força maior, o Sacado se recuse a efetuar o pagamento do respectivo Direito de Crédito na sua respectiva data de vencimento.

NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A Política de Investimento do Fundo especifica os seguintes limites máximos de concentração de Direitos de Crédito por Cedentes ou grupo de maiores Cedentes e Sacados, em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, conforme estabelecidos nos itens (h), (i), (j) e (k) do Artigo 21 do Regulamento e da seção “Política de Investimento e Composição da Carteira” constante da página 38 deste Prospecto Definitivo:

- o somatório do valor dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- o somatório do valor dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo oriundos dos 4 (quatro) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- o saldo agregado de Direitos Creditórios cedidos por cada Cedente não poderá representar mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), dos dois o maior; e
- o total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), dos dois o maior.

Em linha com a Política de Investimento do Fundo, as tabelas e gráficos abaixo, cujos dados foram extraídos do Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito, apresentam informações sobre as concentrações de Direitos de Crédito por grupos de maiores Cedentes e Sacados, em relação ao saldo de Direitos de Crédito do Fundo. Tendo em vista que, em cada mês durante o período englobado no Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito, o Patrimônio Líquido do Fundo permaneceu maior que o saldo agregado de Direitos de Crédito do Fundo, as concentrações de Direitos de Crédito por grupos de maiores Cedentes e Sacados com relação ao Patrimônio Líquido do Fundo verificadas nesse período foram menores que as concentrações apresentadas nas tabelas e gráficos abaixo.

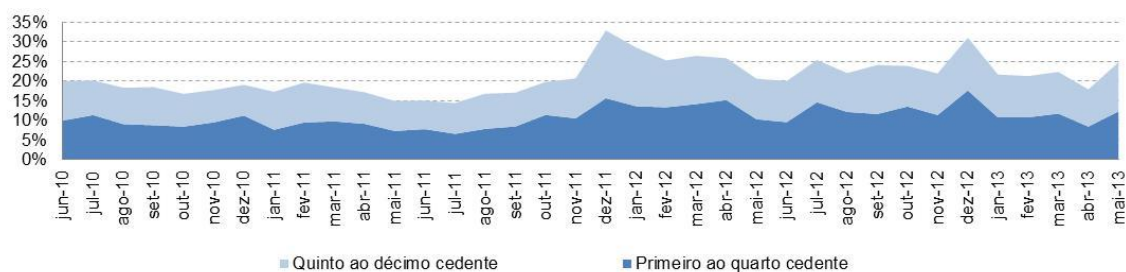
As tabelas e gráficos abaixo apresentam as evoluções mensais dos percentuais de concentração de Direitos de Crédito por grupos de Cedentes e Sacados, em relação ao saldo agregado de Direitos de Crédito no respectivo mês. Cada tabela apresenta a evolução mensal, durante o período de 3 anos compreendido entre 1º de junho de 2010 e 31 de maio de 2013, contemplado no Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito, do percentual de concentração de Direitos de Crédito vinculados à 3 (três) grupos de Cedentes ou Sacados, conforme o caso: (i) grupo 1: do primeiro ao quarto maior Cedente ou Sacado; (ii) grupo 2: do quinto ao décimo maior Cedente ou Sacado e (iii) grupo 3: demais Cedentes ou Sacados. Cada gráfico apresenta a respectiva evolução mensal dos grupos 1 e 2 de Cedentes ou Sacados, conforme o caso.

Distribuição mensal da representatividade de Cedentes

Período	Primeiro ao quarto cedente	AH%	Quinto ao décimo cedente	AH%	Demais	AH%	Total
jun-10	8,182	9.9%	8,316	10.1%	66,068	80.0%	82,566
jul-10	9,003	11.3%	7,056	8.9%	63,529	79.8%	79,588
ago-10	8,114	9.0%	8,400	9.3%	73,767	81.7%	90,281
set-10	8,496	8.7%	9,459	9.7%	79,417	81.6%	97,372
out-10	9,471	8.4%	9,465	8.4%	94,239	83.3%	113,175
nov-10	10,531	9.5%	9,180	8.2%	91,623	82.3%	111,334
dez-10	10,865	11.2%	7,631	7.8%	78,723	81.0%	97,219
jan-11	7,085	7.6%	9,063	9.7%	77,352	82.7%	93,500
fev-11	10,715	9.4%	11,553	10.2%	91,257	80.4%	113,525
mar-11	11,214	9.7%	10,002	8.7%	94,335	81.6%	115,551
abr-11	10,691	9.1%	9,483	8.1%	97,532	82.9%	117,706
mai-11	9,558	7.3%	10,074	7.7%	111,859	85.1%	131,491
jun-11	8,719	7.7%	8,208	7.3%	95,862	85.0%	112,789
jul-11	7,125	6.5%	8,602	7.9%	93,536	85.6%	109,263
ago-11	9,252	7.8%	10,642	9.0%	98,725	83.2%	118,619
set-11	10,077	8.4%	10,354	8.6%	99,487	83.0%	119,918
out-11	12,156	11.4%	9,009	8.4%	85,862	80.2%	107,027
nov-11	7,928	10.5%	7,720	10.2%	59,980	79.3%	75,628
dez-11	8,246	15.6%	9,140	17.3%	35,400	67.1%	52,786
jan-12	9,958	13.6%	10,996	15.0%	52,410	71.4%	73,364
fev-12	10,416	13.3%	9,376	12.0%	58,577	74.7%	78,369
mar-12	10,698	14.1%	9,316	12.3%	55,693	73.6%	75,707
abr-12	11,728	15.1%	8,268	10.7%	57,423	74.2%	77,419
mai-12	8,356	10.2%	8,462	10.4%	64,864	79.4%	81,682
jun-12	6,351	9.5%	7,022	10.5%	53,424	80.0%	66,797
jul-12	10,683	14.6%	7,912	10.8%	54,682	74.6%	73,277
ago-12	11,234	12.1%	9,220	9.9%	72,332	78.0%	92,786
set-12	8,246	11.6%	8,887	12.5%	54,016	75.9%	71,149
out-12	11,744	13.5%	8,998	10.3%	66,199	76.1%	86,941
nov-12	10,746	11.3%	10,069	10.6%	74,017	78.1%	94,832
dez-12	10,670	17.6%	8,176	13.5%	41,794	68.9%	60,640
jan-13	6,667	10.7%	6,821	11.0%	48,779	78.3%	62,267
fev-13	7,967	10.7%	7,832	10.6%	58,431	78.7%	74,230
mar-13	9,768	11.7%	8,905	10.7%	64,937	77.7%	83,610
abr-13	8,450	8.4%	9,608	9.5%	82,867	82.1%	100,925
mai-13	10,448	12.3%	10,673	12.5%	64,025	75.2%	85,146
Total	341,558		323,898		2,613,023		3,278,479

Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Evolução Mensal das Representatividades de Grupos de Maiores Cedentes do FIDC Exodus I



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

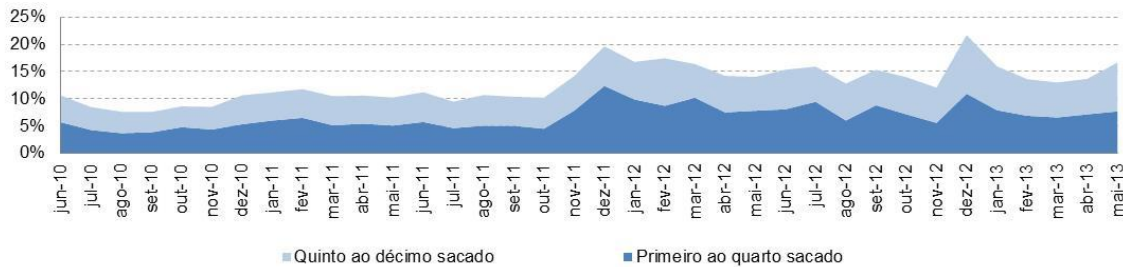
Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Distribuição mensal da representatividade de Sacados

Período	Primeiro ao quarto sacado	AH%	Quinto ao décimo sacado	AH%	Demais	AH%	Total
jun-10	4,706	5.7%	4,056	4.9%	73,803	89.4%	82,565
jul-10	3,405	4.3%	3,358	4.2%	72,825	91.5%	79,588
ago-10	3,338	3.7%	3,561	3.9%	83,382	92.4%	90,281
set-10	3,767	3.9%	3,644	3.7%	89,961	92.4%	97,372
out-10	5,434	4.8%	4,334	3.8%	103,406	91.4%	113,174
nov-10	4,872	4.4%	4,640	4.2%	101,823	91.5%	111,335
dez-10	5,198	5.3%	5,172	5.3%	86,849	89.3%	97,219
jan-11	5,639	6.0%	4,827	5.2%	83,033	88.8%	93,499
fev-11	7,406	6.5%	5,980	5.3%	100,139	88.2%	113,525
mar-11	5,958	5.2%	6,184	5.4%	103,410	89.5%	115,552
abr-11	6,414	5.4%	6,071	5.2%	105,221	89.4%	117,706
mai-11	6,711	5.1%	6,777	5.2%	118,004	89.7%	131,492
jun-11	6,491	5.8%	6,168	5.5%	100,130	88.8%	112,789
jul-11	5,068	4.6%	5,326	4.9%	98,868	90.5%	109,262
ago-11	6,023	5.1%	6,678	5.6%	105,917	89.3%	118,618
set-11	6,059	5.1%	6,415	5.3%	107,444	89.6%	119,918
out-11	4,850	4.5%	6,093	5.7%	96,084	89.8%	107,027
nov-11	5,935	7.8%	4,812	6.4%	64,880	85.8%	75,627
dez-11	6,541	12.4%	3,839	7.3%	42,406	80.3%	52,786
jan-12	7,253	9.9%	5,081	6.9%	61,031	83.2%	73,365
fev-12	6,846	8.7%	6,835	8.7%	64,688	82.5%	78,369
mar-12	7,730	10.2%	4,694	6.2%	63,282	83.6%	75,706
abr-12	5,828	7.5%	5,202	6.7%	66,390	85.8%	77,420
mai-12	6,394	7.8%	5,074	6.2%	70,215	86.0%	81,683
jun-12	5,409	8.1%	4,856	7.3%	56,532	84.6%	66,797
jul-12	6,941	9.5%	4,734	6.5%	61,601	84.1%	73,276
ago-12	5,603	6.0%	6,297	6.8%	80,885	87.2%	92,785
set-12	6,281	8.8%	4,647	6.5%	60,221	84.6%	71,149
out-12	6,234	7.2%	5,942	6.8%	74,765	86.0%	86,941
nov-12	5,318	5.6%	6,123	6.5%	83,391	87.9%	94,832
dez-12	6,643	11.0%	6,533	10.8%	47,464	78.3%	60,640
jan-13	4,943	7.9%	5,023	8.1%	52,300	84.0%	62,266
fev-13	5,125	6.9%	4,997	6.7%	64,108	86.4%	74,230
mar-13	5,516	6.6%	5,366	6.4%	72,728	87.0%	83,610
abr-13	7,230	7.2%	6,584	6.5%	87,111	86.3%	100,925
mai-13	6,556	7.7%	7,632	9.0%	70,858	83.3%	85,046
Total	209,665		193,555		2,875,155		3,278,375

Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Evolução Mensal das Representatividades de Grupos de Maiores Sacados do FIDC Exodus I



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

POLÍTICA DE COBRANÇA

A Gestora adotará os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos:

1. Em até 3 (três) Dias Úteis contados da assinatura do Termo de Cessão:
 - (i) os Sacados receberão o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito na Conta de Arrecadação;
 - (ii) os Sacados serão notificados da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo através de correspondência, em atendimento ao artigo 290 do Código Civil;
2. Após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Gestora confirmará junto aos Sacados o recebimento do boleto de cobrança.
 - 2.1. a confirmação descrita no caput deste item 2 será realizada junto aos Sacados com relação a todos os Direitos de Crédito através de contato telefônico ou carta simples.
 - 2.2. a critério da Gestora, poderá ser enviada carta para os Sacados dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
 - 2.3. a Gestora enviará correspondência com Aviso de Recebimento (A.R.) aos Sacados de Direitos de Crédito com valor nominal superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
 - 2.4. a Gestora comunicará diariamente os Cedentes sobre a posição de Direitos de Crédito vencidos.
3. No caso de não haver liquidação do Direito de Crédito no vencimento:
 - 3.1. a Gestora, através de seus recursos pessoais, e-mail e telefone fará a cobrança dos Direitos de Crédito vencidos.
 - 3.2. após o 4º Dia Útil contado do vencimento do Direito de Crédito, a Gestora enviará uma carta ao Sacado com os dados do Direito de Crédito vencido e informando que caso o Direito de Crédito não seja liquidado, será incluída, em nome do Sacado, uma Pendência Financeira (Pefin).
 - 3.2.1 o recebimento dos Direitos de Crédito em atraso dos Sacados incluídos em Pefin ocorrerá de forma semelhante à cobrança normal, ou seja, através de emissão de boleto ao Sacado e conciliação pela Gestora da Conta de Cobrança.
 - 3.2.2 caso o Direito de Crédito vencido não seja liquidado até o 10º Dia Útil contado de seu vencimento, o respectivo título será enviado a cartório.
4. Caso o Cedente receba qualquer valor em nome do Fundo, o Cedente deverá repassar tal valor à Conta do Fundo, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento.

5. Caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito e/ou não tenha ocorrido pagamento dos Direitos de Crédito, a Gestora poderá, a seu exclusivo critério, conceder prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou mesmo adotar outras alternativas consideradas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito.

5.1 as prorrogações poderão ser realizadas respeitado-se o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias e serão concedidas somente uma vez, mesmo se concedidas inicialmente em prazo inferior ao prazo máximo aqui previsto.
6. Não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Cedente e o respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.
7. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de vencimento do ativo no Fundo, a Gestora estará autorizada a negociar este ativo com deságio a ser discutido caso a caso, desde que o Fundo não esteja em Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação.

Os procedimentos acima descritos ficarão a cargo do departamento de cobrança da Gestora que é responsável por registrar/monitorar e ajustar todos os ativos (títulos) cedidos ao Fundo com a finalidade de garantir que os processos de cobrança definidos pela Gestora sejam cumpridos e respeitados.

RESCISÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

O Contrato de Cessão não prevê condições de vencimento antecipado das obrigações referentes aos Direitos de Crédito. Entretanto, o Contrato de Cessão prevê hipóteses de rescisão, conforme listadas abaixo:

- (a) descumprimento de qualquer obrigação assumida nos termos do Contrato de Cessão;
- (b) em caso de (i) falecimento ou insolvabilidade do devedor solidário (nos termos do Contrato de Cessão), e (ii) não substituição no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, a não apresentação ou aprovação de garantias que sejam suficientes para assegurar o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos do Contrato de Cessão;
- (c) início de procedimento de dissolução e/ou liquidação ou decretação de falência da Cedente ou do devedor solidário ou apresentação de pedido de aut falência por qualquer um deles;
- (d) homologação de processamento de recuperação judicial ou de plano de recuperação extrajudicial à Cedente ou ao devedor solidário, após a assinatura do Contrato de Cessão.

Na ocorrência de uma das hipóteses de rescisão previstas no Contrato de Cessão, o Fundo terá o direito de resolver todas as cessões de Direitos de Crédito que tenham sido realizadas nos termos do Contrato de Cessão, cujas respectivas obrigações dos Devedores, da Cedente e/ou do devedor solidário não tenham sido integralmente liquidadas, e exigir da Cedente e do devedor solidário a restituição, imediatamente, em moeda corrente nacional, do saldo correspondente à diferença entre o valor total do(s) Preço(s) de Aquisição recebido(s) pela Cedente e o valor equivalente aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo que tenham sido efetivamente liquidados até a data da rescisão, devendo tais valores ser reajustados pela variação do IGPM até a data da rescisão. O saldo apurado conforme acima previsto será atualizado anualmente pela variação do IGPM, ou em menor periodicidade se admitido por lei, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ou fração, desde a data da rescisão até a sua efetiva restituição ao Fundo.

ESTATÍSTICAS E EFEITOS DE PRÉ-PAGAMENTO

Considerando (i) o curto prazo da carteira de Direitos de Crédito (o prazo médio ponderado da carteira do Fundo não poderá exceder 60 (sessenta) dias, conforme disposto nos Critérios de Elegibilidade) e (ii) a taxa mínima de cessão, eventuais pré-pagamentos dos Direitos de Crédito não deverão ter efeitos sobre a rentabilidade das Quotas Seniores.

O Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito apresenta informações estatísticas sobre pré-pagamento dos Direitos de Crédito constantes da carteira do Fundo no período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à Oferta, evidenciada através do percentual de “Títulos Antecipados” da *Aging List* (10.77%), isto é, o percentual dos Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo ao longo do período de análise do referido relatório que foi pago antes da respectiva data de vencimento.

GARANTIAS E REFORÇOS DE CRÉDITO

O Cedente firma um Contrato de Cessão com o Fundo, representado pela Administradora, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a todas as futuras cessões de Direitos de Crédito entre as partes. Os sócios do Cedente assinam também o Contrato de Cessão, como devedores solidários do Cedente garantindo as obrigações do Cedente no Contrato de Cessão, que podem ser apenas obrigações de indenização ou podem ser propriamente de coobrigação pelo pagamento dos Direitos de Crédito, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão. Através do Contrato de Cessão e de seus eventuais aditamentos, documentados através de Termos de Cessão representativos de cada cessão propriamente dita, os sócios do Cedente se comprometem a avalizar as obrigações do Cedente no âmbito do Contrato de Cessão e assinar notas promissórias representativas dos potenciais valores devidos pelo Cedente em decorrência de cada cessão de Direitos de Crédito.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

CONTRATO DE CESSÃO PADRÃO

O Contrato de Cessão estabelece que a cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito. Cada Cedente garante a existência e validade dos Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão, bem como cada respectivo Termos de Cessão é celebrado de forma irrevogável e irretroatável.

O Contrato de Cessão padrão é utilizado para qualquer Cedente que venha a ceder créditos ao Fundo, podendo variar o preço de aquisição, taxas e encargos, partes, permanecendo inalterado o teor do instrumento, o qual conta com co-obrigação solidária da Cedente. Adicionalmente, de acordo com o risco de cada Cedente o Fundo pode requerer garantias fidejussórias e nota promissória de pessoas vinculadas ao devedor dos Direitos de Crédito, o que mitiga os riscos dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO DE QUOTAS

Por meio do Contrato de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços (i) de custódia dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração de quotas, incluindo os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos. A custódia qualificada compreenderá também a liquidação financeira de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação.

CONTRATO DE GESTÃO

Por meio do Contrato de Gestão, a Gestora se obrigara a prestar serviços descritos no Capítulo VI do Regulamento e, pelo desempenho destas obrigações a Gestora fará jus a uma parcela da Taxa de Administração conforme previsto no Capítulo X do Regulamento.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

CONTRATO COM EMPRESA DE AUDITORIA

A Empresa de Auditoria foi contratada pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pela Empresa de Auditoria, serão emitidos os seguintes documentos:

- (i) Emissão de opinião contemplando se as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo, bem como o resultado das operações do Fundo e as mutações do Patrimônio Líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimentos regulados pela CVM e de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, conforme promulgado pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria (NBC TA) 260 Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e *International Auditing Standards* (ISA); e
- (ii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas, que incluem aspectos relacionados aos controles internos do Fundo, práticas contábeis utilizadas e o não-cumprimento de leis e regulamentação, caso aplicável.

CONTRATO DE GUARDA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

Para a prestação dos serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios foi contratada pelo Custodiante, por sua conta e ordem e sob sua total responsabilidade, a P3IMAGE Comércio e Serviços de Informática Ltda., sociedade limitada estabelecida na Rua do Curtume, 554, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Unidade Lapa) e na Rodovia Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, 2.777, Galpão 2, Bairro São Roque da Chave, na cidade de Itupeva, Estado de São Paulo (Unidade Itupeva), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.265.444/0002-65, conforme faculta o parágrafo 6º do Artigo 38 da Instrução CVM 356, mediante o Contrato de Guarda e Outras Avenças celebrado entre o Custodiante e o Agente de Guarda, com a interveniência e anuência da Administradora e da Gestora.

Os serviços do Agente de Guarda consistem em:

I - verificar o lastro dos Direitos de Crédito;

II - guarda dos Documentos Comprobatórios;

III - zelar para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos em perfeita ordem e estado; e

IV - disponibilizar prontamente, sempre que solicitado, a documentação mantida sob sua guarda.

A remuneração do Agente de Guarda será de responsabilidade do Custodiante, sendo que as condições da remuneração serão estabelecidas no Contrato de Guarda.

A contratação, pelo Custodiante, do Agente de Guarda não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em qualquer ingerência e/ou controle, pelo Agente de Guarda e/ou pelos respectivos Cedentes, sobre os Direitos de Crédito, tampouco eximirá o Custodiante de suas obrigações de custódia, conforme previstas no Contrato de Custódia.

O Custodiante, ou o Agente de Guarda, será depositário dos Documentos Comprobatórios e os guardará em imóvel próprio ou em imóvel de terceiro subcontratado.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS SENIORES DA 14ª SÉRIE

Por meio do Contrato de Distribuição, o Fundo contratou os Coordenadores para a prestação dos serviços de distribuição pública Quotas Seniores da 14ª Série, em regime de melhores esforços de colocação, cuja cópia encontra-se disponível aos interessados para consulta na sede dos Coordenadores. Para maiores informações, verificar a seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 14ª Série”, na página 30 deste Prospecto Definitivo.

Não foi identificado nenhum evento nos contratos firmados pelo Fundo que possa acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

CARACTERÍSTICAS DA PERFORMANCE DA CARTEIRA

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As informações descritas a seguir tratam-se de informações históricas e, dessa forma, não há garantia de que a carteira atual do Fundo apresente características (perfil e performance) semelhantes ao histórico apresentado.

Análise da Carteira de Recebíveis Realizada pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

Com o objetivo de evidenciar as principais características demográficas e de desempenho da carteira de Direitos de Crédito do Fundo, a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. foi contratada pelo Fundo para realizar uma análise da carteira de recebíveis do Fundo, compreendendo os Direitos de Crédito que compuseram a carteira do Fundo durante o período compreendido entre 1º de junho de 2010 e 31 de maio de 2013, totalizando 36 meses de histórico de dados.

Foram elaboradas as análises listadas a seguir para os Fundos: FIDC Exodus I, FIDC Exodus III e FIDC Institucional, com ênfase no FIDC Exodus I:

Análise Demográfica:

- Identificação do volume de originação mensal;
- Identificação do *ticket* médio das operações;
- Identificação do prazo médio de vencimento;
- Identificação dos maiores Sacados e indicadores de concentração;
- Identificação dos maiores Cedentes e indicadores de concentração, especificamente para análise de duplicatas;
- Identificação de faixas de valores das operações e indicadores de concentração;
- Identificação da distribuição geográfica dos devedores;
- Identificação das principais formas de baixa e pagamentos, especificamente para análise de duplicatas.

Análise de Desempenho:

- Representatividade dos eventos de diluição das safras, tais como cancelamentos, descontos, recompras, renegociações, etc.
- Aging-list da carteira por faixas de atraso.
- Matriz triangular de pagamentos.
- Perdas por safra de originação de Direitos Creditórios.

Desta maneira, a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. apurou, de forma independente, as características demográficas e de desempenho da carteira de Direitos de Crédito do Fundo. É importante enfatizar, entretanto, que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal.

Os resultados dessa análise, observado que algumas informações encontram-se listadas nesta seção, foram publicados em 23 de setembro de 2013 pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. através do Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito, constante do Anexo VII deste Prospecto Definitivo.

Somatório do valor dos Direitos de Crédito do FIDC Exodus I *vis-à-vis* somatório do valor dos Direitos de Crédito total dos FIDCs geridos pela Gestora



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

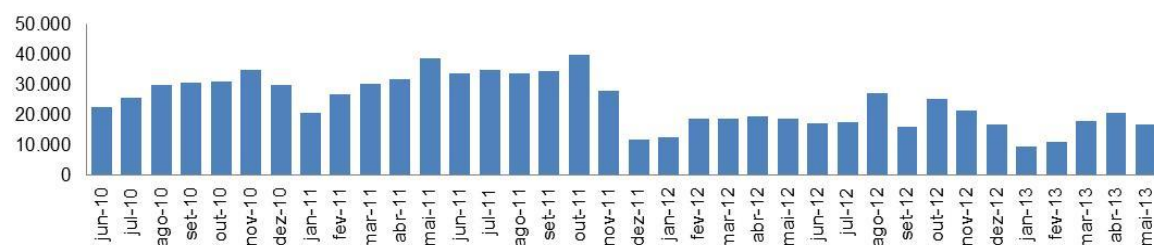
Ticket Médio dos Direitos de Crédito do FIDC Exodus I, em R\$(000)



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

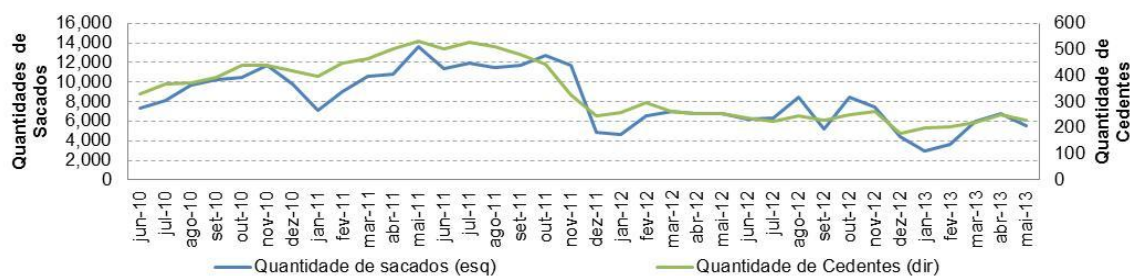
Evolução Mensal das Quantidades de Direitos de Crédito do FIDC Exodus I, em R\$(000)



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

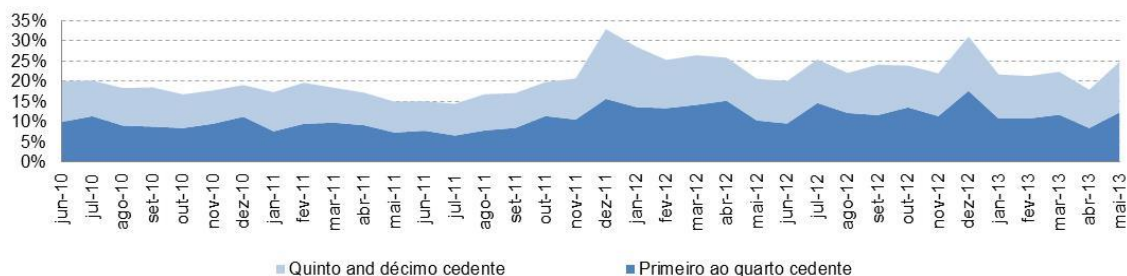
Evolução Mensal das Quantidades de Cedentes e Sacados do FIDC Exodus I



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

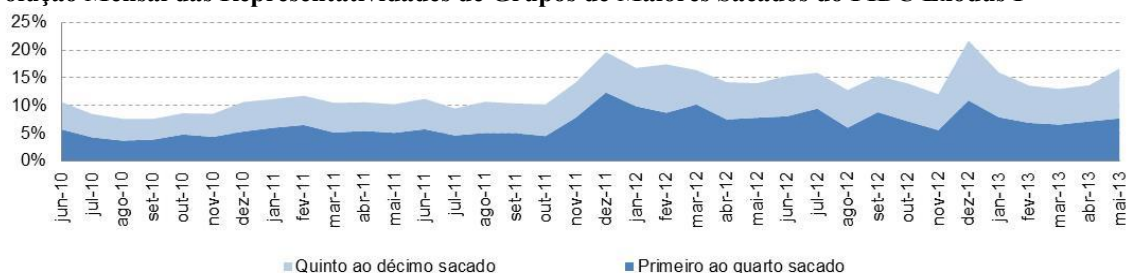
Evolução Mensal das Representatividades de Grupos de Maiores Cedentes do FIDC Exodus I



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

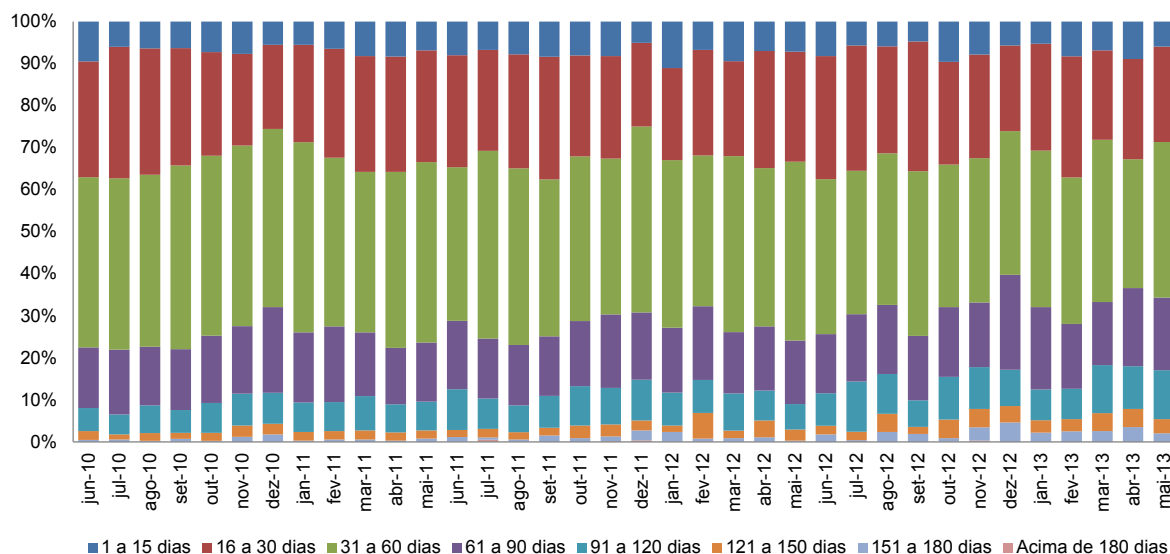
Evolução Mensal das Representatividades de Grupos de Maiores Sacados do FIDC Exodus I



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Evolução mensal do prazo médio de vencimento dos Direitos de Crédito do FIDC Exodus I



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

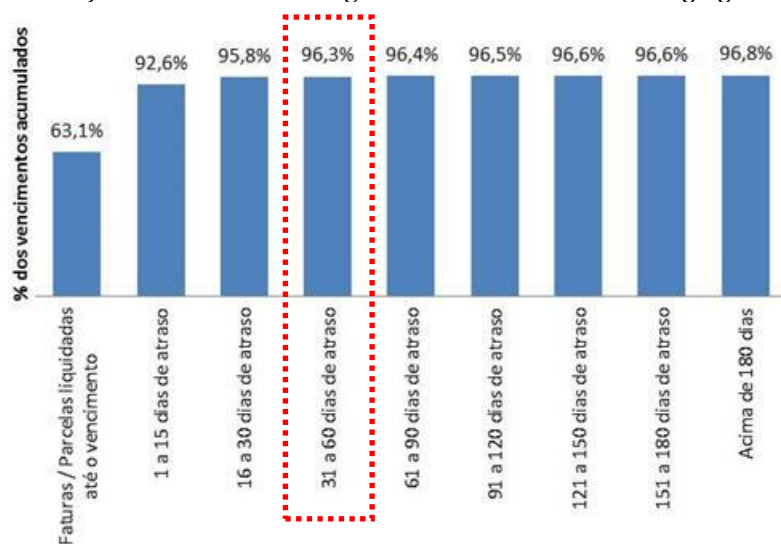
Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Aging List do FIDC Exodus I

Faixas	Exodus I	
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%
Total sob análise	3,352,656	
(-) Faturas Recompradas	302,192	9.01%
(-) Faturas / Parcelas a vencer em 31/05/2013	162,401	4.84%
(-) Desconto	184	
(+) Multa	10,908	
Total vencido e/ou liquidado até 31/05/2013	2,898,786	100.00%
Faturas / Parcelas antecipadas	312,336	10.77%
Faturas / Parcelas antecipadas acima de 180 dias	259	0.01%
Faturas / Parcelas antecipadas de 151 a 180 dias	1	0.00%
Faturas / Parcelas antecipadas de 121 a 150 dias	28	0.00%
Faturas / Parcelas antecipadas de 91 a 120 dias	1,996	0.07%
Faturas / Parcelas antecipadas de 61 a 90 dias	1,844	0.06%
Faturas / Parcelas antecipadas de 31 a 60 dias	8,544	0.29%
Faturas / Parcelas antecipadas de 16 a 30 dias	18,624	0.64%
Faturas / Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	281,040	9.70%
Faturas / Parcelas liquidadas no vencimento	1,517,979	52.37%
Faturas / Parcelas liquidadas com atraso	975,902	33.67%
Faturas / Parcelas liquidadas com 1 a 15 dias de atraso	854,010	29.46%
Faturas / Parcelas liquidadas com 16 a 30 dias de atraso	91,420	3.15%
Faturas / Parcelas liquidadas com 31 a 60 dias de atraso	15,099	0.52%
Faturas / Parcelas liquidadas com 61 a 90 dias de atraso	3,805	0.13%
Faturas / Parcelas liquidadas com 91 a 120 dias de atraso	3,613	0.12%
Faturas / Parcelas liquidadas com 121 a 150 dias de atraso	1,235	0.04%
Faturas / Parcelas liquidadas com 151 a 180 dias de atraso	269	0.01%
Faturas / Parcelas liquidadas com mais de 180 dias de atraso	6,452	0.22%
Faturas / Parcelas vencidas	92,568	3.19%
Faturas / Parcelas vencidas até 15 dias	9,550	0.33%
Faturas / Parcelas vencidas de 16 a 30 dias	2,270	0.08%
Faturas / Parcelas vencidas de 31 a 60 dias	2,442	0.08%
Faturas / Parcelas vencidas de 61 a 90 dias	1,946	0.07%
Faturas / Parcelas vencidas de 91 a 120 dias	1,043	0.04%
Faturas / Parcelas vencidas de 121 a 150 dias	1,052	0.04%
Faturas / Parcelas vencidas de 151 a 180 dias	2,034	0.07%
Faturas / Parcelas vencidas acima de 180 dias	72,231	2.49%

Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

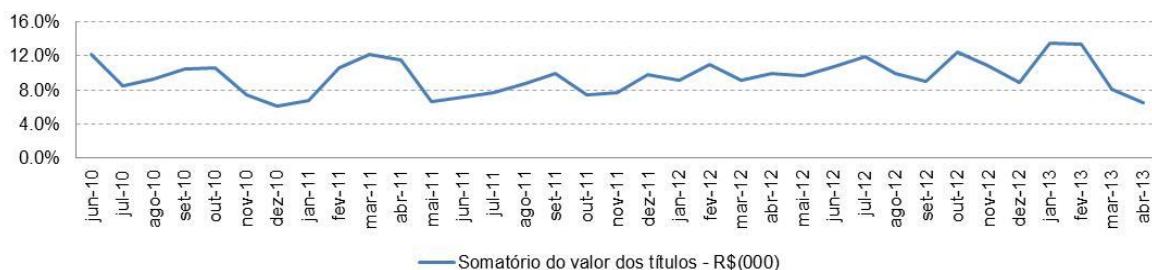
Distribuição dos Atrasos dos Pagamentos até a Derivada da *Aging List*



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Somatório do valor dos títulos vis-à-vis Somatório do valor dos títulos recomprados, em R\$(000)



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Quantidade de títulos vis-à-vis Quantidade de títulos recomprados



Fonte: KPMG “Nova SRM Administração de Recursos e Finanças SA – Análise da Carteira de Recebíveis (31-maio-2013)”.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

O Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito apresenta informações estatísticas sobre inadimplimentos e perdas associados aos Direitos de Crédito constantes da carteira do Fundo no período de 3 (três) anos imediatamente anteriores à Oferta, evidenciada através da seção “*Análises de Performance*”, mais especificamente através da tabela de *Aging List* e das matrizes de pagamentos.

A tabela de *Aging List* apresenta uma classificação detalhada de pagamentos, atrasos e/ou montantes em aberto, referentes aos Direitos de Crédito com vencimento no período compreendido entre 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2013 e contemplado no Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito. Para cada faixa de pagamento, atraso ou vencimento em aberto, a tabela indica o volume financeiro agregado dos Direitos de Crédito enquadrados em tal faixa, em valores absolutos e percentuais, considerando como base de tais cálculos percentuais o volume agregado total de Direitos de Crédito vencidos e/ou liquidados analisados no Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito (aproximadamente R\$ 2.898.786.000,00).

O percentual de “Títulos vencidos acima de 180 dias” da *Aging List* (2.49%) é uma estimativa das perdas dos Direitos de Crédito do Fundo em decorrência de inadimplemento ao longo do período de análise. Os percentuais referentes às faixas dentro da categoria “Títulos liquidados em atraso” são estimativas de inadimplência (atrasos) dos Direitos de Crédito do Fundo durante o período de análise englobado no Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito.

Adicionalmente, as matrizes de pagamentos estimam a evolução de perdas ao longo do tempo. Com relação aos Direitos de Crédito com vencimento em cada quinzena durante o período de análise englobado no Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito, a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. verificou o percentual de pagamentos efetivamente realizados até tal quinzena e, subsequente, até as posteriores. As matrizes de pagamento apresentam o resultado dessa análise, isto é, as evoluções dos percentuais de pagamentos efetivamente realizados com relação aos Direitos de Crédito do Fundo com vencimento em cada quinzena.

Vale ressaltar que dois grupos de matrizes são apresentados no Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito, quais sejam:

- (i) *Tabela 2.11 – Matriz 2010 (Cenário 1: Recompras – “em aberto”)*, páginas 25-28 do Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito e páginas 381 a 384 deste Prospecto Definitivo: percentual de pagamentos efetivamente realizados quinzenalmente, considerando como premissa os Direitos de Crédito recomprados e/ou substituídos como não pagos;
- (ii) *Tabela 2.12 – Matriz 2010 (Cenário 1: Recompras – “liquidado”)*, páginas 29-32 do Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito e páginas 385 a 388 deste Prospecto Definitivo: percentual de pagamentos efetivamente realizados quinzenalmente, considerando como premissa os Direitos de Crédito recomprados e/ou substituídos como pagos.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E HISTÓRICO DO FUNDO

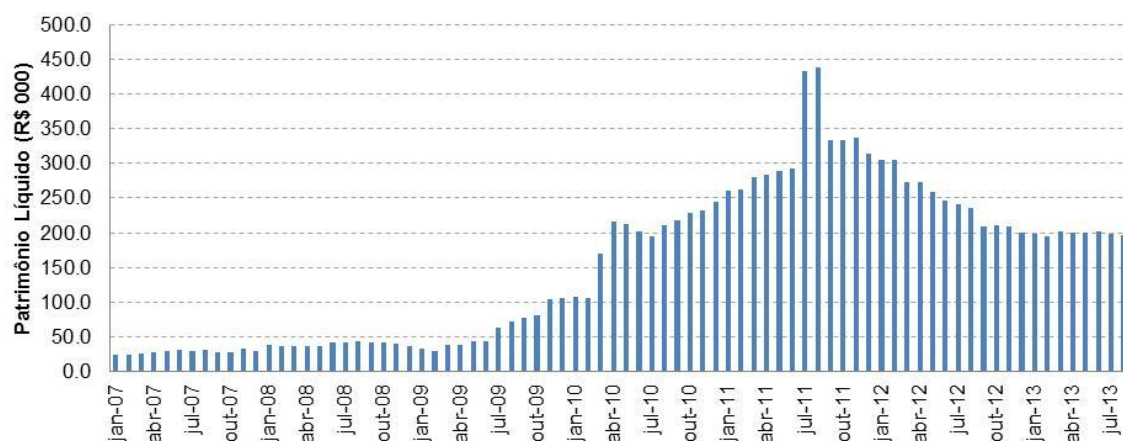
Informações Financeiras

O “Anexo V - Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2013” e o “Anexo VI - Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados em dezembro de 2012 e março e junho de 2013” constantes das páginas 231 e 331 deste Prospecto Definitivo, respectivamente, apresentam informações financeiras sobre o Fundo.

Histórico

Deste o início de suas operações até a data deste Prospecto Definitivo, o Fundo apresentou as seguintes evoluções mensais de Patrimônio Líquido, Relação Mínima e relação entre valor agregado de Direitos de Crédito e Patrimônio Líquido:

Evolução do Patrimônio Líquido R\$(000)



Fonte: CVM

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

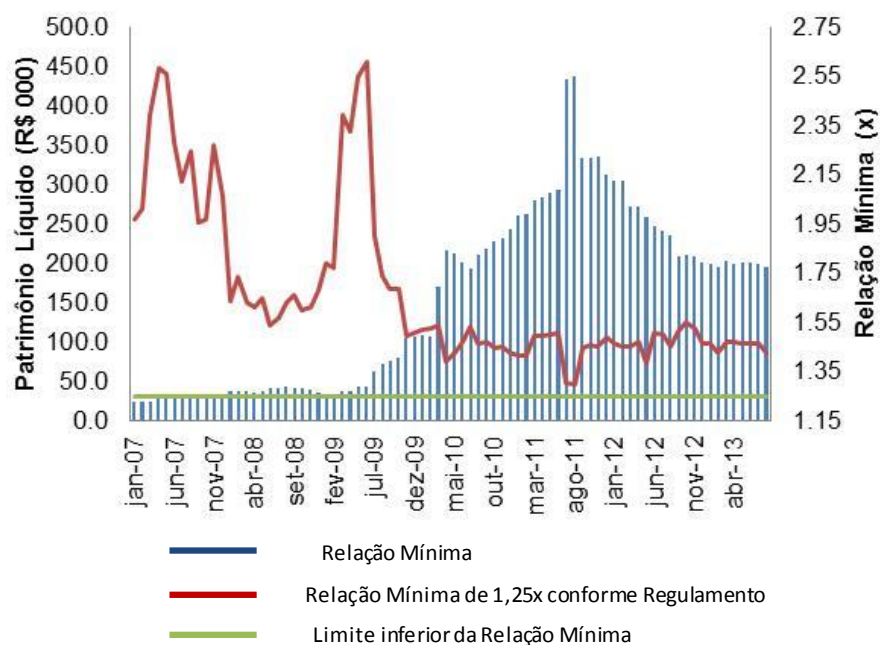
Evolução da Relação Mínima R\$(000)



Fonte: CVM

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Comparativo Patrimônio Líquido R\$(000) e Relação Mínima (x)



Fonte: CVM.

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Evolução da relação entre valor agregado de Direitos de Crédito e Patrimônio Líquido

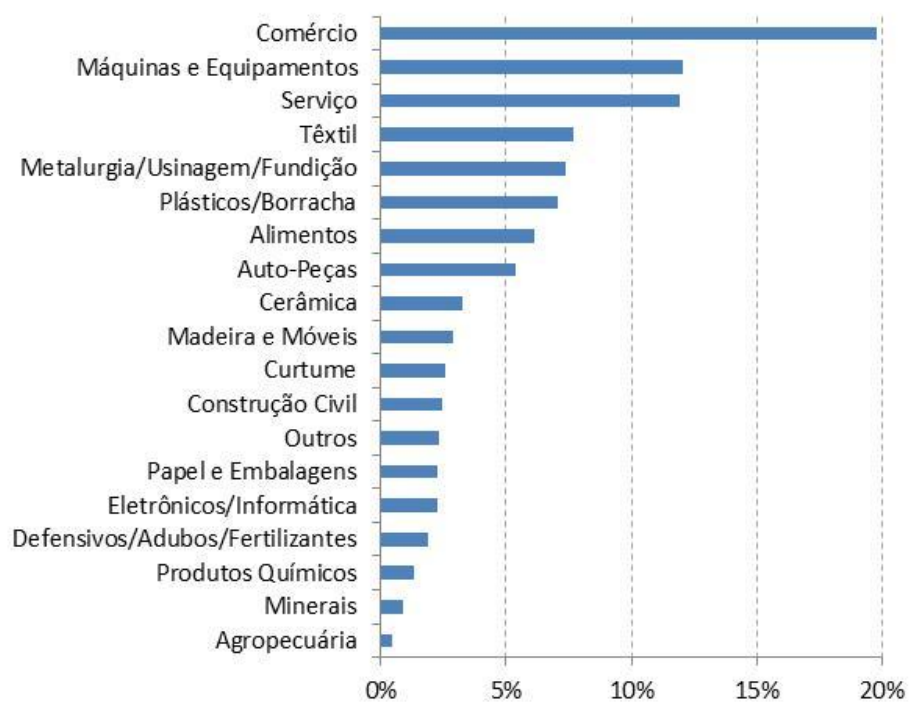


Fonte: CVM

Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Além disso, o Fundo conta com a seguinte concentração de Direitos de Crédito por setor econômico, referente ao mês de agosto de 2013:

Concentração de Direitos de Crédito por setores econômicos



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.
Elaboração: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Histórico das outras séries e classes de Quotas emitidas pelo Fundo a partir da 10ª Série de Quotas Seniores e da 1ª Classe de Quotas Subordinadas Mezanino

Quotas Seniores (Séries)	Data de Emissão	Quantidade De Quotas	Remuneração	Amortizações	Data de Resgate
10ª	07/04/09	600	132% da Taxa CDI	3 (três) amortizações mensais, no dia 10 dos meses 13, 14 e 15, contado da data da primeira subscrição.	12-Jul-10
11ª	31/03/10	717	125% da Taxa CDI	Não há.	29-Set-11
12ª	17/03/10	934	130% da Taxa CDI	5 (cinco) amortizações, no dia 10 dos meses 18, 21, 24, 27 e 30, contado da data da primeira integralização.	10-Set-12
13ª	25/07/11	1.350	127% da Taxa CDI	Amortizações trimestrais a contar de 10 de outubro de 2011. A partir do 32º mês a contar da Data de Emissão, serão realizadas 5 amortizações programadas conforme tabela abaixo:	25-Jul-14
				32º mês contado da Data de Emissão: 1/5 do valor da Quota	
				33º mês contado da Data de Emissão: 1/4 do valor da Quota	
				34º mês contado da Data de Emissão: 1/3 do valor da Quota	
				35º mês contado da Data de Emissão: 1/2 do valor da Quota	
				36º mês contado da Data de Emissão: 100% do valor da Quota	

Quotas Subordinadas Mezanino	Data de Emissão	Quantidade de Quotas	Remuneração	Amortizações	Data de Resgate
1ª Emissão	27/07/09	2.500	140% da Taxa CDI	3 (três) amortizações mensais e consecutivas partir do 13º (décimo segundo) mês, contados da data da primeira subscrição.	08-Out-10
2ª Emissão	A ser definida	até 450	Taxa CDI + 7%	Amortizações trimestrais a contar de 10 de fevereiro de 2014 (amortizações referentes à remuneração apenas). A partir de 10 de fevereiro de 2016, serão realizadas 3 amortizações mensais, correspondentes, em cada mês, à somatória (i) da aplicação da Meta de Rentabilidade de tais Quotas nos respectivos períodos e (ii) parcela de principal correspondente à 1/3 (um terço) do Valor Unitário de Emissão	10-Abr-16

* A 2ª emissão de Quotas Subordinadas Mezanino foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 09 de setembro de 2013, cuja ata foi arquivada no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 11 de setembro de 2013, sob o nº 3.536.629. Entretanto referida emissão ainda não foi realizada até a data deste Prospecto Definitivo.

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas Quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto Definitivo e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção.

Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que os Cedentes, a Administradora, o Custodiante, a Gestora ou qualquer de suas partes relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Coordenador Líder, da Coordenadora Contratada, de suas partes relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Risco de Mercado – Efeitos da política econômica do Governo Federal

O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os Sacados dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origem e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por:

- flutuações das taxas de câmbio;
- alterações na inflação;
- alterações nas taxas de juros;
- alterações na política fiscal; e
- outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados, pelos respectivos Cedentes e eventuais garantidores.

Investimento de baixa liquidez

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Restrição à negociação de Quotas do Fundo que sejam objeto de distribuição pública com esforços restritos

O Fundo pode vir a realizar a distribuição de Quotas por meio de oferta de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. De acordo com a referida Instrução, em caso de realização de distribuição com esforços restritos, o ofertante está desobrigado de preparar e disponibilizar prospecto da oferta em questão aos investidores-alvo da mesma. A não adoção de prospecto: (i) pode limitar o acesso de informações do Fundo aos investidores às informações periódicas obrigatórias disponibilizadas no site da CVM; e (ii) pode resultar na redução de liquidez das Quotas e dificultar a venda das mesmas em função da referida limitação de informações disponíveis. Além disso, a distribuição de Quotas por meio de oferta de distribuição com esforços restritos implica em restrição de negociação das Quotas objeto da oferta em questão nos mercados regulamentados de valores mobiliários durante 90 (noventa) dias contados de sua subscrição ou aquisição pelo investidor.

Inexistência de garantia de rentabilidade

As Metas de Rentabilidade e as Datas de Amortização programadas indicadas em cada Suplemento de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino são apenas metas estabelecidas pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade e/ou pontualidade de pagamento aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Adicionalmente, caso as Disponibilidades do Fundo, incluindo os Ativos Financeiros, não sejam suficientes para pagar as Amortizações Programadas nas respectivas Datas de Amortização, os Quotistas não receberão as Amortizações Programadas (de principal e/ou remuneração) na forma e prazo indicados nos respectivos Suplementos. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Fundo Fechado - Amortização e resgate condicionado das Quotas

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que a única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de Descontinuidade - Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas

O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas. Neste caso, (a) os Quotistas poderiam ter suas Quotas resgatadas em Direitos de Crédito; ou (b) o resgate das Quotas ficaria condicionado (i) ao vencimento e pagamento pelos Sacados das parcelas relativas aos Direitos de Crédito; ou (ii) à venda dos Direitos de Crédito a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o Patrimônio Líquido. Além disso, os Quotistas do Fundo podem sofrer prejuízos patrimoniais, bem como poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos de Crédito recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Sacados em relação aos Direitos de Crédito inadimplidos.

Deste modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, os Custodiante e a Gestora qualquer multa, penalidade ou compensação, de qualquer natureza em relação a tal fato ou em decorrência da amortização ou resgate antecipado.

Risco de Originação - Observância da alocação mínima de recursos do Fundo em Direitos de Crédito

O Fundo deve manter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido alocado em Direitos de Crédito elegíveis, nos termos do Artigo 22 do Regulamento. Entretanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá identificar e selecionar Direitos de Crédito em volume suficiente para fazer frente à referida alocação mínima. A existência do Fundo no tempo dependerá da capacidade da Gestora de identificar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo em volume suficiente para a existência do Fundo. A falta de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo poderá gerar a dificuldade pelo Fundo em atender à Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, bem como provocar o desenquadramento do Fundo com relação ao cumprimento da alocação mínima em Direitos de Crédito e, portanto, causar a liquidação do Fundo e impactos negativos para o Fundo e os seus respectivos Quotistas.

Os Sacados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Direitos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.

O risco relacionado à sazonalidade do setor de atuação dos Cedentes apresenta forte correlação com a concentração de Cedentes em um ou em alguns setores da economia, sendo que, quanto menor a diversificação dos setores de atuação dos Cedentes, maior será a exposição do Fundo aos efeitos da natureza cíclica das operações por eles contratadas.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Sacados, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita no Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Sacados; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dada causa aos procedimentos do Capítulo XVIII do Regulamento. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo VII do Regulamento.

Além disso, fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito elegíveis.

Guarda dos Documentos Comprobatórios

Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do Fundo. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Fundo poderá contratar o Agente de Guarda para prestar os serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Guarda. Apesar de o Custodiante e o Fundo reservarem-se, em caso de contratação do Agente de Guarda, o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios e tenham tomado todos os cuidados necessários na seleção do Agente de Guarda, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

A guarda poderá mostrar-se falha dificultando ou retardando eventuais procedimentos de cobrança de créditos inadimplidos dos respectivos Sacados pela Gestora podendo gerar perdas ao Fundo e, consequentemente, aos seus Quotistas. Adicionalmente, eventos que fogem ao controle do Custodiante ou do Agente de Guarda, tais como, mas não se limitando a incêndio, inundação ou outros eventos de força maior, poderão causar a perda dos Documentos Comprobatórios e consequentemente gerar perdas ao Fundo e aos seus Quotistas.

Confirmação de Existência dos Direitos de Crédito junto aos Sacados

A Gestora não confirma junto aos Sacados a existência e/ou aceite de 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo previamente a cada cessão. Tal verificação é realizada por amostragem, seguindo critérios definidos pela Gestora. Dessa forma, mesmo que todas as obrigações constantes do Regulamento sejam cumpridas por seus respectivos responsáveis, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito não reconhecidos ou aceitos pelos Sacados, o que poderá causar prejuízos ao Fundo.

Cobrança judicial dos Direitos de Crédito

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas Júnior, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral na forma do Capítulo XXI do Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.

Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo

O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua Política de Investimento, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação e adimplência dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da Carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Quotistas Subordinados Júnior, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero ou negativo. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.

Risco de Mercado – Ativos Financeiros

O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a Carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços e rentabilidades. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços e rentabilidades dos ativos. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e consequentemente a rentabilidade das Quotas.

Risco de Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino e a taxa de rentabilidade dos ativos do Fundo

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade, conforme estabelecidas em seus respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito e de Inadimplência dos Sacados

O risco de crédito decorre da capacidade dos Sacados e ou dos Cedentes, em caso de coobrigação, em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos Sacados e/ou Cedentes, conforme o caso, e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas.

Adicionalmente, caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos Sacados dos Direitos de Crédito adquiridos, a rentabilidade da carteira do Fundo dependerá prioritariamente da cobrança pela Gestora dos Direitos de Crédito inadimplidos, junto aos Sacados e/ou aos Cedentes, em caso de coobrigação conforme o caso, e/ou da execução das respectivas garantias. Na hipótese de referida cobrança não ser bem sucedida e/ou não ser possível executar as garantias ou os montantes obtidos com a execução das garantias serem insuficientes para cobrir a dívida com o Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser afetada negativamente.

Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros

Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

Risco de Fraude – Oferta de Direitos de Crédito Inexistentes

A Gestora pode não identificar situações em que Cedentes ofertem Direitos de Crédito inexistentes ao Fundo. Caso tais Direitos de Crédito sejam efetivamente adquiridos pelo Fundo, seus pagamentos podem não ser realizados pelos Sacados, e os Cedentes podem não substituir e/ou recomprar os Direitos de Crédito não pagos. Nesses casos o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Quotas poderão ser afetados negativamente.

Riscos de Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

Riscos de Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito

Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas do segmento industrial e comercial selecionados pela Gestora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.

Regularidade dos Direitos de Crédito

O Custodiante verificará a regularidade dos Documentos Comprobatórios de todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de cada cessão. Como essa verificação é realizada após a cessão ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.

Risco de Concentração

O risco da aplicação no Fundo possui forte correlação com a concentração da carteira do Fundo, sendo que, quanto maior for a concentração da carteira do Fundo, maior será a chance do Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Quotas.

Risco Decorrente de Eventos Societários entre Cedentes e Sacados

A política de investimento e de composição da carteira estabelece vários critérios de diversificação de Cedentes e Sacados, a serem observados pela Gestora diariamente e verificados mensalmente pelo Verificador da Política de Investimento. Não obstante a observância da Política de Investimento no momento da aquisição dos Direitos de Crédito, a diversificação de Cedentes e/ou Sacados pode deixar de ser observada posteriormente em caso de ocorrência de eventos societários (fusões / aquisições) relacionados aos Cedentes e/ou Sacados. Tal inobservância de diversificação de Cedentes e/ou Sacados pode aumentar os riscos do Fundo, acarretando potenciais perdas de patrimônio do Fundo e/ou de rentabilidade das Quotas.

Risco decorrente da precificação dos ativos

Os ativos integrantes da Carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“*mark-to-market*”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

Limitação do Gerenciamento de Riscos

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Risco de Pré-Pagamento

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus Sacados, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Desta forma, os Sacados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, do valor do principal e dos juros devidos até a data de pagamento do Direito de Crédito. Este evento pode implicar no recebimento, pelo Fundo, de um valor inferior ao previamente previsto no momento de sua aquisição, em decorrência do desconto dos juros que seriam cobrados ao longo do período compreendido entre a data do pré-pagamento e a data original de vencimento do crédito ou do eventual desconto concedido em razão do pré-pagamento, resultando na redução da rentabilidade geral do Fundo.

Risco de não identificação de Direitos de Crédito Elegíveis

A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Gestora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Gestora, fatores externos alheios à vontade da Gestora podem ocorrer, os quais podem gerar situações que configurem Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, impactando os resultados do Fundo.

Risco do Originador

O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre as Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso a Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda. O risco relacionado à sazonalidade do setor de atuação dos Cedentes apresenta forte correlação com a concentração de Cedentes em um ou em alguns setores da economia, sendo que, quanto menor a diversificação dos setores de atuação dos Cedentes, maior será a exposição do Fundo aos efeitos da natureza cíclica das operações por eles contratadas.

Risco Decorrente da Relação Comercial Subjacente ao Direito de Crédito

Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso os Cedentes não indenizem o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.

Risco Relacionado aos Acordos e Renegociações dos Direitos de Créditos

A Gestora pode realizar acordos e/ou renegociações podendo, inclusive, conceder descontos e alterar prazos de pagamentos dos Direitos de Créditos inadimplidos constantes da carteira do Fundo. Não há garantia de que os acordos e/ou renegociações realizadas com relação aos Direitos de Crédito inadimplidos sejam pagas total ou parcialmente. Adicionalmente, tais acordos e/ou renegociações podem acarretar diminuição dos valores esperados dos Direitos de Créditos inadimplidos constantes da carteira do Fundo, podendo trazer prejuízos ao Fundo. Na hipótese de falta de pagamento de qualquer das contrapartes nas operações renegociadas, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos adicionais para conseguir recuperar os seus créditos inadimplidos. Nessas hipóteses, não será devido pela Administradora e/ou pela Gestora qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, ao Fundo e/ou aos Quotistas.

Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza, industrial, comercial e de prestação de serviços entre as Cedentes e seus Sacados. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Sacados, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.

Possível indisponibilidade de processo de execução para cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos

Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito podem conter irregularidades ou falhas que impossibilitem a propositura de processo de execução contra os respectivos devedores. Adicionalmente, não está incluído no conceito de Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito o comprovante de entrega da mercadoria, o qual pode ser entendido como peça essencial para ensejar o processo de execução contra o devedor inadimplente. Caso não possa se valer do processo de execução, o Fundo terá que ingressar com ação de cobrança ou ação monitória para cobrar os Direitos de Crédito inadimplidos, ambas consideradas vias mais morosas e menos eficazes de cobrança. A indisponibilidade do processo de execução pode, portanto, dificultar a cobrança dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, causando prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

Falhas ou interrupção da prestação de serviços do agente de cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos depende da atuação diligente da Gestora, na qualidade de agente de cobrança. Assim, eventuais falhas de procedimento da Gestora, as quais poderão acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Sacados, o que pode levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais e queda de rentabilidade.

Risco Proveniente do Uso de Derivativos

O Fundo poderá contratar operações de derivativos exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo, e consequentemente aos Quotistas.

Risco de Prioridade no Resgate

Tendo em vista que o Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Mezanino, estas somente estarão subordinadas, para fins de resgate, às Quotas Seniores já existentes quando de sua emissão, salvo em caso de liquidação antecipada do Fundo. Assim, investidores interessados em adquirir Quotas Seniores deverão verificar, no momento da aquisição das referidas quotas, se há Quotas Subordinadas Mezanino em circulação com Data de Resgate Programada anterior à Data de Resgate Programada da respectiva série de Quotas Seniores.

Em determinadas situações, Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser resgatadas antes das Quotas Seniores do Fundo

O item (b) do Artigo 38 do Regulamento estabelece que as Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão. Portanto, de acordo com a referida disposição do Regulamento, as Quotas Subordinadas Mezanino que já estiverem em circulação quando da realização da presente Oferta poderão ser resgatadas antes do resgate integral das Quotas Seniores objeto da presente Oferta. Nesse contexto, de acordo com a Assembleia Geral realizada em 09 de setembro de 2013, que aprovou a 2ª emissão de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo, a Data de Resgate Programada das Quotas Subordinadas Mezanino da 2ª emissão é anterior à Data de Resgate Programada das Quotas Seniores da 14ª Série. Portanto, os investidores devem atentar para o fato de que, caso a 2ª emissão de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo seja realizada antes da emissão das Quotas Seniores da 14ª Série, as Quotas Subordinadas Mezanino da referida emissão serão resgatadas antes das Quotas Seniores da 14ª Série.

Risco Decorrente de Falta de Registro dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão

As vias originais de cada Contrato de Cessão e cada Termo de Cessão não serão necessariamente registradas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que (i) a operação registrada prevaleça caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros; e (ii) se afastem dúvidas quanto à data e condições em que a cessão foi contratada em caso de ingresso do Cedente em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo (i) em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário; e (ii) em caso de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, nos quais a validade da cessão dos Direitos de Crédito venha a ser questionada. Assim, nas hipóteses de (i) o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário; ou (ii) de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, a não realização do registro poderá dificultar, respectivamente, (a) a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário e (b) a comprovação da validade da cessão perante terceiros, prejudicando assim o processo de recebimento e de cobrança dos Direitos de Crédito em questão e afetando adversamente o resultado do Fundo. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não se responsabilizam pelos prejuízos auferidos pelo Fundo em função da impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito em decorrência da falta de registro dos Contratos de Cessão e cada Termo de Cessão em cartórios de títulos e documentos na sede do Cessionário e do Cedente.

Risco de questionamento da validade e eficácia da cessão de Direitos de Crédito

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa. Assim, o Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelos Cedentes, os recursos decorrentes de seus pagamentos serem bloqueados ou redirecionados para pagamentos de outras dívidas por obrigações dos seus respectivos Cedentes, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência ou liquidação extrajudicial dos Cedentes, ou em outro procedimento de natureza similar, conforme aplicável. A Administradora, o Custodiante e a Gestora não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior de determinadas causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores praticadas pelos Cedentes, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência, bem como de fraude à execução praticadas pelos Cedentes dos Direitos de Crédito, (iv) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal; e (v) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores dos Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados ou redirecionados para pagamentos de outras dívidas por obrigações dos respectivos Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Recompra Facultativa

Nos termos de cada Contrato de Cessão, o Cedente poderá realizar a recompra facultativa dos Direitos de Crédito inadimplidos ou a vencer. O exercício de tal faculdade poderá dificultar a determinação do perfil de inadimplência da carteira do Fundo e, conseqüentemente, do risco de crédito a que o Fundo está sujeito, o que pode acarretar distorção na apuração do desempenho dos Direitos de Crédito. Por outro lado, caso não ocorra tal recompra facultativa, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Sacados, uma parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que pode comprometer a rentabilidade das Quotas e causar perdas ao Fundo.

Ações Judiciais

Dentre os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos, a Gestora poderá realizar protestos de títulos contra os respectivos Sacados em nome do Fundo. Em caso de existência de vícios relacionados aos Direitos de Crédito, os Sacados poderão contestar a existência da dívida correspondente e, em certos casos, até processar judicialmente o Fundo por cobrança indevida, o que poderá causar prejuízos ao Fundo. Além disso, o Fundo eventualmente terá a necessidade de despender recursos com a defesa de seus interesses junto ao Poder Judiciário, para a execução das cobranças e/ou defesa da eficácia dos Direitos de Crédito e de suas respectivas garantias. O ingresso em juízo submete, ainda, o Fundo à discricionariedade e o convencimento dos julgadores das ações. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes ou deixe de arcar com os recursos necessários para tanto, a Administradora, o Custodiante e a Gestora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pelos custos com a adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, ainda, diretamente pelos Quotistas.

Aquisição de Direitos de Crédito Representados por Notas Promissórias

A política de investimento e de composição da carteira do Fundo estabelecida no Regulamento permite que o Fundo aloque um percentual do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito representados por Notas Promissórias. Como regra, as Notas Promissórias são emitidas pelos Sacados e, diferentemente das duplicatas, não têm lastro em operações mercantis de compra e venda ou de prestação de serviços. Portanto, o Fundo pode cobrar os Direitos de Crédito representados por Notas Promissórias exclusivamente contra o Sacado. Caso os emitentes das Notas Promissórias adquiridas pelo Fundo tornem-se inadimplentes, o Fundo poderá ter prejuízos.

Risco de Governança - Risco relacionado à emissão de novas Quotas

O risco de diluição dos direitos políticos dos titulares de Quotas relaciona-se à emissão de novas Quotas, sem consulta, aprovação prévia ou concessão de direito de preferência para subscrição de Quotas para os titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião. Assim, haverá risco de modificação de relação de poderes especificamente para as matérias objeto de deliberação em Assembleia Geral, cujo quorum exigido para aprovação não se restrinja às Quotas de determinada classe de Quotas.

Adicionalmente, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, o Regulamento do Fundo pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral de Quotistas. Além disso, as condições previstas no Regulamento podem ser revistas por decisão dos Quotistas em Assembleia Geral de Quotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo de forma contrária ao interesse de parte dos Quotistas.

Risco de Fungibilidade - Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo – Falha na conciliação da cobrança - Falhas ou interrupção da prestação de serviços do Agente de Cobrança.

Na hipótese dos Sacados realizarem, indevidamente, os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente para o Cedente, este deverá repassar tais valores ao Fundo. Caso o Cedente esteja em procedimento de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores, o que pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação ou na Conta de Cobrança. Em caso de alteração da Conta de Arrecadação ou da Conta de Cobrança, ou de substituição da instituição financeira onde for mantida

referidas contas ou do Custodiante, os Sacados serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Gestora aos Sacados. Não há garantia de que os Sacados efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob o controle do Fundo, ou instituição financeira onde for mantida a conta ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Na hipótese de intervenção na instituição financeira onde for mantida a Conta de Arrecadação e a Conta de Cobrança, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos de Crédito poderá ser interrompido, permanecendo inexigível enquanto perdurar a intervenção. Ainda, em caso de liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à instituição financeira onde for mantida a Conta de Arrecadação, a Conta de Cobrança e a Conta do Fundo, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderá sofrer perdas e a rentabilidade das Quotas poderá ser afetada negativamente.

Observância das Reservas de Amortização Não Constitui Garantia de Pagamento

O Fundo deve observar as regras referentes à constituição das Reservas de Amortização, de modo que detenha ativos (Ativos Financeiros com liquidez diária) suficientes para o pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 50 do Regulamento. No entanto, é possível que eventualmente o Fundo não consiga cumprir as Reservas de Amortização por motivos alheios ou exógenos ao seu controle. É também possível que, não obstante a devida observância da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações e/ou resgates. Desse modo, as Reservas de Amortização não constituem garantia de pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

Falha na verificação dos Critérios de Elegibilidade

Falhas na verificação dos Critérios de Elegibilidade podem ocorrer, fazendo com que o Fundo adquira Direitos de Crédito em desacordo com o Regulamento, podendo gerar perdas ao Fundo e consequentemente aos seus Quotistas.

Outros Riscos

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, inclusive, mas não se limitando à criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos de Crédito e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento e composição de carteira do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados pelos diretores da Administradora e da Gestora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento e no contrato de gestão celebrado entre a Administradora, na qualidade de administradora do Fundo, e a Gestora.

A Gestora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento e no Contrato de Gestão, privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por seus profissionais, os quais traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

A área de gerenciamento de risco da Gestora utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto Definitivo apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

ANEXOS

- Anexo I** - Regulamento do Fundo
- Anexo II** - Atas das Assembleias Gerais do Fundo realizadas em 09 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2013
- Anexo III** - Suplemento da 14ª Série de Quotas Seniores do Fundo
- Anexo IV** - Súmula de Classificação de Risco da 14ª Série de Quotas Seniores
- Anexo V** - Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2013, 2012 e 2011
- Anexo VI** - Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados em dezembro de 2012 e março e junho de 2013
- Anexo VII** - Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito elaborado pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
- Anexo VIII** - Exemplos numéricos dos procedimentos de valorização de Quotas

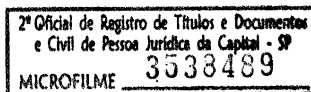
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I – REGULAMENTO CONSOLIDADO



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

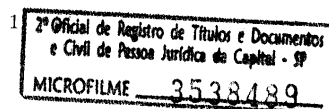
REGULAMENTO

DO

**“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I”**

Datado de

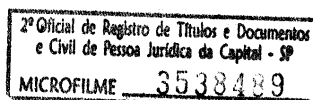
30 de setembro de 2013



ÍNDICE:

CAPÍTULO I - FUNDO.....	3
CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO.....	3
CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA	3
CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA	5
CAPÍTULO V – CUSTODIANTE	9
CAPÍTULO VI - GESTORA	10
CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO	12
CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	15
CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO.....	16
CAPÍTULO X – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	28
CAPÍTULO XI - QUOTAS	29
CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS.....	32
CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	34
CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS.....	37
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	37
CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	38
CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RELAÇÃO MÍNIMA.....	38
CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	39
CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	42
CAPÍTULO XX – POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA	44
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLEIA GERAL	45
CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	47
CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48
CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	48
CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	49
CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	49
ANEXO I - DEFINIÇÕES.....	51
ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO	59
ANEXO III – POLÍTICA DE COBRANÇA	60
ANEXO IV – POLÍTICA DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	62
ANEXO V – CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS	69
ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO E DO TERMO DE CESSÃO	71

2



REGULAMENTO
DO
“FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I”

CAPÍTULO I - FUNDO

Artigo 1º O “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I”, disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o “Fundo”), será regido pelo presente Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo I ao presente Regulamento.

Artigo 2º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas (i) na Data de Resgate Programada de cada série de Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas Mezanino, (ii) em decorrência da amortização integral, posterior à Data de Resgate Programada, ou (iii) em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o previsto no Capítulo XVIII deste Regulamento.

Parágrafo Único É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos do Capítulo XIII deste Regulamento.

Artigo 3º Somente podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação em vigor.

CAPÍTULO II - PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 4º O Fundo terá prazo de duração indeterminado.

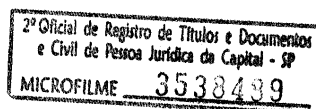
Parágrafo Único O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o previsto nos Capítulos XVIII e XXI deste Regulamento.

CAPÍTULO III - ADMINISTRADORA

Artigo 5º O Fundo é administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 50, 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 (a “Administradora”).

Parágrafo 1º A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

3



Parágrafo 2º Observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 3º Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável, a Administradora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- (a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- (b) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses, contados da data de sua outorga, com exceção: (1) das procurações outorgadas à Gestora; e (2) das procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- (c) contratar em nome do Fundo e às custas deste, sem prejuízo de sua responsabilidade, terceiros para a execução dos serviços de gestão da carteira do Fundo, nos termos do Artigo 32 abaixo, controladoria, custódia, administração e cobrança dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

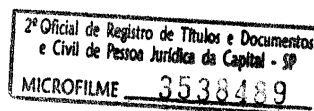
Artigo 6º A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, pelos titulares das Quotas reunidos em Assembleia Geral, na forma do Capítulo XXI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Artigo 7º A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias corridos, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado para tanto o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI deste Regulamento.

Parágrafo Único Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de realização da referida Assembleia Geral.

Artigo 8º A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

4

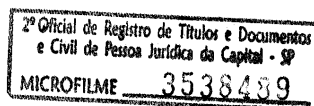


CAPÍTULO IV - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 9º A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

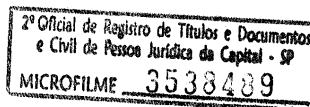
- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo, incluindo, sem limitação, o Contrato de Cessão celebrado com cada um dos Cedentes e os Termos de Cessão celebrados no âmbito de cada Contrato de Cessão, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 12 deste Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo; e
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração praticada;
- (d) divulgar aos Quotistas, no prazo de 40 (quarenta) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, por meio do periódico referido no Artigo 83 deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Quotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Relação Mínima, apurada nos termos do Capítulo XVII abaixo, e os relatórios sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizados pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;
- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;

5



- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 12 deste Regulamento;
- (j) observar estritamente a Política de Investimento, conforme o disposto no Capítulo VII;
- (k) celebrar, em nome do Fundo, o Contrato de Cessão com cada um dos Cedentes, seus eventuais aditamentos, bem como os Termos de Cessão;
- (l) executar, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, os seguintes serviços:
 - (i) escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas;
 - (ii) manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas;
 - (iii) manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e
 - (iv) fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (m) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
 - (i) extratos da Conta de Cobrança e da Conta do Fundo, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
 - (iv) recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (n) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:
 - (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e

6



- (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão;
- (o) providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de sua aprovação ou celebração, conforme o caso;
- (p) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (q) manter a Conta de Cobrança até a integral liquidação das Obrigações do Fundo, e transferir diariamente para a Conta do Fundo a totalidade dos recursos depositados na Conta de Cobrança;
- (r) verificar o cumprimento da Política de Investimento do Fundo, com base nas informações disponibilizadas pela Gestora e pelos demais prestadores de serviços do Fundo;
- (s) disponibilizar aos Quotistas, no seu site na internet, o relatório mensal elaborado pelo Verificador da Política de Investimento, atestando o cumprimento ou não pela Gestora da Política de Investimento do Fundo, até o 15º Dia Útil após o término de cada Período de Verificação; e
- (t) fornecer informações relativas aos Direitos de Crédito adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

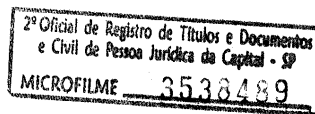
Parágrafo Único A Administradora enviará ao Agente de Guarda os originais dos Contratos de Cessão celebrados pelo Fundo com cada um dos Cedentes e os Termos de Cessão celebrados no âmbito de cada Contrato de Cessão, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de sua celebração. O Agente de Guarda fará a guarda de tais documentos, juntamente com os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, nos termos do Contrato de Guarda, conforme o disposto no Artigo 15 deste Regulamento.

Artigo 10 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Primeiro As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua

7



emissão ou coobrigação.

Parágrafo Segundo Excetuam-se do disposto no Parágrafo Primeiro acima os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 11 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros ou modalidades de investimento em desacordo com a Política de Investimento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (h) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (i) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (j) efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- (k) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros;
- (l) emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento;
- (m) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas; e
- (n) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado à Gestora.

Parágrafo Único Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos titulares das Quotas, reunidos em Assembleia Geral, é vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar



obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;

- (b) distratar, rescindir ou aditar qualquer Contrato de Cessão;
- (c) distratar, rescindir ou aditar o Contrato de Custódia, o Contrato de Gestão, o Contrato de Serviços de Classificação de Risco e o Contrato de Serviços de Auditoria Independente, ressalvadas as alterações de caráter operacional em tais contratos que não acarretem qualquer prejuízo ao Fundo; e
- (d) proceder à abertura de contas-correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

Artigo 12 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição do Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie, entre outras coisas, nos termos do parágrafo 3º do artigo 8º da Instrução CVM 356, que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua Política de Investimento prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

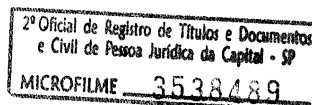
CAPÍTULO V – CUSTODIANTE

Artigo 13 Os serviços de Custódia qualificada e de escrituração das Quotas é exercido pelo Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (“Custodiante”).

Artigo 14 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento previamente à cada cessão;
- (b) receber e verificar os Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro da totalidade dos Direitos de Crédito, em até 10 (dez) Dias Úteis após cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo;
- (c) realizar a liquidação física e financeira dos Ativos Financeiros e dos Direitos de Crédito;
- (d) fazer a custódia e a guarda dos Documentos Comprobatórios e da documentação relativa aos demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (e) diligenciar para que os Documentos Comprobatórios sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, com metodologia pré-estabelecida e permitir acesso aos Documentos Comprobatórios à Empresa de Auditoria, à Agência de Classificação de Risco e aos órgãos reguladores; e
- (f) cobrar e receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra

9



renda relativa aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros custodiados, depositando os valores recebidos diretamente na Conta de Arrecadação do Fundo.

Parágrafo 1º Para a prestação do serviço de análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, nos termos da alínea “(b)” do *caput* deste Artigo, o Custodiante poderá contratar terceiros, sob sua responsabilidade e às suas expensas.

Parágrafo 2º Fica dispensada a verificação trimestral dos Documentos Comprobatórios representativos dos Direitos de Crédito inadimplidos e dos Direitos de Crédito substituídos, uma vez que os Documentos Comprobatórios de todos os Direitos de Crédito serão verificados pelo Custodiante ou por terceiro por ele contratado quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, observado o prazo disposto na alínea (b) do *caput* deste Artigo 14.

Parágrafo 3º No caso de Direitos de Crédito substituídos, os Documentos Comprobatórios que representem os novos Direitos de Crédito deverão ser recebidos e verificados pelo Custodiante no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da sua substituição.

Parágrafo 4º No exercício de suas funções, o Custodiante está autorizado, por conta e ordem da Administradora, a abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Custódia.

Artigo 15 Sem prejuízo da sua responsabilidade, nos termos deste Regulamento e da legislação e regulamentação vigente, o Custodiante poderá contratar empresa especializada no armazenamento e guarda de documentos (“Agente de Guarda”), que não pode ser o originador, um Cedente ou a Gestora, conforme instrumento particular a ser firmado entre o Custodiante e o Agente de Guarda, com a interveniência e anuência do Administrador e da Gestora (“Contrato de Guarda”), para prestar os serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios.

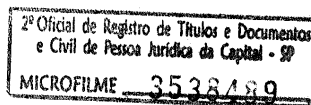
Parágrafo 1º O Agente de Guarda manterá as vias originais dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, bem como as vias originais dos Contratos de Cessão e Termos de Cessão celebrados entre o Fundo e os Cedentes, responsabilizando-se pela sua guarda em nome do Fundo. A contratação do Agente de Guarda, conforme descrita neste Artigo 15, não exclui as responsabilidades do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, conforme alterada, nem tampouco as responsabilidades da Administradora, nos termos do Artigo 34 da Instrução CVM nº 356.

Parágrafo 2º O Custodiante e a Administradora terão acesso irrestrito aos documentos sob a guarda do Agente de Guarda, podendo, a qualquer tempo, realizar diligências nos estabelecimentos do Agente de Guarda, com o objetivo de verificar tais documentos, bem como o cumprimento pelo Agente de Guarda de suas obrigações, nos termos do Contrato de Guarda.

CAPÍTULO VI - GESTORA

Artigo 16 A atividade de gestão da carteira do Fundo ficará a cargo da **Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 4º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.504.852/0001-32 (“Gestora”), autorizada a realizar a prestação de serviços de

10



administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 11.179, datado de 23 de julho de 2010.

Artigo 17 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão, a Gestora será responsável pelas seguintes atividades:

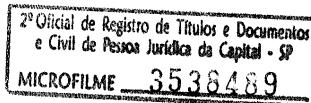
- (a) analisar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, observados a Política de Investimento, a Taxa Mínima de Cessão, os limites de concentração e as demais disposições aplicáveis deste Regulamento;
- (b) analisar e selecionar Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo, observada a Política de Investimento, devendo envidar esforços para manter o enquadramento fiscal do Fundo como de longo prazo;
- (c) realizar o acompanhamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, e emitir relatório, todo 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, destacando o atendimento ou não da carteira do Fundo à Política de Investimento do Fundo (“Relatório de Monitoramento”);
- (d) realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Gestão, instruindo os Sacados ou os Cedentes, em caso de coobrigação, a efetuar os pagamentos dos Direitos de Crédito na Conta de Cobrança;
- (e) negociar e vender, a qualquer terceiro, quaisquer Direitos de Crédito que estejam vencidos e não pagos por prazo superior a 180 dias (cento e oitenta dias).

Parágrafo Único A Administradora poderá solicitar à Gestora, a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, os documentos que comprovem que a Gestora está adimplente com suas obrigações descritas neste Regulamento e as estabelecidas na regulamentação em vigor, bem como documentos que tenham subsidiado a Gestora no desempenho de suas atividades descritas neste Regulamento, incluindo, mas não se limitando, à cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, sendo que, neste caso, a Gestora deverá, em até 10 (dez) Dias Úteis após o recebimento de notificação da Administradora neste sentido, enviar os documentos e informações solicitados à Administradora, em conjunto com um relatório contendo a devida explicação de como as suas atividades estão sendo cumpridas com relação ao Fundo.

Artigo 18 Sujeito às regras estabelecidas na Política de Cobrança do Fundo e visando possibilitar a prestação do serviço de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito, a Gestora terá poderes para renegociar quaisquer características dos Direitos de Crédito com o Sacado inadimplente e o respectivo Cedente, bem como procurar formas alternativas que possibilitem a recuperação dos valores devidos pelo Sacado inadimplente, tais como (i) substituição dos Direitos de Crédito inadimplidos por novos Direitos de Crédito a vencer ou (ii) recompra pelo Cedente dos Direitos de Créditos inadimplidos ou a vencer.

Artigo 19 Nenhum Direito de Crédito ou Ativo Financeiro poderá ser adquirido pelo Fundo sem que tenha sido previamente analisado e selecionado pela Gestora, conforme o estabelecido neste Regulamento.

11



CAPÍTULO VII - OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DE COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 20 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste Capítulo, por meio da aquisição: (i) de duplicatas, notas promissórias e cheques (“Direitos de Crédito”), juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros.

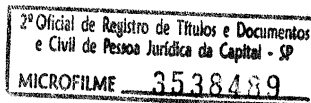
Parágrafo Único O Fundo adquirirá Direitos de Crédito por meio da celebração, com cada um dos Cedentes, de Contrato de Cessão contendo os termos e condições gerais da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, conforme a minuta que constitui o Anexo VI ao presente Regulamento. Por ocasião de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo no âmbito de um Contrato de Cessão, o Fundo celebrará com o Cedente um Termo de Cessão, que identificará os Direitos de Crédito objeto da cessão, conforme a minuta também constante do Anexo VI.

Artigo 21 Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos neste Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (a) os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas e com situação cadastral ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“CNPJ”);
- (b) os Sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais (exceto execuções fiscais), falência decretada ou recuperação judicial homologada; excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo Direitos de Crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos e/ou tenham execuções judiciais pendentes contra si, desde que a soma dos valores relativos a estes protestos ou execuções não supere o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do respectivo Sacado;
- (c) os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo em decorrência da substituição de Direitos de Crédito inadimplidos não poderão representar, a todo tempo durante a vigência do Fundo, mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) o Fundo poderá comprar Direito de Crédito de Cedentes que possuam Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e vencidos e não pagos a mais de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor dos Direitos de Crédito cedidos por tal Cedente não represente mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (e) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes cujo percentual de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo por tal Cedente nos últimos 12 (doze) meses;
- (f) os Direitos de Crédito deverão ser oriundos de operações realizadas nos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (%Patrimônio Líquido)	Máximo (%Patrimônio Líquido)
-------	------------------------------	------------------------------

12

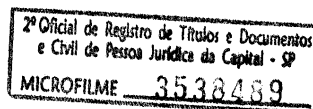


Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

- (g) o Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Sacados inadimplentes com relação a outros Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, se o total de Direitos de Crédito inadimplidos por prazo superior a 60 (sessenta) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias representar mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (h) o somatório do valor dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (i) o somatório do valor dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo oriundos dos 4 (quatro) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (j) o saldo agregado de Direitos Creditórios cedidos por cada Cedente não poderá representar mais do que 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), dos dois o maior;
- (k) o total de obrigação de cada Sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), dos dois o maior;
- (l) os Direitos de Crédito representados por duplicatas devem representar, no mínimo, 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (m) os Direitos de Crédito representados por cheques devem representar, no máximo, 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (n) a cessão dos Direitos de Crédito deve observar a Taxa Mínima de Cessão; e
- (o) com relação aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo a partir de 30 de novembro de 2013, os Cedentes deverão ter declarado, por meio do respectivo Contrato de Cessão, que (i) não utilizam trabalho escravo e infantil; e (ii) possuem todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Parágrafo 1º Os limites de concentração estabelecidos no *caput* deste Artigo deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, suas sociedades controladas direta ou indiretamente, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, sendo que, no caso de empresas controladas por pessoas físicas, deverá ser considerado o grau de parentesco com o controlador até o segundo grau ("Grupo Econômico").

Parágrafo 2º Caso, por qualquer motivo, aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos neste Artigo, a Gestora deverá observar as seguintes regras para reenquadramento dos limites de concentração, enquanto estes não constituírem Evento de Avaliação:



- (a) as aquisições de Direitos de Crédito deverão, necessariamente, reduzir o desenquadramento da carteira; e
- (b) as aquisições de Direitos de Crédito deverão ser tais que não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasionem qualquer outro desenquadramento da carteira.

Parágrafo 3º Com relação aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo a partir de 30 de novembro de 2013, a Gestora atestará à Administradora e ao Custodiante, por meio de cada Termo de Cessão, que o Direito de Crédito adquirido atende à política de análise e seleção de direitos creditórios descrita no Anexo IV deste Regulamento e à Política de Investimento descrita neste Capítulo VII.

Parágrafo 4º O Fundo contratará uma dentre a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Ernst & Young Auditores Independentes, a KPMG Auditores Independentes ou a Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes (“Verificador da Política de Investimento”), por meio de contrato específico (“Contrato de Verificação”), para verificar mensalmente o cumprimento, pela Gestora, da Política de Investimento do Fundo descrita neste Capítulo VII, com base em informações obtidas junto à Administradora, à Gestora e ao Custodiante referentes ao intervalo entre o dia 25 do mês anterior ao mês de verificação (inclusive) e o dia 25 do mês de verificação (exclusive) (o “Período de Verificação”), e elaborar relatório mensal sobre os resultados da referida verificação (o “Relatório de Verificação da Política de Investimento”), o qual deverá ser encaminhado à Administradora, à Gestora e ao Custodiante até o 5º Dia Útil após o término de cada Período de Verificação. O Verificador da Política de Investimento poderá não ser uma das quatro empresas listadas acima, desde que a sua contratação tenha sido precedida de aprovação em Assembleia Geral. Em qualquer caso, a Empresa de Auditoria ou qualquer de suas partes relacionadas não poderá atuar como Verificador da Política de Investimento do Fundo. Para efeito de determinação do Período de Verificação, caso o dia 25 de um mês não seja um Dia Útil, o respectivo limite do Período de Verificação será o Dia Útil subsequente.

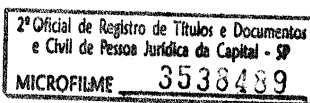
Artigo 22 O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII deste Regulamento. O Fundo poderá manter o saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido em moeda corrente nacional ou aplicá-lo, exclusivamente, nos seguintes ativos (os “Ativos Financeiros”):

- (a) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional; e
- (b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item (a) acima.

Parágrafo 1º É vedado à Administradora, à Gestora, ao Custodiante e às partes a eles relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, ceder ou originar, direta ou indiretamente, Direitos de Crédito ao Fundo.

Parágrafo 2º O Fundo poderá realizar operações em mercado de derivativos, em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas.

Parágrafo 3º O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais a Administradora, o Custodiante, a Gestora, seus controladores, sociedades por elas direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Administradora, e/ou fundos de investimento administrados, custodiados e/ou geridos pela Administradora e/ou pelo Custodiante e/ou pela Gestora ou pelas pessoas a elas ligadas acima mencionadas, atuem na condição de



contraparte, desde que (i) com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo, e (ii) em montante de, no máximo, 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 23 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito a uma taxa de cessão individual mínima equivalente a (i) 150% da Taxa DI apurada e divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento, ou (ii) conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior (“Taxa Mínima de Cessão”):

$$\frac{\left(\sum_{n=1}^{\text{NúmeroSériesSenior}} QQS_n * VRQS_n * RAQS_n \right) + QQM * VRQM * RAQM}{\left(\sum_{n=1}^{\text{NúmeroSériesSenior}} QQS_n * VRQS_n \right) + QQM * VRQM} + CT / PL + 3\%$$

QQS_n: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série “n”;
VRQS_n: Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores em circulação da série “n”;
RAQS_n: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série “n”;
Número Séries Seniores: número de séries de Quotas Seniores em circulação;
QQM: Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
VRQM: Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e
CT: Taxa de Administração do Fundo, ambos em bases anualizadas.

Parágrafo 1º A fórmula disposta no *caput* deste Artigo será calculada em cada Dia Útil, sendo certo que os parâmetros QQS_n, VRQS_n, RAQS_n, Número Séries Senior, QQM, VRQM, RAQM e CT utilizados para tal cálculo deverão ser os apurados com relação ao Dia Útil imediatamente anterior.

Parágrafo 2º Para efeitos de cálculo da fórmula acima, as Metas de Rentabilidade vinculadas à Taxa DI serão calculadas com base na Taxa DI apurada e divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento.

Artigo 24 A Administradora e o Custodiante não respondem pela solvência dos Sacados, ou pela origemação, existência, liquidez e certeza de tais Direitos de Crédito.

Artigo 25 Cada um dos Cedentes é responsável pela origemação, existência e correta formalização dos Direitos de Crédito cedidos.

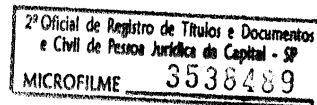
Artigo 26 Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 27 Os percentuais e limites referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

CAPÍTULO VIII - DIREITOS DE CRÉDITO E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 28 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito mediante a celebração de um Contrato de Cessão com cada Cedente, com a interveniência da Gestora, de acordo com a política de análise e seleção de direitos creditórios constante do Anexo IV deste Regulamento. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo estarão plenamente identificados nos Termos de Cessão a serem celebrados no

15



âmbito de cada Contrato de Cessão.

Parágrafo Primeiro A observância da política de análise e seleção de direitos creditórios descrita no Anexo IV deste Regulamento ficará a cargo da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo tecnicamente habilitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados.

Parágrafo Segundo Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos de Crédito originados por Cedentes distintos, e que cada carteira de Direitos de Crédito terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, este Regulamento não traz descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco associados a tais processos e políticas.

Artigo 29 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias, contados respectiva Data de Aquisição e Pagamento;
- (b) os Direitos de Crédito não poderão ter data de vencimento posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação; e
- (c) o prazo médio ponderado da carteira do Fundo não poderá exceder 60 (sessenta) dias, considerada *pro forma* a aquisição pretendida.

Parágrafo Único A verificação dos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante e será realizada previamente à cessão de cada Direito de Crédito ao Fundo.

CAPÍTULO IX - FATORES DE RISCO

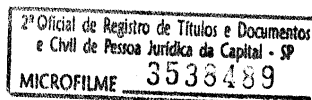
Artigo 30 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que os Cedentes, a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo Único As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, de suas partes relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Artigo 31 Abaixo seguem os riscos associados ao investimento no Fundo e aos Ativos Financeiros e Direitos de Crédito.

- a) **Risco de Mercado - Efeitos da política econômica do Governo Federal.** O Fundo, seus ativos, quaisquer Cedentes e os Sacados dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

16

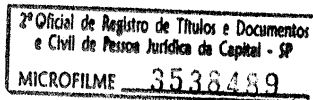


O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados de cada Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados, pelos respectivos Cedentes e eventuais garantidores.

- b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como investidores qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.
- c) Restrição à negociação de Quotas do Fundo que sejam objeto de distribuição pública com esforços restritos. O Fundo pode vir a realizar a distribuição de Quotas por meio de oferta de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. De acordo com a referida Instrução, em caso de realização de distribuição com esforços restritos, o ofertante está desobrigado de preparar e disponibilizar Prospecto da oferta em questão aos investidores-alvo da mesma. A não adoção de Prospecto: (i) pode limitar o acesso de informações do Fundo aos investidores às informações periódicas obrigatórias disponibilizadas no site da CVM; e (ii) pode resultar na redução de liquidez das Quotas e dificultar a venda das mesmas em função da referida limitação de informações disponíveis. Além disso, a distribuição de Quotas por meio de oferta de distribuição com esforços restritos implica em restrição de negociação das Quotas objeto da oferta em questão nos mercados regulamentados de valores mobiliários durante 90 (noventa) dias contados de sua subscrição ou aquisição pelo investidor.
- d) Inexistência de garantia de rentabilidade. As Metas de Rentabilidade e as Datas de Amortização programadas indicadas em cada Suplemento de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino são apenas metas estabelecidas pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade e/ou pontualidade de pagamento aos investidores. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam

17



patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Adicionalmente, caso as Disponibilidades do Fundo, incluindo os Ativos Financeiros, não sejam suficientes para pagar as Amortizações Programadas nas respectivas Datas de Amortização, os Quotistas não receberão as Amortizações Programadas (de principal e/ou remuneração) na forma e prazo indicados nos respectivos Suplementos. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

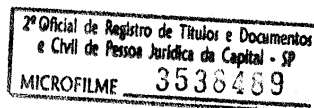
- e) Fundo Fechado - Amortização e resgate condicionado das Quotas. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que a única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos Sacados; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- f) Risco de Descontinuidade - Liquidação antecipada do Fundo e resgate de Quotas. O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Quotistas. Neste caso, (a) os Quotistas poderiam ter suas Quotas resgatadas em Direitos de Crédito; ou (b) o resgate das Quotas ficaria condicionado (i) ao vencimento e pagamento pelos Sacados das parcelas relativas aos Direitos de Crédito; ou (ii) à venda dos Direitos de Crédito a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer o Patrimônio Líquido. Além disso, os Quotistas do Fundo podem sofrer prejuízos patrimoniais, bem como poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos de Crédito recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Sacados em relação aos Direitos de Crédito inadimplidos.

Desse modo, os Quotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Quotas, e, ainda que recebam o capital investido, poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo. Nesse caso, não será devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e a Gestora qualquer multa, penalidade ou compensação,

18



de qualquer natureza em relação a tal fato ou em decorrência da amortização ou resgate antecipado.

- g) Risco de Originação - Observância da alocação mínima de recursos do Fundo em Direitos de Crédito. O Fundo deve manter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido alocado em Direitos de Crédito elegíveis, nos termos do Artigo 22 deste Regulamento. Entretanto, não há garantia de que a Gestora conseguirá identificar e selecionar Direitos de Crédito em volume suficiente para fazer frente à referida alocação mínima. A existência do Fundo no tempo dependerá da capacidade da Gestora de identificar e selecionar Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo em volume suficiente para a existência do Fundo. A falta de Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo poderá gerar a dificuldade pelo Fundo em atender à Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, bem como provocar o desenquadramento do Fundo com relação ao cumprimento da alocação mínima em Direitos de Crédito e, portanto, causar a liquidação do Fundo e impactos negativos para o Fundo e os seus respectivos Quotistas.

Os Sacados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações decorrentes dos Direitos de Crédito. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

Os Cedentes não se encontram obrigados a ceder Direitos de Crédito ao Fundo indefinidamente. A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito pelos Cedentes.

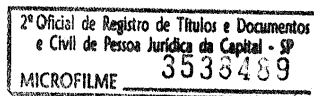
O risco relacionado à sazonalidade do setor de atuação dos Cedentes apresenta forte correlação com a concentração de Cedentes em um ou em alguns setores da economia, sendo que, quanto menor a diversificação dos setores de atuação dos Cedentes, maior será a exposição do Fundo aos efeitos da natureza cíclica das operações por eles contratadas.

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo são decorrentes exclusivamente de operações realizadas nos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços realizadas entre os Cedentes e os Sacados, e devem, necessariamente, respeitar os parâmetros da Política de Investimento descrita neste Regulamento. Na hipótese de, por qualquer situação, (i) deixarem de ocorrer as referidas operações entre os Cedentes e os Sacados; e/ou (ii) não existirem Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento, será dado causa aos procedimentos do Capítulo XVIII deste Regulamento. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas, quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares dos Cedentes e da capacidade destes de originar Direitos de Crédito elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento e de acordo com a Política de Investimento descrita no Capítulo VII acima.

Além disso, fatores políticos e econômicos do governo e o crescimento da concorrência podem levar à diminuição da quantidade de Direitos de Crédito elegíveis.

- h) Guarda dos Documentos Comprobatórios. Nos termos da legislação vigente, o

19

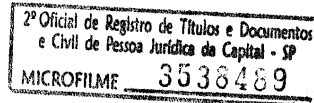


Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do Fundo. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Fundo poderá contratar o Agente de Guarda para prestar os serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Guarda. Apesar de o Custodiante e o Fundo reservarem-se, em caso de contratação do Agente de Guarda, o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios e tenham tomado todos os cuidados necessários na seleção do Agente de Guarda, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

A guarda poderá mostrar-se falha dificultando ou retardando eventuais procedimentos de cobrança de créditos inadimplidos dos respectivos Sacados pela Gestora podendo gerar perdas ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus Quotistas. Adicionalmente, eventos que fogem ao controle do Custodiante ou do Agente de Guarda, tais como, mas não se limitando a incêndio, inundação ou outros eventos de força maior, poderão causar a perda dos Documentos Comprobatórios e conseqüentemente gerar perdas ao Fundo e aos seus Quotistas.

- i) Confirmação de Existência dos Direitos de Crédito junto aos Sacados. A Gestora não confirma junto aos Sacados a existência e/ou aceite de 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo previamente a cada cessão. Tal verificação é realizada por amostragem, seguindo critérios definidos pela Gestora. Dessa forma, mesmo que todas as obrigações constantes deste Regulamento sejam cumpridas por seus respectivos responsáveis, o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito não reconhecidos ou aceitos pelos Sacados, o que poderá causar prejuízos ao Fundo.
- j) Cobrança judicial dos Direitos de Crédito. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas Júnior, sempre observado o que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores reunidos em Assembleia Geral na forma do Capítulo XXI deste Regulamento. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo XX do Regulamento.
- k) Necessidade de realizar aporte de recursos no Fundo em decorrência de Patrimônio Líquido negativo. O Fundo não utiliza alavancagem como parte integrante de sua Política de Investimento, entretanto, a variação do Patrimônio Líquido está ligada à precificação e adimplência dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros. Em caso de elevação da inadimplência histórica da carteira do Fundo e da falta novos de aportes por parte dos Quotistas Subordinados Júnior, as Quotas do Fundo poderão ter seu valor muito próximo ou igual a zero ou negativo. Em decorrência das despesas e obrigações a que o Fundo está sujeito, os Quotistas poderão ser chamados a aportar novos recursos no Fundo de forma a arcar com os seus Encargos.
- l) Risco de Mercado – Ativos Financeiros. O desempenho dos Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo está diretamente ligado a alterações nas perspectivas

20



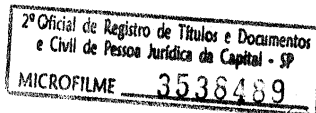
macroeconômicas de mercado, o que pode causar oscilações em seus preços e rentabilidades. Tais oscilações também poderão ocorrer em função de alterações nas expectativas do mercado, acarretando mudanças nos padrões de comportamento de preços e rentabilidades dos ativos. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados. As referidas oscilações podem afetar negativamente o desempenho do Fundo, e conseqüentemente a rentabilidade das Quotas.

- m) Risco de Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino e a taxa de rentabilidade dos ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que os valores das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão atualizados de acordo com as respectivas Metas de Rentabilidade, conforme estabelecidas em seus respectivos Suplementos, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, a Gestora e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.
- n) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito e de Inadimplência dos Sacados. O risco de crédito decorre da capacidade dos Sacados e ou dos Cedentes, em caso de coobrigação, em honrarem seus compromissos, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos Sacados e/ou Cedentes, conforme o caso, e/ou na percepção do mercado acerca de tais investidores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas.

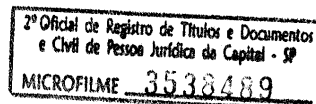
Adicionalmente, caso, por qualquer motivo, haja um aumento da inadimplência dos Sacados dos Direitos de Crédito adquiridos, a rentabilidade da carteira do Fundo dependerá prioritariamente da cobrança pela Gestora dos Direitos de Crédito inadimplidos, junto aos Sacados e/ou aos Cedentes, em caso de coobrigação conforme o caso, e/ou da execução das respectivas garantias. Na hipótese de referida cobrança não ser bem sucedida e/ou não ser possível executar as garantias ou os montantes obtidos com a execução das garantias serem insuficientes para cobrir a dívida com o Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser afetada negativamente.

- o) Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

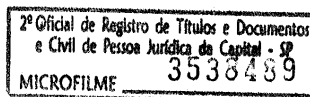
- p) Risco de Fraude - Oferta de Direitos de Crédito Inexistentes. A Gestora pode não identificar situações em que Cedentes ofereçam Direitos de Crédito inexistentes ao Fundo. Caso tais Direitos de Crédito sejam efetivamente adquiridos pelo Fundo, seus pagamentos podem não ser realizados pelos Sacados, e os Cedentes podem não substituir e/ou recomprar os Direitos de Crédito não pagos. Nesses casos o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Quotas poderão ser afetados negativamente.
- q) Riscos de Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- r) Riscos de Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. Os principais ativos do Fundo são os Direitos de Crédito a serem originados por empresas do segmento industrial e comercial selecionados pela Gestora, os quais não possuem um mercado secundário desenvolvido ou organizado. Caso o Fundo tenha de alienar os Direitos de Crédito de sua titularidade, é possível que não haja interessados ou que o preço de alienação resulte em perdas para o Fundo, o que resultará em prejuízo para os Quotistas.
- s) Regularidade dos Direitos de Crédito. O Custodiante verificará a regularidade dos Documentos Comprobatórios de todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de cada cessão. Como essa verificação é realizada após a cessão ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito, causando-lhe prejuízo.
- t) Risco de Concentração. O risco da aplicação no Fundo possui forte correlação com a concentração da carteira do Fundo, sendo que, quanto maior for a concentração da carteira do Fundo, maior será a chance do Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Quotas.
- u) Risco Decorrente de Eventos Societários entre Cedentes e Sacados. A política de investimento e de composição da carteira estabelece vários critérios de diversificação de Cedentes e Sacados, a serem observados pela Gestora diariamente e verificados mensalmente pelo Verificador da Política de Investimento. Não obstante a observância da Política de Investimento no momento da aquisição dos Direitos de Crédito, a diversificação de Cedentes e/ou Sacados pode deixar de ser observada posteriormente em caso de ocorrência de eventos societários (fusões / aquisições) relacionados aos Cedentes e/ou Sacados. Tal inobservância de diversificação de Cedentes e/ou Sacados pode aumentar os riscos do Fundo, acarretando potenciais perdas de patrimônio do Fundo e/ou de rentabilidade das Quotas.
- v) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros ("mark-to-market"), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.



- w) Limitação do Gerenciamento de Riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- x) Risco de Pré-Pagamento. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito sujeitos à pré-pagamento por parte de seus Sacados, ou seja, que possam ser pagos ao Fundo anteriormente às suas respectivas data de vencimento. Desta forma, os Sacados podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, do valor do principal e dos juros devidos até a data de pagamento do Direito de Crédito. Este evento pode implicar no recebimento, pelo Fundo, de um valor inferior ao previamente previsto no momento de sua aquisição, em decorrência do desconto dos juros que seriam cobrados ao longo do período compreendido entre a data do pré-pagamento e a data original de vencimento do crédito ou do eventual desconto concedido em razão do pré-pagamento, resultando na redução da rentabilidade geral do Fundo.
- y) Risco de não identificação de Direitos de Crédito Elegíveis. A Gestora é a responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, de acordo com o Regulamento, se não forem previamente analisados e selecionados pela Gestora. Apesar de o Regulamento do Fundo prever Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação relativos à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados à Gestora, fatores externos alheios à vontade da Gestora podem ocorrer, os quais podem gerar situações que configurem Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, impactando os resultados do Fundo.
- z) Risco do Originador. O Fundo está apto a adquirir Direitos de Crédito de titularidade de múltiplos Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidos pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, de forma que eventuais problemas oriundos da relação comercial entre os Cedentes e os respectivos Sacados podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Gestora, pela Administradora e/ou pelo Custodiante. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso o Cedente não indenize o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda. O risco relacionado à sazonalidade do setor de atuação dos Cedentes apresenta forte correlação com a concentração de Cedentes em um ou em alguns setores da economia, sendo que, quanto menor a diversificação dos setores de atuação dos Cedentes, maior será a exposição do Fundo aos efeitos da natureza cíclica das operações por eles contratadas.
- aa) Risco Decorrente da Relação Comercial Subjacente ao Direito de Crédito. Os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente caso os Cedentes não indenizem o Fundo pelos Direitos de Crédito que não forem pagos integralmente pelos Sacados em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o Sacado e o respectivo Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda.



- bb) Risco Relacionado aos Acordos e Renegociações dos Direitos de Créditos. A Gestora pode realizar acordos e/ou renegociações podendo, inclusive, conceder descontos e alterar prazos de pagamentos dos Direitos de Créditos inadimplidos constantes da carteira do Fundo. Não há garantia de que os acordos e/ou renegociações realizadas com relação aos Direitos de Crédito inadimplidos sejam pagas total ou parcialmente. Adicionalmente, tais acordos e/ou renegociações podem acarretar diminuição dos valores esperados dos Direitos de Créditos inadimplidos constantes da carteira do Fundo, podendo trazer prejuízos ao Fundo. Na hipótese de falta de pagamento de qualquer das contrapartes nas operações renegociadas, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos adicionais para conseguir recuperar os seus créditos inadimplidos. Nessas hipóteses, não será devido pela Administradora e/ou pela Gestora qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, ao Fundo e/ou aos Quotistas.
- cc) Risco decorrente de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão originados por operações de natureza industrial, comercial e de prestação de serviços entre os Cedentes e seus devedores. Os contratos e os demais documentos que formalizam tais relações podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Sacados, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos.
- dd) Possível indisponibilidade de processo de execução para cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos. Os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito podem conter irregularidades ou falhas que impossibilitem a propositura de processo de execução contra os respectivos devedores. Adicionalmente, não está incluído no conceito de Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito o comprovante de entrega da mercadoria, o qual pode ser entendido como peça essencial para ensejar o processo de execução contra o devedor inadimplente. Caso não possa se valer do processo de execução, o Fundo terá que ingressar com ação de cobrança ou ação monitória para cobrar os Direitos de Crédito inadimplidos, ambas consideradas vias mais morosas e menos eficazes de cobrança. A indisponibilidade do processo de execução pode, portanto, dificultar a cobrança dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, causando prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.
- ee) Falhas ou interrupção da prestação de serviços do agente de cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos depende da atuação diligente da Gestora, na qualidade de agente de cobrança. Assim, eventuais falhas de procedimento da Gestora, as quais poderão acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos Sacados, o que pode levar o Fundo a sofrer perdas patrimoniais e queda de rentabilidade.
- ff) Risco Proveniente do Uso de Derivativos. O Fundo poderá contratar operações de derivativos exclusivamente na modalidade com garantia, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas. A realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode ocasionar variações no Patrimônio Líquido que levem a perdas patrimoniais ao Fundo, e consequentemente aos Quotistas.



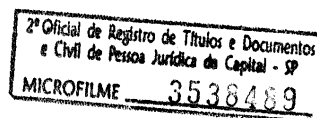
gg) Risco de Prioridade no Resgate. Tendo em vista que o Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Mezanino, estas somente estarão subordinadas, para fins de resgate, às Quotas Seniores já existentes quando de sua emissão, salvo em caso de liquidação antecipada do Fundo. Assim, investidores interessados em adquirir Quotas Seniores deverão verificar, no momento da aquisição das referidas quotas, se há Quotas Subordinadas Mezanino em circulação com Data de Resgate Programada anterior à Data de Resgate Programada da respectiva série de Quotas Seniores.

hh) Risco Decorrente de Falta de Registro dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão.

As vias originais de cada Contrato de Cessão e cada Termo de Cessão não serão necessariamente registradas em Cartório de Registro de Títulos e Documentos. O registro de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que (i) a operação registrada prevaleça caso o Cedente celebre nova operação de cessão dos mesmos direitos de crédito com terceiros; e (ii) se afastem dúvidas quanto à data e condições em que a cessão foi contratada em caso de ingresso do Cedente em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial. A ausência de registro poderá representar risco ao Fundo (i) em relação a Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário; e (ii) em caso de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, nos quais a validade da cessão dos Direitos de Crédito venha a ser questionada. Assim, nas hipóteses de (i) o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário; ou (ii) de ingresso dos Cedentes em processos de recuperação judicial, falência ou de plano de recuperação extrajudicial, a não realização do registro poderá dificultar, respectivamente, (a) a comprovação de que a cessão contratada com o Fundo é anterior à cessão contratada com o outro cessionário e (b) a comprovação da validade da cessão perante terceiros, prejudicando assim o processo de recebimento e de cobrança dos Direitos de Crédito em questão e afetando adversamente o resultado do Fundo. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não se responsabilizam pelos prejuízos auferidos pelo Fundo em função da impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito em decorrência da falta de registro dos Contratos de Cessão e cada Termo de Cessão em cartórios de títulos e documentos na sede do Cessionário e do Cedente.

ii) Risco de questionamento da validade e eficácia da cessão de Direitos de Crédito. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial e/ou administrativa. Assim, o Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelos Cedentes, os recursos decorrentes de seus pagamentos serem bloqueados ou redirecionados para pagamentos de outras dívidas por obrigações dos seus respectivos Cedentes, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência ou liquidação extrajudicial dos Cedentes, ou em outro procedimento de natureza similar, conforme aplicável. A Administradora, o Custodiante e a Gestora não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior de determinadas causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores praticadas pelos Cedentes, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao

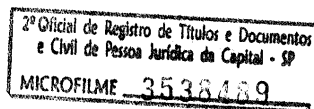
25



estado de insolvência, bem como de fraude à execução praticadas pelos Cedentes dos Direitos de Crédito, (iv) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal; e (v) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores dos Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados ou redirecionados para pagamentos de outras dívidas por obrigações dos respectivos Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

- jj) Recompra Facultativa. Nos termos de cada Contrato de Cessão, o Cedente poderá realizar a recompra facultativa dos Direitos de Crédito inadimplidos ou a vencer. O exercício de tal faculdade poderá dificultar a determinação do perfil de inadimplência da carteira do Fundo e, conseqüentemente, do risco de crédito a que o Fundo está sujeito, o que pode acarretar distorção na apuração do desempenho dos Direitos de Crédito. Por outro lado, caso não ocorra tal recompra facultativa, o Fundo terá de suportar, na hipótese de inadimplência dos Sacados, uma parte ou a totalidade dos eventuais prejuízos decorrentes de tal inadimplência, o que pode comprometer a rentabilidade das Quotas e causar perdas ao Fundo.
- kk) Ações Judiciais. Dentre os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos, a Gestora poderá realizar protestos de títulos contra os respectivos Sacados em nome do Fundo. Em caso de existência de vícios relacionados aos Direitos de Crédito, os Sacados poderão contestar a existência da dívida correspondente e, em certos casos, até processar judicialmente o Fundo por cobrança indevida, o que poderá causar prejuízos ao Fundo. Além disso, o Fundo eventualmente terá a necessidade de despender recursos com a defesa de seus interesses junto ao Poder Judiciário, para a execução das cobranças e/ou defesa da eficácia dos Direitos de Crédito e de suas respectivas garantias. O ingresso em juízo submete, ainda, o Fundo à discricionariedade e o convencimento dos julgadores das ações. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes ou deixe de arcar com os recursos necessários para tanto, a Administradora, o Custodiante e a Gestora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pelos custos com a adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou, ainda, diretamente pelos Quotistas.
- ll) Aquisição de Direitos de Crédito Representados por Notas Promissórias. A política de investimento e de composição da carteira do Fundo estabelecida neste Regulamento permite que o Fundo aloque um percentual do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito representados por Notas Promissórias. Como regra, as Notas Promissórias são emitidas pelos Sacados e, diferentemente das duplicatas, não têm lastro em operações mercantis de compra e venda ou de prestação de serviços. Portanto, o Fundo pode cobrar os Direitos de Crédito representados por Notas Promissórias exclusivamente contra o Sacado. Caso os emitentes das Notas Promissórias adquiridas pelo Fundo tornem-se inadimplentes, o Fundo poderá ter prejuízos.
- mm) Risco de Governança - Risco relacionado à emissão de novas Quotas. O risco de diluição dos direitos políticos dos titulares de Quotas relaciona-se à emissão de novas

26



Quotas, sem consulta, aprovação prévia ou concessão de direito de preferência para subscrição de Quotas para os titulares das Quotas da mesma classe que já estejam em circulação na ocasião. Assim, haverá risco de modificação de relação de poderes especificamente para as matérias objeto de deliberação em Assembleia Geral, cujo quorum exigido para aprovação não se restrinja às Quotas de determinada classe de Quotas.

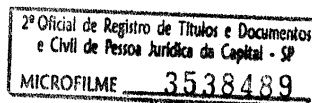
Adicionalmente, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, o Regulamento do Fundo pode ser alterado independentemente da realização de Assembleia Geral de Quotistas. Além disso, as condições previstas no Regulamento podem ser revistas por decisão dos Quotistas em Assembleia Geral de Quotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo de forma contrária ao interesse de parte dos Quotistas.

- nn) Risco de Fungibilidade - Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo – Falha na conciliação da cobrança - Falhas ou interrupção da prestação de serviços do Agente de Cobrança. Na hipótese dos Sacados realizarem, indevidamente, os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente para o Cedente, este deverá repassar tais valores ao Fundo. Caso o Cedente esteja em procedimento de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores, o que pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas. Todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo serão recebidos diretamente na Conta de Arrecadação ou na Conta de Cobrança. Em caso de alteração da Conta de Arrecadação ou da Conta de Cobrança, ou de substituição da instituição financeira onde for mantida referidas contas ou do Custodiante, os Sacados serão notificados e solicitados a realizar os pagamentos dos Direitos de Crédito para a nova conta competente indicada pelo Fundo e repassada pela Gestora aos Sacados. Não há garantia de que os Sacados efetuarão os pagamentos referentes aos Direitos de Crédito diretamente na nova conta indicada, mesmo se notificados para tanto. Caso os pagamentos referidos acima sejam realizados em qualquer outra conta que não esteja sob o controle do Fundo, ou instituição financeira onde for mantida a conta ou Custodiante, os terceiros que receberem tais valores em pagamento serão obrigados a restituí-los ao Fundo. Não há garantia de que tais terceiros cumprirão ou estarão aptos a cumprir com a obrigação descrita acima, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus direitos.

Na hipótese de intervenção na instituição financeira onde for mantida a Conta de Arrecadação e a Conta de Cobrança, o repasse dos recursos provenientes dos Direitos de Crédito poderá ser interrompido, permanecendo inexigível enquanto perdurar a intervenção. Ainda, em caso de liquidação, falência ou aplicação de regimes similares à instituição financeira onde for mantida a Conta de Arrecadação, a Conta de Cobrança e a Conta do Fundo, há a possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente serem recuperados por meio de pedido de restituição. Em ambos os casos, o patrimônio do Fundo poderá sofrer perdas e a rentabilidade das Quotas poderá ser afetada negativamente.

- oo) Observância das Reservas de Amortização Não Constitui Garantia de Pagamento. O Fundo deve observar as regras referentes à constituição das Reservas de Amortização, de modo que detenha ativos (Ativos Financeiros com liquidez diária) suficientes para o

27



pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Artigo 50 deste Regulamento. No entanto, é possível que eventualmente o Fundo não consiga cumprir as Reservas de Amortização por motivos alheios ou exógenos ao seu controle. É também possível que, não obstante a devida observância da Reserva de Amortização, o Fundo não tenha, na data prevista, meios suficientes para pagamento de tais amortizações e/ou resgates. Desse modo, as Reservas de Amortização não constituem garantia de pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

- pp) Falha na verificação dos Critérios de Elegibilidade. Falhas na verificação dos Critérios de Elegibilidade podem ocorrer, fazendo com que o Fundo adquira Direitos de Crédito em desacordo com o Regulamento, podendo gerar perdas ao Fundo e consequentemente aos seus Quotistas.
- qq) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, inclusive, mas não se limitando à criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos de Crédito e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

CAPÍTULO X – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 32 A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado e provisionado em cada Dia Útil durante a vigência do Fundo, conforme a fórmula abaixo (“Taxa de Administração”):

$$TA = (tx + RG) / 252 \times PL(D-1)$$

onde:

TA: Taxa de Administração apurada em cada Dia Útil;

tx: remuneração da Administradora de 0,5% (meio por cento) ao ano;

PL(D-1): Patrimônio Líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior à data de apuração; e

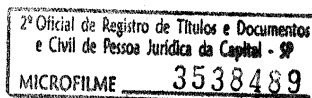
RG: remuneração da Gestora de 1% (um por cento) ao ano.

Parágrafo 1º O valor mínimo mensal da Taxa de Administração será de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo 2º A Taxa de Administração será paga no quinto Dia Útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento. O Fundo pagará diretamente à Gestora a parcela da Taxa de Administração que lhe cabe, nos termos do *caput* deste Artigo.

Parágrafo 3º O Fundo não cobrará taxa de performance.

Artigo 33 Caso ocorra um Evento de Liquidação, a remuneração da Gestora não será devida desde a data da ocorrência do Evento de Liquidação até que o Fundo seja liquidado.



Artigo 34 Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os “Encargos do Fundo”):

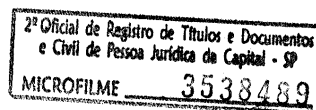
- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria e ao Verificador da Política de Investimento;
- (e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (h) taxas de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo;
- (i) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco;
- (j) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- (k) despesas, emolumentos e comissões incorridos com a abertura e manutenção da Conta de Cobrança, da Conta de Arrecadação e da Conta do Fundo;
- (l) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356; e
- (m) despesas com a contratação de agente de cobrança de que trata o inciso IV do artigo 39 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XI - QUOTAS

Artigo 35 O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que, para tanto:

29



- (a) nenhum Evento de Liquidação deverá ter ocorrido e nenhum Evento de Avaliação deverá estar em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento deverá ter sido devidamente preenchido e levado a registro, na forma do item "o", do Artigo 9º, deste Regulamento, conforme o modelo que constitui o Anexo II;
- (c) a Administradora deverá ter obtido manifestação favorável à emissão de novas Quotas Seniores dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Júnior em circulação;
- (d) o Fundo deverá estar cumprindo com a Relação Mínima, com a alocação mínima em Direitos de Crédito, nos termos do Artigo 22 deste Regulamento, e com o Índice de Liquidez, considerada *pro forma* a emissão pretendida, exceção feita ao Parágrafo Único abaixo; e
- (e) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356, exceto nos casos de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, hipóteses em que a oferta de Quotas Seniores do estará automaticamente dispensada do registro perante a CVM.

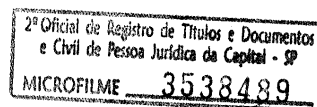
Parágrafo Único O Fundo poderá emitir nova série de Quotas Seniores, sem observância da Relação Mínima, desde que os recursos provenientes de referida emissão sejam integralmente destinados à Reserva de Amortização das Quotas Seniores, e sejam utilizados exclusivamente para a amortização e/ou resgate de série de Quotas Seniores em circulação. Apenas após o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima, os recursos provenientes da nova emissão poderão ser utilizados nas atividades rotineiras do Fundo. Na hipótese prevista neste Parágrafo Único, o prazo máximo de reenquadramento do Fundo à Relação Mínima será de 90 (noventa) dias contados da data da liquidação financeira da emissão de Quotas Seniores que deu causa ao desenquadramento.

Artigo 36 As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Júnior, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão na primeira Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 44 e no Anexo V deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 4 (quatro) votos.

Parágrafo 1º Fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

Parágrafo 2º As demais características individuais das Quotas Seniores serão estabelecidas no Suplemento a ser formalizado quando de sua emissão.



Artigo 37 O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Mezanino, observado que, para tanto:

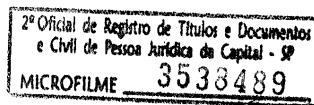
- (a) nenhum Evento de Liquidação deverá ter ocorrido e nenhum Evento de Avaliação deverá estar em vigor;
- (b) o respectivo Suplemento deverá ter sido devidamente preenchido e levado a registro, na forma do item "o", do Artigo 9º, deste Regulamento, conforme o modelo que constitui o Anexo II;
- (c) a Administradora deverá ter obtido a manifestação favorável à emissão de novas Quotas Subordinadas Mezanino dos Quotistas detentores da totalidade das Quotas Subordinadas Júnior em circulação; e
- (e) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356, exceto nos casos de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, hipóteses em que a oferta de Quotas Subordinadas Mezanino estará automaticamente dispensada do registro perante a CVM.

Artigo 38 As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Júnior para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão, salvo o disposto no Parágrafo 2º do Artigo 65;
- (c) Valor Unitário de Emissão na primeira Data de Emissão da classe de Quotas Subordinadas Mezanino a ser fixado em R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de emissão, integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no *caput* do Artigo 45 e no Anexo V deste Regulamento;
- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 4 (quatro) votos;
- (f) não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino, exceção feita às condições específicas estabelecidas em cada Suplemento; e
- (g) a emissão seja levada a registro, ou se obtenha dispensa de registro, perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356, exceto nos casos de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, hipóteses em que a oferta de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo estará automaticamente dispensada do registro perante a CVM.

Parágrafo 1º As características individuais das Quotas Subordinadas Mezanino serão

31



estabelecidas no Suplemento a ser formalizado quando de sua emissão.

Parágrafo 2º O resgate integral das Quotas Subordinadas Mezanino não dará causa à liquidação ou encerramento das operações do Fundo.

Artigo 39 O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas Júnior, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas Júnior.

Parágrafo Único As Quotas Subordinadas Júnior têm as seguintes características e vantagens e os mesmos direitos e obrigações, conforme abaixo:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de emissão, integralização, amortização e resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 46-A deste Regulamento; e
- (d) cada Quota Subordinada Júnior corresponderá a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais, sendo certo que os detentores das Quotas Subordinadas Júnior terão o direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação pelos Quotistas do Fundo, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de Eventos de Liquidação ou de Avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas neste Regulamento.

Artigo 40 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

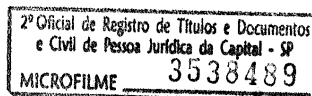
Artigo 41 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

CAPÍTULO XII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 42 As Quotas do Fundo serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 44, 45, 46 e 46-A deste Regulamento, conforme o caso, na data em que os recursos sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo (valor da Quota de D0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 43 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os investidores poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Capítulo VII e as normas e regulamentos aplicáveis.

Parágrafo 1º Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Adesão ao Regulamento, e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio



eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º No ato de subscrição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no respectivo Suplemento e no anúncio de início de distribuição da emissão de Quotas em questão, conforme aplicável, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 3º Em caso de realização de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, a subscrição ou aquisição de Quotas objeto de tal distribuição por qualquer investidor estará condicionada à prestação por esse, no boletim de subscrição, das declarações exigidas pela referida Instrução, incluindo declaração de que estão cientes de que a oferta de Quotas não foi registrada na CVM e que os valores mobiliários ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas em tal Instrução.

Parágrafo 4º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Parágrafo 5º Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

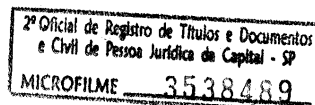
Artigo 44 A partir da 1ª Data de Emissão de cada série de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado em todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da Quota Sênior na 1ª Data de Emissão da série de Quotas Seniores em questão, acrescido dos rendimentos no período com base na respectiva Meta de Rentabilidade, estabelecida no respectivo Suplemento, deduzido das amortizações já realizadas, sendo certo que o valor agregado das Quotas Seniores de todas as séries em circulação, a qualquer momento, não poderá ser superior ao Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo Único Caso o valor agregado das Quotas Seniores de todas as séries em circulação ultrapasse, a qualquer momento, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor unitário das Quotas Seniores de cada série será ajustado, na proporção necessária para que o valor agregado das Quotas Seniores em circulação corresponda, no máximo, ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, sendo certo que tal ajuste será realizado de acordo com um percentual único, a ser aplicado indistintamente às Quotas Seniores de todas as séries.

Artigo 45 A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de emissão, integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino na 1ª Data de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade estabelecida no Suplemento, deduzido das amortizações já realizadas, sendo certo que o valor agregado das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, a qualquer momento, não poderá ser superior à diferença entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor agregado das Quotas Seniores em circulação.

Parágrafo Único Caso o valor agregado das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação ultrapasse, a qualquer momento, o valor correspondente à diferença entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor agregado das Quotas Seniores em circulação, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será ajustado, na proporção necessária para que o valor agregado das Quotas

33



Subordinadas Mezanino corresponda, no máximo, ao valor da referida diferença.

Artigo 46 Sem prejuízo do estabelecido nos Artigos 44 e 45 acima, na fixação do valor unitário de cada série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, serão observados também os critérios definidos no Anexo V, que têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino para fins de amortização e/ou resgate de suas Quotas. Tais critérios não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante.

Parágrafo Único Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao Valor Unitário de Referência de tais Quotas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate.

Artigo 46-A A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Júnior, seu valor unitário será calculado em toda Data de Cálculo (quota de fechamento), para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor agregado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Júnior em circulação na Data de Cálculo em questão.

CAPÍTULO XIII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 47 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

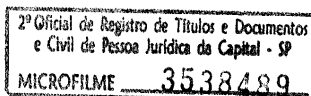
Artigo 48 O Fundo realizará Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento, observadas as demais disposições deste Regulamento, em especial aquelas constantes do Artigo 35 e do Artigo 69.

Artigo 49 As datas e valores das Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação poderão ser alteradas, desde que tais alterações sejam deliberadas em Assembleia Geral, na forma do Artigo 72 e seguintes deste Regulamento, e sejam também aprovadas pela totalidade dos Quotistas da classe e série afetada.

Parágrafo Único Os titulares das Quotas do Fundo não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

Artigo 50 A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma (i) reserva de amortização, a ser composta por Ativos Financeiros, para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores (“Reserva de Amortização das Quotas Seniores”); e (ii) reserva de amortização, a ser composta por Ativos Financeiros, para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino (“Reserva de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino”) e, em conjunto com a Reserva de Amortização das Quotas Seniores, “Reservas

34



de Amortização”). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma estabelecido no Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor as Reservas de Amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas Datas de Amortização programadas e Datas de Resgate Programadas:

Número de dias corridos antes das Datas de Amortização programadas ou da Data de Resgate Programada	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates
45	50%
20	100%

Parágrafo 2º A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos neste Artigo quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram as Reservas de Amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma do Parágrafo 1º acima.

Artigo 51 A Administradora deverá manter, no mínimo, 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional ou em Ativos Financeiros (“Reserva de Liquidez”).

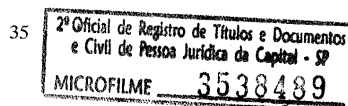
Artigo 52 Adicionalmente ao disposto no Artigo 51 acima, a Administradora e a Gestora deverão certificar-se de que o Índice de liquidez da carteira do Fundo, entendido como a razão entre (i) a soma do valor do Caixa, Ativos Financeiros e Direitos de Crédito de Sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações, resgates e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração (“Índice de Liquidez”), seja maior ou igual a 1 (um).

Parágrafo Único O Índice de Liquidez será calculado pela Administradora todo Dia Útil, no período que se inicia 30 (trinta) dias antes da Data de Amortização ou da Data de Resgate de qualquer série de Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas Mezanino, e termina na Data de Amortização ou Data de Resgate em questão.

Artigo 53 Caso a relação entre o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior em circulação e o Patrimônio Líquido (“Relação Subordinada Júnior”) seja superior a 14,0% (quatorze por cento), a Administradora poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas Júnior, até o limite da Relação Subordinada Júnior, mediante solicitação dos titulares das Quotas Subordinadas Júnior.

Parágrafo 1º A partir do 180º (centésimo octagésimo) dia que anteceder a Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive), a Administradora somente poderá realizar a amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas Júnior, caso, *pro forma* à pretendida amortização, a Relação Subordinada Júnior seja igual ou superior a:

- (a) 14,5% (quatorze vírgula cinco por cento), no período entre o 180º (centésimo octagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 150º (centésimo quinquagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive);



- (b) 15,0% (quinze por cento), no período entre o 150º (centésimo quinquagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 120º (centésimo vigésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive);
- (c) 15,5% (quinze vírgula cinco por cento) no período entre o 120º (centésimo vigésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 90º (nonagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive);
- (d) 17,0% (dezesete por cento), no período entre o 90º (nonagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 60º (sexagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive);
- (e) 18,5% (dezoito vírgula cinco por cento), no período entre o 60º (sexagésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e o 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (exclusive); e
- (f) 20,0% (vinte por cento), no período entre o 30º (trigésimo) dia anterior à Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino (inclusive) e a Data de Resgate Programada de Quotas Subordinadas Mezanino.

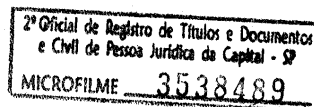
Parágrafo 2º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a Relação Subordinada Júnior aos titulares de Quotas Subordinadas Júnior mensalmente, todo primeiro Dia Útil do mês.

Parágrafo 3º Caso a situação do Fundo permita a amortização de Quotas Subordinadas Júnior, nos termos deste Regulamento, especialmente com relação (i) à Relação Subordinada Júnior e (ii) aos percentuais referidos no Parágrafo 1º acima, mas o montante de amortização de Quotas Subordinadas Júnior seja inferior ao montante máximo permitido, a diferença não amortizada deverá integrar o Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 4º A amortização prevista neste Artigo 53 somente poderá ser realizada caso a Relação Mínima, o Índice de Liquidez, a Reserva de Amortização, a Reserva de Liquidez, os percentuais referidos no Parágrafo 1º acima, quando aplicáveis, e a alocação mínima dos Direitos de Crédito, conforme prevista no Artigo 22 deste Regulamento, estejam sendo plenamente observados, de forma cumulativa, e desde que o Fundo continue enquadrado, mesmo se considerada, de maneira *pro forma*, a amortização pretendida. A amortização aqui prevista também é condicionada à inexistência de Evento de Avaliação e Evento de Liquidação em curso na data em que a amortização deva ser realizada.

Parágrafo 5º Adicionalmente ao disposto no Parágrafo 4º acima, a Administradora somente poderá realizar a amortização prevista neste Artigo 53 caso o Relatório de Verificação da Política de Investimento referente ao mês anterior ao da amortização pretendida tenha sido recebido pela Administradora, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 21 deste Regulamento, e não tenha apontado nenhum descumprimento da Política de Investimento do Fundo. Caso o Relatório de Verificação da Política de Investimento referente ao mês anterior ao da amortização pretendida não tenha sido entregue à Administradora, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido no referido Parágrafo 4º do Artigo 21, a amortização estabelecida neste Artigo 53 estará limitada a R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), enquanto a entrega do Relatório de Verificação da Política de Investimento não seja regularizada.

36



Parágrafo 6º Caso exista previsão de amortização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em um dado mês, a Administradora deverá priorizar o pagamento das amortizações programadas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em detrimento da amortização solicitada pelos titulares das Quotas Subordinadas Júnior.

CAPÍTULO XIV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 54 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 69 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate Programada, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 44, 45 e 46 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Júnior, na hipótese prevista no Artigo 53 deste Regulamento, ou após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Artigo 46-A deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate Programada, conforme o caso.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou seguindo-se o previsto no Artigo 68 deste Regulamento.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

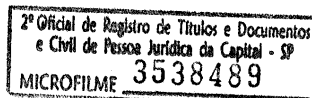
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 55 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e/ou na CETIP (para distribuição primária, as Quotas serão registradas para negociação na CETIP no Módulo de Distribuição de Cotas e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos), a critério da Administradora, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados e que tiverem acesso ao Regulamento do Fundo e assinaram o Termo de Adesão.

Parágrafo Único As Quotas eventualmente objeto de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM 476.

Artigo 56 Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a

37



conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pela Administradora, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVI - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 57 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos de Crédito devem ser contabilizados inicialmente pelo seu custo de aquisição.

Artigo 58 Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 59 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, e aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Parágrafo Único Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

Artigo 60 Os Direitos de Crédito terão seu valor calculado, todo Dia Útil, de acordo com a taxa de juros respectiva, observado o disposto na Instrução CVM 489. Da mesma forma, as provisões e as perdas com Direitos de Crédito ou com os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo serão, respectivamente, efetuadas ou reconhecidas nos termos da Instrução CVM 489.

Parágrafo Único Caso os valores de principal e juros vencidos e não pagos relativos aos Direitos de Crédito sejam, de alguma forma, recuperados após o provisionamento ou contabilização da perda, tais valores serão integralmente destinados ao Patrimônio Líquido do Fundo.

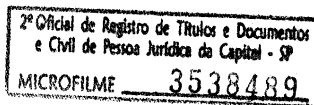
Artigo 61 Caso, por qualquer motivo, o Custodiante não receba e verifique os Documentos Comprobatórios de quaisquer dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do término do prazo constante da alínea “b” do Artigo 14 deste Regulamento, o Custodiante comunicará tal fato à Administradora, até o Dia Útil seguinte ao da sua verificação, para que a Administradora realize o provisionamento ou contabilize como perda o valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor dos referidos Direitos de Crédito que ainda não estiverem liquidados.

CAPÍTULO XVII - ENQUADRAMENTO À RELAÇÃO MÍNIMA

Artigo 62 A Administradora verificará, todo Dia Útil, até a Data de Resgate da última série de Quotas Seniores em circulação, se a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o somatório do valor das Quotas Seniores em circulação (“Relação Mínima”) é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento).

Parágrafo 1º Caso, em qualquer data de apuração, a Relação Mínima seja inferior ao percentual estabelecido no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar tal fato aos titulares de Quotas Subordinadas Júnior, na mesma data em que o desenquadramento for apurado, para que estes decidam se realizarão aporte adicional de recursos no Fundo, por meio da subscrição e integralização de

38



novas Quotas Subordinadas Júnior, objetivando o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima.

Parágrafo 2º Caso a Relação Mínima não seja reestabelecida no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que o desenquadramento for verificado, exceto conforme disposto no Parágrafo Único do Artigo 35 acima, a Administradora comunicará tal fato à Gestora e à Agência de Classificação de Risco e suspenderá as aquisições de Direitos de Crédito até que a Relação Mínima seja reestabelecida.

Artigo 63 Adicionalmente ao estabelecido no Artigo 62 acima, a Administradora verificará, todo Dia Útil, enquanto existirem Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, se a Relação Subordinada Júnior é igual ou superior a 14,0% (quatorze por cento).

Parágrafo 1º Caso, em qualquer data de apuração, a Relação Subordinada Júnior seja inferior ao percentual estabelecido no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar tal fato aos titulares de Quotas Subordinadas Júnior, na mesma data em que o desenquadramento for apurado, para que estes decidam se realizarão aporte adicional de recursos no Fundo, por meio da subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas Júnior, objetivando o reenquadramento do Fundo à Relação Subordinada Júnior.

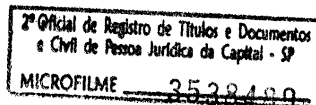
Parágrafo 2º Caso a Relação Subordinada Júnior não seja reestabelecida no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de desenquadramento, a Administradora comunicará tal fato à Gestora e à Agência de Classificação de Risco e suspenderá as aquisições de Direitos de Crédito até que a Relação Subordinada Júnior seja reestabelecida.

CAPÍTULO XVIII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 64 São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Relação Mínima não seja observada por um período de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos contados da data da ocorrência do desenquadramento ou, no caso previsto no Parágrafo Único do Artigo 35 acima, caso não ocorra o reenquadramento do Fundo à Relação Mínima no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da liquidação financeira da emissão de Quotas Seniores que deu causa ao desenquadramento;
- (b) caso a Relação Subordinada Júnior seja inferior a 14,0% (quatorze por cento) por um período de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos contados da data da ocorrência do desenquadramento;
- (c) caso haja amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas Júnior em desacordo com o Artigo 53 acima;
- (d) caso haja a redução do nível de classificação de risco de qualquer das séries de Quotas Seniores em circulação ou das Quotas Subordinadas Mezanino em dois sub-níveis;
- (e) caso as amortizações e/ou resgates programados de qualquer série ou de qualquer classe de Quotas não sejam efetuadas, integralmente, nas datas estabelecidas nos respectivos Suplementos;
- (f) caso os Direitos de Crédito vencidos e não pagos por período superior a 60 (sessenta) dias consecutivos contado da respectiva data de vencimento atinjam 12% (doze por

39



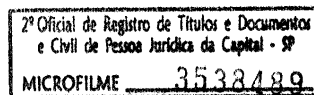
cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

- (g) caso haja alteração dos procedimentos de cessão de Direitos de Crédito e de cobrança adotados pela Gestora, sem prévia aprovação da Assembleia Geral;
- (h) caso a proporção de substituição de Direitos de Crédito exceda 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido, conforme apontada em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou em quatro Relatórios de Monitoramento alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (i) caso o montante total de Direitos de Crédito pagos com atraso de até 30 (trinta) dias da respectiva data de vencimento seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, conforme apontado em dois Relatórios de Monitoramento consecutivos ou em quatro Relatórios de Monitoramento alternados em um período de 12 (doze) meses;
- (j) caso a manutenção das Reservas de Amortização, da Reserva de Liquidez e do Índice de Liquidez não sejam observados por um período superior a 15 (quinze) dias consecutivos;
- (k) caso no período de 5 (cinco) dias que antecedem uma Data de Amortização Programada e/ou Data de Resgate de qualquer classe ou série de Quotas, as Reservas de Amortização não estejam devidamente constituídas;
- (l) caso a Administradora, o Custodiante ou o Gestor não observem os seus respectivos deveres e obrigações previstos no Regulamento, na Lei nº 6.385/76 e nos demais normativos da CVM, desde que, notificados para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação; e
- (m) caso (i) o Relatório de Verificação da Política de Investimento não seja disponibilizado pela Administradora ou pela Gestora em seus respectivos sites na internet, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados do término do Período de Verificação, ou (ii) tal Relatório de Verificação da Política de Investimento aponte descumprimento da Política de Investimento do Fundo, em qualquer caso, em 2 (dois) meses consecutivos ou em 4 (quatro) dos últimos 12 (doze) meses.

Artigo 65 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral, no menor prazo possível, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembleia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 66 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º No caso de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, pelo seu valor atualizado, detidas pelos Quotistas dissidentes, sendo certo que (i) os Quotistas dissidentes deverão manifestar sua



dissidência até o encerramento da Assembleia Geral em questão, e (ii) em caso de existência de Quotistas dissidentes, os demais Quotistas terão o direito de alterar seu(s) voto(s) formulado(s) na Assembleia Geral em questão.

Artigo 66 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) cessação ou renúncia pela Administradora ou descredenciamento pela CVM da Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da efetiva cessação de seus serviços; e
- (c) cessação pela Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, ou ainda em caso de alteração direta ou indireta no controle da Gestora.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

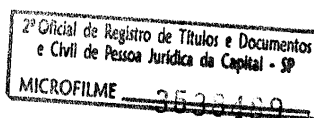
Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral, a qual deverá ocorrer no menor prazo possível, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas. A Gestora, o Custodiante e os Quotistas titulares de pelo menos 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar a referida Assembleia Geral caso o Evento de Liquidação seja relacionado à Administradora.

Parágrafo 3º No caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, ficará assegurado o resgate antecipado das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, pelo seu valor atualizado, detidas pelos Quotistas dissidentes, sendo certo que (i) os Quotistas dissidentes deverão manifestar sua dissidência até o encerramento da Assembleia Geral em questão, e (ii) em caso de existência de Quotistas dissidentes, os demais Quotistas terão o direito de alterar seu(s) voto(s) formulado(s) na Assembleia Geral em questão.

Parágrafo 4º Observada a deliberação da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o Fundo resgatará compulsoriamente todas as Quotas Seniores e, posteriormente, todas as Quotas Subordinadas Mezanino, ao mesmo tempo, em igualdade de condições entre os titulares de Quotas da mesma classe e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas de cada uma das referidas classes em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo;

41



- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIX, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores e, posteriormente das Quotas Subordinadas Mezanino, em circulação até o limite dos recursos disponíveis;
- (d) os Quotistas detentores de Quotas Seniores terão prioridade sobre os valores a serem resgatados pelo Fundo até o limite de seus respectivos Valores Unitários de Referência, conforme calculados com relação à Data de Cálculo imediatamente anterior à ocorrência do Evento de Liquidação que ensejou o início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Os Quotistas detentores de Quotas Seniores deverão receber os valores distribuídos no âmbito da liquidação nas proporções de seus Valores Unitários de Referência, sendo certo que os Valores Unitários de Referência deverão ser amortizados após a realização de cada pagamento; e
- (e) após o resgate integral das Quotas Seniores (caracterizado pela amortização integral dos respectivos Valores Unitários de Referência), os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Mezanino terão prioridade sobre os valores a serem resgatados pelo Fundo até o limite de seus respectivos Valores Unitários de Referência, conforme calculados com relação à Data de Cálculo imediatamente anterior à ocorrência do Evento de Liquidação que ensejou o início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas Mezanino deverão receber os valores distribuídos no âmbito da liquidação nas proporções de seus Valores Unitários de Referência, sendo certo que os Valores Unitários de Referência deverão ser amortizados após a realização de cada pagamento.

Artigo 67 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 66 acima, serão utilizados para o pagamento das Obrigações do Fundo de acordo com a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIX. Os procedimentos descritos no Parágrafo 4º do Artigo 66 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

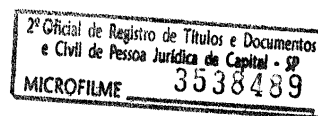
Parágrafo Único Após o resgate integral antecipado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino conforme estabelecido no Artigo 66 acima, os titulares das Quotas Subordinadas Júnior poderão deliberar pela interrupção do processo de liquidação do Fundo e retomada de suas atividades.

Artigo 68 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 66 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, será constituído pelos titulares das Quotas em circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

CAPÍTULO XIX - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 69 Em cada Dia Útil, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

42

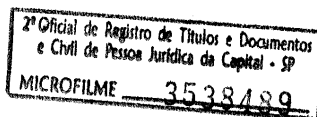


- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, conforme as respectivas Metas de Amortização de Remuneração e Metas de Amortização de Principal, nos termos do Anexo V deste Regulamento, por meio da amortização ou resgate da série de Quotas Seniores em questão;
- (d) recomposição da Reserva de Amortização das Quotas Seniores, da Reserva de Liquidez e do Índice de Liquidez, nos patamares mínimos especificados nos Artigos 50, 51 e 52 deste Regulamento;
- (e) devolução aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, conforme a Meta de Amortização de Remuneração e a Meta de Amortização de Principal das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos do Anexo V deste Regulamento, por meio da amortização ou resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (f) recomposição da Reserva de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino ao patamar mínimo especificado no Artigo 50 deste Regulamento;
- (g) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- (h) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Júnior, nos termos do Artigo 53 deste Regulamento; e
- (i) aquisição de Direitos de Crédito.

Parágrafo Único Na ocorrência de um Evento de Liquidação e, enquanto tal evento permanecer em curso, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 66 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- (c) devolução aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Artigo 66 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização da emissão de Quotas específica;
- (d) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;

43



- (e) provisionamento de recursos para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Júnior.

CAPÍTULO XX – POLÍTICA E CUSTOS DE COBRANÇA

Artigo 70 O Anexo III a este Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo. Este Regulamento deverá ser aditado e levado a registro, na forma do Artigo 9º, item “o” acima, sempre que houver uma alteração relevante na Política de Cobrança, a critério da Administradora e da Gestora.

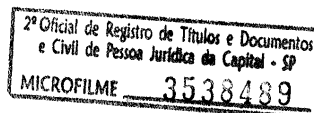
Artigo 71 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, que tenham sido incorridos pelo Fundo em face de terceiros ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no Parágrafo 1º abaixo.

Parágrafo 1º As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à preservação dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite do valor das Quotas Subordinadas Júnior em circulação. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim e, se for o caso, será por eles aportada diretamente ao Fundo por meio da subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica, considerando o valor da participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo pelos Quotistas serão reembolsados por meio do resgate ou amortização da respectiva série de Quotas Seniores específica, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento.

Parágrafo 2º Fica estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo caso a Gestora entenda que o valor das Quotas Subordinadas Júnior não será suficiente para cobrir as despesas de cobrança antes (i) do recebimento integral dos valores a que se refere o *caput* deste Artigo; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à preservação de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

Parágrafo 3º As despesas a que se refere o *caput* deste Artigo são aquelas mencionadas na alínea (f) do Artigo 34 deste Regulamento.

44



Parágrafo 4º Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do *caput* deste Artigo deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente com suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLEIA GERAL

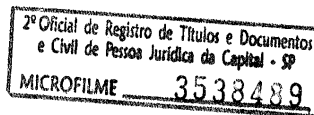
Artigo 72 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quóruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVIII deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação, observado o disposto na hipótese da alínea (c) do Parágrafo Único do Artigo 11 deste Regulamento;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Agência de Classificação de Risco e do Verificador da Política de Investimento, na hipótese prevista no Parágrafo 4º do Artigo 21; e
- (g) aprovar a contratação dos demais prestadores de serviços do Fundo, exceção feita aos prestadores de serviços relacionados à emissão de novas Quotas do Fundo e aos assessores legais que serão contratados diretamente pela Administradora.

Artigo 73 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 74 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de aviso publicado no periódico, mencionado no Artigo 83

45



deste Regulamento, e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada conjuntamente com a primeira convocação.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas Seniores em circulação, a maioria das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação e a maioria das Quotas Subordinadas Júnior em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

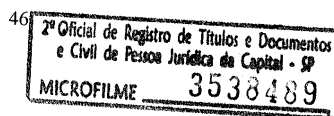
Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 75 A (i) cada Quota Sênior ou a cada Quota Subordinada Mezanino corresponde 4 (quatro) votos e (ii) cada Quota Subordinada Júnior corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Artigo 76 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de, no mínimo, a maioria das Quotas presentes à Assembleia Geral, observado o quorum mínimo estabelecido no Parágrafo 2º do Artigo 74 acima.

Parágrafo 1º Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, as matérias previstas nas alíneas (b), (c) e (d) do Artigo 72 acima, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Parágrafo 2º A alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação (i) da Assembleia Geral e (ii) dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino e da maioria das Quotas Subordinadas Júnior em circulação:



- (a) as características, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Júnior;
- (b) as matérias previstas nas alíneas (e) e (f) do Artigo 72 deste Regulamento; e
- (c) a cobrança de taxas e encargos de qualquer natureza pela Administradora que não estejam expressamente prevista neste Regulamento.

Parágrafo 3º A alteração da Relação Subordinada Júnior dependerá apenas e tão somente da aprovação dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas Mezanino e da maioria das Quotas Subordinadas Júnior em circulação, sendo certo que tal alteração não afetará a Relação Mínima.

Artigo 77 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

Parágrafo Único As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 78 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos.

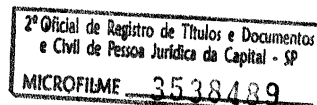
Parágrafo Único Somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (a) ser condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos;
- (b) não exercer cargo ou função na Administradora, na Gestora em suas respectivas controladoras, em sociedades por elas diretas ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (c) não exercer cargo em Cedente de Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo.

CAPÍTULO XXII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 79 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

Parágrafo Único No que não conflitar com as disposições do Plano Contábil, aplicam-se ao Fundo os critérios contábeis de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos, assim como os de reconhecimento de receitas e apropriação de despesas, previstos nas normas contábeis emitidas pela CVM aplicáveis às companhias abertas, que tratam do reconhecimento e mensuração, da apresentação e da evidência de instrumentos financeiros.



Artigo 80 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- (a) opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- (b) demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- (c) notas explicativas contendo informações julgadas, pela Empresa de Auditoria, como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

Parágrafo Único A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do Artigo 12 deste Regulamento.

Artigo 81 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano e se encerrará no dia 30 de abril de cada ano.

CAPÍTULO XXIII - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 82 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVI acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos Artigos 60 e 61 deste Regulamento.

Parágrafo Único Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, dos Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO XXIV - PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

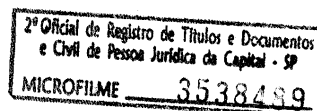
Artigo 83 Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos fatos decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal DCI – Comércio, Indústria & Serviços ou em qualquer outro veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 43 deste Regulamento.

Parágrafo 1º As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Parágrafo 2º Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.

Artigo 84 No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências da Administradora, informações

48



sobre:

- (a) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- (c) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito do Fundo e dos Ativos Financeiros.

Artigo 85 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar a nota conferida pela Agência de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 86 A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

Artigo 87 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM.

CAPÍTULO XXV - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 88 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

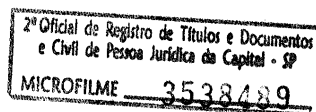
Parágrafo Único Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

CAPÍTULO XXVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 89 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 90 Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por “Dia Útil” segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional.

Artigo 91 Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do presente Regulamento.



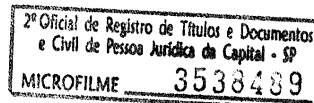
Artigo 92 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 30 de setembro de 2013

Glzele Vicente Mora
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Glzele Vicente Mora
Diretora

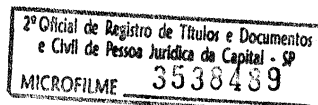
Ademir Silva Oliveira
CPF: 131.093.788-50

50



ANEXO I - DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
<u>Agente de Guarda:</u>	é o agente de guarda dos Documentos Comprobatórios contratado pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Guarda e deste Regulamento, ou sua sucessora a qualquer título, que não pode ser o originador, um Cedente ou a Gestora;
<u>Agente Escriturador:</u>	é o Deutsche Bank, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento da respectiva série/classe e especificado no Capítulo XIII do Regulamento;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõe o Patrimônio Líquido;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Cedentes:</u>	são todas as pessoas jurídicas que cedem os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A – Mercados Organizados;
<u>Conta de Arrecadação:</u>	é a conta de arrecadação a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma Instituição Autorizada aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da liquidação dos Direitos de Crédito, sendo certo que a movimentação dos recursos constantes da Conta de Arrecadação será realizada exclusivamente pelo Custodiante;

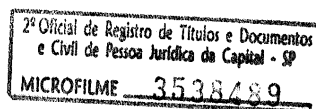


<u>Conta de Cobrança:</u>	é a conta de cobrança a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma Instituição Autorizada aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para o recebimento de recursos oriundos de Direitos de Crédito inadimplidos ou não identificados, no âmbito da cobrança extraordinária do Fundo, sendo certo que a movimentação dos recursos constantes da Conta de Cobrança será realizada exclusivamente pela Administradora;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo em uma Instituição Autorizada aprovada em conjunto pela Administradora e pela Gestora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, com a interveniência anuência da Gestora, conforme modelo constante do Anexo VI a este Regulamento;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo, com a interveniência da Gestora;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Emissão e Controle de Quotas Escriturais de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre o Fundo e a Gestora;
<u>Contrato de Guarda:</u>	é o Contrato de Guarda e Outras Avenças celebrado entre o Custodiante e o Agente de Guarda, com a interveniência e anuência da Administradora e da Gestora, por meio do qual o Agente de Guarda é contratada pelo Custodiante para atuar como depositário dos Documentos Comprobatórios, dos Contratos de Cessão e dos Termos de Cessão dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é a Proposta de Prestação de Serviços da Empresa de Auditoria aceita pela Administradora;
<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;



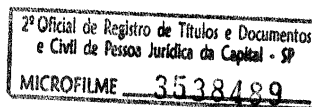
<u>Contrato de Verificação:</u>	é o contrato a ser celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Verificador da Política de Investimento, nos termos do Parágrafo 4º do Artigo 21 do Regulamento;
<u>Crerios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 29 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Cálculo:</u>	é todo Dia Útil durante a vigência do Fundo;
<u>Datas de Amortização:</u>	<p>são, com relação a cada série de Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, as datas especificadas no Suplemento para pagamento das Amortizações Programadas de tal série/classe, sendo certo que cada Data de Amortização deve ocorrer no 10º dia de seu respectivo mês, ou no Dia Útil imediatamente subsequente, caso tal dia do mês não seja um Dia Útil.</p> <p>Adicionalmente, caso uma série de Quota Senior e/ou as Quotas Subordinadas Mezanino não sejam resgatadas até sua respectiva Data de Resgate Programada, cada data de aniversário mensal da Data de Resgate Programada dos meses posteriores (ou o Dia Útil imediatamente posterior, caso tais dias não sejam um Dia Útil) será uma Data de Amortização com relação a tal série e/ou classe, até que ocorra o resgate integral, ou seja deliberada a liquidação do Fundo.</p> <p>As Metas de Rentabilidade e as Datas de Amortização indicadas em cada Suplemento de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino são apenas metas estabelecidas pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade e/ou pontualidade de pagamento aos investidores;</p>
<u>Data de Aquisição e Pagamento:</u>	é a data do pagamento do Preço de Aquisição do Direito de Crédito ao Cedente e aquisição do Direito de Crédito pelo Fundo.
<u>Data de Emissão:</u>	é a data em que os recursos decorrentes da integralização de cada série de Quotas Seniores, ou da integralização das Quotas Subordinadas Mezanino ou das Quotas Subordinadas Júnior, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

53

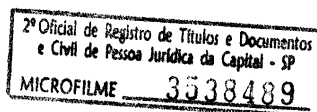


<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral efetivo de cada série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino;
<u>Data de Resgate Programada:</u>	é cada data programada para o resgate integral de cada série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, indicada no Suplemento da respectiva série ou emissão, sendo certo que, com relação aos Suplementos em que a Data de Resgate Programada não estiver especificada, a Data de Resgate Programada será a Data de Resgate especificada no Suplemento;
<u>Deutsche Bank:</u>	é o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11;
<u>Dia Útil:</u>	é todo dia de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na cidade de São Paulo, e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são as duplicatas, as notas promissórias e os cheques adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos do Regulamento;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a relativas ao Fundo;
<u>Disponibilidades:</u>	são os todos os ativos de titularidade do Fundo com liquidez diária, incluindo, mas não se limitando, aos recursos disponíveis na Conta do Fundo, na Conta de Arrecadação e na Conta de Cobrança;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	são (i) as duplicatas originais em forma física ou eletrônica; (ii) as notas promissórias originais em forma física ou eletrônica; e (iii) os cheques originais em forma física;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Guarda, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, Contrato de Serviços de Auditoria Independente e o Contrato de Verificação;
<u>Encargos do Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 34 deste Regulamento;

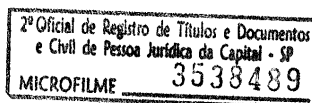
54



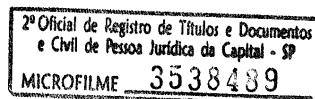
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a empresa de auditoria contratada pela Administradora, nos termos deste Regulamento, ou sua sucessora a qualquer título, encarregada da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 64 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 66 deste Regulamento;
<u>Fator de Ajuste Mezanino:</u>	é o valor calculado de acordo com o Item 1 do Anexo V;
<u>Fator de Ajuste Sênior:</u>	é o valor calculado de acordo com o Item 1 do Anexo V;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Índice de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;
<u>Instituição Autorizada:</u>	Instituição financeira localizada no Brasil, que possua classificação de risco de crédito de longo prazo, atribuída pela Agência Classificadora de Risco, de no mínimo br.AA;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<u>Instrução CVM 476:</u>	é a Instrução CVM nº 476 da CVM, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada;
<u>Instrução CVM 489:</u>	é a Instrução nº 489 da CVM, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada;
<u>Investidor Qualificado:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, observado, em caso de distribuição pública com esforços restritos, o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476;
<u>Meta de Amortização de Principal:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 3 do Anexo V;
<u>Meta de Amortização de Remuneração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no item 2 do Anexo V;
<u>Meta de Rentabilidade:</u>	é, com relação a cada série de Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, a meta de rentabilidade especificada no Suplemento para tal série/classe. As Metas



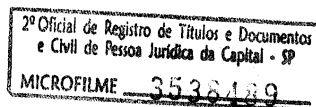
	de Rentabilidade e as Datas de Amortização indicadas em cada Suplemento de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino são apenas metas estabelecidas pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade e/ou pontualidade de pagamento aos investidores;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, à Taxa de Administração, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o patrimônio líquido do Fundo, calculado na forma do Capítulo XXIII;
<u>Período de Verificação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 4º do Artigo 21 deste Regulamento;
<u>Plano Contábil:</u>	é o Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI, conforme a Instrução CVM 489, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos Sacados que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito, conforme previsto no Anexo III a este Regulamento;
<u>Política de Investimento:</u>	é política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo VII deste Regulamento;
<u>Preço de Aquisição:</u>	é o valor efetivamente pago pelos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Júnior, consideradas em conjunto;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Subordinadas Júnior:</u>	são as quotas subordinadas júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as quotas subordinadas mezanino, emitidas pelo Fundo em uma ou mais emissões;



<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Quotistas Subordinados Júnior:</u>	são os titulares das Quotas Subordinadas Júnior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais emissões;
<u>Relação Mínima:</u>	é a relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido e o somatório do valor das Quotas Seniores em circulação, equivalente a 125% (cento e vinte e cinco por cento);
<u>Relação Subordinada Júnior:</u>	é a relação mínima admitida entre o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior em circulação e o Patrimônio Líquido;
<u>Relatório de Monitoramento:</u>	é o relatório de monitoramento emitido pela Gestora todo 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, destacando o atendimento ou não da carteira do Fundo à Política de Investimento do Fundo;
<u>Relatório de Verificação da Política de Investimento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 4º do Artigo 21 deste Regulamento.
<u>Reserva de Amortização das Quotas Seniores:</u>	é a reserva de amortização, a ser composta por Ativos Financeiros, para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores;
<u>Reserva de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a reserva de amortização, a ser composta por Ativos Financeiros, para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Subordinadas Mezanino;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	é a reserva de liquidez do Fundo, que deverá corresponder a, no mínimo, 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, alocado em moeda corrente nacional ou, exclusivamente, em Ativos Financeiros;
<u>Reservas de Amortização:</u>	são a Reserva de Amortização das Quotas Seniores e a Reserva de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino consideradas em conjunto;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>Sacado(s):</u>	é cada devedor de cada Direito de Crédito a ser cedido ao Fundo pelos Cedentes, por meio de assinatura de cada Termo de Cessão;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>Suplemento:</u>	é o documento elaborado na forma do Anexo II a este Regulamento, contendo as seguintes informações relativas a cada uma das séries ou classes de quotas emitidas: quantidade de Quotas, Data de Emissão, Datas de



	Amortização, Amortização Programada (se for o caso), Data de Resgate Programada e Meta de Rentabilidade prioritária da respectiva série ou classe de Quotas;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 32 deste Regulamento;
<u>Taxa DI:</u>	é, com relação a uma data, a taxa média referencial para depósitos interbancários no Brasil - Certificado de Depósito Interfinanceiro apuradas pela CETIP e divulgadas no informativo diário disponível em sua página na Internet ou em qualquer outro site ou publicação que venha a substituí-lo, expressas na forma percentual e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
<u>Termo de Cessão:</u>	é cada um dos instrumentos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, representado pela Administradora, e o respectivo Cedente, no âmbito de cada Contrato de Cessão, conforme modelo constante do Anexo VI a este Regulamento, por meio dos quais o Fundo adquire os Direitos de Crédito dos Cedentes;
<u>Taxa Mínima de Cessão:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 23 deste Regulamento;
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário das Quotas de cada série ou classe, na respectiva Data de Emissão;
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	é o valor calculado de acordo com o Item 1 do Anexo V;
<u>Valor Unitário de Referência Corrigido:</u>	é o valor calculado de acordo com o Item 1 do Anexo V;
<u>Verificador da Política de Investimento:</u>	é uma dentre as empresas elencadas no Parágrafo 4º do Artigo 21 do Regulamento, contratada pelo Fundo para verificar o cumprimento, pela Gestora, da Política de Investimento do Fundo, e elaborar relatório mensal sobre os resultados da referida verificação.



ANEXO II - MODELO DE SUPLEMENTO

Suplemento da [•] série de Quotas [•]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - EXODUS I
CNPJ/MF nº [•]

A [•][série/classe]de Quotas [•] do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - EXODUS I (o "Fundo"), emitida nos termos do Regulamento do Fundo, registrado em [•] de [•] de [•] no [•]º Ofício de Títulos e Documentos da Capital do Estado de São Paulo sob nº [•], terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas [•]: [•] ([•]);
- b) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- c) Período de Carência: de [•] de [•] de [•] até [•] de [•] de [•];
- d) Datas de Amortização: [•];
- e) Data de Resgate Programada: [•] de [•] de [•];
- f) Meta de Rentabilidade: [•];
- g) Amortizações Programadas: [•]; e
- h) Valor Unitário de Emissão: [•]

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•]

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I

Por:

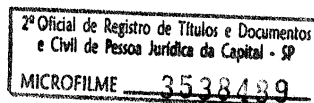
Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F.:

59

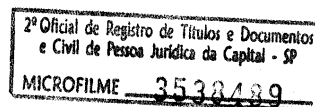


ANEXO III – POLÍTICA DE COBRANÇA

A Gestora adotará os seguintes procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos:

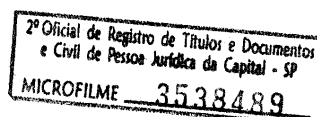
1. Em até 3 (três) Dias Úteis contados da assinatura do Termo de Cessão:
 - (i) os Sacados receberão o boleto de cobrança para liquidação dos Direitos de Crédito na Conta de Arrecadação;
 - (ii) os Sacados serão notificados da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo através de correspondência, em atendimento ao artigo 290 do Código Civil;
2. Após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Gestora confirmará junto aos Sacados o recebimento do boleto de cobrança.
 - 2.1. a confirmação descrita no caput deste item 2 será realizada junto aos Sacados com relação a todos os Direitos de Crédito através de contato telefônico ou carta simples.
 - 2.2. a critério da Gestora, poderá ser enviada carta para os Sacados dos Direitos de Crédito, solicitando confirmação, por escrito, acerca da existência e legitimidade do Direito de Crédito.
 - 2.3. a Gestora enviará correspondência com Aviso de Recebimento (A.R.) aos Sacados de Direitos de Crédito com valor nominal superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
 - 2.4. a Gestora comunicará diariamente os Cedentes sobre a posição de Direitos de Crédito vencidos.
3. No caso de não haver liquidação do Direito de Crédito no vencimento:
 - 3.1. a Gestora, através de seus recursos pessoais, e-mail e telefone fará a cobrança dos Direitos de Crédito vencidos.
 - 3.2. após o 4º Dia Útil contado do vencimento do Direito de Crédito, a Gestora enviará uma carta ao Sacado com os dados do Direito de Crédito vencido e informando que caso o Direito de Crédito não seja liquidado, será incluída, em nome do Sacado, uma Pendência Financeira (Pefin).
 - 3.2.1 o recebimento dos Direitos de Crédito em atraso dos Sacados incluídos em Pefin ocorrerá de forma semelhante à cobrança normal, ou seja, através de emissão de boleto ao Sacado e conciliação pela Gestora da Conta de Cobrança.
 - 3.2.2 caso o Direito de Crédito vencido não seja liquidado até o 10º Dia Útil contado de seu vencimento, o respectivo título será enviado a cartório.

60



4. Caso o Cedente receba qualquer valor em nome do Fundo, o Cedente deverá repassar tal valor à Conta do Fundo, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do recebimento.
5. Caso sejam constatadas quaisquer divergências durante todo o processo de acompanhamento e cobrança dos Direitos de Crédito e/ou não tenha ocorrido pagamento dos Direitos de Crédito, a Gestora poderá, a seu exclusivo critério, conceder prorrogação, desconto ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou mesmo adotar outras alternativas consideradas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito.
 - 5.1 as prorrogações poderão ser realizadas respeitado-se o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias e serão concedidas somente uma vez, mesmo se concedidas inicialmente em prazo inferior ao prazo máximo aqui previsto.
6. Não havendo acordo ou negociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, conforme o procedimento acima previsto, o Fundo iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Cedente e o respectivo garantidor (devedor solidário), de acordo com as disposições do respectivo Contrato de Cessão.
7. Decorridos 180 dias a partir da data de vencimento do ativo no Fundo, a Gestora estará autorizada a negociar este ativo com deságio a ser discutido caso a caso, desde que o Fundo não esteja em Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação.

Os procedimentos acima descritos ficarão a cargo do departamento de cobrança da Gestora que é responsável por registrar/monitorar e ajustar todos os ativos (títulos) cedidos ao Fundo com a finalidade de garantir que os processos de cobrança definidos pela Gestora sejam cumpridos e respeitados.



ANEXO IV – POLÍTICA DE ANÁLISE E SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Sumário e Procedimentos da Política

A política de análise e seleção de direitos creditórios do Fundo é de responsabilidade da Gestora, que é a única responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo e tecnicamente capacitada para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos Sacados dos Direitos de Crédito.

A aprovação do crédito a ser adquirido é realizada mediante um processo de análise do Cedente e do Sacado, que envolve aspectos financeiros e mercadológicos.

Uma vez que sejam selecionados e analisados Direitos de Crédito elegíveis de um determinado Cedente, a Gestora solicita ao Cedente os documentos necessários para sua análise cadastral, quais sejam;

- Contrato Social;
- Relação do faturamento mensal dos últimos 12 (doze) meses;
- Cadastro de Pessoa Física dos sócios;
- Comprovante de endereço dos sócios e da empresa;
- Imposto de renda dos sócios.

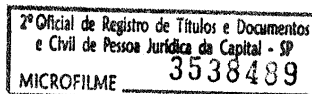
Após a análise inicial, o Cedente firma um Contrato de Cessão com o Fundo, representado pela Administradora, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a todas as futuras cessões de Direitos de Crédito entre as partes. Os sócios do Cedente assinam também o Contrato de Cessão, como devedores solidários do Cedente garantindo as obrigações do Cedente no Contrato de Cessão, que podem ser apenas obrigações de indenização ou podem ser propriamente de coobrigação pelo pagamento dos Direitos de Crédito, conforme estabelecido no respectivo Contrato de Cessão. Através do Contrato de Cessão e de seus eventuais aditamentos, documentados através de Termos de Cessão representativos de cada cessão propriamente dita, os sócios do Cedente se comprometem a avalizar as obrigações do Cedente no âmbito do Contrato de Cessão e assinar notas promissórias representativas dos potenciais valores devidos pelo Cedente em decorrência de cada cessão de Direitos de Crédito.

Os dados cadastrais são incluídos em um *software* especializado e analisados de acordo com critérios identificados na seção “Risco do Cedente” abaixo. O referido *software* é responsável pela análise do Sacado e dos Direitos de Crédito que serão adquiridos pelo Fundo.

Após a análise do Cedente, a Gestora está apta a analisar ofertas de Direitos de Crédito feitas por tal Cedente, conforme descrito abaixo.

Além dos Documentos acima elencados, a Gestora confere se o Cedente e os Direitos de Crédito atendem aos seguintes pré-requisitos básicos, antes de dar seguimento às demais etapas de avaliação de risco:

- O Cedente dos Direitos de Crédito deve ser pessoa jurídica inscrita e em situação ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data prevista para formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das Quotas Seniores em circulação;



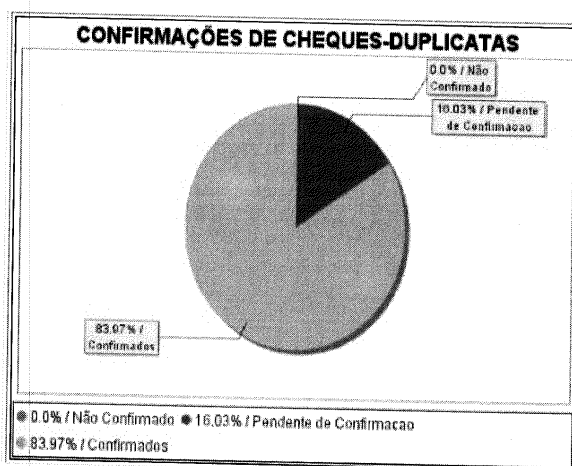
- Os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, conforme dispostos no Regulamento, devem estar sendo observados, considerada *pro-forma* a aquisição pretendida.

Uma vez aprovada a aquisição de Direitos de Crédito ofertados por um Cedente, aprovação esta que pode contemplar no todo ou em partes a lista de Direitos de Crédito ofertados pelo Cedente, um Termo de Cessão é enviado ao Cedente, com informações referentes ao valor presente e valor futuro dos Direitos de Crédito. Adicionalmente ao Termo de Cessão, os sócios do Cedente – que devem ter sido devidamente cadastrados no processo inicial de coleta de informações dos Cedentes - também emitem uma nota promissória de valor equivalente ao valor da operação.

Durante o processo de aprovação de uma aquisição de Direitos de Crédito, é enviado ao Custodiante um arquivo com informações referentes a todos os Direitos de Crédito ofertados, para que seja verificado o cumprimento quanto aos Critérios de Elegibilidade. Uma vez confirmado o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, a operação é considerada aprovada e o Custodiante libera via TED o montante relativo à operação ao Cedente, conforme instruções bancárias cadastradas.

No Dia Útil posterior à cada cessão de Direitos de Crédito, a Gestora envia ao banco cobrador um arquivo com discriminação dos Direitos de Crédito adquiridos, para que o banco cobrador envie boleto de cobrança aos Sacados. É obrigação do Custodiante conferir o envio, pelo banco cobrador, dos boleto de cobrança para os Sacados.

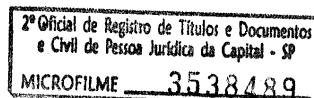
Após a cessão dos Direitos de Crédito, a Gestora confirma junto aos Sacados o recebimento do boleto de cobrança. A confirmação mencionada neste parágrafo é realizada através de contato telefônico ou carta simples e engloba todos os Direitos de Crédito. A seu exclusivo critério, a Gestora poderá enviar carta aos Sacados com solicitação de confirmação, por escrito, da existência e legitimidade do Direito de Crédito.



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Processo de Aprovação de Crédito

63



O processo de aprovação do crédito do Cedente e do Sacado é realizado pela Gestora, que realiza a análise segundo alguns critérios:

- Risco do Cedente;
- Risco da Operação;
- Risco do Sacado e;
- Critérios Subjetivos.

I. Risco do Cedente

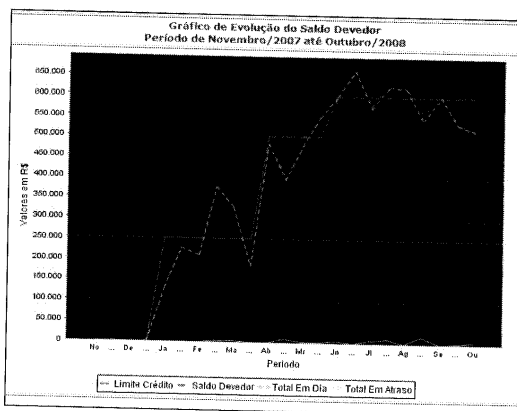
Com o intuito de mitigar o risco por Cedente, são realizados os seguintes procedimentos de monitoração e mitigação de risco de fraude:

- Limite de Crédito indicativo por Cedente de 30% (trinta por cento) do faturamento mensal;
- No caso de novos Cedentes:
 - Durante o primeiro mês de operações, todos os Direitos de Crédito são confirmados junto aos Sacados via telefone antes da execução da transação; e
 - Entre o primeiro e segundo mês de operações, a confirmação é realizada em até 5 dias contados da data de formalização da transação.

Os procedimentos são efetuados pelo Departamento de Confirmação da Gestora, que atua na identificação da veracidade dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo e relacionados à manutenção da carteira.

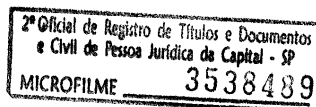
Todos os dados dos Cedentes são incluídos no *software* especializado da Gestora, que possui uma base de dados da própria Gestora. Tal *software* automaticamente gera uma análise do perfil do Cedente contendo as seguintes informações:

- Gráfico evolutivo do saldo devedor dos Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente, analisando o montante total operado pelo Cedente nos últimos 12 (doze) meses – conforme exemplificado abaixo:



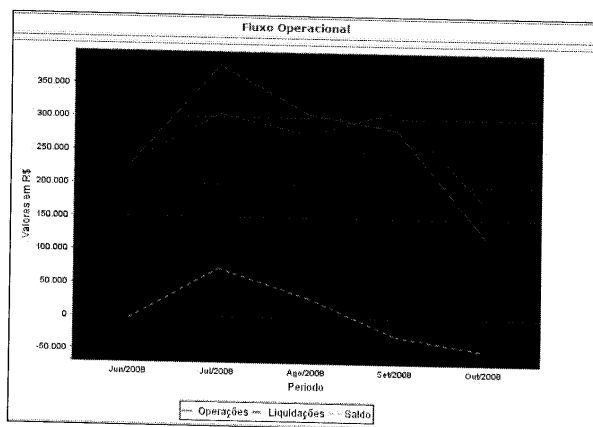
Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

64



Além de auxiliar a análise para novas operações de aquisição de Direitos de Crédito, os gráficos servem à gestão comercial do relacionamento com os Cedentes das seguintes formas:

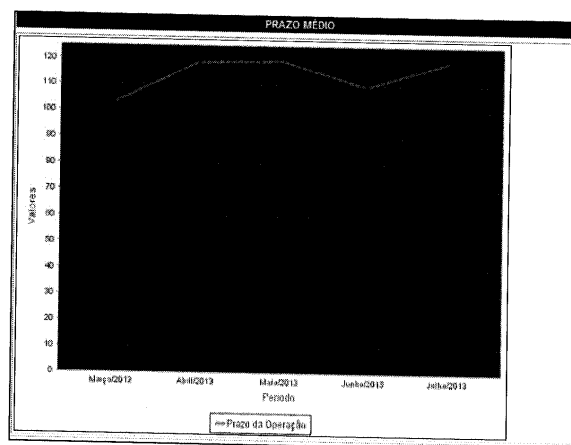
- (a) manutenção da liquidez da carteira;
 - (b) acompanhamento e atualização dos limites;
 - (c) monitoração e manutenção dos índices de confirmação;
 - (d) visualização dos prazos médios dos Direitos de Crédito adquiridos;
 - (e) acompanhamento e parâmetro para definição de taxas médias.
- (ii) Fluxo Operacional do Cedente, com discriminação de saldo a vencer, vencido, total do saldo devedor dos Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente, e o limite crédito indicativo estabelecido para o Cedente, conforme exemplificado abaixo:



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

- (iii) Índice de Liquidez, que acompanha o comportamento da carteira de Direitos de Crédito cedidos pelo Cedente nos últimos 30 (trinta) dias, incluindo a forma de liquidação dos títulos. Nesse caso, há uma limitação de 5% (cinco por cento) do saldo devido para liquidações por recompra e 5% (cinco por cento) para liquidações via TED ou transferência bancária.

O *software* permite também o acompanhamento de prazos e taxas médias dos Direitos de Crédito (conforme exemplificado abaixo), de forma que a Gestora, através de sua diretoria e/ou em conjunto com o Comitê de Crédito, possa gerir a carteira do Fundo e/ou adotar quaisquer critérios subjetivos na análise das ofertas de Direitos de Crédito.



Fonte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

II. Risco da Operação

Cada nova operação de aquisição de Direitos de Crédito de um Cedente já cadastrado e analisado é avaliada isoladamente. Neste caso, é analisado o enquadramento do Cedente, do Sacado e dos Direitos de Crédito à Política de Investimento do Fundo.

Além disso, sem prejuízo do disposto na Política de Investimento do Fundo, serão analisados ainda e considerados como parte do risco da operação:

- (i) o prazo médio dos Direitos de Crédito;
- (ii) os Sacados;
- (iii) o valor total da operação; e
- (iv) o histórico de liquidez de Sacados e Cedente em questão.

III. Risco do Sacado

Cada Cedente recebe uma senha de acesso ao *software* utilizado para oferta de Direitos de Crédito e posterior análise das operações. Através desse sistema cada Cedente inclui dados dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, conforme segue:

- (i) informações cadastrais do Sacado;
- (ii) número da fatura;
- (iii) valor do Direito de Crédito; e
- (iv) data de vencimento.

Uma vez incluídas as informações no *software*, os Sacados são analisados conforme os seguintes parâmetros:

- (i) não são aceitos Sacados com apontamentos no Serasa, exceto se forem execuções fiscais ou se o valor relativo a essas pendências for equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado; e
- (ii) se houver histórico de operações com o Fundo, é levado em consideração o fluxo de pagamentos de cada Sacado.

Adicionalmente, nos primeiros dois meses de operações com cada Sacado, as transações somente são efetuadas mediante envio do Documento Original do Direito de Crédito para a Gestora.

Caso seja detectada pela Gestora qualquer objeção quanto ao Sacado, o Sacado tem seu cadastro bloqueado no sistema. O cadastro somente pode ser liberado para outras operações mediante análise mais detalhada, caso a caso.

IV. Critérios subjetivos

Os Critérios subjetivos podem influenciar positiva ou negativamente a aprovação do crédito. Cedentes pertencentes a setores com elevados níveis de concorrência, com poucas barreiras à entrada de novos competidores, são evitados.

Além disso, Cedentes que apresentam deficiências evidentes de gestão e estratégia também são evitados.

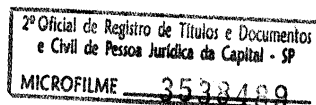
Os critérios subjetivos são definidos pela Gestora e estão sujeitos a alterações sem prévio aviso. Podem ser revistos em função de:

- (i) um determinado prazo de tempo em que a Gestora considere os critérios subjetivos vigentes obsoletos;
- (ii) por substituição a outros que a Gestora, por sua avaliação das condições de mercado ou da economia, considere mais adequados ao momento para a seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo;
- (iii) consideração por parte da Gestora de que os critérios vigentes não sejam eficientes para um determinado caso de aquisição dos Direitos de Crédito.

Além disso, outros indicadores que a Gestora poderá incorporar à análise de cada novo caso, seja ele de operação isolada, cliente, grupo econômico ou setor, são os seguintes:

- (i) Riscos Setoriais: dependência do setor externo (importações ou exportações), formação de preços de *commodities*, existência ou não de setor pulverizado e tendências;
- (ii) Riscos Gerenciais: capacidade técnica do corpo gerencial;
- (iii) Riscos Macroeconômicos: comportamento da economia e implicações de alterações nas políticas econômica, fiscal e monetária conduzidas pelo governo federal por meios de suas instituições, entre eles o Copom, Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e outros;

67



- (iv) Riscos Mercadológicos: política de vendas, canais de distribuição, estratégias de crescimento, de investimento e tendências;
- (v) Riscos Operacionais: administração profissional, governança corporativa, preocupação com o meio ambiente e controles internos.

Monitoramento

A atualização dos registros é feita a cada 3 (três) meses ou a cada nova cessão, uma vez que o próprio *software* impede a realização de qualquer operação do Cedente que não tenha registros atualizados relativos aos critérios indicados no “Risco do Cedente”.

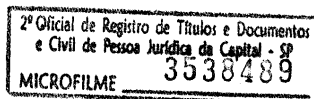
O monitoramento da operação é diário, e se dá via sistema de controle dos Direitos de Crédito desenvolvido internamente pela Gestora.

O monitoramento é feito, principalmente, pelo departamento comercial da Gestora, que acompanha a evolução da liquidação dos títulos da carteira, zelando assim por sua manutenção.

A atuação do setor junto aos Cedentes para garantir que os índices de liquidez permaneçam em níveis satisfatórios, definidos pela Gestora e tendo como base critérios subjetivos, não se limita ao simples contato, mas se estende também ao plano estratégico e, quando necessário, à substituição de Direitos de Crédito e valores.

Em adição a isso, há o acompanhamento dos Direitos de Crédito em andamento de modo que se possa identificar a ocorrência do cancelamento de notas fiscais nas Receitas Estaduais.

68



ANEXO V – CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS

Para fins de cálculo do valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nos termos dos Artigos 44 e 45 do Regulamento, serão observados os procedimentos e critérios estabelecidos neste Anexo, os quais regram a forma de alocação do Patrimônio Líquido do Fundo entre as séries e classes de Quotas do Fundo em circulação.

1. O valor unitário das Quotas Senior será o produto de seu Valor Unitário de Referência e do Fator de Ajuste Senior. Da mesma forma, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será o produto de seu Valor Unitário de Referência e do Fator de Ajuste Mezanino.

Para os fins deste item 1, os termos abaixo têm as seguintes definições, sendo certo que, para efeito deste cálculo, os demais termos definidos utilizados nas definições abaixo, tais como Data de Emissão, Valor Unitário de Emissão, Meta de Rentabilidade, Data de Amortização e Valor Principal de Referência, serão os referentes à série ou classe em questão:

“Valor Unitário de Referência” de cada série de Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas Mezanino será determinado conforme abaixo:

a) na 1ª Data de Emissão da série ou classe de Quotas, o Valor Unitário de Referência será o Valor Unitário de Emissão, conforme disposto no respectivo Suplemento;

b) nas datas posteriores que não sejam uma Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência será corrigido diariamente pela Meta de Rentabilidade (tal valor o “Valor Unitário de Referência Corrigido”) da série/classe em questão; e

c) em cada Data de Amortização, o Valor Unitário de Referência corresponderá à diferença entre (i) o Valor Unitário de Referência Corrigido até a Data de Amortização, não considerada a amortização referente à Data de Amortização em questão (o “Valor Unitário de Referência Corrigido Antes da Amortização”) e (ii) o montante agregado de amortização efetivamente pago aos Quotistas com relação à série/classe de Quotas na Data de Amortização em questão.

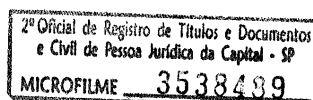
“Fator de Ajuste Senior” de cada série de Quotas Seniores será determinado como o menor entre (i) 100% e (ii) a razão entre (1) o Patrimônio Líquido e (2) o valor agregado dos produtos entre (x) o Valor Unitário de Referência referente à cada série de Quotas Senior e (y) o número de Quotas Seniores da série, consideradas no cálculo de tal valor agregado todas as séries de Quotas Seniores em circulação.

“Fator de Ajuste Mezanino” das Quotas Subordinadas Mezanino será determinado como o menor entre (i) 100% e (ii) a razão entre (1) a diferença entre (A) o Patrimônio Líquido e (B) o valor agregado das Quotas Seniores em circulação, e (2) o produto entre (x) o Valor Unitário de Referência referente às Quotas Subordinadas Mezanino e (y) o número de Quotas Subordinadas Mezanino.

2. O montante máximo de amortização referente à remuneração de cada série de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em cada Data de Amortização será determinado como a diferença entre (x) o Valor Unitário de Referência Corrigido Antes da Amortização e (y) o Valor Principal de Referência, conforme vigente antes da amortização referente à Data de Amortização em questão (a “Meta de Amortização de Remuneração”).

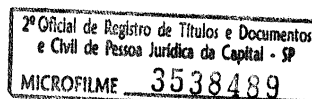
Para os fins deste item 2, o termo “Valor Principal de Referência” de cada série de Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas Mezanino será determinado conforme abaixo, sendo certo que,

69



para efeito deste cálculo, os demais termos definidos utilizados nesta definição, tais como Data de Emissão, Valor Unitário de Emissão, Meta de Rentabilidade, Data de Amortização e Valor Principal de Referência, serão os referentes à série ou classe em questão:

- a) na Data de Emissão, o Valor Principal de Referência será o Valor Unitário de Emissão referente à primeira Data de Emissão da série ou classe de Quotas, conforme disposto no respectivo Suplemento;
 - b) nas demais datas que não sejam uma Data de Amortização, o Valor Principal de Referência será mantido constante, isto é, será igual ao Valor Principal de Referência válido para o Dia Útil imediatamente anterior; e
 - c) em cada Data de Amortização, o Valor Principal de Referência será deduzido do montante de amortização de principal efetivamente pago por Quota em questão na Data de Amortização.
3. O montante de amortização de principal a ser alocado para cada série de Quotas Seniores e para as Quotas Subordinadas Mezanino, em cada Data de Amortização, será a diferença entre (i) o respectivo Valor Principal de Referência, conforme vigente antes da amortização referente à Data de Amortização, e (ii) o saldo de principal agendado para as Quotas após considerar o pagamento referente à Data de Amortização em questão, conforme especificado no respectivo Suplemento (tal diferença será denominada a “Meta de Amortização de Principal” referente à Data de Amortização da série ou classe de Quotas em questão).



ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO E DO TERMO DE CESSÃO

CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular:

(i) Como partes:

1. Cedente

NOME:
ENDEREÇO:
CIDADE:
CNPJ:
BAIRRO:
UF: CEP:

2. Cessionário

Nome: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da
Indústria Exodus I
CNPJ: 07.399.646/0001-32

3. Administradora

RAZÃO SOCIAL: Gradual Corretora De Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A
CNPJ: 33.918.160/0001-73
ENDEREÇO: Av. Juscelino Kubitschek, 50 – 5º, 6º e 7º andares
BAIRRO: ITAIM BIBI
CIDADE: SÃO PAULO
FAX: (11) 3074-1249
E-MAIL:
UF: SP CEP: 04543-001

4. Interveniante

RAZÃO SOCIAL: Nova SRM Administração de Recursos e
Finanças S.A. ("SRM")
CNPJ: 11.504.852/0001-32
ENDEREÇO: Alameda Cleveland, 509, 4º andar
BAIRRO: CAMPOS ELÍSEOS
CIDADE: SÃO PAULO
FAX: 33342120
E-MAIL:
UF: SP CEP: 01218-000

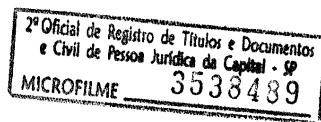
5. Devedor Solidário

NOME:
CPF/MF:
ENDEREÇO:
CIDADE:
UF: CEP:
FAX:
E-MAIL:

NOME:
CPF/MF:
ENDEREÇO:
CIDADE:
UF: CEP:
FAX:
E-MAIL:

NOME:
CPF/MF:
ENDEREÇO:
CIDADE:
UF: CEP:
FAX:
E-MAIL:

71



CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO

CONSIDERANDO QUE, o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Resolução CMN 2.907 e da Instrução CVM 356, cujo funcionamento encontra-se registrado na CVM; CONSIDERANDO QUE, a Cedente atua no seguinte ramo empresarial: [=] e por meio da exploração de suas atividades é capaz de originar direitos de crédito contra seus clientes (os "Devedores"), que podem ser representados por cheques, duplicatas e/ou notas promissórias (os "Direitos de Crédito");

CONSIDERANDO QUE, o Regulamento prevê emissões de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, e parte ou a totalidade dos recursos captados pelo Cessionário com as referidas emissões serão utilizados para a aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com a Política de Investimento prevista no Regulamento;

CONSIDERANDO QUE, o Cessionário considera adquirir Direitos de Crédito da Cedente; e

CONSIDERANDO QUE, o Cessionário contratou a SRM para a prestação de serviços de gestão da carteira de títulos e valores mobiliários, sendo responsável, dentre outras atividades, pela análise, seleção e cobrança de Direitos de Crédito para auxiliá-lo nas referidas atividades.

ISTO POSTO, resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças (o "Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

1.1 Os termos iniciados em letras maiúsculas e utilizados neste Contrato (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos neste Contrato, terão os significados que lhes são atribuídos no regulamento do Fundo, elaborado nos termos na Resolução CMN 2.907 e da Instrução CVM 356 (o "Regulamento").

CLÁUSULA II OBJETO E QUALIFICAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

2.1 Cada cessão de Direitos de Crédito nos termos do presente Contrato será realizada mediante a celebração de um Termo de Cessão (o "Termo de Cessão"), conforme modelo anexo a este Contrato (Anexo I).

2.1.1 Em cada Termo de Cessão deverá constar a relação dos Direitos de Crédito cedidos, identificados pelo seu valor nominal, data de vencimento, título representativo do Direito de Crédito, nome e Cadastro de Pessoa Física ("CPF/MF") ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") de cada Devedor.

2.2 Para cada cessão de Direitos de Crédito representados por títulos de crédito com a cláusula à ordem, além da celebração entre as Partes de um Termo de Cessão na forma prevista no item 2.1 acima, a Cedente deverá realizar o endosso pleno, em preto, de cada título de crédito em favor do Cessionário.

2.3 A realização de cada cessão de Direitos de Crédito prevista neste Contrato está sujeita ao cumprimento, cumulativamente, das seguintes condições precedentes: (a) análise e seleção prévia dos Direitos de Crédito pela SRM; (b) os Direitos de Crédito deverão atender aos Critérios de Elegibilidade e à Política de Investimentos, estabelecidos no Regulamento; e (c) existência de Disponibilidades pelo Cessionário.

2.4 Cada cessão de Direitos de Crédito nos termos do presente Contrato será realizada em caráter irrevogável e irrevogável, ficando o Cessionário automaticamente sub-rogado em todos os direitos, garantias, privilégios, preferências e prerrogativas conferidos aos Direitos de Crédito cedidos.

2.5 A Cedente responderá pela existência e correta formalização dos Direitos de Crédito e dos títulos a eles relativos, liquidez e certeza dos valores a eles referentes, e pela liquidação dos Direitos de Crédito na forma da Cláusula VIII abaixo.

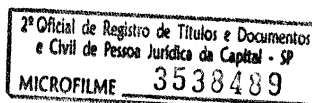
2.6 O presente Contrato não constitui obrigação ou promessa de cessão pela Cedente ou de aquisição pelo Cessionário de Direitos de Crédito, ficando cada cessão sujeita, além do atendimento às demais condições estabelecidas neste Contrato, à fixação de comum acordo pelo Cessionário e pela Cedente do respectivo Preço de Aquisição, conforme previsto na Cláusula IV abaixo.

CLÁUSULA III NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR

3.1 A Cedente se obriga a dar ciência aos respectivos Devedores de cada cessão realizada nos termos da Cláusula II acima, em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data do respectivo vencimento de cada Direito de Crédito, informando-lhes que os pagamentos deverão ser realizados exclusivamente ao Cessionário.

3.1.1 Sem prejuízo do previsto no item 3.1 acima, o Cessionário fica autorizado a notificar os Devedores, a qualquer tempo, das cessões realizadas nos termos deste Contrato.

3.2 Caso a Cedente receba quaisquer valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Cessionário, deverá transferir tais valores ao Cessionário no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como fiel depositária dos referidos valores até a sua efetiva



transferência ao Cessionário.

CLÁUSULA IV PAGAMENTO DA CESSÃO

4.1 Para cada uma das cessões realizadas nos termos da Cláusula II acima, o respectivo Termo de Cessão estabelecerá o valor a ser pago pelo Cessionário à Cedente (o "Preço de Aquisição"), a conta-corrente de titularidade da Cedente para depósito do pagamento e as demais condições de pagamento não previstas nesta Cláusula IV.

4.1.1 O Preço de Aquisição será integralmente pago à Cedente, em moeda corrente nacional, nos prazos e de acordo com as demais condições previstas no respectivo Termo de Cessão.

4.2 Serão considerados como recibos de quitação em favor do Cessionário de sua obrigação de pagamento prevista nesta Cláusula, os comprovantes de depósito, via transferência eletrônica de recursos ou outra forma autorizada pelo BACEN, do Preço de Aquisição na conta da Cedente, nada mais sendo devido pelo Cessionário à Cedente a esse título.

CLÁUSULA V DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

5.1 Observado o previsto neste Contrato, a Cedente deverá entregar em até 2 (dois) dias úteis da celebração de cada Termo de Cessão, toda a documentação necessária à comprovação dos Direitos de Créditos cedidos, que será composta: (i) das duplicatas originais em forma física ou eletrônica; (ii) das notas promissórias originais em forma física ou eletrônica; e (iii) dos cheques originais em forma física (os "Documentos Comprobatórios").

5.2 A Cedente se responsabiliza única e exclusivamente pela veracidade dos documentos fornecidos ao Cessionário, confirmando que só serão entregues títulos de crédito com a operação de compra e venda devidamente efetivada e legal com a respectiva entrega da mercadoria e/ou serviço realizado regularmente.

CLÁUSULA VI PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente Contrato vigorará por prazo indeterminado, a partir desta data, podendo ser resiliado pela Cedente ou pelo Cessionário mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias às demais Partes e à SRM, ficando certo que o Cessionário e o(s) Devedor(es) Solidário(es) permanecerão responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas nos termos deste Contrato até sua integral liquidação.

CLÁUSULA VII RESCISÃO

7.1 Sem prejuízo dos demais direitos do Cessionário previstos no presente Contrato, este Contrato poderá ser rescindido pelo Cessionário, mediante notificação por escrito para a Cedente e o Devedor Solidário, na ocorrência de quaisquer das hipóteses abaixo relacionadas: (a) descumprimento pela Cedente ou pelo Devedor Solidário de qualquer obrigação assumida nos termos do presente Contrato; (b) não apresentação ou aprovação das garantias previstas no subitem 9.4.1 abaixo; (c) início de procedimento de dissolução e/ou liquidação ou decretação de falência da Cedente ou do Devedor Solidário ou apresentação de pedido de aut falência por qualquer um deles; (d) homologação de processamento de recuperação judicial ou de plano de recuperação extrajudicial à Cedente ou ao Devedor Solidário, após a assinatura do presente Instrumento. No caso do Cedente e/ou Devedor Solidário já estiver em Recuperação Judicial no ato da assinatura deste Contrato, poderá o Cessionário considerá-lo rescindido no caso de Convolução da Recuperação Judicial em Falência.

7.2 Ocorrendo qualquer das hipóteses do item 7.1 acima, o Cessionário terá o direito de resolver todas as cessões de Direitos de Crédito que tenham sido realizadas nos termos deste Contrato, cujas respectivas obrigações dos Devedores, da Cedente e/ou do Devedor Solidário não tenham sido integralmente liquidadas, e exigir da Cedente e do Devedor Solidário a restituição, imediatamente, em moeda corrente nacional, do saldo correspondente à diferença entre o valor total do(s) Preço(s) de Aquisição recebido(s) pela Cedente e o valor equivalente aos Direitos de Crédito cedidos ao Cessionário que tenham sido efetivamente liquidados até a data da rescisão, devendo tais valores ser reajustados pela variação do IGPM até a data da rescisão. O saldo apurado conforme acima previsto será atualizado anualmente pela variação do IGPM, ou em menor periodicidade se admitido por lei, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, ou fração, desde a data da rescisão até a sua efetiva restituição ao Cessionário.

CLÁUSULA VIII COBRIGAÇÃO

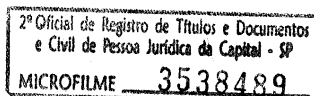
8.1 A Cedente se responsabiliza, solidariamente com os Devedores, nos termos do Artigo 296 do Código Civil, pela pontual e total liquidação de todos os Direitos de Crédito cedidos ao Cessionário nos termos deste Contrato, obrigando-se pelo pagamento do principal, juros, multas e demais encargos relativos a cada Direito de Crédito.

CLÁUSULA IX DEVEDOR SOLIDÁRIO

9.1 O Devedor Solidário neste ato se obriga, em caráter irrevogável e irretroatável, como devedor e principal pagador, garantindo em favor do Cessionário, o pontual e integral pagamento de todos os Direitos de Crédito cedidos nos termos deste Contrato, incluindo o principal, os encargos e os juros incidentes sobre tais Direitos de Crédito, quando e conforme devidos e exigidos.

9.2 A obrigação prevista nesta Cláusula IX constitui uma obrigação de pagamento, e não está sujeita, em quaisquer circunstâncias, a qualquer restrição, redução, limitação, extinção, impugnação, compensação, reconvenção ou benefício de divisão (todos os respectivos direitos são neste ato expressamente renunciados pelo Devedor Solidário).

73



9.3 Sem prejuízo da garantia de devedor solidário ora prestada e de todas as obrigações do Devedor Solidário, o Cessionário, por intermédio da SRM, poderá exigir do Devedor Solidário aval nos títulos de crédito sujeitos a tal garantia que representem Direitos de Crédito cedidos nos termos deste Contrato.

9.3.1 Cada aval dado pelo Devedor Solidário em favor do Cessionário, conforme previsto no item 9.3 acima, será válido até a integral liquidação do título de crédito em que o aval foi dado, incluindo o principal, os encargos e os juros incidentes sobre tais títulos de crédito.

9.4 Na hipótese de falecimento ou insolvabilidade do Devedor Solidário, a Cedente se compromete a substituí-lo, no prazo de 02 (dois) dias úteis, por pessoa idônea, que deverá ser aprovada pelo Cessionário por intermédio da SRM.

9.4.1 Na impossibilidade de substituição do Devedor Solidário, a Cedente deverá apresentar ao Cessionário, em até 5 (cinco) dias úteis do decurso do prazo previsto no item 9.4 acima, outras garantias, que sejam suficientes para assegurar o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato, sujeitas à aprovação do Cessionário por intermédio da SRM.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES DAS CEDENTES

10.1 A Cedente declara e garante ao Cessionário, neste ato, que: (a) o presente Contrato constitui obrigação lícita, válida e exequível em conformidade com seus termos contra a Cedente (observadas as leis de falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência, e leis similares aplicáveis que afetem direitos de credores de modo geral); (b) todos os Direitos de Crédito são de sua exclusiva titularidade, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão e o pleno exercício, pelo Cessionário, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito; (c) não utiliza trabalho escravo ou infantil; e (d) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

10.2 Em caso de ações judiciais propostas pelos Sacados dos títulos de crédito, a Cedente declara única e exclusivamente responsável por eventuais vícios redibitórios transcorridos na operação, eximindo a Cessionária de qualquer responsabilidade por eventuais danos causados a sacada e, consequentemente, indenizações, cobranças e custas processuais desta natureza.

10.3 A Cedente será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Cessionário decorrentes da inveracidade ou inexistência das declarações acima prestadas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

11.1 A Administradora, devidamente autorizada na forma do Regulamento, declara e garante, em nome do Fundo e, conforme o caso, devidamente autorizada na forma de seus atos constitutivos, em seu próprio nome, neste ato, que: (a) é uma instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo; (b) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; (c) a celebração deste Contrato e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes estão devidamente autorizados pelo Regulamento e/ou pelos atos constitutivos da Administradora, conforme o caso; e (d) o Cessionário é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, e esta validamente em funcionamento mediante o seu registro na CVM de acordo com a legislação e regulamentação em vigor.

11.2 A Administradora se obriga a obter e manter atualizadas todas as autorizações ou aprovações necessárias, nos termos da regulamentação aplicável, à constituição e ao funcionamento do Cessionário como um fundo de investimento em direitos creditórios.

11.3 As declarações aqui prestadas pela Administradora, em nome próprio e em nome do Fundo, subsistirão até a integral liquidação das obrigações da Cedente e da Administradora decorrentes deste Contrato.

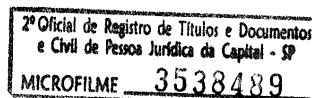
11.4 A administradora será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Cessionário decorrentes da inveracidade ou inexistência das declarações acima prestadas.

CLÁUSULA XII COBRANÇA

12.1 Sem prejuízo das obrigações da Cedente e do Devedor Solidário previstas nas Cláusulas VIII e IX deste Contrato, os Direitos de Crédito vencidos e não pagos poderão ser objeto de cobrança pelo Cessionário, por intermédio da SRM, de acordo com a Política de Cobrança estabelecida no Regulamento.

12.1.1 O Cessionário se compromete a interromper qualquer procedimento de cobrança que tenha iniciado contra qualquer Devedor, seja judicial ou extrajudicial, caso receba o pagamento integral do respectivo valor sujeito à cobrança, acrescido dos respectivos juros, multas e demais encargos.

CLÁUSULA XIII RECOMPRA E SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO



13.1 A Cedente poderá proceder à recompra ou à substituição dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Cessionário nos termos deste Contrato, estejam eles vencidos ou não, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis da solicitação pelo Cessionário, nas seguintes hipóteses: (a) caso o Devedor se recuse a efetuar o pagamento do Direito de Crédito na sua respectiva data de vencimento, em decorrência de qualquer vício, defeito, ou reclamação de qualquer outra natureza, no cumprimento pela Cedente de sua respectiva obrigação no contrato ou instrumento que tenha dado origem ao Direito de Crédito; (b) caso tenha ocorrido a alteração ou o cancelamento, total ou parcial, por qualquer motivo, da venda de mercadorias ou da prestação dos serviços no(s) contrato(s) que deram origem ao respectivo Direito de Crédito; (c) caso o Devedor tenha apresentado qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, do Direito de Crédito, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade da Cedente; ou (d) caso, por qualquer evento decorrente de caso fortuito ou força maior, o devedor se recuse a efetuar o pagamento do respectivo Direito de Crédito na sua respectiva data de vencimento.

13.2 O valor da recompra ou da substituição, conforme o caso, será estabelecido pelo Cessionário e pela SRM, com base na taxa utilizada para cálculo do deságio aplicado na aquisição dos respectivos Direitos de Crédito pelo Cessionário.

13.3 O Cessionário compromete-se a devolver à Cedente os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito que sejam objeto da recompra ou da substituição, em até 2 (dois) dias úteis da data do pagamento integral do valor da recompra ou da entrega dos Documentos Comprobatórios referentes ao Direito de Crédito substituído.

CLÁUSULA XIV COMUNICAÇÕES

14.1 Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos deste Contrato deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) se para a Cedente, utilizar as informações apresentadas no item 1 acima deste contrato.

b) se para o Cessionário:
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
At.: Fernanda Ferraz Braga de Lima
Telefone: (11) 3372-8334
Fax: (11) 3372-8386
e-mail: estruturados.atendimento@gradualinvestimentos.com.br

c) se para a Administradora:
Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
At.: Fernanda Ferraz Braga de Lima
Telefone: (11) 3372-8334
Fax: (11) 3372-8386
e-mail: estruturados.atendimento@gradualinvestimentos.com.br

14.2 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile, via e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica.

14.2.1 Para os fins do item 14.2 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

CLÁUSULA XV DISPOSIÇÕES FINAIS

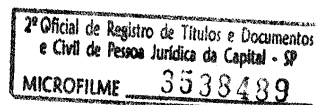
15.1 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado por todas as Partes.

15.2 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

15.3 Todos os Termos de Cessão celebrados nos termos deste Contrato constituirão parte integrante e inseparável do presente Contrato, para todos os fins.

15.4 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

15.5 O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.



15.6 É expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

15.7 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

15.8 As Partes reconhecem, desde já, que suas obrigações assumidas nos termos deste Contrato estão sujeitas à execução específica nos termos do artigo 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

15.8.1 Salvo se a obrigação estiver sujeita a prazo específico nos termos deste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado do recebimento, pela respectiva Parte, da notificação que constitui-la em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica, ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o § 5º do art. 461 do Código de Processo Civil.

15.8.2 As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada no subitem 15.8.1 acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

15.8.3 Todas as disposições contidas neste Contrato, que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Cessionário, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

15.9 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na Cidade de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

15.10 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

CLÁUSULA XVI FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, de de 20 .

Cedente

Por:
Cargo:

Cessionário

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios da
Indústria Exodus I
Por:
Cargo:

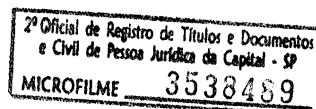
Administradora

Gradual Corretora De Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A
Por:
Cargo:

Interveniente

Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.
Por:

76



Cargo:

Devedor Solidário

Devedor Solidário

Devedor Solidário

Representante(s)

TESTEMUNHA(S)

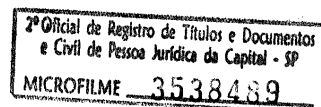
Nome: _____

CPF: ____-____-____

Nome: _____

CPF: ____-____-____

77



TERMO DE CESSÃO

Número:

Conforme Contrato Matriz: , Datado de [·]/[·]/20[·]

Pelo presente Termo de Cessão, a Cedente cede e transfere ao Cessionário os Direitos de Créditos abaixo identificados, nos termos do item 2.1.1 do Contrato de Cessão (termo abaixo definido), no valor de R\$ () de acordo com o Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Créditos e Outras Avenças, firmando em de 20 entre a Cedente, o Cessionário e a Administradora (o "Contrato de Cessão").

Pela presente cessão, o Cessionário pagará à Cedente o Preço de Aquisição previsto no quadro abaixo, mediante depósito na conta corrente identificada no referido quadro, nesta data, observadas as demais condições estabelecidas na Cláusula IV do Contrato de Cessão.

Forma	Valor	CNPJ Favorecido	Nome Favorecido
Bco Dest		Ag Favorecido	CC Favorecido

Não obstante o disposto no Contrato de Cessão, fica desde já certo e ajustado que:

- a definição de Direitos de Crédito no Contrato de Cessão passa a ser considerada como sendo direitos de crédito contra os Devedores que sejam representados por cheques e/ou duplicatas e/ou notas promissórias;
- a SRM foi contratada pelo Cessionário para a prestação de serviços de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, sendo responsável, dentre outras atividades, pela análise, seleção e cobrança de Direitos de Crédito para auxiliá-lo nas referidas atividades;
- os pagamentos a serem realizados pelos Devedores deverão ser efetuados exclusivamente ao Cessionário, e que da notificação constante da Cláusula 3.1 do Contrato de Cessão deverá constar expressamente tal informação; e
- os Documentos Comprobatórios deverão ser: (i) as duplicatas originais em forma física ou eletrônica; (ii) as notas promissórias originais em forma física ou eletrônica; e (iii) os cheques originais em forma física.

Com relação aos Direitos de Crédito cedidos ao Cessionário a partir de 30 de novembro de 2013:

- a Cedente declara que não utiliza trabalho escravo e infantil; e que possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais; e
- a SRM atesta à Administradora e ao custodiante do Cessionário que o Direito de Crédito adquirido pelo Cessionário atende à política de análise e seleção de direitos creditórios descrita no Anexo IV do Regulamento e à Política de Investimento descrita no Regulamento.

Os termos utilizados neste Termo de Cessão, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão.

Este Termo de Cessão é parte integrante do Contrato de Cessão para todos os fins e efeitos.

São Paulo/SP, de de 20.

Cedente

(EMPRESA)
(CNPJ)
(ENDEREÇO)
Por:
Cargo:

Cessionário

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
da Indústria Exodus I - CNPJ: 07.399.646/0001-32
Administrado pela Gradual Corretora De Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários S.A. - CNPJ:
33.918.160/0001-73

Por:
Cargo:

Interveniente/SRM

Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A. -
11.504.852/0001-32 - Alameda Cleveland, 509, 4º andar, Campos
Eliseos

Por:
Cargo:

Devedor Solidário

(NOME)
(CNPJ/CPF)
(ENDEREÇO)

(NOME)
(CNPJ/CPF)
(ENDEREÇO)

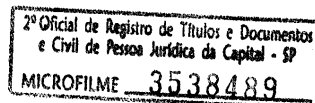
TESTEMUNHA(S)

Nome:
CPF: - - - - -

Nome:
CPF: - - - - -

SP - 6842530v2

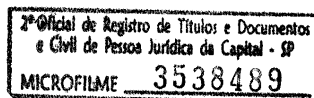
78



ANEXO I

Nro. Doc.	Sacado	Venc.	Valor

79



ANEXO II

Atas das Assembleias Gerais do Fundo realizadas em 09 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA
EXODUS I**

CNPJ/MF nº 07.399.646/0001-32

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS DO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA EXODUS I**

REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2013

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 09 dias do mês de setembro de 2013, às 10:30h, em segunda convocação, na sede social da GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 50, 5º, 6º e 7º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 (“Administradora”).
2. **CONVOCAÇÃO:** A presente Assembleia Geral de Quotistas foi convocada em 27 de agosto de 2013, por meio de publicação no jornal DCI conforme disposto nos artigos 74 do Regulamento do Fundo.
3. **PRESEÇA:** Compareceram os quotistas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (“Fundo”), representando 100% (cem por cento das Quotas Subordinadas Junior em circulação, cujas assinaturas encontram-se apostas na Lista de Presença de Cotistas, e a Administradora representada por sua diretora estatutária, a Sra. Fernanda Ferraz Braga de Lima.
4. **MESA:** Presidente: Sr. Francisco Augusto Tertuliano, Secretário: Sr. Leonardo Almeida Tertuliano.

ORDEM DO DIA: (i) Deliberar sobre todas as alterações necessárias ao regulamento do Fundo (“Regulamento”) para compatibilizar o Fundo com a Instrução CVM nº 531, de 6 de fevereiro de 2013, que alterou a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada; (ii) Deliberar sobre as atribuições da Administradora, suas responsabilidades e vedações; (iii) Deliberar sobre os deveres, obrigações e responsabilidades do Custodiante; (iv) Deliberar sobre a alteração da metodologia de verificação do lastro dos Direitos de Crédito; (v) Deliberar sobre a possibilidade da contratação, pelo Custodiante, de empresa especializada para realizar o armazenamento e guarda dos Documentos Comprobatórios; (vi) Deliberar sobre os deveres, obrigações e responsabilidades da Gestora; (vii) Deliberar sobre alterações à Política de Investimento do Fundo; (viii) Deliberar sobre a contratação pelo Fundo



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes ou Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes para que exerça a verificação mensal do cumprimento, pela Gestora, da Política de Investimento do Fundo; (ix) Deliberar sobre a alteração da taxa mínima de cessão dos Direitos de Crédito; (x) Deliberar sobre a exclusão das Condições de Cessão; (xi) Deliberar sobre a alteração dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo; (xii) Deliberar sobre a inclusão e alteração de fatores de risco; (xiii) Deliberar sobre a alteração e/ou inclusão de encargos do Fundo; (xiv) Deliberar sobre alterações às características e aos procedimentos de emissão e resgate das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Júnior (em conjunto, "Quotas"); (xv) Deliberar sobre a alteração à metodologia de cálculo do valor unitário das Quotas; (xvi) Deliberar sobre a unificação das Quotas Subordinadas Mezanino em uma única classe; (xvii) Deliberar sobre a criação de uma reserva de amortização das Quotas Seniores e uma reserva de amortização das Quotas Subordinadas Mezanino; (xviii) Deliberar sobre a alteração do Índice de Liquidez e do Excesso de Cobertura; (xix) Deliberar sobre a alteração da metodologia de provisionamento de perdas do Fundo; (xx) Deliberar sobre a inclusão de relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o somatório do valor das Quotas Seniores em circulação; (xxi) Deliberar sobre a inclusão de relação entre (a) o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior e (b) a soma dos valores agregados das Quotas Subordinadas Júnior e das Quotas Subordinadas Mezanino; (xxii) Deliberar sobre alterações e inclusões de Eventos de Avaliação; (xxiii) Deliberar sobre alterações no procedimento de liquidação do Fundo; (xxiv) Deliberar sobre alterações na ordem de alocação de recursos do Fundo; (xxv) Deliberar sobre a inclusão de competência na Assembleia Geral de Quotistas; (xxvi) Deliberar sobre a alteração do quorum de instalação da Assembleia Geral de Quotistas; (xxvii) Deliberar sobre a alteração do quorum de aprovação das matérias em Assembleia Geral de Quotistas; (xxviii) Deliberar sobre a inclusão de disposição para a eleição de representante de condôminos; (xxix) Deliberar sobre a abertura de contas de titularidade do Fundo e/ou alteração de suas características; (xxx) Deliberar sobre a alteração da definição de Documentos Comprobatórios do Fundo; (xxxi) Deliberar sobre a alteração da Política de Cobrança do Fundo; (xxxii) Deliberar sobre a alteração da Política de Concessão de Crédito do Fundo; (xxxiii) Deliberar sobre a inclusão de anexo ao Regulamento com os critérios e procedimentos para valorização das Quotas; (xxxiv) Deliberar sobre a inclusão de anexo ao Regulamento com as minutas do contrato de cessão e do termo de cessão; (xxxv) Deliberar, no caso de aprovação das matérias dispostas nos itens acima, sobre as demais alterações e adaptações que sejam necessárias ao Regulamento do Fundo e aos demais documentos do Fundo; (xxxvi) Deliberar sobre a Administradora e os demais prestadores de serviços do Fundo procederem com todas as providências necessárias ao aditamento e/ou à celebração de contratos destinados à compatibilização do Fundo às deliberações tomadas nesta Assembleia Geral de Quotistas; (xxxvii) Deliberar sobre a emissão de nova série de Quotas Seniores; (xxxviii) Deliberar sobre a emissão de Quotas Subordinadas Mezanino; e (xxxix) Deliberar sobre outros assuntos relativos aos interesses dos quotistas do Fundo.



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

5. DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os quotistas presentes, por unanimidade, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram:

- (i) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, todas as alterações necessárias ao Regulamento para compatibilizar o Fundo à Instrução CVM nº 531, de 6 de fevereiro de 2013, que alterou a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
- (ii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, as alterações às atribuições da Administradora quanto a suas responsabilidades e vedações;
- (iii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, as alterações aos deveres, obrigações e responsabilidades do Custodiante para refletir as alterações impostas pela Instrução CVM nº 531, de 6 de fevereiro de 2013;
- (iv) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração da metodologia de verificação do lastro dos Direitos de Crédito;
- (v) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a possibilidade da contratação, pelo Custodiante, de empresa especializada para realizar o armazenamento e guarda dos Documentos Comprobatórios, desde que não seja o originador dos Direitos de Crédito, o Cedente ou a Gestora;
- (vi) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, as alterações às atribuições da Gestora, que, dentre outras alterações, deixará de realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios;
- (vii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, as alterações à Política de Investimento do Fundo, que passam a melhor definir as características dos Direitos de Crédito e os limites de concentração e diversificação;
- (viii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a previsão de contratação pelo Fundo da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes ou Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes para que exerça a verificação mensal do cumprimento, pela Gestora, da Política de Investimento do Fundo;
- (ix) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração da taxa mínima de cessão dos Direitos de Crédito, que passa a ser (i) de 150% (cento e cinquenta) por cento da Taxa DI apurada e divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento, ou (ii) conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior:

$$\frac{\left(\sum_{n=1}^{\text{NúmeroSérieSenior}} QQS_n * VRQS_n * RAQS_n \right) + QQM * VRQM * RAQM}{\left(\sum_{n=1}^{\text{NúmeroSérieSenior}} QQS_n * VRQS_n \right) + QQM * VRQM} + CT / PL + 3\%$$

QQSn: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série "n";



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

VRQSn: Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores em circulação da série "n";
RAQSn: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série "n";
Número Séries Seniores: número de séries de Quotas Seniores em circulação;
QQM: Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
VRQM: Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e
CT: Taxa de Administração do Fundo, ambos em bases anualizadas.

- (x) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a exclusão das Condições de Cessão;
- (xi) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo;
- (xii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a inclusão e alteração de fatores de risco;
- (xiii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração e inclusão de encargos do Fundo para refletir as demais deliberações tomadas nesta Assembleia e exigidas pela regulamentação vigente;
- (xiv) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, alterações às características e aos procedimentos de emissão e resgate das Quotas;
- (xv) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração à metodologia de cálculo do valor unitário das Quotas;
- (xvi) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a unificação das Quotas Subordinadas Mezanino em uma única classe;
- (xvii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a criação de uma reserva de amortização das Quotas Seniores e uma reserva de amortização das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (xviii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração do Índice de Liquidez da carteira e do Excesso de Cobertura;
- (xix) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração da metodologia de provisionamento de perdas do Fundo;
- (xx) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a inclusão de Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o somatório do valor das Quotas Seniores em circulação, que será de 125% (cento e vinte e cinco por cento);
- (xxi) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a inclusão de relação entre (i) o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior e (ii) a soma dos valores agregados das Quotas Subordinadas Júnior e das Quotas Subordinadas Mezanino, que deverá ser igual ou superior a 62,5% (sessenta e dois vírgula cinco por cento);
- (xxii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata,



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

alterações e inclusões de Eventos de Avaliação do Fundo;

- (xxiii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, alterações no procedimento de liquidação do Fundo;
- (xxiv) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, alterações na ordem de alocação de recursos do Fundo;
- (xxv) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a inclusão de competência na Assembleia Geral de Quotistas em relação à substituição do Verificador da Política de Investimento;
- (xxvi) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração do quorum de instalação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (xxvii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a alteração do quorum de aprovação das matérias em Assembleia Geral de Quotistas;
- (xxviii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a inclusão de disposição para a eleição de representante de condôminos para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo;
- (xxix) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a abertura ou alteração das características, conforme o caso, da Conta de Arrecadação, da Conta de Cobrança e da Conta do Fundo;
- (xxx) Aprovar a alteração da definição de Documentos Comprobatórios do Fundo, que passam a compreender (i) as duplicatas originais em forma física ou eletrônica; (ii) as notas promissórias originais em forma física ou eletrônica; e (iii) os cheques originais em forma física;
- (xxxi) Aprovar a alteração da Política de Cobrança do Fundo na forma do Anexo III ao Regulamento constante do Anexo I à presente ata;
- (xxxii) Aprovar a alteração da Política de Concessão de Crédito do Fundo na forma do Anexo IV ao Regulamento constante do Anexo I à presente ata;
- (xxxiii) Aprovar, em razão da decisão tomada em relação ao item (xv) acima, a inclusão do Anexo V ao Regulamento constante do Anexo I à presente ata, que contém os critérios e procedimentos para valorização das Quotas;
- (xxxiv) Aprovar a inclusão do Anexo VI ao Regulamento constante do Anexo I à presente ata com as minutas do contrato de cessão e do termo de cessão;
- (xxxv) Aprovar a alteração do Regulamento do Fundo para fazer constar todas as deliberações acima aprovadas pelos quotistas, bem como outras alterações do Regulamento do Fundo de forma a atualizá-lo e a melhorar a sua redação do ponto de vista da clareza, correção gramatical, padronização, organização e enumeração, o qual consta do Anexo I à presente na sua forma consolidada;
- (xxxvi) Aprovar que a Administradora e os demais prestadores de serviços do Fundo



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

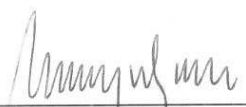
 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

procedam com todas as providências necessárias ao aditamento e/ou à celebração de contratos destinados à compatibilização do Fundo às deliberações tomadas nesta Assembleia Geral de Quotistas;

- (xxxvii) Aprovar, nos termos do Artigo 35 do Regulamento do Fundo, a distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, da 14ª Série de Quotas Seniores do Fundo, cujas características estão estabelecidas no Suplemento da 14ª Série constante do Anexo II à presente ata ("Distribuição de Quotas Seniores da 14ª Série");
- (xxxviii) Aprovar, nos termos do Artigo 37 do Regulamento do Fundo, a distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, das Quotas Subordinadas Mezanino, em regime de melhores esforços de colocação, cujas características estão estabelecidas no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino constante do Anexo III à presente ata ("Distribuição de Quotas Subordinadas Mezanino"); e
- (xxxix) Aprovar a contratação pela Administradora, em nome do Fundo, de coordenadores para a Distribuição de Quotas Seniores da 14ª Série e para a Distribuição de Quotas Subordinadas Mezanino, caso aplicável, em regime de melhores esforços de colocação, mediante a celebração de contrato de distribuição.

6. ENCERRAMENTO: Em razão do disposto acima, os quotistas desde logo autorizam a Administradora do Fundo a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas acima. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

São Paulo, 09 de setembro de 2013.


Francisco Augusto Tertuliano
Presidente


Leonardo Almeida Tertuliano
Secretário

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77
Rua Senador Paulo Egidio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 7.829,02 Protocolado e prenotado sob o n. **3.536.631** em
Estado R\$ 2.225,10 **11/09/2013** e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 1.648,22 sob o n. **3.536.629**, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 412,05 Averbado à margem do registro n. **3483301**
T. Justiça R\$ 412,05 São Paulo, 11 de setembro de 2013
Total R\$ 12.526,44
Selos e taxas
Recolhidos
p/verba
Gentil Domingues dos Santos - Oficial
Douglas Soares Saugo - Escrevente Autorizado

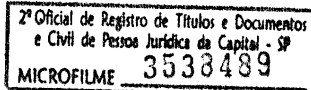


Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 - 7º Andar
Itaim Bibi - São Paulo - SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA
INDÚSTRIA – EXODUS I**

CNPJ/MF nº 07.399.646/0001-32



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE QUOTISTAS DO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA– EXODUS I**

REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2013

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 30 dias do mês de setembro de 2013, às 10:30h, em segunda convocação, na sede social da GRADUAL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 50, 5º, 6º e 7º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73 (“Administradora”).
2. **CONVOCAÇÃO:** A presente Assembleia Geral de Quotistas foi convocada em 19 de setembro de 2013, por meio de publicação no jornal DCI e envio de correio eletrônico aos Quotistas, conforme disposto no artigo 74 do regulamento do Fundo (“Regulamento”).
3. **PRESEÇA:** Compareceram os Quotistas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (“Fundo”) representando 100% (cem por cento das Quotas Subordinadas Junior em circulação, cujas assinaturas encontram-se apostas na Lista de Presença de Cotistas, e a Administradora representada por sua diretora estatutária, a Sra. Fernanda Ferraz Braga de Lima.
4. **MESA:** Presidente: Sr. Francisco Augusto Tertuliano, Secretário: Sr. Leonardo Almeida Tertuliano.
5. **ORDEM DO DIA:** (i) Deliberar sobre a distribuição parcial, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), da 14ª Série de Quotas Seniores do Fundo; (ii) Deliberar sobre a alteração das disposições referentes ao Excesso de Cobertura e à Relação Subordinada; (iii) Deliberar sobre a alteração das disposições referentes aos procedimentos de amortização extraordinária de Quotas Subordinadas Júnior; (iv) Deliberar sobre a inclusão de novo Evento de Avaliação; (v) Deliberar, no caso de aprovação das matérias dispostas nos itens acima, sobre as demais alterações e adaptações que sejam necessárias ao Regulamento do Fundo e aos demais documentos do Fundo; e (vi) Deliberar sobre outros assuntos relativos aos interesses dos Quotistas do Fundo.

A handwritten signature in black ink, followed by a circular stamp. The stamp contains the word "DEPARTAMENTO" at the top and "REGISTRO" at the bottom, with a central emblem.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

6. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Foram deliberadas as seguintes matérias, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, (a) pela unanimidade dos Quotistas presentes à Assembleia Geral, nos termos do inciso "i" do Parágrafo 2º do Artigo 76 do Regulamento; e (b) pelos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Júnior em circulação, tendo em vista que não há Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, nos termos do inciso "ii" do Parágrafo 2º e do Parágrafo 3º do Artigo 76 do Regulamento:

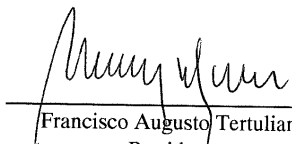
- (i) Aprovar, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução da CVM 400, a distribuição parcial das Quotas Seniores da 14ª Série, no âmbito da oferta de Quotas Seniores da 14ª Série aprovada na Assembleia Geral de Quotistas do Fundo de 09 de setembro de 2013 ("Oferta"), sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 500 (quinhentas) Quotas Seniores da 14ª Série, perfazendo o montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas Seniores da 14ª Série que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de distribuição das Quotas Seniores da 14ª Série serão canceladas pela Administradora. Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas Seniores da 14ª Série, a Oferta das Quotas Seniores da 14ª Série será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do aviso ao mercado e do anúncio de início da Oferta. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção;
- (ii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a exclusão das relações denominadas Excesso de Cobertura e Relação Subordinada e a criação da Relação Subordinada Júnior, que corresponde à relação mínima admitida entre o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior em circulação e o Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iii) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, alteração nas disposições referentes aos procedimentos de amortização extraordinária de Quotas Subordinadas Júnior;
- (iv) Aprovar, nos termos do Regulamento constante do Anexo I à presente ata, a inclusão como um Evento de Avaliação do Fundo a ocorrência de amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas Júnior em desacordo com o artigo 53 do Regulamento;
- (v) Aprovar a alteração do Regulamento do Fundo para fazer constar todas as deliberações acima aprovadas pelos Quotistas, bem como outras alterações do Regulamento do Fundo de forma a atualizá-lo e a melhorar a sua redação do ponto de vista da clareza, correção gramatical, padronização, organização e enumeração, o qual consta do Anexo I à presente na sua forma consolidada; e

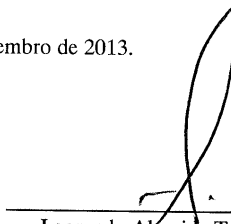


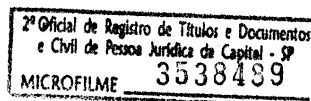
- (vi) Aprovar que a Administradora e os demais prestadores de serviços do Fundo procedam com todas as providências necessárias ao aditamento e/ou à celebração de contratos destinados à compatibilização do Fundo às deliberações tomadas nesta Assembleia Geral de Quotistas.

7. **ENCERRAMENTO:** Em razão do disposto acima, os Quotistas desde logo autorizam a Administradora do Fundo a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas acima. Nada mais havendo a tratar, ~~foi~~ encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada.

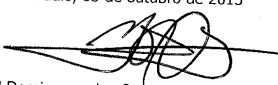
São Paulo, 30 de setembro de 2013.


Francisco Augusto Tertuliano
Presidente


Leonardo Almeida Tertuliano
Secretário



2º
2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77
Rua Senador Paulo Egidio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 344,96 Protocolado e prenotado sob o n. **3.538.491** em
Estado R\$ 97,81 **03/10/2013** e registrado, hoje, em microfilme
Ipsesp R\$ 72,85 sob o n. **3.538.489**, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 18,42 Averbado à margem do registro n. **3536629**
T. Justiça R\$ 18,42 São Paulo, 03 de outubro de 2013
Total R\$ 552,46
Selos e taxas
Recolhidos
p/verba


Gentil Domingues dos Santos - Oficial
Marcelo S. Espedito - Escrevente Autorizado



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III

Suplemento da 14ª Série de Quotas Seniores do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**
CNPJ/MF nº 33.918.160/0001-73

Pelo presente instrumento particular, a **GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 5º, 6º e 7º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.918.160/0001-73, na qualidade de administradora ("Administradora") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I** ("Fundo"), fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.399.646/0001-32, com seu regulamento datado de 30 de setembro de 2013, registrado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 03 de outubro de 2013, sob o nº 3.538.489, neste ato representada de acordo com seu Estatuto Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, resolve ratificar a meta de rentabilidade prioritária ("Meta de Rentabilidade") da emissão da 14ª série de quotas seniores do Fundo ("14ª Série" e "Quotas Seniores", respectivamente), que foi fixada após procedimento de *bookbuilding*, por meio da coleta de intenções de investimento realizada pelos distribuidores das Quotas Seniores da 14ª Série junto a possíveis investidores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, encerrado em 12 de dezembro de 2013 ("Procedimento de Bookbuilding"). Após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da 14ª Série foi estabelecida como a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extragrupo) apuradas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página na Internet (www.cetip.com.br), expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (ii) acrescida de *spread* de 3% (três por cento) ao ano. Diante da fixação da Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da 14ª Série, o suplemento das Quotas Seniores da 14ª Série do Fundo, devidamente consolidado, passa a vigorar conforme Anexo I ao presente instrumento.

Sendo assim, a Administradora assina este instrumento de deliberação em 2 (duas) vias com o mesmo teor e para um único propósito e efeito.

São Paulo, 13 de dezembro de 2013

x *Gizela Moreira*

**GRADUAL CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.**

Por: Gizela Vicente Moreira	Por: Ademir Silva Oliveira
Cargo: Diretora	Cargo: CPF: 131.093.788-50



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

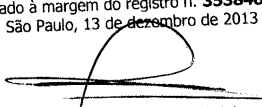
 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

2^o

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP
Emol. R\$ 30,79 Protocolado e prenotado sob o n. **3.544.732** em
Estado R\$ 8,76 **13/12/2013** e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp R\$ 6,49 sob o n. **3.544.730**, em títulos e documentos.
R. Civil R\$ 1,63 Averbado à margem do registro n. **3538489**
T. Justiça R\$ 1,63 São Paulo, 13 de dezembro de 2013

Total R\$ 49,30

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba


Gentil Domingues dos Santos - Oficial
Douglas Soares Saugo - Escrevente Autorizado

ANEXO I



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

SUPLEMENTO DA 14ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO

14ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I

CNPJ nº 07.399.646/0001-32

Suplemento da 14ª série (“14ª Série”) de quotas seniores (“Quotas Seniores”) de emissão, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I (“Fundo”), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, que terá as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série: até 1.000 (um mil) Quotas Seniores da 14ª Série. Havendo excesso de demanda pelas Quotas Seniores da 14ª Série, a Administradora poderá fazer uso da faculdade prevista no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 e distribuir um volume adicional de até 20% (vinte por cento) da quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série, ou seja, até 200 (duzentas) Quotas Seniores da 14ª Série. Além disso, o coordenador líder poderá também, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, distribuir um lote suplementar de Quotas Seniores da 14ª Série, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Seniores da 14ª Série inicialmente ofertada, ou seja, até 150 (cento e cinquenta) Quotas Seniores da 14ª Série.
- b) Valor Unitário de Emissão: R\$100.000,00 (cem mil reais).
- c) Data de Emissão: data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 14ª Série.
- d) Período de Carência: 33 (trinta e três) meses a contar da Data de Emissão.
- e) Amortizações Programadas: desde a Data de Emissão até o término do Período de Carência, as Quotas Seniores serão amortizadas trimestralmente, em valor correspondente aos rendimentos obtidos nos respectivos períodos com base na Meta de Rentabilidade (amortização relativa apenas à remuneração), sendo certo que a primeira Amortização Programada ocorrerá no 3º (terceiro) mês após a Data de Emissão. A partir do 34º (trigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, serão realizadas 6 (seis) Amortizações Programadas, com periodicidade mensal, cada uma correspondente à somatória (i) dos rendimentos obtidos nos respectivos períodos com base na Meta de Rentabilidade (amortização relativa à remuneração), e (ii) de 1/6 (um sexto) do Valor Unitário de Emissão (amortização relativa ao principal).

As Amortizações Programadas das Quotas Seniores da 14ª Série serão realizadas no dia 10 (dez) dos respectivos meses de amortização.



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

Caso uma Data de Amortização não seja um Dia Útil, o pagamento da respectiva Amortização Programada será realizado no Dia Útil subsequente.

f) Data de Resgate Programada: dia 10 (dez) do 39º (trigésimo nono) mês a contar da data da primeira integralização de Quotas Seniores desta 14ª Série.

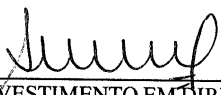
Caso a Data de Resgate Programada não seja um Dia Útil, o pagamento do respectivo Resgate Programado será realizado no Dia Útil subsequente; e


g) Meta de Rentabilidade: a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da 14ª Série será equivalente (i) à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extragrupo) apuradas e divulgadas diariamente pela CETIP em sua página na Internet (www.cetip.com.br), expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, (ii) acrescida de *spread* de 3% (três por cento) ao ano. A Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da 14ª Série foi fixada após procedimento de *bookbuilding*, por meio da coleta de intenções de investimento realizado pelos distribuidores das Quotas Seniores da 14ª Série junto a possíveis investidores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, encerrado em 12 de dezembro de 2013.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

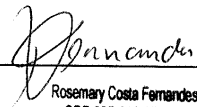
São Paulo, 13 de dezembro de 2013.

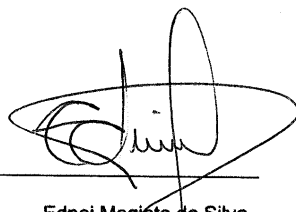
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS DA INDÚSTRIA - EXODUS I

Por: 
Carga: Sandra Gomes Novais
CPF: 151.510.868-63
RG: 18.859.751


Ademir Silva Oliveira
CPF: 131.093.788-50

Testemunhas:

1. 
Nome: Rosemary Costa Fernandes
RG: CPF 087.613.678-18
C.P.F.: RG 18.060.083-7

2. 
Nome: Ednei Megiato da Silva
RG: CPF 282.470.088-23
C.P.F.: RG 27.104.432-9



Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466

 **GRADUAL**
INVESTIMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Súmula de Classificação de Risco da 14ª Série de Quotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 17 de dezembro de 2013

Comunicado à Imprensa

S&P realiza diversas ações de rating no FIDC Exodus I

Analista principal: Hebertt Soares, São Paulo, 55 (11) 3039-9742, hebertt.soares@standardandpoors.com

Contato analítico adicional: Leandro de Albuquerque, São Paulo, 55 (11) 3039-9729, leandro.albuquerque@standardandpoors.com

Líder do comitê de rating: Sol Ventura, Buenos Aires, 54 (11) 4891-2114, sol.ventura@standardandpoors.com

Resumo

- O FIDC Exodus I é um condomínio fechado com vencimento final indeterminado, cuja carteira é composta por recebíveis comerciais performados.
- Atribuímos o rating final 'brAA (sf)' à 14ª série de cotas seniores. Ao mesmo tempo, retiramos, a pedido do emissor, o rating preliminar 'brBBB (sf)' atribuído à 2ª classe de cotas mezanino do FIDC Exodus I, uma vez que a classe não será emitida.
- A atribuição do rating final reflete o recebimento dos documentos finais e nossa avaliação sobre diversos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo a adequação entre as estimativas de perda em um cenário consistente com os ratings propostos e a proteção de crédito disponível para cada instrumento.

Ações de Rating

São Paulo, 17 de dezembro de 2013 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating final 'brAA (sf)', em sua Escala Nacional Brasil, à 14ª série de cotas seniores, emitida pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (FIDC Exodus I). Ao mesmo tempo, a pedido do emissor, retiramos o rating preliminar 'brBBB (sf)' atribuído à 2ª classe de cotas mezanino, uma vez que a classe não será emitida. A atribuição do rating final segue-se ao recebimento da documentação final da operação.

O FIDC Exodus I é um condomínio fechado com vencimento final indeterminado, cuja carteira é composta por recebíveis comerciais performados representados por duplicatas e cheques originados de contratos de compra e venda e/ou prestação de serviço de operações realizadas nos segmentos industrial, comercial, e de prestação de serviços, entre outros, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão definidas no regulamento do FIDC.

A 14ª série de cotas seniores busca uma rentabilidade-alvo equivalente à Taxa DI over acrescida de um spread de 3,0% ao ano, conta com pagamentos trimestrais de juros e amortização do principal em seis parcelas após um período de carência de 30 meses.

Fundamentos

A atribuição do rating final reflete o recebimento da documentação final da operação, bem como nossa avaliação sobre:

1. **Análise de crédito:** A adequação entre o nível mínimo de subordinação disponível para a série de cotas e as estimativas de perdas dimensionadas pelas reservas mínima e dinâmica, como especificado na nossa metodologia para análise de operações lastreadas por recebíveis comerciais (ver tabela 1). Adicionalmente, quando comparados com a maioria das outras obrigações de um determinado devedor, a Standard & Poor's considera os recebíveis comerciais como um ativo de risco relativamente baixo, dada sua natureza de curto prazo e o mecanismo de reestruturação consensual no caso de falência.

Tabela 1 - Resumo do Cálculo da Proteção de Crédito

Instrumento	Rating-alvo	Reserva Dinâmica (1)	Reserva Mínima (2)	Subordinação Necessária	Subordinação Disponível
Cotas Seniores	brAA	17,9%	20%	20%	20%

(1) A Reserva Dinâmica é um cálculo que incorpora o desempenho histórico dos direitos creditórios e um fator de estresse baseado no rating-alvo, no prazo médio dos recebíveis e na avaliação qualitativa dos processos do originador ou selecionador dos créditos.

(2) A Reserva Mínima é um teste de exposição à concentração como proteção contra a probabilidade de que, durante a amortização, um dado número de devedores não honre o pagamento de suas obrigações, o que reduziria o fluxo de caixa para o FIDC.

2. **Mecanismos estruturais:** Avaliamos os mecanismos de fluxos de caixa e estruturais da transação. Além da subordinação de cotas, a transação contará com excesso de spread proporcionado por uma taxa de desconto na aquisição dos recebíveis; reservas de liquidez e de pagamentos; e, gatilhos associados a desempenho dos ativos.
3. **Risco de Contraparte:** O FIDC Exodus I está exposto ao risco de contraparte do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão como provedor da conta bancária da transação. Em nossa visão, o Deutsche Bank possui uma qualidade de crédito consistente com o rating atribuído às cotas seniores do FIDC.
4. **Risco Legal:** O FIDC Exodus I atende aos critérios da Standard & Poor's quanto ao isolamento da insolvência dos participantes e quanto à transferência dos ativos. Os cedentes do FIDC poderão ceder a titularidade, os direitos e os interesses sobre os direitos creditórios cedidos, com coobrigação dos cedentes. Por essa razão, nossa análise considera os riscos de crédito da transação relativos tanto aos sacados quanto aos cedentes (i.e. cálculo da reserva mínima).
5. **Risco Operacional:** O rating incorpora a capacidade do administrador (Gradual CCTVM S.A.), do gestor (Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.) e do custodiante do FIDC (Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão) de cumprir as obrigações que lhes foram designadas nos documentos da operação. Em especial, incorporamos nossa avaliação sobre os processos da Nova SRM de originação, seleção e acompanhamentos dos créditos que serão cedidos ao FIDC. Além disso, também avaliamos a possibilidade de substituição dos participantes, os possíveis efeitos sobre a capacidade de pagamento da transação após a falha do cumprimento de suas obrigações por um dos participantes, e os mecanismos de mitigação e correção disponíveis para evitar a ocorrência de erros ou limitar seus efeitos sobre a capacidade de pagamento da transação.
6. **Estabilidade do Rating:** Em nossa análise, consideramos o efeito de um estresse moderado nas variáveis econômicas e, em última instância, seu efeito sobre os ratings atribuídos. Analisamos cenários de alteração no índice de perda da operação em 10% e 20% e os resultados estão em linha com nosso critério de estabilidade de ratings. Dada a estrutura atual, a operação suportaria uma elevação do índice de perda para até 6,1%.

Resumo das Ações de Rating

Instrumento	De	Para	Montante* (em R\$ Milhões)	Vencimento Legal Final
14ª série de cotas seniores	brAA (sf) Preliminar	brAA (sf) Final	R\$ 135,0	36 meses após a data de emissão
2ª classe de cotas mezanino	brBBB (sf) Preliminar	Não Classificadas	R\$ 45,0	Abril de 2016

* Montante em circulação em 29 de novembro de 2013.

A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito da Standard & Poor's atende emissores, seguradores, terceiros, intermediários e investidores no mercado financeiro brasileiro para oferecer tanto ratings de crédito de dívida (que se aplicam a instrumentos específicos de dívida) quanto ratings de crédito de empresas (que se aplicam a um devedor). Os ratings de crédito na Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos de rating globais da Standard & Poor's com a adição do prefixo "br" para indicar "Brasil", e o foco da escala é o mercado financeiro brasileiro. A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito não é diretamente comparável à escala global da Standard & Poor's ou a nenhuma outra escala nacional utilizada pela Standard & Poor's ou por suas afiliadas,

refletindo sua estrutura única, desenvolvida exclusivamente para atender as necessidades do mercado financeiro brasileiro.

Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's

A Regra 17g-7 da *Securities And Exchange Commission* (SEC) exige que uma Organização Nacionalmente Reconhecida de Ratings Estatísticos (NRSRO, na sigla em inglês) inclua uma descrição das representações, garantias e mecanismos de execução disponíveis aos investidores e uma descrição de como estes se diferem das representações, garantias e mecanismos de aplicação em emissões de títulos similares, no caso de qualquer relatório que acompanhe um rating de crédito relacionado a um título lastreado por ativos como definido na Regra.

O Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's 17g-7 incluso neste relatório de rating está disponível em <http://standardandpoorsdisclosure-17g7.com>.

CRITÉRIOS E ARTIGOS RELACIONADOS

Critérios

- Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil, 18 de junho de 2009.
- Metodologia e Premissas da Estrutura de Risco de Contraparte, 25 de junho 2013.
- Critérios de investimento global para investimentos temporários em contas de transação, 31 de maio de 2012.
- Metodologia: Critérios de estabilidade de crédito, 3 de maio de 2010.
- Critérios de Metodologia Aplicados a Taxas, Despesas e Indenizações, 12 de julho de 2012.
- Critério de Isolamento de Ativos e de Sociedades de Propósitos Específico - Operações Estruturadas, 7 de maio de 2013.

Artigos

- Análise Global de Cenário e Sensibilidade Para Operações Estruturadas: Os Efeitos dos Cinco Principais Fatores Macroeconômicos, 4 de novembro de 2011.
- Análise de Cenário e Sensibilidade de Operações Estruturadas Latino-Americanas: Os Efeitos das Variáveis do Mercado Regional, 21 de junho de 2012.
- *Credit Conditions: Subdued Growth Is Increasing Downside Risks For Latin America*, 9 de agosto de 2013.

Instrumento	Data de Atribuição do Rating Inicial	Data da Alteração de Rating Anterior
13ª série de cotas seniores	24 de maio de 2011	19 de setembro de 2012
14ª série de cotas seniores	19 de setembro de 2013	7 de outubro de 2013
2ª classe de cotas mezanino	19 de setembro de 2013	7 de outubro de 2013

Informações regulatórias adicionais

Outros serviços fornecidos ao emissor

Não há outros serviços prestados a este emissor, clique [aqui](#) para mais informações.

Standard & Poor's não realiza due diligence em ativos subjacentes

Quando a Standard & Poor's Ratings Services atribuiu ratings a um instrumento de operações estruturadas, esta recebe informações sobre ativos subjacentes, as quais são fornecidas por terceiros que acreditamos tenham conhecimento dos fatos relevantes. Tais terceiros são

normalmente instituições financeiras que estruturaram a transação e/ou instituições que originaram os ativos ou estão vendendo os ativos aos emissores e/ou uma empresa de contabilidade reconhecida e/ou uma empresa de advocacia, cada qual agindo em nome da instituição financeira ou originador ou vendedor dos ativos. Além disso, a Standard & Poor's Ratings Services pode se apoiar em informações presentes nos prospectos de oferta das transações, emitidos de acordo com as leis de valores mobiliários da jurisdição relevante. Em alguns casos, a Standard & Poor's Ratings Services pode se apoiar em fatos gerais (tais como índices de inflação, taxas de juros dos bancos centrais, índices de *default*) que são de domínio público e produzidos por instituições privadas ou públicas. Em nenhuma circunstância a Standard & Poor's Ratings Services realiza qualquer processo de *due diligence* sobre ativos subjacentes. A Standard & Poor's Ratings Services também pode receber a garantia por parte da instituição que está estruturando a transação ou originando ou vendendo os ativos para o emissor, (a) o qual vai fornecer à Standard & Poor's Ratings Services todas as informações requisitadas pela Standard & Poor's Ratings Services de acordo com seus critérios publicados e outras informações relevantes para o rating de crédito e, se aplicável, para o monitoramento do rating de crédito, incluindo informações ou mudanças materiais das informações anteriormente fornecidas e (b) a informações fornecidas à Standard & Poor's Ratings Services relativas ao rating de crédito ou, se aplicável, ao monitoramento do rating de crédito, de que estas não contêm nenhuma afirmação falsa sobre um fato material e não omitem um fato material necessário para fazer tal afirmação, em vista das circunstâncias nas quais foram fornecidas, e não enganosa.

A precisão e completude das informações revisadas pela Standard & Poor's Ratings Services em conexão com sua análise, pode ter um efeito significativo nos resultados de tais análises. Embora a Standard & Poor's colete informações de fontes que acredita serem confiáveis, quaisquer imprecisões ou omissões nessas informações poderiam afetar significativamente a análise de crédito da Standard & Poor's Ratings Services, tanto positiva quanto negativamente.

Atributos e limitações do rating de crédito

A Standard & Poor's Ratings Services utiliza informações em suas análises de crédito provenientes de fontes consideradas confiáveis, incluindo aquelas fornecidas pelo emissor. A Standard & Poor's Ratings Services não realiza auditorias ou quaisquer processos de *due diligence* ou de verificação independente da informação recebida do emissor ou de terceiros em conexão com seus processos de rating de crédito ou de monitoramento dos ratings atribuídos. A Standard & Poor's Ratings Services não verifica a completude e a precisão das informações que recebe. A informação que nos é fornecida pode, de fato, conter imprecisões ou omissões que possam ser relevantes para a análise de crédito de rating.

Em conexão com a análise deste (s) rating (s) de crédito, a Standard & Poor's Ratings Services acredita que há informação suficiente e de qualidade satisfatória de maneira a permitir-lhe ter uma opinião de rating de crédito. A atribuição de um rating de crédito para um emissor ou emissão pela Standard & Poor's Ratings Services não deve ser vista como uma garantia da precisão, completude ou tempestividade da (i) informação na qual a Standard & Poor's se baseou em conexão com o rating de crédito ou (ii) dos resultados que possam ser obtidos por meio da utilização do rating de crédito ou de informações relacionadas.

Fontes de informação

Para atribuição e monitoramento de seus ratings a Standard & Poor's utiliza, de acordo com o tipo de emissor/emissão, informações recebidas dos emissores e/ou de seus agentes e conselheiros, inclusive, balanços financeiros auditados do Ano Fiscal, informações financeiras trimestrais, informações corporativas, prospectos e outros materiais oferecidos, informações históricas e projetadas recebidas durante as reuniões com a administração dos emissores, bem como os relatórios de análises dos aspectos econômico-financeiros (MD&A) e similares da entidade avaliada e/ou de sua matriz. Além disso, utilizamos informações de domínio público, incluindo informações publicadas pelos reguladores de valores mobiliários, do setor bancário, de seguros e ou outros reguladores, bolsas de valores, e outras fontes públicas, bem como de serviços de informações de mercado nacionais e internacionais.

Aviso de ratings ao emissor

O aviso da Standard & Poor's para os emissores em relação ao rating atribuído é abordado na política "[Aviso de Pré-Publicação aos Emissores](#)".

Frequência de revisão de atribuição de ratings

O monitoramento da Standard & Poor's de seus ratings de crédito é abordado em:

- Descrição Geral do Processo de Ratings de Crédito (seção de Revisão de Ratings de Crédito)
<http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245338484985>
- Política de Monitoramento
<http://www.standardandpoors.com/ratings/articles/pt/la/?articleType=PDF&assetID=1245319078197>

Conflitos de interesse potenciais da S&P Ratings Services

A Standard & Poor's Brasil publica a lista de conflitos de interesse reais ou potenciais em "Conflitos de Interesse — Instrução Nº 521/2012, Artigo 16 XII", seção em www.standardandpoors.com.br.

Faixa limite de 5%

A S&P Brasil publica em seu Formulário de Referência apresentado em <http://www.standardandpoors.com/ratings/br-disclosure/pt/la> o nome das entidades responsáveis por mais de 5% de suas receitas anuais.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO V

Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 30 de abril de 2013, 2012 e 2011

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ: 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A. - CNPJ: 33.918.160/0001-73)

30 de abril de 2013

com Relatório dos Auditores Independentes

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ: 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Demonstrações financeiras

30 de abril de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Demonstração da posição financeira 3

Demonstração do resultado 4

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 5

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto 6

Notas explicativas às demonstrações financeiras 7

Relatório dos auditores independentes

Aos Cotistas e ao Administrador do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S/A)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I ("Fundo"), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 30 de abril de 2013 e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2013 e o desempenho das suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios.

Ênfase sobre a não apresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

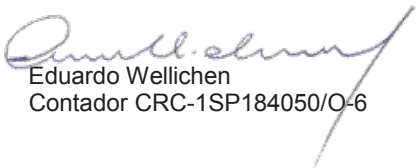
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, de acordo com a Instrução CVM nº 489/11, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios foram alteradas a partir de 2012. De acordo com a determinação prevista nessa Instrução, não estão sendo apresentadas as informações dos valores correspondentes ao exercício findo em 30 de abril de 2012, para fins de comparabilidade. Nosso relatório não está ressaltado em função desse assunto.

Reemissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Em 10 de outubro de 2013, emitimos originalmente nosso relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, referidas no parágrafo 1, contendo ressalva de limitação de escopo referente a não obtenção de evidências que nos permitissem efetuar a validação da provisão por redução no valor de recuperação sobre a carteira de direitos creditórios no montante de R\$ 10.620 mil em relação aos critérios estabelecidos pela Instrução Normativa CVM nº 489. Subsequente à emissão de nosso relatório original sobre as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I, recebemos evidências suficientes que nos permitiram correlacionar o critério utilizado para o registro da provisão no Fundo e os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa CVM nº 489 de 14 de janeiro de 2011. Consequentemente, a respectiva ressalva de limitação de escopo anteriormente incluída em nosso relatório, datado de 10 de outubro de 2013, não é mais requerida, e, portanto, estamos reemitindo nessa data nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 30 de abril de 2013 sem modificações.

São Paulo, 13 de dezembro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC-SP249401/O-4

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 33.918.160/0001-73

Demonstração da posição financeira

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

	Período atual	% sobre o PL
Ativo		
Disponibilidades	2.608	1,30
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.849	0,92
Títulos públicos	13.083	6,54
Direitos creditórios sem aquisição de riscos de benefícios	196.586	98,33
Provisão por redução no valor de recuperação	(10.620)	(5,31)
Outros valores a receber	6	0,00
Total do ativo	203.512	101,80
Passivo		
Valores a pagar	3.591	1,80
Taxa de administração a pagar	265	0,13
Direitos creditórios a liquidar	2.467	1,23
Demandas judiciais	768	0,38
Demais valores a pagar	91	0,05
Patrimônio Líquido	199.921	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido	203.512	101,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I**CNPJ 07.399.646/0001-32**

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 33.918.160/0001-73**Demonstração do resultado****Exercício findo em 30 de abril de 2013****(Em milhares de reais)**

	2013
Aplicações interfinanceiras de liquidez	824
Receitas	824
Títulos públicos federais	3.248
Receitas	3.295
Resultado nas negociações	(39)
Ajuste ao valor de mercado	(8)
Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e benefícios	29.840
Receitas	29.840
Demais despesas/receitas	221
Reversão de perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios	6.001
Taxa de administração	(3.259)
Despesas jurídicas	(608)
Demandas judiciais	(103)
Outras despesas administrativas	(1.337)
Auditoria e custódia	(379)
Despesa com empresa de <i>rating</i>	(63)
Taxa de fiscalização CVM	(31)
Resultado do exercício	34.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 33.918.160/0001-73

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Exercício findo em 30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

	2013
Patrimônio líquido no início do exercício	273.137
Cotas seniores II - 12º distribuição 934,2104 cotas a R\$ 53.052,3404	49.562
Cotas seniores II - 13º distribuição 1.350,000 cotas a R\$ 100.616,6942	135.833
Cotas subordinadas 2.847,2736 cotas a R\$ 30.816,2804 cotas	87.742
Resultado do exercício	34.133
Cotas emitidas	16.576
Cotas subordinadas 717,7 cotas	16.576
Cotas resgatas	(19.200)
Cotas seniores II 12º distribuição 934,2104 cotas	(19.200)
Amortização de cotas	(98.202)
Cotas seniores II - 12º distribuição	(25.069)
Cotas seniores II - 13º distribuição	(12.572)
Cotas subordinadas	(60.561)
Variação nos resgates/amortização de cotas	(6.523)
Cotas seniores II 12º distribuição	(6.523)
Acréscimo/decréscimo decorrente da movimentação de cotas	(107.349)
Patrimônio líquido no final do exercício	199.921
Cotas seniores II - 13º distribuição 1.350,000 cotas a R\$ 100.487,6641	135.659
Cotas subordinadas 3.565,0330 cotas a R\$ 18.025,7423	64.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I**CNPJ 07.399.646/0001-32**

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ 33.918.160/0001-73**Demonstração do fluxo de caixa****Exercício findo em 30 de abril de 2013****(Em milhares de reais)**

	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
(-) Aquisição de direitos creditórios	(857.919)
(+) Liquidação de direitos creditórios	846.069
(+) Recompra de direitos creditórios	37.898
(+) Movimentação conta cobrança	1.603
(+) Liquidação de títulos públicos	80.466
(+) Rendimento na liquidação de operações compromissadas	824
(-) Pagamento despesas com advogados	(634)
(-) Pagamento auditoria	(21)
(-) Pagamento taxa de fiscalização - CVM	(31)
(-) Pagamento consultoria especializada	(100)
(-) Demandas judiciais	(53)
(-) Pagamento taxa de administração	(3.319)
(-) Pagamento taxa de custódia	(297)
(-) Demais pagamentos/recebimentos	(236)
(=) Caixa Líquido das atividades operacionais	104.250
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
(+) Cotas subordinadas emitidas	16.576
(-) Cotas senior II - 12º distribuição resgatadas	(25.723)
(-) Cotas senior II - 12º distribuição amortizadas	(25.069)
(-) Cotas senior II - 13º distribuição amortizadas	(12.572)
(-) Cotas subordinadas amortizadas	(60.561)
(=) Caixa Líquido das atividades de financiamentos	(107.349)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.099)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.556
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.457
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.099)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I iniciou suas atividades em 22 de junho de 2005 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, a partir da 1º data de emissão de cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de direitos de crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos de crédito, tudo nos termos do contrato de cessão; e (ii) de ativos financeiros.

Os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo são originados, preponderantemente, por operações de natureza industrial, facultado à Administradora destinar o que exceder à parcela preponderante do Patrimônio Líquido do Fundo à aquisição de direitos de créditos originados por operações comerciais e de prestação de serviços.

O Fundo pode manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em direitos de créditos em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

(i) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil - Bacen; e

(ii) Operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima.

A atividade de gestão da carteira do Fundo fica a cargo da Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

2. Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Instrução nº 489, de 14 de janeiro de 2011, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios.

De acordo com a Instrução CVM nº 489 de 14 de janeiro de 2011, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios foram alteradas a partir de 1º de agosto de 2011. De acordo com essa Instrução, não estão sendo apresentadas as informações dos valores correspondentes do exercício findo em 29 de fevereiro de 2012, para fins de comparabilidade.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa a Companhia utiliza o método direto.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.

c) Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Fundo incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, direitos creditórios, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou instrumentos financeiros derivativos, conforme a situação.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativos financeiros--Continuação

O Fundo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo:

(i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

(ii) *Direitos creditórios*

Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

- Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios - quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios - quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativos financeiros--Continuação

(ii) *Direitos creditórios*--Continuação

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administradora que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associados aos direitos creditórios objeto da operação.

O registro contábil deve ser feito em conta separada, de acordo com a classificação do ativo. Para os casos em que a aquisição substancial dos riscos e benefícios sobre os direitos creditórios não puderem ser definidos objetivamente devem ser observados os seguintes procedimentos:

- (i) Classificar no ativo as operações com aquisição substancial de riscos e benefícios, em conformidade com a natureza da operação original, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios transferidos para o Fundo.
- (ii) Classificar no ativo as operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios, da proporção correspondente aos riscos e benefícios dos direitos creditórios não transferidos para o Fundo.

No exercício findo em 30 de abril de 2013 não houve reclassificação dos direitos creditórios entre as categorias mencionadas acima.

(iii) *Provisão por redução no valor de recuperação*

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administradora quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada (incluindo o desempenho histórico da carteira de direitos creditórios) e os riscos específicos em relação à operação, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução CVM 489.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativos financeiros--Continuação

(iii) *Provisão por redução no valor de recuperação*--Continuação

Para efeito do cálculo da provisão por redução no valor de recuperação os direitos creditórios são classificados em faixas de atraso.

A administradora considera para efeito do cálculo da provisão somente os direitos creditórios, cujos créditos vencidos estejam com atrasos superiores a 14 dias, conforme percentuais apresentados a seguir:

Nível de risco	Rating	Percentual (%)
Vencidos de 15 a 30 dias	B	1,00
Vencidos de 31 a 60 dias	C	3,00
Vencidos de 61 a 90 dias	D	10,00
Vencidos de 91 a 120 dias	E	30,00
Vencidos de 121 a 150 dias	F	50,00
Vencidos de 151 a 180 dias	G	70,00
Vencidos acima de 180 dias	H	100,00

Adicionalmente, a administradora juntamente com a gestora, observa todos os créditos cujo montante ultrapassa 1% sobre o valor do patrimônio do Fundo (risco de cedente e sacado) para análise individual e uma possível alocação de provisão de forma subjetiva (específica), ou seja, com base no risco que este representa ao Fundo.

Para efeito do cálculo foi considerada, também, a provisão histórica do Fundo que atingiu uma média de 6,04% sobre os direitos de créditos durante o período de 36 meses. Considerando que a provisão de perdas esperadas para a carteira de 30 de abril de 2013 ficou em 5,44% do volume de direitos creditórios e que durante o período analisado o Fundo não apresentou evento de avaliação que comprometesse a razão de garantia, a Administradora considera o nível de provisão adequado para o exercício.

O Fundo considera como perda todos os direitos creditórios em atraso superior a 180 dias. Nesses casos, efetua a provisão da integralidade dos valores devidos e não pagos no Fundo. Caso os valores vencidos e os juros incorridos e não pagos, acrescidos de multa relativos aos direitos de crédito, sejam, de alguma forma, recuperados após o provisionamento ou contabilização de perdas, tais direitos de crédito serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então, por meio de instrução da Administradora, reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso, registrando tal direito de crédito a favor do Fundo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

3. Descrição das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativos financeiros--Continuação

(iii) *Provisão por redução no valor de recuperação*--Continuação

A provisão por redução no valor de recuperação feita pelo Fundo atinge ainda os demais direitos creditórios, do mesmo devedor inadimplente, ou seja, estabelece-se o maior risco de provisão, mesmo que ainda não conhecidas, por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

d) Passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Posição bancada - vencimento até 30 dias

Notas do tesouro nacional - NTN

1.849

1.849

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	2013		Faixas de vencimento
	Curva	Mercado	
Letras Financeiras do Tesouro	5.418	5.224	Após 1 ano
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	735	775	Após 1 ano
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	6.938	7.084	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	13.091	13.083	

O valor de mercado é atualizado com base nos preços unitário de fechamento divulgado nos boletins publicados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais).

6. Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

No exercício findo em 30 de abril de 2013, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios

a) Descrição das características dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo

Os direitos de crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito constantes do Regulamento do Fundo, compreendem os direitos de crédito identificados em cada termo de cessão, representados por duplicatas, notas promissórias e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos de crédito.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios--
Continuação

b) Critérios de elegibilidade

A Gestora é a única responsável pela análise e seleção dos direitos de crédito a serem adquiridos pelo Fundo. Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento do Fundo e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- (i) O total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo contrato de cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou \$ 3.000. 000,00 (três milhões de reais);
- (ii) O total de obrigação de cada sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$ 2.500.00,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- (iii) Os direitos de crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (iv) Os direitos de crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (v) Os direitos de crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (% PL)	Máximo (% PL)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Os limites de concentração estabelecidos deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até o segundo grau ("Grupo Econômico").

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios--

Continuação

b) Critérios de elegibilidade--Continuação

O Fundo somente adquirirá direitos de crédito que atendam, na data de aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) Devem ser representadas por duplicatas, notas promissórias e cheques originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- (ii) Os Cedentes dos direitos de crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- (iii) Os prazos de vencimento dos direitos de crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das cotas seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado pro forma antes da aquisição pretendida; e
- (iv) Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, calculado pro forma antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos grupos econômicos que serão verificados pela Gestora.

A verificação do enquadramento dos direitos de crédito aos critérios de elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

c) Condições de aquisição dos direitos creditórios

Devem ser observadas as seguintes condições:

- (i) Os direitos de crédito elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Regulamento do Fundo;
- (ii) Os direitos de crédito elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios--

Continuação

c) Condições de aquisição dos direitos creditórios--Continuação

- (iii) Os sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo direitos de crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado;
- (iv) O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito de sacados inadimplentes se o total de direitos de crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (v) O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vi) O Fundo poderá comprar direito de crédito de Cedentes que possuam direitos de crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (vii) O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito de Cedentes cujo índice de direitos de crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
- (viii) O somatório do valor total de direitos de crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (ix) O somatório do valor total de direitos de crédito oriundos das 4 (quatro) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (x) Devem observar a taxa mínima de cessão;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios--
Continuação

c) Condições de aquisição dos direitos creditórios--Continuação

- (xi) O respectivo sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- (xii) O Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Caso por qualquer motivo aconteça o desenquadramento do Fundo aos limites de concentração estabelecidos acima, novas aquisições de Direitos de Crédito somente poderão ocorrer para buscar o reenquadramento do Fundo aos referidos limites de concentração e desde que as aquisições não resultem em agravamento do desenquadramento existente e/ou ocasione qualquer outro desenquadramento da carteira do Fundo.

d) Transferência dos riscos e dos benefícios de propriedade do direito creditório

O Fundo adquiriu direitos creditórios registrando-os como sendo com aquisição substancial de riscos e benefícios uma vez que não contam com garantias e/ou mecanismos de recompra e substituição por parte do cedente dos direitos creditórios. A recompra/substituição é uma negociação entre a Consultoria Especializada de Crédito e a Cedente dos créditos vencidos e não pagos e não acontece imediatamente, sendo que no primeiro momento o devedor pode ser protestado e depois de observada e aplicada a política de cobrança, inicia-se a recuperação do crédito por meio deste instrumento. Adicionalmente, a Administradora levou em consideração o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios-- Continuação

e) Composição dos direitos creditórios

e.1) *Por vencimento*

Nível de risco	A vencer	Vencidos	Total
Até 14 dias	44.230	14.233	58.463
Entre 15 e 30 dias	40.034	4.344	44.378
Entre 31 e 60 dias	38.792	3.846	42.637
Entre 61 e 90 dias	21.492	2.572	24.065
Entre 91 e 120 dias	11.251	1.475	12.726
Entre 121 e 150 dias	5.459	2.311	7.770
Entre 151 e 180 dias	1.558	1.344	2.904
Superior a 180 dias	-	3.644	3.644
Subtotal	162.817	33.769	196.586
Provisão por redução no valor de recuperação			(10.620)
Total			185.966

e.2) *Por tipo*

Ativos	A vencer	Vencidos	Total
Cheque	4.946	1.912	6.858
Duplicata mercantil	140.057	27.814	167.871
Nota promissória	17.814	4.043	21.857
Subtotal	162.817	33.769	196.586
Provisão por redução no valor de recuperação			(10.620)
Total			185.966

e.3) *Por concentração*

	A vencer	Vencidos	Total
Cedente 1	3.908	302	4.210
Cedente 2	2.813	349	3.162
Cedente 3	2.862	2	2.864
Cedente 4	2.611	25	2.636
Cedente 5	2.588	-	2.588
Demais devedores	148.035	33.091	181.126
Total	162.817	33.769	196.586

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios--
Continuação

f) Composição da provisão por redução no valor de recuperação

Faixas	A vencer	Vencidos	PDD a Vencer	PDD vencidos	PDD total
Até 14 dias	44.231	14.233	-	9	9
De 15 - 30	40.034	4.344	412	219	631
De 31 - 60	38.792	3.846	764	376	1140
De 61 a 90	21.492	2.572	443	450	893
De 91 a 120	11.251	1.475	411	817	1228
De 121 a 150	5.459	2.311	300	1.443	1743
De 151 a 180	1.558	1.344	151	1.181	1332
> 180	-	3.644	-	3.644	3.644
Total	162.817	33.769	2.481	8.139	10.620

g) Movimentação da carteira de direitos creditórios

Saldo em 30 de abril de 2012	192.794
Aquisição de direitos creditórios	857.919
Liquidação de direitos creditórios	(846.069)
Recompra de direitos creditórios	(37.898)
Rendimentos de direitos creditórios	29.840
Saldo em 30 de abril de 2013	196.586

h) Movimentação da provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios

Saldo em 30 de abril de 2012	16.621
Constituições	10.620
Reversões	(16.621)
Saldo em 30 de abril de 2013	10.620

i) Recompras de direitos creditórios

Durante o exercício foram efetuadas recompras de direitos de crédito efetuadas pelos Cedentes, no montante de R\$ 37.898, através do pagamento efetuado diretamente ao Fundo (financeiro) ou pela substituição de outro título no valor de face correspondente acrescidos dos juros moratórios. Este tipo de negociação, pode eventualmente envolver com o mesmo sacado/devedor.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios--

Continuação

j) Garantias

As operações com direitos creditórios (desconto de duplicatas) cedidos ao Fundo contam com garantias fidejussórias e com aval em cada contrato de cessão.

k) Coobrigação

A cedente dos direitos creditórios assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevivendo à constatação de vícios ou de quaisquer exceções na origem dos créditos negociados ao Fundo ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o Fundo, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa e de juros moratórios e juros compensatórios de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sendo que a multa e os juros moratórios estão estabelecidos em cada contrato de cessão.

l) Taxas praticadas por grupo de operações realizadas no período

	<u>Taxa mínima</u>	<u>Taxa máxima</u>	<u>Taxa média (ponderada)</u>
30/04/2013	23,14%	25,68%	57,68%

8. Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado em 18 de fevereiro de 2013 no prospecto, tendo sido contratada para avaliação Standard & Poors que atribuiu, o rating brAA (sf) na sua escala nacional às cotas seniores (13º série) .

9. Gerenciamento de riscos

Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os direitos de crédito e os ativos financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos cotistas, hipóteses em que a Administradora, gestora, o Custodiante ou quaisquer outras pessoas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos: (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os direitos de crédito e os ativos financeiros.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

9. Gerenciamento de riscos--Continuação

A Administradora efetua o monitoramento dos limites de concentração de cada devedor/sacado, com o objetivo de cumprir o que determina o Regulamento do Fundo, bem como o gerenciamento do controle de fluxo de caixa esperado e a liquidação dos direitos creditórios.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos direitos de crédito e ativos financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os direitos de crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das cotas à liquidação dos direitos de crédito e/ou dos ativos financeiros, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma reserva de amortização para pagamento das amortizações e resgates das cotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos direitos de crédito ao cumprimento do cronograma descrito na nota explicativa nº 11.b.

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a reserva de amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma descrito na nota explicativa nº 11.b.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos ("Reserva de Liquidez").

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

10. Valorização das cotas do Fundo

As cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo e não serão resgatáveis.

Cotas seniores

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas mezanino e às cotas subordinadas;
- (ii) Valor unitário de emissão a ser fixado em R\$ 100;
- (iii) Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- (iv) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá a 4 (quatro) votos.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

As cotas seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de distribuição da respectiva série de cotas seniores, sendo que os custos desta distribuição serão diferidos ao longo do período mencionado.

Cotas mezanino

As Quotas Mezanino da Classe A, B e C têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) Subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (ii) Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação quando da sua emissão;
- (iii) Valor Unitário de Emissão a ser fixado em R\$100;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

10. Valorização das cotas do Fundo--Continuação

Cotas mezanino--Continuação

- (iv) Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento do Fundo; Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Mezanino corresponderá 4 (quatro) votos; e
- (v) Não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento do Fundo, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Mezanino, exceção feitas às condições estabelecidas expressamente nos respectivos Suplementos do Regulamento.

Cotas subordinadas

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) Subordinam-se às cotas seniores e às cotas mezanino para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento do Fundo;
- (ii) Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores e das cotas mezanino em circulação, admitindo-se resgate em direitos de créditos;
- (iii) Valor unitário de emissão de R\$ 25 na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo que as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão calculado com base no item abaixo;
- (iv) Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento do Fundo; e
- (v) Cada cota subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de eventos de liquidação ou da avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas no Regulamento do Fundo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

10. Valorização das cotas do Fundo--Continuação

Cotas subordinadas--Continuação

Cota	Rentabilidade
12ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	130% DI
13ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	127% DI

11. Emissões, resgates e amortizações de cotas

Emissão

As cotas do Fundo são emitidas por seu valor na data em que os recursos são colocados pelos investidores qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo, por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A partir da 1ª data de emissão de cada série de cotas seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário de cota sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série.

Os critérios de determinação do valor das cotas seniores tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das cotas seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas cotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das cotas seniores não farão jus, em hipótese, alguma, quando da amortização ou resgate de suas cotas, a uma remuneração superior ao valor de tais cotas, na respectiva data de amortização ou data de resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de cotas.

A partir da 1ª data de emissão de cada classe de cotas mezanino, seu respectivo valor será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da respectiva classe de cotas mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

11. Emissões, resgates e amortizações de cotas--Continuação

Emissão--Continuação

A partir da 1º data de emissão de cotas subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das cotas seniores e das cotas mezanino em circulação, dividido pelo número de cotas subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

Amortização e resgate de cotas

As cotas seniores e cotas mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas datas de resgate.

Houve resgate total das cotas relacionadas abaixo:

Cotas seniores II - 12º distribuição resgatadas em 10 de setembro de 2012 no valor total de R\$ 25.723 mil reais representando 934,21 cotas.

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores e de qualquer classe de cotas mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no seu Regulamento.

Desde que o patrimônio líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas amortizações programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores e de uma ou mais classes de cotas mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos cotistas das classes e séries afetadas.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma reserva de amortização para pagamento das amortizações e resgates de cotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos direitos de crédito ao cumprimento do cronograma abaixo:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

11. Emissões, resgates e amortizações de cotas--Continuação

Amortização e resgate de cotas--Continuação

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a reserva de amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas datas de amortização e resgates:

<u>Número de dias corridos antes das datas de amortização ou da data de resgate</u>	<u>Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgate</u>
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a reserva de amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá calcular o índice de liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) caixa + ativos financeiros + direitos de crédito de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração ("Índice de Liquidez").

Para fins de apuração, o índice de liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o índice de liquidez, permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período, a Administradora deverá tomar as providências relativas a ocorrências de um evento de liquidação:

Quadro de amortização

<u>Classe/série</u>	<u>Data de amortização</u>	<u>Total amortizado</u>
Sênior II - 12º distribuição	08/06/2012	25.069
Total		25.069
Sênior II - 13º distribuição	10/07/2012	3.604
	10/10/2012	12.572
	10/01/2013	2.847
	10/04/2013	2.825
Total		12.572

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

11. Emissões, resgates e amortizações de cotas--Continuação

Amortização e resgate de cotas--Continuação

Quadro de amortização--Continuação

Classe/série	Data de amortização	Total amortizado
Subordinada	02/05/2012	1.020
	24/05/2012	13.700
	01/06/2012	1.100
	20/06/2012	1.300
	02/07/2012	1.015
	16/07/2012	1.525
	01/08/2012	820
	20/08/2012	1.650
	27/08/2012	10.000
	03/09/2012	1.000
	19/09/2012	1.320
	01/10/2012	778
	19/10/2012	1.430
	05/11/2012	770
	19/11/2012	1.315
	05/12/2012	1.250
	14/12/2012	7.000
	19/12/2012	1.024
	02/01/2013	4.620
	18/01/2013	1.000
	31/01/2013	760
	20/02/2013	1.000
	28/02/2013	734
	11/03/2013	1.300
	01/04/2013	1.388
	22/04/2013	1.742
Total		60.561

12. Enquadramento a razão de garantia

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das cotas seniores é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento).

Após a data de resgate das cotas seniores da 10ª emissão ("data do segundo rebaixamento da razão de garantia"), até a última data de resgate das cotas seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a razão de garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

12. Enquadramento a razão de garantia--Continuação

Caso a razão de garantia seja inferior às razões de garantia definidas, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à razão de garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso os titulares das cotas subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista em Regulamento do Fundo, a mesma comunicará a agência de classificação de risco do desenquadramento no Fundo à razão de garantia.

A relação entre as cotas subordinadas e o total de cotas subordinadas e mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento), relação mínima.

Caso a relação mínima seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à relação mínima, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso os titulares das cotas subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora, a mesma comunicará a agência de classificação de risco do desenquadramento do Fundo à relação mínima.

13. Negociação de cotas

As cotas seniores e cada uma das classes das cotas mezanino são registradas para a negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as cotas são registradas para negociação na CETIP no Módulo de distribuição de cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administradora, observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam investidores qualificados.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

14. Custódia

Os títulos públicos e as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil. Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados na empresa SRM Consultoria e Cobrança Ltda. que foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios.

15. Taxa de administração

A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente.

O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$ 5 (cinco mil reais) ao mês.

No exercício foi apropriada a importância de R\$ 3.259 a título de taxa de administração, sendo que, não há cobrança de taxa de performance por parte da administradora. Além da taxa de administração, o Fundo está sujeito às taxas de administração dos fundos nos quais porventura invista.

16. Provisão para contingências

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria – Exodus I é parte passiva em ações judiciais cíveis, perante vários tribunais envolvendo questões de reparação de danos na esfera cível, decorrentes de curso normal das operações de direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo originados preponderantemente, por operações de natureza industrial de prestação de serviços e comerciais.

Para estes processos, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada fechamento de balanço. Em abril de 2013 o valor total de contingências corresponde a R\$ 608.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

17. Evolução do valor da cota e rentabilidade

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)	
2º série 12º - distribuição	10/09/2012	27.524,41	3,80	(***)
	30/04/2012	128.817,99	11,56	(**)
	30/04/2011	115.469,50	14,00	
	30/04/2010	101.290,78	1,29	
	17/03/2010 (*)	100.000,00	-	
2º série 13º - distribuição	30/04/2013	100.487,66	9,50	(**)
	30/04/2012	110.257,68	10,26	(**)
	25/07/2011 (*)	100.000,00	-	
Subordinada	30/04/2013	18.025,74	36,75	(**)
	30/04/2012	45.212,03	36,16	(**)
	30/04/2011	33.205,36	70,88	(**)
	30/04/2010	23.735,70	87,37	(**)
	30/04/2009	52.756,64	102,63	(**)
	30/04/2008	69.951,08	58,79	(**)
	30/04/2007	75.514,43	75,83	
	30/04/2006	48.091,87	92,37	
	22/06/2005 (*)	25.000,00	-	

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) Início das respectivas cotas do Fundo.

(**) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídas as amortizações do exercício apresentadas na nota 11c, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

(***) Resgate total de cotas.

18. Tributação

Imposto de renda

Os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contado entre a data de aplicação e a data do resgate:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

18. Tributação--Continuação

Imposto de renda--Continuação

- 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

O artigo 32 do Decreto 6.306/07 determina a incidência do IOF sobre o valor de resgate, à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias corridos entre a aplicação e o resgate de cotas, conforme tabela anexa ao Decreto 6.306/07. Para os resgates/amortizações efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança desse IOF.

19. Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

O controle das cotas do Fundo está sob responsabilidade do Administrador e a guarda da documentação dos títulos dos direitos creditórios, em conformidade com o contrato de cessão está sob responsabilidade da Nova S.R.M. Administração de Recursos na condição de fiel depositário.

A partir de 09/09/2013, foi deliberada em Assembleia, a alteração do Regulamento, onde o artigo 15 menciona sobre a responsabilidade do custodiante nos termos da legislação e regulamentação vigente, em contratar empresa especializada no armazenamento e guarda de documentos ("Agente de Guarda"), que não pode ser o originador, um Cedente ou a Gestora, conforme instrumento particular a ser firmado entre o Custodiante e o Agente de Guarda, com a interveniência e anuência do Administrador e da Gestora ("Contrato de Guarda"), para prestar os serviços de guarda dos Documentos Comprobatórios.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

20. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

21. Distribuição de resultados

Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os cotistas dele participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

22. Política de divulgação das informações

As informações relativas ao Fundo referente ao exercício findo em 30 de abril de 2013 foram divulgadas das seguintes formas:

- Diariamente, no site de investimento do Administrador, o valor da cota do Fundo e seu respectivo patrimônio.
- Mensalmente, através do correio, extrato de conta contendo a rentabilidade auferida no mês, saldo das suas aplicações e movimentações.
- Colocadas à disposição, na sede do Administrador, informações sobre a composição da carteira.

23. Partes relacionadas

A administradora contratou a empresa Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A para exercer a atividade gestão da carteira do Fundo, responsável pela análise, seleção e aquisição dos direitos de crédito referido Fundo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

24. Eventos subsequentes

Em 09/09/2013 foi deliberado em Assembleia todas as alterações necessárias ao Regulamento para compatibilizar o Fundo à Instrução CVM nº 531, de 6 de fevereiro de 2013, que alterou a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme abaixo:

- (i) Alterações às atribuições da Administradora quanto a suas responsabilidades e vedações;
- (ii) Alterações aos deveres, obrigações e responsabilidades do Custodiante para refletir as alterações impostas pela Instrução CVM nº 531, de 6 de fevereiro de 2013;
- (iii) Alteração da metodologia de verificação do lastro dos Direitos de Crédito;
- (iv) A possibilidade da contratação, pelo Custodiante, de empresa especializada para realizar o armazenamento e guarda dos Documentos Comprobatórios, desde que não seja o originador dos Direitos de Crédito, o Cedente ou a Gestora;
- (v) Alterações às atribuições da Gestora, que, dentre outras alterações, deixará de realizar a guarda dos Documentos Comprobatórios;
- (vi) Alterações à Política de Investimento do Fundo, que passam a melhor definir as características dos Direitos de Crédito e os limites de concentração e diversificação;
- (vii) Previsão de contratação pelo Fundo da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes ou Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes para que exerça a verificação mensal do cumprimento, pela Gestora, da Política de Investimento do Fundo;
- (viii) Alteração da taxa mínima de cessão dos Direitos de Crédito, que passa a ser (i) de 150% (cento e cinquenta) por cento da Taxa DI apurada e divulgada no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento, ou (ii) conforme a fórmula especificada abaixo, entre as duas a que for maior:

$$\frac{\left(\sum_{n=1}^{\text{NúmeroSériesSenior}} QQS_n * VRQS_n * RAQS_n \right) + QQM * VRQM * RAQM}{\left(\sum_{n=1}^{\text{NúmeroSériesSenior}} QQS_n * VRQS_n \right) + QQM * VRQM} + CT / PL + 3\%$$

QQSn: Quantidade de Quotas Seniores em circulação da série “n”;

VRQSn: Valor Unitário de Referência das Quotas Seniores em circulação da série “n”;

RAQSn: Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores da série ‘n’;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

24. Eventos subsequentes--Continuação

Número Séries Seniores: número de séries de Quotas Seniores em circulação;

QQM: Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;

VRQM: Valor Unitário de Referência das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;

RAQM: Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e

CT: Taxa de Administração do Fundo, ambos em bases anualizadas.

- (ix) Exclusão das Condições de Cessão;
- (x) Alteração dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo;
- (xi) Inclusão e alteração de fatores de risco;
- (xii) Alteração e inclusão de encargos do Fundo para refletir as demais deliberações tomadas nesta Assembleia e exigidas pela regulamentação vigente;
- (xiii) Alterações às características e aos procedimentos de emissão e resgate das Quotas;
- (xiv) Alteração à metodologia de cálculo do valor unitário das Quotas;
- (xv) Unificação das Quotas Subordinadas Mezanino em uma única classe;
- (xvi) Criação de uma reserva de amortização das Quotas Seniores e uma reserva de amortização das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (xvii) Alteração do Índice de Liquidez da carteira e do Excesso de Cobertura;
- (xviii) Alteração da metodologia de provisionamento de perdas do Fundo;
- (xix) Inclusão de Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o somatório do valor das Quotas Seniores em circulação, que será de 125% (cento e vinte e cinco por cento);
- (xx) Inclusão de relação entre (i) o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior e (ii) a soma dos valores agregados das Quotas Subordinadas Júnior e das Quotas Subordinadas Mezanino, que deverá ser igual ou superior a 62,5% (sessenta e dois vírgula cinco por cento);
- (xxi) Alterações e inclusões de Eventos de Avaliação do Fundo;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

24. Eventos subsequentes--Continuação

- (xxii) Alterações no procedimento de liquidação do Fundo;
- (xxiii) Alterações na ordem de alocação de recursos do Fundo;
- (xxiv) Inclusão de competência na Assembleia Geral de Quotistas em relação à substituição do Verificador da Política de Investimento;
- (xxv) Alteração do quorum de instalação da Assembleia Geral de Quotistas;
- (xxvi) Alteração do quorum de aprovação das matérias em Assembleia Geral de Quotistas;
- (xxvii) Inclusão de disposição para a eleição de representante de condôminos para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo;
- (xxviii) A abertura ou alteração das características, conforme o caso, da Conta de Arrecadação, da Conta de Cobrança e da Conta do Fundo;
- (xxix) A alteração da definição de Documentos Comprobatórios do Fundo, que passam a compreender (i) as duplicatas originais em forma física ou eletrônica; (ii) as notas promissórias originais em forma física ou eletrônica; e (iii) os cheques originais em forma física;
- (xxx) Alteração da Política de Cobrança do Fundo;
- (xxxi) Alteração da Política de Concessão de Crédito do Fundo;
- (xxxii) Em razão da decisão tomada em relação ao item (xv) acima, a inclusão do Anexo V que contém os critérios e procedimentos para valorização das Quotas;
- (xxxiii) A inclusão do Anexo VI ao Regulamento com as minutas do contrato de cessão e do termo de cessão;
- (xxxiv) A alteração do Regulamento do Fundo para fazer constar todas as deliberações acima aprovadas pelos quotistas, bem como outras alterações do Regulamento do Fundo de forma a atualizá-lo e a melhorar a sua redação do ponto de vista da clareza, correção gramatical, padronização, organização e enumeração;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

24. Eventos subsequentes--Continuação

- (xxxv) A distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, da 14ª Série de Quotas Seniores do Fundo, cujas características estão estabelecidas no Suplemento da 14ª Série;
- (xxxvi) A distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, das Quotas Subordinadas Mezanino, em regime de melhores esforços de colocação, cujas características estão estabelecidas no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (xxxvii) A contratação pela Administradora, em nome do Fundo, de coordenadores para a Distribuição de Quotas Seniores da 14ª Série e para a Distribuição de Quotas Subordinadas Mezanino, caso aplicável, em regime de melhores esforços de colocação, mediante a celebração de contrato de distribuição.

Em 30/09/2013 foi realizada Assembleia a qual aprovou os seguintes itens do Regulamento:

- (i) Nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução da CVM 400, a distribuição parcial das Quotas Seniores da 14ª Série, no âmbito da oferta de Quotas Seniores da 14ª Série aprovada na Assembleia Geral de Quotistas do Fundo de 09 de setembro de 2013 ("Oferta"), sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 500 (quinhentas) Quotas Seniores da 14ª Série, perfazendo o montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas Seniores da 14ª Série que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de distribuição das Quotas Seniores da 14ª Série serão canceladas pela Administradora. Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas Seniores da 14ª Série, a Oferta das Quotas Seniores da 14ª Série será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do aviso ao mercado e do anúncio de início da Oferta.

Nesse caso, os valores até então integralizados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção;
- (ii) A exclusão das relações denominadas Excesso de Cobertura e Relação Subordinada e a criação da Relação Subordinada Júnior, que corresponde à relação mínima admitida entre o valor agregado das Quotas Subordinadas Júnior em circulação e o Patrimônio Líquido do Fundo;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -

CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

30 de abril de 2013

(Em milhares de reais)

24. Eventos subsequentes--Continuação

- (iii) Alteração nas disposições referentes aos procedimentos de amortização extraordinária de Quotas Subordinadas Júnior;
- (iv) A inclusão como um Evento de Avaliação do Fundo a ocorrência de amortização parcial não programada das Quotas Subordinadas Júnior em desacordo com o artigo 53 do Regulamento;
- (v) Aprovar que a Administradora e os demais prestadores de serviços do Fundo procedam com todas as providências necessárias ao aditamento e/ou à celebração de contratos destinados à compatibilização do Fundo às deliberações tomadas nesta Assembleia Geral de Quotistas.

Em 29 de Novembro de 2013 a administradora efetuou ajustes na metodologia de cálculo de provisão por redução no valor de recuperação sobre a carteira de direitos creditórios, detalhada abaixo, a ser utilizada a partir de dezembro de 2013.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

24. Eventos subsequentes--Continuação

Metodologia de Cálculo da Provisão por Redução no Valor de Recuperação sobre a Carteira de Direitos Creditórios, a ser Utilizada a partir de Dezembro de 2013:

Introdução:

- O cálculo da provisão por redução no valor de recuperação sobre a carteira de direitos creditórios será realizado através (i) do agrupamento de direitos creditórios em faixas de atraso, conforme definidas abaixo, (ii) determinação do valor agregado dos direitos creditórios em cada faixas de atraso e (iii) produto de tais valores pelas estimativas percentuais de perdas correspondentes às respectivas faixas de atraso.

Faixa de Atraso:

Intervalos de Atrasos	Faixa de Atraso
A vencer ou vencidos até 14 dias	A
Vencidos de 15 a 30 dias	B
Vencidos de 31 a 60 dias	C
Vencidos de 61 a 90 dias	D
Vencidos de 91 a 120 dias	E
Vencidos de 121 a 150 dias	F
Vencidos de 151 a 180 dias	G
Vencidos acima de 180 dias	H

Explicação dos Fatores Explicativos de Estimativas de Perdas:

- Esta metodologia está baseada no fato de que as faixas de atraso são um fator explicativo muito relevante para estimar as perdas relacionadas aos direitos creditórios.
- Importante observar que a metodologia não considera o “efeito vagão” no agrupamento dos direitos creditórios em faixas de atraso, isto é, direitos creditórios com atrasos de 30 dias, por exemplo, serão classificados na faixa “B”, independente do existirem outros direitos creditórios devidos pelo mesmo devedor classificados em outras faixas de atraso. Esta classificação dos créditos sem considerar o “efeito vagão” é justificada pelo fato das faixas de atraso serem fator explicativo mais relevante que a adimplência dos devedores.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

24. Eventos subsequentes—Continuação

- A natureza das operações corrobora a importância das faixas de atraso na estimativa de perdas:
 - o Em geral a recuperação dos créditos ocorre de forma rápida, nas primeiras quinzenas após os respectivos vencimentos – passado esse período a recuperação é bastante limitada;
 - o Apenas uma parcela dos atrasos relacionados a cada devedor são decorrentes de inadimplência do devedor – parte relevante refere-se à vícios relacionados aos direitos creditórios: cancelamentos, devoluções, falhas de entrega de mercadorias e serviços, por exemplo.

Metodologia de Cálculo das Estimativas de Perdas por Faixa de Atraso:

- Anualmente a administradora deverá determinar, diretamente ou através de terceiros capacitados para realizar tal tarefa, as curvas de recuperação de direitos creditórios por safras quinzenais de vencimento.
- Para efeito das estimativas de perdas referentes aos meses a partir de dezembro de 2013, as curvas de recuperação a serem utilizadas serão as determinadas pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. no relatório “Análise da Carteira de Recebíveis” realizado com base no desempenho dos recebíveis do FIDC Exodus I durante o período de junho de 2010 à maio de 2013.
- Para fins de estimativas de recuperação futura utilizar-se-á uma combinação das matrizes de recuperação considerando substituições como inadimplências e como liquidações.

As matrizes de recuperação que consideram substituições como inadimplências estimam os montantes recuperados unicamente através dos pagamentos dos Sacados, portanto desconsiderando a capacidade de recuperação dos atrasos dos Direitos de Crédito através de substituições. Utilizar essas estimativas como expectativas de recuperações (e consequentemente perdas) futuras seria pouco realista, pois espera-se que o Fundo tome providências para recuperar montantes atrasados através de substituições.

As matrizes de recuperação que consideram substituições como liquidações estimam os montantes recuperados considerando como recebimentos (caixa) as recuperações através de substituições. Os novos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo em substituição aos anteriores podem ou não ser pagos pelos respectivos Sacados. Portanto utilizar essas estimativas como expectativas de recuperações (e consequentemente perdas) futuras seria pouco realista, pois espera-se que parte dos novos Direitos de Crédito esteja sujeita a risco.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. -
CNPJ: 33.918.160/0001-73)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
30 de abril de 2013
(Em milhares de reais)

24. Eventos subsequentes—Continuação

Alternativamente, a estimativa de recuperação (e consequentemente de perdas) será feita através de uma composição das duas matrizes. Mais especificamente, considerar-se-á que a recuperação futura de valores devidos associados a Direitos de Crédito será correspondente à 100% da recuperação decorrente de pagamentos de Sacados em atraso, acrescida de 50% dos valores recuperados através de substituições.

- Uma vez determinada a matriz de recuperação a ser utilizada, determina-se para cada safra quinzenal as probabilidades condicionadas de perdas, isto é, as probabilidades de perdas dado que um grupo de Direitos de Crédito encontra-se em cada faixa de atraso.

Mais especificamente, para cada safra quinzenal estima-se como perda final a diferença entre 100% e o percentual recuperado até a 12ª quinzena (a "**Perda Final**").

Estima-se finalmente, com relação à cada safra quinzenal, a probabilidade de perda relacionada aos Direitos de Crédito de cada faixa como a relação entre a Perda Final e o percentual de Direitos de Crédito não recuperados até a quinzena imediatamente anterior ao início da respectiva faixa. Estima-se desta forma as probabilidades de perda relacionadas aos Direitos de Crédito pertencentes à faixa "B" à "G".

- Uma vez determinadas as estimativas de perdas por faixa de atraso para cada safra quinzenal, estima-se a perda típica de cada faixa através da determinação do percentil de 75% de cada faixa, levando-se em conta os dados históricos disponíveis.

Diretor responsável:
Fernanda Ferraz Braga de Lima

Contadora:
Dolores Aparecida de Faria Oliveira
CRC 1SP164555/O-2

Demonstrações Financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários S.A. - CNPJ 33.918.160/0001-73)

Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
com Relatório dos auditores independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

30 de abril de 2012 e 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Demonstração da composição e diversificação da carteira3

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido4

Notas explicativas às demonstrações financeiras.....5



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Financeiras

Aos

Cotistas e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I ("Fundo"), que compreendem a demonstração da composição e diversificação da carteira em 30 de abril de 2012 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2012 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Outras informações

A demonstração da evolução do patrimônio líquido para o exercício findo em 30 de abril de 2011, apresentada para fins de comparação, foi auditada por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de agosto de 2011, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de outubro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC-SP249401/O-4

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstração da composição e diversificação das aplicações

30 de abril de 2012

(Em milhares de reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
Disponibilidades	4.356	1,59
Banco conta movimento	3.492	1,28
Banco conta cobrança	864	0,32
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.200	1,17
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.200	1,17
Títulos públicos	90.302	33,06
Notas do Tesouro Nacional - Série F	6.834	2,50
Notas do Tesouro Nacional - Série B	698	0,26
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	82.770	30,30
Direitos creditórios	176.173	64,50
Direitos creditórios a vencer	141.193	51,69
Direitos creditórios vencidos	51.601	18,89
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.621)	(6,09)
Outros créditos	1.117	0,41
Depósito judicial	50	0,02
Devedores diversos	1.067	0,39
Valores a receber	5	0,00
Outros	5	0,00
Total do ativo	275.153	
Valores a pagar	2.016	
Impostos e contribuições a recolher	7	
Taxa de administração	321	
Provisão para contingências	794	
Custódia	25	
Outros	869	
Patrimônio líquido	273.137	
Total do passivo e patrimônio líquido	275.153	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

Patrimônio líquido no início do exercício	2012	2011
Cotas seniores II - 11º distribuição 716,976551 cotas a R\$ 114.363,305230	81.996	-
Cotas seniores II - 12º distribuição 934,210360 cotas a R\$ 115.469,498961	107.873	-
Cotas subordinadas 2.847,273579 cotas a R\$ 33.205,356769 cotas	94.544	-
Cotas seniores II - 6º distribuição 200,000 cotas a R\$ 32.836,213852	-	6.567
Cotas seniores II - 7º distribuição 34,000 cotas a R\$ 43.392,952647	-	1.475
Cotas seniores II - 8º distribuição 20,000 cotas a R\$ 53.732,461000	-	1.075
Cotas seniores II - 10º distribuição 500,869517 cotas a R\$ 112.489,691830	-	56.343
Cotas seniores II - 11º distribuição 273,434456 cotas a R\$ 100.827,071420	-	27.570
Cotas seniores II - 12º distribuição 615,631627 cotas a R\$ 101.290,782661	-	62.358
Cotas subordinadas mezanino 25,000 cotas a R\$ 109.121,978400 cotas	-	2.728
Cotas subordinadas 2.454,248304 cotas a R\$ 23.735,703056 cotas	-	58.253
Cotas emitidas		
Cotas seniores II 13º distribuição 1.350,000 cotas	135.000	-
Cotas seniores II 11º distribuição 443,542094 cotas	-	46.122
Cotas seniores II 12º distribuição 318,578733 cotas	-	34.113
Cotas subordinadas 393,025172 cotas	-	12.000
Amortização de cotas		
Cotas seniores II - 12º distribuição	(70.781)	-
Cotas seniores II - 13º distribuição	(13.015)	-
Cotas subordinadas	(40.989)	-
Cotas seniores II 6º distribuição	-	(4.438)
Cotas seniores II 7º distribuição	-	(1.127)
Cotas seniores II 8º distribuição	-	(880)
Cotas seniores II 10º distribuição	-	(37.846)
Cotas subordinadas mezanino	-	(1.899)
Cotas subordinadas	-	(13.954)
Resgate de cotas		
Cotas seniores II - 11º distribuição 716,977 cotas	(73.741)	-
Cotas seniores II 6º distribuição 200,000 cotas	-	(1.668)
Cotas seniores II 7º distribuição 34,000 cotas	-	(284)
Cotas seniores II 8º distribuição 20,000 cotas	-	(167)
Cotas seniores II 10º distribuição 500,870 cotas	-	(17.529)
Cotas subordinadas mezanino 25,000 cotas	-	(833)
Variação no resgate de cotas		
Cotas seniores II - 11º distribuição	(13.377)	-
Cotas seniores II 6º distribuição	-	(584)
Cotas seniores II 7º distribuição	-	(100)
Cotas seniores II 8º distribuição	-	(59)
Cotas seniores II 10º distribuição	-	(1.703)
Cotas subordinadas mezanino	-	(133)
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	207.510	225.400

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2012	2011
Resultado do exercício		
Receitas	75.644	68.708
Rendas com operações de crédito	69.519	62.512
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.348	4.609
Rendas de títulos e valores mobiliários	9.237	770
Despesa com provisão para devedores duvidosos - PDD	(9.527)	-
Outras rendas operacionais	1.067	817
Despesas	(10.018)	(9.695)
Taxa de administração	(5.307)	(3.444)
Taxa de Custódia	(425)	(486)
Serviços Bancários	-	(1.651)
Taxa CVM	(116)	(31)
Demandas Judiciais	(348)	(59)
Despesas de serviços técnicos especializados	(809)	-
Publicações	(74)	-
Despesas administrativas	(352)	(4.024)
Outras despesas operacionais	(2.587)	-
Resultado do exercício	65.627	59.013
Patrimônio líquido no final do exercício	273.137	284.413
Cotas seniores II - 12º distribuição 934,2104 cotas a R\$ 53.052,3404	49.562	-
Cotas seniores II - 13º distribuição 1.350,000 cotas a R\$ 100.616,6942	135.833	-
Cotas subordinadas 2847,2736 cotas a R\$ 30.816,2804 cotas	87.742	-
Cotas seniores II - 11º distribuição 716,976551 cotas a R\$ 114.363,305230	-	81.996
Cotas seniores II - 12º distribuição 934,210360 cotas a R\$ 115.469,498961	-	107.873
Cotas subordinadas 2.847,273579 cotas a R\$ 33.205,356769 cotas	-	94.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I iniciou suas atividades em 22 de junho de 2005 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, a partir da 1º data de emissão de cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de direitos de crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos de crédito, tudo nos termos do contrato de cessão; e (ii) de ativos financeiros.

Os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo são originados, preponderantemente, por operações de natureza industrial, facultado à Administradora destinar o que exceder à parcela preponderante do Patrimônio Líquido do Fundo à aquisição de direitos de créditos originados por operações comerciais e de prestação de serviços.

O Fundo pode manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em direitos de créditos em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil - Bacen; e
- (ii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima.

A atividade de gestão da carteira do Fundo fica a cargo da SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

b. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos (Nota Explicativa nº 4).

c. Direitos creditórios a receber

Direitos creditórios a vencer -- São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério pro rata temporis. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios vencidos e não pagos -- Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

3 Descrição das principais práticas contábeis

c. Direitos creditórios a receber -- Continuação

Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) -- A metodologia utilizada pelo Fundo está expressa nos artigos 60 e 61 do Regulamento do Fundo. De acordo com o artigo 61 do Regulamento do Fundo, as perdas e provisões relacionadas aos direitos de crédito adquiridos e que se encontrem vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do exercício, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução CMN nº 2.682.

Adicionalmente, o Fundo realiza a provisão para todos os créditos a vencer na razão de 0,5% (meio por cento), constituindo assim, uma reserva de provisão de 0,5% (meio por cento) sobre o total de direitos creditórios a vencer.

A provisão para devedores duvidosos feita pelo Fundo atinge ainda os demais direitos de créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, estabelece-se um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas, por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado "efeito vagão".

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

i. **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;

ii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

4 Títulos e valores mobiliários -- Continuação

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Títulos para negociação	2012		Faixas de vencimento
	Curva	Mercado	
Letras Financeiras do Tesouro	82.405	82.770	Após 1 ano
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	104	698	Após 1 ano
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	553	6.834	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	83.062	90.302	

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Nos exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de rating especializada, conforme detalhado em 9 de fevereiro de 2012 no prospecto, tendo sido contratada para avaliação *Standard & Poors* que atribuiu, o rating brAA (sf) na sua escala nacional às cotas seniores (12º e 13º série) .

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

7 Direitos creditórios

Os direitos de crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito constantes do Regulamento do Fundo, compreendem os direitos de crédito identificados em cada termo de cessão, representados por duplicatas, notas promissórias e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos de crédito.

A Gestora é a única responsável pela análise e seleção dos direitos de crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e que possui tecnicamente habilidade para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos devedores dos direitos de crédito.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento do Fundo e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- i. O total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo contrato de cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou \$ 3.000. 000,00 (três milhões de reais);
- ii. O total de obrigação de cada sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$ 2.500.00,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);
- iii. Os direitos de crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- iii. Os direitos de crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- v. Os direitos de crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (% PL)	Máximo (% PL)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

7 Direitos creditórios -- Continuação

Os limites de concentração estabelecidos deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até o segundo grau ("Grupo Econômico").

a. Critérios de elegibilidade

O Fundo somente adquirirá direitos de crédito que atendam, na data de aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- i. Devem ser representadas por duplicatas, notas promissórias e cheques originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- ii. Os Cedentes dos direitos de crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- iii. Os prazos de vencimento dos direitos de crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das cotas seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado pro forma antes da aquisição pretendida; e
- iv. Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, calculado pro forma antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos grupos econômicos que serão verificados pela Gestora.

A verificação do enquadramento dos direitos de crédito aos critérios de elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do contrato de cessão, o atendimento do direito de crédito adquirido as condições de aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos direitos de crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda a verificação do enquadramento de tais direitos de crédito aos critérios de elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

7 Direitos creditórios -- Continuação

b. Condições de aquisição

A Gestora deverá ofertar ao Fundo direitos de crédito que atendam às seguintes condições de aquisição:

- i. Os direitos de crédito elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Regulamento do Fundo;
- ii. Os direitos de crédito elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- iii. Os sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo direitos de crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado;
- iv. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito de sacados inadimplentes se o total de direitos de crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- v. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- vi. O Fundo poderá comprar direito de crédito de Cedentes que possuam direitos de crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- vii. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito de Cedentes cujo índice de direitos de crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
- viii. O somatório do valor total de direitos de crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- ix. O somatório do valor total de direitos de crédito oriundos das 4 (quatro) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais)

7 Direitos creditórios -- Continuação

b. Condições de aquisição -- Continuação

- x. Devem observar a taxa mínima de cessão;
- xi. O respectivo sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- xii. O Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

c. Composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Rating	Nível de risco	Parcelas			PCLD	
		A vencer	Vencidos	Total	%	Valor
A	Até 14 dias	129.697	15.012	144.709	0,5	723
B	Entre 15 e 30 dias	4.800	3.278	8.078	1,0	81
C	Entre 31 e 60 dias	1.381	9.847	11.228	3,0	337
D	Entre 61 e 90 dias	587	3.502	4.089	10,0	409
E	Entre 91 e 120 dias	1.773	3.942	5.715	30,0	1.714
F	Entre 121 e 150 dias	2.583	3.811	6.394	50,0	3.197
G	Entre 151 e 180 dias	351	7.718	8.069	70,0	5.648
H	Superior a 180 dias	21	4.491	4.512	100,0	4.512
		141.193	51.601	192.794		16.621

d. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	2012
Saldo inicial	7.095
Constituições	16.684
Reversões	(7.157)
Saldo final	16.622

- e. Durante o exercício foram efetuadas Recompras de direitos de crédito no montante de R\$ 96.745 (noventa e seis milhões e setecentos e quarenta e cinco mil reais).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

8 Gerenciamento de riscos

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como investidores qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das cotas do Fundo.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos direitos de crédito e ativos financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os direitos de crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das cotas à liquidação dos direitos de crédito e/ou dos ativos financeiros, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma reserva de amortização para pagamento das amortizações e resgates das cotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos direitos de crédito ao cumprimento do cronograma descrito na nota explicativa nº 10.b.

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos acima, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a reserva de amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma descrito na nota explicativa nº 10.b.

A Administradora deverá manter no mínimo 1% do Patrimônio Líquido do Fundo alocado em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; e operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos ("Reserva de Liquidez").

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

9 Valorização das cotas do Fundo

As cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo e não serão resgatáveis.

Cotas seniores

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- i. Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas;
- ii. Valor unitário de emissão a ser fixado em R\$ 100;
- iii. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- iv. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá a 4 (quatro) votos.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

As cotas seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de distribuição da respectiva série de cotas seniores, sendo que os custos desta distribuição serão diferidos ao longo do período mencionado.

Cotas mezanino

As cotas mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- i. Subordinam-se às cotas seniores e tem prioridade em relação às cotas subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento do Fundo;
- ii. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação quando da sua emissão;
- iii. Valor unitário de emissão a ser fixado em R\$ 100;
- iv. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- v. Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada cota mezanino corresponderá a 4 (quatro) votos; e
- vi. Não apresentam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de cotas mezanino, exceção feitas às condições estabelecidas expressamente nos respectivos suplementos.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

9 Valorização das cotas do Fundo -- Continuação

Cotas subordinadas

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- i. Subordinam-se às cotas seniores às cotas mezanino para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento do Fundo;
- ii. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores e das cotas mezanino em circulação, admitindo-se resgate em direitos de créditos;
- iii. Valor unitário de emissão de R\$ 25 na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo que as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão calculado com base no item abaixo;
- iv. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento do Fundo; e
- v. Cada cota subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, exceto aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de eventos de liquidação ou da avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas no Regulamento do Fundo.

Cota	Rentabilidade
11ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	125% DI
12ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	130% DI
13ª distribuição pública de cotas seniores - cotas seniores da 2ª série	127% DI
1ª emissão de cotas mezanino	140% DI

10 Emissões, resgates e amortizações de cotas

Emissão

As cotas do Fundo são emitidas por seu valor na data em que os recursos são colocados pelos investidores qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo, por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A partir da 1ª data de emissão de cada série de cotas seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário de cota sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

10 Emissões, resgates e amortizações de cotas – Continuação

Os critérios de determinação do valor das cotas seniores tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das cotas seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas cotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das cotas seniores não farão jus, em hipótese, alguma, quando da amortização ou resgate de suas cotas, a uma remuneração superior ao valor de tais cotas, na respectiva data de amortização ou data de resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de cotas.

A partir da 1º data de emissão de cada classe de cotas mezanino, seu respectivo valor será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da respectiva classe de cotas mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida.

A partir da 1º data de emissão de cotas subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das cotas seniores e das cotas mezanino em circulação, dividido pelo número de cotas subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

Amortização e resgate de cotas

As cotas seniores e cotas mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas datas de resgate.
Houve resgate total das cotas relacionadas abaixo:

Cotas seniores II – 11º distribuição resgatadas em 29 de setembro de 2011 no valor total de R\$ 87.118 mil reais representando 716,977 cotas.

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores e de qualquer classe de cotas mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no seu Regulamento.

Desde que o patrimônio líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas amortizações programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores e de uma ou mais classes de cotas mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos cotistas das classes e séries afetadas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

10 Emissões, resgates e amortizações de cotas – Continuação

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma reserva de amortização para pagamento das amortizações e resgates de cotas (a "Reserva de Amortização"). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos direitos de crédito ao cumprimento do cronograma abaixo:

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a reserva de amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas datas de amortização e resgates:

Número de dias corridos antes das datas de amortização ou da data de resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgate
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a reserva de amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá calcular o índice de liquidez da carteira mensalmente, a ser definido como a razão entre: (i) caixa + ativos financeiros + direitos de crédito de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração ("Índice de Liquidez").

Para fins de apuração, o índice de liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um), caso o índice de liquidez, permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período, a Administradora deverá tomar as providências relativas a ocorrências de um evento de liquidação.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
 (Em milhares de Reais)

10 Emissões, resgates e amortizações de cotas – Continuação

Quadro de amortização

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Sênior II - 12º distribuição	09/09/2011	22.792
	09/12/2011	23.604
	09/03/2012	24.385
	Total	70.781
Sênior II - 13º distribuição	10/10/2011	4.278
	10/01/2012	4.630
	10/04/2012	4.107
	Total	13.015
Subordinada	02/05/2011	782
	12/05/2011	10
	20/05/2011	685
	01/06/2011	783
	17/06/2011	771
	21/06/2011	1.100
	01/07/2011	817
	07/07/2011	2.820
	19/07/2011	1.099
	01/08/2011	1.265
	19/08/2011	885
	25/08/2011	203
	01/09/2011	924
	20/09/2011	1.070
	03/10/2011	965
	19/10/2011	926
	01/11/2011	1.054
	11/11/2011	281
	16/11/2011	100
	18/11/2011	1.433
	01/12/2011	262
	19/12/2011	1.647
	02/01/2012	833
	20/01/2012	1.090
	01/02/2012	900
	02/02/2012	2.100
	17/02/2012	1.050
	01/03/2012	1.433
	08/03/2012	10.000
	19/03/2012	1.149
	02/04/2012	920
	19/04/2012	1.633
	Total	40.989

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

11 Enquadramento à razão de garantia – Continuação

A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das cotas seniores é igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento.).

Após a data de resgate das cotas seniores da 10ª emissão (“data do segundo rebaixamento da razão de garantia”), até a última data de resgate das cotas seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a razão de garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento).

Caso a razão de garantia seja inferior às razões de garantia definidas, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à razão de garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso os titulares das cotas subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista em Regulamento do Fundo, a mesma comunicará a agência de classificação de risco do desenquadramento no Fundo à razão de garantia.

A relação entre as cotas subordinadas e o total de cotas subordinadas e mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento), relação mínima.

Caso a relação mínima seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à relação mínima, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso os titulares das cotas subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora, a mesma comunicará a agência de classificação de risco do desenquadramento do Fundo à relação mínima.

12 Negociação de cotas

As cotas seniores e cada uma das classes das cotas mezanino são registradas para a negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP (para distribuição primária, as cotas são registradas para negociação na CETIP no Módulo de distribuição de cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administradora, observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam investidores qualificados.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

13 Custódia

Os títulos públicos e as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil. Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados na empresa SRM Consultoria e Cobrança Ltda. que foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios.

14 Taxa de administração

Taxa de administração

A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado e provisionado diariamente e pago mensalmente.

O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$ 5 (cinco mil reais) ao mês.

15 Provisão para contingências

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria – Exodus I é parte passiva em 763 ações judiciais cíveis, perante vários tribunais envolvendo questões de reparação de danos na esfera cível, decorrentes de curso normal das operações de direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo originados preponderantemente, por operações de natureza industrial de prestação de serviços e comerciais.

Para estes processos, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada fechamento de balanço. Em março de 2012 o valor total de contingências corresponde a R\$ 794.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

16 Evolução do valor da cota e rentabilidade – Não auditado

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%)
2º série 11º - distribuição	29/09/2011	121.507,90	6,25 (***)
	30/04/2011	114.363,30	13,43
	30/04/2010	100.827,07	0,83
	31/03/2010 (*)	100.000,00	-
2º série 12º - distribuição	30/04/2012	128.817,99	11,56 (**)
	30/04/2011	115.469,50	14,00
	30/04/2010	101.290,78	1,29
	17/03/2010 (*)	100.000,00	-
2º série 13º - distribuição	30/04/2012	110.257,68	10,26 (**)
	25/07/2011 (*)	100.000,00	-
Subordinada	30/04/2012	45.212,03	36,16 (**)
	30/04/2011	33.205,36	70,88 (**)
	30/04/2010	23.735,70	87,37 (**)
	30/04/2009	52.756,64	102,63 (**)
	30/04/2008	69.951,08	58,79 (**)
	30/04/2007	75.514,43	75,83
	30/04/2006	48.091,87	92,37
	22/06/2005 (*)	25.000,00	-

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) Início das respectivas cotas do Fundo.

(**) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídos as amortizações do exercício apresentadas na nota 11c, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

(***) Resgate total de cotas

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

17 Tributação

Imposto de renda

Os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, de acordo com o prazo de aplicação contado entre a data de aplicação e a data do resgate:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007)

O artigo 32 do Decreto 6.306/07 determina a incidência do IOF sobre o valor de resgate, à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado ao percentual de rendimento da operação, em função do prazo de aplicação. Esse limite percentual decresce à medida que aumenta o número de dias corridos entre a aplicação e o resgate de cotas, conforme tabela anexa ao Decreto 6.306/07. Para os resgates/amortizações efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança desse IOF.

18 Contrato de prestação de serviços

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

19 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

20 Distribuição de resultados

Os resultados auferidos são incorporados ao patrimônio com a correspondente variação do valor das cotas, de maneira que todos os cotistas dele participem proporcionalmente à quantidade de cotas possuídas.

21 Política de divulgação das informações

As informações relativas ao Fundo referente ao exercício findo em 31 de março de 2012 foram divulgadas das seguintes formas:

- Diariamente, no site de investimento do Administrador, o valor da cota do Fundo e seu respectivo patrimônio.
- Mensalmente, através do correio, extrato de conta contendo a rentabilidade auferida no mês, saldo das suas aplicações e movimentações.
- Colocadas à disposição, na sede do Administrador, informações sobre a composição da carteira.

22 Alterações estatutárias

Em 12/12/2011 foi realizada a Assembleia Geral de Quotistas que deliberou alteração do regulamento, conforme abaixo:

- alteração da Gestora do Fundo, que passa a ser a Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alameda Cleveland, nº 509, 4º andar, Campos Elíseos, CEP 01218-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.504.852/0001-32;
- alteração das porcentagens das Condições de Aquisição constantes das alíneas “(d)” e “(f)” do Parágrafo 3º do Artigo 28;
- inclusão do Parágrafo 5º no Artigo 28 do Regulamento para incluir provisões a serem tomadas no caso de desenquadramento dos limites de concentração estabelecidos no Artigo 28 do Fundo;
- alteração das alíneas “(a)” e “(d)” do Artigo 36 do Regulamento para incluir que cada Quota Sênior corresponderá a 4 (quatro) votos nas Assembleias Gerais;
- alteração da alínea “(e)” do Artigo 38 do Regulamento para incluir que cada Quota Mezanino corresponderá a 4 (quatro) votos nas Assembleias Gerais;
- alteração da redação do Parágrafo 3º do Artigo 54 do Regulamento para dar-lhe mais clareza;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

- alteração dos Artigos 60 e 61 do Regulamento para adaptar o cálculo do valor dos Direitos de Crédito e a forma de provisionamento e reconhecimento de perdas do Fundo com o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 489, de 14 de janeiro de 2011 ("Instrução CVM 489");
- inclusão do Parágrafo 2º no Artigo 65 do Regulamento para garantir o resgate antecipado de Quotas Seniores aos Quotistas dissidentes no caso estabelecido no caput do Artigo 65;
- alteração das alíneas "(a)" e "(b)" do Artigo 66 do Regulamento para alterar Eventos de Avaliação;
- inclusão da alínea "(g)" ao Artigo 72 do Regulamento para incluir nova competência da Assembleia Geral;
- alteração do Parágrafo 2º do Artigo 74 para incluir que, em segunda convocação, a Assembleia Geral se instalará com qualquer quorum;
- alteração do Artigo 75 do Regulamento para constar que, em Assembleia Geral, a (i) cada Quota Sênior ou a cada Quota Mezanino corresponde 4 (quatro) votos e (ii) cada Quota Subordinada corresponde 1 (um) voto;
- inclusão do Parágrafo Único ao Artigo 79 do Regulamento para incluir provisões constantes da Instrução CVM 489; e
- alteração da definição de Plano Contábil estabelecida no Anexo I ao Regulamento para adequá-lo à Instrução CVM 489.

23. Partes relacionadas

O Fundo não poderá realizar aplicações em direitos creditórios da instituição administradora e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I
CNPJ 07.399.646/0001-32

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Exercícios findos em 30 de abril de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

24 Outras informações

Em 14 de janeiro de 2011 foi promulgada a Instrução CVM 489, que dispõe sobre a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC e dos Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIC-FIDC, regidos pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 com aplicabilidade para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de agosto de 2011. A Administração está avaliando os impactos financeiros para o Fundo.

Diretor responsável:

Fernanda Ferraz Braga de Lima

Contadora:

Dolores Aparecida de Faria Oliveira

CRC 1SP164555/O-2



**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
da Indústria Exodus I**
CNPJ 07.399.646/0001-32
(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)
(CNPJ 33.918.160/0001-73)

Demonstrações financeiras
em 30 de abril de 2011



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Demonstrações financeiras

em 30 de abril de 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Demonstrativo da composição e diversificação da carteira	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras	7 - 31



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao(s)

Cotista(s) e à Administradora do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I (“Fundo”), administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 30 de abril de 2011 e a respectiva demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das



estimativas contábeis feitas pela administração do fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I em 30 de abril de 2011 e o desempenho das suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios

São Paulo, 29 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira

em 30 de abril de 2011

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificação	Valor atual	% sobre patrimônio líquido
Disponibilidades	5.589	1,95
Banco conta movimento	4.988	1,74
Banco conta cobrança	601	0,21
Aplicações interfinanceiras de liquidez	50.000	17,58
Notas do Tesouro Nacional	50.000	17,58
Títulos públicos	6.751	2,38
Notas do Tesouro Nacional - Série F	6.188	2,18
Notas do Tesouro Nacional - Série B	563	0,20
Direitos creditórios	222.657	78,30
Direitos creditórios a vencer	193.190	67,93
Direitos creditórios vencidos	36.562	12,86
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.095)	(2,49)
Valores a receber	823	0,29
Outros	823	0,29
Valores a pagar	(1.407)	(0,50)
Recebíveis a liquidar	(601)	(0,22)
Taxa de administração	(321)	(0,11)
Provisão para contingências	(442)	(0,16)
Custódia	(42)	(0,01)
Outros	(1)	-
Patrimônio líquido	284.413	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria
Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores
Mobiliários S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de abril de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2011	2010
Patrimônio líquido no início do exercício		
Cotas seniores II - 6ª distribuição 200,000 cotas a R\$ 32.836,213852	6.567	
Cotas seniores II - 7ª distribuição 34,000 cotas a R\$ 43.392,952647	1.475	
Cotas seniores II - 8ª distribuição 20,000 cotas a R\$ 53.732,461000	1.075	
Cotas seniores II - 10ª distribuição 500,869517 cotas a R\$ 112.489,691830	56.343	
Cotas seniores II - 11ª distribuição 273,434456 cotas a R\$ 100.827,071420	27.570	
Cotas seniores II - 12ª distribuição 615,631627 cotas a R\$ 101.290,782661	62.358	
Cotas subordinadas mezanino 25,000 cotas a R\$ 109.121,978400	2.728	
Cotas subordinadas 2.454,248304 cotas a R\$ 23.735,703056	58.253	
Cotas seniores II - 6ª distribuição 200,000 cotas a R\$ 59.204,428353		11.841
Cotas seniores II - 7ª distribuição 34,000 cotas a R\$ 58.678,848824		1.995
Cotas seniores II - 8ª distribuição 20,000 cotas a R\$ 58.128,498000		1.163
Cotas seniores II - 10ª distribuição 13,208517 cotas a R\$ 100.785,998208		1.331
Cotas subordinadas 409,85930395 cotas a R\$ 52.756,635098		21.623
Cotas emitidas		
Cotas seniores II 11ª distribuição 443,542094 cotas	46.122	
Cotas seniores II 12ª distribuição 318,578733 cotas	34.113	
Cotas subordinadas 393,025172 cotas	12.000	
Cotas seniores II 10ª distribuição 487,661 cotas		51.263
Cotas seniores II 11ª distribuição 273,434456 cotas		27.449
Cotas seniores II 12ª distribuição 615,632627 cotas		61.886
Cotas subordinadas mezanino 25,000 cotas		2.500
Cotas subordinadas 2.044,389 cotas		55.758
Amortização de cotas		
Cotas seniores II 6ª distribuição	(4.438)	
Cotas seniores II 7ª distribuição	(1.127)	
Cotas seniores II 8ª distribuição	(880)	
Cotas seniores II 10ª distribuição	(37.846)	
Cotas subordinadas mezanino	(1.899)	
Cotas subordinadas	(13.954)	
Cotas seniores II 6ª distribuição		(6.509)
Cotas seniores II 7ª distribuição		(734)
Cotas seniores II 8ª distribuição		(215)
Cotas subordinadas		(40.525)
Resgate de cotas		
Cotas seniores II 6ª distribuição 200,000 cotas	(1.668)	
Cotas seniores II 7ª distribuição 34,000 cotas	(284)	
Cotas seniores II 8ª distribuição 20,000 cotas	(167)	
Cotas seniores II 10ª distribuição 500,869517 cotas	(17.529)	
Cotas subordinadas mezanino 25,000 cotas	(833)	
Variação no resgate de cotas		
Cotas seniores II 6ª distribuição	(584)	
Cotas seniores II 7ª distribuição	(100)	
Cotas seniores II 8ª distribuição	(59)	
Cotas seniores II 10ª distribuição	(1.703)	
Cotas subordinadas mezanino	(133)	
Patrimônio líquido antes do resultado do exercício	225.400	188.826
Resultado do exercício		
Receitas	73.337	31.920
Rendas com direitos creditórios	67.141	29.582
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	4.609	1.059
Rendas de títulos e valores mobiliários	770	485
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	546
Outras rendas operacionais	817	248
Despesas	(14.324)	(4.377)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.629)	-
Taxa de administração	(3.444)	(1.337)
Taxa de Custódia	(486)	(350)
Serviços Bancários	(1.651)	(1.245)
Taxa CVM	(31)	(15)
Demandas Judiciais	(59)	(199)
Despesas administrativas	(4.024)	(1.231)
Resultado do exercício	59.013	27.543
Patrimônio líquido no final do exercício	284.413	216.369
Cotas seniores II - 11ª distribuição 716,97655 cotas a R\$ 114.363,305230	81.996	
Cotas seniores II - 12ª distribuição 934,210360 cotas a R\$ 115.469,498961	107.873	
Cotas subordinadas 2.847,273476 cotas a R\$ 33.205,356769	94.544	
Cotas seniores II - 6ª distribuição 200,000 cotas a R\$ 32.836,213852		6.567
Cotas seniores II - 7ª distribuição 34,000 cotas a R\$ 43.392,952647		1.475
Cotas seniores II - 8ª distribuição 20,000 cotas a R\$ 53.732,461000		1.075
Cotas seniores II - 10ª distribuição 500,869517 cotas a R\$ 112.489,691830		56.343
Cotas seniores II - 11ª distribuição 273,434456 cotas a R\$ 100.827,071420		27.570
Cotas seniores II - 12ª distribuição 615,631627 cotas a R\$ 101.290,782661		62.358
Cotas subordinadas mezanino 25,000 cotas a R\$ 109.121,978400		2.728
Cotas subordinadas 2.454,248304 cotas a R\$ 23.735,703056		58.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 30 de abril de 2011

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I iniciou suas atividades em 22 de junho de 2005 e foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, a partir da 1ª data de emissão de cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de direitos de crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos de crédito, tudo nos termos do contrato de cessão; e (ii) de ativos financeiros.

Os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo são originados, preponderantemente, por operações de natureza industrial, facultado à Administradora destinar o que exceder à parcela preponderante do Patrimônio Líquido do Fundo à aquisição de direitos de créditos originados por operações comerciais e de prestação de serviços.

O Fundo pode manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em direitos de créditos em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

(i) Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil - Bacen; e

(ii) Operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima.

A atividade de gestão da carteira do Fundo fica a cargo da SRM Consultoria e Administração de Recursos e Finanças Ltda.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Não obstante a diligência da Administradora no gerenciamento dos recursos do Fundo, a política de investimento coloca em risco o patrimônio deste, pelas características dos ativos que o compõem os quais o sujeitam às oscilações do mercado e aos riscos de crédito inerente a tais investimentos, podendo, inclusive, ocorrer perda do capital investido.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

2 Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelas normas previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e por demais orientações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

b. Títulos públicos

Os títulos públicos integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável, em função da classificação dos títulos (Nota Explicativa nº 4).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

c. Direitos creditórios a receber

i. Direitos creditórios a vencer

São avaliados pelo seu valor de aquisição, e acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

ii. Direitos creditórios vencidos e não pagos

Estão integralmente registrados pelo valor contratado, acrescido dos rendimentos até a data do seu vencimento.

iii. Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD)

A metodologia utilizada pelo Fundo está expressa nos artigos 60 e 61 do Regulamento do Fundo. De acordo com o artigo 61 do Regulamento do Fundo, as perdas e provisões relacionadas aos direitos de crédito adquiridos e que se encontrem vencidos e não pagos serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do exercício, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução CMN nº 2.682.

O Fundo também realiza a provisão para todos os créditos a vencer na razão de 0,5% (meio por cento).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa feita pelo Fundo atinge ainda os demais direitos de créditos do mesmo devedor inadimplente, ou seja, estabelece-se um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas, por se referirem a direitos de crédito a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

d. Provisão para contingências

As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Gestora, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são classificadas de acordo com o risco de perda “Provável”, “Possível” e “Remota”, baseado na opinião dos consultores jurídicos do Fundo e, para aquelas classificadas com risco de perda “Provável”, é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Fundo.

4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas de acordo com a intenção de negociação, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado;
- ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

a. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira e suas respectivas faixas de vencimento estão assim classificados:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

Títulos para negociação	Curva	Valor de mercado	Resultado	Faixas de vencimento
Títulos de emissão do Tesouro Nacional:				
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	<u>553</u>	<u>563</u>	<u>10</u>	Após 1 ano
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	<u>6.119</u>	<u>6.188</u>	<u>69</u>	Após 1 ano
Total dos títulos para negociação	<u>6.672</u>	<u>6.751</u>	<u>79</u>	

b. Valor de mercado

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado com base nos preços unitários (PUs) divulgados nos boletins publicados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais).

5 Instrumentos financeiros derivativos

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Nos exercícios findos em 30 de abril de 2011 e 2010, o Fundo não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Rating

O Fundo é avaliado trimestralmente por empresa de *rating* especializada, tendo sido contratada para avaliação a *Standard & Poors* que atribuiu o rating brAA(sf) na sua escala nacional à 11ª e 12ª séries de cotas seniores e o *rating* preliminar brAA(sf) à 13ª série das cotas seniores, sendo que até a data de publicação do relatório (2 de junho de 2011), a 13ª série de cotas seniores ainda não tinha sido distribuída.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

7 Direitos creditórios

Os direitos de crédito cedidos e transferidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e da Política de Concessão de Crédito constantes do Regulamento do Fundo, compreendem os direitos de crédito identificados em cada termo de cessão, representados por duplicatas, notas promissórias e cheques, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos de crédito.

A Gestora é a única responsável pela análise e seleção dos direitos de crédito a serem adquiridos pelo Fundo, e que possui tecnicamente habilidade para realizar a avaliação da capacidade econômica dos Cedentes, bem como dos respectivos devedores dos direitos de crédito.

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento do Fundo e na legislação e regulamentação aplicáveis, observado ainda que:

- a. O total de coobrigação e de cessão de créditos de qualquer Cedente, conforme previsto no respectivo contrato de cessão, não poderá vir a representar mais de 7% (sete por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou \$ 3.000 (três milhões de Reais);
- b. O total de obrigação de cada sacado não poderá ser superior a 2,5% (dois e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo ou R\$ 2.500 (dois milhões e quinhentos mil Reais);
- c. Os direitos de crédito representados por duplicatas devem representar no mínimo 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- d. Os direitos de crédito representados por cheques devem representar no máximo 5% do Patrimônio Líquido do Fundo; e

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

- e. Os direitos de crédito deverão ser lastreados em operações dos setores listados abaixo, de acordo com os seguintes limites:

Setor	Mínimo (% PL)	Máximo (% PL)
Industrial	50%	100%
Comercial	0%	50%
Prestação de Serviços	0%	30%

Os limites de concentração estabelecidos deverão ser verificados pela Gestora e observados com relação ao grupo econômico do Cedente, incluindo desta forma, seu controlador, sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até o segundo grau ("Grupo Econômico").

a. Critérios de elegibilidade

O Fundo somente adquirirá direitos de crédito que atendam, na data de aquisição e pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- Devem ser representadas por duplicatas, notas promissórias e cheques originados por empresas com sede no país (independentemente de terem como sócios diretos ou indiretos pessoas físicas ou jurídicas sediadas no exterior), que atuem nos setores industrial, comercial ou de prestação de serviços no Brasil;
- Os Cedentes dos direitos de crédito devem ser pessoas jurídicas inscritas, no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Os prazos de vencimento dos direitos de crédito devem ser de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de formalização da respectiva cessão, não podendo ser posterior à última data de vencimento das cotas seniores em circulação, sendo que o prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 65 (sessenta e cinco) dias, calculado pro forma antes da aquisição pretendida; e

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

- iv. Devem observar os limites mínimos e máximos de concentração com relação à carteira e ao Patrimônio Líquido, calculado pro forma antes da aquisição pretendida, exceto com relação aos grupos econômicos que serão verificados pela Gestora.

A verificação do enquadramento dos direitos de crédito aos critérios de elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante.

A Gestora ficará responsável ainda por confirmar à Administradora e ao Custodiante, nos termos do contrato de cessão, o atendimento do direito de crédito adquirido as condições de aquisição e a enviar à Administradora e ao Custodiante a relação dos direitos de crédito ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda a verificação do enquadramento de tais direitos de crédito aos critérios de elegibilidade previamente à sua aquisição pelo Fundo.

b. Condições de aquisição

A Gestora deverá ofertar ao Fundo direitos de crédito que atendam às seguintes condições de aquisição:

- i. Os direitos de crédito elegíveis devem ter sido originados e formalizados de acordo com a política de concessão de crédito descrita no Regulamento do Fundo;
- ii. Os direitos de crédito elegíveis devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- iii. Os sacados não devem apresentar apontamentos junto ao Serasa, SPC e/ou Equifax quanto a cheques sem fundos, execuções judiciais, exceto execuções fiscais, falência e recuperação judicial decretada. Excepcionalmente, a Gestora poderá ofertar ao Fundo direitos de crédito oriundos de Sacados que apresentem protestos, e/ou execução judicial desde que a soma dos valores relativos a estas pendências não superem o montante equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social do Sacado;

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

- iv. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito de sacados inadimplentes se o total de direitos de crédito inadimplidos acima de 60 (sessenta) dias representar mais do que 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- v. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito originados de operações de recompra acima do valor total equivalente a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- vi. O Fundo poderá comprar direito de crédito de Cedentes que possuam direitos de crédito vencidos e não pagos acima de 60 (sessenta) dias, desde que o saldo devedor deste Cedente não represente mais do que 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- vii. O Fundo não poderá adquirir direitos de crédito de Cedentes cujo índice de direitos de crédito liquidados parcialmente for superior a 10% (dez por cento) nos últimos 12 (doze) meses;
- viii. O somatório do valor total de direitos de crédito oriundos dos 10 (dez) maiores Cedentes, deverá ser igual ou inferior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- ix. O somatório do valor total de direitos de crédito oriundos das 4 (quatro) maiores Cedentes deverá ser igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- x. Devem observar a taxa mínima de cessão (150% do CDI);
- xi. O respectivo sacado não esteja em processo de falência ou recuperação judicial; e
- xii. O Cedente deverá ter declarado que (i) não utiliza trabalho escravo e infantil; (ii) possui todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, inclusive todas as licenças ambientais.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

c. Composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

Contratos	Parcelas			PCLD	PCLD
	A vencer	Vencidos	Total	%	Valor
A vencer e vencidos até 14 dias	172.153	13.122	185.275	0,5	926
Vencido entre 15 e 30 dias	8.978	5.370	14.348	1	143
Vencido entre 31 e 60 dias	6.639	7.351	13.990	3	420
Vencido entre 61 e 90 dias	2.036	2.954	4.990	10	499
Vencido entre 91 e 120 dias	2.522	3.680	6.202	30	1.861
Vencido entre 121 e 150 dias	676	1.282	1.958	50	979
Vencido entre 151 e 180 dias	184	2.222	2.406	70	1.684
Superior a 180 dias	<u>2</u>	<u>581</u>	<u>583</u>	100	<u>583</u>
	<u>193.190</u>	<u>36.562</u>	<u>229.752</u>		<u>7.095</u>

d. Movimentação da provisão para devedores duvidosos

Saldo inicial em 30 de abril de 2010:	(2.466)
Constituições:	(8.614)
Reversões:	<u>3.985</u>
Saldo final em 30 de abril de 2011:	<u>(7.095)</u>

e. Recompras de direitos creditórios

No exercício findo em 30 de abril de 2011, houve recompras de ativos adimplentes e inadimplentes no montante de R\$ 39.586 (trinta e nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil Reais), gerando um resultado positivo ao Fundo de R\$ 1.363 (um milhão, trezentos e sessenta e três mil Reais), proveniente da diferença entre o valor presente e o valor pago pelo adquirente.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

8 Gerenciamento de riscos

Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos as flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociações atípicas do mercado de atuação e, apesar de a Administradora manter sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

O risco do Fundo está diretamente ligado às aplicações efetuadas na forma da sua política de investimento, definida em seu Regulamento, cujo cumprimento é monitorado pelo Sistema de Controle de Fundos da Administradora. Além disso, os riscos relacionados ao Fundo encontram-se descritos em seu Regulamento e em seu Prospecto.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos direitos de crédito e ativos financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os direitos de crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das cotas à liquidação dos direitos de crédito e/ou dos ativos financeiros, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

9 Valorização das cotas do Fundo

As cotas do Fundo podem ser seniores ou subordinadas, correspondem a frações ideais do Patrimônio Líquido do Fundo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a.** Prioridade de amortização e/ou resgate em relação às cotas subordinadas;
- b.** Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- c.** Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada cota sênior corresponderá a 1 (um) voto.

O valor total das cotas seniores é equivalente ao somatório do valor das cotas seniores de cada série, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de cotas seniores, dos dois o menor.

As cotas seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data da publicação do anúncio de distribuição da respectiva série de cotas seniores, sendo que os custos desta distribuição serão diferidos ao longo do período mencionado.

As cotas mezanino tinham as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a.** Subordinavam-se às cotas seniores e tinham prioridade em relação às cotas subordinadas para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento do Fundo;
- b.** Somente poderiam ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores em circulação quando da sua emissão;
- c.** Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate;
- d.** Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada cota mezanino correspondia 1 (um) voto; e

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

- e. Não apresentavam relação de subordinação entre si para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento do Fundo, sendo expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de cotas mezanino, exceção feitas às condições estabelecidas expressamente nos respectivos suplementos.

As cotas subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a. Subordinam-se às cotas seniores às cotas mezanino para fins de amortização e/ou resgate, observado o Regulamento do Fundo;
- b. Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores e das cotas mezanino em circulação, admitindo-se resgate em direitos de créditos;
- c. Valor unitário de emissão de R\$ 25 na 1ª emissão de cotas subordinadas, sendo que as cotas subordinadas emitidas posteriormente terão seu valor unitário de emissão calculado com base no item abaixo;
- d. Valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento do Fundo; e
- e. Cada cota subordinada corresponderá a 1 (um) voto e terá direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, excetos aquelas que deliberarem a respeito da ocorrência de eventos de liquidação ou da avaliação do Fundo, ou que deliberarem a respeito do descumprimento pela Gestora das suas obrigações estabelecidas no Regulamento do Fundo.

**Valor de
sobretaxa do CDI - %**

6º distribuição pública de cotas seniores

Taxa média do CDI
acrescido de 2% ao ano

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

	Valor de sobretaxa do CDI - %
7º distribuição pública de cotas seniores	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
8º distribuição pública de cotas seniores	Taxa média do CDI acrescido de 2% ao ano
	Valor de sobretaxa do CDI - %
10º distribuição pública de cotas seniores	132%
11º distribuição pública de cotas seniores	125%
12º distribuição pública de cotas seniores	130%
1º emissão de cotas mezanino	140%

10 Emissões, resgates e amortizações de cotas

a. Emissão

As cotas do Fundo são emitidas por seu valor na data em que os recursos são colocados pelos investidores qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo, por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A partir da 1ª data de emissão de cada série de cotas seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário de cota sênior no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida para a série.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

Os critérios de determinação do valor das cotas seniores tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das cotas seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas cotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os titulares das cotas seniores não farão jus, em hipótese, alguma, quando da amortização ou resgate de suas cotas, a uma remuneração superior ao valor de tais cotas, na respectiva data de amortização ou data de resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de cotas.

A partir da 1º data de emissão de cada classe de cotas mezanino, seu respectivo valor será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da respectiva classe de cotas mezanino no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no período com base na meta de rentabilidade prioritária estabelecida.

A partir da 1º data de emissão de cotas subordinadas, seu valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido do valor das cotas seniores e das cotas mezanino em circulação, dividido pelo número de cotas subordinadas em circulação, na respectiva data de cálculo.

b. Amortização e resgate de cotas

As cotas seniores e cotas mezanino de cada emissão serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas datas de resgates constantes nos respectivos suplementos de cada série de cotas.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

Houve resgate total das cotas relacionadas abaixo:

Cotas seniores II – 6º distribuição resgatadas em 29 de julho de 2010 no valor total de R\$ 2.252 representando 200,000 cotas.

Cotas seniores II – 7º distribuição resgatadas em 30 de agosto de 2010 no valor total de R\$ 384 representando 34,000 cotas.

Cotas seniores II – 8º distribuição resgatadas em 29 de setembro de 2010 no valor total de R\$ 226 representando 20,000 cotas.

Cotas seniores II – 10º distribuição resgatadas em 9 de julho de 2010 no valor total de R\$ 19.232 representando 500,869517 cotas.

Cotas mezanino 1º emissão resgatadas em 8 de outubro de 2010 no valor total de R\$ 966 representando 25,000 cotas.

O Fundo poderá realizar amortizações programadas de qualquer série de cotas seniores e de qualquer classe de cotas mezanino a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no seu Regulamento.

Desde que o Patrimônio Líquido do Fundo permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, poderá ocorrer alterações nas amortizações programadas de uma ou mais séries específicas de cotas seniores e de uma ou mais classes de cotas mezanino em circulação, nas datas e valores a serem estipulados, desde que deliberado pela totalidade dos cotistas das classes e séries afetadas.

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá instruir o Custodiante a constituir uma reserva de amortização para pagamento das amortizações e resgates de cotas (a “reserva de amortização”). Para tanto, a Administradora e a Gestora deverão condicionar a aquisição de novos direitos de crédito ao cumprimento do cronograma contido na tabela abaixo.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

A tabela abaixo mostra os valores que deverão compor a reserva de amortização (em percentual sobre o valor estimado das amortizações e resgates), conforme o número de dias a decorrer até as próximas datas de amortização e resgates:

Número de dias corridos antes das datas de amortização ou da data de resgate	Percentual do valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgate
45	50%
20	100%

A Administradora somente descontinuará os procedimentos descritos, quando a soma do valor de saque, resgate e/ou alienação dos outros ativos que integram a reserva de amortização, líquidos de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, seja equivalente aos valores determinados conforme o cronograma acima.

A Administradora deverá calcular o índice de liquidez da carteira mensalmente, sendo este a razão entre: (i) caixa + ativos financeiros + direitos de crédito de sacados adimplentes a vencer nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração; e (ii) as amortizações e encargos devidos pelo Fundo nos próximos 30 (trinta) dias da data de apuração (“índice de liquidez”).

Para fins de apuração, o índice de liquidez deverá ser maior ou igual a 1 (um). Caso o índice de liquidez, permaneça com valor menor a 1 (um) pelo período de 15 dias consecutivos, a Administradora deverá tomar as providências relativas a ocorrências de um evento de liquidação.

c. Quadro de amortização

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Sênior II - 6º distribuição	28/05/2010	2.209
	29/06/2010	<u>2.229</u>
		<u>4.438</u>

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Sênior II - 7º distribuição	28/05/2010	372
	29/06/2010	376
	29/07/2010	<u>379</u>
		<u>1.127</u>
Sênior II - 8º distribuição	28/05/2010	217
	29/06/2010	219
	29/07/2010	221
	30/08/2010	<u>223</u>
		<u>880</u>
Sênior II - 10º distribuição	07/05/2010	18.825
	09/06/2010	<u>19.021</u>
		<u>37.846</u>
Subordinada Mezanino 1º emissão	08/08/2010	944
	09/09/2010	<u>955</u>
		<u>1.899</u>

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

Classe/Série	Data de amortização	Total amortizado
Subordinada	03/05/2010	300
	20/05/2010	215
	01/06/2010	400
	22/06/2010	205
	01/07/2010	170
	20/07/2010	300
	08/08/2010	700
	20/08/2010	330
	01/09/2010	500
	28/09/2010	145
	29/09/2010	3.000
	01/10/2010	410
	20/10/2010	430
	01/11/2010	560
	19/11/2010	436
	01/12/2010	510
	17/12/2010	1.020
	03/01/2011	500
	26/01/2011	132
	31/01/2011	20
	01/02/2011	1.167
	07/02/2011	17
	18/02/2011	582
	01/03/2011	655
	18/03/2011	735
	21/03/2011	140
	20/04/2011	353
	29/04/2011	<u>22</u>
		<u>13.954</u>

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

d. Enquadramento à razão de garantia

A relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das cotas seniores deve ser igual ou superior a 137% (cento e trinta e sete por cento).

Após a data de resgate das cotas seniores da 10ª emissão (“data do segundo rebaixamento da razão de garantia”), até a última data de resgate das cotas seniores, a Administradora verificará, todo dia útil se a razão de garantia é igual ou superior a 125% (cento e vinte e cinco por cento).

Caso a razão de garantia seja inferior às razões de garantia definidas, a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à razão de garantia, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso os titulares das cotas subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora prevista em Regulamento do Fundo, a mesma comunicará a agência de classificação de risco do desenquadramento no Fundo à razão de garantia.

A relação entre as cotas subordinadas e o total de cotas subordinadas e mezanino somadas deverá representar sempre no mínimo 62% (sessenta e dois por cento).

Caso a relação mínima seja inferior a 62% (sessenta e dois por cento), a Administradora deverá comunicar os titulares de cotas subordinadas para que decidam se realizarão aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à relação mínima, mediante a emissão e subscrição de novas cotas subordinadas.

Caso os titulares das cotas subordinadas decidam que não realizarão o aporte adicional de recursos, ou não enviem resposta à Administradora em 30 (trinta) dias contados da comunicação da Administradora, a mesma comunicará a agência de classificação de risco do desenquadramento do Fundo à relação mínima.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

Caso a razão garantia não seja observada por um período de 30 dias consecutivos contados da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos cotistas subordinados e caso a relação mínima permaneça inferior a 62% por um período de 30 dias consecutivos contados da data de recebimento da notificação de desenquadramento pelos cotistas subordinados, tais eventos serão considerados eventos de avaliação do Fundo, nos termos do artigo 64 do capítulo XVIII.

11 Negociação de cotas

As cotas seniores e cada uma das classes das cotas mezanino são registradas para a negociação em bolsa de valores, sistema de balcão organizado, ou no SomaFix e/ou BovespaFix e na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”) (para distribuição primária, as cotas são registradas para negociação na CETIP no Módulo de distribuição de cotas e, para negociação no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados), a critério da Administradora, observado que: (i) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das cotas sejam investidores qualificados.

12 Custódia

Os títulos públicos e as operações compromissadas estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil. Os títulos representativos dos direitos creditórios são custodiados na empresa SRM Consultoria e Cobrança Ltda. que foi contratada como fiel depositária da documentação relativa aos direitos creditórios.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

13 Encargos do Fundo

Taxa de administração

A Administradora e a Gestora receberão, pela prestação de serviços ao Fundo, a título de taxa de administração, o percentual anual de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Patrimônio Líquido, apurado e provisionado diariamente e pago no quinto dia útil do mês subsequente à sua apuração e provisionamento.

O valor mínimo mensal da taxa de administração será de R\$ 5 (cinco mil Reais).

14 Provisão para contingências

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria - Exodus I é parte passiva em ações judiciais, em 30 de abril de 2011, perante vários tribunais envolvendo questões de reparação de danos na esfera cível, decorrentes do curso normal das operações de direitos creditórios adquiridos pelo Fundo, sendo originados preponderantemente, por operações de natureza industrial, de prestação de serviços e comerciais.

Com base na opinião de seus advogados, a administração do Fundo decidiu provisionar R\$ 442 mil para a data-base 30 de abril de 2011, utilizando como base o valor de R\$ 5 mil por causa, a título de indenização por danos morais, e o valor dos honorários advocatícios calculado em 10% do valor de cada causa.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

15 Evolução do valor da cota e rentabilidade

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%) (**) (***)
2º série 6º - distribuição	29/07/2010	11.260,825650	2,88
	30/04/2010	32.836,213852	10,92
	30/04/2009	59.204,428353	14,92
	30/04/2008	51.517,861253	3,04
	31/01/2008 (*)	50.000,000000	-
2º série 7º - distribuição	30/08/2010	11.279,268529	3,97
	30/04/2010	43.392,952647	10,92
	30/04/2009	58.678,848824	14,92
	30/04/2008	51.060,518235	2,12
	28/02/2008 (*)	50.000,000000	-
2º série 8º - distribuição	29/09/2010	11.286,469000	5,03
	30/04/2010	53.732,461000	10,92
	30/04/2009	58.128,498000	14,92
	30/04/2008	50.581,620000	1,16
	27/03/2008 (*)	50.000,000000	-
2º série 10º - distribuição	09/07/2010	38.398,374661	2,41
	30/04/2010	112.489,691830	11,61
	30/04/2009	100.785,998208	0,79
	07/04/2009 (*)	100.000,000000	-
2º série 11º - distribuição	30/04/2011	114.363,305230	13,43
	30/04/2010	100.827,071420	0,83
	31/03/2010 (*)	100.000,000000	-
2º série 12º - distribuição	30/04/2011	115.469,498961	14,00

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

	Data	Cota (R\$)	Rentabilidade (%) (**) (***)
	30/04/2010	101.290,782661	1,29
	17/03/2010 (*)	100.000,000000	-
1º emissão de cotas mezanino	08/10/2010	38.657,919600	6,28(***)
	30/04/2010	109.121,978400	9,12
	27/07/2009 (*)	100.000,000000	-
Subordinada	30/04/2011	33.205,356769	70,88 (**)
	30/04/2010	23.735,703056	87,37(**)
	30/04/2009	52.756,635098	102,63(**)
	30/04/2008	69.951,083363	58,79(**)
	30/04/2007	75.514,434937	75,83
	30/04/2006	48.091,874722	92,37
	22/06/2005 (*)	25.000,000000	-

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) Início das respectivas cotas do Fundo.

(**) Para efeito do percentual da rentabilidade foram incluídos as amortizações do exercício apresentadas na nota 10c, representando o efetivo resultado auferido pelos cotistas.

(***) Resgate total de cotas.

16 Despesas administrativas

O saldo de despesas administrativas é composto, basicamente, por despesas com custo de distribuição de cotas no montante de R\$ 3.097 mil, honorários advocatícios de R\$ 299 mil e despesas de correspondência no montante de R\$ 251 mil.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Indústria Exodus I

(Administrado pela Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o valor unitário da cota)

17 Tributação

Os rendimentos auferidos serão tributados pelas regras abaixo:

- Seguindo a expectativa da Administradora e da Gestora de manter a carteira do Fundo, exceto direitos creditórios, com prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estarão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas, entre a data de aplicação e a data de amortização/resgate:
 - i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
 - iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
 - iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

18 Contrato de prestação de serviço de controladoria e custódia

A Administradora contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão para prestar serviços de tesouraria, custódia, escrituração de cotas e controle de ativos e passivos relativos a este Fundo, de acordo com as normas legais e regulamentares.

19 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, registre-se que a Administradora, no período, não contratou outros serviços prestados pelos seus auditores independentes relacionados aos fundos de investimento por ela administrados. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI

Informações Periódicas Trimestrais relativas aos períodos encerrados
em dezembro de 2012 e março e junho de 2013

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

São Paulo, 13 de fevereiro de 2013.

**Exodus I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
da Indústria
CNPJ: 07.399.646/0001-32**

Relatório Trimestral: 4º Trimestre de 2012

1) DADOS DO FUNDO

Administrador: Gradual CCTVM S.A.

Gestor: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Custodiante: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Controlador de Ativo: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Controlador de Passivo: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Escriturador de Cotas: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Agência Classificadora de Riscos: Standard & Poor's

Auditoria Independente: Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Tipo de Condomínio: Fechado

Fundo Exclusivo: Não

Cotistas são vinculados por interesse único e indivisível: Sim

Emissão de cotas seniores: Sim

Patrimônio Líquido: R\$ 200.983.727,84

Tipo de cota: Subordinada e Sênior

2) DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1) SEGMENTO (S) DE ATUAÇÃO

O Fundo adquire Direitos Creditórios do Setor industrial, comercial e de prestação de serviços.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



2.2) DESCRICAO DOS DIREITOS CREDITARIOS

Os Direitos de Crédito são representados por duplicatas, cheques ou Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”).

2.3) DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DOS DIREITOS CREDITARIOS

Os Direitos de Crédito deverão contar com a documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e vendas a prazo deverão apresentar a comprovação da entrega de tais produtos, bem como a prestação de serviços deverão apresentar a comprovação da conclusão de tais serviços.

2.4) GARANTIAS

O Fundo deverá adquirir Direitos de Crédito com garantias reais equivalentes a, no mínimo, 100% (cem por cento) do seu valor, que poderá ser representado por duplicatas, cheques, notas promissórias, hipotecas ou alienação fiduciária de bens móveis e imóveis e de recebíveis.

2.5) POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão de crédito, que é parte integrante do regulamento do fundo, fica a cargo da Consultoria Especializada.

3) COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA:

	R\$ mil	% s/ PL
Ativos/Composição		
Direitos Creditórios - A vencer	135.416	
Direitos Creditórios - Vencidos	42.513	
Total de Direitos Creditórios	177.929	88,53%
(-) Prov. de Devedores Duvidosos	-11.272	-5,61%
Disponibilidades	79	0,04%
Operações Compromissadas	18.155	9,03%
Títulos Públicos	17.158	8,54%
Títulos Privados	0	0,00%
Outros valores	-1.065	-0,53%
Total do PL	200.984	100,00%

3.1) CONCENTRAÇÃO DO(S) CEDENTES (S) POR PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 10% EM RELAÇÃO AO PATRIMONIO LIQUIDO DO FUNDO:

Não se aplica, sendo que o maior cedente representa 2,70% do Patrimônio Líquido do Fundo.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



3.2) CONCENTRAÇÃO DOS 20 MAIORES SACADOS:

Sacado	%_PL
1	1,14
2	1,05
3	1,02
4	0,95
5	0,94
6	0,90
7	0,89
8	0,81
9	0,79
10	0,77
11	0,76
12	0,76
13	0,74
14	0,71
15	0,68
16	0,68
17	0,67
18	0,63
19	0,63
20	0,59

3.3) IMPACTO DAS RECOMPRAS E/OU PERMUTAS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:

Não se aplica

3.3.1) MOMENTO E MOTIVAÇÃO DA (S) RECOMPRAS

As recompras geralmente são motivadas pela falta de pontualidade nos pagamentos dos direitos creditórios pertencentes ao fundo.

3.3.2) MOMENTO E MOTIVAÇÃO DA (S) PERMUTAS

Não ocorreram permutas no período

3.4) DIREITOS CREDITÓRIOS LIQUIDADOS NA CEDENTE

Não se aplica

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



3.5) DIREITOS CREDITÓRIOS LIQUIDADOS ANTECIPADAMENTE

Não se aplica

3.6) EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

No período não houve quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de liquidação observados pela Administradora.

4) CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS E TAXAS DE DESCONTO/PRECIFICAÇÃO:

Durante o período, o fundo realizou novas operações utilizando-se uma taxa média compatível com o mercado para o setor. As taxas de desconto oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Dada a natureza dos direitos creditórios, os ativos integrantes da carteira são precificados conforme a sua curva de aquisição. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o Manual de Marcação a Mercado do custodiante/controlador.

5) METODOLOGIA E RESULTADO DA VERIFICAÇÃO DO LASTRO

Nos termos dos artigos 8º e 38º da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, o *Deutsche Bank*, na qualidade de custodiante do FIDC contratou a KPMG Risk Advisory Services Ltda. para aplicação dos procedimentos de auditoria de lastros. A verificação foi realizada por meio da execução dos seguintes procedimentos:

- a) Verificação da manutenção pelas cedentes, de determinados documentos relacionados aos direitos creditórios de titularidade do Fundo, atentando para sua aplicabilidade.
- b) Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não pagos.
- c) Verificação, junto ao Fiel Depositário, dos controles e procedimentos para salvaguarda dos documentos de propriedade do Fundo, tais como controle de acesso físico aos arquivos, mecanismos de prevenção contra incêndio, etc.

A aplicação destes procedimentos visa evidenciar:

- a) Que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados;
- b) Que as características dos direitos creditórios são fieis aos respectivos registros eletrônicos;
- c) Que há documentação de identificação física do cedente.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



Foram testadas todas as duplicatas que compunham os borderôs/itens selecionados e, a partir destes documentos, foi efetuada a soma de seus valores nominais em comparação à base de dados.

Adicionalmente, para uma amostra composta de até 10 (dez) cedentes/clientes, foram verificados documentos acessórios relacionados aos direitos creditórios, tais como:

- Contrato Social
- Ficha cadastral
- Declaração de IR
- Relatório de faturamento
- Cartão CNPJ
- Comprovante de endereço dos representantes legais
- CPF e RG dos representantes legais

5.1) CONSTATAÇÕES:

A documentação comprobatória dos direitos creditórios do Fundo é custodiada pela Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A (Fiel Depositária).

Durante a realização dos procedimentos para verificação do lastro dos direitos creditórios, constatou-se que todos os direitos creditórios encontram-se lastreados de acordo com a política do Fundo, sendo que 3 (três) dos 150 (cento e cinquenta) itens da amostra não foram apresentados para verificação, o que representa 0,001% do patrimônio líquido Fundo na referida data, bem como 4 (quatro) dos 150 (cento e cinquenta) itens da amostra que apresentaram divergências, o que representa 2,07% do patrimônio líquido Fundo na referida data.

Atenciosamente,

GRADUAL CCTVM S/A
Diretoria

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



São Paulo, 14 de maio de 2013.

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da
Indústria Exodus I**

CNPJ: 07.399.646/0001-32

Relatório Trimestral: 1º Trimestre de 2013

1) DADOS DO FUNDO

Administrador: Gradual CCTVM S.A.

Gestor: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Custodiante: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Controlador de Ativo: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Controlador de Passivo: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Escriturador de Cotas: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Agência Classificadora de Riscos: Standard & Poor's

Auditoria Independente: Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Tipo de Condomínio: Fechado

Fundo Exclusivo: Não

Cotistas são vinculados por interesse único e indivisível: Não

Emissão de cotas seniores: Sim

Patrimônio Líquido: R\$ 202.137.520,57

Tipo de cota: Subordinada e Sênior

2) DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1) SEGMENTO (S) DE ATUAÇÃO

O Fundo adquire Direitos Creditórios do Setor industrial, comercial e de prestação de serviços.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



2.2) DESCRICAO DOS DIREITOS CREDITARIOS

Os Direitos de Crédito são representados por duplicatas, cheques ou Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”).

2.3) DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DOS DIREITOS CREDITARIOS

Os Direitos de Crédito deverão contar com a documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e vendas a prazo deverão apresentar a comprovação da entrega de tais produtos, bem como a prestação de serviços deverão apresentar a comprovação da conclusão de tais serviços.

2.4) GARANTIAS

O Fundo deverá adquirir Direitos de Crédito com garantias equivalentes a, no mínimo, 100% (cem por cento) do seu valor, que poderá ser representado por duplicatas, cheques, notas promissórias, hipotecas ou alienação fiduciária de bens móveis e imóveis e de recebíveis. As operações contam também com garantias fidejussórias firmadas em cada Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios.

2.5) POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão de crédito, que é parte integrante do regulamento do fundo, fica a cargo da Gestora.

3) COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA:

	R\$ mil	% s/ PL
Ativos/Composição		
Direitos Creditórios - A vencer	158.195	
Direitos Creditórios - Vencidos	31.703	
Total de Direitos Creditórios	189.898	93,95%
(-) Prov. de Devedores Duvidosos	-10.061	-4,98%
Disponibilidades	3.204	1,58%
Operações Compromissadas	1.100	0,54%
Títulos Públicos	16.880	8,35%
Títulos Privados	0	0,00%
Outros valores	1.116	0,55%
Total do PL	202.138	100,00%

3.1) CONCENTRAÇÃO DO(S) CEDENTES (S) POR PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 10% EM RELAÇÃO AO PATRIMONIO LIQUIDO DO FUNDO:

Não se aplica, sendo que o maior cedente representa 2,47% do Patrimônio Líquido do Fundo.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



3.2) CONCENTRAÇÃO DOS 20 MAIORES SACADOS:

Sacado	%_PL
1	1,19
2	1,17
3	1,16
4	1,15
5	1,13
6	1,08
7	0,95
8	0,89
9	0,87
10	0,86
11	0,85
12	0,83
13	0,81
14	0,73
15	0,73
16	0,71
17	0,70
18	0,66
19	0,65
20	0,65

3.3) IMPACTO DAS RECOMPRAS E/OU PERMUTAS DOS DIREITOS CREDITORIOS:

Não se aplica

3.3.1) MOMENTO E MOTIVAÇÃO DA (S) RECOMPRAS

A Cedente dos direitos creditórios assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevindo à constatação de vícios ou de quaisquer exceções na origem dos créditos negociados do Fundo ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o Fundo, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa e de juros moratórios e juros compensatórios de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sendo que a multa e os juros moratórios estão estabelecidos em cada contrato de cessão. Desta forma, caso seja cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções, o prazo para a Cedente recomprar os créditos está definido no contrato de cessão.

As recompras geralmente são motivadas pela falta de pontualidade nos pagamentos dos direitos creditórios pertencentes ao fundo.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



3.3.2) MOMENTO E MOTIVAÇÃO DA (S) PERMUTAS

Não ocorreram permutas no período.

3.4) DIREITOS CREDITÓRIOS LIQUIDADOS NA CEDENTE

Não se aplica.

3.5) DIREITOS CREDITÓRIOS LIQUIDADOS ANTECIPADAMENTE

Não se aplica.

3.6) EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

No período não houve quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de liquidação observados pela Administradora.

4) CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS E TAXAS DE DESCONTO/PRECIFICAÇÃO:

Durante o período, o fundo realizou novas operações utilizando-se uma taxa média compatível com o mercado para o setor. As taxas de desconto oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Dada a natureza dos direitos creditórios, os ativos integrantes da carteira são precificados conforme a sua curva de aquisição. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o Manual de Marcação a Mercado do custodiante/controlador.

5) METODOLOGIA E RESULTADO DA VERIFICAÇÃO DO LASTRO

Nos termos dos artigos 8º e 38º da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, o *Deutsche Bank*, na qualidade de custodiante do FIDC contratou a KPMG Risk Advisory Services Ltda. para aplicação dos procedimentos de auditoria de lastros. A verificação foi realizada por meio da execução dos seguintes procedimentos:

- a) Verificação da manutenção pelas cedentes, de determinados documentos relacionados aos direitos creditórios de titularidade do Fundo, atentando para sua aplicabilidade.
- b) Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



vencidos e não pagos.

- c) Verificação, junto ao Fiel Depositário, dos controles e procedimentos para salvaguarda dos documentos de propriedade do Fundo, tais como controle de acesso físico aos arquivos, mecanismos de prevenção contra incêndio, etc.

A aplicação destes procedimentos visa evidenciar:

- a) Que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados;
b) Que as características dos direitos creditórios são fieis aos respectivos registros eletrônicos;
c) Que há documentação de identificação física do cedente.

Foram testadas todas as duplicatas que compunham os borderôs/itens selecionados e, a partir destes documentos, foi efetuada a soma de seus valores nominais em comparação à base de dados.

Adicionalmente, para uma amostra composta de até 10 (dez) cedentes/clientes, foram verificados documentos acessórios relacionados aos direitos creditórios, tais como:

- | | |
|----------------------------|---|
| • Contrato Social | • Cartão CNPJ |
| • Ficha cadastral | • Comprovante de endereço dos representantes legais |
| • Declaração de IR | • CPF e RG dos representantes legais |
| • Relatório de faturamento | |

5.1) CONSTATAÇÕES:

A documentação comprobatória dos direitos creditórios do Fundo é custodiada pela Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A (Fiel Depositária).

Durante a realização dos procedimentos para verificação do lastro dos direitos creditórios, constatou-se que todos os direitos creditórios encontram-se lastreados de acordo com a política do Fundo, sendo que 2 (dois) dos 150 (cento e cinquenta) itens da amostra não foram apresentados para verificação, o que representa 0,003% do patrimônio líquido Fundo na referida data

Atenciosamente,

GRADUAL CCTVM S/A
Diretoria

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



São Paulo, 14 de agosto de 2013.

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da
Indústria Exodus I**

CNPJ: 07.399.646/0001-32

Relatório Trimestral: 2º Trimestre de 2013

1) DADOS DO FUNDO

Administrador: Gradual CCTVM S.A.

Gestor: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A.

Custodiante: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Controlador de Ativo: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Controlador de Passivo: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Escriturador de Cotas: Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

Agência Classificadora de Riscos: Standard & Poor's

Auditoria Independente: Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Tipo de Condomínio: Fechado

Fundo Exclusivo: Não

Cotistas são vinculados por interesse único e indivisível: Não

Emissão de cotas seniores: Sim

Patrimônio Líquido: R\$ 201.683.859,88

Tipo de cota: Subordinada e Sênior

2) DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

2.1) SEGMENTO (S) DE ATUAÇÃO

O Fundo adquire Direitos Creditórios do Setor industrial, comercial e de prestação de serviços.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



2.2) DESCRICAO DOS DIREITOS CREDITARIOS

Os Direitos de Crédito são representados por duplicatas, cheques ou Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”).

2.3) DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DOS DIREITOS CREDITARIOS

Os Direitos de Crédito deverão contar com a documentação que comprove a efetiva conclusão do negócio originador, sendo que as operações originadas por compras e vendas a prazo deverão apresentar a comprovação da entrega de tais produtos, bem como a prestação de serviços deverão apresentar a comprovação da conclusão de tais serviços.

2.4) GARANTIAS

O Fundo deverá adquirir Direitos de Crédito com garantias equivalentes a, no mínimo, 100% (cem por cento) do seu valor, que poderá ser representado por duplicatas, cheques, notas promissórias, hipotecas ou alienação fiduciária de bens móveis e imóveis e de recebíveis. As operações contam também com garantias fidejussórias firmadas em cada Contrato de Cessão dos Direitos Creditórios.

2.5) POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A política de concessão de crédito, que é parte integrante do regulamento do fundo, fica a cargo da Gestora.

3) COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA:

	R\$ mil	% s/ PL
Ativos/Composição		
Direitos Creditórios - A vencer	146.993	
Direitos Creditórios - Vencidos	28.420	
Total de Direitos Creditórios	175.413	86,97%
(-) Prov. de Devedores Duvidosos	-8.492	-4,21%
Disponibilidades	3.642	1,81%
Operações Compromissadas	25.199	12,49%
Títulos Públicos	7.466	3,70%
Títulos Privados	0	0,00%
Outros valores	-1.544	-0,77%
Total do PL	201.684	100,00%

3.1) CONCENTRAÇÃO DO(S) CEDENTES (S) POR PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 10% EM RELAÇÃO AO PATRIMONIO LIQUIDO DO FUNDO:

Não se aplica, sendo que o maior cedente representa 1,58% do Patrimônio Líquido do Fundo.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



3.2) CONCENTRAÇÃO DOS 20 MAIORES SACADOS:

Sacado	%_PL
1	0,95
2	0,93
3	0,88
4	0,87
5	0,85
6	0,83
7	0,81
8	0,76
9	0,73
10	0,72
11	0,69
12	0,69
13	0,65
14	0,63
15	0,63
16	0,59
17	0,58
18	0,57
19	0,56
20	0,54

3.3) IMPACTO DAS RECOMPRAS E/OU PERMUTAS DOS DIREITOS CREDITORIOS:

Não se aplica

3.3.1) MOMENTO E MOTIVAÇÃO DA (S) RECOMPRAS

A Cedente dos direitos creditórios assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevindo à constatação de vícios ou de quaisquer exceções na origem dos créditos negociados do Fundo ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o Fundo, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa e de juros moratórios e juros compensatórios de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, sendo que a multa e os juros moratórios estão estabelecidos em cada contrato de cessão. Desta forma, caso seja cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções, o prazo para a Cedente recomprar os créditos está definido no contrato de cessão.

As recompras geralmente são motivadas pela falta de pontualidade nos pagamentos dos direitos creditórios pertencentes ao fundo.

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



3.3.2) MOMENTO E MOTIVAÇÃO DA (S) PERMUTAS

Não ocorreram permutas no período.

3.4) DIREITOS CREDITÓRIOS LIQUIDADOS NA CEDENTE

Não se aplica.

3.5) DIREITOS CREDITÓRIOS LIQUIDADOS ANTECIPADAMENTE

Não se aplica.

3.6) EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

No período não houve quaisquer Eventos de Avaliação e Eventos de liquidação observados pela Administradora.

4) CESSÕES DE DIREITOS CREDITÓRIOS E TAXAS DE DESCONTO/PRECIFICAÇÃO:

Durante o período, o fundo realizou novas operações utilizando-se uma taxa média compatível com o mercado para o setor. As taxas de desconto oscilam de operação para operação, dificultando a sinalização de uma taxa de referência.

Dada a natureza dos direitos creditórios, os ativos integrantes da carteira são precificados conforme a sua curva de aquisição. Os demais ativos da carteira são precificados de acordo com o Manual de Marcação a Mercado do custodiante/controlador.

5) METODOLOGIA E RESULTADO DA VERIFICAÇÃO DO LASTRO

Nos termos dos artigos 8º e 38º da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, o *Deutsche Bank*, na qualidade de custodiante do FIDC contratou a KPMG Risk Advisory Services Ltda. para aplicação dos procedimentos de auditoria de lastros. A verificação foi realizada por meio da execução dos seguintes procedimentos:

- a) Verificação da manutenção pelas cedentes, de determinados documentos relacionados aos direitos creditórios de titularidade do Fundo, atentando para sua aplicabilidade.
- b) Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



vencidos e não pagos.

- c) Verificação, junto ao Fiel Depositário, dos controles e procedimentos para salvaguarda dos documentos de propriedade do Fundo, tais como controle de acesso físico aos arquivos, mecanismos de prevenção contra incêndio, etc.

A aplicação destes procedimentos visa evidenciar:

- a) Que os direitos creditórios contidos no arquivo eletrônico estão lastreados;
b) Que as características dos direitos creditórios são fieis aos respectivos registros eletrônicos;
c) Que há documentação de identificação física do cedente.

Foram testadas todas as duplicatas que compunham os borderôs/itens selecionados e, a partir destes documentos, foi efetuada a soma de seus valores nominais em comparação à base de dados.

Adicionalmente, para uma amostra composta de até 10 (dez) cedentes/clientes, foram verificados documentos acessórios relacionados aos direitos creditórios, tais como:

- | | |
|----------------------------|---|
| • Contrato Social | • Cartão CNPJ |
| • Ficha cadastral | • Comprovante de endereço dos representantes legais |
| • Declaração de IR | • CPF e RG dos representantes legais |
| • Relatório de faturamento | |

5.1) CONSTATAÇÕES:

A documentação comprobatória dos direitos creditórios do Fundo é custodiada pela Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A (Fiel Depositária).

Durante a realização dos procedimentos para verificação do lastro dos direitos creditórios, constatou-se que todos os direitos creditórios encontram-se lastreados de acordo com a política do Fundo, não sendo encontradas irregularidades na formalização dos lastros e nem no procedimento de verificação por amostragem adotados pelo Fundo.

Atenciosamente,

GRADUAL CCTVM S/A
Diretoria

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 50 – 7º Andar
Itaim Bibi – São Paulo – SP - 04543-000
gradualinvestimentos.com.br
Ouvidoria/SAC: 0800 655 1466



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII

Relatório de Análise da Carteira de Direitos de Crédito elaborado
pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



cutting through complexity

ADVISORY

Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.

Análise da carteira de recebíveis

Data-base: 31 de maio de 2013



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

À
Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A.
São Paulo - SP

23 de setembro de 2013 (2 de dezembro de 2013 pelos esclarecimentos adicionais relacionados às tabelas 2.10, 2.10.1, 2.11 e 2.12, e substituição das tabelas 2.11 e 2.12 por tabelas relacionadas ao FIDC Exodus I apenas)

Prezados senhores:

Este relatório está sendo reemitido em razão do acréscimo de esclarecimentos adicionais relacionados às tabelas 2.10, 2.10.1, 2.11 e 2.12 e a substituição das tabelas 2.11 e 2.12 apresentadas no decorrer deste relatório, que passaram a apresentar somente informações relativas ao FIDC Exodus I. Anteriormente tais tabelas apresentavam resultados de todos os Fundos listados neste relatório. As demais análises permanecem inalteradas em relação ao relatório datado de 23 de setembro de 2013.

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 5 de junho de 2013, apresentamos nosso relatório de análise da carteira de recebíveis compreendendo os títulos que foram adquiridos de diversos cedentes pelos seguintes Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC): (i) FIDC Exodus I; (ii) FIDC Exodus II; e (iii) FIDC Exodus Institucional, cuja atividade de avaliação e recomendação de aquisição é realizada pela Nova S.R.M. Administração de Recursos e Finanças S.A. ("SRM").

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela SRM para o período compreendido entre 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2013.

Nossos trabalhos foram executados no período de 15 de junho a 19 de setembro de 2013 e basearam-se na situação da carteira de recebíveis em 31 de maio de 2013. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório, tampouco faz parte do escopo de nossos trabalhos a atualização do presente relatório.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



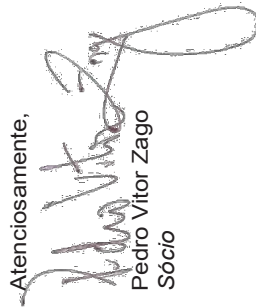
Outras informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Não expressamos qualquer opinião sobre as informações apresentadas em nosso relatório. Os procedimentos por nós realizados foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V. Sas. considerados adequados às suas necessidades.

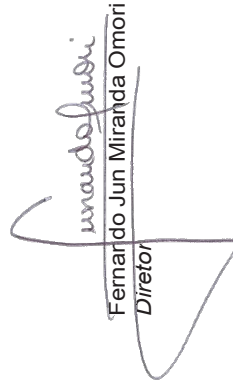
É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao FIDC Exodus I. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, levando-se em consideração todas as informações da operação.

Agradecemos o apoio da SRM no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,



Pedro Vitor Zago
Sócio



Fernando Jun Miranda Omori
Diretor

Conteúdo

Os profissionais da KPMG responsáveis por este relatório são:

Pedro Vitor Zago
Sócio
Tel.: +55 (11) 2183-3290
Fax: +55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fernando Jun Miranda
Omori
Diretor
Tel.: +55 (11) 2183-3381
Fax: +55 (11) 2183-3001
fjomori@kpmg.com.br

Gustavo Paoliello
Rigolon
Gerente
Tel.: +55 (11) 2183-3708
Fax: +55 (11) 2183-3001
grigolon@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	5
<i>Highlights</i> da carteira sob análise - Consolidado	8
Principais constatações	9
Apresentação da carteira de recebíveis	10
Análises de <i>Performance</i>	22
Consistência dos registros da base de dados	33
Anexo I - FIDC Exodus I	36

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Objetivos do trabalho

Auxiliar na análise dos procedimentos da SRM e da carteira de Direitos Creditórios (compostos de duplicatas, cheques e notas promissórias) selecionados para aquisição (em nome dos FIDCs Exodus I, Exodus III e Exodus Institucional) pela SRM, com ênfase no Exodus I, para distribuição pública das Cotas Sênior do FIDC Exodus da 14ª Série.

Com o objetivo de evidenciar as principais características demográficas e de performance da carteira de recebíveis analisada e recomendada pela SRM, foram elaboradas as análises listadas a seguir para os Fundos: FIDC Exodus I, FIDC Exodus III e FIDC Institucional, para o período histórico de 36 meses, compreendido entre 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2013

Análises demográficas:

- Identificação do volume de origemação mensal
- Identificação do *ticket* médio das operações
- Identificação do prazo médio de vencimento
- Identificação dos maiores sacados e indicadores de concentração
- Identificação dos maiores cedentes e indicadores de concentração, especificamente para análise de duplicatas
- Identificação de faixas de valores das operações e indicadores de concentração
- Identificação da distribuição geográfica dos devedores
- Identificação das principais formas de baixa e pagamentos, especificamente para análise de duplicatas.

Análises de performance:

- Representatividade dos eventos de diluição das safras, tais como cancelamentos, descontos, recompras, renegociações, etc.
- Aging-list da carteira por faixas de atraso
- Matriz triangular de pagamentos
- Perdas por Safra de origemação de Direitos Creditórios.

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações (cont.)

Base para preparação

Os procedimentos que formaram o escopo de nossos trabalhos foram estabelecidos com representantes da SRM e limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.

As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua performance de pagamentos, foram obtidas por meio da leitura e da compilação de bases de dados fornecidas pela SRM, gestora das carteiras dos FIDCs Exodus I, Exodus III e Exodus Institucional, e pela Gradual (administradora dos Fundos). As carteiras dos FIDCs Exodus I, Exodus III e Exodus Institucional apresentam operações de duplicatas, cheques e notas promissórias.

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações (cont.)

Base para preparação (cont.)

Por meio da leitura das bases de dados, identificamos registros despadronizados e duplicidades, os quais foram excluídos de nossas análises, conforme detalhado a seguir:

Tabela 1.1 Identificação do total sob análise

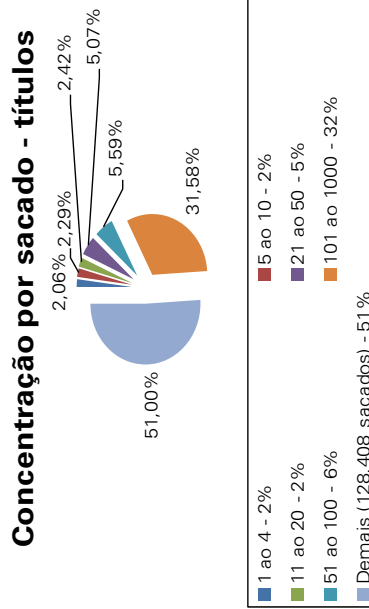
Informações	Títulos		
	Exodus I	Exodus III e Institucional	
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)
Total base de dados	3.352.361	100,00%	715.182
(-) Registros despadronizados	2.631	0,08%	298
(-) Duplicidades	65.308	1,95%	25.629
(-) Emissões fora do período sob análise	5.943	0,18%	875
Total sob análise	3.278.478	97,80%	688.380
			96,25%

(1) Campos deslocados na base de dados

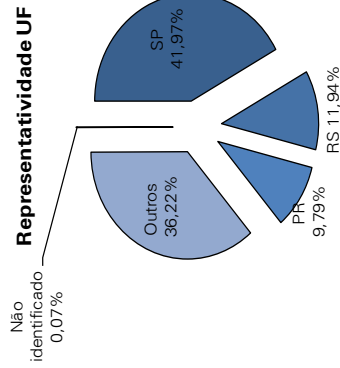
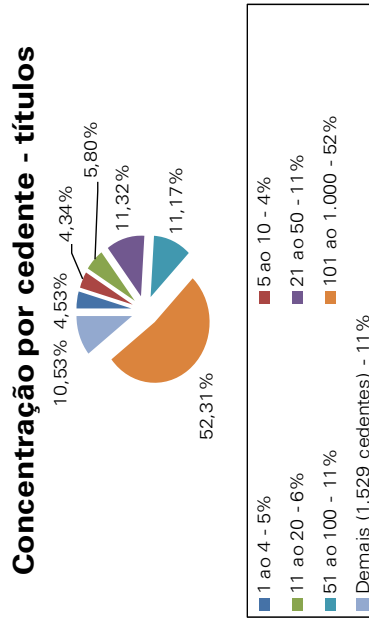
(2) Conforme informado por representantes da SRM, tais duplicidades decorrem de uma falha de processamento durante a geração da base de dados.

Highlights da carteira sob análise - Consolidado

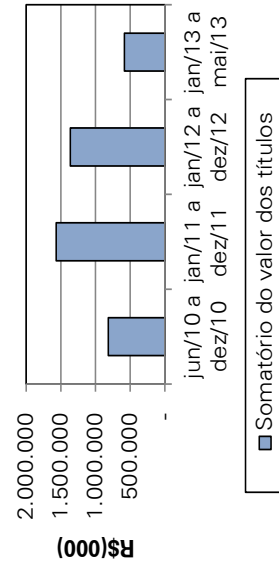
Concentração por sacado - títulos



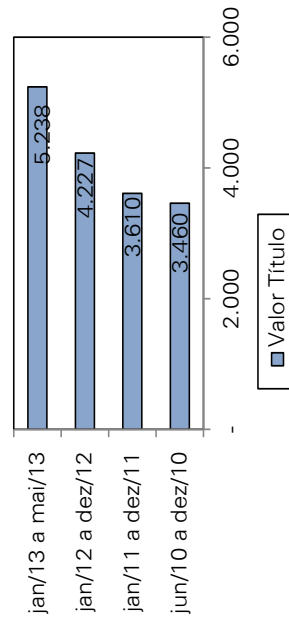
Concentração por cedente - títulos



Evolução da produção anual



Ticket médio anual - R\$ (Títulos)



Principais constatações

Tabela 1.2 Segregação por Fundo

Considerando os diferentes Fundos, segregamos nossas análises entre os Fundos: (i) Exodus I; (ii) Exodus III; e (iii) Exodus Institucional, conforme apresentado a seguir:

Fundo	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)		
	R\$		%
Exodus I	3.278.478		82,65%
Exodus III	450.747		11,36%
Exodus Institucional	237.632		5,99%
Total	3.966.858		100,00%

A seguir, apresentamos de forma resumida, as principais constatações obtidas durante a compilação dos dados fornecidos pela SEM para o período compreendido entre 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2013.

Tabela 1.3 Resumo do total sob análise

Descrição	Títulos		
	Exodus I	Exodus III	Exodus Institucional
Período sob análise	jun/10 a mai/13	jun/10 a mai/13	out/11 a mai/13
Valor do título - R\$(000)	3.278.478	450.747	237.632
Representatividade - %	82,65%	11,36%	5,99%
Quantidade	871.658	79.126	60.378
Representatividade - %	86,20%	7,83%	5,97%
Ticket médio - R\$	3.761	5.697	3.936

Apresentação da carteira de recebíveis

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.1 - Distribuição mensal (Exodus I, III e Institucional)

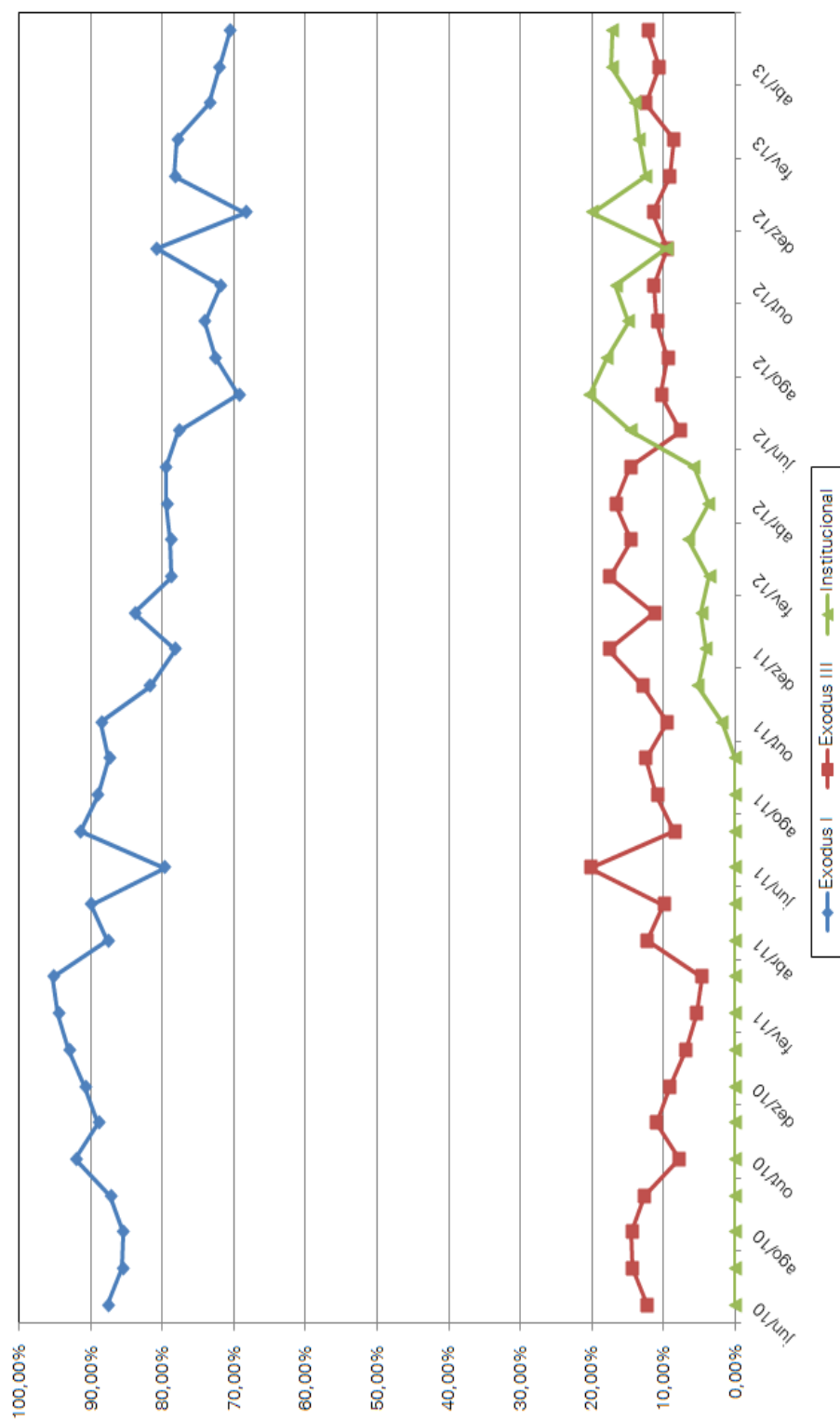
A tabela ao lado, apresenta a evolução mensal da representatividade dos Fundos Exodus I, Exodus III e Institucional em relação a totalidade dos títulos gerados pela SRM .

Período	Exodus I		Exodus III		Institucional		Somatório do valor dos títulos - R\$(000)
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	Repres. %	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	Repres. %	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	Repres. %	
jun/10	82.565	87,62%	11.662	12,38%	-	0,00%	94.227
jul/10	79.588	85,65%	13.330	14,35%	-	0,00%	92.918
ago/10	90.281	85,56%	15.238	14,44%	-	0,00%	105.518
set/10	97.372	87,25%	14.225	12,75%	-	0,00%	111.597
out/10	113.174	92,17%	9.609	7,83%	-	0,00%	122.783
nov/10	111.334	88,96%	13.810	11,04%	-	0,00%	125.144
dez/10	97.219	90,86%	9.781	9,14%	-	0,00%	107.000
jan/11	93.499	93,10%	6.927	6,90%	-	0,00%	100.426
fev/11	113.524	94,60%	6.482	5,40%	-	0,00%	120.007
mar/11	115.552	95,36%	5.624	4,64%	-	0,00%	121.176
abr/11	117.706	87,65%	16.584	12,35%	-	0,00%	134.290
mai/11	131.491	90,04%	14.538	9,96%	-	0,00%	146.029
jun/11	112.789	79,74%	28.652	20,26%	-	0,00%	141.441
jul/11	109.263	91,51%	10.137	8,49%	-	0,00%	119.401
ago/11	118.619	89,06%	14.568	10,94%	-	0,00%	133.187
set/11	119.918	87,50%	17.138	12,50%	-	0,00%	137.056
out/11	107.028	88,63%	11.505	9,53%	2.223	1,84%	120.756
nov/11	75.628	81,83%	11.946	12,93%	4.844	5,24%	92.418
dez/11	52.786	78,28%	11.885	17,63%	2.761	4,09%	67.432
jan/12	73.365	83,97%	9.856	11,28%	4.152	4,75%	87.372
fev/12	78.370	78,79%	17.438	17,53%	3.661	3,68%	99.469
mar/12	75.707	78,85%	13.975	14,56%	6.326	6,59%	96.009
abr/12	77.420	79,49%	16.290	16,73%	3.681	3,78%	97.391
mai/12	81.683	79,56%	15.022	14,63%	5.968	5,81%	102.673
jun/12	66.797	77,78%	6.604	7,69%	12.483	14,53%	85.883
jul/12	73.276	69,34%	10.927	10,34%	21.475	20,32%	105.679
ago/12	92.785	72,65%	12.043	9,43%	22.895	17,93%	127.723
set/12	71.149	74,16%	10.475	10,92%	14.314	14,92%	95.937
out/12	86.941	71,89%	13.782	11,40%	20.219	16,72%	120.942
nov/12	94.832	80,87%	11.187	9,54%	11.248	9,59%	117.267
dez/12	60.640	68,45%	10.204	11,52%	17.748	20,03%	88.592
jan/13	62.266	78,33%	7.267	9,14%	9.957	12,53%	79.490
fev/13	74.230	77,94%	8.175	8,58%	12.834	13,48%	95.238
mar/13	83.611	73,51%	14.226	12,51%	15.906	13,98%	113.743
abr/13	100.925	72,10%	14.853	10,61%	24.201	17,29%	139.979
mai/13	85.146	70,56%	14.784	12,25%	20.736	17,18%	120.666
Total	3.278.478	82,65%	450.747	11,36%	237.632	5,99%	3.966.858

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70826)

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Gráfico 2.1 - Distribuição mensal (Exodus I, III e Institucional)

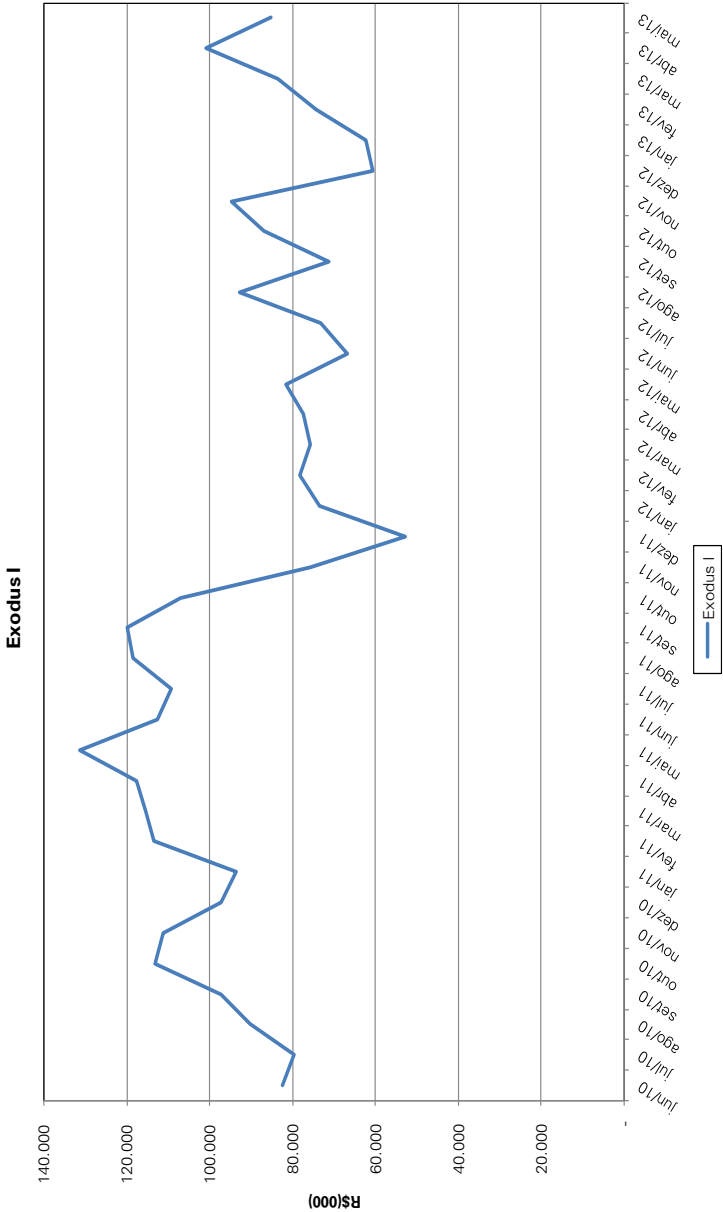


© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela e Gráfico 2.2 - Distribuição mensal

Período	Exodus I	
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	Repres. %
jun/10	82.565	2,52%
jul/10	79.588	2,43%
ago/10	90.281	2,75%
set/10	97.372	2,97%
out/10	113.174	3,46%
nov/10	111.334	3,40%
dez/10	97.219	2,97%
jan/11	93.499	2,85%
fev/11	113.524	3,46%
mar/11	115.552	3,52%
abr/11	117.706	3,59%
mai/11	131.491	4,01%
jun/11	112.789	3,44%
jul/11	109.263	3,33%
ago/11	118.619	3,62%
set/11	119.918	3,66%
out/11	107.028	3,26%
nov/11	75.628	2,31%
dez/11	52.786	1,61%
jan/12	73.365	2,24%
fev/12	78.370	2,39%
mar/12	75.707	2,31%
abr/12	77.420	2,36%
mai/12	81.683	2,49%
jun/12	66.797	2,04%
jul/12	73.276	2,24%
ago/12	92.785	2,83%
set/12	71.149	2,17%
out/12	86.941	2,65%
nov/12	94.832	2,89%
dez/12	60.640	1,85%
jan/13	62.266	1,90%
fev/13	74.230	2,26%
mar/13	83.611	2,55%
abr/13	100.925	3,08%
mai/13	85.146	2,60%
Total	3.278.478	100,00%



© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD05 70826)

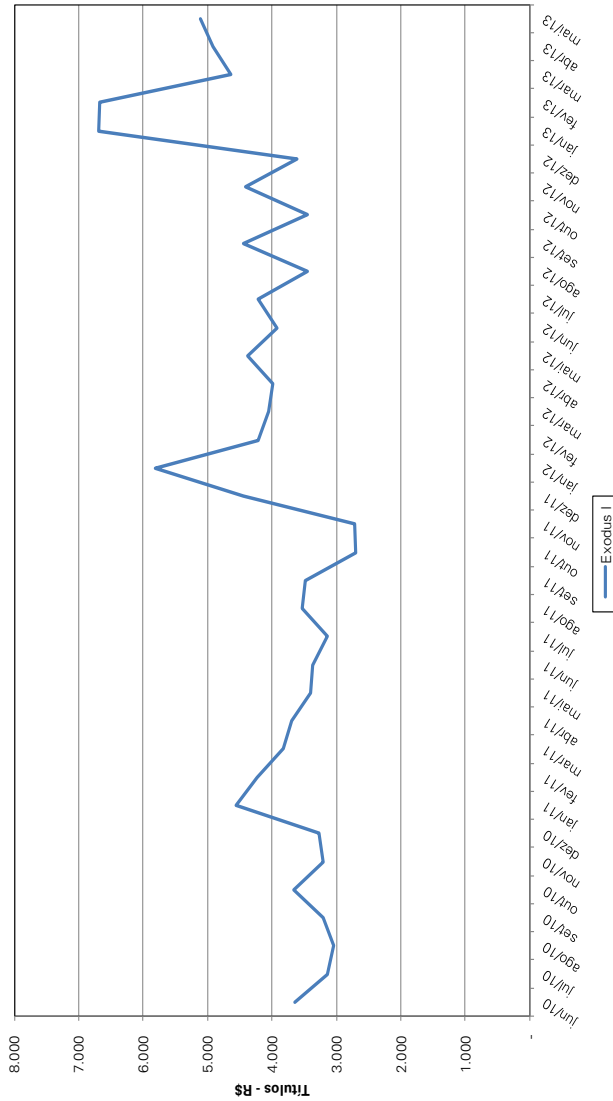
Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela e Gráfico 2.3 - Ticket médio

A tabela ao lado, apresenta o ticket médio dos títulos, apurado a partir da divisão do somatório do valor dos títulos pela quantidade de títulos em cada mês sob análise.

Período	Exodus I
jun/10	3.652
jul/10	3.139
ago/10	3.036
set/10	3.205
out/10	3.659
nov/10	3.210
dez/10	3.267
jan/11	4.563
fev/11	4.229
mar/11	3.826
abr/11	3.695
mai/11	3.397
jun/11	3.363
jul/11	3.136
ago/11	3.530
set/11	3.482
out/11	2.702
nov/11	2.722
dez/11	4.445
jan/12	5.807
fev/12	4.216
mar/12	4.047
abr/12	3.992
mai/12	4.379
jun/12	3.923
jul/12	4.210
ago/12	3.449
set/12	4.441
out/12	3.457
nov/12	4.412
dez/12	3.616
jan/13	6.700
fev/13	6.672
mar/13	4.634
abr/13	4.910
mai/13	5.118
Total	3.761

Exodus I



Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.4 - Prazo médio - Títulos

A tabela ao lado, apresenta o prazo médio de vencimento dos títulos calculado a partir da comparação da data de emissão de cada título com a data de vencimento informada na base de dados.

Faixas	Títulos			
	Exodus I		Exodus I - Estoque	
	Somatório do valor dos títulos - R\$ (000)	%	Somatório do valor dos	%
A vista	25	0,00%	-	0,00%
De 1 a 15	240.175	7,33%	3.432	1,90%
De 16 a 30	839.851	25,62%	21.709	12,01%
De 31 a 60	1.288.775	39,31%	50.045	27,68%
De 61 a 90	520.828	15,89%	43.267	23,93%
De 91 a 120	260.424	7,94%	35.070	19,40%
De 121 a 150	85.550	2,61%	14.744	8,16%
De 151 a 180	41.059	1,25%	12.224	6,76%
Acima de 180 dias	1.792	0,05%	302	0,17%
Total	3.278.478	100,00%	180.793	100,00%

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.5 - Faixas de valor - Títulos

Faixas (Em R\$)	Títulos					
	Exodus I			Exodus I - Estoque		
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	Quantidade de títulos	%	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	Quantidade de títulos	%
Ate 500	88.798	314.506	36,08%	4.486	15.764	41,33%
De 501 a 1.000	130.451	182.808	20,97%	5.317	7.534	19,75%
De 1.001 a 1.500	106.559	86.984	9,98%	3.921	3.208	8,41%
De 1.501 a 2.000	90.475	52.133	5,98%	3.565	2.047	5,37%
De 2.001 a 2.500	79.385	35.360	4,06%	3.008	1.328	3,48%
De 2.501 a 3.000	69.418	25.281	2,90%	2.593	949	2,49%
De 3.001 a 3.500	60.351	18.572	2,13%	2.402	738	1,94%
De 3.501 a 4.000	60.258	16.047	1,84%	2.311	617	1,62%
De 4.001 a 5.000	116.635	25.772	2,96%	3.991	885	2,32%
De 5.001 a 6.000	84.870	15.487	1,78%	3.204	589	1,54%
De 6.001 a 7.000	76.859	11.859	1,36%	3.249	501	1,31%
De 7.001 a 8.000	71.165	9.517	1,09%	2.581	347	0,91%
De 8.001 a 9.000	65.399	7.684	0,88%	2.595	306	0,80%
De 9.001 a 10.000	69.131	7.250	0,83%	2.814	296	0,78%
De 10.001 a 20.000	443.802	31.853	3,65%	20.558	1.459	3,83%
De 20.001 a 30.000	299.360	12.272	1,41%	11.529	479	1,26%
De 30.001 a 40.000	212.295	6.172	0,71%	9.562	280	0,73%
De 40.001 a 50.000	163.363	3.610	0,41%	9.336	205	0,54%
De 50.001 a 100.000	397.775	5.643	0,65%	27.053	370	0,97%
Acima de 100.000	592.129	2.848	0,33%	56.716	237	0,62%
Total	3.278.478	871.658	100,00%	180.793	38.139	100,00%

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

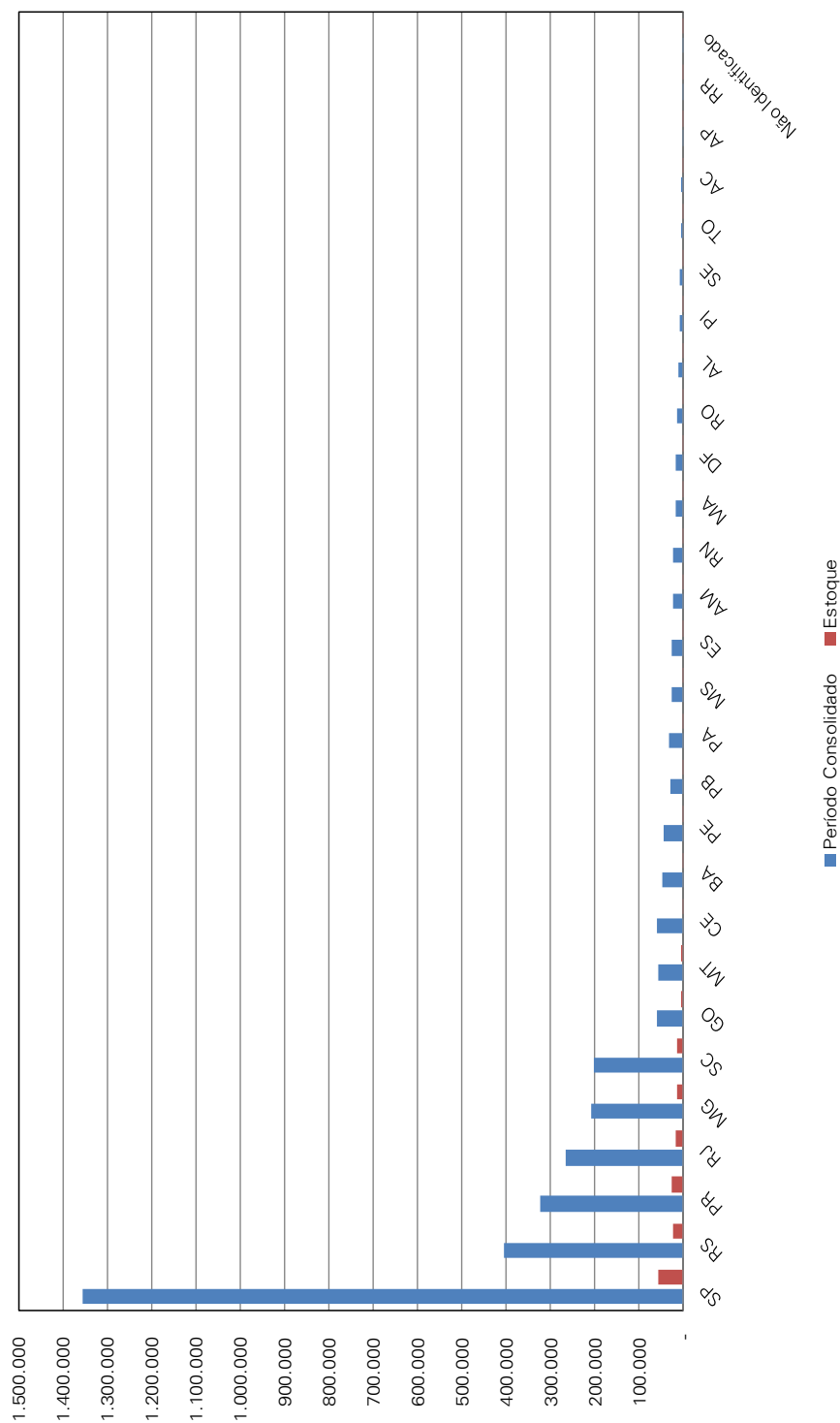
Tabela 2.6 - Distribuição por UF (Sacados) - Títulos

Sacado UF	Títulos			
	Exodus I		Exodus I - Estoque	
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor dos	%
SP	1.356.974	41,39%	56.348	31,17%
RS	404.742	12,35%	24.477	13,54%
PR	322.712	9,84%	27.055	14,96%
RJ	265.388	8,09%	18.122	10,02%
MG	207.061	6,32%	12.842	7,10%
SC	200.675	6,12%	13.142	7,27%
GO	59.086	1,80%	5.831	3,23%
MT	57.344	1,75%	4.110	2,27%
CE	58.677	1,79%	2.655	1,47%
BA	48.459	1,48%	3.079	1,70%
PE	43.362	1,32%	2.117	1,17%
PB	30.623	0,93%	1.020	0,56%
PA	30.927	0,94%	1.243	0,69%
MS	25.306	0,77%	722	0,40%
ES	25.143	0,77%	1.645	0,91%
AM	24.254	0,74%	803	0,44%
RN	23.191	0,71%	386	0,21%
MA	17.291	0,53%	1.198	0,66%
DF	16.621	0,51%	802	0,44%
RO	15.500	0,47%	763	0,42%
AL	11.180	0,34%	564	0,31%
PI	8.115	0,25%	416	0,23%
SE	8.040	0,25%	284	0,16%
TO	5.672	0,17%	716	0,40%
AC	6.521	0,20%	220	0,12%
AP	1.704	0,05%	106	0,06%
RR	1.210	0,04%	85	0,05%
Não Identificado	2.701	0,08%	42	0,02%
Total	3.278.478	100,00%	180.793	100,00%

© 2013 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e filial-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Gráfico 2.4 - Distribuição por UF (Sacados) - Títulos



© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.7 - Distribuição por forma de baixa - Títulos

Forma de Baixa	Títulos					
	Exodus I		Exodus III		Exodus Institucional	
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%
Boleto	2.418.294	77,80%	358.138	86,93%	179.687	90,57%
Depósito em Conta	387.923	12,48%	38.729	9,40%	11.280	5,69%
Recuperação	302.192	9,72%	15.101	3,67%	7.435	3,75%
Total baixado	3.108.409	100,00%	411.968	100,00%	198.401	100,00%
(+) Desconto	184		54		16	
(-) Multa	10.908		1.918		721	
Em aberto	180.793		40.643		39.936	
Total	3.278.478		450.747		237.632	

Forma de Baixa	Consolidado Títulos	
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%
Boleto	2.956.119	79,49%
Depósito em Conta	437.931	11,78%
Recuperação	324.728	8,73%
Total baixado	3.718.779	100,00%
(+) Desconto	253	
(-) Multa	13.546	
Em aberto	261.373	
Total	3.966.858	

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.8 - Concentração por Cedente - Títulos

Cedente	Títulos					
	Exodus I		Exodus III		Institucional	
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	% acum.	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	% acum.	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	% acum.
1 ao 4	179.508	5,48%	30.479	6,76%	14.692	6,18%
5 ao 10	172.352	5,26%	38.083	8,45%	15.759	6,63%
11 ao 20	229.973	7,01%	44.679	9,91%	20.603	8,67%
21 ao 50	447.754	13,66%	73.438	16,29%	42.665	17,95%
51 ao 100	430.378	13,13%	76.320	16,93%	45.547	19,17%
101 ao 1.000	1.696.753	51,75%	187.748	41,65%	98.367	41,39%
Total 1.000 maiores	3.156.717	96,29%	450.747	100,00%	237.632	100,00%
Demais (756 cedentes)	121.761	3,71%	-	0,00%	-	0,00%
Total	3.278.478	100,00%	450.747		237.632	

Cedente	Consolidado Títulos	
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	% acum.
1 ao 4	179.508	4,53%
5 ao 10	172.352	4,34%
11 ao 20	229.973	5,80%
21 ao 50	448.897	11,32%
51 ao 100	443.208	11,17%
101 ao 1.000	2.075.128	52,31%
Total 1.000 maiores	3.549.066	89,47%
Demais (1.529 cedentes)	417.793	10,53%
Total	3.966.858	

© 2013 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.9 - Concentração por Sacado - Títulos

Sacados	Exodus I			Sacados	Consolidado		
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	% acum.		Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	% acum.
1 ao 4	81.565	2,49%	2,49%	1 ao 4	81.565	2,06%	2,06%
5 ao 10	86.210	2,63%	5,12%	5 ao 10	90.753	2,29%	4,34%
11 ao 20	93.261	2,84%	7,96%	11 ao 20	96.089	2,42%	6,77%
21 ao 50	188.056	5,74%	13,70%	21 ao 50	201.138	5,07%	11,84%
51 ao 100	199.363	6,08%	19,78%	51 ao 100	221.625	5,59%	17,42%
101 ao 1.000	1.041.438	31,77%	51,55%	101 ao 1000	1.252.775	31,58%	49,00%
Total 1.000 maiores	1.689.893	51,55%		Total 1.000 maiores	1.943.946	49,00%	
Demais (125.974 sacados)	1.588.585	48,45%	100,00%	Demais (128.408 sacados)	2.022.913	51,00%	100,00%
Total	3.278.478	100,00%		Total	3.966.858	100,00%	

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

A large blue gradient triangle pointing to the right, with a darker blue at the bottom and a lighter blue at the top.

Análises de *Performance*

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.10 – Aging-list - Títulos

A tabela ao lado apresenta os valores dos títulos vencidos e liquidados até 31 de maio de 2013 (data-base de nossas análises), segregados por faixas de liquidação, e também os valores de títulos vencidos e não liquidados até a referida data.

Os valores percentuais apresentados referem-se às razões entre os valores agregados de títulos por categoria e (i) o valor agregado total dos títulos, com relação às categorias "Títulos recomprados", "Títulos a vencer em 31 de maio de 2013", "Desconto" e "Multa" e (ii) o valor agregado total dos títulos.

"Total vencido e/ou liquidado até 31 de maio de 2013", com relação às demais categorias.

As faixas de prazo consideram a diferença entre as datas de vencimento dos títulos e as datas de pagamento ou não pelos sacados.

Para o Fundo Exodius I, a SRM disponibilizou uma base adicional contendo a relação analítica de títulos baixados para prejuízo no período compreendido entre 1º de junho de 2010 a 31 de maio de 2013, no montante de R\$ 69.435 mil.

Esta base de dados não foi considerada para as análises demográficas.

	Títulos				
	Exodus I	Exodus III	Exodus Institucional	Consolidado	
Faixas	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	% valor dos títulos - R\$(000)	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	% Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	
Total sob análise	3.352.656		237.632		4.041.036
(-) Títulos Recomprados	302.192	9,01%	7.435	3,13%	324.728
(-) Títulos a vencer em 31 de maio de 2013	182.401	4,84%	34.192	14,39%	222.009
(-) Desconto	184		16		253
(+) Multa	10.908		721		13.546
Total vencido e/ou liquidado até 31 de maio de 2013	2.898.786	100,00%	196.711	100,00%	3.507.592
Títulos antecipados	312.336	10,77%	35.387	8,59%	363.865
Títulos antecipados acima de 180 dias	259	0,01%	-	0,00%	259
Títulos antecipados de 151 a 180 dias	1	0,00%	8	0,00%	10
Títulos antecipados de 121 a 150 dias	28	0,00%	9	0,00%	46
Títulos antecipados de 91 a 120 dias	1.996	0,07%	19	0,00%	2.042
Títulos antecipados de 61 a 90 dias	1.844	0,06%	49	0,01%	1.942
Títulos antecipados de 31 a 60 dias	8.544	0,29%	613	0,15%	9.334
Títulos antecipados de 16 a 30 dias	18.624	0,64%	1.163	0,28%	20.510
Títulos antecipados de 1 a 15 dias	281.040	9,70%	33.525	8,14%	329.721
Títulos liquidados no vencimento	1.517.979	52,37%	220.834	53,59%	1.847.355
Títulos liquidados com atraso	975.902	33,67%	140.647	34,13%	1.182.831
Títulos liquidados com 1 a 3 dias de atraso	572.063	19,73%	78.889	19,14%	688.985
Títulos liquidados com 4 a 10 dias de atraso	242.252	8,36%	32.772	7,95%	292.868
Títulos liquidados com 11 a 18 dias de atraso	61.260	2,11%	12.405	3,01%	77.238
Títulos liquidados com 19 a 30 dias de atraso	69.835	2,41%	9.610	2,33%	84.681
Títulos liquidados com 31 a 60 dias de atraso	15.089	0,52%	4.676	1,13%	20.961
Títulos liquidados com mais de 60 dias de atraso	15.374	0,53%	2.295	0,56%	18.098
Títulos vencidos	92.569	3,19%	15.227	3,70%	113.541
Títulos vencidos até 15 dias	9.550	0,33%	1.132	0,27%	12.459
Títulos vencidos de 16 a 30 dias	2.270	0,08%	153	0,04%	2.614
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	2.442	0,08%	500	0,12%	3.454
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	1.946	0,07%	1.508	0,37%	3.617
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	1.043	0,04%	3	0,00%	1.219
Títulos vencidos de 121 a 150 dias	1.052	0,04%	168	0,04%	1.454
Títulos vencidos de 151 a 180 dias	2.034	0,07%	72	0,02%	2.447
Títulos vencidos acima de 180 dias	72.231	2,49%	11.691	2,84%	86.276

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70828)

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.10.1 - Aging - Títulos recomprados

A tabela ao lado, apresenta os valores dos títulos recomprados até 31 de maio de 2013 (data-base de nossas análises), segregados por faixas de recompra. As faixas de prazo consideram a diferença entre as datas de vencimento dos títulos e as datas de recompra pelos cedentes. Esta tabela objetiva demonstrar a situação dos títulos no momento em que ocorreu a recompra.

Faixas	Títulos						
	Exodus I		Exodus III		Exodus Institucional		Consolidado
	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor dos títulos - R\$(000)
Total sob análise	302.192		15.101		7.435		324.728
			-				
(-) Desconto	1.002		58		6		1.066
	-		-				
(+) Multa	5.577		526		295		6.398
Total recomprado até 31/05/2013	306.767		15.570		7.723		330.060
Títulos recomprados antes do vencimento	29.447	9,60%	2.071	13,30%	998	12,92%	32.516
Títulos recomprados acima de 180 dias	0	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	0
Títulos recomprados de 151 a 180 dias	16	0,01%	-	0,00%	-	0,00%	16
Títulos recomprados de 121 a 150 dias	70	0,02%	-	0,00%	-	0,00%	70
Títulos recomprados de 91 a 120 dias	330	0,11%	101	0,65%	83	1,07%	514
Títulos recomprados de 61 a 90 dias	1.110	0,36%	88	0,56%	127	1,65%	1.325
Títulos recomprados de 31 a 60 dias	2.942	0,96%	314	2,02%	225	2,92%	3.481
Títulos recomprados de 16 a 30 dias	4.120	1,34%	365	2,34%	297	3,84%	4.781
Títulos recomprados de 1 a 15 dias	20.860	6,80%	1.204	7,73%	267	3,45%	22.330
Títulos recomprados no vencimento	100.548	32,78%	150	0,97%	151	1,96%	100.849
Títulos recomprados após vencimento	176.772	57,62%	13.349	85,73%	6.574	85,12%	196.695
Títulos recomprados com 1 a 3 dias de atraso	50.849	16,58%	1.616	10,38%	874	11,32%	53.338
Títulos recomprados com 4 a 10 dias de atraso	47.078	15,35%	3.579	22,98%	2.023	26,19%	52.680
Títulos recomprados com 11 a 18 dias de atraso	24.544	8,00%	2.753	17,68%	1.752	22,69%	29.050
Títulos recomprados com 19 a 30 dias de atraso	22.192	7,23%	2.369	15,22%	1.040	13,47%	25.602
Títulos recomprados com 31 a 60 dias de atraso	15.869	5,17%	1.662	10,67%	603	7,81%	18.134
Títulos recomprados com mais de 60 dias de atraso	16.239	5,29%	1.370	8,80%	282	3,65%	17.891

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.11 - Matriz 2010 (Cenário 1: Recompras - “em aberto”)

Indicadores de adimplência - 2010

A tabela ao lado apresenta os percentuais de adimplência dos títulos pertencentes à carteira do FIDC Exodus I durante o período analisado (em ciclos quinzenais), de forma acumulada, observados em cada quinzena de vencimento sob análise. Para a realização do cálculo, considera-se o volume de títulos vencidos em cada quinzena e o seu efetivo pagamento.

DESTACA-SE: Para essa tabela assumiu-se como premissa os títulos recomprados como inadimplentes. Adicionalmente, a tabela apresenta as médias atingidas por cada por cada ciclo quinzenal sob análise e os respectivos desvios-padrão relativos a essas médias.

		Ciclos quinzenais (Pagamentos)																		72
Vencimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	20	30	40	50	60	72	
Jun/10 - 1º Q	39,25%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	60,53%	
Jun/10 - 2º Q	57,56%	65,62%	66,20%	66,20%	66,23%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	66,25%	
Jul/10 - 1º Q	75,44%	81,10%	82,38%	82,40%	82,44%	82,45%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	82,46%	
Jul/10 - 2º Q	77,59%	88,87%	90,02%	90,05%	90,06%	90,06%	90,07%	90,07%	90,07%	90,07%	90,07%	90,07%	90,07%	90,09%	90,09%	90,10%	90,10%	90,10%	90,10%	
Ago/10 - 1º Q	76,93%	88,24%	89,11%	89,24%	89,24%	89,27%	89,35%	89,35%	89,41%	89,41%	89,41%	89,41%	89,41%	89,42%	89,42%	90,10%	90,10%	90,10%	90,10%	
Ago/10 - 2º Q	81,33%	87,32%	88,43%	88,49%	88,51%	88,52%	88,53%	88,54%	88,54%	88,54%	88,54%	88,54%	88,54%	88,58%	88,58%	89,19%	89,20%	89,20%	89,20%	
Set/10 - 1º Q	80,50%	86,47%	87,22%	87,34%	87,34%	87,35%	87,39%	87,40%	87,49%	87,49%	87,49%	87,49%	87,49%	87,53%	87,53%	87,81%	87,82%	87,82%	87,82%	
Set/10 - 2º Q	82,17%	87,54%	88,47%	88,62%	88,70%	88,71%	88,71%	88,78%	88,78%	88,78%	88,78%	88,78%	88,78%	88,79%	88,79%	88,96%	88,96%	88,96%	88,96%	
Out/10 - 1º Q	81,67%	88,10%	89,07%	89,15%	89,22%	89,23%	89,25%	89,25%	89,25%	89,25%	89,25%	89,25%	89,25%	89,25%	89,25%	89,66%	89,66%	89,66%	89,66%	
Out/10 - 2º Q	73,45%	84,15%	85,47%	85,78%	85,79%	85,81%	85,81%	85,81%	85,82%	85,82%	85,82%	85,82%	85,83%	85,83%	85,86%	86,08%	86,08%	86,08%	86,08%	
Nov/10 - 1º Q	67,16%	85,11%	86,44%	86,48%	86,49%	86,49%	86,50%	86,50%	86,50%	86,51%	86,51%	86,51%	86,51%	86,51%	86,95%	86,95%	86,95%	86,95%	86,95%	
Nov/10 - 2º Q	82,77%	89,36%	90,63%	90,71%	90,75%	90,79%	90,80%	90,80%	90,80%	90,81%	90,81%	90,82%	90,82%	90,82%	91,63%	91,63%	91,63%	91,63%	91,63%	
Dez/10 - 1º Q	84,17%	91,44%	92,28%	92,34%	92,39%	92,39%	92,41%	92,49%	92,49%	92,49%	92,49%	92,49%	92,49%	92,50%	92,71%	92,72%	92,72%	92,72%	92,72%	
Dez/10 - 2º Q	83,15%	93,87%	95,11%	95,22%	95,30%	95,33%	95,36%	95,36%	95,37%	95,37%	95,37%	95,37%	95,37%	95,38%	95,63%	95,63%	95,63%	95,63%	95,63%	
Média	74,51%	84,12%	85,10%	85,18%	85,21%	85,23%	85,24%	85,26%	85,27%	85,27%	85,27%	85,27%	85,27%	85,28%	85,42%	85,58%	85,58%	84,81%	60,53%	
Desvio	12%	9%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	10%	0%	

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira, de responsabilidade limitada e filial membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD05 70828)

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.11 - Matriz 2011 (Cenário 1: Recompras - “em aberto”)

Indicadores de inadimplência - 2011

A tabela ao lado apresenta os percentuais de inadimplência dos títulos pertencentes à carteira do FIDC Exodus I durante o período analisado (em ciclos quinquenais), de forma acumulada, observados em cada quinquena de vencimento sob análise. Para a realização do cálculo, considera-se o volume de títulos vencidos em cada quinquena e o seu efetivo pagamento.

DESTACA-SE: Para essa tabela assumiu-se como premissa os títulos recomprados como inadimplentes. Adicionalmente, a tabela apresenta as médias atingidas por cada por cada ciclo quinquenal sob análise e os respectivos desvios-padrão relativos a essas médias.

Vencimento	Ciclos quinquenais (Pagamentos)																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	20	30	40	50				
Jan/11 - 1º Q	81,64%	90,93%	92,26%	92,51%	92,59%	92,66%	92,80%	92,84%	92,84%	92,84%	92,84%	92,84%	92,86%	92,89%	92,93%	92,93%				
Jan/11 - 2º Q	82,35%	89,17%	90,71%	90,92%	90,94%	91,02%	91,02%	91,08%	91,08%	91,08%	91,08%	91,21%	91,21%	91,28%	91,29%	91,29%				
Fev/11 - 1º Q	81,43%	88,28%	89,85%	90,73%	90,88%	91,03%	91,04%	91,04%	91,04%	91,04%	91,04%	91,05%	91,11%	91,11%	91,11%	91,11%				
Fev/11 - 2º Q	77,15%	86,02%	88,10%	88,20%	88,20%	88,54%	88,57%	88,58%	88,82%	88,82%	88,82%	88,82%	88,84%	88,84%	88,85%	88,85%				
Mar/11 - 1º Q	78,48%	87,57%	88,63%	88,78%	88,82%	89,16%	89,18%	89,18%	89,24%	89,26%	89,27%	89,28%	89,30%	89,30%	89,30%	89,30%				
Mar/11 - 2º Q	77,45%	84,02%	84,59%	84,72%	85,02%	85,14%	85,14%	85,14%	85,15%	85,15%	85,15%	85,16%	85,16%	85,17%	85,17%	85,17%				
Abr/11 - 1º Q	79,98%	84,94%	86,27%	86,67%	86,69%	86,69%	86,70%	86,70%	86,71%	86,73%	86,73%	86,73%	86,74%	86,74%	86,74%	86,74%				
Abr/11 - 2º Q	71,99%	85,09%	86,78%	86,82%	86,84%	86,84%	86,85%	86,85%	86,87%	86,87%	86,88%	86,88%	86,88%	86,88%	86,88%	86,88%				
Mai/11 - 1º Q	70,27%	83,79%	85,35%	85,40%	85,45%	85,46%	85,46%	85,47%	85,47%	85,47%	85,47%	85,48%	85,48%	85,48%	85,48%	85,48%				
Mai/11 - 2º Q	79,21%	86,06%	87,39%	87,43%	87,58%	87,64%	87,65%	87,65%	87,66%	87,67%	87,67%	87,67%	87,69%	87,69%	87,70%	87,70%				
Jun/11 - 1º Q	79,79%	87,93%	90,38%	90,56%	90,66%	90,78%	90,79%	90,80%	90,80%	90,81%	90,81%	90,81%	90,83%	90,84%	90,84%	90,84%				
Jun/11 - 2º Q	80,49%	88,59%	89,98%	90,22%	90,54%	90,57%	90,60%	90,60%	90,61%	90,63%	90,65%	90,66%	90,67%	90,67%	90,68%	90,68%				
Jul/11 - 1º Q	82,65%	88,45%	90,20%	90,80%	90,87%	90,92%	90,93%	90,93%	90,99%	91,02%	91,12%	91,12%	91,12%	91,13%	91,13%	91,13%				
Jul/11 - 2º Q	75,90%	88,15%	89,87%	90,24%	90,29%	90,29%	90,30%	90,31%	90,32%	90,32%	90,32%	90,33%	90,33%	90,34%	90,36%	90,36%				
Ago/11 - 1º Q	79,91%	87,92%	88,91%	89,20%	89,24%	89,32%	89,41%	89,41%	89,41%	89,41%	89,41%	89,42%	89,42%	89,42%	89,45%	89,45%				
Ago/11 - 2º Q	76,96%	85,97%	88,13%	88,55%	88,65%	88,66%	88,67%	88,67%	88,67%	88,67%	88,67%	88,67%	88,67%	88,67%	88,68%	88,68%				
Set/11 - 1º Q	80,47%	88,28%	89,11%	89,50%	89,60%	89,68%	89,73%	89,73%	89,73%	89,75%	89,75%	89,77%	89,77%	89,79%	89,79%	89,79%				
Set/11 - 2º Q	79,93%	87,10%	88,63%	89,15%	89,42%	89,43%	89,43%	89,44%	89,44%	89,44%	89,44%	89,45%	89,45%	89,46%	89,46%	89,46%				
Out/11 - 1º Q	74,63%	85,63%	87,33%	87,78%	88,00%	88,01%	88,01%	88,01%	88,01%	88,03%	88,03%	88,03%	88,07%	88,07%	88,07%	88,07%				
Out/11 - 2º Q	77,07%	83,56%	85,73%	86,21%	86,46%	86,47%	86,49%	86,50%	86,50%	86,50%	86,51%	86,52%	86,53%	86,72%	86,72%	86,72%				
Nov/11 - 1º Q	74,71%	89,72%	91,60%	92,22%	92,45%	92,57%	92,59%	92,59%	92,60%	92,60%	92,60%	92,60%	92,63%	92,66%	92,66%	92,66%				
Nov/11 - 2º Q	77,75%	87,51%	89,43%	89,61%	90,25%	90,57%	90,80%	90,96%	90,96%	90,96%	90,97%	90,97%	90,99%	91,17%	91,17%	91,17%				
Dez/11 - 1º Q	81,09%	87,53%	88,50%	89,86%	89,95%	90,03%	90,04%	90,04%	90,09%	90,11%	90,16%	90,16%	90,16%	90,17%	90,17%	90,17%				
Dez/11 - 2º Q	76,75%	87,26%	89,39%	89,50%	89,53%	89,54%	89,59%	89,61%	89,61%	89,61%	89,68%	89,68%	90,06%	90,06%	90,06%	90,06%				
Média	78,25%	87,06%	88,63%	88,98%	89,12%	89,21%	89,24%	89,26%	89,28%	89,29%	89,30%	89,30%	89,33%	89,37%	89,15%	88,64%				
Desvio	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	3%				

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70828)

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.11 - Matriz 2012 (Cenário 1: Recompras - “em aberto”)

Indicadores de adimplência - 2012

A tabela ao lado apresenta os percentuais de adimplência dos títulos pertencentes à carteira do FIDC Exodus I durante o período analisado (em ciclos quinzenais), de forma acumulada, observados em cada quinzena de vencimento sob análise. Para a realização do cálculo, considera-se o volume de títulos vencidos em cada quinzena e o seu efetivo pagamento.

DESTACA-SE: Para essa tabela assumiu-se como premissa os títulos recomprados como inadimplentes. Adicionalmente, a tabela apresenta as médias atingidas por cada por cada ciclo quinzenal sob análise e os respectivos desvios-padrão relativos a essas médias.

Vencimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	20	30
Jan/12 - 1ª Q	75,18%	87,49%	88,63%	88,65%	88,77%	88,81%	88,83%	88,83%	88,83%	88,85%	88,85%	88,86%	88,88%	88,91%
Jan/12 - 2ª Q	72,26%	77,36%	78,18%	78,33%	78,47%	78,52%	78,56%	78,58%	78,69%	78,69%	78,74%	78,74%	79,58%	79,59%
Fev/12 - 1ª Q	84,39%	88,17%	90,19%	90,32%	90,35%	90,39%	90,40%	90,43%	90,43%	90,43%	90,43%	90,43%	91,29%	91,31%
Fev/12 - 2ª Q	76,53%	84,84%	86,76%	86,83%	87,11%	87,11%	87,12%	87,12%	87,17%	87,17%	87,17%	87,18%	87,44%	87,45%
Mar/12 - 1ª Q	78,00%	84,18%	84,93%	85,15%	85,22%	85,24%	85,24%	85,24%	85,24%	85,24%	85,25%	85,25%	85,26%	
Mar/12 - 2ª Q	69,77%	78,78%	80,91%	81,00%	81,02%	81,09%	81,10%	81,12%	81,12%	81,13%	81,13%	81,13%	81,19%	
Abr/12 - 1ª Q	71,33%	82,85%	84,32%	84,62%	84,79%	84,81%	84,81%	84,81%	84,81%	84,81%	84,81%	84,81%	84,83%	
Abr/12 - 2ª Q	76,11%	84,01%	85,47%	85,51%	85,56%	85,81%	85,81%	85,82%	85,82%	85,83%	85,83%	85,83%	86,20%	
Mai/12 - 1ª Q	81,03%	88,41%	89,92%	90,33%	90,39%	90,42%	90,42%	90,43%	90,43%	90,44%	90,44%	90,44%	90,59%	
Mai/12 - 2ª Q	77,93%	82,87%	84,41%	84,55%	84,61%	84,63%	84,63%	84,70%	84,80%	84,90%	84,90%	84,92%	84,92%	
Jun/12 - 1ª Q	71,45%	80,58%	81,67%	81,75%	81,84%	81,88%	81,88%	81,91%	81,91%	81,91%	81,91%	81,91%	81,91%	
Jun/12 - 2ª Q	65,44%	82,41%	84,05%	84,12%	84,25%	84,26%	84,26%	84,27%	84,27%	84,27%	84,27%	84,27%	84,27%	
Jul/12 - 1ª Q	71,93%	86,14%	87,82%	87,90%	87,94%	87,95%	87,95%	87,96%	87,96%	87,96%	87,96%	87,96%	87,96%	
Jul/12 - 2ª Q	74,30%	83,21%	83,74%	83,88%	83,89%	83,89%	83,89%	83,89%	83,89%	83,89%	83,89%	83,89%	83,89%	
Ago/12 - 1ª Q	75,82%	84,23%	84,65%	84,70%	84,71%	84,72%	84,72%	84,72%	84,72%	84,72%	84,72%	84,72%	84,72%	
Ago/12 - 2ª Q	75,43%	79,43%	80,19%	80,25%	80,27%	80,27%	80,27%	80,27%	80,27%	80,27%	80,27%	80,27%	80,27%	
Set/12 - 1ª Q	76,24%	83,23%	83,93%	84,06%	84,08%	84,08%	84,08%	84,08%	84,08%	84,29%	84,29%	84,29%	84,29%	
Set/12 - 2ª Q	74,60%	85,15%	86,25%	86,27%	86,30%	86,30%	86,31%	87,24%	88,02%	88,10%	88,10%	88,10%	88,10%	
Out/12 - 1ª Q	82,28%	87,79%	88,51%	88,60%	88,60%	88,60%	88,60%	88,60%	88,61%	88,74%	88,74%	88,74%	88,74%	
Out/12 - 2ª Q	79,39%	83,49%	84,23%	84,47%	84,47%	84,47%	84,47%	85,08%	85,09%	85,85%	85,85%	85,85%	85,85%	
Nov/12 - 1ª Q	77,65%	86,25%	87,67%	87,67%	87,68%	87,69%	87,71%	87,73%	87,74%	87,74%	87,74%	87,74%	87,74%	
Nov/12 - 2ª Q	80,89%	84,94%	85,73%	85,74%	85,76%	85,79%	85,79%	86,54%	86,81%	86,81%	86,83%	86,83%	86,83%	
Dez/12 - 1ª Q	78,41%	86,07%	87,86%	87,95%	88,01%	88,01%	88,03%	88,03%	88,03%	88,03%	88,04%	88,04%	88,04%	
Dez/12 - 2ª Q	66,98%	85,05%	87,77%	87,89%	88,01%	88,04%	88,16%	89,28%	89,30%	89,30%	89,30%	89,30%	89,30%	
Média	75,56%	84,04%	85,32%	85,44%	85,50%	85,53%	85,54%	85,69%	85,75%	85,80%	85,81%	85,66%	85,53%	86,50%
Desvio	5%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e filial membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD05 70828)

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.11 - Matriz 2013 (Cenário 1: Recompras - “em aberto”)

Indicadores de adimplência - 2013

A tabela ao lado apresenta os percentuais de adimplência dos títulos pertencentes à carteira do FIDC Exodus I durante o período analisado (em ciclos quinzenais), de forma acumulada, observados em cada quinzena de vencimento sob análise. Para a realização do cálculo, considera-se o volume de títulos vencidos em cada quinzena e o seu efetivo pagamento.

DESTACA-SE: Para essa tabela assumiu-se como premissa os títulos recomendados como inadimplentes. Adicionalmente, a tabela apresenta as médias atingidas por cada por cada ciclo quinzenal sob análise e os respectivos desvios-padrão relativos a essas médias.

Vencimento	Ciclos quinzenais (Pagamentos)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Jan/13 - 1ª Q	78,62%	86,27%	87,15%	87,28%	87,31%	87,32%	87,60%	87,60%	87,61%	87,64%
Jan/13 - 2ª Q	80,14%	86,58%	88,94%	89,04%	89,06%	89,06%	89,56%	90,05%	90,43%	
Fev/13 - 1ª Q	75,65%	83,24%	85,29%	85,36%	85,49%	85,53%	86,31%	87,17%		
Fev/13 - 2ª Q	73,68%	80,90%	82,29%	82,32%	82,48%	82,53%	82,54%			
Mar/13 - 1ª Q	69,10%	77,63%	79,32%	79,33%	79,40%	79,79%				
Mar/13 - 2ª Q	60,37%	81,15%	82,54%	82,57%	82,70%					
Abr/13 - 1ª Q	79,91%	88,07%	89,17%	89,67%						
Abr/13 - 2ª Q	75,15%	83,37%	84,47%							
Mai/13 - 1ª Q	77,61%	83,81%								
Mai/13 - 2ª Q	74,29%									
Média	74,45%	83,45%	84,90%	85,08%	84,41%	84,85%	86,50%	88,27%	89,02%	87,64%
Desvio	6%	3%	3%	4%	4%	4%	3%	2%	2%	0%

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.12 - Matriz 2010 (Cenário 2: Recompras - “liquidade”)

Indicadores de adimplência - 2010

A tabela ao lado apresenta os percentuais de adimplência dos títulos pertencentes à carteira do FIDC Exodus I durante o período analisado (em ciclos quinzenais), de forma acumulada, observados em cada quinzena de vencimento sob análise. Para a realização do cálculo, considera-se o volume de títulos vencidos em cada quinzena e o seu efetivo pagamento.

DESTACA-SE: Para essa tabela assumiu-se como premissa que os títulos recomprados foram baixados, ou seja, que tais títulos contribuem para a adimplência da carteira.

Adicionalmente, a tabela apresenta as médias atingidas por cada por cada ciclo quinzenal sob análise e os respectivos desvios-padrão relativos a essas médias.

		Ciclos quinzenais (Pagamentos)																
Vencimento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	20	30	40	50	60	70
Jun/10 - 1º Q	78,72%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jun/10 - 2º Q	90,16%	98,59%	99,28%	99,94%	99,98%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jul/10 - 1º Q	89,99%	96,42%	97,89%	97,91%	97,95%	97,98%	97,99%	97,99%	97,99%	97,99%	98,49%	98,49%	98,49%	98,99%	98,99%	98,99%	98,99%	99,00%
Jul/10 - 2º Q	86,00%	98,13%	99,47%	99,51%	99,61%	99,62%	99,63%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,64%	99,67%	99,67%	99,69%	99,69%	99,69%	
Ago/10 - 1º Q	83,48%	96,48%	97,57%	97,77%	97,78%	97,81%	97,89%	97,89%	98,01%	98,01%	98,01%	98,01%	98,05%	98,12%	98,79%	98,79%	98,79%	
Ago/10 - 2º Q	89,29%	96,24%	97,64%	97,72%	97,74%	97,77%	97,77%	97,79%	97,79%	97,79%	97,79%	97,79%	97,86%	97,86%	98,48%	98,48%	98,48%	
Set/10 - 1º Q	89,07%	97,44%	98,55%	98,70%	98,78%	98,79%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,93%	98,93%	99,00%	99,00%	99,28%	99,28%	99,28%	
Set/10 - 2º Q	89,24%	95,92%	97,76%	98,07%	98,19%	98,21%	98,21%	98,28%	98,28%	98,29%	98,32%	98,35%	98,39%	98,41%	98,65%	98,66%	98,66%	
Out/10 - 1º Q	88,93%	96,61%	98,12%	98,33%	98,40%	98,41%	98,43%	98,43%	98,45%	98,45%	98,45%	98,45%	98,50%	98,76%	98,93%	98,93%	98,93%	
Out/10 - 2º Q	83,57%	95,51%	97,15%	97,65%	97,68%	98,44%	98,51%	98,51%	98,52%	98,52%	98,53%	98,53%	98,57%	98,61%	98,83%	98,83%	98,83%	
Nov/10 - 1º Q	75,83%	96,56%	98,23%	98,44%	98,60%	98,62%	98,64%	98,71%	98,75%	98,75%	98,75%	98,76%	98,81%	99,25%	99,25%	99,25%	99,25%	
Nov/10 - 2º Q	87,28%	95,00%	97,02%	97,22%	97,40%	97,49%	97,51%	97,52%	97,54%	97,54%	97,55%	97,55%	97,63%	98,44%	98,44%	98,44%	98,44%	
Dez/10 - 1º Q	88,46%	96,74%	97,97%	98,17%	98,25%	98,29%	98,32%	98,41%	98,42%	98,43%	98,43%	98,43%	98,47%	98,70%	98,78%	98,78%	98,78%	
Dez/10 - 2º Q	84,70%	96,86%	98,68%	98,90%	99,00%	99,06%	99,10%	99,11%	99,12%	99,12%	99,12%	99,12%	99,13%	99,52%	99,52%	99,52%	99,52%	
Média	86,05%	96,89%	98,24%	98,45%	98,53%	98,60%	98,63%	98,65%	98,67%	98,68%	98,71%	98,72%	98,76%	98,95%	99,12%	99,12%	99,09%	99,67%
Desvio	4%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e filia-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD05 70828)

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.12 - Matriz 2011 (Cenário 2: Recompras - “liquidade”)

Indicadores de adimplência - 2011

A tabela ao lado apresenta os percentuais de adimplência dos títulos pertencentes à carteira do FIDC Exodus I durante o período analisado (em ciclos quinzenais), de forma acumulada, observados em cada quinzena de vencimento sob análise. Para a realização do cálculo, considera-se o volume de títulos vencidos em cada quinzena e o seu efetivo pagamento.

DESTACA-SE: Para essa tabela assumiu-se como premissa que os títulos recomprados foram baixados, ou seja, que tais títulos contribuem para a adimplência da carteira.

Adicionalmente, a tabela apresenta as médias atingidas por cada por cada ciclo quinzenal sob análise e os respectivos desvios-padrão relativos a essas médias.

Vencimento	Ciclos quinzenais (Pagamentos)																	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	20	30	40	50		
Jan/11 - 1º Q	84,38%	94,76%	97,88%	98,50%	98,61%	98,69%	98,84%	98,89%	98,96%	98,96%	98,96%	98,96%	99,12%	99,21%	99,24%	99,24%		
Jan/11 - 2º Q	86,06%	94,37%	96,43%	96,78%	96,92%	97,19%	97,87%	98,00%	98,13%	98,14%	98,26%	98,38%	98,38%	98,45%	98,46%	98,46%		
Fev/11 - 1º Q	84,71%	93,34%	95,36%	96,49%	96,85%	97,47%	97,97%	98,07%	98,13%	98,03%	98,50%	98,51%	98,66%	98,66%	98,66%	98,66%		
Fev/11 - 2º Q	82,60%	93,25%	96,04%	96,66%	97,87%	98,24%	98,28%	98,28%	99,08%	99,17%	99,17%	99,23%	99,25%	99,25%	99,31%	99,31%		
Mar/11 - 1º Q	84,42%	96,01%	97,49%	98,20%	98,35%	98,70%	98,72%	98,73%	98,80%	98,82%	98,86%	98,87%	98,92%	98,97%	98,97%	98,97%		
Mar/11 - 2º Q	86,56%	94,76%	96,22%	96,53%	97,24%	97,66%	97,72%	97,83%	97,91%	97,92%	97,93%	97,93%	97,94%	97,94%	97,95%	97,95%		
Abr/11 - 1º Q	86,47%	93,70%	96,05%	96,61%	96,66%	96,76%	96,77%	96,86%	96,86%	96,89%	96,89%	96,91%	96,93%	96,93%	96,93%	96,93%		
Abr/11 - 2º Q	77,58%	93,95%	96,68%	96,88%	96,95%	97,01%	97,04%	97,05%	97,07%	97,07%	97,09%	97,09%	97,10%	97,25%	97,25%	97,25%		
Mai/11 - 1º Q	77,06%	93,77%	96,29%	96,47%	96,64%	96,71%	96,89%	96,93%	97,01%	97,04%	97,08%	97,08%	97,11%	97,35%	97,35%	97,35%		
Mai/11 - 2º Q	86,80%	95,26%	97,06%	97,26%	97,47%	97,58%	97,65%	97,90%	97,92%	97,97%	97,98%	97,99%	98,00%	98,06%	98,07%	98,07%		
Jun/11 - 1º Q	83,78%	94,06%	97,29%	97,74%	97,88%	98,08%	98,24%	98,31%	98,31%	98,49%	98,50%	98,51%	98,59%	98,61%	98,62%	98,62%		
Jun/11 - 2º Q	84,59%	93,95%	96,18%	96,76%	97,20%	97,26%	97,35%	97,44%	97,57%	97,58%	97,60%	97,90%	97,91%	97,91%	97,92%	97,92%		
Jul/11 - 1º Q	86,12%	93,01%	95,17%	96,02%	96,17%	96,23%	96,26%	96,75%	96,79%	96,88%	96,93%	96,94%	97,11%	97,49%	97,49%	97,49%		
Jul/11 - 2º Q	79,94%	94,13%	96,62%	97,36%	97,48%	97,50%	97,58%	97,59%	97,61%	97,69%	97,69%	97,70%	97,74%	97,74%	97,76%	97,76%		
Ago/11 - 1º Q	84,33%	93,76%	95,78%	96,18%	96,30%	96,55%	96,64%	96,64%	96,64%	96,66%	96,69%	96,72%	96,84%	96,89%	96,91%	96,91%		
Ago/11 - 2º Q	82,07%	93,43%	96,22%	96,89%	97,04%	97,27%	97,31%	97,34%	97,35%	97,37%	97,39%	97,39%	97,45%	97,46%	97,46%	97,46%		
Set/11 - 1º Q	86,15%	95,28%	96,42%	96,97%	97,25%	97,36%	97,46%	97,54%	97,54%	97,63%	97,63%	97,65%	97,69%	97,70%	97,70%	97,70%		
Set/11 - 2º Q	84,20%	93,12%	95,19%	96,09%	96,43%	97,03%	97,05%	97,10%	97,18%	97,20%	97,20%	97,22%	97,25%	97,27%	97,27%	97,27%		
Out/11 - 1º Q	81,69%	93,53%	95,86%	96,59%	96,89%	96,91%	96,95%	96,98%	97,01%	97,03%	97,03%	97,06%	97,16%	97,17%	97,17%	97,17%		
Out/11 - 2º Q	83,74%	92,26%	95,07%	95,72%	96,07%	96,13%	96,25%	96,27%	96,27%	96,33%	96,36%	96,39%	96,58%	96,58%	96,58%	96,58%		
Nov/11 - 1º Q	77,10%	93,13%	95,38%	96,14%	96,40%	96,61%	96,63%	96,68%	96,69%	96,77%	96,78%	96,84%	97,20%	97,23%	97,23%	97,23%		
Nov/11 - 2º Q	80,82%	91,71%	94,64%	94,84%	95,61%	96,00%	96,31%	96,65%	96,66%	96,71%	96,73%	96,74%	97,32%	97,32%	97,32%	97,32%		
Dez/11 - 1º Q	83,43%	91,51%	93,27%	94,77%	94,95%	95,11%	95,18%	95,24%	95,34%	95,36%	95,42%	95,42%	96,30%	96,31%	96,31%	96,31%		
Dez/11 - 2º Q	77,48%	90,83%	93,65%	93,94%	94,07%	94,12%	94,26%	94,36%	94,37%	94,42%	94,49%	94,50%	96,25%	96,45%	96,45%	96,45%		
Média	83,01%	93,62%	95,93%	96,52%	96,80%	97,01%	97,14%	97,22%	97,29%	97,34%	97,38%	97,41%	97,62%	97,70%	97,92%	98,23%		
Desvio	3%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%		

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services, Ltd., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD05 70828)

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.12 - Matriz 2012 (Cenário 2: Recompras - “liquidade”)

Indicadores de adimplência - 2012

A tabela ao lado apresenta os percentuais de adimplência dos títulos pertencentes à carteira do FIDC Exodus I durante o período analisado (em ciclos quinzenais), de forma acumulada, observados em cada quinquena de vencimento sob análise. Para a realização do cálculo, considera-se o volume de títulos vencidos em cada quinquena e o seu efetivo pagamento.

DESTACA-SE: Para essa tabela assumiu-se como premissa que os títulos recomprados foram baixados, ou seja, que tais títulos contribuem para a adimplência da carteira.

Adicionalmente, a tabela apresenta as médias atingidas por cada por cada ciclo quinzenal sob análise e os respectivos desvios-padrão relativos a essas médias.

Vencimento	Ciclos quinzenais (Pagamentos)														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	20	30	
Jan/12 - 1º Q	76,42%	92,46%	93,98%	94,08%	94,23%	94,39%	94,45%	94,48%	94,49%	94,51%	94,72%	94,78%	97,58%	97,61%	
Jan/12 - 2º Q	80,70%	87,99%	89,04%	89,59%	90,48%	90,55%	90,61%	90,62%	90,73%	90,82%	90,95%	90,95%	93,22%	93,22%	
Fev/12 - 1º Q	87,59%	91,87%	94,37%	95,72%	95,79%	95,84%	95,90%	96,00%	96,32%	96,57%	96,57%	96,57%	97,73%	97,75%	
Fev/12 - 2º Q	83,14%	93,77%	96,21%	96,34%	96,68%	96,68%	96,69%	96,81%	96,91%	96,91%	96,91%	96,93%	97,44%	97,44%	
Mar/12 - 1º Q	82,02%	93,18%	94,05%	94,32%	94,42%	94,51%	94,73%	94,90%	95,06%	95,06%	95,07%	95,07%	95,08%	95,08%	
Mar/12 - 2º Q	76,49%	87,88%	90,55%	90,74%	94,88%	95,36%	95,53%	95,57%	95,58%	95,58%	95,59%	95,59%	95,65%		
Abr/12 - 1º Q	77,75%	92,76%	94,45%	94,87%	95,32%	95,93%	95,94%	95,96%	95,96%	95,97%	95,97%	95,98%	96,00%		
Abr/12 - 2º Q	83,92%	93,16%	96,17%	96,47%	97,01%	97,26%	97,37%	97,50%	97,50%	97,50%	97,52%	97,52%	97,89%		
Mai/12 - 1º Q	85,07%	94,51%	96,04%	96,70%	96,76%	96,83%	96,83%	96,85%	96,85%	96,87%	96,88%	96,89%	97,03%		
Mai/12 - 2º Q	86,05%	92,08%	93,75%	94,14%	94,35%	94,47%	94,48%	94,55%	94,66%	94,76%	94,77%	94,78%	94,85%		
Jun/12 - 1º Q	75,94%	86,11%	87,37%	88,03%	88,16%	88,26%	88,27%	88,30%	88,31%	88,33%	88,33%	88,34%	88,34%		
Jun/12 - 2º Q	72,89%	92,37%	94,61%	95,10%	95,32%	95,33%	95,34%	95,34%	95,34%	95,35%	95,35%	95,35%	95,35%		
Jul/12 - 1º Q	78,94%	94,10%	95,95%	96,10%	96,29%	96,31%	96,43%	96,43%	96,44%	96,44%	96,44%	96,44%	96,44%		
Jul/12 - 2º Q	83,01%	92,87%	93,60%	94,01%	94,02%	94,03%	94,03%	94,04%	94,04%	94,04%	94,04%	94,04%	94,05%		
Ago/12 - 1º Q	81,56%	92,52%	93,53%	93,58%	93,64%	93,67%	93,68%	93,68%	93,68%	93,68%	93,68%	93,68%	93,68%		
Ago/12 - 2º Q	87,04%	92,53%	93,86%	93,97%	94,01%	94,02%	94,03%	94,03%	94,03%	94,03%	94,03%	94,03%			
Set/12 - 1º Q	83,70%	92,29%	93,92%	94,11%	94,14%	94,22%	94,22%	94,22%	94,22%	94,44%	94,44%	94,44%			
Set/12 - 2º Q	82,37%	94,48%	95,81%	95,83%	95,86%	95,86%	95,87%	96,80%	97,59%	97,59%	97,67%	97,67%			
Out/12 - 1º Q	89,59%	96,91%	97,91%	98,00%	98,06%	98,06%	98,06%	98,06%	98,07%	98,20%	98,20%	98,20%			
Out/12 - 2º Q	89,35%	94,64%	95,87%	96,32%	96,33%	96,34%	96,34%	96,94%	97,00%	97,76%	97,76%	97,76%			
Nov/12 - 1º Q	85,91%	96,42%	98,25%	98,28%	98,30%	98,32%	98,35%	98,37%	98,37%	98,37%	98,38%	98,38%			
Nov/12 - 2º Q	90,18%	96,19%	97,11%	97,24%	97,29%	97,36%	97,37%	98,12%	98,39%	98,39%	98,45%	98,45%			
Dez/12 - 1º Q	86,68%	95,67%	97,84%	98,25%	98,38%	98,44%	98,45%	98,46%	98,46%	98,48%	98,48%	98,48%			
Dez/12 - 2º Q	70,20%	91,14%	94,81%	95,04%	95,19%	95,23%	95,35%	96,47%	96,49%	96,49%	96,49%	96,49%			
Média	82,35%	92,83%	94,54%	94,87%	95,21%	95,30%	95,35%	95,52%	95,60%	95,67%	95,70%	95,67%	95,36%	96,22%	
Desvio	5%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KFD5 70828)

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.12 - Matriz 2013 (Cenário 2: Recompras - “liquidade”)

Indicadores de adimplência - 2013

A tabela ao lado apresenta os percentuais de adimplência dos títulos pertencentes à carteira do FIDC Exodus I durante o período analisado (em ciclos quinzenais), de forma acumulada, observados em cada quinzena de vencimento sob análise. Para a realização do cálculo, considera-se o volume de títulos vencidos em cada quinzena e o seu efetivo pagamento.

DESTACA-SE: Para essa tabela assumiu-se como premissa que os títulos recomprados foram baixados, ou seja, que tais títulos contribuem para a adimplência da carteira.

Adicionalmente, a tabela apresenta as médias atingidas por cada por cada ciclo quinzenal sob análise e os respectivos desvios-padrão relativos a essas médias.

Vencimento	Ciclos quinzenais (Pagamentos)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Jan/13 - 1ª Q	85,50%	95,11%	96,35%	96,94%	97,05%	97,21%	97,49%	97,55%	97,55%	97,72%
Jan/13 - 2ª Q	86,32%	94,74%	97,61%	97,84%	97,93%	98,02%	98,53%	99,02%	99,44%	
Fev/13 - 1ª Q	84,16%	93,62%	96,17%	96,35%	96,48%	96,69%	97,48%	98,66%		
Fev/13 - 2ª Q	86,12%	96,56%	98,55%	98,71%	98,95%	99,09%	99,11%			
Mar/13 - 1ª Q	81,26%	92,72%	94,74%	95,56%	95,63%	96,21%				
Mar/13 - 2ª Q	68,80%	95,70%	97,31%	97,47%	97,60%					
Abr/13 - 1ª Q	86,47%	95,81%	97,29%	98,03%						
Abr/13 - 2ª Q	83,04%	94,55%	95,95%							
Mai/13 - 1ª Q	85,56%	94,40%								
Mai/13 - 2ª Q	77,82%									
Média	82,50%	94,80%	96,74%	97,27%	97,27%	97,44%	98,15%	98,41%	98,50%	97,72%
Desvio	6%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	0%

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)



Consistência dos registros da base de dados

Consistência dos registros da base de dados

Com o intuito de verificar a consistência da base de dados disponibilizada e seus respectivos registros, aplicamos os seguintes procedimentos:

(i) Confronto da base de dados com os saldos contábeis dos Fundos em 6 (seis) datas-base conforme apresentado a seguir:

	Exodus I				Exodus Institucional				Exodus III				Total			
	SRM	Contábil	Dif	%	SRM	Contábil	Dif	%	SRM	Contábil	Dif	%	SRM	Contábil	Dif	%
31/05/2013	190.791	188.949	-1.842	-1,0%	40.493	44.077	3.584	8,1%	69.347	68.087	-1.260	-1,9%	300.631	301.113	482	0,2%
31/12/2012	178.092	177.929	-163	-0,1%	32.306	35.083	2.777	7,9%	62.525	61.042	-1.483	-2,4%	272.923	274.054	1.131	0,4%
30/06/2012	168.328	177.880	9.552	5,4%	17.078	16.592	-486	-2,9%	46.559	47.254	695	1,5%	231.965	241.726	9.761	4,0%
31/12/2011	156.657	166.613	9.956	6,0%	6.071	6.179	108	1,7%	45.890	48.077	2.187	4,5%	208.618	220.868	12.250	5,5%
30/06/2011	225.726	235.526	9.800	4,2%					45.028	50.277	5.249	10,4%	270.754	285.803	15.049	5,3%
30/12/2010	182.624	183.543	919	0,5%									182.624	183.543	919	0,5%

O resultado do procedimento acima indicou algumas divergências, conforme apresentado na tabela acima. Estas diferenças podem acarretar em ajustes não mensuráveis nas análises apresentadas neste relatório em proporções similares.

(ii) Confronto da documentação física representativa dos direitos creditórios com os registros contidos na base de dados fornecida pela SRM.

Conforme acordado com representantes da SRM e Credit Suisse, selecionamos 1.050 itens no período compreendido entre agosto de 2012 a maio de 2013, sendo que obtivemos a documentação comprobatória dos direitos creditórios para 1.017 itens, resultado em um total de 33 itens não apresentados (3,1%).

Consistência dos registros da base de dados (cont.)

(iii) Efetuamos uma comparação dos volumes mensais de títulos liquidados na base de dados fornecida para o período compreendido entre maio de 2012 a maio de 2013 com o volume de liquidações informadas pelo custodiante dos Fundos (Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão). A seguir apresentamos os resultados obtidos:

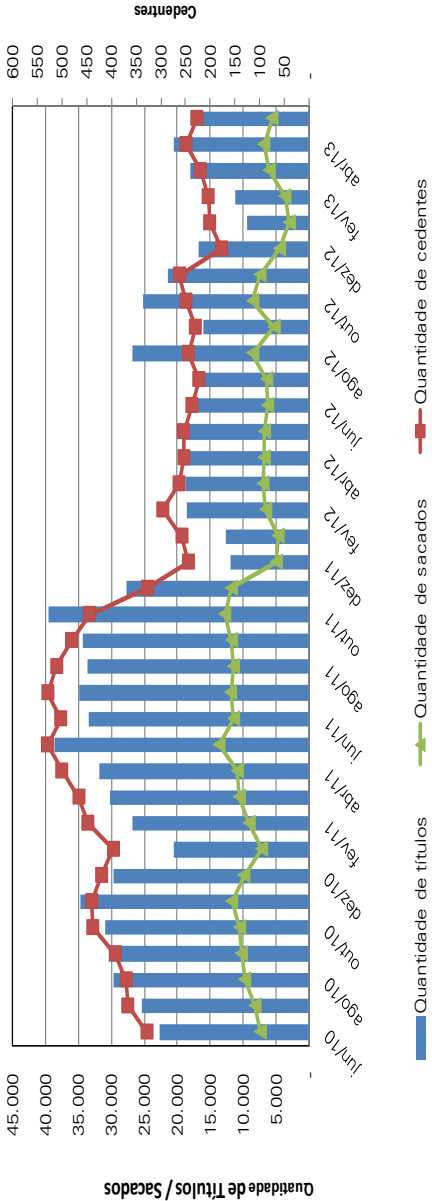
	Exodus			Total
	Exodus I	Intitucional	Exodus III	
Liquidações DB	933.314	178.018	138.301	1.249.633
Liquidações SRM	930.634	174.700	134.761	1.240.095
Diferença - R\$	2.680	3.318	3.540	9.538
Diferença - %	0,3%	1,9%	2,6%	0,8%

Anexo I - FIDC Exodus I

Análises adicionais - Exodus I

Tabela 2.13 e Gráfico 2.5 - Evolução mensal da quantidade de cedentes e sacados

Período	Exodus I				Período	Exodus I			
	Quantidade de cedentes	Quantidade de sacados	Quantidade de títulos	Somatório do valor das títulos - R\$(000)		Quantidade de cedentes	Quantidade de sacados	Quantidade de títulos	Somatório do valor das títulos - R\$(000)
jun/10	328	7.351	22.609	82.565	dez/11	244	4.918	11.876	52.786
jul/10	367	8.151	25.357	79.588	jan/12	257	4.639	12.633	73.365
ago/10	370	9.731	29.735	90.281	fev/12	296	6.529	18.589	78.370
set/10	392	10.230	30.380	97.372	mar/12	263	6.946	18.708	75.707
out/10	438	10.501	30.931	113.174	abr/12	253	6.757	19.392	77.420
nov/10	440	11.702	34.683	111.334	mai/12	254	6.719	18.654	81.683
dez/10	420	9.853	29.762	97.219	jun/12	237	6.226	17.026	66.797
jan/11	396	7.165	20.489	93.499	jul/12	223	6.368	17.405	73.276
fev/11	448	9.047	26.845	113.524	ago/12	244	8.498	26.905	92.785
mar/11	466	10.550	30.204	115.552	set/12	230	5.243	16.022	71.149
abr/11	501	10.841	31.853	117.706	out/12	249	8.487	25.151	86.941
mai/11	530	13.645	38.711	131.491	nov/12	262	7.402	21.495	94.832
jun/11	503	11.420	33.537	112.789	dez/12	177	4.433	16.769	60.640
jul/11	529	11.887	34.838	109.263	jan/13	201	2.943	9.294	62.266
ago/11	511	11.439	33.603	118.619	fev/13	204	3.612	11.125	74.230
set/11	481	11.715	34.443	119.918	mar/13	220	6.008	18.041	83.611
out/11	445	12.754	39.612	107.028	abr/13	249	6.823	20.557	100.925
nov/11	327	11.754	27.788	75.628	mai/13	227	5.579	16.636	85.146



© 2013 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda, uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Análises adicionais - Exodus I

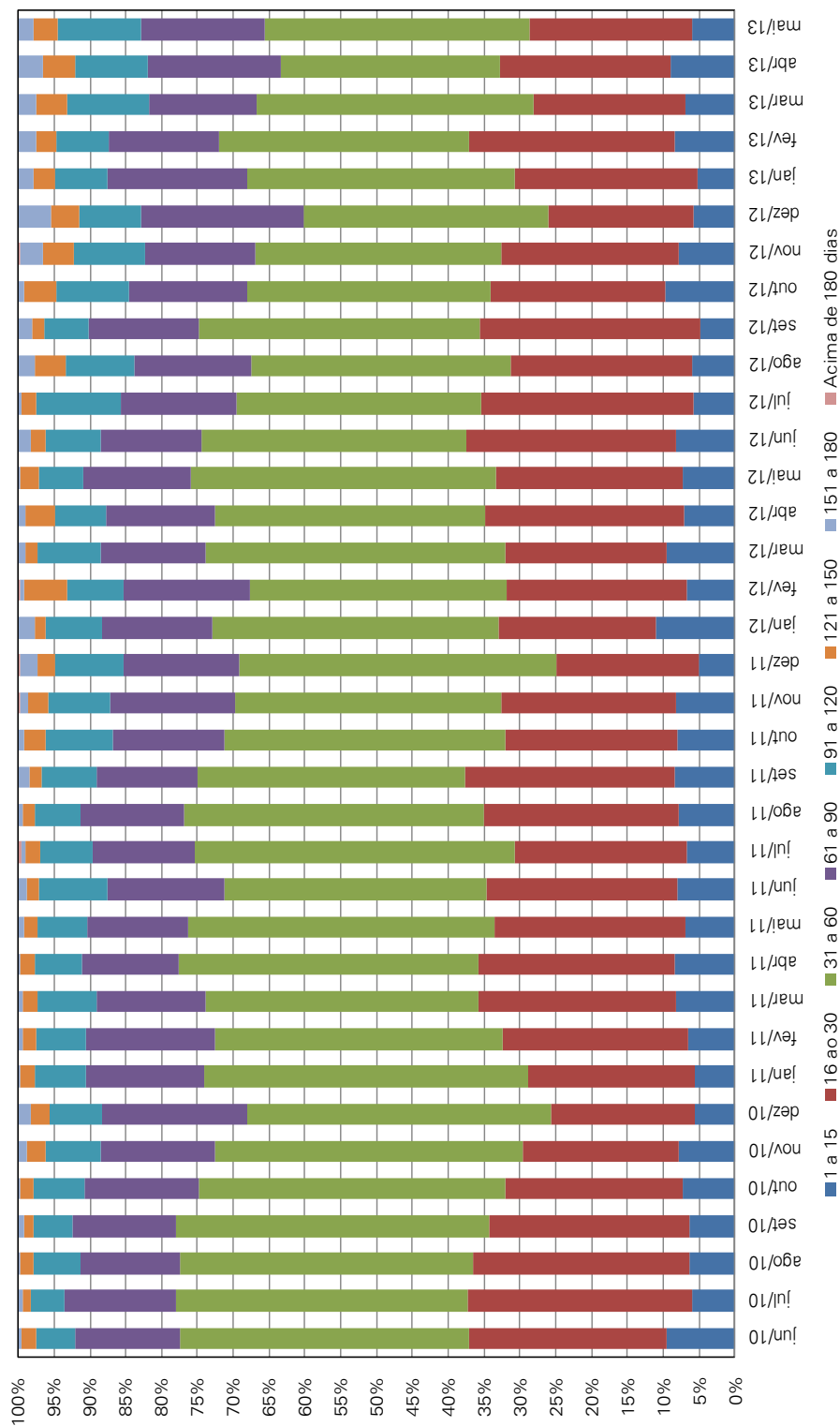
Tabela 2.14 - Evolução mensal do prazo médio de vencimento

Prazo	Exodus I																Total Exodus I
	1 a 15		16 a 30		31 a 60		61 a 90		91 a 120		121 a 150		151 a 180		Acima de 180 dias		
	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	
jun/10	7.851	9,51%	22.740	27,54%	33.409	40,46%	11.937	14,46%	4.528	5,48%	1.745	2,11%	310	0,38%	45	0,05%	82.566
jul/10	4.803	6,03%	24.873	31,25%	32.443	40,76%	12.291	15,44%	3.752	4,71%	984	1,24%	438	0,55%	5	0,01%	79.588
ago/10	5.768	6,38%	27.173	30,10%	36.916	40,89%	12.628	13,99%	5.936	6,57%	1.626	1,80%	236	0,26%	8	0,01%	90.281
set/10	6.196	6,36%	27.144	27,88%	42.556	43,70%	14.097	14,88%	5.302	5,45%	1.383	1,42%	669	0,69%	25	0,03%	97.372
out/10	8.266	7,30%	27.883	24,64%	48.464	42,82%	18.103	16,00%	8.064	7,13%	2.098	1,85%	256	0,23%	40	0,04%	113.174
nov/10	8.607	7,73%	24.247	21,78%	47.825	42,96%	17.870	16,05%	8.477	7,67%	2.975	2,67%	1.329	1,19%	5	0,00%	111.334
dez/10	5.393	5,55%	19.474	20,03%	41.206	42,38%	19.783	20,35%	7.162	7,37%	2.477	2,55%	1.703	1,75%	21	0,02%	97.219
jan/11	5.213	5,58%	21.664	23,17%	42.280	45,22%	15.597	16,68%	6.550	7,00%	1.898	2,03%	287	0,31%	11	0,01%	93.499
fev/11	7.401	6,52%	29.410	25,91%	45.507	40,09%	20.493	18,05%	7.818	6,89%	2.238	1,97%	646	0,57%	12	0,01%	113.524
mar/11	9.493	8,22%	31.846	27,56%	44.105	38,17%	17.520	15,16%	9.462	8,19%	2.507	2,17%	615	0,53%	4	0,00%	115.552
abr/11	9.842	8,36%	32.263	27,41%	49.280	41,87%	15.801	13,42%	7.856	6,67%	2.291	1,95%	374	0,32%	-	0,00%	117.706
mai/11	9.062	6,89%	34.948	26,58%	56.423	42,91%	18.471	14,05%	9.004	6,85%	2.544	1,93%	1.037	0,79%	2	0,00%	131.491
jun/11	9.061	8,03%	30.023	26,62%	41.209	36,54%	18.396	16,31%	10.935	9,69%	1.893	1,68%	1.231	1,09%	41	0,04%	112.789
jul/11	7.374	6,75%	26.269	24,04%	48.767	44,63%	15.600	14,28%	7.863	7,20%	2.285	2,09%	550	0,50%	556	0,51%	109.263
ago/11	9.269	7,81%	32.174	27,12%	49.821	42,00%	17.093	14,41%	7.514	6,33%	2.086	1,76%	629	0,53%	32	0,03%	118.619
set/11	10.083	8,41%	34.972	29,16%	44.773	37,34%	16.988	14,15%	9.125	7,61%	2.176	1,81%	1.820	1,52%	1	0,00%	119.918
out/11	8.642	8,07%	25.688	24,00%	41.955	39,20%	16.560	15,47%	10.009	9,35%	3.232	3,02%	941	0,88%	2	0,00%	107.028
nov/11	6.219	8,22%	18.468	24,42%	28.003	37,03%	13.214	17,47%	6.582	8,70%	2.157	2,85%	858	1,13%	126	0,17%	75.628
dez/11	2.667	5,05%	10.517	19,92%	23.338	44,21%	8.488	16,04%	5.121	9,70%	1.244	2,36%	1.258	2,38%	173	0,33%	52.786
jan/12	8.138	11,09%	16.047	21,87%	29.263	39,89%	11.309	15,41%	5.757	7,85%	1.117	1,52%	1.727	2,35%	8	0,01%	73.365
fev/12	5.281	6,74%	19.683	25,12%	28.115	35,88%	13.766	17,57%	6.131	7,82%	4.787	6,11%	482	0,62%	124	0,16%	76.370
mar/12	7.159	9,46%	17.101	22,59%	31.677	41,84%	11.069	14,62%	6.666	8,80%	1.353	1,79%	641	0,85%	41	0,05%	75.707
abr/12	5.421	7,00%	21.578	27,87%	29.152	37,65%	11.840	15,29%	5.480	7,08%	3.119	4,03%	811	1,05%	18	0,02%	77.420
mai/12	5.859	7,17%	21.398	26,20%	34.734	42,52%	12.359	15,13%	4.929	6,03%	2.166	2,65%	133	0,16%	105	0,13%	81.683
jun/12	5.510	8,25%	19.559	29,28%	24.616	36,85%	9.402	14,08%	5.170	7,74%	1.349	2,02%	1.190	1,78%	-	0,00%	66.797
jul/12	4.171	5,69%	21.839	29,80%	25.015	34,14%	11.744	16,03%	8.741	11,93%	1.487	2,03%	280	0,38%	-	0,00%	73.276
ago/12	5.471	5,90%	23.604	25,44%	33.464	36,07%	15.248	16,43%	8.801	9,49%	4.008	4,32%	2.188	2,36%	1	0,00%	92.785
set/12	3.399	4,78%	21.941	30,84%	27.889	39,20%	10.877	15,29%	4.517	6,35%	1.190	1,67%	1.336	1,88%	1	0,00%	71.149
out/12	8.354	9,61%	21.244	24,44%	29.489	33,92%	14.413	16,58%	8.832	10,16%	3.862	4,44%	677	0,78%	70	0,08%	86.941
nov/12	7.476	7,88%	23.340	24,61%	32.583	34,36%	14.595	15,39%	9.437	9,95%	4.106	4,33%	3.008	3,17%	287	0,30%	94.832
dez/12	3.460	5,71%	12.350	20,37%	20.727	34,18%	13.715	22,62%	5.226	8,62%	2.375	3,92%	2.786	4,60%	-	0,00%	60.640
jan/13	3.290	5,28%	15.844	25,45%	23.184	37,23%	12.192	19,58%	4.569	7,34%	1.820	2,92%	1.341	2,15%	26	0,04%	62.266
fev/13	6.171	8,31%	21.366	28,78%	25.857	34,63%	11.452	15,43%	5.384	7,25%	2.118	2,85%	1.881	2,53%	1	0,00%	74.230
mar/13	5.725	6,85%	17.803	21,29%	32.288	38,62%	12.528	14,98%	9.543	11,41%	3.602	4,31%	2.123	2,54%	-	0,00%	83.611
abr/13	9.015	8,93%	24.070	23,85%	30.909	30,63%	18.747	18,58%	10.267	10,17%	4.395	4,35%	3.521	3,49%	-	0,00%	100.925
mai/13	5.101	5,99%	19.307	22,68%	31.533	37,03%	14.682	17,24%	9.916	11,65%	2.860	3,36%	1.747	2,05%	-	0,00%	85.146
Total	240.200	7,33%	839.851	25,62%	1.288.775	39,31%	520.828	15,89%	260.424	7,94%	85.550	2,61%	41.059	1,25%	1.792	0,05%	3.276.478

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD05 70828)

Análises adicionais - Exodus I

Gráfico 2.6 - Evolução mensal do prazo médio de vencimento



© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

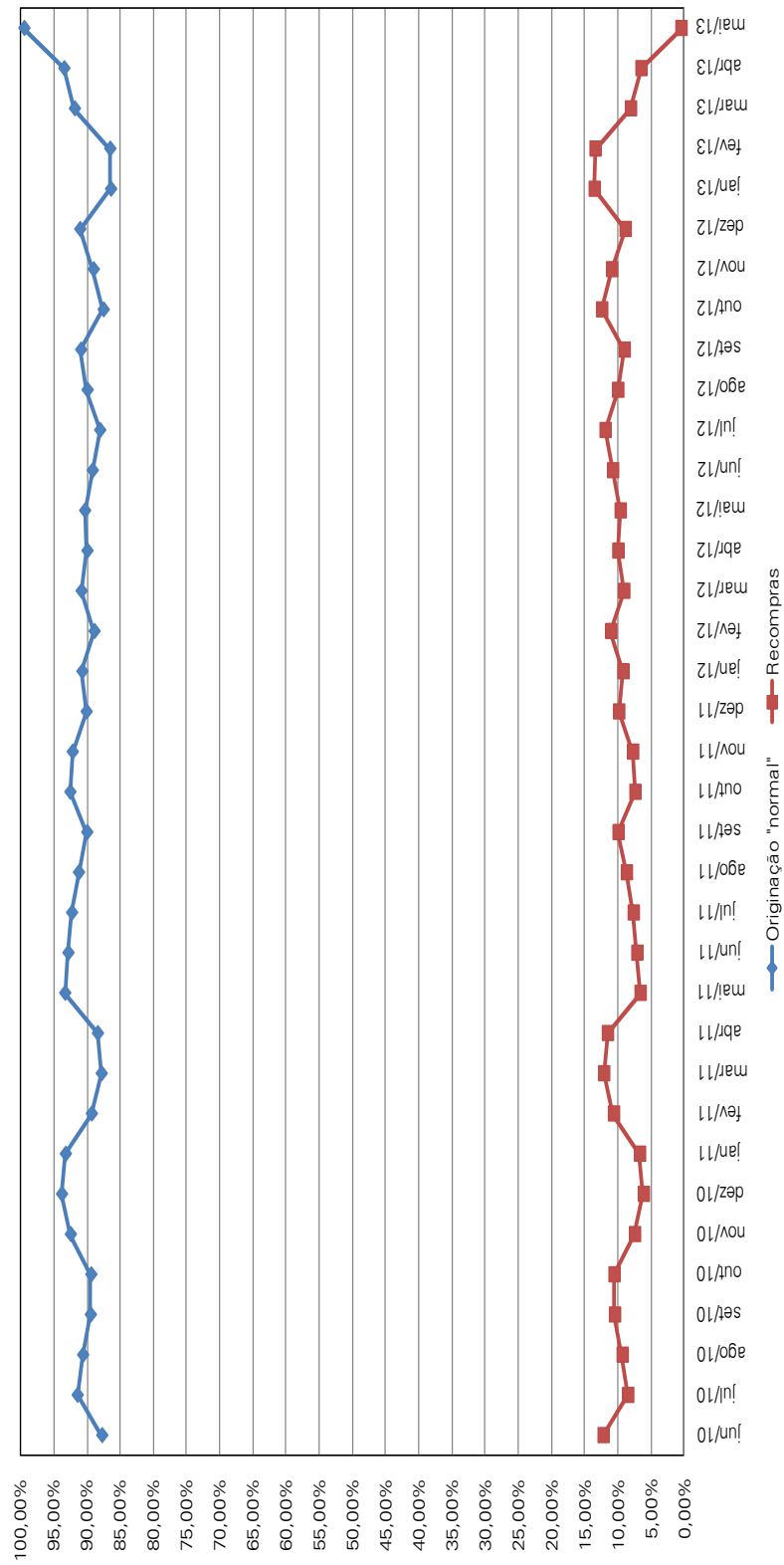
Análises adicionais - Exodus I Tabela 2.15 - Distribuição mensal da recompra

Período	Exodus I			
	Originação		VOLUME DE RECOMPRA	
	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	Quantidade de títulos	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%
jun/10	82.565	22.609	10.075	12%
jun/10	79.588	25.357	6.765	8%
ago/10	90.281	29.735	8.423	9%
set/10	97.372	30.380	10.210	10%
out/10	113.174	30.931	11.953	11%
nov/10	111.334	34.683	8.318	7%
dez/10	97.219	29.762	5.969	6%
jan/11	93.499	20.489	6.281	7%
fev/11	113.524	26.845	12.080	11%
mar/11	115.552	30.204	14.011	12%
abr/11	117.706	31.853	13.596	12%
mai/11	131.491	38.711	8.710	7%
jun/11	112.789	33.537	8.022	7%
jul/11	109.263	34.838	8.369	8%
ago/11	118.619	33.603	10.315	9%
set/11	119.918	34.443	11.928	10%
out/11	107.028	39.612	7.924	7%
nov/11	75.628	27.788	5.868	8%
dez/11	52.786	11.876	5.204	10%
jan/12	73.365	12.633	6.759	9%
fev/12	78.370	18.589	8.658	11%
mar/12	75.707	18.708	6.885	9%
abr/12	77.420	19.392	7.730	10%
mai/12	81.683	18.654	7.863	10%
jun/12	66.797	17.026	7.199	11%
jul/12	73.276	17.405	8.721	12%
ago/12	92.785	26.905	9.278	10%
set/12	71.149	16.022	6.424	9%
out/12	86.941	25.151	10.799	12%
nov/12	94.832	21.495	10.360	11%
dez/12	60.640	16.769	5.390	9%
jan/13	62.266	9.294	8.433	14%
fev/13	74.230	11.125	9.961	13%
mar/13	83.611	18.041	6.757	8%
abr/13	100.925	20.557	6.555	6%
mai/13	85.146	16.636	399	0%
Total	3.278.478	871.658	302.192	9%
			37.731	4%

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70826)

Análises adicionais - Exodus I

Gráfico 2.7 - Distribuição mensal da recompra



© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltd., uma sociedade limitada baseada no Reino Unido, uma entidade suíça (KPMG Network) e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70826)

Análises adicionais - Exodus I

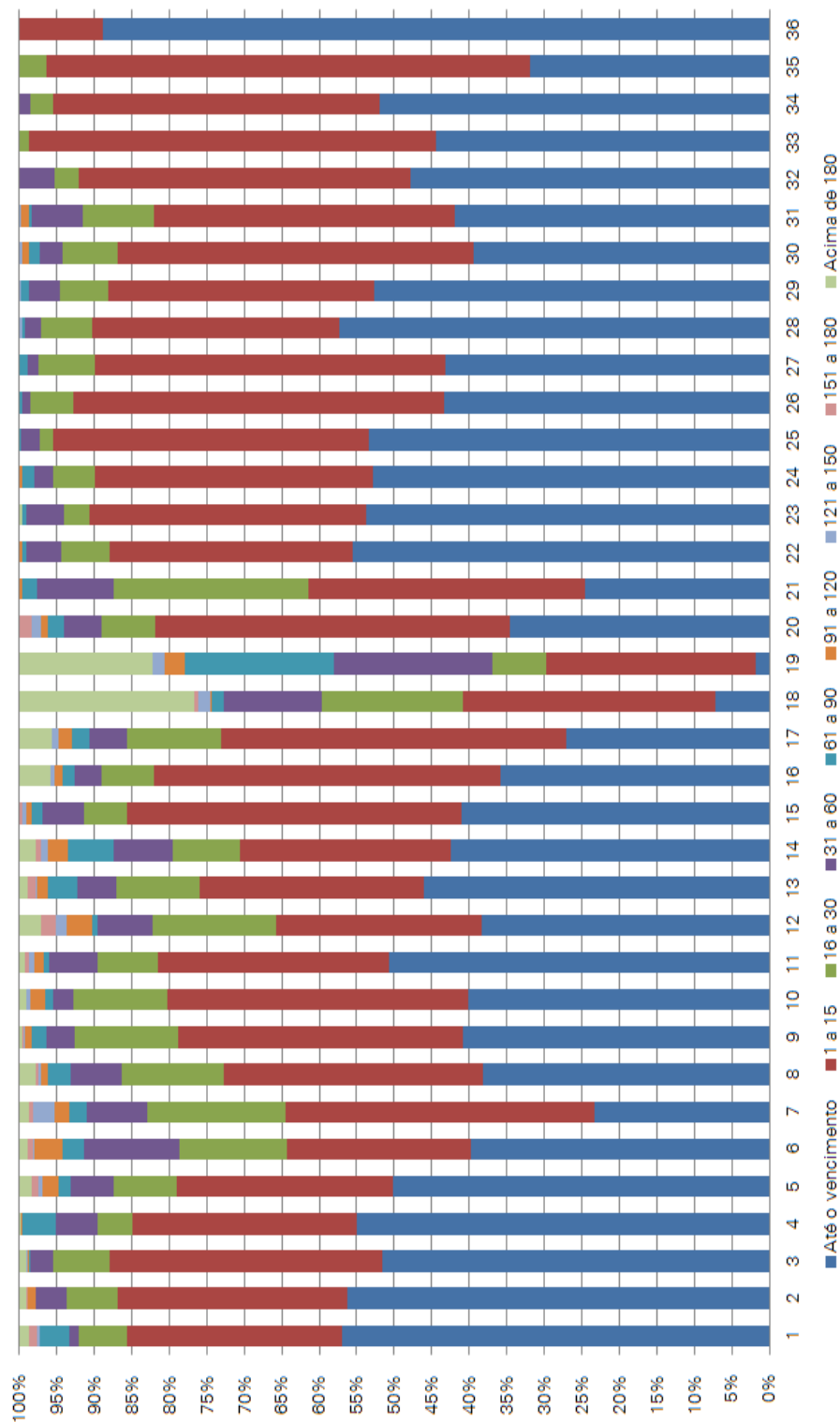
Tabela 2.16 - Distribuição mensal por prazo médio da recompra

Período	Até o vencimento				Exodus I				Exodus I				Exodus I				Total		
	Somatório do valor das títulos - R\$(000)		%		De 16 a 30 dias após o vencimento		De 31 a 60 dias após o vencimento		De 61 a 90 dias após o vencimento		De 91 a 120 dias após o vencimento		De 121 a 150 dias após o vencimento		De 151 a 180 dias após o vencimento				
	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%			
jun/10	5.734	56,92%			659	6,54%	128	1,27%	395	3,92%	4	0,04%	24	0,24%	112	1,11%	10.075		
jul/10	3.801	56,19%			465	6,87%	269	3,97%	11	0,16%	68	1,00%	4	0,06%	12	0,18%	6.765		
ago/10	4.347	51,61%			3.659	38,32%	533	5,69%	16	0,19%	20	0,24%	3	0,04%	6	0,07%	8.423		
set/10	5.613	54,97%			485	4,75%	570	5,59%	450	4,40%	20	0,19%	3	0,03%	3	0,03%	10.210		
out/10	5.988	50,10%			3.462	28,88%	1.008	8,43%	189	1,66%	262	2,19%	68	0,57%	112	0,94%	11.953		
nov/10	3.310	39,80%			2.044	24,57%	1.193	14,34%	248	2,98%	310	3,72%	12	0,14%	63	0,75%	8.318		
dez/10	1.387	23,23%			2.462	41,24%	484	8,11%	137	2,29%	119	1,99%	174	2,92%	30	0,51%	74	1,24%	5.969
jan/11	2.394	38,12%			850	13,54%	428	6,81%	199	3,17%	52	0,84%	17	0,27%	19	0,31%	142	2,26%	6.261
fev/11	4.933	40,84%			1.664	13,76%	467	3,76%	243	2,01%	101	0,84%	16	0,14%	14	0,12%	58	0,48%	12.080
mar/11	5.626	40,15%			5.623	40,13%	1.743	12,44%	142	1,01%	269	1,92%	79	0,57%	4	0,03%	131	0,94%	14.011
abr/11	6.687	50,65%			4.191	30,82%	1.104	8,12%	869	6,39%	101	0,75%	175	1,29%	102	0,75%	71	0,53%	13.596
mai/11	3.336	38,30%			2.396	27,51%	1.423	16,36%	645	7,40%	69	0,80%	292	3,35%	118	1,35%	254	2,91%	8.710
jun/11	3.693	46,03%			2.494	29,96%	863	11,00%	422	5,26%	314	3,92%	109	1,36%	22	0,28%	81	1,01%	8.022
jul/11	3.550	42,42%			2.351	28,10%	761	9,09%	658	7,86%	501	5,98%	228	2,73%	77	0,92%	192	2,29%	8.369
ago/11	4.225	40,96%			4.612	44,71%	590	5,72%	571	5,54%	147	1,42%	67	0,65%	57	0,55%	43	0,42%	10.315
set/11	4.268	35,76%			5.925	46,32%	824	6,91%	426	3,57%	198	1,66%	131	1,09%	62	0,52%	8	0,06%	11.928
out/11	2.140	27,00%			3.657	46,15%	991	12,51%	395	4,96%	186	2,34%	138	1,74%	78	0,99%	340	4,29%	7.924
nov/11	421	7,17%			1.981	33,76%	1.104	18,81%	759	12,93%	99	1,69%	12	0,20%	96	1,64%	1.365	23,26%	5.868
dez/11	98	1,89%			1.450	27,86%	374	7,20%	1.097	21,08%	1.033	19,85%	146	2,80%	83	1,60%	922	17,72%	5.204
jan/12	2.338	34,59%			3.193	47,23%	468	7,22%	341	5,04%	140	2,07%	64	0,95%	88	1,31%	107	1,58%	6.759
fev/12	2.126	24,55%			3.188	36,83%	2.260	26,11%	871	10,06%	180	2,08%	23	0,26%	6	0,07%	1	0,01%	8.658
mar/12	3.819	55,47%			2.240	32,54%	438	6,37%	326	4,74%	37	0,54%	19	0,28%	4	0,06%	1	0,01%	6.885
abr/12	4.154	53,73%			2.855	36,94%	257	3,32%	387	5,00%	48	0,62%	-	0,00%	-	0,00%	29	0,38%	7.730
mai/12	4.160	52,91%			2.906	36,96%	447	5,69%	194	2,47%	121	1,54%	29	0,38%	4	0,06%	-	0,00%	7.863
jun/12	3.844	53,39%			3.032	42,11%	128	1,77%	185	2,57%	11	0,15%	0	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	7.199
jul/12	3.778	43,32%			4.320	49,54%	485	5,56%	106	1,21%	30	0,35%	-	0,00%	-	0,00%	1	0,01%	8.721
ago/12	4.011	43,23%			4.331	46,08%	706	7,61%	133	1,43%	93	1,00%	4	0,04%	-	0,00%	-	0,00%	9.278
set/12	3.679	57,27%			2.125	33,08%	428	6,67%	143	2,23%	26	0,40%	1	0,02%	22	0,34%	-	0,00%	6.424
out/12	5.684	52,63%			3.826	35,43%	708	6,56%	434	4,02%	119	1,10%	7	0,06%	20	0,19%	-	0,00%	10.799
nov/12	4.076	39,34%			4.932	47,61%	755	7,29%	316	3,05%	144	1,38%	95	0,92%	41	0,40%	-	0,00%	10.360
dez/12	2.261	41,95%			2.156	40,00%	521	9,67%	363	6,73%	20	0,38%	53	0,98%	17	0,31%	-	0,00%	5.360
jan/13	4.036	47,86%			3.732	44,26%	265	3,14%	389	4,61%	11	0,13%	0	0,01%	-	0,00%	-	0,00%	8.433
fev/13	4.432	44,50%			5.395	54,16%	124	1,25%	9	0,09%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	9.961
mar/13	3.513	51,99%			2.935	43,43%	103	1,52%	206	3,05%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	6.757
abr/13	2.088	31,86%			4.234	64,60%	232	3,55%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	6.555
mai/13	355	88,93%			44	11,07%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	399
Total	130.104	43,05%			115.431	39,20%	26.311	8,71%	14.844	4,91%	5.667	1,88%	2.818	0,93%	1.303	0,43%	951	0,31%	302.192

© 2013 KPMG Financial Risk & Actuarial Services, Ltd., uma sociedade limitada na Suíça, a responsável pela auditoria, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70826)

Análises adicionais - Exodus I

Gráfico 2.8 - Distribuição mensal por prazo médio da recompra



Análises adicionais - Exodus I

Tabela 2.17 - Distribuição dos 20 cedentes que mais recompraram títulos

#	Cedente	Exodus I					
		Total Cedido		Volume de Recompras			
		Somatório do valor dos títulos - R\$ (000)	Quantidade de títulos	Somatório do valor dos títulos - R\$ (000)	% Recomprado	Quantidade de títulos	% Recomprado
1º	Santana Textil S/A	37.918	4.906	9.228	24,34%	319	6,50%
2º	Itagres Rev.Ceramicos S/A	22.456	9.131	8.256	36,77%	230	2,52%
3º	Ditalia Moveis Indl Ltda	28.901	9.574	7.652	26,48%	310	3,24%
4º	Imballaggio Design E Repre	30.231	578	6.837	22,62%	16	2,77%
5º	Embalagem Carton Pack Ltda	13.630	667	6.255	45,89%	26	3,90%
6º	S G Alum?Inios Ltda	16.386	890	5.169	31,55%	38	4,27%
7º	Crysalis Sempre Mio Ltda	17.410	9.603	5.084	29,20%	137	1,43%
8º	Campezina Ind. E Com. De Alimentos Ltda	52.329	2.383	4.783	9,14%	32	1,34%
9º	Brasil Comex Expo. E Impo.	12.304	4.097	4.759	38,68%	124	3,03%
10º	Shoptech Com?Ércio Eletr?Ôni	17.613	1.218	4.475	25,41%	107	8,78%
11º	Kofar Ind.Com.Prod. Metal.	9.948	1.521	4.154	41,76%	69	4,54%
12º	Voges Metalurgia Ltda	14.014	4.748	3.939	28,11%	314	6,61%
13º	Montana Ind De Maq Ltda	23.277	681	3.861	16,59%	41	6,02%
14º	Dal Ponte Nordeste Ltda	23.417	34.149	3.432	14,66%	1.100	3,22%
15º	C G E Sociedade E Fabricad	17.174	4.887	3.331	19,40%	371	7,59%
16º	Superpesa Cia De Transport	23.516	98	3.286	13,97%	16	16,33%
17º	Tecnicare Ind E Com Ltda	9.989	808	3.284	32,88%	110	13,61%
18º	Inplac Ind.De Plasticos Sa	6.129	415	3.181	51,90%	55	13,25%
19º	Estrutezza Ind. Com. Ltda	12.813	968	3.106	24,24%	125	12,91%
20º	Opnus Ind. Do Vestu?Ürio	27.573	45.055	2.910	10,55%	849	1,88%
Total	Total	417.027	136.377	96.982	23,26%	4.389	3,22%

© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Análises adicionais - Exodus I

Tabela 2.18 - Distribuição dos 20 sacados que mais recompraram títulos

#	Sacado	Exodus I					
		Total Cedido		Volume de Recompras			
		Somatório do valor das títulos - R\$ (000)	Quantidade de títulos	Somatório do valor das títulos - R\$ (000)	% Recomprado	Quantidade de títulos	% Recomprado
1º	Raimundo Delfino Filho	8.000	16	8.000	100,00%	16	100,00%
2º	Maurício Ghisoni Bortoluzzi	8.262	75	7.454	90,22%	65	86,67%
3º	NoemirCapoani	8.825	79	6.950	78,75%	67	84,81%
4º	Celso Garcia	6.600	14	6.600	100,00%	14	100,00%
5º	Embalagens Ceara	6.755	29	6.250	92,53%	25	86,21%
6º	Carlos Eduardo De Souza	5.170	34	5.070	98,07%	33	97,06%
7º	João Carlos Wilbert	7.045	39	4.975	70,62%	26	66,67%
8º	Adriano Maia Soares	4.500	9	4.500	100,00%	9	100,00%
9º	Jose Ricardo Alves Lavouras	4.485	57	4.355	97,10%	55	96,49%
10º	Antonio Carlos Settani Cortez	4.225	36	4.025	95,27%	35	97,22%
11º	Bernad Reissmueller	3.400	17	2.800	82,35%	14	82,35%
12º	Roberto Marcondes De Mattos	2.750	11	2.750	100,00%	11	100,00%
13º	Nelson Dos Nascimento Castro	2.500	3	2.500	100,00%	3	100,00%
14º	Hermes Antonio Bonet	2.500	14	2.500	100,00%	14	100,00%
15º	Cleberson Cristiano Poloto Ferreira	4.500	10	2.500	55,56%	6	60,00%
16º	Elio Luiz Dal Ponte	2.395	27	2.395	100,00%	27	100,00%
17º	Jader Jaco Westrup	2.300	16	2.300	100,00%	16	100,00%
18º	Edoardo Campoforito	2.677	34	2.230	83,32%	15	44,12%
19º	Oswaldo Carlos Voges	2.200	17	2.200	100,00%	17	100,00%
20º	Geraldo Pereira Silvestre	2.146	13	2.146	100,00%	13	100,00%
Total	Total	91.234	550	82.500	90,43%	481	87,45%

Análises adicionais - Exodus I

Tabela 2.19 - Evolução semestral dos valores recomprados

Período	Exodus I					
	Originação		Volume de recompras			
	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	Quantidade de títulos	Somatório do valor das títulos - R\$(000)	%	Quantidade de títulos	%
jun/10 a nov/10	574.314	173.695	55.743	9,71%	6.879	3,96%
dez/10 a mai/11	668.992	177.864	60.648	9,07%	9.813	5,52%
jun/11 a nov/11	643.245	203.821	52.427	8,15%	7.957	3,90%
dez/11 a mai/12	439.330	99.852	43.100	9,81%	5.235	5,24%
jun/12 a nov/12	485.780	124.004	52.781	10,87%	5.265	4,25%
dez/12 a mai/13	466.817	92.422	37.494	8,03%	2.582	2,79%
Total	3.278.478	871.658	302.192	9,22%	37.731	4,33%

Análises adicionais - Exodus I Tabela 2.20 - Segregação dos cedentes que mais receberam desconto

Exodus I			Exodus I		
#	Somatório do valor do desconto - R\$	Quantidade de títulos	#	Somatório do valor do desconto - R\$	Quantidade de títulos
1	30.281	823	45	501	2.955
2	18.014	910	46	495	1.859
3	17.880	1.009	47	485	24
4	17.689	1.236	48	454	837
5	9.583	4.798	49	411	380
6	8.242	1.591	50	400	934
7	6.281	25	51	349	727
8	6.031	917	52	345	2.860
9	5.580	201	53	321	1.529
10	5.016	331	54	319	4.303
11	4.256	1.214	55	243	2.211
12	3.778	25.279	56	240	108
13	3.352	560	57	221	1.410
14	3.000	866	58	219	4.917
15	3.000	500	59	203	42
16	2.152	1.369	60	200	117
17	2.093	671	61	180	1.184
18	1.944	1.929	62	174	928
19	1.655	60	63	159	612
20	1.600	862	64	153	491
21	1.500	1.044	65	151	1.775
22	1.472	219	66	136	541
23	1.461	3.317	67	122	135
24	1.454	3.338	68	119	342
25	1.419	182	69	118	4.405
26	1.417	2.332	70	100	2
27	1.400	3.305	71	93	9.574
28	1.341	1.880	72	89	1.115
29	1.318	9.603	73	88	97
30	1.083	182	74	82	6.915
31	1.054	2.817	75	76	742
32	1.000	55	76	69	82
33	944	3.605	77	68	156
34	891	5.099	78	63	537
35	856	121	79	55	830
36	762	1.014	80	46	82
37	758	4.097	81	35	2.076
38	708	217	82	31	1.432
39	644	12	83	30	34.149
40	643	1.188	84	23	471
41	594	1.379	85	22	229
42	562	987	86	21	369
43	558	363	87	20	835
44	554	145	88	15	620
			89	10	49
			90	3	12
				183.575	187.652

© 2013 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltd., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e filia-membro da rede KPMG de filias-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70826)

Análises adicionais - Exodus I

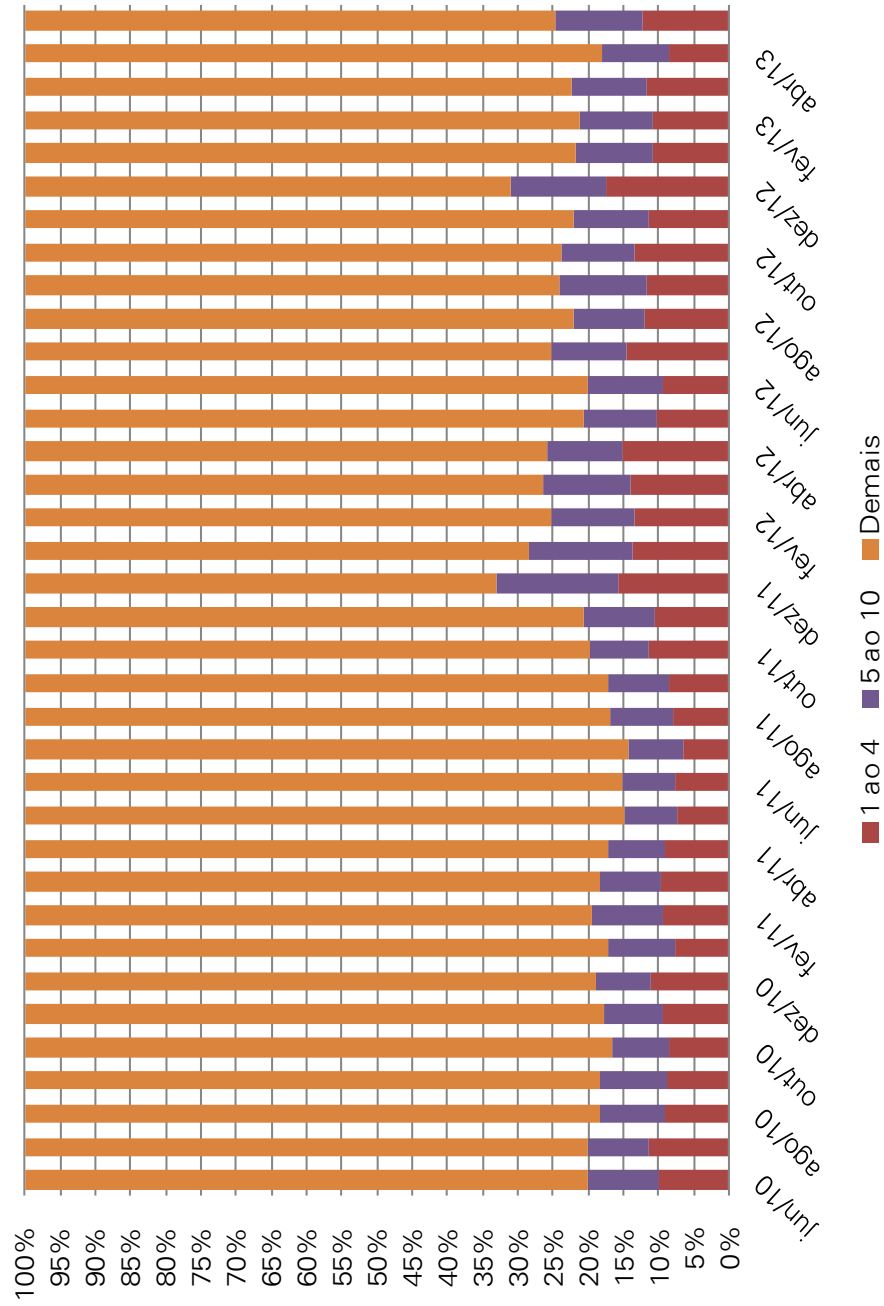
Tabela 2.21 - Distribuição mensal da representatividade de Cedentes

Cedente	1 ao 4	AH%	5 ao 10	AH%	Demais	AH%	Total
jun/10	8.182	9,91%	8.316	10,07%	66.068	80,02%	82.565
jul/10	9.003	11,31%	7.056	8,87%	63.529	79,82%	79.588
ago/10	8.114	8,99%	8.400	9,30%	73.767	81,71%	90.281
set/10	8.496	8,73%	9.459	9,71%	79.417	81,56%	97.372
out/10	9.471	8,37%	9.465	8,36%	94.239	83,27%	113.174
nov/10	10.531	9,46%	9.180	8,25%	91.623	82,30%	111.334
dez/10	10.865	11,18%	7.631	7,85%	78.723	80,97%	97.219
jan/11	7.085	7,58%	9.063	9,69%	77.352	82,73%	93.499
fev/11	10.715	9,44%	11.553	10,18%	91.257	80,38%	113.524
mar/11	11.214	9,71%	10.002	8,66%	94.335	81,64%	115.552
abr/11	10.691	9,08%	9.483	8,06%	97.532	82,86%	117.706
mai/11	9.558	7,27%	10.074	7,66%	111.859	85,07%	131.491
jun/11	8.719	7,73%	8.208	7,28%	95.862	84,99%	112.789
jul/11	7.125	6,52%	8.602	7,87%	93.536	85,61%	109.263
ago/11	9.252	7,80%	10.642	8,97%	98.725	83,23%	118.619
set/11	10.077	8,40%	10.354	8,63%	99.487	82,96%	119.918
out/11	12.156	11,36%	9.009	8,42%	85.862	80,22%	107.028
nov/11	7.928	10,48%	7.720	10,21%	59.980	79,31%	75.628
dez/11	8.246	15,62%	9.140	17,32%	35.400	67,06%	52.786
jan/12	9.958	13,57%	10.996	14,99%	52.410	71,44%	73.365
fev/12	10.416	13,29%	9.376	11,96%	58.577	74,74%	78.370
mar/12	10.698	14,13%	9.316	12,31%	55.693	73,56%	75.707
abr/12	11.728	15,15%	8.268	10,68%	57.423	74,17%	77.420
mai/12	8.356	10,23%	8.462	10,36%	64.864	79,41%	81.683
jun/12	6.351	9,51%	7.022	10,51%	53.424	79,98%	66.797
jul/12	10.683	14,58%	7.912	10,80%	54.682	74,62%	73.276
ago/12	11.234	12,11%	9.220	9,94%	72.332	77,96%	92.785
set/12	8.246	11,59%	8.887	12,49%	54.016	75,92%	71.149
out/12	11.744	13,51%	8.998	10,35%	66.199	76,14%	86.941
nov/12	10.746	11,33%	10.069	10,62%	74.017	78,05%	94.832
dez/12	10.670	17,60%	8.176	13,48%	41.794	68,92%	60.640
jan/13	6.667	10,71%	6.821	10,95%	48.779	78,34%	62.266
fev/13	7.967	10,73%	7.832	10,55%	58.431	78,72%	74.230
mar/13	9.768	11,68%	8.905	10,65%	64.937	77,67%	83.611
abr/13	8.450	8,37%	9.608	9,52%	82.867	82,11%	100.925
mai/13	10.448	12,27%	10.673	12,53%	64.025	75,19%	85.146
Total	341.559	10,42%	323.897	9,88%	2.613.022	79,70%	3.278.478

© 2013 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70826)

Análises adicionais - Exodus I

Gráfico 2.9 - Distribuição mensal da representatividade de Cedentes



© 2013 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda, uma sociedade limitada brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD03 70826)

Análises adicionais - Exodus I

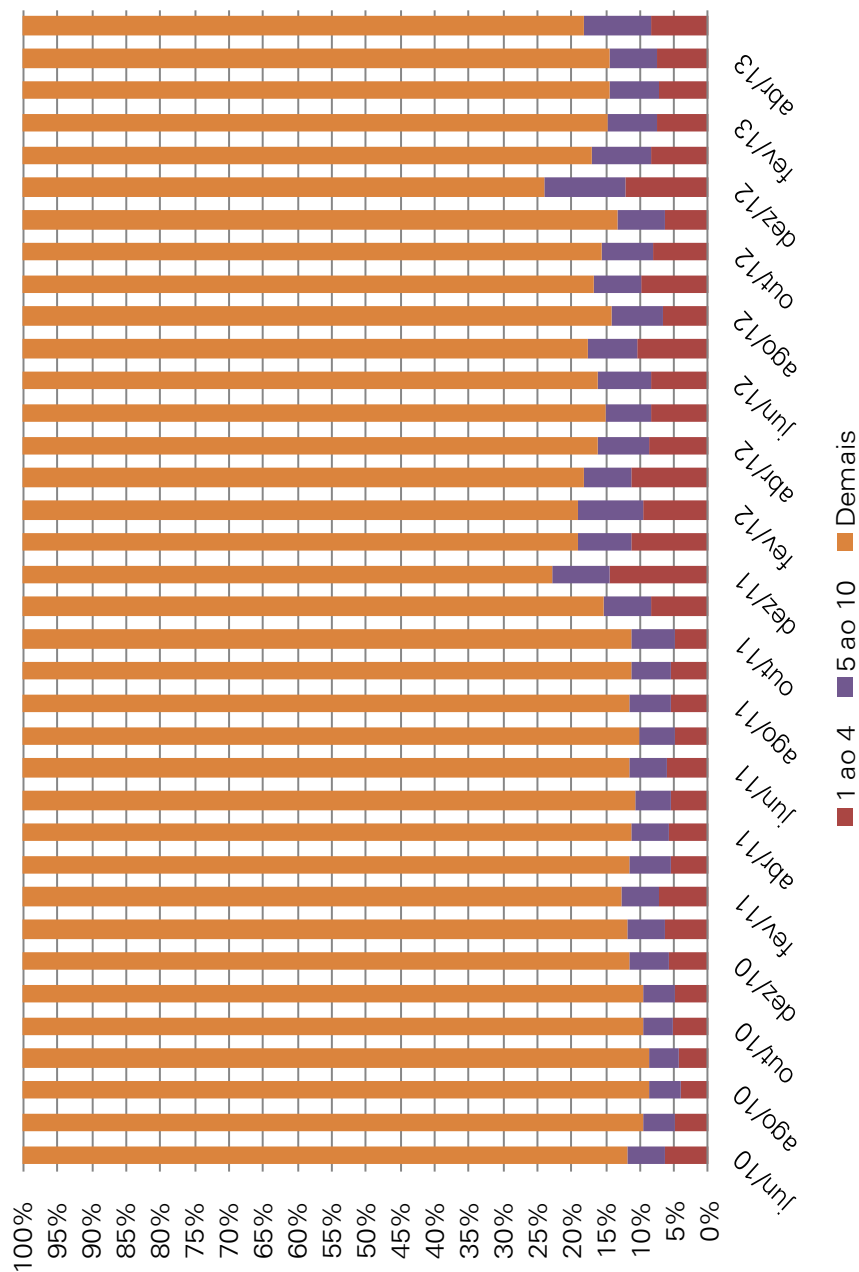
Tabela 2.22 - Distribuição mensal da representatividade de Sacados

Sacado	1 ao 4	AH%	5 ao 10	AH%	Demais	AH%	Total
jun/10	4.706	5,70%	4.056	4,91%	73.803	89,39%	82.565
jul/10	3.405	4,28%	3.358	4,22%	72.825	91,50%	79.588
ago/10	3.338	3,70%	3.561	3,94%	83.382	92,36%	90.281
set/10	3.767	3,87%	3.644	3,74%	89.961	92,39%	97.372
out/10	5.434	4,80%	4.334	3,83%	103.406	91,37%	113.174
nov/10	4.872	4,38%	4.640	4,17%	101.823	91,46%	111.334
dez/10	5.198	5,35%	5.172	5,32%	86.849	89,33%	97.219
jan/11	5.639	6,03%	4.827	5,16%	83.033	88,81%	93.499
fev/11	7.406	6,52%	5.980	5,27%	100.139	88,21%	113.524
mar/11	5.958	5,16%	6.184	5,35%	103.410	89,49%	115.552
abr/11	6.414	5,45%	6.071	5,16%	105.221	89,39%	117.706
mai/11	6.711	5,10%	6.777	5,15%	118.004	89,74%	131.491
jun/11	6.491	5,76%	6.168	5,47%	100.130	88,78%	112.789
jul/11	5.068	4,64%	5.326	4,87%	98.868	90,49%	109.263
ago/11	6.023	5,08%	6.678	5,63%	105.917	89,29%	118.619
set/11	6.059	5,05%	6.415	5,35%	107.444	89,60%	119.918
out/11	4.850	4,53%	6.093	5,69%	96.084	89,78%	107.028
nov/11	5.935	7,85%	4.812	6,36%	64.880	85,79%	75.628
dez/11	6.541	12,39%	3.839	7,27%	42.406	80,34%	52.786
jan/12	7.253	9,89%	5.081	6,93%	61.031	83,19%	73.365
fev/12	6.846	8,74%	6.835	8,72%	64.688	82,54%	78.370
mar/12	7.730	10,21%	4.694	6,20%	63.282	83,59%	75.707
abr/12	5.828	7,53%	5.202	6,72%	66.390	85,75%	77.420
mai/12	6.394	7,83%	5.074	6,21%	70.215	85,96%	81.683
jun/12	5.409	8,10%	4.856	7,27%	56.532	84,63%	66.797
jul/12	6.941	9,47%	4.734	6,46%	61.601	84,07%	73.276
ago/12	5.603	6,04%	6.297	6,79%	80.885	87,17%	92.785
set/12	6.281	8,83%	4.647	6,53%	60.221	84,64%	71.149
out/12	6.234	7,17%	5.942	6,83%	74.765	86,00%	86.941
nov/12	5.318	5,61%	6.123	6,46%	83.391	87,94%	94.832
dez/12	6.643	10,95%	6.533	10,77%	47.464	78,27%	60.640
jan/13	4.943	7,94%	5.023	8,07%	52.300	83,99%	62.266
fev/13	5.125	6,90%	4.997	6,73%	64.108	86,36%	74.230
mar/13	5.516	6,60%	5.366	6,42%	72.728	86,98%	83.611
abr/13	7.230	7,16%	6.584	6,52%	87.111	86,31%	100.925
mai/13	6.656	7,82%	7.632	8,96%	70.858	83,22%	85.146
Total	209.766	6,40%	193.555	5,90%	2.875.157	87,70%	3.278.478

© 2013 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e filial membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 70826)

Análises adicionais - Exodus I

Gráfico 2.10 - Distribuição mensal da representatividade de Sacados





© 2013 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG, o logotipo e “*cutting through complexity*” são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII

Exemplos numéricos dos procedimentos de valorização de Quotas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII – EXEMPLOS NUMÉRICOS PARA AUXILIAR A COMPREENSÃO DOS PROCEDIMENTOS DE VALORIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES E QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Para um maior esclarecimento em relação a dinâmica e a forma de cálculo da valorização, amortização e resgate de Quotas, conforme descrito nos capítulos XII e XIII e no Anexo V do Regulamento, simulou-se o funcionamento do Fundo mediante diferentes cenários, de forma a evidenciar o comportamento de diferentes séries e classes de Quotas do Fundo.

Para efeito desta simulação foram consideradas 2 séries de Quotas Seniores (13ª e 14ª séries), 1 classe de Quotas Subordinadas Mezanino (caso aplicável) e 1 classe de Quotas Subordinadas Júnior. No momento em que este Anexo VIII foi elaborado nem a 14ª série de Quotas Seniores nem a classe de Quotas Subordinadas Mezanino haviam sido emitidas. Para que tais Quotas pudessem ser incluídas na simulação, foram considerados parâmetros hipotéticos para tais Quotas, conforme descritos abaixo. Embora não haja certeza nem garantia que tais Quotas venham a ser emitidas, ou que seus parâmetros correspondam aos utilizados na simulação, a inclusão de tais Quotas hipotéticas permitem evidenciar o comportamento do Fundo, considerando situações em que diferentes Quotas tenham sido emitidas de forma a esclarecer a a dinâmica e a forma de cálculo da valorização, amortização e resgate de Quotas.

Parâmetro Hipotéticos da 14ª Série de Quotas Senior:

- a) Data de Emissão: 10 de Dezembro de 2013;
- b) Período de Carência: da Data de Emissão até 10 de Setembro de 2016, inclusive;
- c) Datas de Amortização:
 - com relação à Amortização de Remuneração: trimestralmente até 10 de Setembro de 2016, mensalmente posteriormente;
 - com relação à Amortização de Principal: mensalmente de 10 de Outubro de 2016, até a Data de Resgate Agendada
- d) Data de Resgate Agendada: 10 de Março de 2017;
- e) Meta de Rentabilidade: Taxa DI acrescida de 3,00%; e
- f) Valor Unitário de Emissão: R\$ 100.000,000

Parâmetro Hipotéticos de classe de Quotas Subordinadas Mezanino (caso aplicável):

- a) Data de Emissão: 10 de Dezembro de 2013;
- b) Período de Carência: da Data de Emissão até 10 de Janeiro de 2016;
- c) Datas de Amortização:
 - com relação à Amortização de Remuneração: trimestralmente até 10 de Novembro de 2015, mensalmente posteriormente;
 - com relação à Amortização de Principal: mensalmente de 10 de Fevereiro até a Data de Resgate Agendada
- d) Data de Resgate Agendada: 10 de Abril de 2016;
- e) Meta de Rentabilidade: Taxa DI acrescida de 7,00%; e
- f) Valor Unitário de Emissão: R\$ 100.000,000

Para efeito da simulação, considerou-se que (i) os Quotistas Subordinados Júnior solicitarão amortizações parciais não programadas das Quotas Subordinadas Júnior, nos termos do Artigo 53 do Regulamento, sempre que possível e (ii) não haveria liquidação do Fundo durante o horizonte da simulação – em caso de ocorrência de Evento de Avaliação e/ou de Liquidação e da posterior deliberação por eventual liquidação do Fundo, os procedimentos para a liquidação

do Fundo devem ser estipulados em Assembléia, portanto não podem ser objeto de simulação prévia.

A simulação realizada contempla 4 combinações de volumes de emissão (A, B, C e D, conforme descritos abaixo), e 3 cenários por combinação, em relação aos quais foram realizadas reavaliações mensais do Fundo (ativos e passivos) de Dezembro de 2013 à Março de 2017.:

- Conjunto de premissas (quadro “Premissas”)
- Evolução mensal dos ativos do Fundo, considerando como premissas:
 - valores iniciais dos seguintes parâmetros:
 - Patrimônio Líquido
 - Reserva de Amortização
 - Reserva de Liquidez
 - Disponibilidades em Ativos Financeiros, excluindo reservas
 - valores mensais dos seguintes parâmetros:
 - Pagamentos recebidos
 - Montante agregado de Direitos Creditórios adimplentes
- Evolução mensal das séries de Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino, englobando, com relação à cada Quota:
 - Determinação do valor das Quotas, baseada nos seguintes parâmetros:
 - Valor Principal de Referência
 - Meta de Rentabilidade
 - Valor Unitário de Referência Corrigido
 - Valor Unitário de Referência
 - Determinação das Metas de Amortização de Principal e de Remuneração
 - Determinação dos valores efetivamente amortizados à título de principal e remuneração
 - Determinação do valor das Quotas após as eventuais amortizações
- Evolução mensal da Quotas Subordinadas Júnior
- Quadros e gráficos sumarizando a evolução dos valores e amortizações de Quotas;
- Quadro e gráfico sumarizando a evolução da decomposição do Patrimônio Líquido em Quotas

Para auxiliar a análise dos resultados da simulação, foi incluída uma coluna numerada, explicitando a fórmula de cálculo utilizada para determinação de cada item.

Para se chegar aos 3 cenários por combinação de montantes de emissão, foram considerados 3 diferentes hipóteses de pagamentos recebidos pelo FIDC mensalmente. Os cenários foram escolhidos de forma a ilustrar situações em que amortizações resultantes tenham diferentes comportamentos:

Hipóteses de pagamentos recebidos pelo FIDC mensalmente

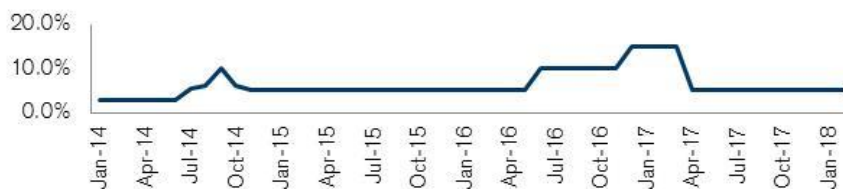
- Hipótese 1:
 - Evolução dos pagamentos recebidos pelo Fundo (como percentual do Patrimônio Líquido):



- De acordo com este cenário todas as Quotas seriam amortizadas conforme agendado em seus respectivos Suplementos.

– Hipótese 2:

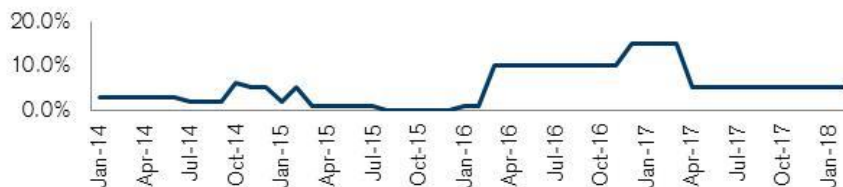
- Evolução dos pagamentos recebidos pelo Fundo (como percentual do Patrimônio Líquido):



- De acordo com este cenário a amortização de principal das Quotas Seniores da 13ª série sofreria um atraso em relação ao cronograma original – as demais Quotas seriam amortizadas conforme seus cronogramas originais.

– Hipótese 3:

- Evolução dos pagamentos recebidos pelo Fundo (como percentual do Patrimônio Líquido):



- De acordo com este cenário a amortização de principal das Quotas Subordinadas Mezanino sofreria um atraso em relação ao cronograma original – as demais Quotas seriam amortizadas conforme seus cronogramas originais.

As combinações de montantes de Quotas emitidas, listadas abaixo, foram utilizadas na elaboração das simulações de cenários, sempre preservando-se os parâmetros mencionados acima (parâmetros hipotéticos das Quotas, bem como os parâmetros de recebimentos mensais do FIDC).

	Combinações de Montantes de Quotas Emitidas			
Série / Classe	A	B	C	D
14ª Série de Quotas Senior	1.000	1.000	1.350	1.350
Quotas Subordinadas Mezanino	450	0	450	0

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação com o mesmo que os termos expostos o indiquem em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam legais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhá-la com seus próprios assessores.

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Mezanino

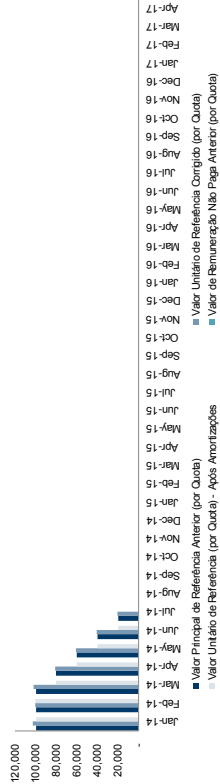
Análise do Cenário das Quotas Subordinada Júnior

Cenário 1/ Conjunto A

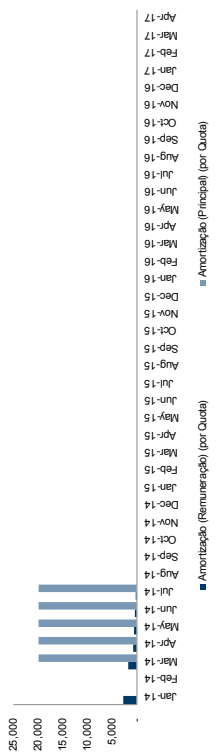
Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série													
10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15
100.000	100.916	100.000	80.000	60.000	40.000	20.000	-	-	-	-	-	-	-
102.774	104.916	101.841	80.733	60.550	40.366	20.183	0	-	-	-	-	-	-
2.774	-	1.841	733	550	366	183	0	-	-	-	-	-	-
-	-	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	-	-	-	-	-	-	-
100.000	100.916	80.000	60.000	40.000	20.000	-	-	-	-	-	-	-	-
0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-

Evolução das Quotas Seniores 13a Série



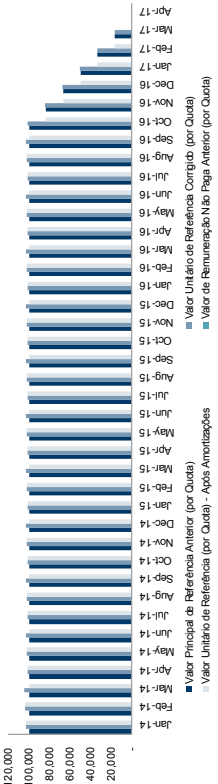
Amortizações Quotas Seniores 13a Série



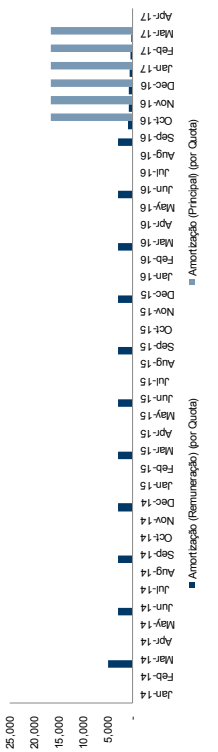
Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série													
10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15
100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
102.936	103.933	104.941	100.969	101.946	102.936	100.969	101.946	102.936	100.969	101.946	102.936	100.969	100.969
-	-	4.941	-	-	2.936	-	-	2.936	-	-	-	2.936	869
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.867
102.936	103.933	100.000	100.969	101.946	100.000	100.969	101.946	100.000	100.969	101.946	100.000	100.969	83.333
-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



Amortizações Quotas Seniores 14a Série



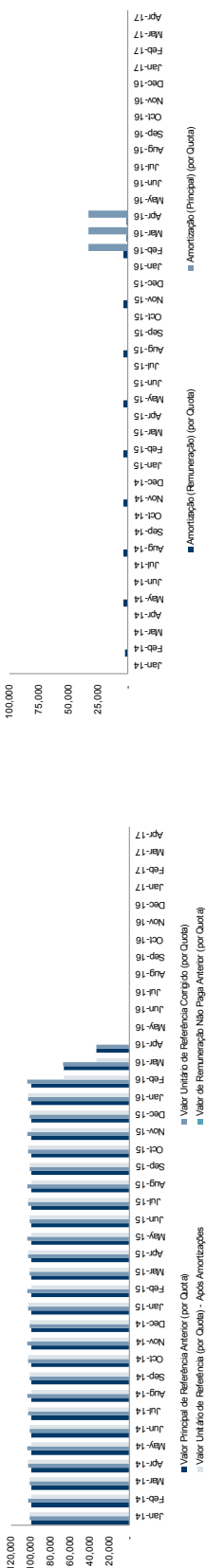
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 1/ Conjunto A

Análise de Cenário das Quotas Mezanino

Quotas Mezanino											
10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)											
100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)											
101.290	102.597	101.290	102.597	103.921	101.290	102.597	103.921	102.597	103.921	101.290	102.597
Amortização (Remuneração) (por Quota)											
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)											
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)											
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

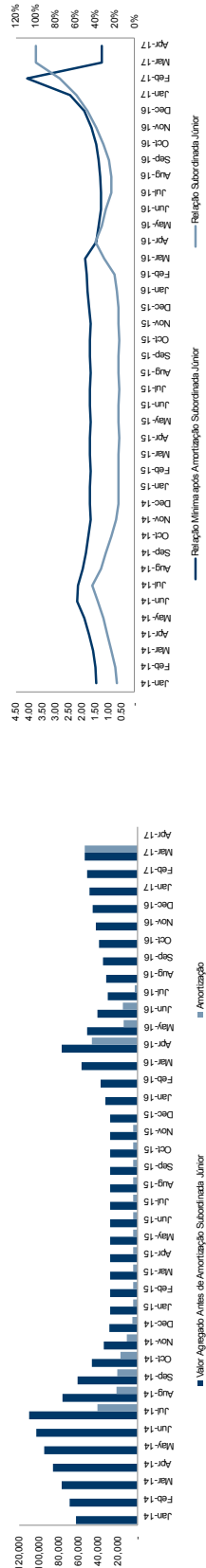
Evolução das Quotas Mezanino



Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

Subordinadas Júnior											
10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior											
62.653,045	69.321,360	77.299,763	86.183,317	94.618,294	102.696,520	110.407,602	76.210,212	57.077,842	77.371,608	50.940,357	41.099,429
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior											
62.653	69.321	77.300	86.163	94.618	102.697	110.408	76.210	57.078	77.372	50.940	41.099
Amortização											
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior											
1.45	1.48	1.59	1.73	1.90	2.17	2.14	1.98	1.87	1.46	1.36	1.27
Relação Subordinada Júnior											
0.18	0.20	0.23	0.27	0.32	0.37	0.43	0.34	0.31	0.40	0.33	0.29
Relação Subordinada Júnior											
0%	20%	23%	27%	32%	37%	43%	34%	31%	40%	33%	29%

Evolução das Quotas Subordinada Júnior



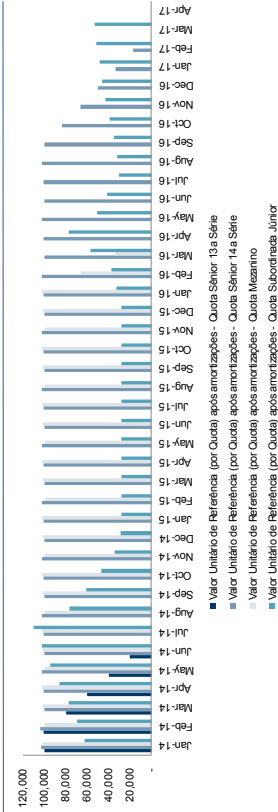
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 1/ Conjunto A

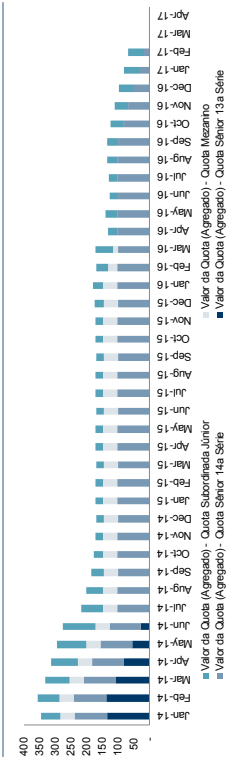
Análise de Cenário Consolidado

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dez-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Out-15	10-Nov-15	10-Dez-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Out-16	
1	Consolidado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102,938	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	83,333		
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezanino	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	0	
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior	62,653	69,321	77,300	86,163	94,618	102,697	110,367	76,189	57,078	77,325	50,926	41,065	30,619	31,813	35,382	39,048	42,714	46,380	50,046	53,712	57,378	61,044	64,710	68,376	72,042	75,708	79,374	83,040	86,706	90,372	94,038	97,704	101,370		
1	Consolidado - PL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	135	136	108	81	54	27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	103	104	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	83	
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezanino	46	45	46	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	0		
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	63	69	77	86	95	103	69	55	57	31	37	27	28	32	35	39	42	45	48	51	54	57	60	63	66	69	72	75	78	81	84	87	90		

Evolução das Quotas Após Amortizações



Evolução dos Valores do Patrimônio Líquido



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

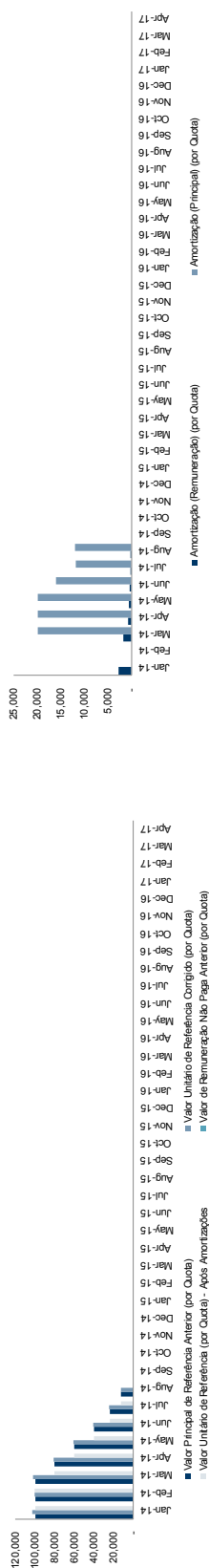
O presente material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação financeira. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem consultar o seu próprio consultor financeiro independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhá-la com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto A

Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Aug-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Aug-16	10-Sep-16	10-Oct-16
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	23,909	12,056	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	100,916	101,841	80,733	60,550	40,366	24,128	12,167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	2,774	-	1,841	733	550	366	219	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	16,081	11,853	12,056	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	23,909	12,056	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	0	0	0	0	0	0	0	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

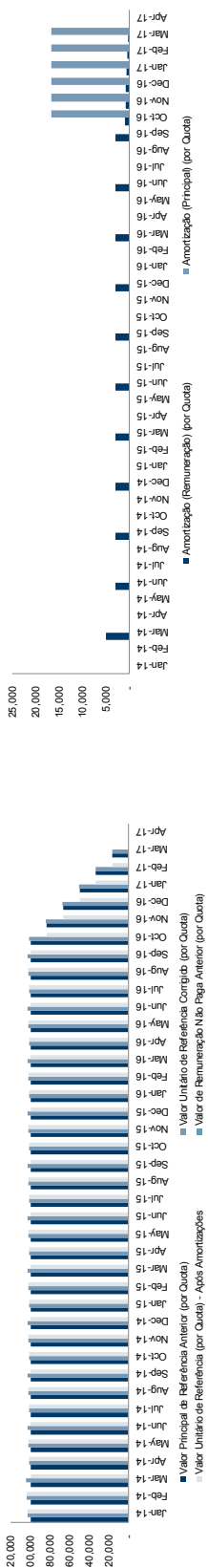
Evolução das Quotas Seniores 13a Série



Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Aug-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Aug-16	10-Sep-16	10-Oct-16
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	-	2,936	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	102,936	100,000	100,969	101,948	102,936	100,000	100,969	101,948	102,936	100,000	100,969	101,948	102,936	100,000	100,969	101,948	102,936	100,000	100,969	101,948	102,936	100,000	100,969	101,948	102,936	100,000
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



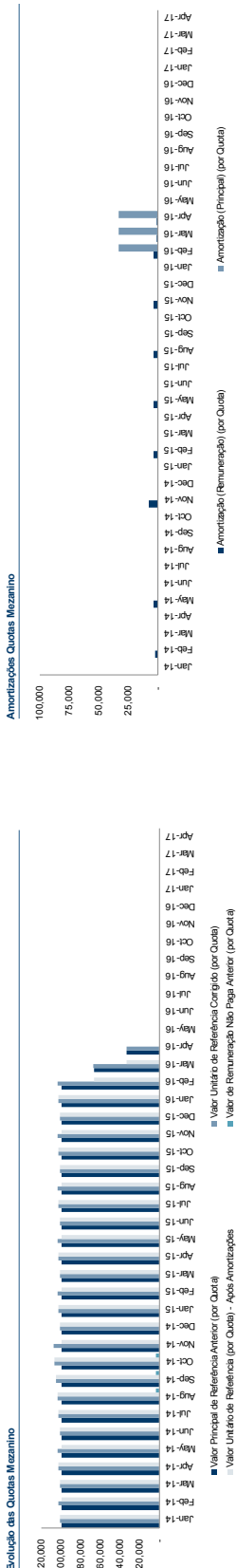
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto A

Análise de Cenário das Quotas Mezanino

Quotas Mezanino											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	101,290	102,597	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	2,597	-	-	3,921	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921
Valor de Remuneração Não Pago Anterior (por Quota)	-	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-

Evolução das Quotas Mezanino

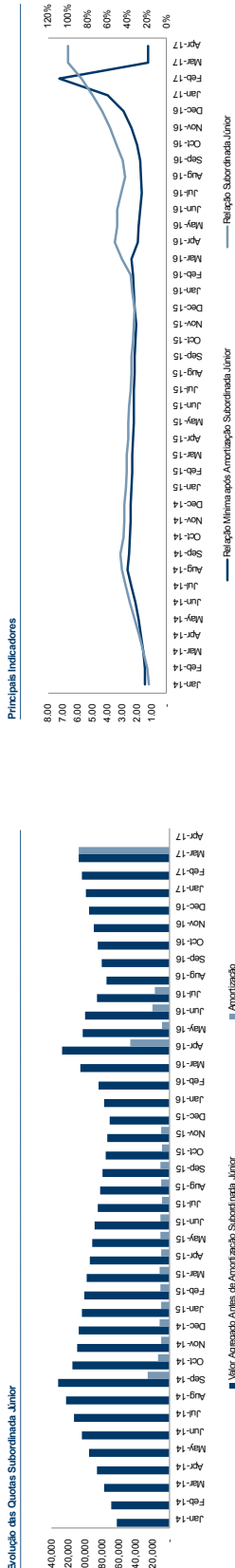


Cenário 2/ Conjunto A

Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

Subordinada Júnior											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62,653,045	69,321,360	77,290,763	88,163,317	95,162,048	104,324,287	113,657,855	122,921,200	105,909,893	127,900,635	103,251,547
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62,653	69,321	77,300	88,163	95,162	104,324	113,658	122,921	105,910	127,901	103,252
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior	1.45	1.48	1.59	1.73	1.80	2.13	2.36	2.66	2.36	1.96	1.82
Relação Subordinada Júnior	0.16	0.20	0.23	0.27	0.32	0.37	0.41	0.45	0.45	0.52	0.50
Relação Subordinada Júnior	0%	20%	23%	27%	32%	37%	41%	45%	45%	52%	50%

Evolução das Quotas Subordinada Júnior



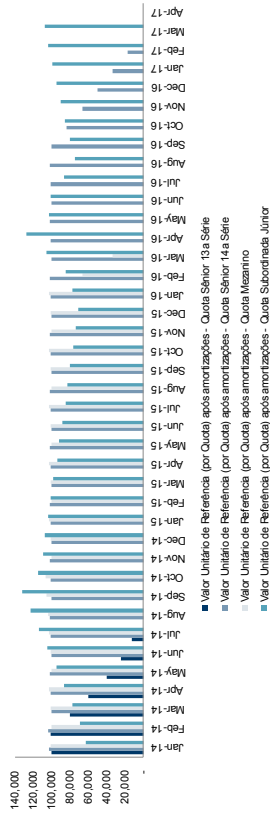
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto A

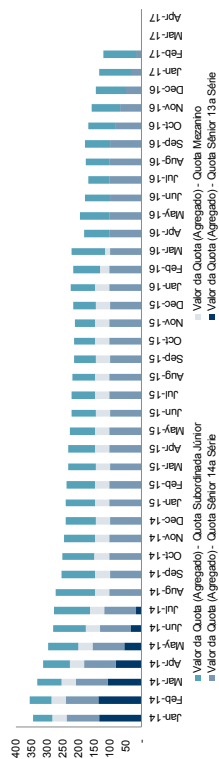
Análise de Cenário Consolidado

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Aug-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Aug-16	10-Sep-16	10-Oct-16	
1	1	2	3	4	5	6	7	8																											
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	23,909	12,056	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102,938	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	83,333	
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezanino	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	103,921	100,000	101,290	102,597	103,921	100,000	101,290	102,597	103,921	100,000	101,290	102,597	103,921	100,000	101,290	102,597	103,921	100,000	101,290	102,597	103,921	100,000	101,290	102,597	103,921	100,000	0	0
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior	62,653	69,321	77,300	86,163	95,182	104,324	113,658	122,921	105,910	113,658	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	122,921	105,910	80,137
10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Aug-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Aug-16	10-Sep-16	10-Oct-16	10-Nov-16	
1	2	3	4	5	6	7	8																												
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	135	136	108	81	54	32	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	103	104	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	83		
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezanino	46	45	46	46	45	46	47	47	45	46	47	45	46	47	45	46	47	45	46	47	45	46	47	45	46	47	45	46	47	45	46	47	0		
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	63	69	77	86	95	104	114	123	106	114	123	106	114	123	106	114	123	106	114	123	106	114	123	106	114	123	106	114	94	80	69	75	80	85	

Evolução das Quotas Após Amortizações



Evolução dos Valores do Patrimônio Líquido



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto A

Assumptions	
(1) Tax (DI) considered constant	0.00%
(2) Número de Dias Úteis em Cada Mês	21
(3) Quantidade de Ordens em Grupo	1
(4) Quantidade de Ordens em Grupo	1.350
(5) Quantidade de Ordens em Grupo	1.000
(6) Duração Simples - 14 Sete	450
(7) Duração Subordinada Mianimo	127.00%
(8) Duração Simples - 13 Sete	3.00%
(9) Duração Simples - 14 Sete	7.00%
(10) Duração Subordinada Mianimo	100.000
(11) Valor Unitário de Cada Ordem Simples ou Subordinada Mianimo	4.00%
(12) Percentual de Cédulos (ao mês)	

MODELO

Mile	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14
(1)	348,973	325,000	342,916	342,916	325,916	293,368.973	298,737.40	44,598.004	44,598.004
(2)	18,163	18,163	18,163	18,163	18,163	18,163	18,163	18,163	18,163
(3)	3,499,139	3,524,359	3,524,359	3,670,388	3,447,978	3,095,904	2,594,834	4,360,078	4,469,548
(4)	10,497,418	10,669,905	10,968,117	10,268,718	9,798,486	9,220,109	8,697,379	44,599,817	38,460,549
(5)	157,461,272	125,349,090	91,676,861	49,989,769	30,793,883	12,022,218	0	0	40,760,054
(6)	17,071,000	144,826,000	14,300,000	15,307,321	48,796,000	128,000,000	15,965,863	8,529,100	8,529,100
(7)	17,071,000	144,826,000	14,300,000	15,307,321	48,796,000	128,000,000	15,965,863	8,529,100	8,529,100
(8)-(12)(13)-(14)-(15)	3,499,139	3,556,002	3,653,059	3,422,906	3,256,162	3,073,363	2,933,690	2,897,732	4,455,930
(16)-(17)(18)	3,499,139	3,556,002	3,653,059	3,422,906	3,256,162	3,073,363	2,933,690	2,897,732	4,455,930
(19)-(20)-(21)-(22)	175,916,611	140,903,289	110,697,139	62,868,415	45,120,444	25,152,843	5,842,205	47,424,288	38,143,637
(23)-(24)-(25)-(26)-(27)-(28)-(29)-(30)-(31)-(32)	175,916,611	140,903,289	110,697,139	62,868,415	45,120,444	25,152,843	5,842,205	47,424,288	38,143,637

Análise do Cenário das Quotas Senior 13a Série

Situação Immediatamente anterior aos Pagamentos de Remuneração e Amortização de Principal na Respectiva Data de Pagamento		19-Jan-14	10-Feb-14	19-Mar-14	10-Apr-14	19-May-14	10-Jun-14	19-Jul-14	10-Ago-14	19-Sep-14	10-Out-14
(22)-(143) ¹	Valor Principal de Referência (por Outa)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	23,909	18,622	0	0
(23)-(143) ²	Valor de Remuneração Não Pago (por Outa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(24)-(143) ³	Valor de Remuneração Não Pago (por Outa) - Valor de Remuneração Não Pago (por Outa) - Valor de Remuneração Não Pago (por Outa)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(25)-(143)-(144)-(145)-(146)-(147)-(148)-(149)-(150)-(151)-(152)-(153)-(154)-(155)-(156)-(157)-(158)-(159)-(160)-(161)-(162)-(163)-(164)-(165)-(166)-(167)-(168)-(169)-(170)-(171)-(172)-(173)-(174)-(175)-(176)-(177)-(178)-(179)-(180)-(181)-(182)-(183)-(184)-(185)-(186)-(187)-(188)-(189)-(190)-(191)-(192)-(193)-(194)-(195)-(196)-(197)-(198)-(199)-(200)-(201)-(202)-(203)-(204)-(205)-(206)-(207)-(208)-(209)-(210)-(211)-(212)-(213)-(214)-(215)-(216)-(217)-(218)-(219)-(220)-(221)-(222)-(223)-(224)-(225)-(226)-(227)-(228)-(229)-(230)-(231)-(232)-(233)-(234)-(235)-(236)-(237)-(238)-(239)-(240)-(241)-(242)-(243)-(244)-(245)-(246)-(247)-(248)-(249)-(250)-(251)-(252)-(253)-(254)-(255)-(256)-(257)-(258)-(259)-(260)-(261)-(262)-(263)-(264)-(265)-(266)-(267)-(268)-(269)-(270)-(271)-(272)-(273)-(274)-(275)-(276)-(277)-(278)-(279)-(280)-(281)-(282)-(283)-(284)-(285)-(286)-(287)-(288)-(289)-(290)-(291)-(292)-(293)-(294)-(295)-(296)-(297)-(298)-(299)-(300)-(301)-(302)-(303)-(304)-(305)-(306)-(307)-(308)-(309)-(310)-(311)-(312)-(313)-(314)-(315)-(316)-(317)-(318)-(319)-(320)-(321)-(322)-(323)-(324)-(325)-(326)-(327)-(328)-(329)-(330)-(331)-(332)-(333)-(334)-(335)-(336)-(337)-(338)-(339)-(340)-(341)-(342)-(343)-(344)-(345)-(346)-(347)-(348)-(349)-(350)-(351)-(352)-(353)-(354)-(355)-(356)-(357)-(358)-(359)-(360)-(361)-(362)-(363)-(364)-(365)-(366)-(367)-(368)-(369)-(370)-(371)-(372)-(373)-(374)-(375)-(376)-(377)-(378)-(379)-(380)-(381)-(382)-(383)-(384)-(385)-(386)-(387)-(388)-(389)-(390)-(391)-(392)-(393)-(394)-(395)-(396)-(397)-(398)-(399)-(400)-(401)-(402)-(403)-(404)-(405)-(406)-(407)-(408)-(409)-(410)-(411)-(412)-(413)-(414)-(415)-(416)-(417)-(418)-(419)-(420)-(421)-(422)-(423)-(424)-(425)-(426)-(427)-(428)-(429)-(430)-(431)-(432)-(433)-(434)-(435)-(436)-(437)-(438)-(439)-(440)-(441)-(442)-(443)-(444)-(445)-(446)-(447)-(448)-(449)-(450)-(451)-(452)-(453)-(454)-(455)-(456)-(457)-(458)-(459)-(460)-(461)-(462)-(463)-(464)-(465)-(466)-(467)-(468)-(469)-(470)-(471)-(472)-(473)-(474)-(475)-(476)-(477)-(478)-(479)-(480)-(481)-(482)-(483)-(484)-(485)-(486)-(487)-(488)-(489)-(490)-(491)-(492)-(493)-(494)-(495)-(496)-(497)-(498)-(499)-(500)-(501)-(502)-(503)-(504)-(505)-(506)-(507)-(508)-(509)-(510)-(511)-(512)-(513)-(514)-(515)-(516)-(517)-(518)-(519)-(520)-(521)-(522)-(523)-(524)-(525)-(526)-(527)-(528)-(529)-(530)-(531)-(532)-(533)-(534)-(535)-(536)-(537)-(538)-(539)-(540)-(541)-(542)-(543)-(544)-(545)-(546)-(547)-(548)-(549)-(550)-(551)-(552)-(553)-(554)-(555)-(556)-(557)-(558)-(559)-(560)-(561)-(562)-(563)-(564)-(565)-(566)-(567)-(568)-(569)-(570)-(571)-(572)-(573)-(574)-(575)-(576)-(577)-(578)-(579)-(580)-(581)-(582)-(583)-(584)-(585)-(586)-(587)-(588)-(589)-(590)-(591)-(592)-(593)-(594)-(595)-(596)-(597)-(598)-(599)-(600)-(601)-(602)-(603)-(604)-(605)-(606)-(607)-(608)-(609)-(610)-(611)-(612)-(613)-(614)-(615)-(616)-(617)-(618)-(619)-(620)-(621)-(622)-(623)-(624)-(625)-(626)-(627)-(628)-(629)-(630)-(631)-(632)-(633)-(634)-(635)-(636)-(637)-(638)-(639)-(640)-(641)-(642)-(643)-(644)-(645)-(646)-(647)-(648)-(649)-(650)-(651)-(652)-(653)-(654)-(655)-(656)-(657)-(658)-(659)-(660)-(661)-(662)-(663)-(664)-(665)-(666)-(667)-(668)-(669)-(670)-(671)-(672)-(673)-(674)-(675)-(676)-(677)-(678)-(679)-(680)-(681)-(682)-(683)-(684)-(685)-(686)-(687)-(688)-(689)-(690)-(691)-(692)-(693)-(694)-(695)-(696)-(697)-(698)-(699)-(700)-(701)-(702)-(703)-(704)-(705)-(706)-(707)-(708)-(709)-(710)-(711)-(712)-(713)-(714)-(715)-(716)-(717)-(718)-(719)-(720)-(721)-(722)-(723)-(724)-(725)-(726)-(727)-(728)-(729)-(730)-(731)-(732)-(733)-(734)-(735)-(736)-(737)-(738)-(739)-(740)-(741)-(742)-(743)-(744)-(745)-(746)-(747)-(748)-(749)-(750)-(751)-(752)-(753)-(754)-(755)-(756)-(757)-(758)-(759)-(760)-(761)-(762)-(763)-(764)-(765)-(766)-(767)-(768)-(769)-(770)-(771)-(772)-(773)-(774)-(775)-(776)-(777)-(778)-(779)-(780)-(781)-(782)-(783)-(784)-(785)-(786)-(787)-(788)-(789)-(790)-(791)-(792)-(793)-(794)-(795)-(796)-(797)-(798)-(799)-(800)-(801)-(802)-(803)-(804)-(805)-(806)-(807)-(808)-(809)-(810)-(811)-(812)-(813)-(814)-(815)-(816)-(817)-(818)-(819)-(820)-(821)-(822)-(823)-(824)-(825)-(826)-(827)-(828)-(829)-(830)-(831)-(832)-(833)-(834)-(835)-(836)-(837)-(838)-(839)-(840)-(841)-(842)-(843)-(844)-(845)-(846)-(847)-(848)-(849)-(850)-(851)-(852)-(853)-(854)-(855)-(856)-(857)-(858)-(859)-(860)-(861)-(862)-(863)-(864)-(865)-(866)-(867)-(868)-(869)-(870)-(871)-(872)-(873)-(874)-(875)-(876)-(877)-(878)-(879)-(880)-(881)-(882)-(883)-(884)-(885)-(886)-(887)-(888)-(889)-(890)-(891)-(892)-(893)-(894)-(895)-(896)-(897)-(898)-(899)-(900)-(901)-(902)-(903)-(904)-(905)-(906)-(907)-(908)-(909)-(910)-(911)-(912)-(913)-(914)-(915)-(916)-(917)-(918)-(919)-(920)-(921)-(922)-(923)-(924)-(925)-(926)-(927)-(928)-(929)-(930)-(931)-(932)-(933)-(934)-(935)-(936)-(937)-(938)-(939)-(940)-(941)-(942)-(943)-(944)-(945)-(946)-(947)-(948)-(949)-(950)-(951)-(952)-(953)-(954)-(955)-(956)-(957)-(958)-(959)-(960)-(961)-(962)-(963)-(964)-(965)-(966)-(967)-(968)-(969)-(970)-(971)-(972)-(973)-(974)-(975)-(976)-(977)-(978)-(979)-(980)-(981)-(982)-(983)-(984)-(985)-(986)-(987)-(988)-(989)-(990)-(991)-(992)-(993)-(994)-(995)-(996)-(997)-(998)-(999)-(1000)-(1001)-(1002)-(1003)-(1004)-(1005)-(1006)-(1007)-(1008)-(1009)-(1010)-(1011)-(1012)-(1013)-(1014)-(1015											

Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação com o mesmo que os termos expostos o (ind)quem em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam legais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto A

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

[illegible]

Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação financeira. Este material contém informações sobre o desempenho passado de determinados países, estados ou regiões, os quais podem não refletir o desempenho futuro. Não se deve tomar nenhuma decisão com base no conteúdo deste material sem consultar primeiro um profissional qualificado em assuntos financeiros. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo do posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto A

[illegible]

Análise do Cenário das Quotas Subordinada da Júnior

[illegible]

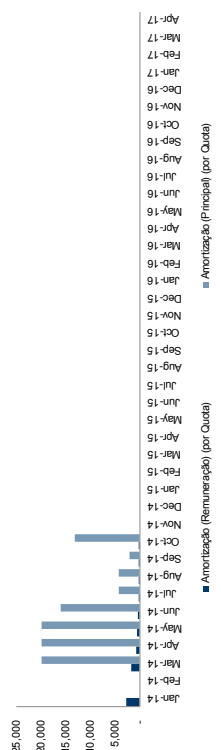
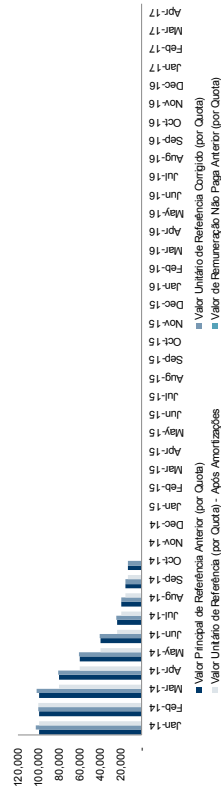
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam legais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto A

Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	20,000	10,000	5,000	2,500	1,250
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	104,916	107,058	89,232	66,924	44,616	22,308	11,154	5,577	2,788	1,394
Amortização (Remuneração) (por Quota)	2,774	-	1,841	733	550	366	219	180	144	115	92
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	104,916	80,000	60,000	40,000	20,000	10,000	5,000	2,500	1,250	625
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

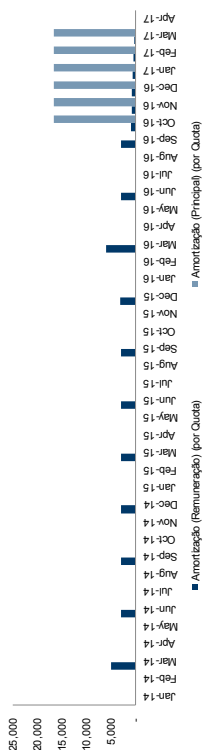
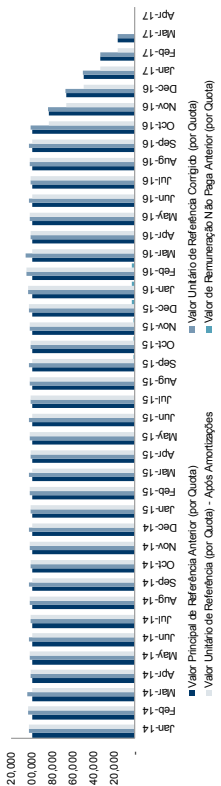
Evolução das Quotas Seniores 13a Série



Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	105,948	106,955	107,962	108,969	109,976	110,983	111,990	112,997
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	103,933	100,000	105,948	106,955	107,962	108,969	109,976	110,983	111,990	112,997
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



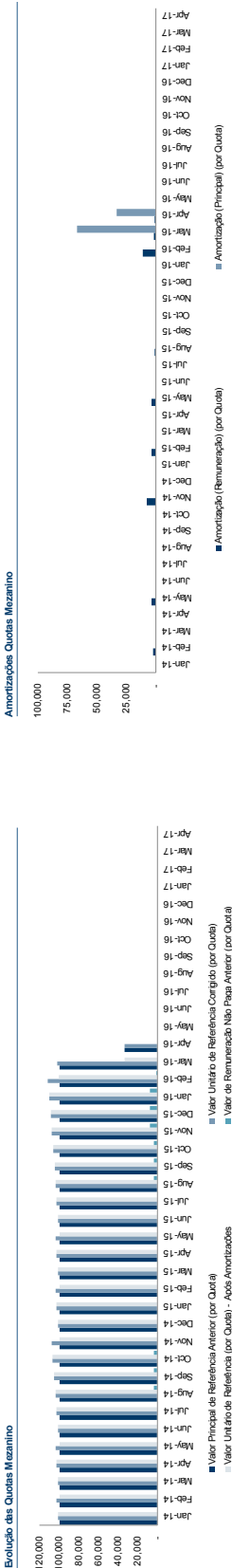
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto A

Análise de Cenário das Quotas Mezanino

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Out-15	10-Nov-15	10-Dec-15
Quotas Mezanino																								
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	101,290	102,597	101,290	102,597	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,888	33,763	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	2,597	-	-	3,921	-	-	-	-	1,888	430	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,333	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	103,921	103,921	33,333	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	0	0	0	-	-	-	3,921	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

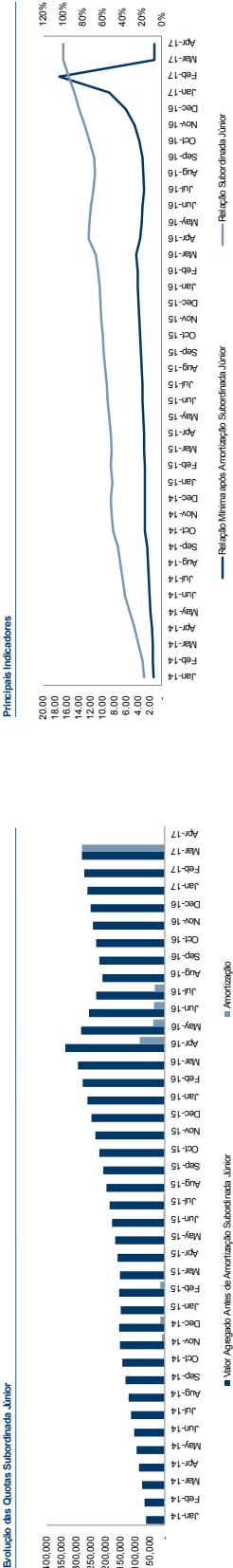
Evolução das Quotas Mezanino



Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34		
Subordinada Júnior		10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dez-14	10-Jan-15	10-Fev-15	10-Mar-15	10-Abr-15	10-Mai-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Out-15	10-Nov-15	10-Dez-15	10-Jan-16	10-Fev-16	10-Mar-16	10-Abr-16	10-Mai-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Out-16	10-Nov-16	10-Dez-16
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior		62.653.045	69.321.360	77.289.763	86.183.317	95.162.048	104.324.287	113.657.855	123.237.844	132.982.751	142.892.726	152.962.726	163.182.726	173.552.726	184.072.726	194.742.726	205.552.726	216.502.726	227.592.726	238.822.726	250.192.726	261.702.726	273.352.726	285.142.726	297.072.726	309.142.726	321.352.726	333.702.726	346.192.726	358.822.726	371.592.726	384.502.726	397.642.726	410.912.726	424.312.726	437.642.726	450.972.726
Valor Agregado Após de Amortização Subordinada Júnior		62.653	69.321	77.300	86.163	95.162	104.324	113.658	123.238	293.693	338.536	282.657.352	257.844.726	233.055.199	211.718.232	222.089.462	232.265.322	242.636.322	253.005.199	263.376.199	273.747.199	284.118.199	294.489.199	304.860.199	315.231.199	325.602.199	335.973.199	346.344.199	356.715.199	367.086.199	377.457.199	387.828.199	398.199.199	408.570.199	418.941.199	429.312.199	439.683.199
Amortização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior		1.45	1.48	1.59	1.73	1.90	2.13	2.25	2.38	4.39	3.66	3.40	3.21	2.98	3.08	3.22	3.37	3.51	3.65	3.79	3.93	4.07	4.21	4.35	4.49	4.63	4.77	4.91	5.05	5.19	5.33	5.47	5.61	5.75	5.89	6.03	
Relação Subordinada Júnior		0.18	0.20	0.23	0.27	0.32	0.37	0.40	0.42	0.67	0.74	0.73	0.72	0.70	0.67	0.69	0.71	0.73	0.75	0.77	0.79	0.81	0.83	0.85	0.87	0.89	0.91	0.93	0.95	0.97	0.99	1.01	1.03	1.05	1.07	1.09	
Relação Subordinada Júnior		0%	20%	23%	27%	32%	37%	40%	42%	67%	74%	73%	72%	70%	67%	69%	71%	73%	75%	77%	79%	81%	83%	85%	87%	89%	91%	93%	95%	97%	99%	101%	103%	105%	107%	109%	

Evolução das Quotas Subordinada Júnior



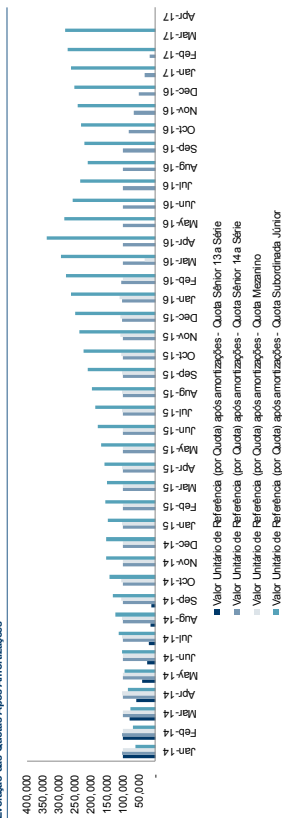
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto A

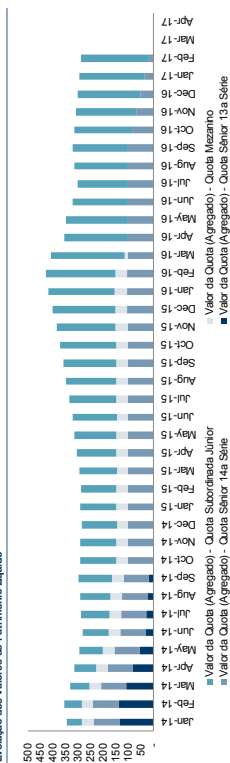
Análise de Cenário Consolidado

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Oct-16
Condição	1	2	3	4	5	6	7	8																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	23,909	19,662	15,441																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102,938	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezanino	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	103,921																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior	62,653	69,321	77,300	86,163	95,182	104,324	113,659	123,238																										
Condição - PL	1	2	3	4	5	6	7	8																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	135	136	108	81	54	32	27	21																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	103	104	100	101	102	100	101	102																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezanino	46	45	46	46	45	46	46	47																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	63	69	77	86	95	104	114	123																										

Evolução das Quotas Após Amortizações



Evolução dos Valores do Patrimônio Líquido



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

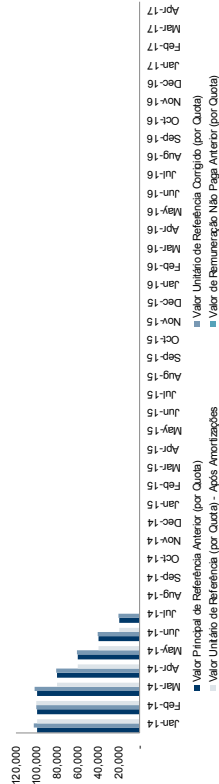
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação com o mesmo que os termos expostos o indiquem em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam legais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhá-la com seus próprios assessores.

Cenário 1/ Conjunto B

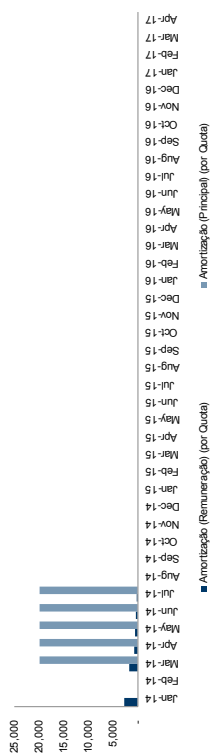
Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,916	100,000	80,000	60,000	40,000	20,000	0	-	-	-
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	104,916	101,841	80,733	60,550	40,366	20,183	0	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	2,774	-	1,841	733	550	366	183	0	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	103,916	80,000	60,000	40,000	20,000	0	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-

Evolução das Quotas Seniores 13a Série



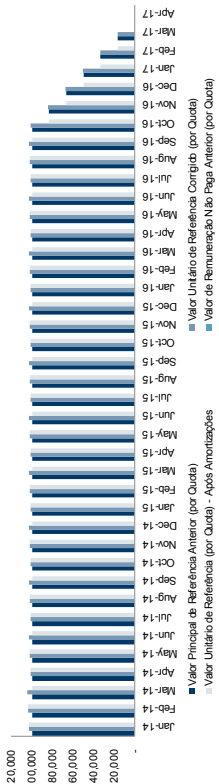
Amortizações Quotas Seniores 13a Série



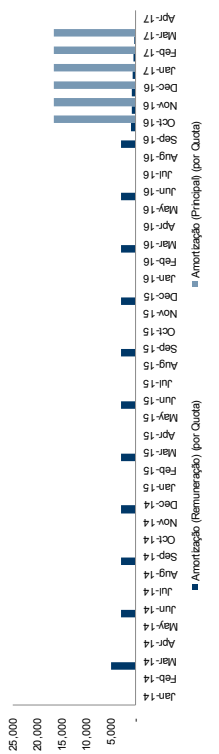
Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,946	102,936	100,969	101,946	102,936	100,969	100,969
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	-	2,936	-	2,936
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,946	100,000	100,969	101,946	100,000	100,969	100,969
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



Amortizações Quotas Seniores 14a Série



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

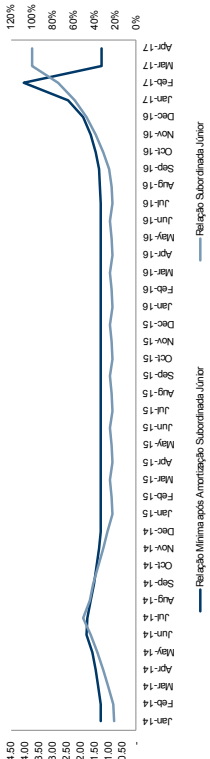
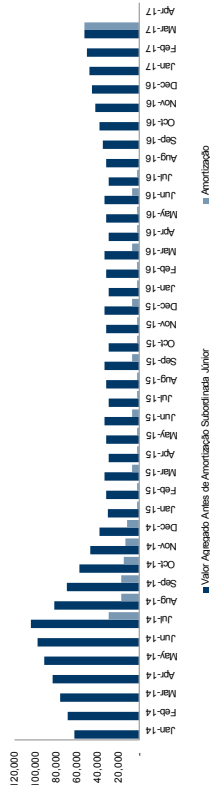
Cenário 1/ Conjunto B

Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Out-15	10-Nov-15	10-Dec-15
Subordinada Júnior					5	6	7	8																
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62.592.696	68.711.942	76.101.682	83.956.549	91.368.862	98.366.967	104.960.533	81.654.258	33.249.106	29.780.962	33.249.106	29.780.962	33.249.106	29.780.962	33.249.106	29.780.962	33.249.106	29.780.962	33.249.106	31.473.082	35.009.704	38.683.949		
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62.593	68.712	76.102	83.957	91.384	98.367	104.961	81.654	33.249	29.781	33.249	29.781	33.249	29.781	33.249	29.781	33.249	29.781	33.249	31.473	35.010	38.684		
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior	1,26	1,29	1,37	1,46	1,59	1,77	1,75	1,63	1,26	1,28	1,29	1,26	1,28	1,29	1,26	1,28	1,29	1,26	1,28	1,31	1,35	1,46		
Relação Subordinada Júnior	0,21	0,22	0,27	0,32	0,37	0,44	0,51	0,44	0,25	0,23	0,24	0,25	0,23	0,24	0,25	0,23	0,24	0,25	0,23	0,24	0,28	0,32		
Relação Subordinada Júnior	0%	22%	27%	32%	37%	44%	51%	44%	25%	23%	24%	25%	23%	24%	25%	23%	24%	25%	23%	24%	28%	32%		

Evolução das Quotas Subordinada Júnior

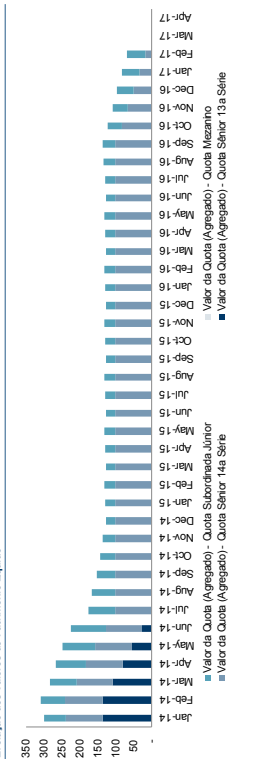
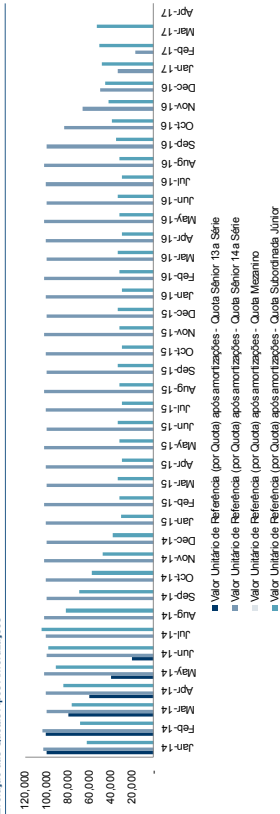
Principais Indicadores



Análise de Cenário Consolidado

Consolidado	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Out-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Out-16	10-Nov-16	10-Dec-16											
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	100.000	100.916	80.000	60.000	40.000	20.000	100.969	101.948	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969								
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102.936	103.933	100.000	100.969	101.948	100.000	100.969	101.948	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969	100.969							
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezzano	62.593	68.712	76.102	83.997	91.384	98.369	104.931	81.637	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242	29.779	31.471	33.242								
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	1	2	3	4	5	6	7	8	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57								
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	135	136	108	81	54	27	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37				
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezzano	103	104	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102	100	101	102			
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	63	69	76	84	91	98	76	64	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30	26	28	30

Evolução das Quotas Após Amortizações



Este material é fornecido para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto B

Assunções		
Tempo (t) (considerando contante)	3,00%	
Número de Dias Úteis em Cota Mês	(2)	21
Quantidade de Cotas em Circulação		
Cotas Série(s) - 13 Série	(3)	1.350
Cotas Série(s) - 14 Série	(4)	1.000
Cotas Série(s) - 15 Série	(5)	0
Cotas Série(s) - 16 Série	(6)	0
Cotas Série(s) - 17 Série	(7)	127,00%
Cotas Série(s) - 18 Série	(8)	3,00%
Cotas Série(s) - 19 Série	(9)	7,00%
Mais Contingência na Simulação		
Valor Unitário de Cota Quota Séries ou Subordinações Menor	(9)	100,000
Parâmetros: Cota(s) (se não)	(10)	4,00%

MODELO

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Mês												
Padrão Líquido de FIDC	304.272,899	308.892,044	318.527,212	298.915,157	275.659,647	257,507,832	252.739,730	248.240,569	182.838,941	177.687,698	176.708,694	175.928,118
Reserva de Amortização	9.616,621	3.739,254	8.107,1625	1.494,403	2.598,566	3.704,288	0	0	2.958,837	0	1.478,418	2.958,837
Reserva de Provisão	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000	1.000,000
Pagamento Realizável	8.128,190	9.266,461	9.558,816	8.817,465	8.298,889	7.725,095	13.901,888	14.894,458	9.147,982	8.874,985	8.835,435	17.592,812
Cota Livre	136,022,845	105,639,750	72,028,568	42,522,384	23,088,654	2,771,122	0	0	0	0	0	0
Recursos Disponíveis	154,710,885	121,910,365	92,795,391	56,442,982	36,927,474	16,976,628	16,494,266	17,440,071	13,949,139	10,715,959	12,101,522	22,329,471
Montante Arrogado	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000
Mais de Reserva de Liquidez	3,042,730	3,068,820	3,186,272	2,899,152	2,795,296	2,575,018	2,527,398	2,482,410	1,828,396	1,774,877	1,767,087	1,759,281
Recompensa de Reserva de Liquidez	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000	15,000,000
Divida Ordinária	148,962,903	166,971,651	226,731,821	237,472,176	238,702,173	240,529,205	238,245,624	230,500,888	189,890,592	169,771,237	153,990,447	143,891,158
Máximo de Direitos Condicionais Novos	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000

Análise de Cenário das Cotas Senior 13a Série

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência (por Cota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Principal de Referência Não Paga (por Cota)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de Dias Úteis desde Última Data de Pagamento	63	21	42	21	21	21	21	21	21	21	21	21
Mais de Realização (%) (considerando o mês)	2,7739%	0,9162%	1,8407%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%
Valor Unitário de Referência (por Cota)	102,774	100,916	101,941	80,733	60,550	40,366	32,165	22,919	0	0	0	0
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Cota)	136,444,614	136,236,838	137,485,009	108,889,471	81,742,103	54,493,735	43,423,024	25,726,027	0	0	0	0
Mais de Realização (%) (considerando o caso contínuo)	3,744,614	0	2,485,009	989,471	742,103	464,735	384,220	269,870	0	0	0	0
Amortização (Remuneração) (por Cota)	2,774	0	1,841	733	550	366	262	200	0	0	0	0
Amortização (Remuneração) (por Cota)	3,744,614	0	2,485,009	989,471	742,103	464,735	384,220	269,870	0	0	0	0
Programa de Amortização (Programa) (por Cota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Programa de Saldo de Principal (Programa) (por Cota)	0	0	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	0	0	0	0
Mais de Amortização de Principal (por Cota)	0	0	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	0	0	0	0
Amortização de Principal (por Cota)	0	0	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	43,029,864	43,029,864	43,029,864	43,029,864
Amortização (Principal) (por Cota)	0	0	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	0	0	0	0
Amortização (Principal) (por Cota)	0	0	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	43,029,864	43,029,864	43,029,864	43,029,864
Valor Unitário de Referência (Data de Cálculo -> Data de Pagto)	100,000	100,916,2	100,916,2	80,000	60,000	40,000	31,873	21,819	10,840	0	0	0
Valor Unitário de Referência (Data de Cálculo -> Data de Pagto)	136,000,000	136,236,838	136,236,838	108,000,000	81,000,000	54,000,000	43,029,864	29,456,156	14,788,365	0	0	0
Valor de Cota (por Cota)	135,000,000	135,250,059	135,250,059	108,000,000	81,000,000	54,000,000	43,029,864	29,456,156	14,788,365	0	0	0
Valor Principal de Referência (por Cota)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	31,873	21,819	10,840	0	0	0
Valor Principal de Referência (por Cota)	135,000,000	135,000,000	135,000,000	108,000,000	81,000,000	54,000,000	43,029,864	29,456,156	14,788,365	0	0	0
Valor de Remuneração Não Paga (por Cota)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor de Remuneração Não Paga (por Cota)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação financeira. Este material não contém nenhuma recomendação de investimento, nem mesmo os termos expostos (ou não) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Mezanino

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Júnior

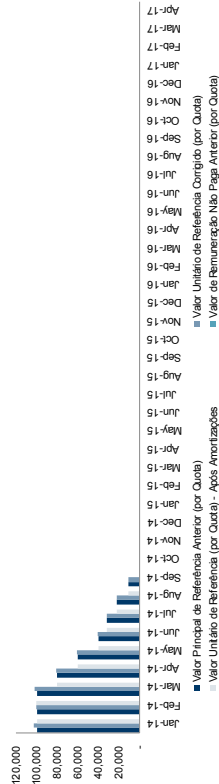
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação, mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto B

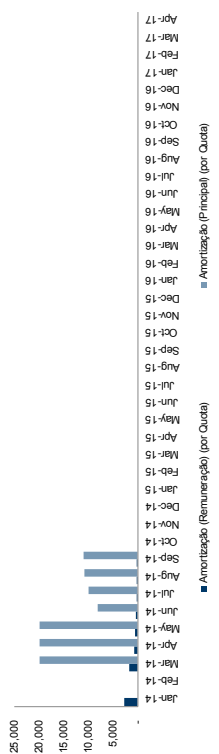
Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	31,873	21,819	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	104,916	104,941	80,733	60,550	40,366	32,165	22,019	-	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	2,774	-	1,841	733	550	366	292	200	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	8,127	10,054	10,880	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	104,916	80,000	60,000	40,000	31,873	21,819	10,940	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-

Evolução das Quotas Seniores 13a Série



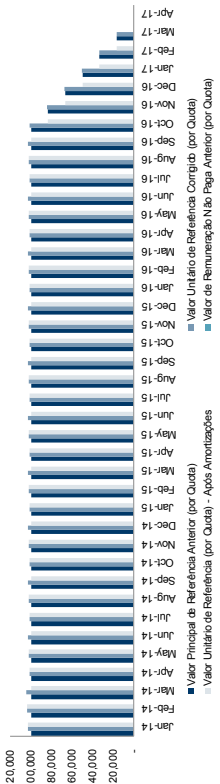
Amortizações Quotas Seniores 13a Série



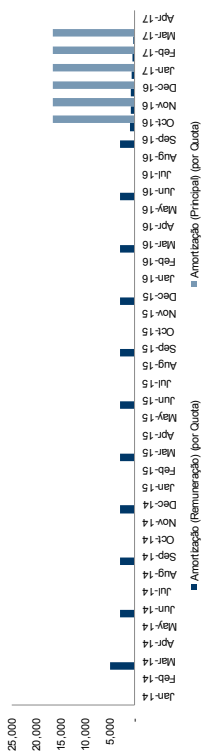
Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	102,936
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



Amortizações Quotas Seniores 14a Série



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

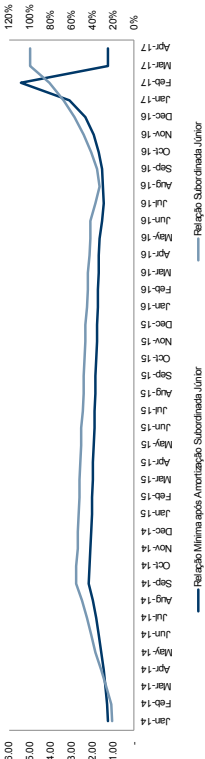
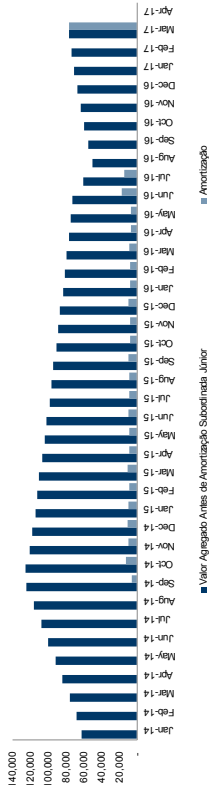
Cenário 2/ Conjunto B

Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Oct-16
Subordinada Júnior	1	2	3	4	5	6	7	8																										
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62.592.696	68.711.942	76.101.682	83.996.949	91.939.078	100.071.419	108.347.629	116.567.266																										
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62.593	68.712	76.102	83.957	91.940	100.071	108.348	116.567																										
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-																										
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior	1,26	1,29	1,37	1,46	1,59	1,70	1,83	2,00																										
Relação Subordinada Júnior	0,21	0,22	0,27	0,32	0,37	0,41	0,45	0,50																										
Relação Subordinada Júnior	0%	22%	27%	32%	37%	41%	45%	50%																										

Evolução das Quotas Subordinada Júnior

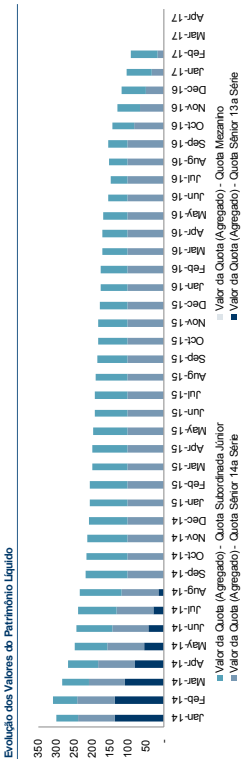
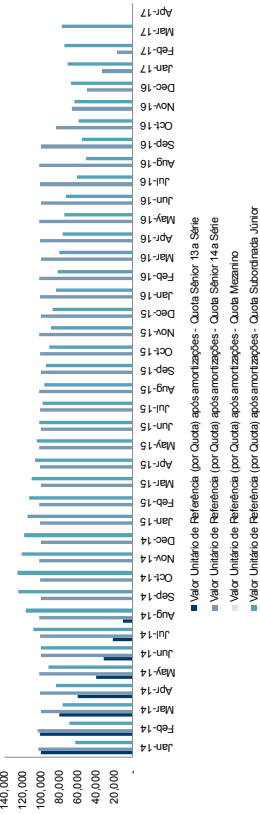
Principais Indicadores



Análise de Cenário Consolidado

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Oct-16
Consolidado	1	2	3	4	5	6	7	8																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	31,873	21,819	10,940																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102,936	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezanino	62,593	68,712	76,102	83,957	91,940	100,071	108,348	116,567																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior	1	2	3	4	5	6	7	8																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	135	136	108	81	64	43	29	15																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	103	104	100	101	102	100	101	102																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezanino	63	69	76	84	92	100	108	117																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	63	69	76	84	92	100	108	117																										

Evolução das Quotas Após Amortizações



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação com o mesmo que os termos expostos o indiquem em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam legais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhá-la com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto B

Análise do Cenário das Quotas Subordinadas Mezanino

Cenário Subordinadas Mezanino												
Situação imediatamente anterior aos Pagamentos de Remuneração e Anotação de Principal na Respetiva Data de Pagamento												
Valor Principal de Referência (por Quota)	(130)=(107)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor de Remuneração Não Pago (por Quota)	(131)=(107)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor de Remuneração Não Pago (por Quota) - Final	(132)=(107)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de Anotação de Referência Compêndio (por Quota)	(133)=(141)+(141)+(141)+(132)+(252)-1	1.200%	2,597%	3,9205%	5,261%	6,619%	7,9545%	9,886%	10,8001%	46,933%	48,765%	50,746%
Mais de Referência (por Quota)	(134)=(130)+(131)+(131)+(133)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor Unidade de Referência Compêndio (Agregado)	(135)=(134)/(130)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de Anotação de Referência Compêndio (Agregado)	(136)=(135)/(130)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de Anotação de Referência (por Quota)	(137)=(136)/(5)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anotação (Remuneração) (Agregado)	(138)=(137)/(164)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anotação (Remuneração) (por Quota)	(140)=(138)/(164)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compêndio de Saldo do Principal (Remuneração) (por Quota)	(141)=(140) (conforme Salmento)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de Anotação de Principal (por Quota)	(142)=(130)/(141)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de Anotação de Principal (Agregado)	(143)=(142)/(5)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anotação (Principal) (Agregado)	(144)=(143)/(6)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anotação (Principal) (por Quota)	(145)=(144)/(70)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor Unidade de Referência (Data de Cálculo - Data de Pagdo)	(146)=(131)/(134)	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Valor Unidade de Referência (Data de Cálculo - Data de Pagdo)	(147)=(146)/(144)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor Unidade de Referência (por Quota) - Final	(148)=(146,1) Não Data de Pagamento (144,2) caso contrário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da Quota (por Quota)	(149)=(147)/(173)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor da Quota (Agregado)	(150)=(149)/(5)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Situação imediatamente posterior aos Pagamentos de Remuneração e Anotação de Principal na Respetiva Data de Pagamento												
Valor Principal de Referência (por Quota)	(150)=(130)/(144)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor de Remuneração Não Pago (por Quota)	(151)=(130)/(145)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor de Remuneração Não Pago (por Quota)	(152)=(130)/(145)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor de Remuneração Não Pago (Agregado)	(153)=(130)/(130)/(130) se Data de Pagamento, (153) caso contrário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Valores Agregados de Quotas Subordinadas Mezanino												
Montante Agregado das Quotas Subordinadas Mezanino	(160)=(135)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais Agregado de Anotação de Remuneração	(161)=(137)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais Agregado de Referência (por Quota)	(162)=(137)	300,528,375	308,882,046	284,107,682	265,025,686	247,887,543	243,100,223	247,618,815	252,320,687	377,152,890	357,071,620	357,071,620
Regração Múltipla Pro Forma Anotação de Remuneração	(163)=(162)/(80)	1,2631	1,2681	1,3659	1,4614	1,5686	1,6697	1,7780	1,8624	3,7712	3,5364	3,5364
Fator de Ajuste de Anotação de Remuneração	54*(Mt(100%/(106)/(161)) se Mt(163) > 1.25*(109)+(TRAE), 0 caso contrário	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Casa Descontada após Anotação de Remuneração	(164)=Mt(100%/(106)/(161)) se Mt(163) > 1.25*(109)+(TRAE), 0 caso contrário	144,210,577	110,777,625	53,700,383	22,833,366	2,751,293	0	0	0	33,663,369	34,544,548	32,312,884
Patrimônio Líquido após Anotação de Remuneração	(165)=Mt(100%/(106)/(161)) se Mt(163) > 1.25*(109)+(TRAE), 0 caso contrário	300,528,375	308,882,046	284,107,682	265,025,686	247,887,543	243,100,223	247,618,815	252,320,687	377,152,890	357,071,620	336,263,343
Mais Agregado de Anotação de Principal	(167)=(164)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Patrimônio Líquido Pós Forma Anotação de Principal	(168)=(165)/(167)	300,528,375	308,882,046	284,107,682	265,025,686	247,887,543	243,100,223	247,618,815	252,320,687	377,152,890	357,071,620	336,263,343
Fator de Ajuste de Anotação de Principal	70*(Mt(100%/(106)/(167)) se Mt(168) > 1.25*(109)+(TRAE), 0 caso contrário	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Casa Descontada após Anotação de Principal	(171)=Mt(100%/(106)/(167)) se Mt(168) > 1.25*(109)+(TRAE), 0 caso contrário	144,210,577	110,777,625	53,700,383	22,833,366	2,751,293	0	0	0	33,663,369	34,544,548	32,312,884
Patrimônio Líquido após Anotação de Principal	(172)=Mt(100%/(106)/(167)) se Mt(168) > 1.25*(109)+(TRAE), 0 caso contrário	300,528,375	308,882,046	284,107,682	265,025,686	247,887,543	243,100,223	247,618,815	252,320,687	377,152,890	357,071,620	336,263,343
Fator de Ajuste de Quota Subordinada Mezanino após Anotações	(173)=Mt(100%/(172)/(80)/(130)/(135)/(161)/(167)/(170))	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Valor Agregado das Quotas Subordinadas Mezanino após Anotações	(174)=(173)/(135)/(161)/(164)/(167)/(170)/(172))	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Análise do Cenário das Quotas Subordinadas Júnior

Parâmetros do FDC após Processamento Mezanino												
Patrimônio Líquido	(180)=(172)	300,528,375	308,882,046	284,107,682	265,025,686	247,887,543	243,100,223	247,618,815	252,320,687	377,152,890	357,071,620	357,071,620
Regração Múltipla	(181)=(180)/(96)	1,2631	1,2681	1,3659	1,4614	1,5686	1,6697	1,7780	1,8624	3,7712	3,5364	3,5364
Mais de Reserva de Anotação de Principal Subordinadas Mezanino	(182)=(149)/(133)*100%+(149)/(133)*750%+(142)*100%+(142)*750%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recompensação de Reserva de Anotação	(183)=Mt(77)/(182)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Casa Descontada após Reserva de Anotação	(184)=(171)/(183)	144,210,577	110,777,625	53,700,383	22,833,366	2,751,293	0	0	0	34,544,548	34,544,548	32,312,884
Patrimônio Líquido após Reserva de Anotação	(185)=(184)/(183)	26,028,390	20,787,421	70,403,300	62,192,320	91,659,250	100,071,411	108,347,639	116,840,639	276,528,340	250,534,072	250,534,072
Regração Subordinada Júnior	(187)=(186)/(180)	20,83%	22,25%	26,73%	31,57%	37,69%	41,16%	43,76%	46,31%	73,46%	67,84%	65,34%

Cenário Subordinadas Júnior												
Situação imediatamente anterior ao Pagamento de Anotação												
Mais Anotação Subordinada Júnior (Regração Múltipla > 1,25)	(200)=Mt(180)/(180)/(180)/(180)/(183)-1,25*(180)	0	0	19,432,204	32,844,120	46,518,983	61,739,199	71,002,435	80,396,499	248,274,900	225,021,641	201,940,446
Mais Anotação Subordinada Júnior (Regração Múltipla > 1,25)	(201)=Mt(180)/(180)/(180)/(180)/(183)/(171)/(107)	965,023,342	129,193,984	72,175,119	42,732,256	20,921,484	17,573,307	17,603,714	14,975,084	51,063,269	54,072,167	50,255,717
Mais Anotação Subordinada Júnior (Regração Múltipla > 1,4%)	(202)=Mt(184)/(200)/(201)/(202) se (186)-(TRAE) > 1,4%	23,056	20,614,016	94,333,051	66,053,015	66,053,015	76,761,667	66,053,015	94,761,015	31,663,369	34,544,548	32,312,884
Anotação Subordinada Júnior	(203)=Mt(184)/(200)/(201)/(202) se (186)-(TRAE) > 1,4%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Patrimônio Líquido após Anotação Subordinada Júnior	(204)=(180)/(203)	300,528,375	308,882,046	284,107,682	265,025,686	247,887,543	243,100,223	247,618,815	252,320,687	343,459,621	322,572,472	302,950,448
Casa Descontada após Anotação Subordinada Júnior	(205)=(184)/(203)	144,210,577	110,777,625	53,700,383	22,833,366	2,751,293	0	0	0	171,619,019	163,265,584	150,637,564
Casa Múltipla	(206)=Mt(184)/(205)/(206) se (205)-(204) > 1,4%	45,079,256	46,332,307	42,615,252	39,888,653	37,183,132	36,465,033	37,142,822	37,848,100	45,442,567	42,028,653	39,306,302
Debito Creditório após Anotação	(207) = Mt(141)/(22)/(205)/(206) se (205)-(204) > 1,4%	39,228,190	39,266,461	11,085,131	11,085,131	0	0	0	0	0	0	0
Casa Descontada após Anotação de Debito Creditório	(208) = Mt(203)/(207)	100,002,387	71,911,164	42,615,252	22,833,366	2,751,293	0	0	0	25,831,123	25,831,123	25,831,123
Patrimônio Líquido após Anotação de Debito Creditório	(209)=Mt(203)/(207)	62,192,320	70,403,300	70,403,300	62,192,320	91,659,250	100,071,411	108,347,639	116,840,639	276,528,340	250,534,072	250,534,072
Regração Múltipla após Anotação Subordinada Júnior	(210)=(204)/(96)	1,26	1,26	1,37	1,46	1,56	1,66	1,78	1,86	3,43	3,19	2,97
Patrimônio Líquido após Anotação Subordinada Júnior	(211)=(209)/(209)/(174)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Debito Creditório após Ordem de Anotação de Recurso	(212)=(211)/(209)	188,890,493	209,238,113	238,816,982	237,472,175	238,702,173	246,522,205	246,081,417	246,746,260	338,611,631	317,488,114	286,602,136

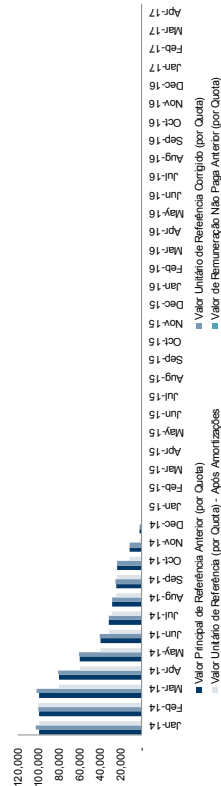
Este material é fornecido exclusivamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam legais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto B

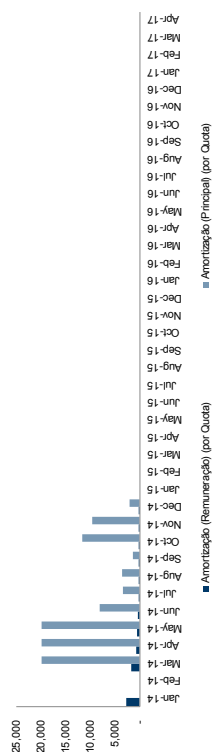
Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	31,873	28,372	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	104,916	104,941	80,733	60,550	40,366	32,165	28,632	-	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	2,774	-	1,841	733	550	366	292	260	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	8,127	3,533	-	-	-	-
Valor de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	104,916	80,000	60,000	40,000	31,873	28,372	24,839	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	0	0	0	0	0	0	(0)	-	-	-	-	-

Evolução das Quotas Seniores 13a Série



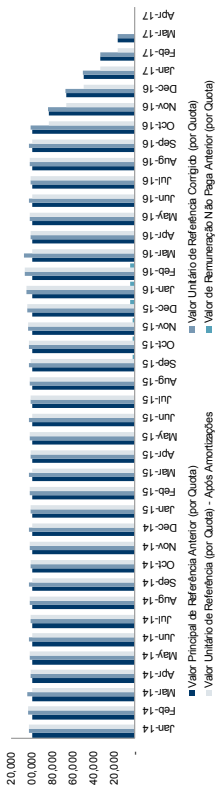
Amortizações Quotas Seniores 13a Série



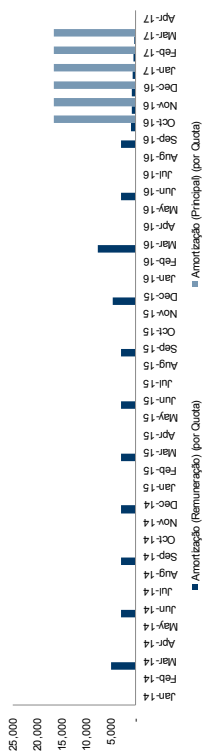
Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,948	102,936	103,933	104,941	105,948	106,955	107,962	108,969
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	7,676	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	103,933	100,000	100,969	101,948	102,936	103,933	104,941	105,948	106,955	107,962	108,969
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	(0)	(0)	-	-	-	-	-

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



Amortizações Quotas Seniores 14a Série



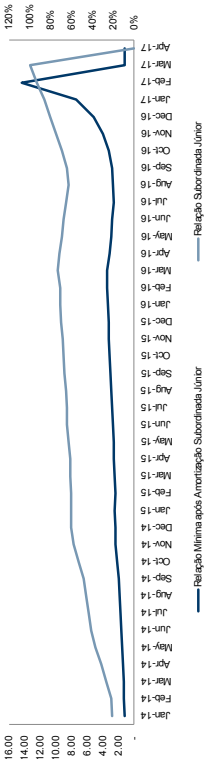
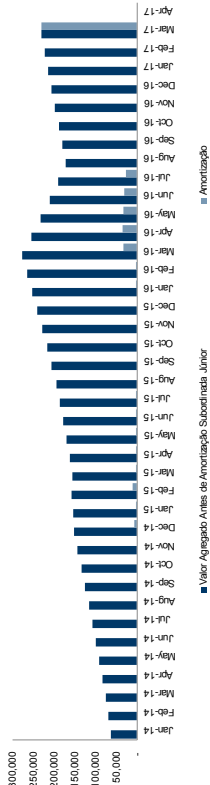
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto B

Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

Subordinada Júnior		10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-16	10-Oct-16
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior		62.592.696	68.711.942	76.101.682	83.956.949	91.939.078	100.071.419	108.347.629	116.840.098	171.819.035	189.478.051
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior		62.593	68.712	76.102	83.957	91.940	100.071	108.348	116.840	171.819	189.478
Amortização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior		1,26	1,29	1,37	1,46	1,59	1,70	1,78	1,86	2,61	3,27
Relação Subordinada Júnior		0,21	0,22	0,27	0,32	0,37	0,41	0,44	0,46	0,63	0,64
Relação Subordinada Júnior		0%	22%	27%	32%	37%	41%	44%	46%	65%	69%

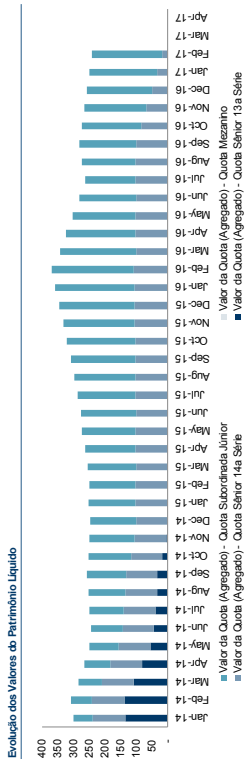
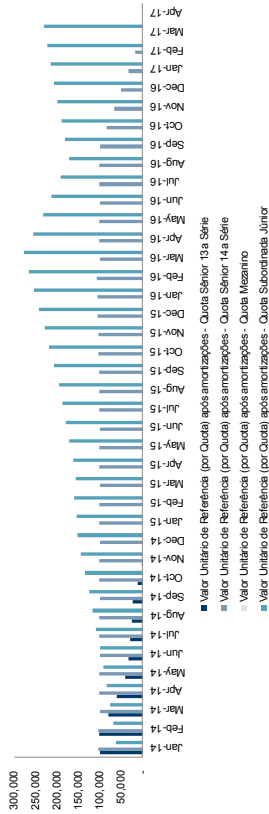
Evolução das Quotas Subordinada Júnior



Análise de Cenário Consolidado

Consolidado		10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-16	10-Oct-16
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série		100.000	100.916	80.000	60.000	40.000	31.973	28.372	24.839	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série		102.936	103.933	100.000	100.969	101.946	100.000	100.969	101.946	100.000	83.333
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezzano		62.593	68.712	76.102	83.957	91.940	100.071	108.348	116.840	171.819	189.478
Consolidado - PL		1	2	3	4	5	6	7	8	27	34
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série		135	136	108	81	54	43	38	34	-	-
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série		103	104	100	101	102	100	101	102	100	83
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezzano		63	69	76	84	92	100	108	117	243	189

Evolução das Quotas Após Amortizações



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	Porcentagem
1) Taxa DI (considerada constante)	1	8.00%	
2) Número de Dias em Casa (Mês)	21		
3) Quantidade de Oculares em Cópula	3		
4) Oculares Sênicos - 13 Sênes	1350		
5) Oculares Sênicos - 14 Sênes	1500		
6) Oculares Sênicos - 15 Sênes	1500		
7) Oculares Subordinados	450		
8) Sêneses das Oculas	127.00%		
9) Oculares Sênicos - 13 Sênes	3.00%		
10) Oculares Sênicos - 14 Sênes	7.00%		
11) Oculares Subordinados	100.00%		
12) Valor Unitário das Oculas Sênicas ou Subordinadas	4.00%		
13) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
14) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
15) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
16) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
17) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
18) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
19) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
20) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
21) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
22) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
23) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
24) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
25) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
26) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
27) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
28) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
29) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
30) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
31) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
32) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
33) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
34) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
35) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
36) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
37) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
38) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
39) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
40) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
41) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
42) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
43) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
44) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
45) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
46) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
47) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
48) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
49) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
50) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
51) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
52) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
53) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
54) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
55) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
56) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
57) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
58) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
59) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
60) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
61) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
62) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
63) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
64) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
65) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
66) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
67) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
68) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
69) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
70) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
71) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
72) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
73) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
74) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
75) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
76) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
77) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
78) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
79) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
80) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
81) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
82) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
83) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
84) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
85) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
86) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
87) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
88) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
89) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
90) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
91) Perda de Oculas Sênicas ou Subordinadas			
92) Perda de Oculas Sênicas			

[illegible][illegible]

453

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

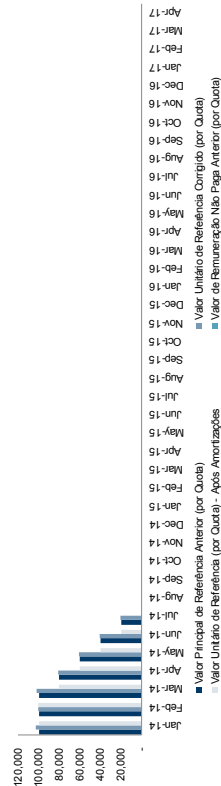
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação. Mesmo que os termos expostos o indiquem em qualquer estado ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam legais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhá-la com seus próprios assessores.

Cenário 1/ Conjunto C

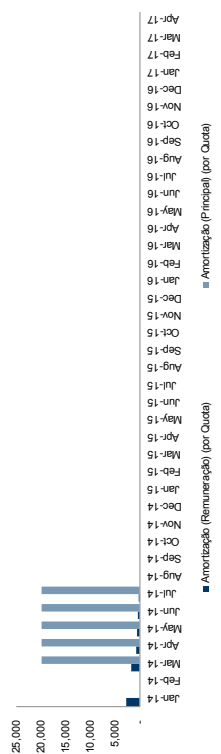
Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,916	100,000	80,000	60,000	40,000	20,000	0	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	104,916	104,941	80,733	60,550	40,366	20,183	0	-	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	2,774	-	1,841	733	550	366	183	0	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	0	-	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-

Evolução das Quotas Seniores 13a Série



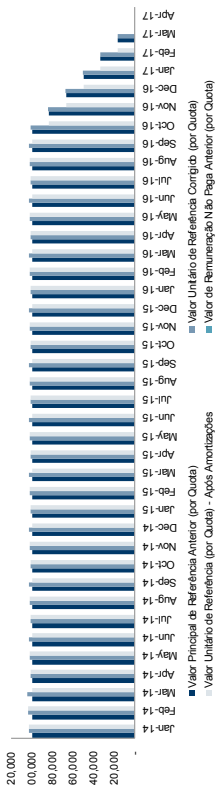
Amortizações Quotas Seniores 13a Série



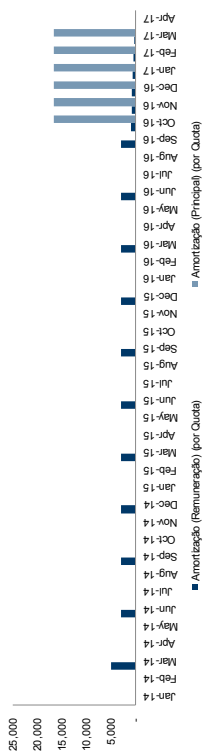
Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	-	2,936	-	-	2,936
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	102,936
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



Amortizações Quotas Seniores 14a Série



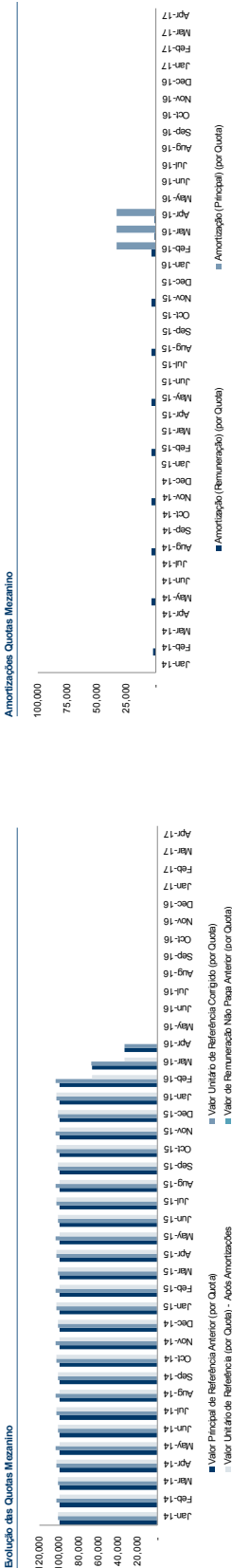
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 1/ Conjunto C

Análise de Cenário das Quotas Mezanino

Quotas Mezanino												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	101.290	102.597	101.290	102.597	103.921	101.290	102.597	103.921	101.290	102.597	103.921	101.290
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	2.597	-	-	3.921	-	-	3.921	-	-	3.921	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	101.290	100.000	101.290	102.597	100.000	101.290	102.597	100.000	101.290	102.597	100.000	101.290
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-

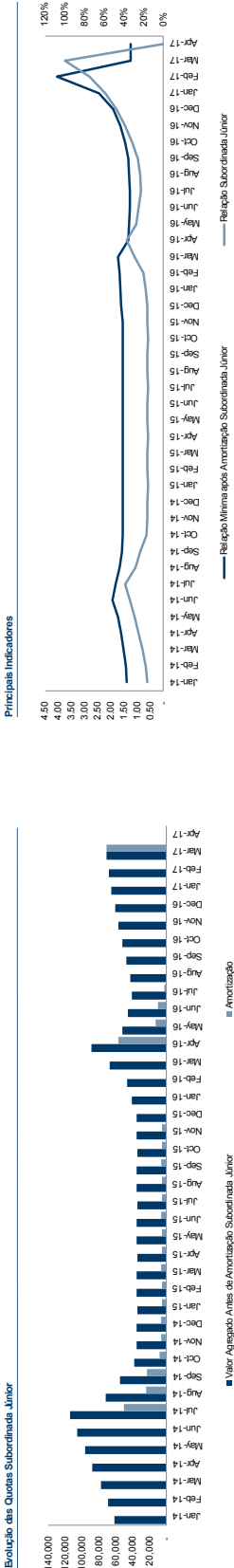
Evolução das Quotas Mezanino



Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

Subordinada Júnior												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62.124.073	69.327.691	77.860.532	87.629.484	97.004.231	106.025.930	114.729.545	121.133.528	127.388.496	133.528.919	139.568.224	145.607.783
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62.124	69.328	77.870	87.629	97.004	106.026	114.730	121.134	127.388	133.528	139.568	145.607
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior	1.39	1.41	1.51	1.62	1.74	1.84	1.94	2.04	2.14	2.24	2.34	2.44
Relação Subordinada Júnior	0.16	0.18	0.21	0.25	0.29	0.34	0.39	0.44	0.49	0.54	0.59	0.64
Relação Subordinada Júnior	0%	18%	21%	25%	29%	34%	39%	44%	49%	54%	59%	64%

Evolução das Quotas Subordinada Júnior



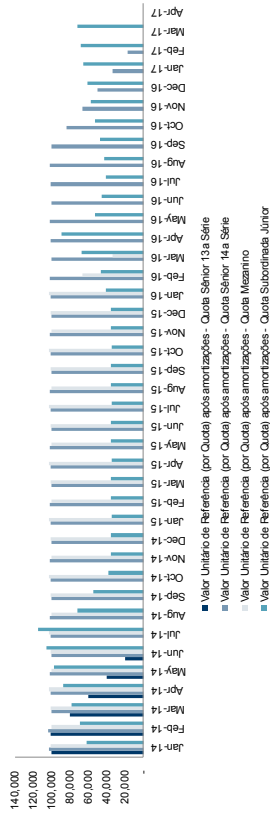
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 1/ Conjunto C

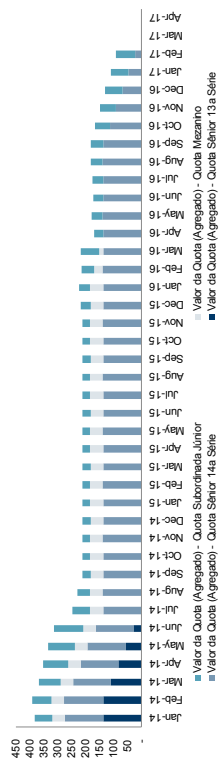
Análise de Cenário Consolidado

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Oct-16			
1	1	2	3	4	5	6	7	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	83,333		
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102,938	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	100,000	102,997	0	
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezanino	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	0
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior	62,124	69,328	77,870	87,629	97,004	106,026	114,679	72,109	67,388	88,860	52,516	45,676	40,595	42,493	47,267	52,228	57,189	62,150	67,111	72,072	77,033	81,994	86,955	91,916	96,877	101,838	106,799	111,760	116,721	121,682	126,643	131,604	136,565	141,526	146,487	151,448	
1	1	2	3	4	5	6	7	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	135	136	108	81	54	27	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	113
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	139	140	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135	113
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezanino	46	45	46	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	0	
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	62	69	78	88	97	106	64	48	67	32	40	36	38	42	47	52	57	62	67	72	77	82	87	92	97	102	107	112	117	122	127	132	137	142	147	152	

Evolução das Quotas Após Amortizações



Evolução dos Valores do Patrimônio Líquido



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto C

Assumptions		Inputa
Tempo (considerando contante)	3,00%	
Número de Dias Úteis em Cota Mês	(2)	21
Quantidade de Cotas em Circulação		
Cotas Sênior - 13 Série	(3)	1.350
Cotas Sênior - 14 Série	(4)	1.350
Cotas Subordinadas Mesmo	(5)	450
Cotas Sênior - 13 Série	(6)	127,00%
Cotas Sênior - 14 Série	(7)	3,00%
Cotas Subordinadas Mesmo	(8)	7,00%
Mais Contingência na Simulação		
Valor Unitário de Cota Cotas Sênior ou Subordinadas Mesmo	(9)	100.000
Retorbulos Contingência (se não)	(10)	4,00%

MODELO

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Mais												
Padrão Líquido de FIDC	385.412.482	392.043.129	402.604.844	379.055.980	383.699.013	344.646.431	327.997.694	318.624.887	298.741.413	228.400.269	206.718.338	195.206.254
Reserva de Amortização	5.615.621	5.787.461	5.843.570	2.383.458	4.594.128	4.735.181	1.262.688	2.522.682	2.965.865	3.981.730	4.397.585	4.860.612
Valor Unitário de Referência (por Cota)	11.962.324	11.791.294	12.078.145	11.322.629	10.910.070	10.366.393	10.017.872	10.135.481	10.228.724	13.461.120	11.337.071	22.540.021
Pagamento Realizável	173.455.604	140.597.731	105.134.311	55.303.688	36.798.686	18.706.776	1.340.260	0	31.571.418	39.509.628	0	0
Cash Flow	194.459.623	161.998.388	132.004.713	73.176.980	56.421.346	37.502.251	24.111.888	22.435.079	51.969.298	55.728.254	16.044.953	28.816.507
Recursos Disponíveis	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000
Mais de Reserva de Liquidez	3.854.125	3.920.431	4.026.048	3.790.980	3.693.690	3.465.464	3.275.977	3.189.249	2.645.745	2.692.224	2.267.414	2.087.183
Recomposição de Reserva de Liquidez	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125	19.844.125
Debito Ordinal	190.943.430	204.044.741	270.690.131	305.801.000	307.247.666	308.138.180	303.456.835	298.468.778	212.605.174	213.494.154	210.686.849	186.964.700
Mais de Debito Ordinal Nova	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000

Análise de Cenário das Cotas Sênior 13a Série

Cota Sênior 13a Série											
Saldo Incalculável anterior aos Pagamentos de Remuneração e Amortização de Principal à Respeito da Data de Pagamento	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	
Valor Principal de Referência (por Cota)	100,000	100,000	900,000	60,000	60,000	40,000	20,000	4,749	0	0	
Valor Principal de Referência Não Paga (por Cota)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Número de Dias Úteis desde Última Data de Pagamento	63	21	42	21	21	21	21	21	21	21	
Mais de Retenção (%) (conforme o item 13.1 do Regulamento)	2,739%	0,916%	1,807%	0,916%	0,916%	0,916%	0,916%	0,916%	0,916%	0,916%	
Valor Unitário de Referência (conforme o item 13.1 do Regulamento)	102,744	100,916	80,723	60,550	40,366	20,183	4,793	0	0	0	
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Cota)	136,744,614	136,236,888	137,485,009	138,889,471	81,742,103	54,484,735	6,470,257	0	0	0	
Mais de Retenção de Referência (por Cota)	3,744,614	0	2,485,009	989,471	742,103	464,735	58,741	0	0	0	
Amortização (Remuneração) (por Cota)	2,714	0	1,841	733	550	396	183	44	0	0	
Amortização (Remuneração) (por Cota)	3,744,614	0	2,485,009	989,471	742,103	464,735	58,741	0	0	0	
Programa de Amortização (Programa) (por Cota)	0	0	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	0	0	0	
Programa de Saldo de Referência (Programa) (por Cota)	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	20,000	0	0	0	0	
Mais de Amortização de Referência (por Cota)	0	0	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	6,411,516	0	0	
Mais de Amortização de Referência (por Cota)	0	0	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	6,411,516	0	0	
Amortização (Principal) (por Cota)	0	0	20,000	20,000	20,000	20,000	15,583	4,749	0	0	
Amortização (Principal) (por Cota)	0	0	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	20,588,484	6,411,516	0	0	
Valor Unitário de Referência (Data de Cálculo - Data de Pagamento)	Não Aplicável	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	
Valor Unitário de Referência (Data de Cálculo - Data de Pagamento)	Não Aplicável	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	
Valor Unitário de Referência (Data de Cálculo - Data de Pagamento)	136,000	136,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	54,000	27,000	27,000	27,000	27,000	27,000	
Valor de Cota (por Cota)	135,000	135,000	108,000	81,000	5						

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Mezanino

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Júnior

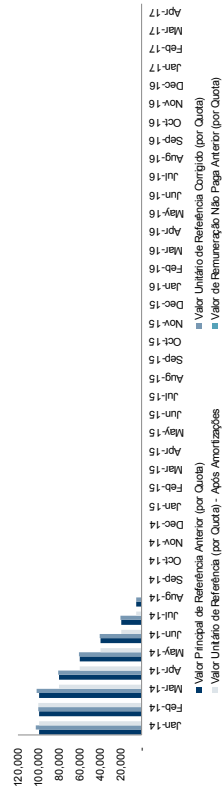
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou realizar qualquer transação com o mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado deve realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto C

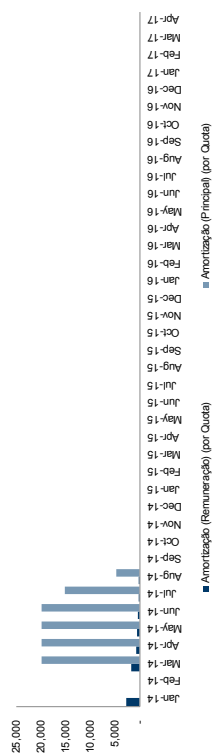
Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,916	100,000	80,000	60,000	40,000	20,000	4,749	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	104,916	101,841	80,733	60,550	40,366	20,183	4,793	-	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	2,774	-	1,841	733	550	366	183	44	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	15,251	4,749	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	4,749	-	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-

Evolução das Quotas Seniores 13a Série



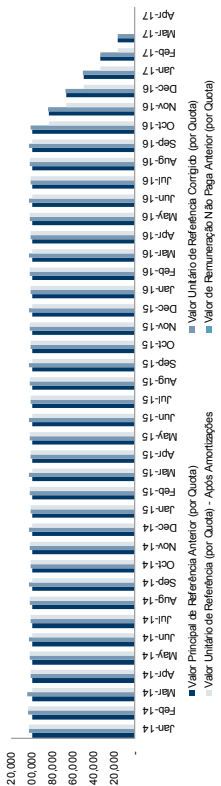
Amortizações Quotas Seniores 13a Série



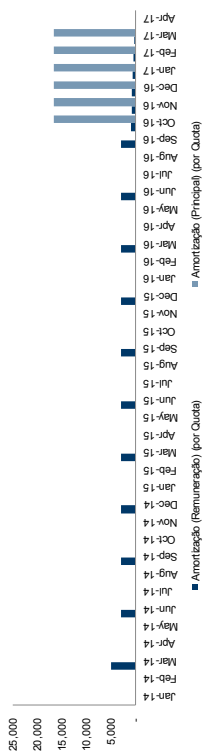
Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,946	102,936	100,969	101,946	102,936	100,969	101,946	100,969
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	-	2,936	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,946	100,000	100,969	101,946	100,000	100,969	101,946	83,333
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



Amortizações Quotas Seniores 14a Série



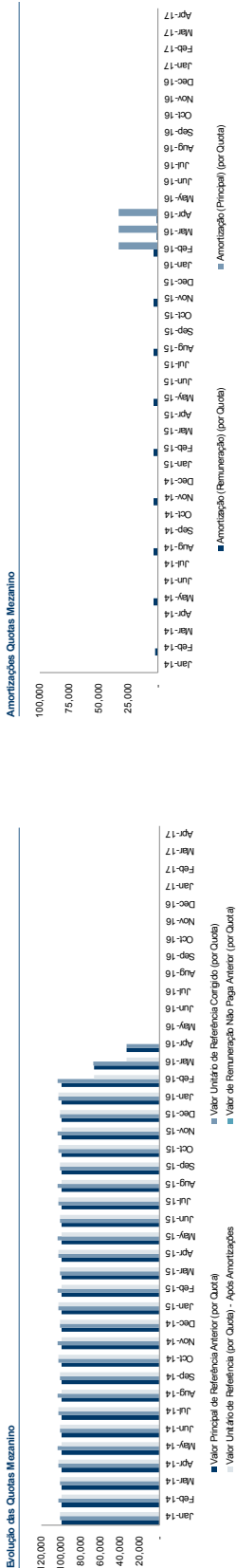
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto C

Análise de Cenário das Quotas Mezanino

Quotas Mezanino											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	101,290	102,597	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	102,597	103,921	101,290
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	2,597	-	-	3,921	-	-	3,921	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	102,597	103,921	101,290
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-

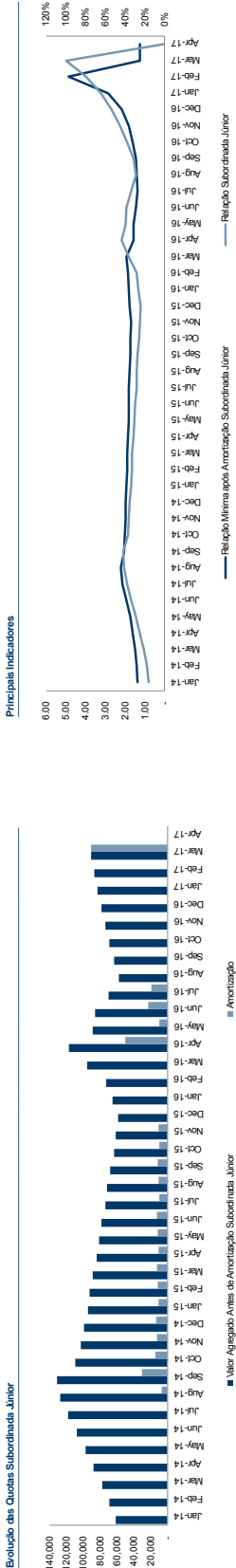
Evolução das Quotas Mezanino



Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

Subordinada Júnior											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62,124,073	69,327,691	77,860,532	87,629,484	97,533,191	107,607,930	117,873,271	128,060,881	138,248,491	148,436,101	158,623,711
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62,124	69,328	77,870	87,629	97,533	107,608	117,873	128,061	138,249	148,437	158,624
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior	1.39	1.41	1.51	1.62	1.74	1.95	2.15	2.21	2.28	2.35	2.42
Relação Subordinada Júnior	0.16	0.18	0.21	0.25	0.29	0.34	0.38	0.41	0.44	0.47	0.50
Relação Subordinada Júnior	0%	18%	21%	25%	29%	34%	38%	41%	44%	47%	50%

Evolução das Quotas Subordinada Júnior



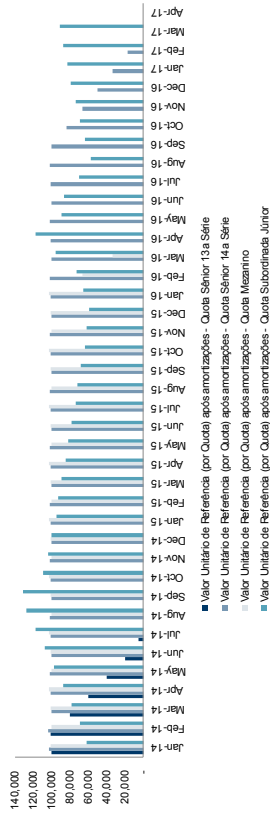
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto C

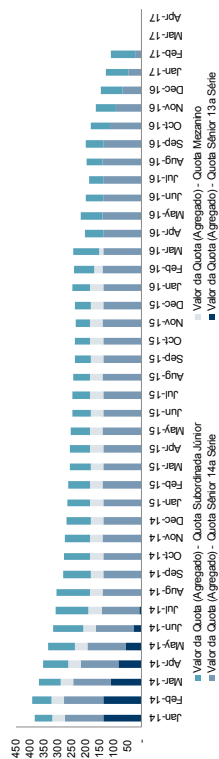
Análise de Cenário Consolidado

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15
Condição	1	2	3	4	5	6	7	8																
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	4,749	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102,938	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	100,969	83,333	
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezanino	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	0	
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior	62,124	69,328	77,870	87,629	97,533	107,698	117,873	128,054	138,235	148,416	158,597	168,778	178,959	189,140	199,321	209,502	219,683	229,864	239,045	249,226	259,407	269,588	279,769	
Condição - PL	1	2	3	4	5	6	7	8																
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	135	136	108	81	54	27	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	139	140	135	136	138	135	138	138	135	138	135	138	135	138	135	138	135	138	135	138	135	138		
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezanino	46	45	46	46	45	46	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	45	46	0		
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	62	69	78	88	98	108	118	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121	121	69		

Evolução das Quotas Após Amortizações



Evolução dos Valores do Patrimônio Líquido



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto C

Assunções		8,00%	Inputa
Tempo (t) (considerando contante)	(1)		
Número de Dias Úteis em Cota Mês	(2)	21	
Quantidade de Cotas em Circulação	(3)		
Cotas Série(s) - 13 Série	(4)	1.350	
Cotas Série(s) - 14 Série	(5)	1.350	
Cotas Série(s) - 15 Série	(6)	450	
Cotas Série(s) - 13 Série	(7)	127,00%	% CDI
Cotas Série(s) - 14 Série	(8)	3,00%	CDI +
Cotas Série(s) - 15 Série	(9)	7,00%	CDI +
Mais Contingência na Simulação	(10)	100,00%	
Valor Unitário de Cota Quota Séries ou Subordinações Mesmo	(11)	4,00%	
Parâmetros: Cota(s) (a/m)	(12)		

MODELO

Mês	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-Mai-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Patrimônio Líquido de FIDC	385.412.482	392.043.129	402.604.844	379.055.980	383.699.013	344.646.431	327.987.694	330.449.412	391.542.304	347.422.553	359.992.688	368.336.981
Reserva de Amortização	516.621	578.461	643.570	2.383.439	4.894.128	4.739.181	2.622.688	0	3.987.1750	292.262	1.995.965	4.862.612
Reserva de Retenção de Liquidez	1.162.324	1.171.294	12.078.145	11.322.929	10.910.070	10.369.393	6.651.853	6.616.986	49.322.559	59.179.640	42.862.697	39.971.195
Pagamento Realizável	173.455.604	140.597.731	105.134.311	55.353.688	36.798.686	18.706.776	1.340.260	0	0	0	0	0
Caixa Livre	184.459.023	161.998.388	132.004.713	73.176.980	56.421.346	37.502.251	12.645.910	9.916.276	58.208.173	98.433.926	49.259.900	40.980.158
Recursos Disponíveis	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000	18.000.000
Montante a Pagar de Direitos Creditórios Ativos (enc. 30 dias)	3.854.125	3.920.431	4.026.048	3.790.960	3.693.690	3.465.464	3.275.977	3.306.694	4.938.296	5.017.694	4.260.270	3.997.120
Mais de Retenção de Liquidez	19.943.430	20.044.741	270.693.131	305.801.000	307.247.666	309.138.180	314.951.754	320.932.836	436.177.420	462.862.478	376.374.276	351.460.094
Recompensação de Retenção de Liquidez	19.943.430	20.044.741	270.693.131	305.801.000	307.247.666	309.138.180	314.951.754	320.932.836	436.177.420	462.862.478	376.374.276	351.460.094
Divida Ordinal	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000
Máximo de Direitos Creditórios Novos	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000

Análise de Cenário das Cotas Senior 13a Série

Cota Senior 13a Série											
Situação Incumbente anterior aos Pagamentos de Remuneração e Aportização de Principal na Respectiva Data de Pagamento											
10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-Mai-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência (por Cota)	(22)-(43)*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor Principal de Referência Não Paga (por Cota)	(22)-(43)*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de Dias Úteis desde Última Data de Pagamento	(24)	63	21	42	21	21	21	21	21	21	21
Mais de Retenção (%) (conforme o item 13.1)	(25)-(26)-(27)-(28)-(29)-(30)-(31)-(32)-(33)-(34)-(35)-(36)-(37)-(38)-(39)-(40)-(41)-(42)-(43)-(44)-(45)-(46)-(47)-(48)-(49)-(50)-(51)-(52)-(53)-(54)-(55)-(56)-(57)-(58)-(59)-(60)-(61)-(62)-(63)-(64)-(65)-(66)-(67)-(68)-(69)-(70)-(71)-(72)-(73)-(74)-(75)-(76)-(77)-(78)-(79)-(80)-(81)-(82)-(83)-(84)-(85)-(86)-(87)-(88)-(89)-(90)-(91)-(92)-(93)-(94)-(95)-(96)-(97)-(98)-(99)-(100)-(101)-(102)-(103)-(104)-(105)-(106)-(107)-(108)-(109)-(110)-(111)-(112)-(113)-(114)-(115)-(116)-(117)-(118)-(119)-(120)-(121)-(122)-(123)-(124)-(125)-(126)-(127)-(128)-(129)-(130)-(131)-(132)-(133)-(134)-(135)-(136)-(137)-(138)-(139)-(140)-(141)-(142)-(143)-(144)-(145)-(146)-(147)-(148)-(149)-(150)-(151)-(152)-(153)-(154)-(155)-(156)-(157)-(158)-(159)-(160)-(161)-(162)-(163)-(164)-(165)-(166)-(167)-(168)-(169)-(170)-(171)-(172)-(173)-(174)-(175)-(176)-(177)-(178)-(179)-(180)-(181)-(182)-(183)-(184)-(185)-(186)-(187)-(188)-(189)-(190)-(191)-(192)-(193)-(194)-(195)-(196)-(197)-(198)-(199)-(200)-(201)-(202)-(203)-(204)-(205)-(206)-(207)-(208)-(209)-(210)-(211)-(212)-(213)-(214)-(215)-(216)-(217)-(218)-(219)-(220)-(221)-(222)-(223)-(224)-(225)-(226)-(227)-(228)-(229)-(230)-(231)-(232)-(233)-(234)-(235)-(236)-(237)-(238)-(239)-(240)-(241)-(242)-(243)-(244)-(245)-(246)-(247)-(248)-(249)-(250)-(251)-(252)-(253)-(254)-(255)-(256)-(257)-(258)-(259)-(260)-(261)-(262)-(263)-(264)-(265)-(266)-(267)-(268)-(269)-(270)-(271)-(272)-(273)-(274)-(275)-(276)-(277)-(278)-(279)-(280)-(281)-(282)-(283)-(284)-(285)-(286)-(287)-(288)-(289)-(290)-(291)-(292)-(293)-(294)-(295)-(296)-(297)-(298)-(299)-(300)-(301)-(302)-(303)-(304)-(305)-(306)-(307)-(308)-(309)-(310)-(311)-(312)-(313)-(314)-(315)-(316)-(317)-(318)-(319)-(320)-(321)-(322)-(323)-(324)-(325)-(326)-(327)-(328)-(329)-(330)-(331)-(332)-(333)-(334)-(335)-(336)-(337)-(338)-(339)-(340)-(341)-(342)-(343)-(344)-(345)-(346)-(347)-(348)-(349)-(350)-(351)-(352)-(353)-(354)-(355)-(356)-(357)-(358)-(359)-(360)-(361)-(362)-(363)-(364)-(365)-(366)-(367)-(368)-(369)-(370)-(371)-(372)-(373)-(374)-(375)-(376)-(377)-(378)-(379)-(380)-(381)-(382)-(383)-(384)-(385)-(386)-(387)-(388)-(389)-(390)-(391)-(392)-(393)-(394)-(395)-(396)-(397)-(398)-(399)-(400)-(401)-(402)-(403)-(404)-(405)-(406)-(407)-(408)-(409)-(410)-(411)-(412)-(413)-(414)-(415)-(416)-(417)-(418)-(419)-(420)-(421)-(422)-(423)-(424)-(425)-(426)-(427)-(428)-(429)-(430)-(431)-(432)-(433)-(434)-(435)-(436)-(437)-(438)-(439)-(440)-(441)-(442)-(443)-(444)-(445)-(446)-(447)-(448)-(449)-(450)-(451)-(452)-(453)-(454)-(455)-(456)-(457)-(458)-(459)-(460)-(461)-(462)-(463)-(464)-(465)-(466)-(467)-(468)-(469)-(470)-(471)-(472)-(473)-(474)-(475)-(476)-(477)-(478)-(479)-(480)-(481)-(482)-(483)-(484)-(485)-(486)-(487)-(488)-(489)-(490)-(491)-(492)-(493)-(494)-(495)-(496)-(497)-(498)-(499)-(500)-(501)-(502)-(503)-(504)-(505)-(506)-(507)-(508)-(509)-(510)-(511)-(512)-(513)-(514)-(515)-(516)-(517)-(518)-(519)-(520)-(521)-(522)-(523)-(524)-(525)-(526)-(527)-(528)-(529)-(530)-(531)-(532)-(533)-(534)-(535)-(536)-(537)-(538)-(539)-(540)-(541)-(542)-(543)-(544)-(545)-(546)-(547)-(548)-(549)-(550)-(551)-(552)-(553)-(554)-(555)-(556)-(557)-(558)-(559)-(560)-(561)-(562)-(563)-(564)-(565)-(566)-(567)-(568)-(569)-(570)-(571)-(572)-(573)-(574)-(575)-(576)-(577)-(578)-(579)-(580)-(581)-(582)-(583)-(584)-(585)-(586)-(587)-(588)-(589)-(590)-(591)-(592)-(593)-(594)-(595)-(596)-(597)-(598)-(599)-(600)-(601)-(602)-(603)-(604)-(605)-(606)-(607)-(608)-(609)-(610)-(611)-(612)-(613)-(614)-(615)-(616)-(617)-(618)-(619)-(620)-(621)-(622)-(623)-(624)-(625)-(626)-(627)-(628)-(629)-(630)-(631)-(632)-(633)-(634)-(635)-(636)-(637)-(638)-(639)-(640)-(641)-(642)-(643)-(644)-(645)-(646)-(647)-(648)-(649)-(650)-(651)-(652)-(653)-(654)-(655)-(656)-(657)-(658)-(659)-(660)-(661)-(662)-(663)-(664)-(665)-(666)-(667)-(668)-(669)-(670)-(671)-(672)-(673)-(674)-(675)-(676)-(677)-(678)-(679)-(680)-(681)-(682)-(683)-(684)-(685)-(686)-(687)-(688)-(689)-(690)-(691)-(692)-(693)-(694)-(695)-(696)-(697)-(698)-(699)-(700)-(701)-(702)-(703)-(704)-(705)-(706)-(707)-(708)-(709)-(710)-(711)-(712)-(713)-(714)-(715)-(716)-(717)-(718)-(719)-(720)-(721)-(722)-(723)-(724)-(725)-(726)-(727)-(728)-(729)-(730)-(731)-(732)-(733)-(734)-(735)-(736)-(737)-(738)-(739)-(740)-(741)-(742)-(743)-(744)-(745)-(746)-(747)-(748)-(749)-(750)-(751)-(752)-(753)-(754)-(755)-(756)-(757)-(758)-(759)-(760)-(761)-(762)-(763)-(764)-(765)-(766)-(767)-(768)-(769)-(770)-(771)-(772)-(773)-(774)-(775)-(776)-(777)-(778)-(779)-(780)-(781)-(782)-(783)-(784)-(785)-(786)-(787)-(788)-(789)-(790)-(791)-(792)-(793)-(794)-(795)-(796)-(797)-(798)-(799)-(800)-(801)-(802)-(803)-(804)-(805)-(806)-(807)-(808)-(809)-(810)-(811)-(812)-(813)-(814)-(815)-(816)-(817)-(818)-(819)-(820)-(821)-(822)-(823)-(824)-(825)-(826)-(827)-(828)-(829)-(830)-(831)-(832)-(833)-(834)-(835)-(836)-(837)-(838)-(839)-(840)-(841)-(842)-(843)-(844)-(845)-(846)-(847)-(848)-(849)-(850)-(851)-(852)-(853)-(854)-(855)-(856)-(857)-(858)-(859)-(860)-(861)-(862)-(863)-(864)-(865)-(866)-(867)-(868)-(869)-(870)-(871)-(872)-(873)-(874)-(875)-(876)-(877)-(878)-(879)-(880)-(881)-(882)-(883)-(884)-(885)-(886)-(887)-(888)-(889)-(890)-(891)-(892)-(893)-(894)-(895)-(896)-(897)-(898)-(899)-(900)-(901)-(902)-(903)-(904)-(905)-(906)-(907)-(908)-(909)-(910)-(911)-(912)-(913)-(914)-(915)-(916)-(917)-(918)-(919)-(920)-(921)-(922)-(923)-(924)-(925)-(926)-(927)-(928)-(929)-(930)-(931)-(932)-(933)-(934)-(935)-(936)-(937)-(938)-(939)-(940)-(941)-(942)-(943)-(944)-(945)-(946)-(947)-(948)-(949)-(950)-(951)-(952)-(953)-(954)-(955)-(956)-(957)-(958)-(959)-(960)-(961)-(962)-(963)-(964)-(965)-(966)-(967)-(968)-(969)-(970)-(971)-(972)-(973)-(974)-(975)-(976)-(977)-(978)-(979)-(980)-(981)-(982)-(983)-(984)-(985)-(986)-(987)-(988)-(989)-(990)-(991)-(992)-(993)-(994)-(995)-(996)-(997)-(998)-(999)-(1000)-(1001)-(1002)-(1003)-(1004)-(1005)-(1006)-(1007)-(1008)-(1009)-(1010)-(1011)-(1012)-(1013)-(1014)-(1015)-(1016)-(1017)-(1018)-(1019)-(1020)-(1021)-(1022)-(1023)-(1024)-(1025)-(1026)-(1027)-(1028)-(1029)-(1030)-(1031)-(1032)-(1033)-(1034)-(1035)-(1036)-(1037)-(1038)-(1039)-(1040)-(1041)-(1042)-(1043)-(1044)-(1045)-(1046)-(1047)-(1048)-(1049)-(1050)-(1051)-(1052)-(1053)-(1054)-(1055)-(1056)-(1057)-(1058)-(1059)-(1060)-(1061)-(1062)-(1063)-(1064)-(1065)-(1066)-(1067)-(1068)-(1069)-(1070)-(1071)-(1072)-(1073)-(1074)-(1075)-(1076)-(1077)-(1078)-(1079)-(1080)-(1081)-(1082)-(1083)-(1084)-(1085)-(1086)-(1087)-(1088)-(1089)-(1090)-(1091)-(1092)-(1093)-(1094)-(1095)-(1096)-(1097)-(1098)-(1099)-(1100)-(1101)-(1102)-(1103)-(1104)-(1105)-(1106)-(1107)-(1108)-(1109)-(1110)-(1111)-(1112)-(1113)-(1114)-(1115)-(1116)-(1117)-(1118)-(1119)-(1120)-(1121)-(1122)-(1123)-(1124)-(1125)-(1126)-(1127)-(1128)-(1129)-(1130)-(1131)-(1132)-(1133)-(1134)-(1135)-(1136)-(1137)-(1138)-(1139)-(1140)-(1141)-(1142)-(1143)-(1144)-(1145)-(1146)-(1147)-(1148)-(1149)-(1150)-(1151)-(1152)-(1153)-(1154)-(1155)-(1156)-(1157)-(1158)-(1159)-(1160)-(1161)-(1162)-(1163)-(1164)-(1165)-(1166)-(1167)-(1168)-(1169)-(1170)-(1171)-(1172)-(1173)-(1174)-(1175)-(1176)-(1177)-(1178)-(1179)-(1180)-(1181)-(1182)-(1183)-(1184)-(1185)-(1186)-(1187)-(1188)-(1189)-(1190)-(1191)-(1192)-(1193)-(1194)-(1195)-(1196)-(1197)-(1198)-(1199)-(1200)-(1201)-(1202)-(1203)-(1204)-(1205)-(1206)-(1207)-(1208)-(1209)-(1210)-(1211)-(1212)-(1213)-(1214)-(1215)-(1216)-(1217)-(1218)-(1219)-(1220)-(1221)-(1222)-(1223)-(1224)-(1225)-(1226)-(1227)-(1228)-(1229)-(1230)-(1231)-(1232)-(1233)-(1234)-(1235)-(1236)-(1237)-(1238)-(1239)-(1240)-(1241)-(1242)-(1243)-(1244)-(1245)-(1246)-(1247)-(1248)-(1249)-(1250)-(1251)-(1252)-(1253)-(1254)-(1255)-(1256)-(1257)-(1258)-(1259)-(1260)-(1261)-(1262)-(1263)-(1264)-(1265)-(1266)-(1267)-(1268)-(1269)-(1270)-(1271)-(1272)-(1273)-(1274)-(1275)-(1276)-(1277)-(1278)-(1279)-(1280)-(1281)-(1282)-(1283)-(1284)-(1285)-(1286)-(1287)-(1288)-(1289)-(1290)-(1291)-(1292)-(1293)-(1294)-(1295)-(1296)-(1297)-(1298)-(1299)-(1300)-(1301)-(1302)-(1303)-(1304)-(1305)-(1306)-(1307)-(1308)-(1309)-(1310)-(1311)-(1312)-(1313)-(1314)-(1315)-(1316)-(1317)-(1318)-(1319)-(1320)-(1321)-(1322)-(1323)-(1324)-(1325)-(1326)-(1327)-(1328)-(1329)-(1330)-(1331)-(1332)-(1333)-(1334)-(1335)-(1336)-(1337)-(1338)-(1339)-(1340)-(1341)-(1342)-(1343)-(1344)-(1345)-(1346)-(1347)-(1348)-(1349)-(1350)-(1351)-(1352)-(1353)-(1354)-(1355)-(1356)-(1357)-(1358)-(1359)-(1360)-(1361)-(1362)-(1363)-(1364)-(1365)-(1366)-(1367)-(1368)-(1369)-(1370)-(1371)-(1372)-(1373)-(1374)-(1375)-(1376)-(1377)-(1378)-(1379)-(1380)-(1381)-(1382)-(1383)-(1384)-(1385)-(1386)-(1387)-(1388)-(1389)-(1390)-(1391)-(1392)-(1393)-(1394)-(1395)-(1396)-(1397)-(1398)-(1399)-(1400)-(1401)-(1402)-(1403)-(1404)-(1405)-(1406)-(1407)-(1408)-(1409)-(1410)-(1411)-(1412)-(1413)-(1414)-(1415)-(1416)-(1417)-(1418)-(1419)-(1420)-(1421)-(1422)-(1423)-(1424)-(1425)-(1426)-(1427)-(1428)-(1429)-(1430)-(1431)-(1432)-(1433)-(1434)-(1435)-(1436)-(1437)-(1438)-(1439)-(1440)-(1441)-(1442)-(1443)-(1444)-(1445)-(1446)-(1447)-(1448)-(1449)-(1450)-(1451)-(1452)-(1453)-(1454)-(1455)-(1456)-(1457)-(1458)-(1459)-(1460)-(1461)-(1462)-(1463)-(1464)-(1465)-(1466)-(1467)-(1468)-(1469)-(1470)-(1471)-(1472)-(1473)-(1474)-(1475)-(1476)-(1477)-(1478)-(1479)-(1480)-(1481)-(1482)-(1483)-(1484)-(1485)-(1486)-(1487)-(1488)-(1489)-(1490)-(1491)-(1492)-(1493)-(1494)-(1495)-(1496)-(1497)-(1498)-(1499)-(1500)-(1501)-(1502)-(1503)-(1504)-(1505)-(1506)-(1507)-(1508)-(1509)-(1510)-(1511)-(1512)-(1513)-(1514)-(1515)-(1516)-(1517)-(1518)-(1519)-(1520)-(1521)-(1522)-(1523)-(1524)-(1525)-(1526)-(1527)-(1528)-(1529)-(1530)-(1531)-(1532)-(1533)-(1534)-(1535)-(1536)-(1537)-(1538)-(1539)-(1540)-(1541)-(1542)-(1543)-(1544)-(1545)-(1546)-(1547)-(1548)-(1549)-(1550)-(1551)-(1552)-(1553)-(1554)-(1555)-(1556)-(1557)-(1558)-(1559)-(1560)-(1561)-(1562)-(1563)-(1564)-(1565)-(1566)-(1567)-(1568)-(1569)-(1570)-(1571)-(1572)-(1573)-(1574)-(1575)-(1576)-(1577)-(1578)-(1579)-(1580)-(1581)-(1582)-(1583)-(1584)-(1585)-(1586)-(1587)-(1588)-(1589)-(1590)-(1591)-(1592)-(1593)-(1594)-(1595)-(1596)-(1597)-(1598)-(1599)-(1600)-(1601)-(1602)-(1603)-(1604)-(1605)-(1606)-(1607)-(1608)-(1609)-(1610)-(1611)-(1612)-(1613)-(1614)-(1615)-(1616)-(1617)-(1618)-(1619)-(1620)-(1621)-(1622)-(1623)-(1624)-(1625)-(1626)-(1627)-(1628)-(1629)-(1630)-(1631)-(1632)-(1633)-(1634)-(1635)-(1636)-(1637)-(1638)-(1639)-(1640)-(1641)-(1642)-(1643)-(1644)-(1645)-(1646)-(1647)-(1648)-(1649)-(1650)-(1651)-(1652)-(1653)-(1654)-(1655)-(1656)-(1657)-(1658)-(1659)-(1660)-(1661)-(1662)-(1663)-(1664)-(1665)-(1666)-(1667)-(1668)-(1669)-(1670)-(1671)-(1672)-(1673)-(1674)-(1675)-(1676)-(1677)-(1678)-(1679)-(1680)-(1681)-(1682)-(1683)-(1684)-(1685)-(1686)-(1687)-(1688)-(1689)-(1690)-(1691)-(1692)-(1693)-(1694)-(1695)-(1696)-(1697)-(1698)-(1699)-(1700)-(1701)-(1702)-(1703)-(1704)-(1705)-(1706)-(1707)-(1708)-(1709)-(1710)-(1711)-(1712)-(1713)-(1714)-(1715)-(1716)-(1717)-(1718)-(1719)-(1720)-(1721)-(1722)-(1723)-(1724)-(1725)-(1726)-(1727)-(1728)-(1729)-(1730)-(1731)-(1732)-(1733)-(1734)-(1735)-(1736)-(1737)-(1738)-(1739)-(1740)-(1741)-(1742)-(1743)-(1744)-(1745)-(1746)-(1747)-(1748)-(1749)-(1750)-(1751)-(1752)-(1753)-(1754)-(1755)-(1756)-(1757)-(1758)-(1759)-(1760)-(1761)-(1762)-(1763)-(1764)-(1765)-(1766)-(1767)-(1768)-(1769)-(1770)-(1771)-(1772)-(1773)-(1774)-(1775)-(1776)-(1777)-(1778)-(1779)-(1780)-(1781)-(1782)-(1783)-(1784)-(1785)-(1786)-(1787)-(1788)-(1789)-(1790)-(1791)-(1792)-(1793)-(1794)-(1795)-(1796)-(1797)-(1798)-(1799)-(1800)-(1801)-(1802)-(1803)-(1804)-(1805)-(1806)-(1807)-(1808)-(1809)-(1810)-(1811)-(1812)-(1813)-(1814)-(1815)-(1816)-(1817)-(1818)-(1819)-(1820)-(1821)-(1822)-(1823)-(1824)-(1825)-(1826)-(1827)-(1828)-(1829)-(1830)-(1831)-(1832)-(1833)-(1834)-(1835)-(1836)-(1837)-(1838)-(1839)-(1840)-(1841)-(1842)-(1843)-(1844)-(1845)-(1846)-(1847)-(1848)-(1849)-(1850)-(1851)-(1852)-(1853)-(1854)-(1855)-(1856)-(1857)-(1858)-(1859)-(1860)-(1861)-(1862)-(1863)-(1864)-(1865)-(1866)-(1867)-(1868)-(1869)-(1870)-(1871)-(1872)-(1873)-(1874)-(1875)-(1876)-(1877)-(1878)-(1879)-(1880)-(1881)-(1882)-(1883)-(1884)-(1885)-(1886)-(1887)-(1888)-(1889)-(1890)-(1891)-(1892)-(1893)-(1894)-(1895)-(1896)-(1897)-(1898)-(1899)-(1900)-(1901)-(1902)-(1903)-(1904)-(1905)-(1906)-(1907)-(1908)-(1909)-(1910)-(1911)-(1912)-(1913)-(1914)-(1915)-(1916)-(1917)-(1918)-(1919)-(1920)-(1921)-(1922)-(1923)-(1924)-(1925)-(1926)-(1927)-(1928)-(1929)-(1930)-(1931)-(1932)-(1933)-(1934)-(1935)-(1936)-(1937)-(1938)-(1939)-(1940)-(1941)-(1942)-(1943)-(1944)-(1945)-(1946)-(1947)-(1948)-(1949)-(1950)-(1951)-(1952)-(1953)-(1954)-(1955)-(1956)-(1957)-(1958)-(1959)-(1960)-(1961)-(1962)-(1963)-(1964)-(1965)-(1966)-(1967)-(1968)-(1969)-(1970)-(1971)-(1972)-(1973)-(1974)-(1975)-(1976)-(1977)-(1978)-(1979)-(1980)-(1981)-(1982)-(1983)-(1984)-(1985)-(1986)-(1987)-(1988)-(1989)-(1990)-(1991)-(1992)-(1993)-(1994)-(1995)-(1996)-(1997)-(1998)-(1999)-(2000)-(2001)-(2002)-(2003)-(2004)-(2005)-(2006)-(2007)-(2008)-(2009)-(2010)-(2011)-(2012)-(2013)-(2014)-(2015)-(2016)-(2017)-(2018)-(2019)-(2020)-(2021)-(2022)-(2023)-(2024)-(2025)-(2026)-(2027)-(2028)-(2029)-(2030)-(2031)-(2032)-(2033)-(2034)-(2035)-(2036)-(2037)-(2038)-(2039)-(2040)-(2041)-(2042)-(2043)-(2044)-(2045)-(2046)-(2047)-(2048)-(2049)-(2050)-(2051)-(2052)-(2053)-(2054)-(2055)-(2056)-(2057)-(2058)-(2059)-(2060)-(2061)-(2062)-(2063)-(2064)-(2065)-(2066)-(2067)-(2068)-(2069)-(2070)-(2071)-(2072)-(2073)-(2074)-(2075)-(2076)-(2077)-(2078)-(2079)-(2080)-(2081)-(2082)-(2083)-(2084)-(2085)-(2086)-(2087)-(2088)-(2089)-(2090)-(2091)-(2092)-(2093)-(2094)-(2095)-(2096)-(2097)-(2098)-(2099)-(2100)-(2101)-(2102)-(2103)-(2104)-(2105)-(2106)-(2107)-(2108)-(2109)-(2110)-(2111)-(2112)-(2113)-(2114)-(2115)-(2116)-(2117)-(2118)-(2119)-(2120)-(2121)-(2122)-(2123)-(2124)-(2125)-(2126)-(2127)-(2128)-(2129)-(2130)-(2131)-(2132)-(2133)-(2134)-(2135)-(2136)-(2137)-(2138)-(2139)-(2140)-(2141)-(2142)-(2143)-(2144)-(2145)-(2146)-(2147)-(2148)-(2149)-(2150)-(2151)-(2152)-(2153)-(2154)-(2155)-(2156)-(2157)-(2158)-(2159)-(2160)-(2161)-(2162)-(2163)-(2164)-(2165)-(2166)-(2167)-(2168)-(2169)-(2170)-(2171)-(2172)-(2173)-(2174)-(2175)-(2176)-(2177)-(2178)-(2179)-(2180)-(2181)-(2182)-(2183)-(2184)-(2185)-(2186)-(2187)-(2188)-(2189)-(2190)-(2191)-(2192)-(2193)-(2194)-(2195)-(2196)-(2197)-(2198)-(2199)-(2200)-(2201)-(2202)-(2203)-(2204)-(2205)-(2206)-(2207)-(2208)-(2209)-(2210)-(2211)-(2212)-(2213)-(2214)-(2215)-(2216)-(2217)-(2218)-(2219)-(2220)-(2221)-(2222)-(2223)-(2224)-(2225)-(2226)-(2227)-(2228)-(2229)-(2230)-(2231)-(2232)-(2233)-(2234)-(2235)-(2236)-(2237)-(2238)-(2239)-(2240)-(2241)-(2242)-(2243)-(2244)-(2245)-(2246)-(2247)-(2248)-(2249)-(2250)-(2251)-(2252)-(2253)-(2254)-(2255)-(2256)-(2257)-(2258)-(2259)-(2260)-(2261)-(2262)-(2263)-(2264)-(2265)-(2266)-(2267)-(2268)-(2269)-(2270)-(2271)-(2272)-(2273)-(2274)-(2275)-(2276)-(2277)-(2278)-(2279)-(2280)-(2281)-(2282)-(2283)-(2284)-(2285)-(2286)-(2287)-(2288)-(2289)-(2290)-(2291)-(2292)-(2293)-(2294)-(2295)-(2296)-(2297)-(2298)-(2299)-(2300)-(2301)-(2302)-(2303)-(2304)-(2305)-(2306)-(2307)-(2308)-(2309)-(2310)-(2311)-(2312)-(2313)-(2314)-(2315)-(2316)-(2317)-(2318)-(2319)-(2320)-(2321)-(2322)-(2323)-(2324)-(2325)-(2326)-(2327)-(2328)-(2329)-(2330)-(2331)-(2332)-(2333)-(2334)-(2335)-(2336)-(2337)-(2338)-(2339)-(2340)-(2341)-(2342)-(2343)-(2344)-(2345)-(2346)-(2347)-(2348)-(2349)-(2350)-(2351)-(2352)-(2353)-(2354)-(2355)-(2356)-(2357)-(2358)-(2359)-(2360)-(2361)-(2362)-(2363)-(2364)-(2365)-(2366)-(2367)-(2368)-(2369)-(2370)-(2371)-(2372)-(2373)-(2374)-(2375)-(2376)-(2377)-(2378)-(2379)-(2380)-(2381)-(2382)-(2383)-(2384)-(2385)-(2386)-(2387)-(2388)-(2389)-(2390)-(2391)-(2392)-(2393)-(2394)-(2395)-(2396)-(2397)-(2398)-(2399)-(2400)-(2401)-(2402)-(2403)-(2404)-(2405)-(2406)-(2407)-(2408)-(2409)-(2410)-(2411)-(2412)-(2413)-(2414)-(2415)-(2416)-(2417)-(2418)-(2419)-(2420)-(2421)-(2422)-(2423)-(2424)-(2425)-(2426)-(2427)-(2428)-(2429)-(2430)-(2431)-(2432)-(2433)-(2434)-(2435)-(2436)-(2437)-(2438)-(2439)-(2440)-(2441)-(2442)-(2443)-(2444)-(2445)-(2446)-(2447)-(2448)-(2449)-(2450)-(2451)-(2452)-(2453)-(2454)-(2455)-(2456)-(2457)-(2458)-(2459)-(2460)-(2461)-(2462)-(2463)-(2464)-(2465)-(2466)-(2467)-(2468)-(2469)-(2470)-(2471)-(2472)-(2473)-(2474)-(2475)-(2476)-(2477)-(2478)-(2479)-(2480)-(2481)-(2482)-(2483)-(2484)-(2485)-(2486)-(2487)-(2488)-(2489)-(2490)-(2491)-(2492)-(2493)-(2494)-(2495)-(2496)-(2497)-(2498)-(2499)-(2500)-(2501)-(2502)-(2503)-(2504)-(2505)-(2506)-(2507)-(2508)-(2509)-(2510)-(2511)-(2512)-(2513)-(2514)-(2515)-(2516)-(2517)-(2518)-(2519)-(2520)-(2521)-(2522)-(2523)-(2524)-(2525)-(2526)-(2527)-(2528)-(2529)-(2530)-(2531)-(2532)-(2533)-(2534)-(2535)-(2536)-(2537)-(2538)-(2539)-(2540)-(2541)-(2542)-(2543)-(2544)-(2545)-(2546)-(2547)-(2548)-(2549)-(2550)-(2551)-(2552)-(2553)-(2554)-(2555)-(2556)-(2557)-(2558)-(2559)-(2560)-(2561)-(2562)-(2563)-(2564)-(2565)-(2566)-(2567)-(2568)-(2569)-(2570)-(2571)-(2572)-(2573)-(2574)-(2575)-(2576)-(2577)-(2578)-(2579)-(2580)-(2581)-(2582)-(2583)-(2584)-(2585)-(2586)-(2587)-(2588)-(2589)-(2590)-(2591)-(2592)-(2593)-(2594)-(2595)-(2596)-(2597)-(2598)-(2599)-(2600)-(2601)-(2602)-(2603)-(2604)-(2605)-(2606)-(2607)-(2608)-(2609)-(2610)-(2611										

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Mezanino

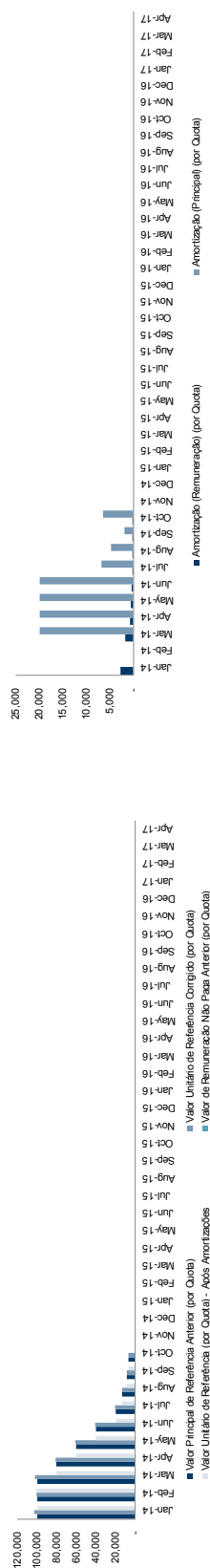
Análise do Cenário das Quotas Subordinada Júnior

Cenário 3/ Conjunto C

Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Aug-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Aug-16	10-Sep-16	10-Oct-16
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	20,000	13,243	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	100,916	101,841	80,733	60,550	40,366	20,183	13,364	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	2,774	-	1,841	733	550	366	183	121	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	6,757	4,774	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	13,243	8,469	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	0	0	0	0	0	0	0	(0)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

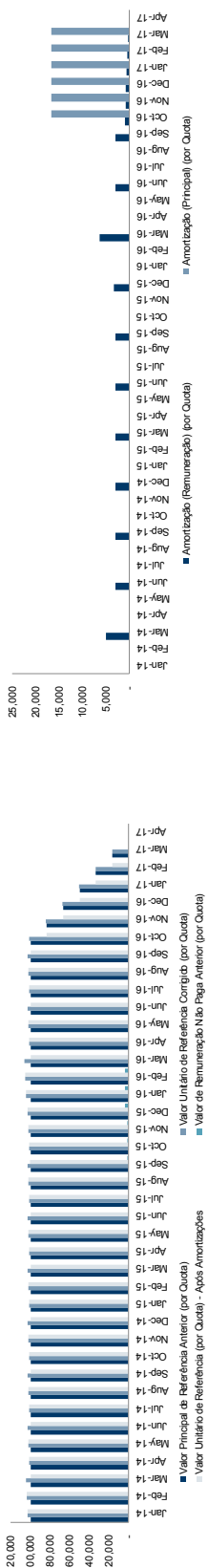
Evolução das Quotas Seniores 13a Série



Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Aug-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Aug-16	10-Sep-16	10-Oct-16
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	-	6,270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



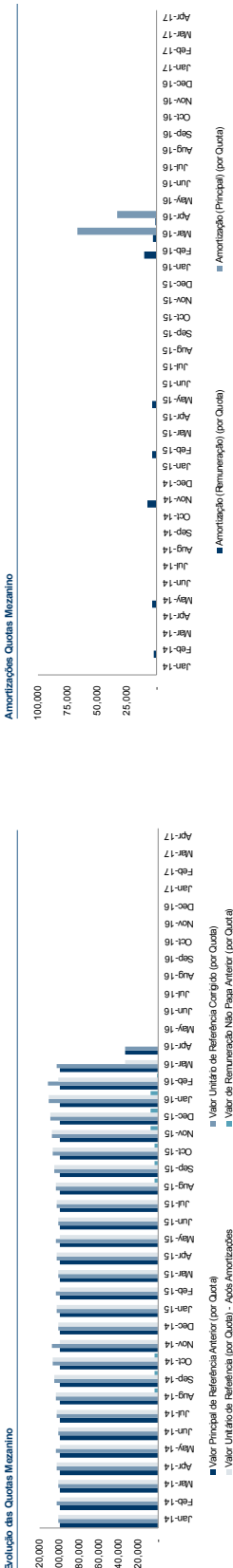
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto C

Análise de Cenário das Quotas Mezanino

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Out-15	10-Nov-15	10-Dec-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Out-16	
Quotas Mezanino																																			
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	101,290	102,597	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	2,597	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921	101,290	102,597	103,921
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

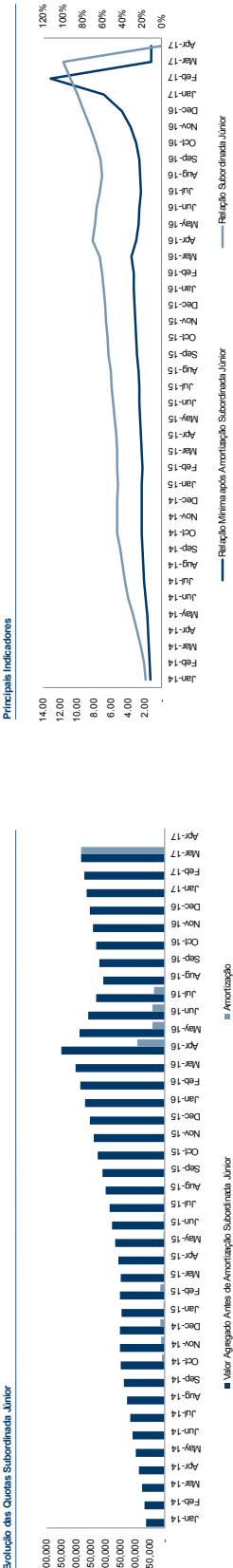
Evolução das Quotas Mezanino



Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	3	4	5	10-May-14	10-Jun-14	6	7	8	10-Jul-14	10-Aug-14	9	10	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Aug-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15		
Subordinada Júnior																																		
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62,124,073	69,327,691	77,869,532	87,629,484	97,533,191	107,607,930	117,873,271	128,414,470	139,089,499	149,989,499	160,989,499	172,089,499	183,289,499	194,589,499	205,989,499	217,489,499	229,089,499	240,789,499	252,589,499	264,489,499	276,489,499	288,589,499	300,789,499	313,089,499	325,489,499	337,989,499	350,589,499	363,289,499	376,089,499	388,989,499	401,989,499	415,089,499	428,289,499	441,589,499
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62,124	69,328	77,870	87,629	97,533	107,608	117,873	128,414	139,089	149,989	160,989	172,089	183,289	194,589	205,989	217,489	229,089	240,789	252,589	264,489	276,489	288,589	300,789	313,089	325,489	337,989	350,589	363,289	376,089	388,989	401,989	415,089	428,289	441,589
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior	1.39	1.41	1.51	1.62	1.74	1.95	2.06	2.18	2.31	2.43	2.55	2.67	2.79	2.91	3.03	3.15	3.27	3.39	3.51	3.63	3.75	3.87	3.99	4.11	4.23	4.35	4.47	4.59	4.71	4.83	4.95	5.07	5.19	
Relação Subordinada Júnior	0.16	0.18	0.21	0.25	0.29	0.34	0.37	0.40	0.43	0.46	0.49	0.52	0.55	0.58	0.61	0.64	0.67	0.70	0.73	0.76	0.79	0.82	0.85	0.88	0.91	0.94	0.97	1.00	1.03	1.06	1.09	1.12	1.15	
Relação Subordinada Júnior	0%	18%	21%	25%	29%	34%	37%	40%	43%	46%	49%	52%	55%	58%	61%	64%	67%	70%	73%	76%	79%	82%	85%	88%	91%	94%	97%	100%	103%	106%	109%	112%	115%	

Evolução das Quotas Subordinada Júnior



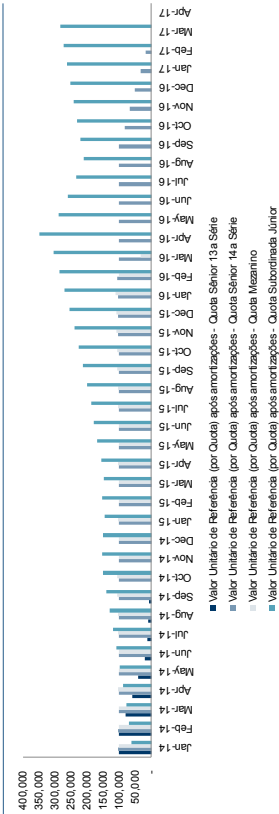
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 3/ Conjunto C

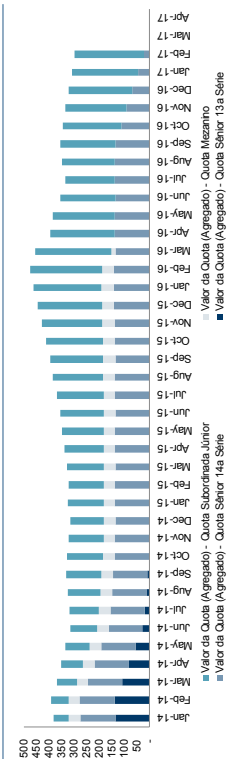
Análise de Cenário Consolidado

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dez-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Out-15	10-Nov-15	10-Dez-15	10-Jan-16	10-Feb-16	10-Mar-16	10-Apr-16	10-May-16	10-Jun-16	10-Jul-16	10-Ago-16	10-Sep-16	10-Out-16
Condição	1	2	3	4	5	6	7	8																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	100,000	100,916	80,000	60,000	40,000	20,000	13,243	8,469																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102,938	103,933	100,000	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezanino	101,290	100,000	101,290	102,597	100,000	101,290	102,597	103,921																										
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior	62,124	69,328	77,870	87,629	97,533	107,698	117,873	128,414																										
Condição - PL	1	2	3	4	5	6	7	8																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	135	136	108	81	54	27	18	11																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	139	140	135	138	139	135	136	138																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezanino	46	45	46	46	45	46	46	47																										
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	62	69	78	88	98	108	118	128																										

Evolução das Quotas Após Amortizações



Evolução dos Valores do Patrimônio Líquido



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente para constituir oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação. O mesmo que os termos, expositos ou indíquem em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam legais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhá-la com seus próprios assessores.

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Mezanino

Análise do Cenário das Quotas Subordinada da Júnior

Este material é fornecido exclusivamente para fins informativos, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação financeira. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo do posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

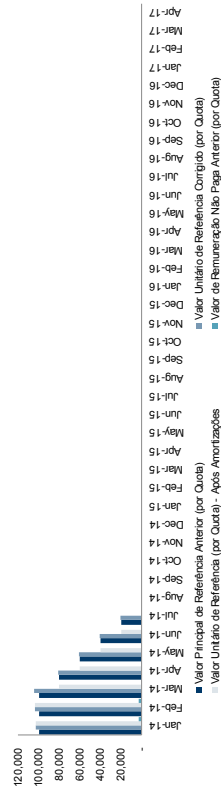
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação com o mesmo ou com os termos expostos (ou não) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado deve desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Cada indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 1/ Conjunto D

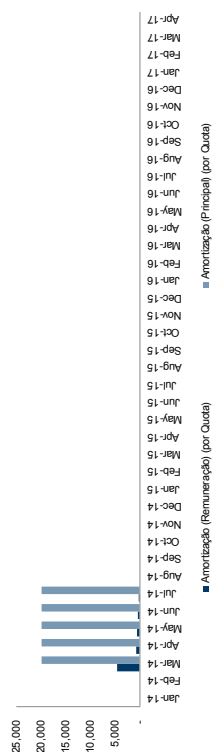
Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	20,000	0	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,774	103,715	104,666	80,733	60,550	40,366	20,183	0	-	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,666	733	550	366	183	0	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	0	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,774	103,715	80,000	60,000	40,000	20,000	0	-	-	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	2,774	2,774	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-

Evolução das Quotas Seniores 13a Série



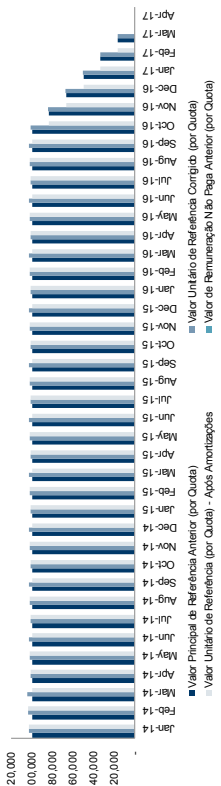
Amortizações Quotas Seniores 13a Série



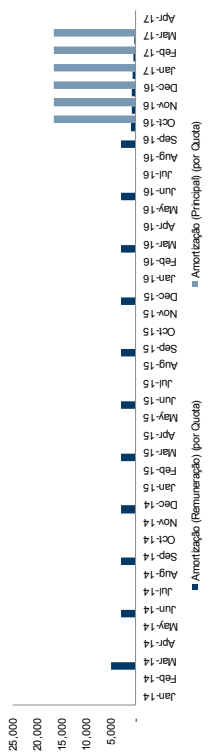
Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série												
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,946	102,936	103,936	104,946	105,969	106,999	108,036	109,069
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	-	-	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,946	102,936	103,936	104,946	105,969	106,999	108,036	109,069
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



Amortizações Quotas Seniores 14a Série



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto D

Assunções		
Tempo (t, considerando corrente)	3,00%	
Número de Dias Úteis em Cota Mês	(2)	21
Quantidade de Cotas em Circulação	(3)	
Cotas Série(s) - 13 Série	(4)	1.350
Cotas Série(s) - 14 Série	(5)	1.350
Cotas Série(s) - 15 Série	(6)	0
Cotas Série(s) - 13 Série	(7)	127,00%
Cotas Série(s) - 14 Série	(8)	3,00%
Cotas Série(s) - 15 Série	(9)	7,00%
Mais Contingência na Simulação	(10)	100,00%
Valor Unitário de Cota Quota Séries ou Subordinações Múltiplas	(11)	4,00%

MODELO

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-Mai-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Set-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Mais												
Patrimônio Líquido de FIDC	339.771,694	345.030,623	350.624,949	357.004,000	363.694,126	369.762,726	376.338,438	379.773,018	382.024,948	384.129,289	386.129,289	388.024,948
Reserva de Amortização	9.616,621	4.610,347	9.643,570	1.494,003	3.117,042	4.739,181	6.361,320	7.983,459	9.605,598	11.227,737	12.849,876	14.471,915
Reserva de Retenção de Liquidez	10.933,148	10.471,699	10.789,748	9.921,120	9.469,624	8.901,792	8.439,960	7.978,128	7.516,296	7.054,464	6.592,632	6.130,800
Pagamentos Realizados	152,897,177	124,829,694	90,244,615	48,294,684	29,149,616	9,491,361	0	0	0	0	0	0
Cash Flow	172,04,458	143,333,643	114,362,656	63,332,277	45,007,457	26,263,572	16,636,262	18,613,566	18,752,268	12,041,263	13,842,176	25,816,760
Recursos Disponíveis	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000
Montante Remanescente	3,397,715	3,480,366	3,598,249	3,307,040	3,136,641	2,967,927	2,843,084	2,791,730	2,603,349	1,993,213	1,987,746	1,982,196
Recomposição de Reserva de Liquidez	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000
Recomposição de Reserva de Liquidez	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000	18,000,000
Dividendos	167,666,548	245,792,963	244,232,293	267,371,724	268,656,869	270,469,154	266,682,156	269,558,961	189,659,692	187,260,006	184,832,474	172,403,815
Máximo de Direitos Condicionais Novos	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000	30,000,000

Análise de Cenário das Cotas Senior 13a Série

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-Mai-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Set-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência (por Cota)	120,000	0	2,774	80,000	60,000	40,000	20,000	14,571	0	0	0	0
Valor de Remuneração Não Paga (por Cota)	0	100,000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de Dias Úteis desde Última Data de Pagamento	(24)	83	21	42	21	21	21	21	21	21	21	21
Mais de Remuneração (%) - (correspondente ao mês)	2,773%	0,9162%	1,8407%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%	0,9162%
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Cota)	102,774	103,716	104,666	80,733	60,750	40,766	20,782	14,705	0	0	0	0
Valor Unitário de Referência Corrigido (Agregado)	(27)-(28)*(3)	136,744,614	140,015,760	141,258,351	108,889,471	81,742,103	54,494,735	35,491,139	19,851,132	0	0	0
Mais de Amortização de Referência (por Cota)	(29)-(30)*(3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mais de Amortização de Referência (Agregado)	(30)-(31)*(3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização (Remuneração) (por Cota)	(31)-(32)*(3)	0	0	4,698	733	550	366	238	133	0	0	0
Amortização (Remuneração) (Agregado)	(31)-(32)*(3)	0	0	6,298,551	988,471	742,103	464,735	321,874	180,220	0	0	0
Programa de Amortização (Programa) (por Cota)	(32)-(33)*(3)	0	0	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	0	0	0
Programa de Saldo de Referência (Programa) (por Cota)	(33)-(34)*(3)	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	20,000	14,571	0	0	0	0
Mais de Amortização de Referência (por Cota)	(34)-(35)*(3)	0	0	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	20,000	0	0	0
Mais de Amortização de Referência (Agregado)	(35)-(36)*(3)	0	0	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	0	0	0
Amortização (Programa) (por Cota)	(36)-(37)*(3)	0	0	20,000,000	20,000,000	20,000,000	20,000,000	20,000,000	20,000,000	0	0	0
Amortização (Programa) (Agregado)	(36)-(37)*(3)	0	0	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	0	0	0
Valor Unitário de Referência (Data de Cálculo - Data de Pagto)	(38, 1)-(39)	Não Aplicável	103,715,4	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor Unitário de Referência (Data de Cálculo - Data de Pagto)	(38, 2)-(39)-(38)	102,774	Não Aplicável	80,000	60,000	40,000	20,000	14,571	2,244	0	0	0
Valor Unitário de Referência (por Cota) - Final	(39)-(38, 1) Não Data de Pagamento, (38, 2) caso contrário	136,744,614	103,715	80,000	60,000	40,000	20,000	14,571	2,244	0	0	0
Valor Unitário de Referência (Agregado) - Final	(40)-(39)*(3)	136,744,614	140,015,760	108,000,000	81,000,000	54,000,000	35,132,256	19,870,932	3,028,568	0	0	0
Valor de Cota (por Cota)	(41)-(42)*(3)	136,744,614	140,015,760	108,000,000	81,000,000	54,000,000	35,132,256	19,870,932	3,028,568	0	0	0
Valor de Cota (Agregado)	(42)-(43)*(3)	136,744,614	140,015,760	108,000,000	81,000,000	54,000,000	35,132,256	19,870,932	3,028,568	0	0	0
Situação Insuficiente para Realizar os Pagamentos de Remuneração e Amortização de Referência	(43)-(44)*(3)	0	0	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	27,000,000	0	0	0
Valor Principal de Referência (por Cota)	(44)-(45)*(3)	136,744,614	140,015,760	108,000,000	81,000,000	54,000,000	35,132,256	19,870,932	3,028,568	0	0	0
Valor Principal de Referência (Agregado)	(45)-(46)*(3)	136,744,614	140,015,760	108,000,000	81,000,000	54,000,000	35,132,256	19,870,932	3,028,568	0	0	0
Valor de Remuneração Não Paga (por Cota)	(46)-(47)*(3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor de Remuneração Não Paga (Agregado)	(46)-(47)*(3)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise de Cenário das Quotas Senior 14a Série

O presente material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação financeira. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem consultar o seu próprio consultor financeiro independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Mezanino

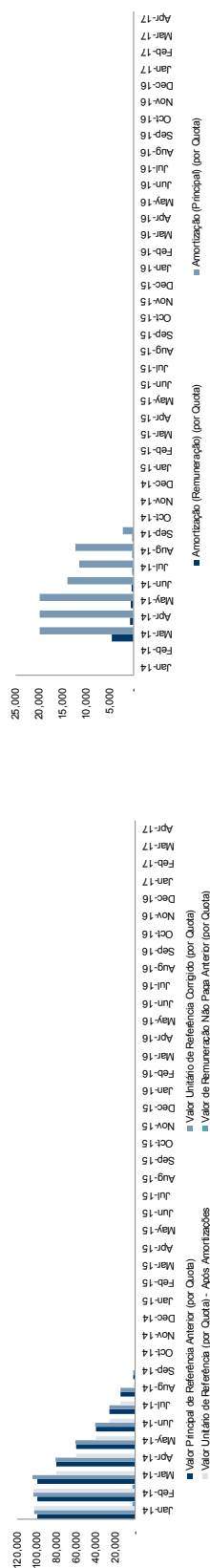
Análise do Cenário das Quotas Subordinada da Júnior

Cenário 2/ Conjunto D

Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Sêniores 13a Série																							
10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Aug-15	10-Sep-15	10-Oct-15	10-Nov-15	10-Dec-15
		2	3	5	6	10	14	17	20	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33		

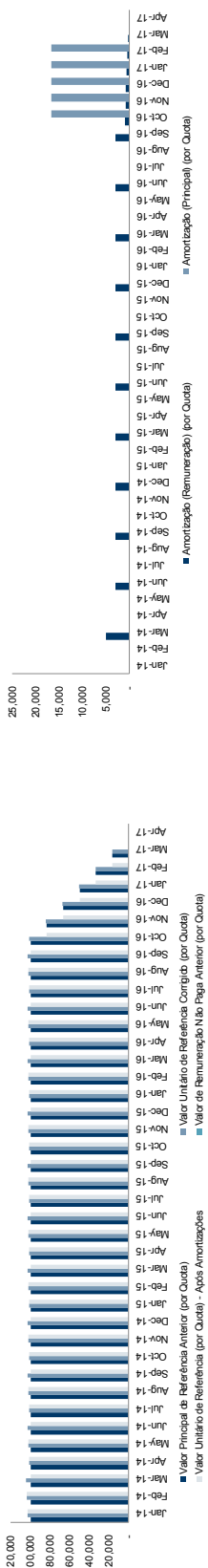
Evolução das Quotas Seniores 13a Série



Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Aug-14	10-Sep-14	10-Oct-14	10-Nov-14	10-Dec-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Corrigido (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936	100,969	101,948	102,936
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	-	2,936	-	-	2,936	-	-	2,936
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,948	100,969	101,948	100,000	100,969	101,948	100,969	83,333
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



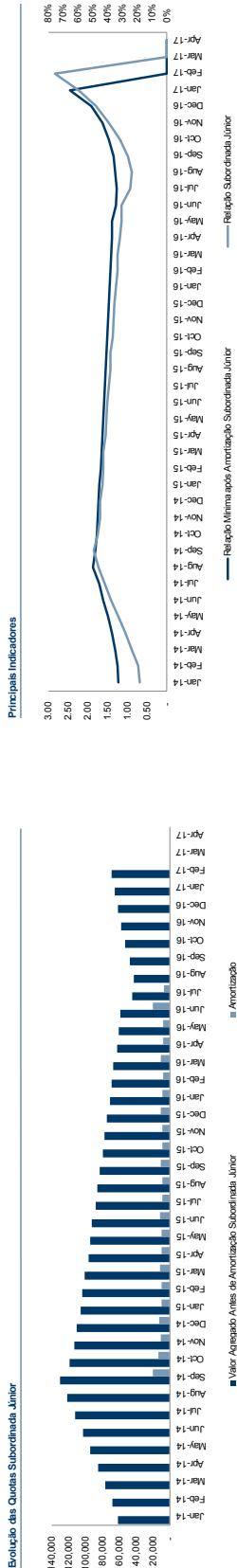
Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Cenário 2/ Conjunto D

Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14	10-Dec-14	10-Jan-15	10-Feb-15	10-Mar-15	10-Apr-15	10-May-15	10-Jun-15	10-Jul-15	10-Ago-15	10-Sep-15	10-Out-15	10-Nov-15	10-Dec-15
Subordinada Júnior	-	-	-	-	5	6	7	8	-	-	-	-	-	-	-	-	28	29	30	31	32	33	34	35
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62,063,724	68,710,954	76,656,694	85,406,195	94,232,674	103,334,825	112,545,974	121,692,516	130,839,058	140,000,000	149,166,667	158,333,333	167,500,000	176,666,667	185,833,333	195,000,000	204,166,667	213,333,333	222,500,000	231,666,667	240,833,333	250,000,000	259,166,667	268,333,333
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior	62,064	68,711	76,657	85,406	94,233	103,335	112,546	121,693	130,839	140,000	149,167	158,333	167,500	176,667	185,833	195,000	204,167	213,333	222,500	231,667	240,833	250,000	259,167	268,333
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior	1,22	1,25	1,32	1,39	1,49	1,61	1,72	1,87	1,99	2,11	2,22	2,33	2,44	2,56	2,67	2,78	2,89	3,00	3,11	3,22	3,33	3,44	3,56	3,67
Relação Subordinada Júnior	0,18	0,20	0,24	0,28	0,33	0,38	0,42	0,46	0,50	0,54	0,58	0,62	0,66	0,70	0,74	0,78	0,82	0,86	0,90	0,94	0,98	1,02	1,06	1,10
Relação Subordinada Júnior	0%	20%	24%	28%	33%	38%	42%	46%	50%	54%	58%	62%	66%	70%	74%	78%	82%	86%	90%	94%	98%	100%	104%	108%

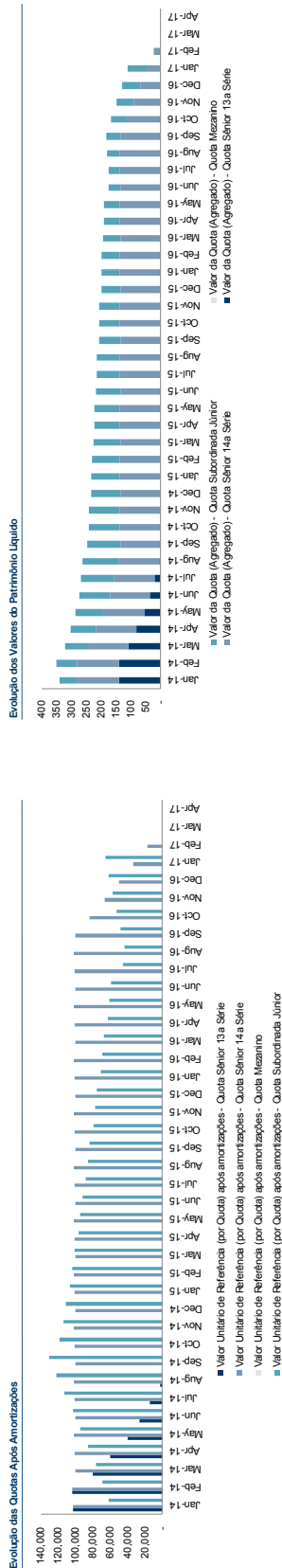
Evolução das Quotas Subordinada Júnior



Análise de Cenário Consolidado

	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Oct-16	10-Nov-16	10-Dec-16
Consolidado	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série	102,774	103,715	80,000	60,000	40,000	28,024	14,571	2,244	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série	102,936	103,933	100,000	100,969	101,948	100,969	100,969	101,948	100,969	101,948	100,969	83,333
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Mezzano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior	62,064	68,711	76,657	85,406	94,233	103,335	112,546	121,693	130,839	140,000	149,167	158,333
Consolidado - PL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série	139	140	108	81	54	35	20	3	-	-	-	-
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série	139	140	135	136	138	135	136	138	135	136	138	135
Valor da Quota (Agregado) - Quota Mezzano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior	62	69	77	85	94	103	113	122	131	140	149	158

Evolução das Quotas Após Amortizações



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

Análise do Cenário das Quotas Subordinada Mezanino

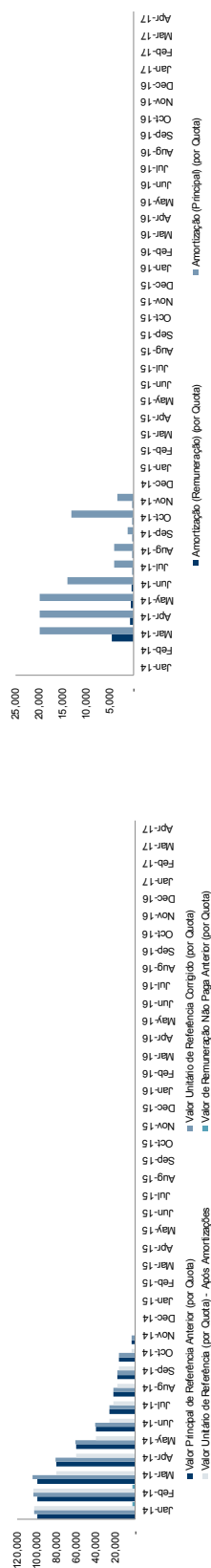
Análise do Cenário das Quotas Subordinada Júnior

Cenário 3/ Conjunto D

Análise de Cenário das Quotas Seniores 13a Série

Quotas Seniores 13a Série											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	80,000	60,000	40,000	25,024	21,942	-	-	-
Valor Unitário de Referência Compósito (por Quota)	102,774	103,715	104,666	80,733	60,550	40,366	25,262	22,143	-	-	-
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,666	733	550	366	238	201	-	-	-
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	20,000	20,000	20,000	13,976	4,062	4,065	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,774	103,715	80,000	60,000	40,000	26,024	21,942	17,877	-	-	-
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	2,774	2,774	0	0	0	0	0	0	-	-	-

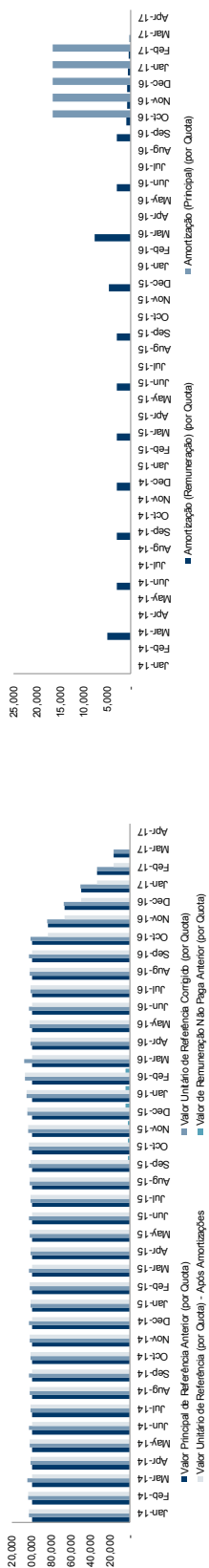
Evolução das Quotas Seniores 13a Série



Análise de Cenário das Quotas Seniores 14a Série

Quotas Seniores 14a Série											
	10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-14	10-Out-14	10-Nov-14
Valor Principal de Referência Anterior (por Quota)	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000
Valor Unitário de Referência Compósito (por Quota)	102,936	103,933	104,941	100,969	101,948	102,936	103,933	104,941	105,948	106,956	107,964
Amortização (Remuneração) (por Quota)	-	-	4,941	-	2,936	-	7,948	-	2,936	-	2,936
Amortização (Principal) (por Quota)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Unitário de Referência (por Quota) - Após Amortizações	102,936	103,933	100,000	100,969	101,948	102,936	103,933	104,941	105,948	106,956	107,964
Valor de Remuneração Não Paga Anterior (por Quota)	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Evolução das Quotas Seniores 14a Série



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos ou indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

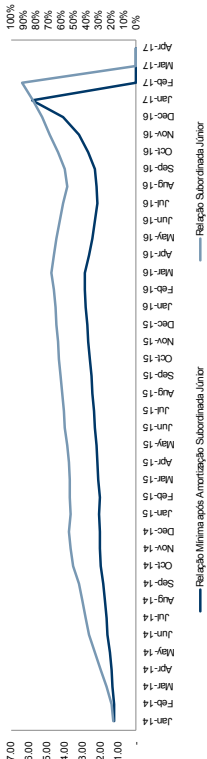
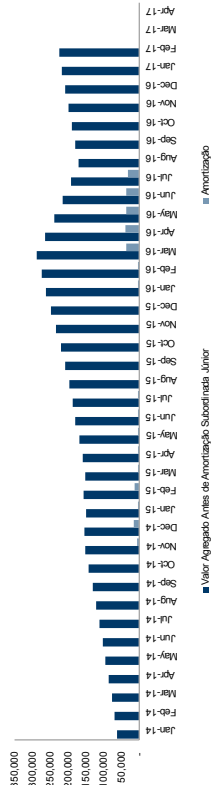
Cenário 3/ Conjunto D

Análise de Cenário das Subordinadas Júnior

Subordinada Júnior		10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-16	10-Oct-16
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior		62,063,724	68,710,954	76,656,694	85,406,195	94,232,674	103,334,925	112,546,974	121,999,381	170,169,238	179,964,504
Valor Agregado Antes de Amortização Subordinada Júnior		62,064	68,711	76,657	85,406	94,233	103,335	112,546	121,999	170,169	179,965
Amortização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Relação Mínima após Amortização Subordinada Júnior		1,22	1,25	1,32	1,39	1,49	1,61	1,68	1,75	2,24	2,33
Relação Subordinada Júnior		0,18	0,20	0,24	0,28	0,33	0,38	0,40	0,43	0,58	0,63
Relação Subordinada Júnior		0%	20%	24%	28%	33%	38%	40%	43%	58%	57%

Evolução das Quotas Subordinada Júnior

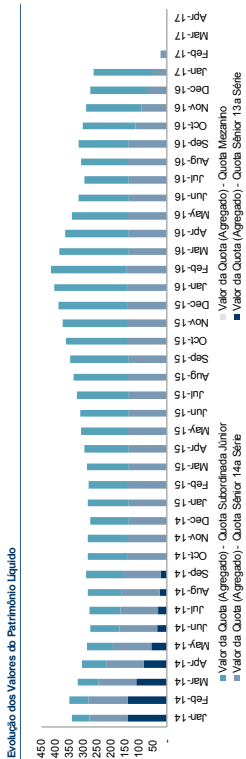
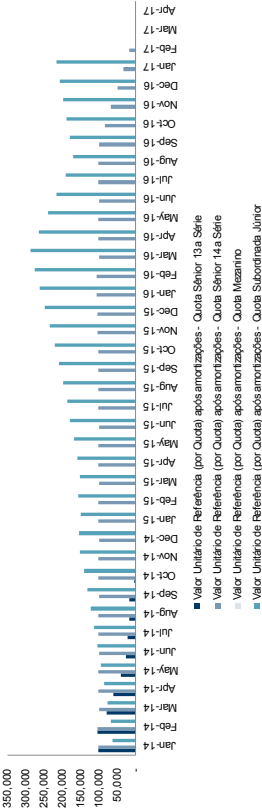
Principais Indicadores



Análise de Cenário Consolidado

Consolidado		10-Jan-14	10-Feb-14	10-Mar-14	10-Apr-14	10-May-14	10-Jun-14	10-Jul-14	10-Ago-14	10-Sep-16	10-Oct-16
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 13a Série		102,774	103,715	80,000	60,000	40,000	26,024	21,942	17,877	100,000	83,333
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Sênior 14a Série		102,938	103,933	100,000	100,969	101,948	100,969	100,969	101,948	100,000	83,333
Valor Unitário de Referência (por Quota) após amortizações - Quota Subordinada Júnior		62,064	68,711	76,657	85,406	94,233	103,335	112,546	121,999	170,169	179,965
Cenário 3a Série - PL		139	140	108	81	64	35	30	24	138	135
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 13a Série		139	140	135	136	138	135	136	138	138	135
Valor da Quota (Agregado) - Quota Sênior 14a Série		62	69	77	85	94	103	113	122	170	180
Valor da Quota (Agregado) - Quota Subordinada Júnior		62	69	77	85	94	103	113	122	170	180

Evolução das Quotas Após Amortizações



Este material é fornecido unicamente para fins informativos e exclusivamente ao destinatário, não constituindo oferta ou compromisso, solicitação de oferta ou recomendação para iniciar ou encerrar qualquer transação (mesmo que os termos expostos o indiquem) em quaisquer estados ou países onde tais ofertas, solicitações ou fornecimentos sejam ilegais. Este material não pretende conter toda a informação que um interessado pode desejar. Interessados devem realizar suas próprias pesquisas e análises sobre a transação descrita neste material e sobre os dados aqui apresentados. Ca da indivíduo de posse do presente material deve fazer sua avaliação independente sobre a decisão de prosseguir com a transação descrita neste material e aconselhar-se com seus próprios assessores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

